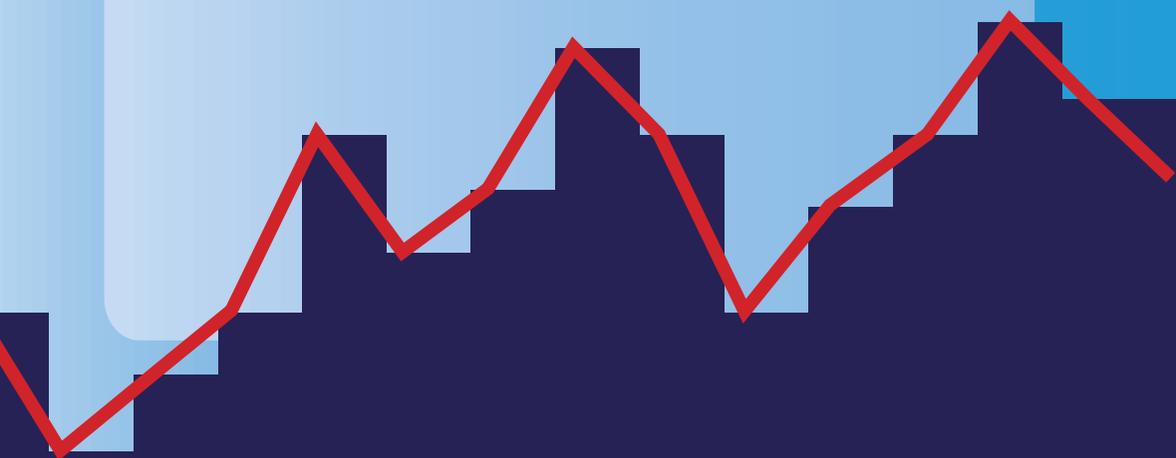


SIPS 2014

percepções da população sobre políticas públicas



Organizadores
Marcelo Côrtes Neri
Fabio Schiavinatto



O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) tem como objetivo principal apresentar um painel de indicadores de percepção da população voltados para subsidiar reflexões e ações do Estado e da sociedade. As pesquisas realizadas permitem verificar como a população de diferentes estratos e segmentos sociais percebe aspectos ligados ao desenho de diversas políticas públicas.

Desta forma, o SIPS fornece subsídios ao Estado para compreender melhor e atuar de maneira mais efetiva no atendimento às demandas dos cidadãos e, também, proporciona instrumentos à sociedade para cobrar dos seus governantes ações mais aderentes às suas necessidades e anseios a partir de amostras representativas de seu conjunto. Com a iniciativa, o Ipea passa a ocupar um importante espaço na produção de dados primários e análises sobre percepção social ainda incipientes no país.

Além de fornecer dados e análises sobre a percepção das pessoas, as pesquisas do SIPS permitem comparações internacionais. A iniciativa foi premiada, em 2013, pela Organização das Nações Unidas (ONU) por sua contribuição à pesquisa *Meu mundo (My world)*, que aborda a escolha de temas prioritários com vistas à definição dos novos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) para o período após 2015.

Esta publicação, em sua primeira parte, discute temas estruturantes para o país, a partir do olhar da população sobre o mundo do trabalho, a qualidade da educação pública, as causas da pobreza e os meios para a sua superação, a situação da mobilidade urbana e as questões de segurança pública e defesa nacional.

A segunda parte, de caráter mais transversal, trata das percepções sobre estrutura social, valores e democracia no Brasil, mídia e meios de comunicação. Além destes temas, o livro trata da *economia de felicidade*, analisando o comportamento da felicidade dos brasileiros (individual e coletiva) e a relação entre satisfação com a vida e a renda em uma perspectiva internacional. Finalmente, propõe a criação de um índice subjetivo sintético para um conjunto de mais de cem países a partir de dezenas de perguntas sobre percepções aplicadas à questão do desenvolvimento humano.

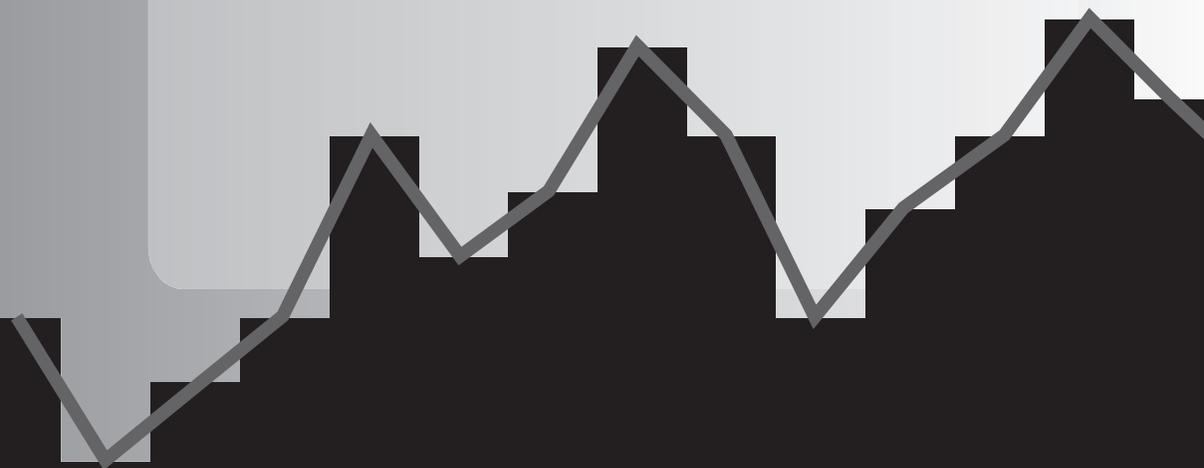
O livro traça, portanto, um rico panorama sobre as percepções dos brasileiros sobre aspectos de suas vidas e do país, em particular no tocante às políticas públicas, para as quais o Ipea visa acima de tudo contribuir.

Marcelo Côrtes Neri

Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR)
Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

SIPS 2014

percepções da população sobre políticas públicas



Organizadores
Marcelo Côrtes Neri
Fabio Schiavinatto

ipea
Por um Brasil desenvolvido

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro interino – Marcelo Côrtes Neri



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e de programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-Chefe de Imprensa e Comunicação

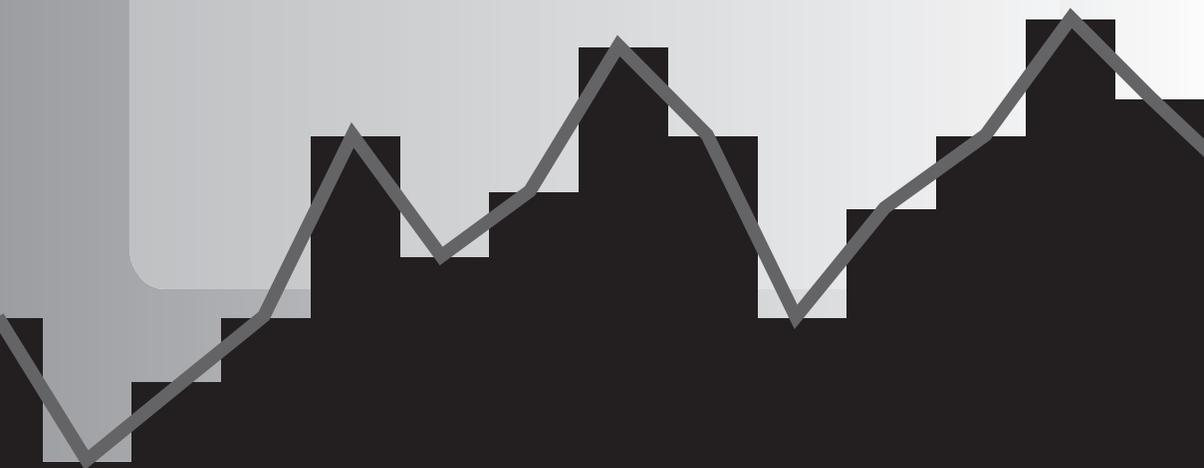
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

SIPS 2014

percepções da população sobre políticas públicas



Organizadores
Marcelo Côrtes Neri
Fabio Schiavinatto

ipea
Rio de Janeiro, 2014

SIPS 2014 : percepções da população sobre políticas públicas /

Organizadores: Marcelo Côrtes Neri, Fabio Schiavinatto.

Rio de Janeiro : Ipea, 2014.

488 p. : il., mapas.

Inclui bibliografia.

Acompanha Sumário Executivo

ISBN 978-85-7811-194-6

1. Pesquisa Social. 2. Indicadores Sociais. 3. Políticas Públicas. 4. Política Social.
5. Brasil. I. Neri, Marcelo Côrtes. II. Schiavinatto, Fábio. III. Sistema de Indicadores
de Percepção Social (SIPS). IV. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 361.250981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
Marcelo Côrtes Neri	
Fabio Schiavinatto	
PARTE 1	
POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS	
CAPÍTULO 1	
PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES SOBRE INTENSIDADE E EXIGÊNCIAS NO AMBIENTE DE TRABALHO	25
Sandro Pereira Silva	
André Gambier Campos	
CAPÍTULO 2	
TEMPO DE TRABALHO E TEMPO LIVRE: AS RELAÇÕES TEMPORAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA	53
André Gambier Campos	
Sandro Pereira Silva	
CAPÍTULO 3	
EDUCAÇÃO: ASPECTOS GERAIS	83
Eduardo Luiz Zen	
CAPÍTULO 4	
PERCEPÇÃO SOBRE POBREZA: CAUSAS E SOLUÇÕES	105
Ana Cleusa Serra Mesquita	
Jorge Abrahão de Castro	
CAPÍTULO 5	
MOBILIDADE URBANA: PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO EM 2011	129
Ernesto Pereira Galindo	
Vicente Correia Lima Neto	
CAPÍTULO 6	
SEGURANÇA PÚBLICA: A PREDISPOSIÇÃO PARA CHAMAR A POLÍCIA – UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DO DESEMPENHO E DA CONFIABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES POLICIAIS	179
Almir de Oliveira Junior	
Rafael Augusto da Costa Alencar	
CAPÍTULO 7	
PADRÕES DE PERCEPÇÃO SOBRE A DEFESA NACIONAL ENTRE OS BRASILEIROS	193
Almir de Oliveira Júnior	
Edison Benedito da Silva Filho	
Rodrigo Fracalossi de Moraes	

PARTE 2

TEMAS TRANSVERSAIS ENTRE POLÍTICAS

CAPÍTULO 8

DEMOCRACIA, VALORES E ESTRUTURA SOCIAL NO BRASIL.....221

Felix Garcia Lopez

Fabio de Sá e Silva

CAPÍTULO 9

MÍDIA E COMUNICAÇÃO261

João Maria de Oliveira

Luis Claudio Kubota

CAPÍTULO 10

A FELICIDADE ACOMPANHA A RENDA?285

Marcelo Côrtes Neri

CAPÍTULO 11

SINTETIZANDO PERCEPÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....309

Marcelo Côrtes Neri

CAPÍTULO 12

O FUTURO, O PAÍS E A AGENDA DO “PAÍS DO FUTURO”355

Marcelo Côrtes Neri

CONCLUSÃO367

Marcelo Côrtes Neri

Fabio Schiavinatto

APÊNDICE A381

APÊNDICE B405

APRESENTAÇÃO

As instituições de pesquisa brasileiras possuem pouca tradição em estudos sobre percepções sociais. O Ipea – que celebra cinquenta anos em 2014 como importante ator no debate sobre desenvolvimento no país – tem sido profícuo na elaboração de estudos que subsidiam a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas. Entretanto, apenas recentemente se envolveu na formulação de dados primários. As pesquisas do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), realizadas de forma contínua desde 2010, assim como as parcerias com agentes nacionais e internacionais, posicionam o Ipea na fronteira das pesquisas sobre as percepções das pessoas.

Esta publicação consolida alguns dos principais resultados obtidos pelo SIPS. A segunda edição do projeto apresenta as percepções sociais colhidas em campo entre 2011 e 2013 e aborda as impressões dos brasileiros sobre temas diversos e fundamentais ao desenvolvimento do país, como educação, trabalho, combate à pobreza, mobilidade urbana, segurança pública, defesa nacional, comunicação, democracia e felicidade.

O ano de 2013 foi marcado pelas manifestações populares de junho. Após mais de uma década de crescimento inclusivo que resultou em uma queda inédita na desigualdade, em que a pobreza diminuiu de forma acelerada, novas transformações são desejadas. Muitos brasileiros foram às ruas exigir a ampliação das transformações ocorridas, com mais cidadania, serviços públicos de qualidade, combate à corrupção e representação política permeável. Os resultados do SIPS apresentados neste volume trazem as vozes dos brasileiros em suas casas e apontam caminhos para o aprimoramento das ações do Estado e da sociedade.

Na condução deste projeto, a presidência do Ipea gostaria de expressar seu agradecimento aos pesquisadores envolvidos na condução das pesquisas e aos parceiros que acreditaram na metodologia.

Espera-se que a conjugação entre as análises de caráter objetivo e a subjetividade das percepções da população revelada pelo SIPS possa ser um importante instrumento para subsidiar as políticas públicas no país.

Marcelo Côrtes Neri
**Ministro da Secretaria de Assuntos
Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR)
Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**

INTRODUÇÃO*

Marcelo Côrtes Neri**

Fabio Schiavinatto***

Este livro sistematiza um conjunto amplo de informações sobre a percepção da população quanto a uma miríade de políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro. As ações analisadas cobrem áreas diversas, como educação, trabalho, transporte, segurança, defesa nacional e combate à pobreza. Além disso, o livro trata de temas transversais, como valores e democracia, comunicação, formação da felicidade, geração de índices subjetivos sintéticos e prioridades de políticas públicas da população.

Esta publicação abrange pesquisas de campo realizadas entre 2011 e 2013, com ênfase nos dois primeiros anos; os últimos levantamentos realizados serão objeto de publicação futura semelhante. As informações aqui reunidas foram, na sua maior parte, originadas de pesquisas de campo implementadas pelo Ipea a partir do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Uma inovação neste estudo foi incorporar perguntas consagradas em pesquisas internacionais sobre percepções sociais. O processamento conjunto destas informações permite comparar diretamente resultados globais, nacionais e regionais. Neste aspecto, o Ipea foi premiado em 2013 pela Organização das Nações Unidas (ONU) por ter dado a principal contribuição da América Latina e Caribe para a pesquisa *Meu mundo* (*My world*). A pesquisa identifica as prioridades de políticas da população com vistas à definição dos novos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) para o período após 2015, quando se encerra o prazo dos objetivos atuais. Os primeiros resultados da pesquisa *Meu mundo* integram este volume.

* Os autores gostariam de agradecer as sugestões de Marina Nery, Raísa Rabelo, Tiago Bonomo e Rodrigo Ramiro.

** Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e presidente do Ipea.

*** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Assessoria Técnica da Presidência do Ipea.

O SIPS oferece uma nova fonte de dados primários que contribui para o aprimoramento de estudos e pesquisas voltados para a formulação e a avaliação de políticas públicas. Esta nova experiência de realizar pesquisas de campo e produzir dados primários amplia as perspectivas do instituto para o desenvolvimento dos seus trabalhos e vem consolidando-se junto ao seu corpo técnico, permitindo a exploração de outras dimensões do conhecimento relacionadas a como as pessoas enxergam as políticas públicas. O Ipea deve ocupar, no Estado brasileiro, um lugar crescente na avaliação das percepções da população quanto às ações do próprio Estado.

O projeto SIPS tem como objetivo principal apresentar um painel de indicadores sociais para subsidiar reflexões e ações do Estado e da sociedade. As pesquisas realizadas permitem verificar como a população percebe os diferentes serviços de utilidade pública postos à sua disposição pelo Estado, incluindo motivações de uso, dificuldades de acesso e grau de importância atribuído a cada um deles. Desta forma, o SIPS fornece subsídios ao Estado para compreender melhor e atuar de maneira mais efetiva no atendimento às demandas dos cidadãos, bem como viabiliza instrumentos à sociedade para cobrar dos seus governantes ações mais aderentes às suas necessidades e anseios.

As primeiras pesquisas do SIPS, publicadas em 2011, investigaram diversos temas, como justiça, segurança pública, serviços para mulheres e de cuidado de crianças, saúde, educação, cultura, mobilidade urbana, bancos, e trabalho e renda.

Nesta coletânea de trabalhos do SIPS, alguns destes temas reaparecem – segurança pública, mobilidade urbana e educação, além de trabalho e renda. A eles se juntaram novos temas, sendo um deles a defesa nacional, tratada neste livro de forma inédita no Brasil. Esta edição também trata de percepção sobre pobreza, valores e estrutura social, e mídia e comunicação, além de temas mais gerais como formação da felicidade e definição das prioridades de políticas públicas por parte da população.

Destaca-se na preparação deste volume o estabelecimento de parcerias institucionais com diversas pastas e órgãos governamentais, entre os quais se incluem algumas secretarias de governo ligadas à Presidência da República. Estas pesquisas desenvolvidas em articulações institucionais sob a coordenação do Ipea fortalecem o instituto e qualificam os debates sobre

as políticas públicas, ao mesmo tempo em que aumentam a capacidade do Ipea de contribuir para o desenvolvimento destas.

O projeto SIPS encontra-se em plena execução, contando com a inclusão de novos temas e também novos enfoques de outros investigados anteriormente. Recentemente, foi constituído no âmbito do Ipea um grupo de trabalho para aprimorar o desenho amostral das pesquisas de campo aplicadas pelo instituto.

O projeto envolve equipes de técnicos de planejamento e pesquisa do Ipea das diversas diretorias e da presidência da instituição. Em alguns casos, conta com a participação de gestores de órgãos governamentais responsáveis pela formulação, implementação e avaliação das políticas públicas ligadas às áreas em análise.

PLANO DO LIVRO

O livro contém esta introdução, uma conclusão e mais doze capítulos temáticos divididos em duas partes. A primeira parte trata de temas relacionados a políticas específicas abordadas pelos respectivos SIPS entre 2011 e 2013 e a segunda parte trata de temas transversais aplicáveis de forma comum a um conjunto amplo de políticas públicas.

Os dois capítulos iniciais derivam de uma mesma pesquisa, elaborada pela Coordenação de Estudos sobre Trabalho e Renda do Ipea. No capítulo 1, aborda-se a percepção dos trabalhadores acerca dos processos de intensidade do trabalho a que são submetidos. São analisados, entre outros aspectos, a relação do trabalhador com a atividade exercida, a jornada de trabalho, a exigência de capacidades, a intensidade do trabalho e os níveis de cobrança.

O capítulo 2 trata da relação entre o tempo de trabalho e o tempo livre, segundo a percepção dos trabalhadores, e suas influências no cotidiano. Alguns elementos desta relação foram analisados, como a conectividade do trabalhador com o trabalho mesmo em gozo de seu tempo livre, as atividades regulares fora do trabalho e o tempo despendido para executá-las, o sentimento ao ter seu tempo livre usado para realizar atividades típicas do seu trabalho, a intenção de mudar de trabalho em decorrência da sua intensidade e do tempo exigido, e a percepção dos trabalhadores sobre a legislação que regula a jornada de trabalho.

O capítulo 3 tem como tema a educação pública no Brasil e discute questões que permeiam o atual debate nacional neste campo. Entre estas, são avaliados a ampliação da educação infantil, os métodos para a seleção dos diretores de escolas públicas, a ampliação do número de horas de aula, a implantação de turno integral, as cotas para negros e indígenas no ensino superior e o ensino religioso nas escolas. A pesquisa também procura captar o nível de confiança da população sobre o ensino superior a distância e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), além da satisfação pessoal em relação ao seu próprio estágio educacional. Ainda investiga, de forma geral, a percepção da população sobre a situação atual da educação e sua evolução recente e, por fim, busca traçar um comparativo desta percepção, em níveis gerais e nacionais, com a realidade existente localmente no próprio município.

O capítulo 4 aprofunda os estudos na área de pobreza, considerando como a população percebe este problema. A pesquisa procura identificar e avaliar, sempre pela ótica da população, as principais causas e efeitos da pobreza, seu comportamento e as alternativas para diminuí-la.

Mobilidade urbana é o tema tratado no capítulo 5. Essa questão já havia sido pesquisada pelo SIPS e, agora repetida, atualiza dados e traz novos enfoques. O estudo discute o atual contexto da mobilidade no país, apresenta a caracterização geral da população – por meio da identificação do transporte mais usado – e analisa a percepção da população sobre a cidade e o transporte público, em particular sobre a sua qualidade e segurança. Mede ainda a percepção das pessoas em relação ao tempo de deslocamento nos diversos meios de transporte, avalia as dificuldades apontadas para a realização das viagens e, finalmente, analisa a percepção geral da população em relação aos problemas relacionados ao transporte urbano.

O capítulo 6 debate temas relacionados à segurança pública. Este também dá continuidade a outra pesquisa realizada no âmbito do SIPS em 2010 e aprofunda as análises sobre a confiança da população nas polícias e nos serviços policiais postos à sua disposição. O problema colocado como central pelo estudo é identificar os determinantes que configuram uma relação de confiança da população na polícia e para a tomada da decisão de chamá-la ou não.

O capítulo 7 inova a pauta de estudos e apresenta a mais atual pesquisa sobre defesa nacional desenvolvida no Brasil, tema estudado regularmente

em países desenvolvidos, mas que não encontrava muita ressonância no país. Diante deste cenário, o Ipea, por meio de sua Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte), oferece um panorama sobre a percepção da população a respeito de diversos aspectos pertinentes à defesa nacional, tais como ameaças, papel das Forças Armadas e poder militar do Brasil.

Os capítulos seguintes, que integram a segunda parte do livro, tratam de temas transversais pertinentes a diversos tipos de políticas. O capítulo 8 trata de valores e estrutura social no Brasil. Nele, são mostrados os principais resultados da pesquisa e as análises correspondentes, que incluem elementos políticos, econômicos e sociais. As discussões se iniciam pela própria questão da democracia, chave para a compreensão das transformações que se deram e ainda se dão, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1980. Examinam-se a participação política da sociedade, a capacidade de influenciar governos, o voto, as desigualdades sociais, a autopercepção de classe e as lutas por direitos de minorias.

O capítulo 9 apresenta informações e análises sobre aspectos de mídia e comunicação sob o ponto de vista das políticas públicas para o setor. Estes aspectos são analisados segundo as dimensões do acesso à informação, da percepção da população sobre a confiabilidade dos meios de comunicação e do seu poder de influência na formação da opinião das pessoas. Em especial, dois dos principais canais de comunicação são estudados em uma profundidade maior: a televisão e o rádio.

Os capítulos anteriores buscam analisar o conjunto de resultados das pesquisas geradas. Por sua vez, os três capítulos seguintes se dedicam a explorar perguntas específicas de interesse incorporadas ao SIPS a partir de questionários internacionais. O capítulo 10 trata da relação entre renda e felicidade, inicialmente comparando a relação observada no Brasil com a de outros países. Mede-se a contribuição específica da renda *versus* outros indicadores como expectativa de vida e educação, tal como medidos no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para a satisfação com a vida presente. Depois, avalia-se a magnitude desta relação no Brasil. Realiza-se teste usando como instrumento a variação de renda implícita na expansão do Bolsa Família e a variação de felicidade da mesma pessoa ao longo do tempo. Este resultado, tomado a valor de face, indicaria potenciais impactos

de políticas de redistribuição de renda aos mais pobres sobre a felicidade agregada da nação.

O capítulo 11 objetiva consolidar diversos aspectos da percepção da população, tratados na parte inicial do livro, em um indicador subjetivo sintético. O Índice de Desenvolvimento Humano Percebido (IDH-P) proposto no capítulo fornece uma referência subjetiva complementar ao IDH. Inicialmente, fornece-se uma visão global das prioridades da população brasileira em termos de políticas públicas *vis-à-vis* a população mundial por intermédio do questionário da pesquisa *Meu mundo* da ONU. O exercício destaca a importância nos dois universos das dimensões saúde, educação e renda, que integram a abordagem do desenvolvimento humano da ONU. A parte central do capítulo constrói um IDH-P para o Brasil e para as três Américas a partir dos tradicionais componentes do IDH em suas versões subjetivas, presentes nos dados do Gallup World Poll de 2007 para os países da América Latina e Caribe. Propõe ainda introduzir uma quarta dimensão ligada a percepções sobre as condições de trabalho. Em seguida estuda como as percepções sobre a satisfação do indivíduo com renda, educação, trabalho e saúde estão relacionadas com os seus homólogos objetivos. Analisa também como a satisfação com a vida é estabelecida, medindo a importância relativa atribuída à renda em comparação à saúde e à educação, todas encaradas de modo subjetivo. Usa ainda medidas de felicidade para avaliar se os pesos relativos atribuídos a renda, saúde e educação no IDH (um terço para cada componente) refletem seus impactos sobre a satisfação com a vida. Estes exercícios fornecem informações úteis para entender o mecanismo de transmissão das políticas sociais na percepção dos seus beneficiários. Por fim, é gerado um *ranking* mundial do IDH-P com base nos dados internacionais do Gallup World Poll de 2006.

A partir de dados de expectativa de satisfação futura com a vida, o capítulo 12 propõe uma interpretação sobre a natureza de problemas recorrentes no caso brasileiro e sobre a agenda prospectiva de políticas públicas no país. Mais uma vez, o caráter internacional das perguntas incorporadas no questionário do SIPS permite diferenciar a visão brasileira daquela do resto do mundo. Exploram-se duas questões no contexto brasileiro. O primeiro é a existência de um alto otimismo de cada brasileiro em relação ao seu futuro. Este elemento foi captado por

uma alta expectativa de satisfação individual com a vida para os próximos cinco anos. Este dado forneceria pistas relativas a problemas derivados da atitude individual do brasileiro perante o tempo vindouro, como a baixa taxa de poupança doméstica e a alta taxa de juros aqui vigentes. O segundo aspecto abordado se refere à baixa expectativa de cada brasileiro quanto à felicidade geral da nação, indicando uma alta dissonância entre a visão de cada brasileiro sobre sua vida e a visão sobre o conjunto do país. Na interpretação aqui proposta, este elemento seria consistente com a maior importância assumida historicamente no contexto nacional por problemas associados a ações coletivas, como inflação, desigualdade, informalidade, criminalidade, corrupção e problemas ambientais, entre outros. O aspecto comum destes problemas é que eles tornam o todo menor que a soma das partes, exigindo mobilização e coordenação da sociedade. O capítulo tenta elaborar, a partir destes dois elementos, como a nova agenda de transformações e, portanto, de políticas públicas, se coloca hoje no país.

O último capítulo destaca os principais resultados apresentados em cada capítulo do livro, traçando algumas ligações e ressaltando pontos comuns entre eles.

METODOLOGIA

O SIPS manteve sua característica de pesquisa quantitativa do tipo *survey*, aplicada presencialmente em domicílios de todas as Unidades da Federação (UFs). Porém, em sua segunda edição, o SIPS sofreu importantes alterações de metodologia em relação à edição anterior, tanto do ponto de vista da técnica estatística quanto da sua forma de execução. Todas estas alterações tiveram como objetivo o aperfeiçoamento da amostra e da etapa de coleta dos dados.

No tocante à sua execução, o SIPS abandonou a forma de coleta de dados convencional, caracterizada por um processo manual de aplicação das entrevistas, com a utilização de questionários em papel e posterior digitação destas informações para a formação do banco de dados. Em seu lugar, o instituto adotou uma forma de coleta de dados eletrônica com a utilização de *personal digital assistants* (PDAS) – *tablets* ou *smartphones*. Esta evolução aumenta a garantia da integridade dos dados por meio da eliminação de etapas de manuseamento de dados por pessoas.

Ainda para preservar a integridade dos dados, o Ipea determinou ao prestador do serviço de coleta de dados que os formulários fossem transmitidos individual e instantaneamente ao servidor de arquivos instalado na sede da empresa e retransmitidos em tempo real para o servidor do Ipea, inclusive com a captura da localização espacial (dados georreferenciados de latitude e longitude).

Além da questão da integridade dos dados, esta solução propiciou mais agilidade e segurança à análise dos resultados, que pode ser feita preliminarmente a qualquer tempo da execução e imediatamente após a sua conclusão.

O Ipea também exigiu do prestador de serviço de coleta de dados o fornecimento de um sistema eletrônico que permitisse o acompanhamento em tempo real da evolução da execução do trabalho de campo. Esta medida assegurou ao instituto plenas condições de monitoramento e fiscalização da pesquisa, o que possibilitou a verificação das coordenadas georreferenciadas dos domicílios sorteados para as entrevistas – com erro máximo de 50 metros –, além da edição dos questionários respondidos para a verificação de suas autenticidades.

Estes avanços, além de protegerem a integridade dos dados e de aperfeiçoarem o seu tratamento e transmissão, também trouxeram mais racionalidade e conseqüente redução dos custos de fiscalização, graças à eliminação da necessidade de mobilização de pessoal para campo a fim de realizar as exigidas comprovações de autenticidade das entrevistas.

Mudança importante também ocorreu em relação aos aspectos estatísticos, pois, diferentemente da edição anterior, que adotou a técnica amostral conhecida como amostragem por cotas, esta edição utilizou outra – a amostragem probabilística –, conservando, contudo, o mesmo intervalo de confiança e margem de erro, apesar do aumento do tamanho da amostra.

No entanto, algumas características da edição anterior foram mantidas, entre estas a realização de três ondas distintas de coleta de dados com a investigação de três temas também distintos em cada uma delas. Também houve diferenças, como no caso dos temas que, apesar de seguirem o mesmo desenho amostral, foram tratados de forma independente entre si quanto às respectivas amostras.

Em suma, cada tema teve uma amostra própria, pois cada domicílio sorteado pertenceu a um único tema, respondendo assim seu morador a apenas uma das três pesquisas em execução, enquanto na primeira edição do SIPS o domicílio sorteado integrava a amostra única para todos os temas.

Tal modificação foi efetuada com a intenção de melhorar a qualidade das respostas dadas pelos entrevistados, uma vez que, na primeira edição, ficou evidenciado um grau significativo de exaustão dos respondentes diante do tempo gasto para concluir a pesquisa, devido à quantidade de perguntas e à diversidade dos temas abordados.

DEFINIÇÃO, REPRESENTATIVIDADE, MARGEM DE ERRO E NÍVEL DE CONFIANÇA DA AMOSTRA

A amostra definida pelo Ipea teve representatividade estatística para o Brasil e para as Grandes Regiões, com uma margem de erro de 5%, a um nível de confiança de 95%.

O tamanho da amostra foi definido pelo Ipea em 3.772 entrevistas distribuídas proporcionalmente pelas Grandes Regiões segundo a população brasileira apurada pelo Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também foi considerada a proporcionalidade populacional das UFs e ainda o porte dos municípios, classificados de acordo com o quadro 1.

QUADRO 1
Classificação por tamanho de município

	Grande	Médio	Pequeno
Tamanho da população (número de pessoas)	Acima de 100 mil	Entre 20 mil e 100 mil	Abaixo de 20 mil

Elaboração dos autores.

A definição da amostra foi estabelecida pelos seguintes passos.

- 1) Foram incluídas todas as capitais e alguns dos principais municípios autorrepresentativos, denominados municípios-polo e indicados pelo Ipea.
- 2) O sorteio dos demais municípios ocorreu de maneira a compor os totais de municípios definidos para cada Grande Região, observando-se critérios de tamanho.

- 3) A escolha destes municípios teve como regra estarem a um raio de 120 quilômetros de distância, em linha reta, dos municípios-polo, assegurado que:
 - a) em cada Grande Região, a distribuição do número de pessoas por UF do respectivo tema na amostra fosse proporcional à distribuição do número total de pessoas por UF no mesmo tema;
 - b) dentro de cada UF, a distribuição do número de pessoas por município do respectivo tema na amostra fosse proporcional à distribuição do número total de pessoas por município no mesmo tema.
- 4) A amostra dos domicílios foi representativa do total de pessoas, do Brasil e das Grandes Regiões, de acordo com os estratos de importante variabilidade dentro do respectivo tema.

Foram conceituados como municípios-polo aqueles que possuíam à época aeroportos atendidos por linhas regulares de voos comerciais, identificados pelo Ipea. A aplicação deste conceito visou à melhoria da relação custo-benefício na etapa de execução dos trabalhos de campo. Segundo os cálculos, este desenho compreendia 84% do universo da população brasileira.

Os municípios-polo que integraram a amostra, além das capitais das UFs, foram, por região:

- região Norte: Marabá (PA), Cruzeiro do Sul (AC) e Coari (AM);
- região Nordeste: Ilhéus (BA), Barreiras (BA), Vitória da Conquista (BA), Caruaru (PE), Petrolina (PE), Campina Grande (PB), Mossoró (RN), Juazeiro do Norte (CE) e Imperatriz (MA);
- região Centro-Oeste: Rio Verde (GO) e Corumbá (MT);
- região Sudeste: Macaé (RJ), Campos dos Goytacazes (RJ), Governador Valadares (MG), Montes Claros (MG), Juiz de Fora (MG), Uberlândia (MG), São José dos Campos (SP), Guarulhos (SP), Ribeirão Preto (SP), Campinas (SP), São José do Rio Preto (SP), Bauru (SP), Presidente Prudente (SP) e Marília (SP); e

- região Sul: Cascavel (PR), Foz do Iguaçu (PR), Londrina (PR), Criciúma (SC), Joinville (SC), Chapecó (SC), Caxias do Sul (RS), Pelotas (RS), Passo Fundo (RS), Santa Maria (RS), Santo Ângelo (RS) e Uruguaiana (RS).

O quadro 2 mostra a distribuição dos municípios pelas cinco Grandes Regiões do país, por tamanho.

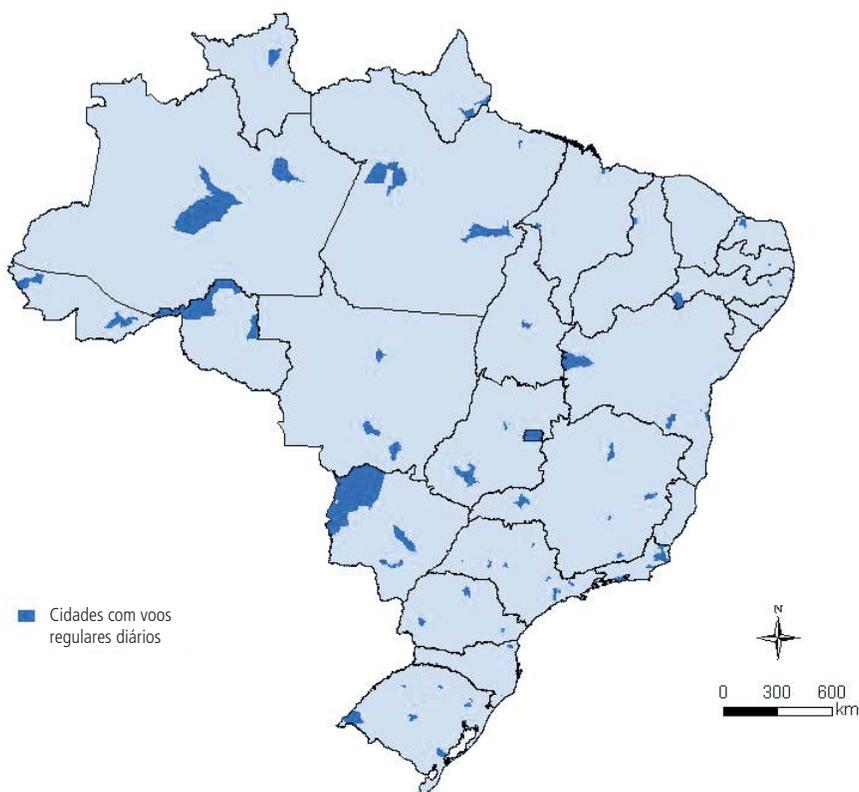
QUADRO 2
Distribuição dos municípios por Grandes Regiões e tamanho

Região/município	Porte grande	Porte médio	Porte pequeno	Total
Norte	8	7	4	19
Nordeste	18	27	17	62
Centro-Oeste	6	5	4	15
Sudeste	44	23	14	81
Sul	15	11	9	35
Total	91	73	48	212

Elaboração dos autores.

O mapa 1 ilustra a distribuição espacial dos municípios-polo integrantes da amostra, conforme as definições do Ipea.

MAPA 1

Distribuição das cidades brasileiras com voos regulares diários (2010)

Elaboração dos autores.

EXECUÇÃO

A pesquisa foi executada em três ondas que contemplaram, cada uma, três temas distintos. Realizada entre os dias 8 e 29 de agosto de 2011, a primeira onda, com tamanho da amostra definido em 3.772 entrevistas, foi composta pelos temas da mobilidade urbana (3.781 entrevistas coletadas), defesa nacional (3.796 entrevistas) e percepção sobre a pobreza (3.786 entrevistas).

A segunda onda foi realizada de 8 a 30 de novembro de 2011, também com tamanho da amostra definido em 3.772 entrevistas, nas quais foram investigados os temas de educação (3.795 entrevistas), trabalho e renda (3.796 entrevistas) e ainda valores e estrutura social (3.791 entrevistas).

Por fim, a terceira onda, com idêntico tamanho definido para a amostra em relação às ondas anteriores, contemplou os temas da segurança pública (3.799 entrevistas) e mídia e comunicação (3.809 entrevistas), além de alguns programas públicos federais na área social e econômica (3.804 entrevistas), sendo executada entre os dias 10 de março e 1º de abril de 2012.

Os formulários foram compostos por dez questões de identificação socioeconômica e demográfica dos entrevistados e um número próximo de trinta questões elaboradas especificamente para cada tema da pesquisa.

As entrevistas foram presenciais e realizadas nos domicílios das famílias, estando habilitado a respondê-las qualquer membro da família com idade igual ou superior a 18 anos.

Parte 1

Políticas Públicas Setoriais



PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES SOBRE INTENSIDADE E EXIGÊNCIAS NO AMBIENTE DE TRABALHO

Sandro Pereira Silva*
André Gambier Campos*

RESUMO

Este capítulo analisa os dados referentes à pesquisa domiciliar para detectar a percepção sobre *Intensidade do Trabalho e Tempo Livre* entre a população economicamente ativa (PEA) do país. A pesquisa de campo abordou uma amostra de 3.709 pessoas em todo o território nacional que declararam ter exercido atividade remunerada na semana anterior à entrevista. Os resultados foram organizados por vínculo trabalhista do respondente: *Trabalhador Autônomo* (conta própria ou empregador); *Subordinado Formal* (com carteira de trabalho assinada e servidor público); e *Subordinado Informal* (sem carteira de trabalho assinada). De acordo com a percepção dos trabalhadores, a intensidade do trabalho tem se manifestado, sobretudo, pelo aumento das exigências e pela pressão por resultados, o que se percebe pelo elevado índice de “alta exigência” nas cinco capacidades gerais apontadas nesta pesquisa. Cerca de metade dos trabalhadores afirmou não se desligar totalmente do trabalho durante seu tempo livre, o que demonstra que a intensidade do trabalho se propaga também via apropriação do tempo livre dos trabalhadores, seja pela exigência de novas capacitações para acompanhar as novas imposições seja pela necessidade de prontidão para o exercício de atividades extras. Os trabalhadores subordinados formalizados são os que possuem maior rigidez em termos de tempo de trabalho e não trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho no Brasil vem passando recentemente por grandes transformações. Após atingir níveis históricos e crescentes de desocupação e informalidade nos anos 1990, resultantes da crise internacional do capitalismo nos anos anteriores e do processo de reestruturação produtiva de sua economia, verificou-se uma reversão desses indicadores a partir da segunda metade da década de 2000. As principais estatísticas apontam para uma retomada da capacidade de criação de postos de trabalho no país,

* Técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

chegando-se a níveis inéditos de desemprego, fruto da própria recuperação da economia brasileira. Sobre estes pontos, existem diversos índices de institutos qualificados que possibilitam o acompanhamento contínuo do comportamento das principais variáveis que compõem o mercado de trabalho brasileiro, inclusive da própria magnitude da jornada laboral, por ser uma medida diretamente observável.

No entanto, uma pesquisa que vise abordar o grau de intensidade do trabalho, indo além dos indicadores mais usuais de acompanhamento do mercado de trabalho, passa a ser uma tarefa mais delicada. Isso porque a questão do excesso de trabalho é algo difícil de mensurar. Bases de dados disponíveis são quase inexistentes, e a produção acadêmica com análises mais gerais sobre essa temática é bastante escassa. Com isso, torna-se difícil saber sobre qual nível de intensidade e exigências ao trabalhador se desencadeou essa recuperação do mercado de trabalho no Brasil.

São vários os fatores que interferem em uma análise dessa natureza, tais como: tamanho da jornada; tecnologia empregada no sistema produtivo; número de trabalhadores; forma de gestão interna dos recursos humanos; relação contratual estabelecida entre empregador e empregado; acumulação de tarefas; e habilidades exigidas. Dada essa complexidade, a intensidade consiste em uma realidade social que necessita de uma multiplicidade de indicadores para sua averiguação mais precisa. Nesse sentido, Dal Rosso e Fortes (2007, p. 29) ressaltaram que: “a forma mais adequada de estudar o grau de intensidade está em conduzir o questionamento diretamente às pessoas que trabalham, que são os sujeitos mais indicados para avaliar se observam ou não processos de intensificação do trabalho”.

Com base nessa lacuna foi desenvolvida a pesquisa do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Seu objetivo foi identificar como os trabalhadores brasileiros compreendem os processos de intensidade do trabalho a que são submetidos.¹ A pesquisa de campo abordou uma amostra de 3.796 pessoas, sendo 52,4% homens e 47,6% mulheres, em todo o território nacional, todas ocupadas, que declararam ter exercido atividade remunerada na semana anterior à entrevista, ou temporariamente afastadas.

1. O projeto do SIPS foi desenvolvido inicialmente em 2009 pelo Ipea. Trata-se de uma pesquisa domiciliar para a coleta de informações referentes à opinião da população brasileira adulta em todo o território nacional sobre diversas temáticas que tangem o debate atual sobre políticas públicas e desenvolvimento.

Este texto concentrou-se na análise de uma parte do banco de dados disponível que abordará esse tema.² Optou-se em comparar os resultados por vínculo trabalhista do respondente, organizados da seguinte forma: *i*) trabalhador autônomo (AUT): trabalhador por conta própria ou empregador, com 34,11% da amostra; *ii*) subordinado formal (SF): empregado com carteira de trabalho assinada e servidor público (civil ou militar), 45,97%; e *iii*) subordinado informal (SI): empregado sem carteira de trabalho assinada, 19,92%. Além dessa diferenciação por vínculo, buscou-se em segundo plano compreender algumas diferenças em termos da média geral entre os diversos setores de atividade captados pela pesquisa de campo.³

Além desta introdução, este capítulo conta com três seções. A segunda seção apresenta uma discussão teórica no intuito de situar o debate sobre intensidade do trabalho na literatura a respeito da sociologia do trabalho e da economia política. Na terceira seção são apresentadas as análises dos dados, divididas em quatro subitens: relação com a atividade exercida; jornada de trabalho; exigência de capacidades; e cobranças e intensidade do trabalho. Por fim, são expostas as considerações finais sobre as informações apresentadas.

2 O CONCEITO E AS DIMENSÕES DA INTENSIDADE DO TRABALHO

A questão da intensidade da exploração do trabalho suscita debates que remontam aos primórdios da Revolução Industrial, inicialmente na Inglaterra do século XVIII, que culminou na consolidação do modo capitalista de produção. À época, são muitos os relatos de jornadas de trabalho acima de dezesseis horas por dia, inclusive para mulheres e crianças, sem descanso semanal e sem nenhum amparo em termos de direitos e segurança do trabalho. Não raro eclodiram também diversos movimentos e sublevações por parte de trabalhadores organizados coletivamente exigindo melhores condições de trabalho, remuneração digna, direitos trabalhistas mínimos, entre outras reivindicações. Em que pese a violenta repressão como resposta a esses movimentos, ao longo dos anos os trabalhadores alcançaram importantes conquistas, consolidadas em um conjunto de normas e regulações que garantem uma série de direitos àqueles que dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver.

2. Os bancos de dados dessa pesquisa e de outros temas abordados pelo SIPS/Ipea podem ser conferidos em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12661&catid=4&Itemid=2>.

3. A divisão setorial da ocupação dos entrevistados, de acordo com a sequência utilizada no questionário, foi: *i*) agricultura e pecuária, com 2,03% da amostra; *ii*) indústria, 8,17%; *iii*) construção civil, 6,9%; *iv*) comércio, 30,82%; *v*) serviços, 45,27%; e *vi*) administração pública, 6,9%.

Na história dessas reivindicações trabalhistas, a redução da jornada de trabalho configurou-se como uma das principais bandeiras da luta proletária sindical.⁴ As primeiras conquistas se deram de forma dispersa e incremental, nos vários países da Europa que despertavam para a industrialização no século XIX. Um marco importante dessa luta foi a primeira convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT),⁵ em 1919, a Convenção sobre as Horas de Trabalho na Indústria, que estabeleceu como princípio uma jornada de oito horas por dia e 48 horas por semana. Após a Convenção nº 1, diversas outras foram editadas no intuito de influenciar a regulação do tempo de trabalho nos demais setores econômicos, bem como instituir e consolidar direitos como o descanso semanal e as férias remuneradas, além de convenções relativas ao trabalho noturno. Em 1962, a Recomendação da OIT nº 116 propôs a redução progressiva da jornada de trabalho até alcançar quarenta horas semanais (OIT, 2009).

No Brasil, o estabelecimento da jornada diária de trabalho de oito horas como regra geral, exceto para alguns regimes especiais, ocorreu somente em 1940, com a promulgação do Decreto nº 2.308. Em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) incluiu este decreto em seu corpo normativo (Artigo 58).

Recentemente, com a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), a jornada de trabalho passou a ser regulamentada também pelo seu Artigo 7º, em que se manteve a duração diária de oito horas, porém com redução da jornada semanal de 48 para 44 horas.⁶ Essa temática permanece na pauta das reivindicações sindicais, que buscam uma nova regulação, com a redução da jornada para quarenta horas semanais.

As reivindicações em termos de redução da jornada de trabalho também tiveram diferentes motivações ao longo dos anos. De acordo com

4. A expressão "jornada de trabalho" refere-se ao tempo despendido com o trabalho remunerado executado pelo trabalhador para um empregador, mediante um contrato regular de prestação de serviço, que pode ser o tempo diário, semanal, mensal ou anual (Mocelin, 2011, p. 102).

5. A OIT, criada em 1919 no pós-Primeira Guerra Mundial, é uma agência multilateral especializada nas questões do trabalho ligada à Organização das Nações Unidas (ONU). Sua composição se dá de forma paritária, envolvendo governos dos 182 Estados-membros e organizações de empregadores e de trabalhadores.

6. O Artigo 7º da CF/1988 regulamentou a jornada de trabalho em 44 horas semanais e oito horas diárias, em 5,5 dias por semana; estabeleceu que o número máximo de horas extras diárias não pode exceder duas horas, e a remuneração das horas extras deve ser de no mínimo 150% do valor da hora normal. Segundo a Constituição, jornadas menores e flexibilização da jornada por períodos superiores a uma semana só podem ser efetivadas por negociação individual ou coletiva (Mocelin, 2011).

Mocelin (2011), o debate buscou sustentar-se pela geração de novos postos de trabalho, em resposta à crise econômica internacional e à reestruturação produtiva nos anos 1980 e 1990, passando depois pela valorização da qualidade de vida do trabalhador, na forma de mais horas livres para o lazer, a educação e a cidadania.

Por sua vez, as restrições legais à expansão da jornada de trabalho tiveram consequências na própria organização da força de trabalho no interior das firmas, capitaneadas pelas inovações tecnológicas e organizacionais, que geraram profundas mudanças no sistema produtivo e na vida do proletariado. Essas transformações lançaram novos elementos no debate em torno da intensidade do trabalho, que passou a não mais ser vista apenas como uma questão quantitativa, ou seja, o número de horas trabalhadas no dia ou na semana. A indução de novos equipamentos, processos de trabalho e organização gerencial acarretou novas oportunidades de exploração da força de trabalho, por meio do aumento da produtividade do trabalho na indústria e demais setores, o que demonstra um caráter histórico dialético da relação capital-trabalho sob a dinâmica capitalista. Assim, a categoria intensidade passou a ser fundamental nos estudos da sociologia do trabalho e da economia política, uma vez que ela marca a passagem da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, isto é, da grandeza extensiva para a grandeza intensiva do trabalho.⁷

Em suas investigações sobre o processo de trabalho no capitalismo, Marx descobriu que a força de trabalho, entendida como a soma das faculdades físicas e espirituais que existem na personalidade viva dos indivíduos, é a única mercadoria cujo próprio valor de uso tem a característica de ser fonte de valor. Portanto, em sua teoria, a força de trabalho humana possui uma característica peculiar, na qual seu verdadeiro consumo resulta em objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. Em suma, ela é a única mercadoria que cria valor ao ser consumida (Marx, 1970). Nesses termos, variações na intensidade da exploração da força de trabalho implicam variações na produção de *valor*, em um dado processo produtivo.⁸

7. "A noção de mais-valia absoluta é empregada para analisar a produção extra de valor mediante alongamentos de jornada e efeitos similares. Já a noção de mais-valia relativa é utilizada para produção de mais valores mediante intensificação e efeitos similares" (Dal Rosso, 2008, p. 54).

8. Na teoria marxista do valor-trabalho, o valor é entendido como o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir um determinado bem ou serviço.

A intensificação do trabalho pode ser entendida como o processo pelo qual se eleva o número de atividades e exigências ao trabalhador em um mesmo período de tempo. Seja qual for a relação de trabalho estabelecida – autônoma, assalariada, cooperativa, escravista etc. – haverá um determinado grau de intensidade, uma vez que ela está diretamente relacionada ao dispêndio de energias realizado pelos trabalhadores no ato concreto de sua atividade laboral. Nesse caso, o foco de análise recai sempre sobre o trabalhador. O que irá diferir de fato é quanto e a quem cabe determinar essa intensidade, que pode ser o próprio trabalhador, de maneira isolada (trabalhador autônomo) ou coletiva (trabalhador cooperativado), ou por outros sujeitos, no caso do trabalho subordinado, que nesse caso passa a ser o empregador (setor privado ou público) (Dal Rosso, 2008).

Vale ressaltar que a intensidade do trabalho não remete apenas ao esforço físico, mas também a todas as capacidades do trabalhador em um determinado período, inclusive a dimensão intelectual. Em um ambiente de trabalho sem uma regulação eficiente, excesso de trabalho pode produzir um desgaste físico a ponto de levar a acidentes e doenças de trabalho, altamente prejudiciais à integridade física do profissional. A intensificação do trabalho não se restringe a apenas um setor, como o industrial. Ela pode ser observada em todas as atividades em que se concentram significativas quantidades de capital e que se inserem em ambientes de competição mercantil, tais como nos setores financeiro, de telecomunicações, logística, saúde, educação, entre muitos outros.

Esse processo de intensificação do trabalho vem ganhando maior expressão desde os anos 1980, período que marcou uma nova etapa de reestruturação produtiva do capitalismo global, que resultou na demissão em massa de profissionais nos mais diversos setores econômicos. Houve então uma diminuição do número de empregados de um lado, e do outro, um aumento do número de atividades exigidas dos trabalhadores que permaneceram empregados, o que acarretou intensificação do trabalho. As novas tecnologias e processos organizacionais adotados pelo sistema produtivo passaram a exigir maior capacidade de aprendizado por parte dos trabalhadores, além de aumentarem a disponibilidade das pessoas para trabalhar, possibilitada por uma nova divisão social do trabalho. Segundo Araújo e Cianalli (2006, p. 295), essa racionalidade técnica instrumental adaptada à esfera administrativa estabeleceu novos paradigmas de

organização produtiva do sistema capitalista, na qual não restam alternativas ao assalariado a não ser “adaptar-se, subordinando-se às regras dessa forma de produzir, intensificada com a mudança para o paradigma produtivo da acumulação flexível”.

A combinação entre incremento tecnológico e novas dinâmicas de gestão visa não apenas elevar a capacidade produtiva da força de trabalho em um dado período de tempo, mas também diminuir ao mínimo possível os espaços de não trabalho durante a jornada. Marx (2011) usou a metáfora da “porosidade” do trabalho para se referir a esses momentos, também denominados “tempos mortos”, em que o trabalhador não produz valor, embora seu tempo esteja destinado ao trabalho. Segundo Dal Rosso (2008), a metáfora da porosidade permite compreender como o trabalho pode ficar mais denso, mais concentrado, sem a necessidade de aumentar a jornada de trabalho. Para isso, uma das características exigidas pelos empregadores é a polivalência, que tem como consequência a exigência de diversas tarefas ao trabalhador, sucessivamente, de maneira que lhe seja praticamente impossível trabalhar usufruindo de pequenos intervalos de descanso. Um exemplo característico, citado pelo autor, é o de operador de supermercado.

Ele exerce o trabalho de caixa enquanto houver gente nas filas. No momento em que ninguém mais estiver nas filas de compras, o “operador” desloca-se para a arrumação de prateleiras, a reposição de produtos, o serviço de informação aos clientes, a limpeza ou qualquer outra atividade necessária; e, tão logo necessário, retorna à função de caixa mais uma vez. A saber, os novos trabalhos contêm graus superiores de intensidade. Eles não têm a jornada definida permanente, mas horários flexíveis conforme a necessidade da empresa (Dal Rosso, 2008, p. 13).

Para além da intensidade do trabalho intrajornada, proporcionada pelas inovações tecnológicas e organizacionais, há outra questão que tem ganhado destaque nos estudos mais recentes sobre o mundo do trabalho. Muitos equipamentos modernos de comunicação – computadores portáteis, telefones celulares multifuncionais, internet – não apenas contribuem para reduzir a porosidade do trabalho em meio à jornada regulamentar, mas também chegam a comprometer o próprio tempo livre do trabalhador, entendido como aquele fora do ambiente laboral. Além do uso desses equipamentos durante viagens em aviões, trens e outros veículos de transporte para realizar tarefas intimamente ligadas a sua atividade, muitas pessoas levam obrigações para casa, para serem realizadas entre uma e outra

tarefa doméstica ou de lazer, ou mesmo de maneira contínua. Nesse sentido, as fronteiras entre tempo de trabalho e tempo livre se tornam fluidas, de difícil determinação, afetando a vida individual e coletiva (Dal Rosso, 2008). Esse tempo de trabalho imaterial, na maioria das vezes não pago, é incorporado ao sistema produtivo, propiciando uma conjugação de mais-valia absoluta e relativa (Branchetti, 2008), sem se enquadrar objetivamente em nenhuma dessas categorias.

Portanto, pôde-se perceber, com base nessa breve discussão de literatura, que o tema da intensidade do trabalho remete a uma série de fatores fortemente imbricados na dinâmica do próprio desenvolvimento das forças produtivas. Por não ser uma categoria diretamente observável, sua compreensão exige um estudo empírico mais denso, com instrumentos que permitam captar a percepção dos trabalhadores em diferentes setores sobre o grau dessa intensidade e os elementos sobre os quais ela se manifesta.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

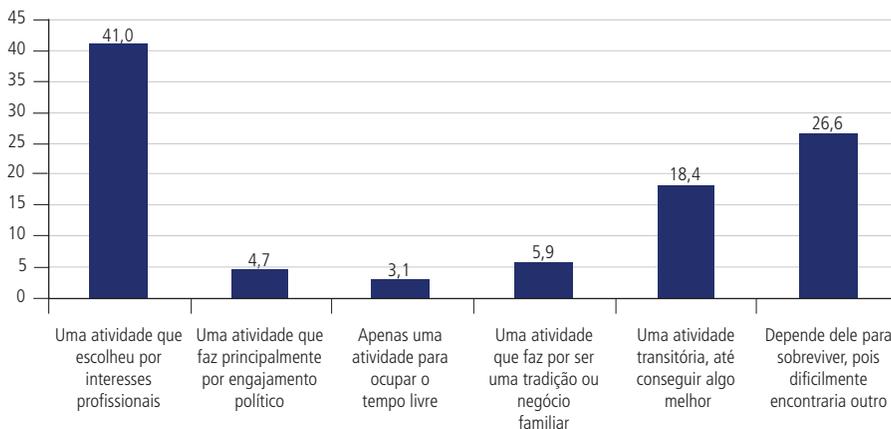
A revisão trazida à baila na seção anterior fornece elementos conceituais e analíticos importantes para investigar o que os números do banco de dados do SIPS podem apontar em termos de entendimento dos trabalhadores quanto às exigências no ambiente laboral. Como já dito na introdução, esta seção apresenta e discute os resultados a partir de quatro subitens: relação com a atividade exercida; jornada de trabalho; exigência de capacidades; e cobranças e intensidade do trabalho.

3.1 Relação com a atividade exercida

Para iniciar a análise dos resultados desta pesquisa, é importante saber como os trabalhadores percebem sua relação com o próprio trabalho. Os resultados dessa questão, apresentados no gráfico 1, indicam que 41% dos trabalhadores afirmaram que a atividade que exercem foi escolhida por eles por interesses profissionais. Outros 26,6% disseram que estão nessa atividade porque dependem dela para sobreviver, pois dificilmente encontrariam outra ocupação; e 18,4% identificam seu trabalho atual como uma atividade transitória, na qual se encontram somente até conseguirem algo melhor. Em outras três opções encontram-se aqueles que reconhecem seu trabalho como uma atividade que fazem por ser uma tradição ou negócio familiar (5,9%); por engajamento político (4,7%); ou apenas para ocupar temporariamente

o tempo livre (3,1%). Embora seja um percentual baixo, os 4,7% dos trabalhadores que exercem sua atividade por engajamento político chegam a surpreender. A maioria deles encontra-se ocupada no setor de serviços, com destaque para a atividade em organizações não governamentais (ONGs).

GRÁFICO 1
Percepção dos trabalhadores quanto ao seu trabalho atual
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

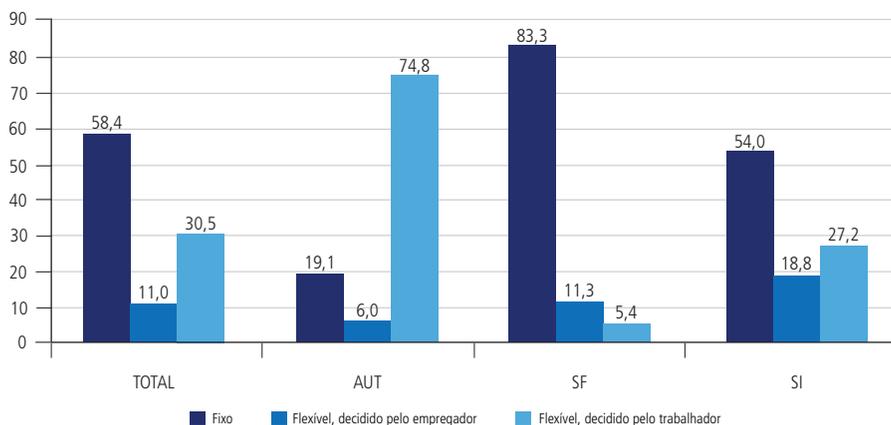
Quando se desdobram esses resultados por vínculo trabalhista, fica evidenciado que os trabalhadores subordinados formais possuem a maior proporção entre os que responderam escolher sua atividade atual por interesse profissional, sendo os trabalhadores da administração pública e da indústria os que mais afirmaram tal percepção. O contrário ocorre entre aqueles que responderam encarar sua atividade atual como transitória ou que a exercem apenas porque dependem dela para sobreviver, sendo os subordinados informais e os autônomos os que apresentam a maior proporção. Infere-se, com isso, que o trabalho autônomo e o informal são ainda caracterizados fortemente como uma necessidade temporal de sobrevivência, que às vezes até se torna permanente, devido à dificuldade do profissional de buscar outras formas de ocupação que mais lhe interessem.

3.2 Jornada de trabalho

Em termos de definição do horário de trabalho, a maioria dos entrevistados, 58,5%, afirmou exercer horário fixo, contra 41,5% que exercem horário flexível, sendo que esses últimos são compostos por 30,5% que definem seu

próprio horário e 11% cujo horário é definido pelo empregador. Ao diferenciar por vínculo trabalhista, vê-se pelo gráfico 2 que esses números apresentam variações significativas. Enquanto os subordinados informais apresentam valores próximos à média geral, entre os subordinados formais a grande maioria exerce jornadas de trabalho com horário fixo, 83,3%. Já entre os autônomos, esse valor se inverte, com 74,8% deles exercendo horários flexíveis definidos por eles próprios, o que já era de se esperar pela própria natureza do trabalho autônomo. Entretanto, mesmo com a grande maioria dos trabalhadores autônomos apresentando jornadas flexíveis, chama atenção também o fato de quase 20% deles declararem que exercem atividades em período fixo que não é determinado por eles mesmos. Nesse caso, esse resultado pode ser uma combinação de várias situações: suas jornadas podem ser definidas por seus clientes, contratantes de seus serviços, ou estarem subordinados a horários dos espaços nos quais eles ocupam, como no caso dos pequenos negócios, ou então pode até mesmo apontar relações de subordinação disfarçada, como no caso da transformação dos trabalhadores em pessoa jurídica (PJ) para sua posterior contratação, livrando o empregador dos encargos trabalhistas (fenômeno conhecido como “pejotização”).

GRÁFICO 2
Forma de organização do horário de trabalho
(Em %)



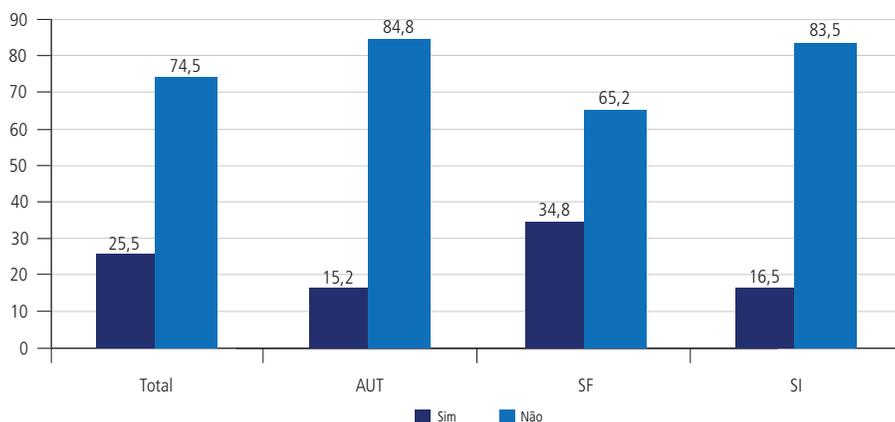
Elaboração do Ipea.

Esses resultados refletem diretamente nas análises por setor de atividade. Os setores que apresentam maior grau de formalização, como indústria e administração pública, possuem maior proporção de seus profissionais

exercendo jornadas fixas de trabalho, enquanto os setores como agricultura, comércio e serviços, com maior índice de informalidade e trabalho por conta própria, tendem a apresentar uma proporção maior de trabalhadores com horários flexíveis.

Outro ponto questionado diz respeito à exigência de se chegar antes do horário de trabalho para alguma preparação. Do total dos entrevistados, 74,5% afirmaram não haver tal exigência em seus locais de trabalho, contra 25,5% dos que afirmaram haver. A maior parte destes afirmou que necessita chegar entre quinze e trinta minutos antes do início de sua jornada. Os trabalhadores subordinados formais foram os que apresentaram o maior percentual de exigência, com 34,8%, como se observa no gráfico 3. Em termos de setor de atividade, os empregados da indústria apresentaram o maior percentual de exigência, com 37,8%. Os motivos mais recorrentes expostos para justificar essa exigência foram: vestir uniforme ou equipamento de proteção; conferir o caixa ou equipamentos; e limpeza e organização do local de trabalho.

GRÁFICO 3
Exigência de se chegar antes do horário de trabalho para alguma preparação
 (Em %)



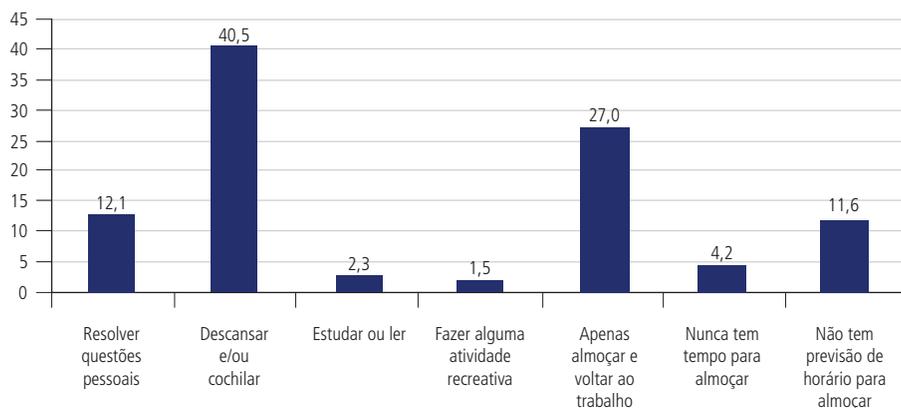
Elaboração do Ipea.

Questionou-se posteriormente sobre se eles conseguem aproveitar seu horário de almoço para alguma outra atividade. Os resultados plotados no gráfico 4 apontam que, primeiramente, 15,8% dos entrevistados afirmaram não ter tempo ou não ter previsão para seu horário de almoço. Esse resultado é mais grave para os autônomos, com 24,5%, e menos para os subordinados

formais, 10,1%. Além desses, 27% afirmaram que só têm tempo de almoçar e voltar ao trabalho, sendo que esse percentual não variou significativamente entre os diferentes vínculos. Já quanto aos setores de atividade, os empregados da indústria e da construção civil foram os que apresentaram os menores percentuais entre os que não têm tempo ou previsão de almoçar.

GRÁFICO 4

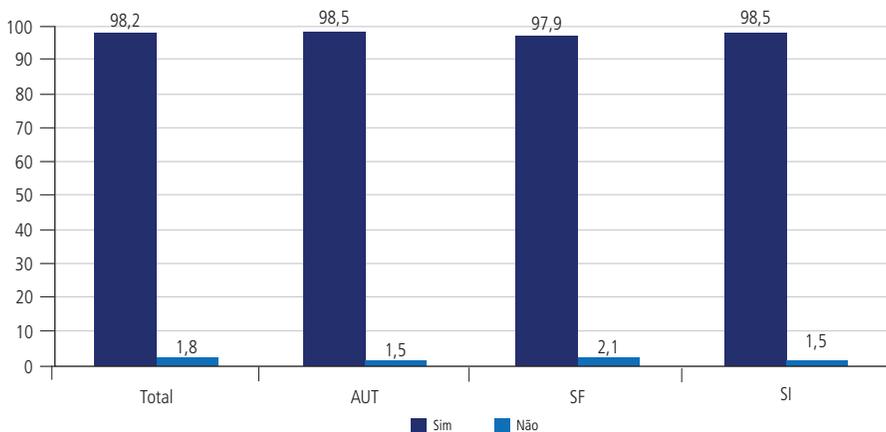
Como os trabalhadores aproveitam seu horário de almoço



Elaboração do Ipea.

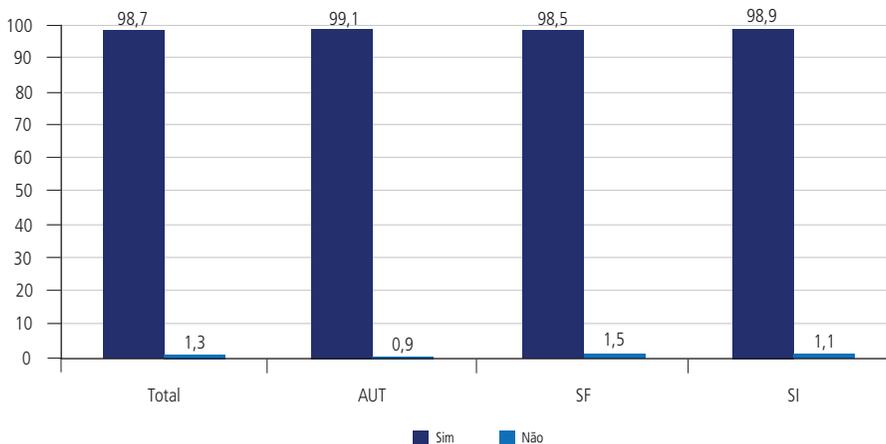
Além do horário de almoço, o entrevistado foi questionado também sobre a possibilidade de satisfazer uma série de necessidades ao longo do horário de trabalho. Os gráficos 5 a 10 apresentam esses resultados. Em três deles, mais de 95% do total afirmaram ter liberdade para satisfazê-las, quais sejam: ir ao banheiro; tomar água; e parar para tomar café ou lanchar. Em outros três, o percentual das respostas afirmativas apresentou algumas variações: 72,4% afirmaram poder sair para resolver algum problema pessoal no horário de trabalho; 83,1% declararam conversar sobre assuntos gerais com algum colega de trabalho; e 69,6% asseguraram poder parar um tempo para descansar após alguma atividade. Nessas últimas três questões, verificou-se que os subordinados formais são os que apresentam a maior rigidez em termos de tempo de trabalho, com percentuais abaixo da média geral em todas: 60,3%, 78% e 59,6%, respectivamente. Por setor de atividade, os empregados da indústria também apresentaram os menores percentuais de respostas afirmativas nessas três questões: 55,3%, 72,8% e 50,5%.

GRÁFICO 5
Liberdade para ir ao banheiro
 (Em %)



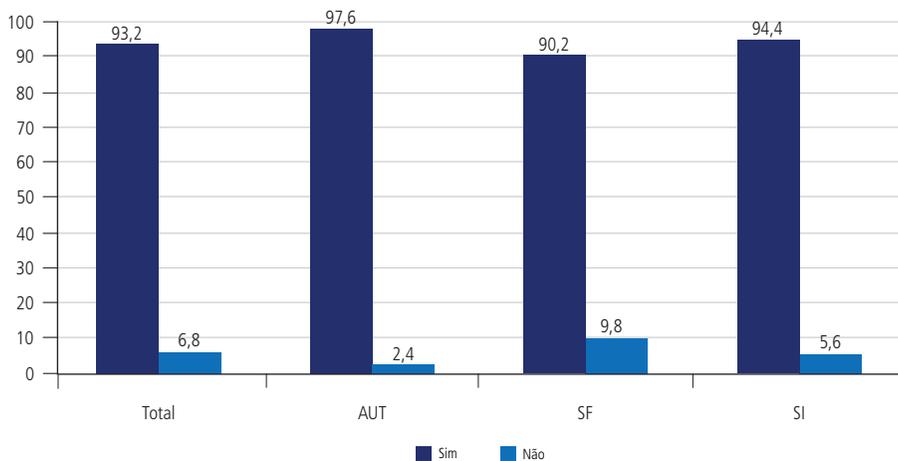
Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 6
Liberdade para tomar água
 (Em %)



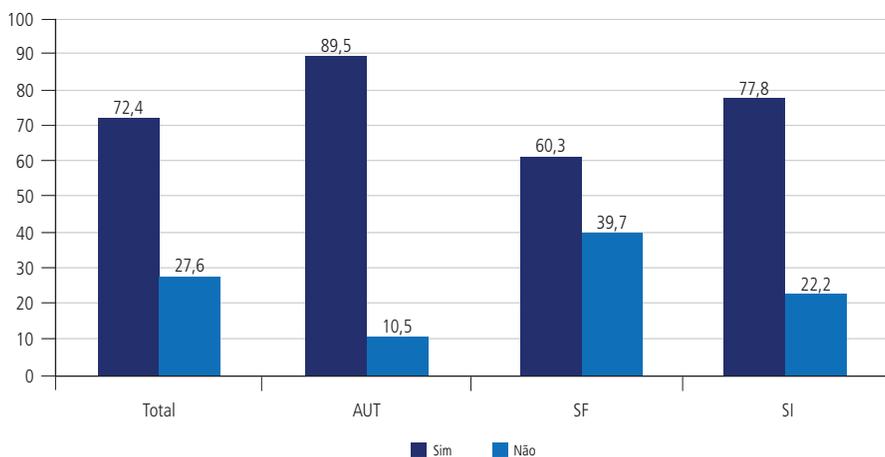
Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 7
Liberdade para tomar café ou lanchar
(Em %)



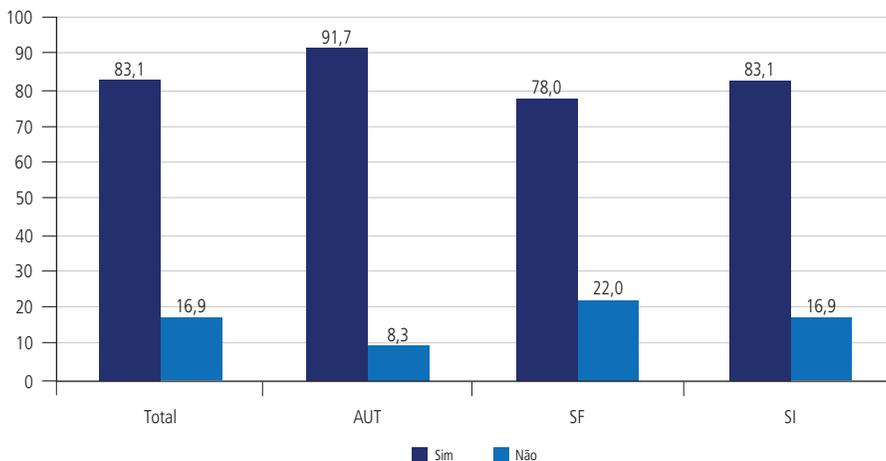
Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 8
Liberdade para resolver problemas pessoais
(Em %)



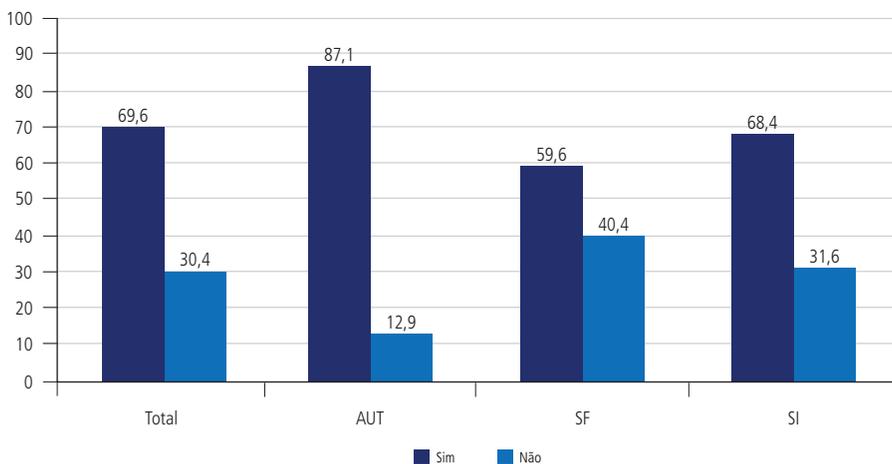
Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 9
Liberdade para conversar com colegas de trabalho
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 10
Liberdade para descansar após uma atividade
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

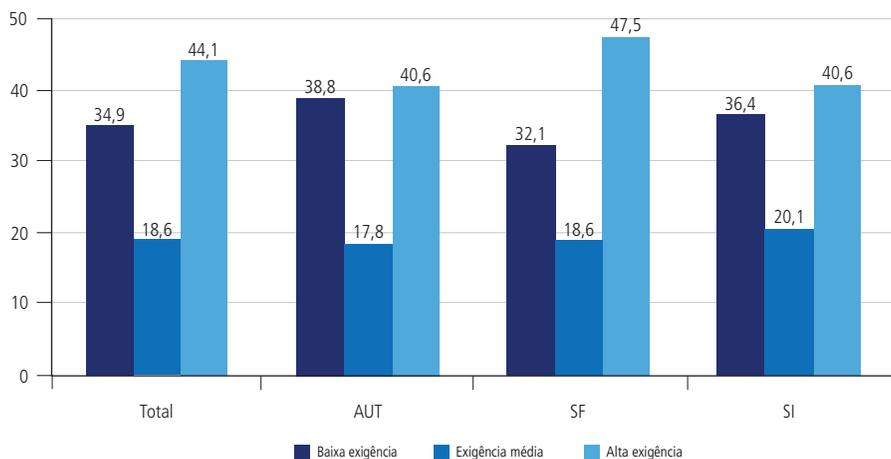
3.3 Exigência de capacidades

A pesquisa focou também no entendimento dos trabalhadores sobre algumas capacidades que lhes são exigidas em sua atividade laboral, seja pelo empregador, no caso dos trabalhadores subordinados, seja pelos clientes, no

caso dos autônomos, e que são imprescindíveis para a manutenção de seu posto de trabalho. Nesse sentido, foi questionado o nível de exigência para um grupo de cinco capacidades gerais diferentes.

A primeira delas referiu-se à capacidade de exercer várias funções diferentes no local de trabalho. No total, 34,9% afirmaram haver um grau baixo de exigência; 18,6%, que há exigência média; e 44,1%, que há uma alta exigência quanto a essa capacidade, como se pode observar no gráfico 11. Os trabalhadores formais apresentaram maiores índices de alta exigência e menores quanto à baixa exigência, embora não se note uma grande variação entre os vínculos ou entre os setores de atividade.

GRÁFICO 11
Capacidade de exercer várias funções diferentes
(Em %)

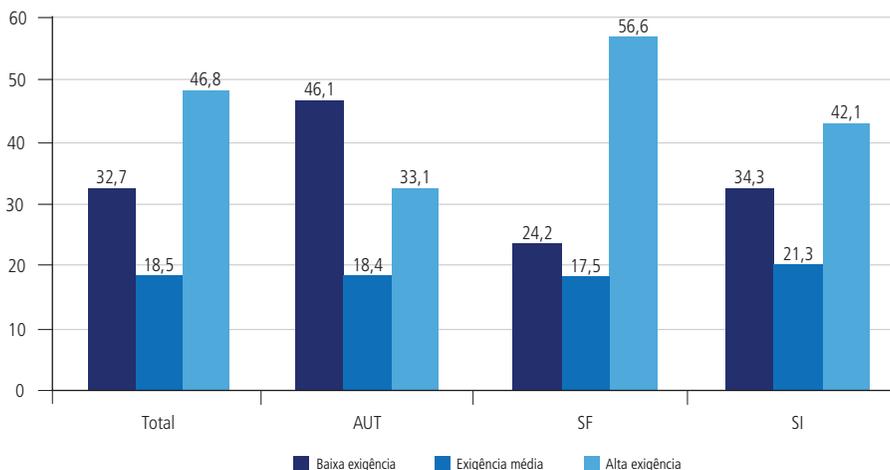


Elaboração do Ipea.

Posteriormente, o entrevistado foi questionado sobre a exigência de capacidade de trabalho em grupo, que teve como resultado geral: 32,7% com baixa exigência; 18,5% com exigência média; e 46,8% com alta exigência (gráfico 12). Sobre esse ponto, os subordinados formais também apresentaram a maior proporção de alta exigência e a menor proporção de baixa exigência. Os subordinados informais e os autônomos apresentaram índices parecidos e abaixo da média quanto à exigência da capacidade de trabalho em grupo, o que leva a crer em uma organização atomizada e pouco coletiva do trabalho autônomo e informal no Brasil. Entre os setores, os trabalhadores da

administração pública e da indústria, conseqüentemente aqueles com maior grau de formalização de seus vínculos de trabalho, foram os que tiveram o maior percentual de respostas afirmativas quanto à alta exigência de trabalho em grupo: 60,3% e 57,7%, respectivamente.

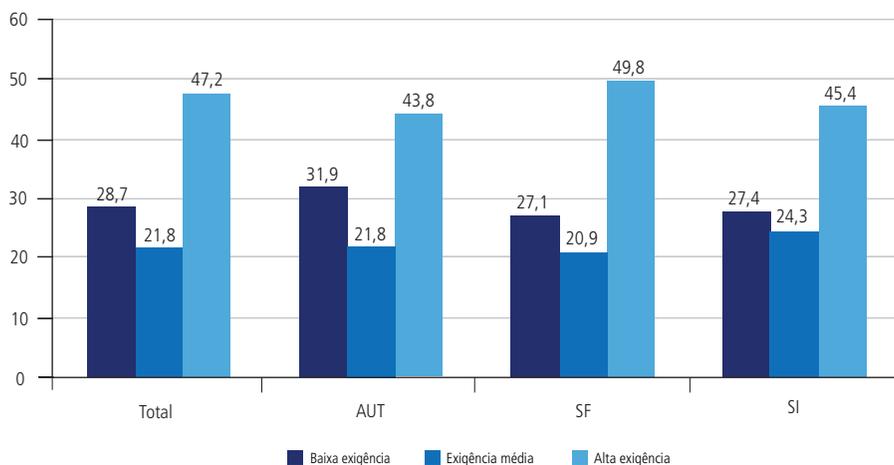
GRÁFICO 12
Capacidade de trabalhar em grupo
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

A terceira capacidade abordada foi no tocante à realização de tarefas com grande velocidade. O resultado geral apontou para 28,7% com baixa exigência; 21,8% com exigência média; e 47,2% com alta exigência (gráfico 13). Os autônomos foram os que mais destoaram da média geral quanto aos percentuais de baixa e alta exigência, que foram de 31,9% e 43,8% para os trabalhadores desse grupo. Entre os setores de atividade, destaque para os profissionais da indústria, com 50,4% de alta exigência nesse quesito.

GRÁFICO 13
Capacidade de realizar tarefas com grande velocidade
 (Em %)



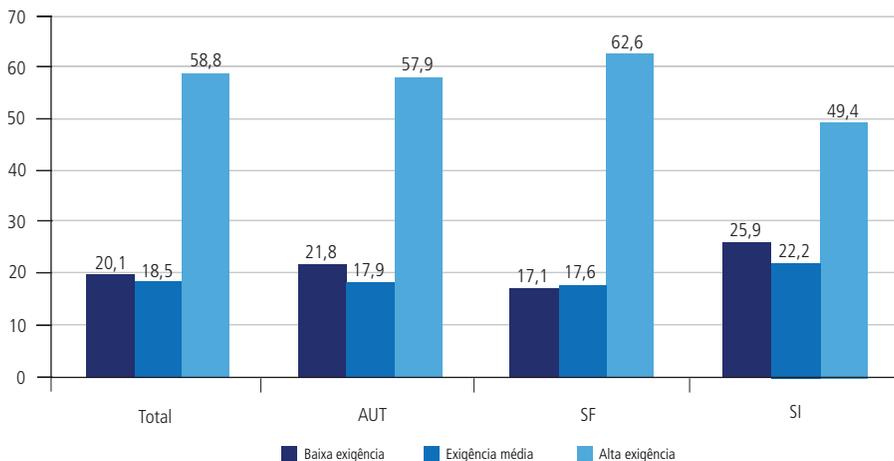
Elaboração do Ipea.

Outra capacidade questionada na pesquisa foi com relação a se comunicar bem, escrita e oralmente, mostrada no gráfico 14. Os percentuais gerais detectados foram: 20,1% com baixa exigência; 18,5% com exigência média; e 58,8% com alta exigência. Os subordinados informais foram os que mais destoaram da média geral quanto ao percentual de alta exigência verificada, com 49,4%. Os maiores índices de alta exigência foram identificados entre os trabalhadores da administração pública e do comércio: 68,4% e 64,7%, respectivamente.

Por último, como mostra o gráfico 15, foi questionado o grau de exigência da capacidade de atender bem aos clientes ou fornecedores. Os percentuais gerais foram: 15,2% com baixa exigência; 12,8% com exigência média; e 69,2% com alta exigência. Verifica-se, portanto, que essa é a capacidade com maior grau de exigência entre os trabalhadores abordados nesta pesquisa. Nesse quesito, assim como no anterior, os subordinados informais apresentaram os menores graus de percepção quanto à alta exigência dessa capacidade, embora tenha sido o maior valor entre as cinco capacidades questionadas para esse grupo, 60%. Interessante notar também que esta foi a única capacidade exigida abordada nesta pesquisa em que o grupo dos trabalhadores formais não foi o que apresentou o maior índice, mesmo com valor acima da média geral, ficando nesse caso por conta dos

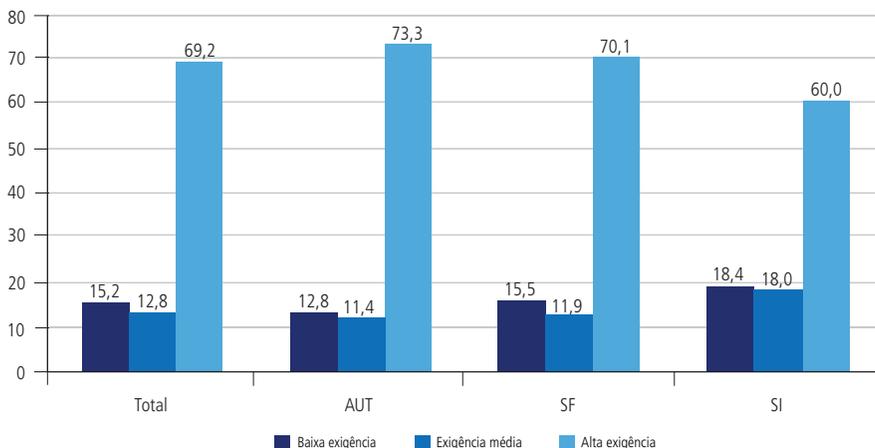
autônomos, com 73,3%. Em termos de setores, como já era esperado, os maiores índices de alta exigência de bom atendimento foram verificados entre os profissionais do comércio (77,5%), serviços (69%) e administração pública (66,1%).

GRÁFICO 14
Capacidade de se comunicar bem (escrita e oralmente)
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 15
Capacidade de atender bem aos clientes e fornecedores
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

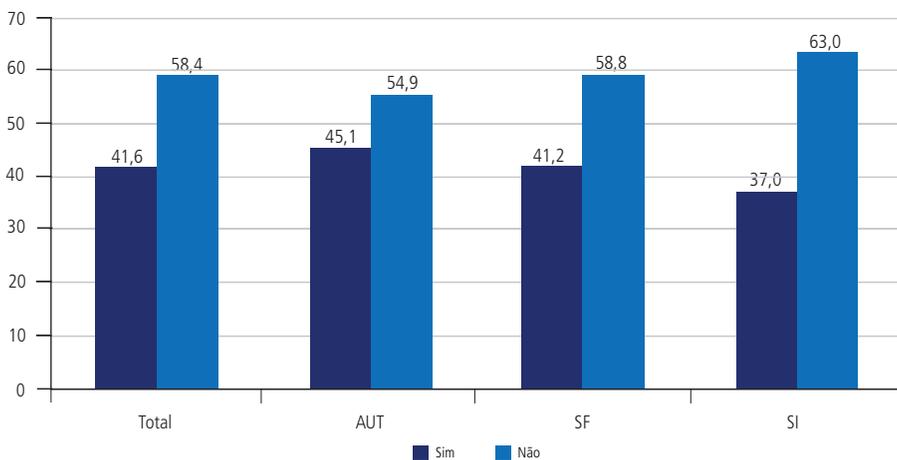
3.4 Cobranças e intensidade do trabalho

O último bloco de questões referentes ao tempo de trabalho buscou verificar a compreensão dos trabalhadores em termos de cobrança e intensidade do trabalho.

Primeiramente, questionou-se se eles notam que em seu ambiente de trabalho lhes são exigidas atividades que antes eram exercidas por mais de uma pessoa. Como resultado, 41,6% responderam sim, enquanto 58,4% responderam não. Os subordinados informais foram os que apresentaram o menor percentual de exigência, com 37%, e os autônomos tiveram o maior percentual, 45,1%. Entre os setores de atividades, apenas os trabalhadores agrícolas divergiram da média geral, com 70% afirmando que lhes são exigidas atividades que antes demandavam mais de uma pessoa. Embora seja um percentual bastante alto, deve-se ressaltar que o tamanho da amostra dos trabalhadores agrícolas foi pequeno, o que compromete a significância estatística dos resultados para esse grupo (gráfico 16).

GRÁFICO 16

Exigência de atividades que antes eram exercidas por mais de uma pessoa
(Em %)

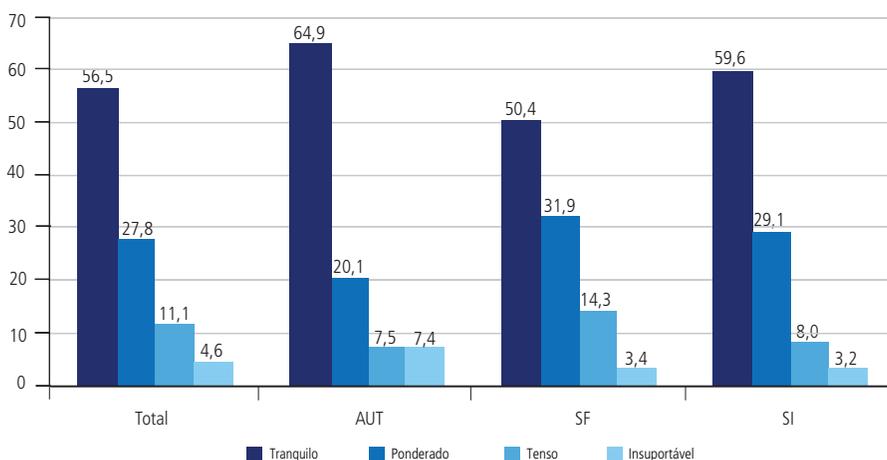


Elaboração do Ipea.

Com relação às cobranças recebidas no ambiente de trabalho atual, sejam elas do empregador ou dos clientes, procurou-se obter informações sobre como os trabalhadores as perceberam em seus ambientes de trabalho. Eles classificaram-nas da seguinte forma: 56,5% afirmaram que são

tranquilas, pois há liberdade para exercer as tarefas que lhes são cobradas; 27,8% classificaram-nas como ponderadas, percebendo que as cobranças ocorrem de maneira normal; 11,1%, como tensas, pois há um nível de cobrança bem elevado; e 4,6% disseram que as cobranças no ambiente de trabalho são insuportáveis e ocorrem a todo o tempo. Nos percentuais divididos por vínculo, os subordinados formais apresentam as maiores proporções de trabalhadores que classificam as cobranças como tensas ou insuportáveis, com 17,6% ao todo. Outros 2,3% responderam que esse questionamento não se aplica para seu ambiente de trabalho, sendo a maioria deles composta por autônomos. Nos setores de atividades, não se constataram grandes variações em torno da média geral (gráfico 17).

GRÁFICO 17
Classificação do nível das exigências no trabalho
(Em %)

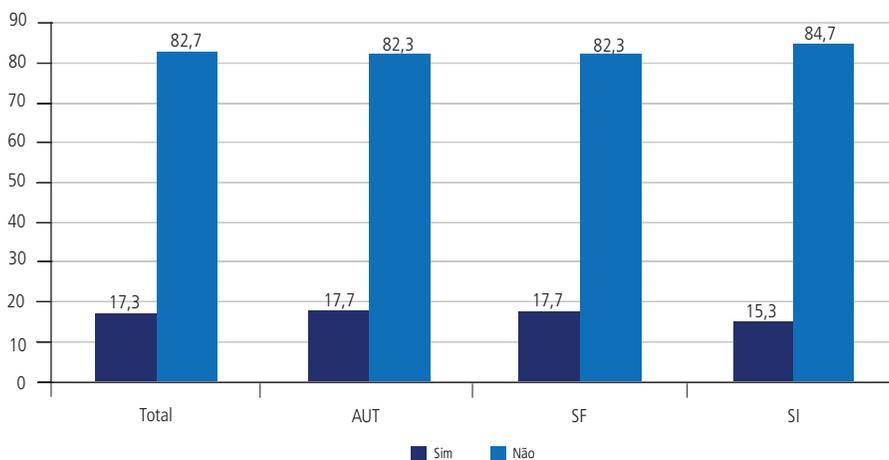


Elaboração do Ipea.

Outra questão importante desse bloco refere-se à ocorrência de acidentes ou problemas de saúde sofridos alguma vez pelos profissionais em sua vida laboral, os quais eles atribuem ao excesso de trabalho (gráfico 18). Verificou-se que 17,3% afirmaram já ter sofrido algum acidente ou problema de saúde nessas condições. Ou seja, quase um trabalhador em cada cinco afirmou ter sofrido alguma consequência negativa do excesso de trabalho, um número bastante preocupante no que tange à temática da saúde e segurança do trabalho. Olhando para os setores econômicos, os que apresentaram maior percentual foram o dos trabalhadores agrícolas, com 22,2%, e o da construção civil, 19,6%.

GRÁFICO 18

Ocorrência de acidente ou problema de saúde decorrente do excesso de trabalho
(Em %)

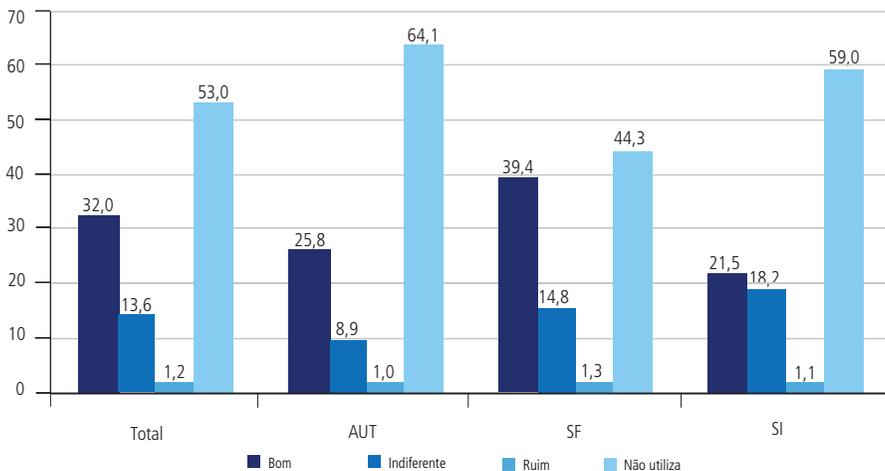


Elaboração do Ipea.

Uma questão recorrente nos estudos recentes sobre o excesso de trabalho aborda a temática da inserção dos equipamentos de informática e telecomunicações (computador, internet, celular etc.) no ambiente profissional dos mais variados setores econômicos. Com base nesse ponto, perguntou-se aos entrevistados o que eles acham do impacto desses equipamentos em seus ofícios. Constatou-se que 32% deles classificam o impacto como bom, por considerarem que tais equipamentos aliviaram sua rotina e que agora podem executar as tarefas com um menor esforço; 13,6% disseram ser indiferentes, pois acreditam que a intensidade continua a mesma, alterando-se apenas a forma de executar as tarefas; 1,2% percebe esse impacto como ruim, por acreditar que a inserção desses equipamentos intensificou seu trabalho, pois agora executam tarefas relativas ao trabalho em seu tempo livre ou precisam ficar de prontidão para uma chamada repentina. Por sua vez, a maioria dos entrevistados, 53%, afirmou que não utiliza equipamentos de informática ou telecomunicações na jornada de trabalho. O gráfico 19 mostra essa divisão por vínculo de trabalho, em que se pode perceber que a proporção de trabalhadores que classificaram o impacto como ruim não variou muito entre eles. A maior variação ficou por conta da proporção dos que não utilizam esses equipamentos, sendo menor entre os subordinados formais e maior entre os autônomos e subordinados informais. Entre os setores de atividades, a construção civil apresentou

o maior percentual de empregados que não utilizam equipamentos de informática ou telecomunicações, 71,8%, enquanto o menor índice foi o da administração pública, 28,7%.

GRÁFICO 19
Percepção sobre o impacto dos equipamentos de comunicação e informática no trabalho
 (Em %)



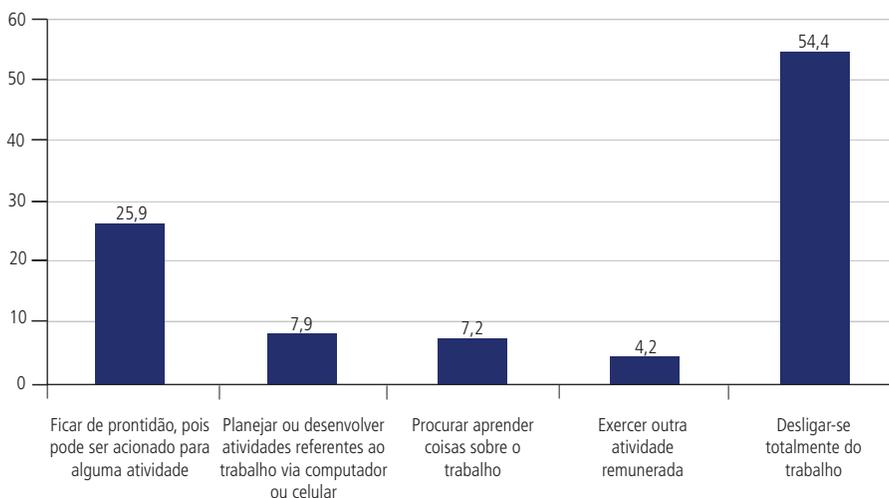
Elaboração do Ipea.

Por seu turno, foi questionada também qual a relação dos trabalhadores com sua atividade laboral quando estão fora da jornada e do ambiente profissional (gráfico 20). Tal questionamento é importante à medida que se entende que a dimensão do trabalho é essencial na vida humana, pois, além de ser uma condição para sua existência social e permitir a mediação entre homem e natureza, é um fator que diferencia a espécie humana de outras formas de vida no universo. No entanto, a vida em sociedade não se restringe apenas ao trabalho, sendo composta também por diversos espaços de sociabilidades e convivências que se desencadeiam nos momentos de não trabalho dos indivíduos.

GRÁFICO 20

Relação com o trabalho quando está fora da jornada

(Em %)



Elaboração do Ipea.

Nesse ponto, quase a metade deles, 45,6%, afirmou que não consegue desligar-se totalmente do trabalho em seu tempo livre, sendo que 25,9% do total responderam que ficam de prontidão, pois podem ser acionados para alguma atividade fora de sua jornada normal de trabalho; outros 7,9% afirmaram que em seu tempo fora da jornada de trabalho também planejam ou desenvolvem atividades referentes ao trabalho via computador ou celular. No primeiro caso, a maior proporção encontra-se entre os autônomos, enquanto no segundo a maior proporção está entre os subordinados formais e informais. O interessante desses resultados é que são bem superiores ao 1,2% daqueles que disseram que a inserção dos equipamentos de informática e comunicação no trabalho é ruim pelo fato de implicarem execução de tarefas em seu tempo livre ou necessidade de ficar de prontidão para uma chamada repentina, como se observou no gráfico 19. Além desses, 7,2% afirmaram que procuram aprender coisas sobre seu ofício, o que também indica um comprometimento de seu tempo livre em decorrência de sua atividade laboral, e 4,2% realizam outro trabalho remunerado. Entre os demais entrevistados, 54,4% deles disseram que se desligam totalmente do trabalho quando estão fora de suas jornadas. Entre os setores de atividades, a indústria apresentou a menor proporção de trabalhadores que ficam de prontidão para eventuais

chamadas de trabalho e a maior proporção entre os que conseguem se desligar em seu tempo livre, 19,1% e 62,9%, respectivamente.

Esses números demonstram que um conjunto significativo de trabalhadores encontra-se vinculado à sua atividade mesmo nos momentos fora de sua jornada de trabalho, sobretudo por meio de modernos equipamentos de comunicação, que os deixam disponíveis aos empregadores ou aos clientes em qualquer momento do dia ou da noite. O uso dessas novas tecnologias, exigido no caso do trabalho subordinado e autoincorporado no trabalho autônomo, permite romper com a barreira física do local de trabalho, uma vez que este passa a ser mais fluido no que tange ao estabelecimento de fronteiras com o local de não trabalho. Com isso, a flexibilização do trabalho (seja em termos de jornada ou de exigência de funções), comandada pela dinâmica do capital, impacta diretamente não apenas a qualidade de vida dos profissionais, mas também a própria organização familiar, ao criar restrições para pessoas encarregadas de tarefas domésticas e familiares. Esse tipo de relação permite um alargamento conceitual sobre a temática da intensidade do trabalho e de seus desdobramentos no campo individual e social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados nesta pesquisa auxiliam no entendimento das percepções entre os trabalhadores no tocante à intensidade do trabalho, bem como suas principais cobranças e exigências. Esse tipo de análise é importante pelo fato de o trabalho ser uma das principais dimensões da vida e ter uma grande influência no planejamento do dia a dia e da sociabilidade das pessoas. Outra questão em que a intensidade do trabalho pode ter influência importante é a saúde e integridade física das pessoas. Pelos resultados obtidos, cerca de um em cada cinco entrevistados afirmou já ter sofrido alguma doença ou acidente decorrente deste excesso, um dado bastante preocupante para a temática da saúde do trabalho no Brasil.

Pode-se inferir que, de acordo com a percepção dos trabalhadores, a intensidade do trabalho tem-se manifestado, sobretudo, pelo aumento das exigências e pela pressão por resultados, o que se percebe pelo elevado índice de “alta exigência” nas cinco capacidades gerais apontadas nesta pesquisa. Outro ponto digno de nota é que cerca de metade dos entrevistados afirmou que não se desliga totalmente de seu trabalho durante seu tempo livre, o que

demonstra que o trabalho se apropria do tempo livre dos trabalhadores, seja pela exigência de novas capacitações para acompanharem as atuais exigências, seja pela necessidade de prontidão para o exercício de atividades extras.

O que se notou é que os trabalhadores subordinados formalizados são os que possuem maior rigidez em termos de tempo de trabalho e não trabalho. Isso ficou claro, por um lado, pela percepção de uma menor incidência de porosidade no tempo de trabalho desse grupo, e por outro, pela definição de horários fixos de trabalho e horário de almoço por parte do empregador. No caso dos autônomos e dos subordinados informais, essas fronteiras são muito difíceis de serem detectadas. Conseqüentemente, os setores de atividade que apresentam maior grau de formalização da força de trabalho, como a indústria e a administração pública, acompanharam os resultados dos subordinados formais.

Em termos de exigências de capacidades, o grupo dos subordinados formais foi o único que apresentou índices superiores à média geral em todas as exigências abordadas na pesquisa, o que denota maior necessidade de qualificação profissional para o exercício de uma atividade formalizada. Essa afirmação é corroborada também pelo fato de os trabalhadores formais apresentarem maiores índices de escolaridade com relação aos demais. Em decorrência desse maior grau de determinações, os trabalhadores formais também são os que mais apresentaram críticas quanto ao nível de exigências no ambiente profissional.

Além disso, os subordinados formais estão entre os que mais afirmaram haver escolhido sua atividade por interesses profissionais. O fato de eles apresentarem maior grau de escolaridade auxilia nessa possibilidade de escolher qual atividade exercer. Entre os informais e os autônomos, suas atividades tendem a ser percebidas como transitórias ou são exercidas pela dificuldade de se encontrar outra.

Por fim, em termos de percepção quanto ao papel dos novos equipamentos de comunicação e informática no ambiente profissional, é interessante notar que apenas uma parcela residual (1,2%) dos trabalhadores afirmou achar ruim essa inserção por fazê-los exercer alguma atividade referente ao trabalho em seu tempo livre. Entretanto, cerca de um terço informou que fica de prontidão em seu tempo livre para eventuais chamadas de trabalho ou utiliza esses equipamentos para planejar atividades

de trabalho. Isso mostra que os novos equipamentos de comunicação e informática possuem relevante contribuição no aumento da intensidade do trabalho. Entretanto, essa questão ainda não é vista como um problema, ou então não se construiu entre os trabalhadores uma associação direta entre o aumento da intensidade e tais equipamentos, ou seja, eles podem estar encarando essa intensidade como advinda da própria natureza e necessidade do trabalho.

Ainda sobre esse quesito, é digno de nota que mais da metade dos entrevistados afirmou não fazer uso desses equipamentos em seu ambiente de trabalho. Também se diagnosticaram diferenças importantes entre os vínculos. Os trabalhadores subordinados formais são os que mais consideraram a inserção desses equipamentos como boa para o exercício de seu trabalho. Já os informais e os autônomos apresentaram um grau bastante elevado de profissionais que não utilizam equipamentos de informática ou que são indiferentes a eles, o que denota a existência de postos de trabalho de baixa tecnologia e, por conseguinte, baixa produtividade nesses dois grupos.

É importante ressaltar que essa pesquisa do SIPS foi um exercício inicial de análise das dimensões da intensidade do trabalho e suas diferentes percepções entre os variados grupos que compõem o mercado de trabalho no Brasil. Espera-se que esses resultados sejam um ponto de partida para outras pesquisas, sejam elas de caráter ampliado ou focalizado, para que se consiga chegar a diagnósticos mais precisos para o subsídio de novas ações e políticas que venham garantir um melhor arranjo do sistema de proteção social e políticas de emprego e renda no país.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Silvia; CIANALLI, Daniel. Trabalho e sobrevivência: o mundo da vida sob ameaça. **Revista sociedade e Estado**, v. 21, n. 2, 2006.
- BRANCHETTI, Lucídio. **Da chave de fenda ao *laptop***: tecnologia digital e novas qualificações. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.
- DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DAL ROSSO, Sadi; FORTES, José. **Condições de trabalho no limiar do século XXI**. Brasília: FINATEC, 2007.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1970. v. 1. t. 1.

_____. **Grundrisse**: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOCELIN, Daniel. Redução da jornada de trabalho e qualidade dos empregos: entre o discurso, a teoria e a realidade. **Revista de sociologia política**, v. 19, n. – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Duração do trabalho em todo o mundo**: tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada. Brasília: OIT, 2009.

TEMPO DE TRABALHO E TEMPO LIVRE: AS RELAÇÕES TEMPORAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA*

André Gambier Campos**
Sandro Pereira Silva**

RESUMO

Este texto contém resultados de um levantamento quantitativo de informações, realizado pelo Ipea, no âmbito do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Esse levantamento versou sobre o tempo de trabalho, bem como sobre as relações entre este e outros tempos (como os relacionados à conservação do domicílio, às atividades de estudo, aos cultos religiosos e às práticas esportivas). Há percepções comuns sobre tais relações entre os entrevistados do SIPS/Ipea, apontando para o seguinte: *i*) o tempo de trabalho remunerado afeta (de modo significativo, crescente e negativo) o tempo livre disponível; *ii*) isso ocorre não só por conta da extensão do tempo de trabalho mas também por causa da “diluição” da fronteira entre tempo de trabalho e tempo livre (devido a mecanismos de prontidão/sobreaviso, a instrumentos de teletrabalho etc.); *iii*) isso afeta a qualidade de vida, ao gerar cansaço, estresse e desmotivação; ao prejudicar as relações familiares e as relações de amizade; ao inviabilizar as atividades esportivas, educacionais e assim por diante; e *iv*) não obstante, poucos entrevistados realmente pensam em trocar de ocupação por conta disso – regulamento, a atitude básica é a de “conformação” individual com a situação.

1 INTRODUÇÃO

1.1 O conceito de tempo

O atual conceito de tempo, próprio da modernidade ocidental, despontou no contexto da racionalização das esferas da vida econômica, social, política e cultural. De acordo com a interpretação weberiana, constituiu-se, por volta do século XV, no bojo da Revolução Urbana e Comercial, e desenvolveu-se, a partir do século XVIII, como uma das instituições centrais da Revolução Industrial.

* O autor agradece a Brunu Amorim, Carlos Corseuil, Roberto Gonzalez e Sandro Silva pelos comentários e sugestões. Parte dos argumentos aqui expostos foi desenvolvida, com mais detalhes, em Campos (2012).

** Técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

O conceito de tempo desligou-se de eventos concretos e vinculados à natureza, tornando-se abstrato e associado ao intelecto humano. Passou a ser mensurável e divisível até sua última fração, preciso e previsível como os instrumentos concebidos para apreendê-lo. Tornou-se um tempo contínuo e acumulável, utilizado como espelho ou equivalente a quaisquer recursos, como o capital. Apesar de aplicável a cada indivíduo isoladamente, passou a ser referência única e universal das sociedades como um conjunto (Cardoso, 2009a, 2009b).

Esse processo de racionalização do conceito de tempo foi levado às últimas consequências em um âmbito particular: o econômico e laboral. O trabalho foi pensado sobre novas bases, de maneira a assumir, ele mesmo, os atributos temporais mencionados, como a mensurabilidade, a divisibilidade, a previsibilidade, a continuidade e a cumulatividade. Isto se mostrou especialmente verdadeiro para os trabalhos de espécie mais abstrata, como o industrial.

Em outros âmbitos da vida das sociedades modernas, como o social, o político e o cultural, o avanço desse processo foi truncado, possibilitando a sobrevivência de outros conceitos temporais, com atributos bastante diferenciados. De toda maneira, mesmo que esta constatação permita a grafia da palavra “tempo” em sua forma plural, o tempo vigente no âmbito econômico e laboral acabou por se tornar a referência dessas sociedades, alçado a uma situação de primazia, ainda que não absoluta.

Apesar da multiplicidade de tempos existentes, o tempo abstrato de trabalho impôs-se como o padrão ao qual os demais deveriam se ajustar. Disto decorre a importância de estudar os fenômenos relacionados a esse tempo específico, que envolvem aspectos como sua duração, sua distribuição e sua intensidade – e, por consequência, subaspectos como os limites de horários de labor, as interrupções e as pausas, os turnos fixos ou móveis, o ritmo e a celeridade (Cardoso, 2009a, 2009b).

O debate sobre o tempo de trabalho ocorre em dois registros distintos, ainda que comunicantes: o macrorregistro e o microrregistro. O primeiro refere-se aos modos pelos quais as sociedades instituem uma regulação sobre esse tempo. Esta pode incidir sobre alguns ou sobre todos os aspectos descritos, bem como pode envolver diferentes atores coletivos em sua elaboração (as empresas, os sindicatos, as igrejas e o Estado). Tal regulação pode ser fruto de

negociação comum envolvendo estes atores, mas pode também ser resultado da atuação unilateral do Estado, ao impor normas legais sobre os limites, as pausas, os ritmos e outros aspectos. Seja como for, o macrorregistro concerne ao tempo de trabalho conjugado no singular, ao conceito homogêneo que incide sobre a sociedade como um conjunto.

O microrregistro de debate refere-se às distintas maneiras pelas quais cada indivíduo vivencia seu tempo de trabalho, dentro da regulação elaborada pelos atores coletivos ou pelo Estado. Assim, este tempo passa a ser conjugado no plural, dado que o conceito homogêneo torna-se qualitativamente heterogêneo. Apenas a título de exemplo, homens e adultos, com certa qualificação e experiência, em determinada ocupação e atividade econômica, percebem e representam esse tempo de modo distinto, quando comparados com mulheres e jovens, com a mesma qualificação e experiência, na mesma ocupação e atividade. A depender do grupo ao qual pertence cada indivíduo, o tempo de trabalho é objeto de uma vivência diferente, fazendo sentido falar em “tempos”, não mais no singular.

Ainda no microrregistro, mencione-se que há várias disputas envolvendo os tempos de trabalho e outros tempos existentes na sociedade, como os relacionados ao deslocamento territorial, à conservação do domicílio, às atividades de estudo, aos cultos religiosos, às ações políticas, aos eventos de lazer e às práticas esportivas. Mesmo que no âmbito da sociedade a primazia seja dos tempos de trabalho, os demais tempos existentes a eles se contrapõem, disputando a primazia efetiva nas 24 horas que compõem o dia de cada grupo e cada indivíduo. Estas disputas resolvem-se pelas *equações de tempo*, que procuram soluções de compromissos temporais, principalmente em âmbito individual (Cardoso, 2009a, 2009b).

1.2 Tempo de trabalho no Brasil

O debate mais recente sobre o tempo de trabalho no Brasil ocorre nos dois registros descritos na subseção anterior. No macrorregistro, é possível destacar que, no final dos anos 1980, alcançou-se uma nova regulação da *duração* deste tempo. As jornadas regulares de labor dos trabalhadores

subordinados,¹ que eram de oito horas diárias e 48 horas semanais desde 1932, reduziram-se para oito horas diárias e 44 horas semanais, por conta da Constituição Federal de 1988.²

As horas adicionais de labor – que deveriam ser extraordinárias, mas, na prática, sempre se mostraram ordinárias – não foram vedadas pela Constituição, e sim remuneradas de maneira diferenciada, com um multiplicador superior ao anterior existente.³ A única limitação para estas horas adicionais continuou sendo a da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que em 1943 estabeleceu o máximo de duas horas extras diárias, salvo algumas situações especiais.⁴

A literatura é controversa sobre os efeitos dessa nova regulação da duração do trabalho trazida pela Constituição (Calvete, 2010; Dal Rosso, 1998; Fracalanza, 2001). Parte dela aponta que houve algum efeito-emprego, permitindo-se uma melhor distribuição do tempo de labor, mediante a incorporação da população desocupada. Outra parte destaca que ocorreu algum efeito-productividade, com o uso de novas tecnologias de produção de bens e serviços, resultando provavelmente em maior intensidade do labor para a população já ocupada. Outra parte da literatura sublinha que houve apenas um efeito-trabalho extraordinário, com a extensão da jornada da população já ocupada, por meio do recurso às horas-extras, de modo que a duração se manteve nos níveis pré-Constituição.

Na perspectiva marxista, essa nova regulação da duração do labor pode ter resultado em uma acumulação baseada na extração de mais-valor relativo – ou, então, na reiteração da acumulação simplesmente calcada na geração de mais-valor absoluto. Mas o ponto a destacar, no macrorregistro do debate,

1. Ressalte-se que os trabalhadores subordinados (assalariados) representam, desde o início do século XX, o principal vínculo de trabalho existente na economia e na sociedade brasileira, daí a razão de este texto se concentrar principalmente em sua análise. Outros vínculos laborais, como o dos trabalhadores autônomos ou o dos trabalhadores subordinados domésticos, são estudados de maneira apenas secundária. Sublinhe-se também que, mesmo dentro do grupo dos trabalhadores subordinados, há vários subgrupos que contam com regulações específicas do tempo de trabalho (subgrupos definidos a partir de categorias profissionais, por exemplo), mas este capítulo não se concentra em sua análise.

2. A Constituição de 1988 estabeleceu uma série de normas que dizem respeito ao tempo de trabalho, incluindo normas específicas sobre sua duração. Para uma análise mais ampla e completa sobre a regulação do tempo laboral prevista pela Constituição, ver Gonzalez *et al.* (2009).

3. Antes da Constituição de 1988, as horas extraordinárias de trabalho nos dias normais de labor eram remuneradas com no mínimo 25% de acréscimo sobre o valor das horas regulares. A partir da Constituição, esta porcentagem passou a ser de no mínimo 50%.

4. Desde 1943, o limite da CLT às horas adicionais de trabalho é apenas diário – duas horas ao dia, exceto situações especiais –, de maneira que ainda hoje não há qualquer limite semanal, mensal ou anual estabelecido.

é que, desde a Constituição de 1988, não ocorreram novas iniciativas de redução da duração do tempo de trabalho, ao menos por parte do Estado.⁵

Ao longo dos anos 1990, as iniciativas estatutárias a respeito do tempo laboral não envolveram tanto sua *duração*, mas outros aspectos, como sua *distribuição* e sua *intensidade*. Estes últimos ganharam evidência no Brasil, dentro do debate acerca da *flexibilização* do tempo de trabalho. A flexibilização é compreendida aqui como uma tentativa, por parte das empresas, de ampliar seu controle sobre este tempo, retirando-o inteiramente do alcance dos trabalhadores (Dieese, 2008a, 2008b, 2010a, 2010b).⁶

O próprio contexto do mercado laboral ajudou as empresas, pois o período caracterizou-se pela deterioração dos parâmetros gerais desse mercado. Especialmente nas áreas metropolitanas, houve um aumento do nível de desocupação (aberta e oculta), bem como do tempo de procura por um novo trabalho. Ocorreu um incremento do nível da ocupação não assalariada, como a por conta própria, e da assalariada sem registro, ambas sem proteção de qualquer espécie, laboral ou social. Ademais, houve um encolhimento do nível médio de remuneração do trabalho, ainda que o valor do salário mínimo tenha se elevado um pouco (Cardoso Júnior, 2009; Gonzalez *et al.*, 2009). Em meio a este contexto de deterioração do mercado laboral, refletido pela precarização de seus principais indicadores, as instituições de representação dos trabalhadores não tiveram força suficiente para definir os termos do debate sobre a flexibilização do tempo de trabalho.

Por sua vez, o Estado, assumindo posição similar à das empresas nesse debate, incentivou a flexibilização (Krein, 2007). As iniciativas estatutárias foram várias durante a década de 1990, como as seguintes:

- a possibilidade de compensação ampliada de horas, por meio do *banco de horas*, que permite às empresas, mediante acordo ou convenção coletiva, ajustar a jornada de seus trabalhadores à demanda por seus bens e serviços, pelo período de até um ano,

5. Contudo, ocorreram iniciativas contratuais (acordos e convenções coletivas) de diminuição da extensão do tempo de trabalho em categorias profissionais e econômicas relevantes no Brasil. Acerca disto, ver Cardoso (2009a, 2009b).

6. O substantivo "flexibilização" relaciona-se ao adjetivo "flexível", assim descrito pelo *Dicionário Aurélio*: "Flexível - (cs). [Do lat. *flexibile*.]. Adjetivo de dois gêneros. 1. Que se pode dobrar ou curvar; arqueável, vergável, flexo: vara flexível. 2. Que se arqueia ou se distende com facilidade; elástico: cintura flexível. 3. Fácil de manejar, de moldar; maleável: tecido flexível. 4. Fig. Dócil, complacente, brando, suave, submisso: caráter flexível. 5. Fig. Que se adapta às circunstâncias; que não é rígido: programa flexível" (Ferreira, 2010).

sem pagar qualquer adicional de remuneração nos momentos de sobretrabalho (Lei no 9.601/1998);⁷

- a extensão da possibilidade de trabalho aos domingos e feriados, que permite às empresas de quaisquer setores econômicos, mesmo sem negociação coletiva, fazer com que seus trabalhadores estejam em atividade nestes dias – e, nos casos em que há combinação com o banco de horas, sem adicional de remuneração por sobretrabalho (Lei nº 10.101/2000);⁸ e
- a possibilidade de instituição de jornadas parciais de trabalho, em que as empresas podem utilizar trabalhadores por até 25 horas semanais, com remuneração e benefícios reduzidos, mesmo sem negociação coletiva (Medida Provisória nº 2.164/2001 – ainda em vigência).⁹

Para além dessas normas, que resultaram de iniciativas dos Poderes Executivo e Legislativo, surgiram novas interpretações de normas por parte do Poder Judiciário, que também estimulou a flexibilização (Krein, 2007). Entre outras, as seguintes:

- a possibilidade de compensação ampliada de horas nas micro e pequenas empresas, que podem ajustar a jornada de seus trabalhadores à demanda por seus bens e serviços, sem pagar qualquer adicional de remuneração, bastando para isto o acordo individual, feito diretamente com seus trabalhadores;
- a possibilidade de instituição de modelos *alternativos* de jornadas diárias, semanais e mensais pelas empresas, como os turnos de doze horas de trabalho por 36 horas de descanso, de 24 horas por 48 horas etc., desde que haja pactuação coletiva; e

7. Ressalte-se que, na CLT, já havia a possibilidade de compensação restrita (semanal) de horas de trabalho, por meio de negociação individual, para ajustar a jornada dos trabalhadores à semana inglesa ou para permitir compensação de dias de trabalho situados entre feriados e finais de semana.

8. De acordo com a CLT, as horas extraordinárias de trabalho aos domingos e feriados, sem a instituição de bancos de horas, são remuneradas com no mínimo 100% de acréscimo sobre o valor das horas regulares – porcentagem acima do mínimo de 50% definidos pela Constituição Federal para a remuneração das horas extraordinárias em dias normais de trabalho.

9. Todas essas normas estatutárias parecem datar do final dos anos 1990 ou mesmo do início dos 2000. Contudo, isto se deve às peculiaridades do processo legislativo no Brasil. A maior parte delas já estava em vigência antes, por volta da metade da década de 1990, por meio da edição de medidas provisórias pelo Poder Executivo.

- a possibilidade de transformação dos turnos ininterruptos de revezamento em turnos fixos de labor, por decisão unilateral das empresas, com ampliação da jornada regular de trabalho – das seis horas diárias para oito horas.

Observe-se que, mesmo antes dessas alterações nas normas, ou nas suas interpretações, a regulação estatutária já admitia um significativo grau de flexibilidade na definição do tempo de trabalho pelas empresas. Podem-se citar os seguintes exemplos, oriundos da Constituição e da CLT: *i)* a possibilidade de redução da jornada e, simultaneamente, da remuneração laboral, por meio de negociação coletiva; *ii)* a possibilidade de utilização de horas adicionais de trabalho, que deveriam ter natureza extraordinária, mas que sempre foram de uso ordinário pelas empresas, bastando o acordo individual; *iii)* a possibilidade de concessão de férias coletivas, de observância obrigatória por parte dos trabalhadores, sem a necessidade de pactuação coletiva; *iv)* a possibilidade de compra de até um terço das férias individuais dos trabalhadores, sendo suficiente a concordância individual; e *v)* a possibilidade de compensação semanal de horas de trabalho, dispensando-se acordo ou convenção coletiva.

Em outras palavras, durante a década de 1990, a regulação estatutária do tempo de trabalho no Brasil esteve direcionada à sua flexibilização, sendo esta compreendida como a abertura para que as empresas ampliassem seu controle sobre este tempo. *Grosso modo*, com a flexibilização, o objetivo das empresas era, em alguma medida, voltar a aumentar a *duração* do tempo de labor e, em grande medida, alterar sua *distribuição* e acentuar sua *intensidade*.

Com frequência, discutir o conceito de intensidade é discutir o processo de trabalho sob a ótica dos trabalhadores (Dal Rosso, 2008; Dieese, 2010a; 2010b). Isto porque tal conceito refere-se ao dispêndio, pelos trabalhadores, de energias físicas e psíquicas, de recursos intelectuais e afetivos, ao realizar a produção. Refere-se ao empenho e ao envolvimento dos trabalhadores, que colocam sua subjetividade à disposição das empresas – que podem, então, objetivá-la em bens e serviços –, por determinado período, em troca de uma retribuição contratada.

Ainda que a maior intensidade do trabalho redunde quase sempre em maior produtividade e qualidade da produção, os três conceitos não se confundem. Quase sempre, debater produtividade e qualidade é

debater o processo de trabalho sob a perspectiva das empresas (Dal Rosso, 2008; Dieese, 2010a; 2010b). Estes dois últimos conceitos referem-se à razão entre a quantidade e a qualidade de insumos inseridos no processo, por um lado, e a quantidade e a qualidade de produtos obtidos (bens ou serviços), por outro. Mesmo que a maior ou menor intensidade do labor possa alterar esta razão, isto não torna admissível a confusão entre os três conceitos.

No contexto de flexibilização dos anos 1990, a maior intensidade foi buscada pelas empresas por dois caminhos – não concorrentes nem exclusivos: a intensificação cronométrica e a cronológica.¹⁰ A primeira consistiu em um aumento do ritmo e da celeridade do trabalho, por meio de um conjunto de inovações, envolvendo uma nova organização laboral (na linguagem marxista, uma reorganização do trabalho *vivo*), bem como mediante uma aplicação de novas tecnologias de processo, de produto etc. (ou seja, um investimento em mais trabalho *morto*).

A intensificação cronológica, por sua vez, implicou uma nova distribuição do tempo laboral, alterando a extensão e a conjugação das jornadas, de seus limites de horário, de suas interrupções e pausas, de seus turnos fixos ou móveis, entre outros aspectos. O objetivo aqui não foi propriamente acelerar o ritmo de trabalho, tal como na intensificação cronométrica, mas eliminar as porosidades das jornadas diárias, semanais, mensais ou anuais, tornando-as muito mais densas e compactas.

Acrescenta-se que essa intensificação cronológica foi alcançada pelas empresas principalmente mediante uma reorganização laboral – as feições inovadoras do trabalho *vivo*. Mas, paralelamente, ela também contou com a colaboração das novas tecnologias de produção – as novas formas assumidas pelo trabalho *morto*.

10. Um resumo do debate acerca da intensificação cronométrica e cronológica do trabalho, ocorrida no bojo das dinâmicas flexibilizadoras da década de 1990, pode ser encontrado em Dal Rosso (2008). Basicamente, a diferença entre as duas modalidades está nos mecanismos pelos quais é obtida esta intensificação. Na cronométrica, há um aumento da celeridade exigida dos trabalhadores no processo laboral, o que é possível de alcançar por meio de uma série de inovações técnicas, concernentes ao trabalho *vivo* ou ao *morto*. Na cronológica, não há propriamente uma aceleração deste processo laboral, mas uma reorganização de sua temporalidade, com uma série de novas disposições sobre a extensão e a conjugação das jornadas, seus limites e suas pausas, seus turnos de execução e assim por diante. Além de trazer um resumo do debate, Dal Rosso (2008) traz um conjunto de evidências sobre o modo como avançou a intensificação do trabalho no Brasil nos anos 1990, seja do ponto de vista cronométrico, seja cronológico. Outras evidências sobre esta questão, bastante semelhantes, são trazidas por Cardoso (2009a, 2009b).

A busca por maior intensidade do trabalho exigiu das empresas uma ampliação do controle sobre o tempo laboral, afastando cada vez mais tal controle das mãos dos trabalhadores. Isto ocorreu não só mediante novos recursos, mas também por meio de recursos já antigos – cujo uso foi facilitado e barateado pelo Estado, com reformas das normas estatutárias que incidiam sobre o tempo de trabalho. Um exemplo foi o banco de horas, que reduziu o custo das horas extraordinárias para as empresas, sem impor novos limites à extensão das jornadas (Cardoso, 2009a, 2009b).

Assim, ao longo da década de 1990, ocorreu uma flexibilização do tempo de trabalho no Brasil, que significou principalmente uma intensificação laboral, de natureza cronométrica e também cronológica. Esta intensificação, além de maior celeridade, exigiu uma nova distribuição do tempo de trabalho, no sentido de eliminar porosidades nas jornadas, densificá-las e compactá-las.

É importante observar que, no que se refere à duração dessas jornadas, no conjunto do mercado laboral, não houve uma extensão no número de horas – ainda que alguns casos tenham sido registrados, em certas posições ocupacionais e em certos setores econômicos. De acordo com as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos anos 1990, a duração do tempo de trabalho até se reduziu ligeiramente – e, nos anos 2000, reduziu-se acentuadamente.¹¹

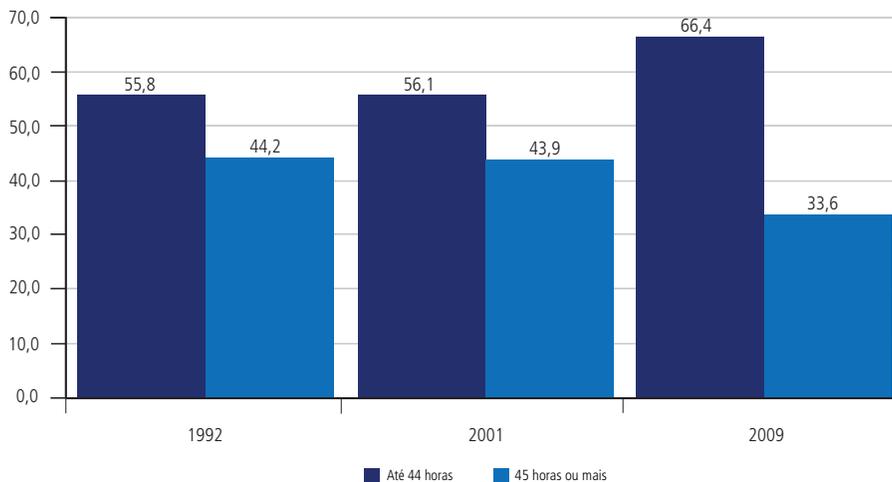
Considerando-se todas as ocupações, principais e adicionais, verifica-se que a porcentagem da população que gastava 45 horas ou mais por semana trabalhando diminuiu um pouco entre 1992 e 2001 (de 44,2% para 43,9%), assim como diminuiu muito entre 2001 e 2009 (de 43,9% para 33,6%) (gráfico 1 e tabela 1).

11. De forma a tornar *comparáveis* as tendências desenhadas a partir da PNAD e do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), as informações da PNAD apresentadas neste texto passaram por um filtro, de maneira a se restringirem somente à população de áreas urbanas, com 18 ou mais anos de idade e com ao menos um trabalho remunerado no período de referência da pesquisa.

GRÁFICO 1

Evolução do tempo de trabalho no Brasil¹ (1992-2009)

(Em % da população ocupada)



Fonte: PNAD/IBGE.

Nota: ¹ Número de horas habitualmente trabalhadas por semana – todos os trabalhos.

TABELA 1

Evolução do tempo de trabalho no Brasil¹ (1992-2009)

	1992		2001		2009	
	Indivíduos ocupados (milhões)	%	Indivíduos ocupados (milhões)	%	Indivíduos ocupados (milhões)	%
Até 44 horas	23,09	55,8	31,39	56,1	47,49	66,4
45 horas ou mais	18,29	44,2	24,55	43,9	24,01	33,6
Total	41,38	100,0	55,94	100,0	71,50	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Nota: ¹ Número de horas habitualmente trabalhadas por semana – todos os trabalhos.

Não é possível ignorar que esta última porcentagem, mostrando um terço dos ocupados laborando mais que o tempo acordado ou aceitável no país, ainda é elevada. Até mesmo as comparações internacionais mais prosaicas, passíveis de serem realizadas com o uso da *taxa de observância*,¹² indicam que o Brasil encontra-se longe de situações mais civilizadas, encontradas em países do capitalismo central (Dieese, 2010a; Lee, McCann e Messenger, 2009).

12. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a taxa de observância é a proporção de ocupados trabalhando até o número de horas definido nos parâmetros estatutários ou contratuais vigentes em determinado mercado laboral, em determinado país, em determinado momento. Em linhas gerais, esta taxa indica em que medida tais parâmetros são realmente observados, ou seja, mostra o grau de efetividade das normas que regulam o tempo de trabalho. Sobre isso, ver Lee, McCann e Messenger (2009).

Seja como for, também não é possível ignorar a evidência concreta fornecida pela PNAD, que mostra que o limite constitucional de 44 horas semanais tem funcionado como uma referência efetiva para uma proporção cada vez maior da população ocupada no país – se não na década de 1990, ao menos ao longo da década de 2000.

Nos anos 1990, a redução da incidência da jornada extraconstitucional entre os ocupados foi não apenas ligeira, mas também somente relativa. Em termos de números absolutos, aumentou a quantidade de ocupados trabalhando mais de 44 horas semanais. Situação bem diferente ocorreu nos anos 2000, quando a redução da prevalência da jornada extraconstitucional foi significativa, não só em termos relativos, mas também absolutos. Afinal, diminuiu a quantidade de ocupados trabalhando 45 horas ou mais por semana.

Levando-se em conta apenas as ocupações únicas ou principais, constata-se a mesma tendência. No conjunto do mercado de trabalho, segundo a PNAD, a proporção dos ocupados que excedia o limite constitucional de 44 horas semanais diminuiu ligeiramente entre 1992 e 2001, de 41,9% para 41,6%, assim como encolheu acentuadamente entre 2001 e 2009, de 41,6% para 31,0% dos ocupados.

Em termos de posição na ocupação (tabela 2), de 1992 a 2009, todos os grupos testemunharam uma redução percentual na jornada extraconstitucional, graças principalmente aos resultados dos anos 2000. Isto fez com que houvesse uma relativa convergência entre os grupos de trabalhadores subordinados (assalariados com e sem carteira) e autônomos (trabalhadores por conta própria – que, na média, sempre tenderam a trabalhar um maior número de horas).¹³ Em 2009, pouco mais de 30% de todos eles trabalhavam 45 horas ou mais por semana, porcentagem significativamente menor que a registrada em 1992.

13. Segundo Lee, McCann e Messenger (2009), em levantamento das jornadas ao redor do mundo, as explicações para o fato de os trabalhadores autônomos apresentarem maior número de horas laborais que os trabalhadores subordinados incluem: *i)* a sua remuneração não é calculada por tempo trabalhado ou por tempo à disposição das empresas, mas por produto final entregue aos contratantes, seja ele constituído por bens ou serviços; *ii)* por conta da instabilidade e da imprevisibilidade de sua remuneração (incerteza quanto à existência de demanda), os trabalhadores autônomos tendem a trabalhar mais quando há contratantes definidos para seus bens e serviços; e *iii)* em países em que o trabalho conta com remuneração média reduzida, a tendência de todos os trabalhadores é despende o maior número de horas possível trabalhando – porém, no caso dos trabalhadores subordinados, há limites estatutários ou contratuais estabelecidos, os quais, no caso dos trabalhadores autônomos, não existem na maioria dos países.

TABELA 2

Evolução do tempo de trabalho no Brasil: indivíduos ocupados que habitualmente trabalham 45 horas ou mais por semana, 1 por posição na ocupação (1992-2009)
(Em %)

	1992	2001	2009
Empregado com carteira	37,6	41,1	31,3
Militar	31,0	33,3	23,1
Funcionário público estatutário	13,8	15,5	10,7
Outros empregados sem carteira	48,9	42,6	30,3
Trabalhador doméstico com carteira	61,7	50,4	41,1
Trabalhador doméstico sem carteira	45,8	37,9	23,2
Trabalhador por conta própria	48,2	46,1	34,6
Empregador	65,1	62,1	54,0
Total	41,9	41,6	31,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Nota: 1 Número de horas habitualmente trabalhadas por semana – trabalho único ou principal.

Os trabalhadores de todos os setores econômicos registraram diminuição percentual da jornada extraconstitucional no período analisado, em virtude especialmente do ocorrido na década de 2000 (tabela 3). O comércio, a construção e os serviços de transporte e comunicação continuaram com proporções expressivas de indivíduos trabalhando 45 horas ou mais por semana, ao passo que os serviços sociais e a administração pública permaneceram com proporções bem menores.¹⁴ Mas, para todos os setores, até 2009, houve redução da jornada que excedia os limites definidos na Constituição.

TABELA 3

Evolução do tempo de trabalho no Brasil: indivíduos ocupados que habitualmente trabalham 45 horas ou mais por semana,¹ por setor econômico (1992-2009)
(Em %)

	1992	2001	2009
Agrícola	58,2	54,9	40,6
Indústria de transformação	39,9	40,9	29,0
Indústria da construção	52,7	52,6	36,4
Outras atividades industriais	30,1	34,5	25,7
Comércio de mercadorias	53,0	51,6	41,0

(Continua)

14. De acordo com Lee, McCann e Messenger (2009), em levantamento sobre as jornadas laborais pelo mundo, em quase todos os países analisados, os serviços de transporte e comunicação, bem como o comércio de mercadorias, estão entre os setores com as maiores jornadas de trabalho, ao passo que os serviços sociais e a administração pública estão entre aqueles com as menores jornadas.

(Continuação)

	1992	2001	2009
Prestação de serviços	50,0	46,9	...
Serviços de auxílio à atividade econômica	31,1	32,2	...
Serviços de transporte e comunicação	55,2	58,3	44,6
Serviços sociais	15,4	16,6	11,9
Administração pública	20,8	21,2	14,0
Outras atividades ou atividades não declaradas	21,3	25,7	15,7
Total	41,9	41,6	31,0

Fonte: PNAD/IBGE.

Nota: ¹ Número de horas habitualmente trabalhadas por semana – trabalho único ou principal.

Obs.: os três pontos (...) assinalam a indisponibilidade do dado.

Na tabela 2, é interessante observar que, mesmo em termos relativos, os trabalhadores de algumas posições na ocupação assistiram a um aumento na duração do trabalho nos anos 1990. Estes trabalhadores são, especialmente, aqueles que eram o alvo principal das reformas flexibilizadoras, instituídas pelo Estado brasileiro, analisadas anteriormente: os trabalhadores subordinados formais – empregados com carteira. Na tabela 3, também é possível observar que este aumento na duração do trabalho, associado em alguma medida às reformas flexibilizadoras, incidiu em particular sobre alguns dos setores mais modernos e estruturados da economia brasileira, como a indústria de transformação e outras atividades industriais, os serviços auxiliares da atividade econômica e os serviços de transporte e de comunicação. Um quadro complementar a este, mas construído com informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) –, encontra-se em Dieese (2008a).

Em suma, no macrorregistro do debate sobre o tempo de trabalho, principalmente nos anos 2000, a evidência empírica é que houve uma diminuição relativa na duração da jornada laboral. *Grosso modo*, isto pode ser compreendido como um elemento positivo a mais no contexto do mercado de trabalho neste período.

Ao contrário da década de 1990, o nível de desocupação diminuiu em quase todo o Brasil, juntamente com o tempo de procura por um novo trabalho. Em paralelo, o nível de ocupação e, em particular, daquela assalariada com registro, com proteção laboral e social, aumentou. Por conta

disso, e também por conta da valorização do salário mínimo, o nível médio de remuneração do trabalho se ampliou (Berg, 2010; Cardoso Júnior, 2007; Krein, Santos e Nunes, 2011).

Nesse contexto, marcado pela dinâmica positiva dos parâmetros laborais, é que se constatou uma diminuição relativa na duração da jornada. No conjunto do mercado de trabalho, houve uma melhor distribuição da carga de trabalho existente no país, por um maior número de trabalhadores, recém-saídos da situação de desocupação.

É certo que, no momento mais recente, ainda é elevado o número de ocupados que trabalham mais que o limite constitucional, seja do ponto de vista relativo, seja absoluto. Mas, segundo a PNAD, há menor prevalência de situações de excesso de trabalho (acima de 44 horas semanais). Esta evidência pode embasar a seguinte pergunta: *haveria uma importância cada vez menor do tempo de trabalho na vida diária da população?*

A resposta a essa pergunta, que é a chave para o restante deste capítulo, passa por uma série de considerações, que não se encontram apenas no macrorregistro do debate. Inicialmente, afirma-se que não é possível dimensionar o trabalho na vida cotidiana apenas a partir da duração da jornada laboral. Outros elementos, cuja importância cresceu desde a década de 1990, devem também ser levados em conta. Entre tais elementos estão a intensidade das atividades realizadas durante a jornada, o desgaste físico e psíquico envolvido, os recursos intelectuais e afetivos mobilizados para estas atividades e assim por diante.

Mas outras considerações, situadas no microrregistro do debate, referentes à maneira como a população compreende, em seu dia a dia, os fatores relacionados ao tempo de trabalho, também devem ser feitas para responder a tal pergunta. Trata-se de fatores como a duração, a distribuição e a intensidade desse tempo, associadas a fenômenos como o desgaste, o cansaço e a exaustão, bem como seus impactos sobre outros tempos do cotidiano, relacionados à conservação do domicílio, aos estudos, aos cultos religiosos, às práticas esportivas etc.

Para dar conta dessas considerações, este capítulo dedica-se, na próxima seção, ao microrregistro do debate sobre o tempo de trabalho no Brasil. Concentra-se, em particular, na relação entre o tempo de trabalho e o

tempo extratrabalho (ou tempo livre),¹⁵ tal como ela é percebida – ou seja, compreendida e representada – pela população. Trata-se especificamente da população entrevistada pelo Ipea no âmbito do SIPS.

2 PERCEPÇÕES SOBRE O TEMPO DE TRABALHO

2.1 Informações utilizadas

De 8 a 30 de novembro de 2011, o SIPS realizou entrevistas com 3.796 residentes em áreas urbanas de todo o Brasil, com pelo menos 18 anos de idade e com ao menos um trabalho remunerado. As entrevistas, realizadas em âmbito domiciliar, por meio de questionário com 64 questões, versaram sobre o trabalho desses entrevistados¹⁶ – mais especificamente, sobre o tempo gasto neste trabalho e sobre seus múltiplos impactos na vida cotidiana. Coletaram-se informações sociodemográficas gerais (sexo, idade e raça, entre outras), assim como sociolaborais bastante específicas (duração da jornada, existência de intervalos, cobranças no ambiente de trabalho).

Com base nessas informações, este capítulo analisa os seguintes pontos da percepção dos entrevistados:

- se, após o período de trabalho, conseguem desligar-se inteiramente das preocupações próprias deste ou se, ao contrário, têm de permanecer de sobreaviso, conectados a dispositivos de comunicação da empresa;
- se, para além de seu trabalho, realizam outras atividades regulares em seu cotidiano (atividades educacionais, esportivas, religiosas, sindicais, políticas);
- qual o tempo semanalmente dedicado a essas atividades regulares – e se este tempo vem se reduzindo por conta do trabalho;
- se o tempo dedicado ao trabalho compromete a qualidade de vida, ao gerar cansaço, estresse e desmotivação ou prejudicar as relações familiares e de amizade;

15. Quando se menciona “tempo livre”, refere-se ao lapso de tempo que excede o trabalho remunerado único ou principal no período de referência do levantamento do SIPS.

16. Trabalho único ou principal no período de referência do levantamento do SIPS.

- como se sentem quando são solicitados a utilizar seu tempo livre para realizar atividades próprias do trabalho (se o sentimento é positivo ou negativo);
- se pensam em trocar de ocupação por conta do tempo despendido em seu trabalho; e
- qual a percepção de alterações nas normas que regulam a jornada laboral, no sentido de reduzi-la das atuais 44 horas semanais para um número inferior.

Essa análise é realizada a seguir, para o conjunto de entrevistados e de maneira basicamente univariada. Verifica-se a distribuição simples das respostas em cada um dos aspectos mencionados.

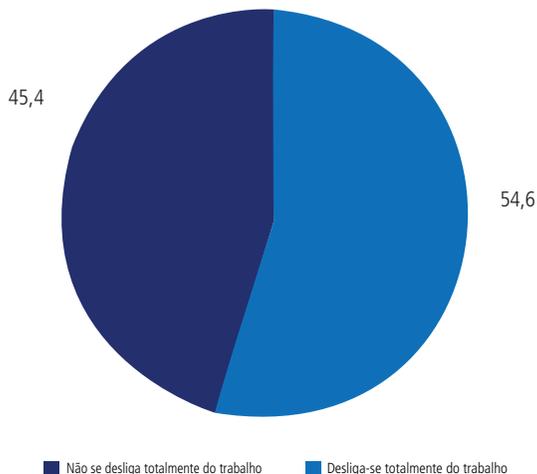
2.2 Percepções sobre o tempo de trabalho e aspectos relacionados

No SIPS, quase a metade dos entrevistados (45,4%) afirma ter dificuldade para se desligar totalmente do trabalho remunerado, mesmo após o horário de término de sua jornada diária (gráfico 2). Entre as razões apontadas, destaca-se a necessidade de ficar de prontidão, para a realização de alguma atividade extraordinária (26,0%); a necessidade de planejar ou desenvolver alguma atividade de trabalho, mediante internet, celular ou outro meio (8,0%); bem como a necessidade de aprender um conjunto de coisas sobre o próprio trabalho (7,2%). Acrescente-se que 4,2% dos entrevistados relatam que possuem outros trabalhos remunerados, além do principal.¹⁷

17. Apenas como referência, na PNAD de 2009, entre os trabalhadores urbanos, com 18 anos de idade ou mais e ao menos um trabalho remunerado no período de referência, 4,8% possuíam outros trabalhos, além do principal.

GRÁFICO 2

Desligamento do trabalho após o término da jornada diária
(Em %)

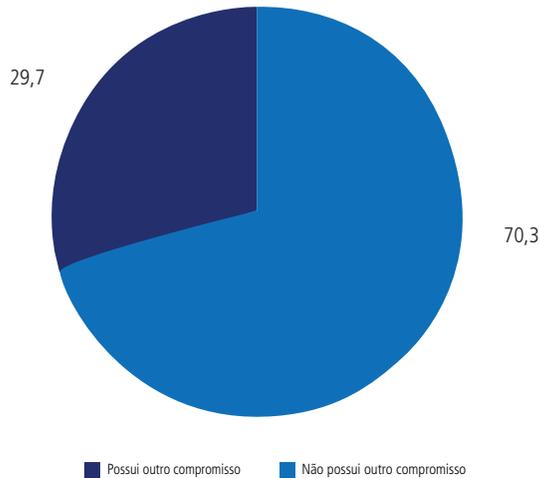


Elaboração do Ipea.

Menos de um terço dos entrevistados (29,7%) consegue assumir outros compromissos regulares, para além de seu trabalho remunerado (gráfico 3). Entre os que conseguem assumir, destacam-se as atividades de devoção religiosa (7,1%), de realização de estudos (5,9%) e de treinamento esportivo (5,9%). Ademais, 6,2% dos entrevistados afirmam ter compromissos com outro trabalho remunerado, ao passo que 2,5% dizem desenvolver trabalho voluntário fora de seus domicílios.¹⁸ No que tange ao tempo dedicado a estas atividades, os entrevistados que conseguem desenvolvê-las destinam 10,7 horas semanais em média. A mediana corresponde a 7 horas semanais.

18. Se excetuados os entrevistados que afirmam ter compromissos com um trabalho remunerado adicional ou com um trabalho voluntário, verifica-se que a proporção que consegue assumir outros compromissos regulares, para além de seu trabalho remunerado principal, se reduz a pouco mais de um quinto (21,0%).

GRÁFICO 3
Assunção de compromissos regulares além do trabalho
(Em %)

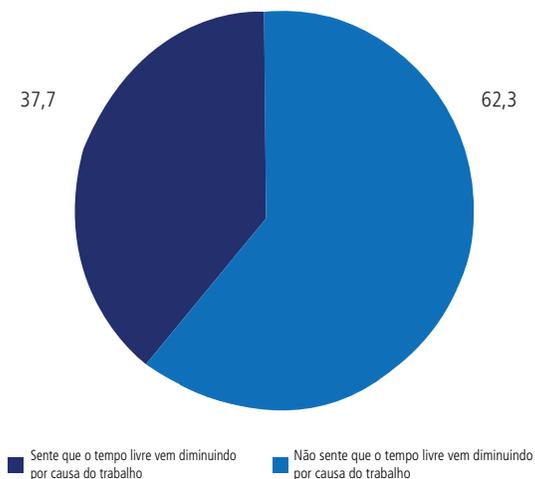


Elaboração do Ipea.

Mais de um terço dos entrevistados (37,7%) sente que o tempo livre vem diminuindo no período recente, por conta do tempo diariamente gasto com o trabalho remunerado (gráfico 4). De maneira mais específica, eles afirmam que isto ocorre por causa do excesso de atividades exigidas no trabalho (18,0%), devido à obrigação de levar atividades laborais para realizar em casa (5,3%) e por conta do maior tempo gasto com transporte para o trabalho (4,8%), entre outras razões.

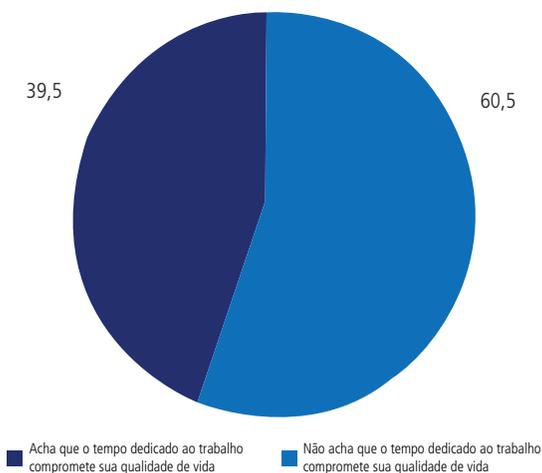
Mais de um terço dos entrevistados (39,5%) considera que o tempo cotidianamente dedicado ao trabalho remunerado compromete a qualidade de vida (gráfico 5). De acordo com as respostas fornecidas, isto ocorre principalmente por conta de este trabalho gerar cansaço e estresse (13,8%), comprometer as relações amorosas e a atenção à família (9,8%), causar prejuízo ao estudo, ao lazer e ao esporte (7,2%) e afetar negativamente as relações de amizade (5,8%).

GRÁFICO 4
Percepção de que o tempo livre vem diminuindo por causa do trabalho
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 5
Percepção de que o tempo dedicado ao trabalho compromete a qualidade de vida
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

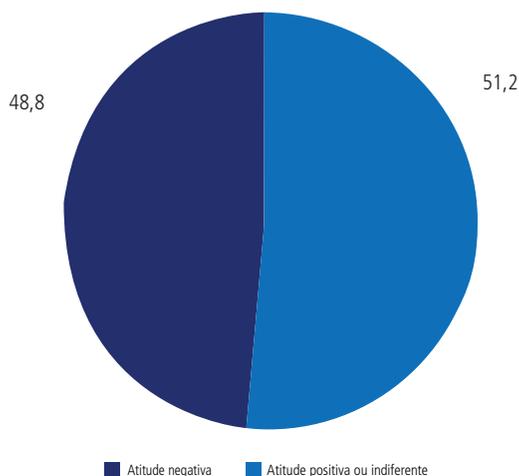
Quase a metade dos entrevistados (48,8%) apresenta reações negativas quando necessita dedicar parcela de seu tempo livre a atividades próprias do trabalho remunerado (gráfico 6). Entre estas reações negativas, contabilizam-se as seguintes atitudes: conformação por precisar manter o trabalho (36,7%), tristeza

por não sentir prazer no trabalho (5,1%) e revolta por achar que o tempo livre deveria ser dedicado a outras atividades que não o trabalho (7,0%).

GRÁFICO 6

Atitude quando da necessidade de dedicar parte do tempo livre a atividades de seu trabalho

(Em %)



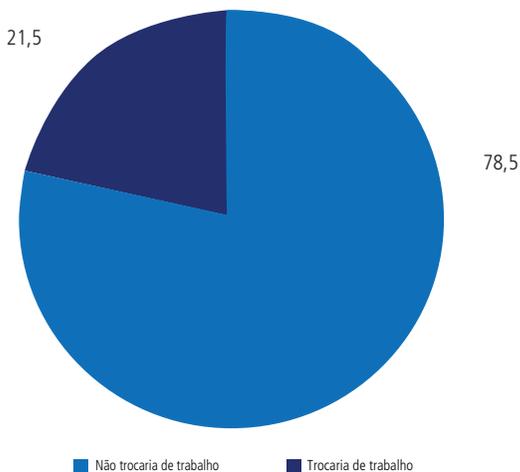
Elaboração do Ipea.

Com a análise até agora realizada, fica evidente que uma parcela expressiva dos entrevistados considera que o tempo dedicado ao trabalho remunerado afeta negativamente seu tempo livre. Entretanto, uma parcela bastante inferior, de apenas 21,5% dos entrevistados, afirma efetivamente pensar em trocar de trabalho por causa do tempo que gasta com ele, avaliado como excessivo (gráfico 7).

Por fim, quando os entrevistados opinam sobre eventuais alterações nas normas estatutárias que regulam a jornada laboral no país, no sentido de reduzi-la das atuais 44 horas para um número inferior de horas semanais, nada menos que 36,2% deles afirmam que não perceberiam diferenças caso tais alterações legislativas viessem a ser aprovadas (gráfico 8).

GRÁFICO 7

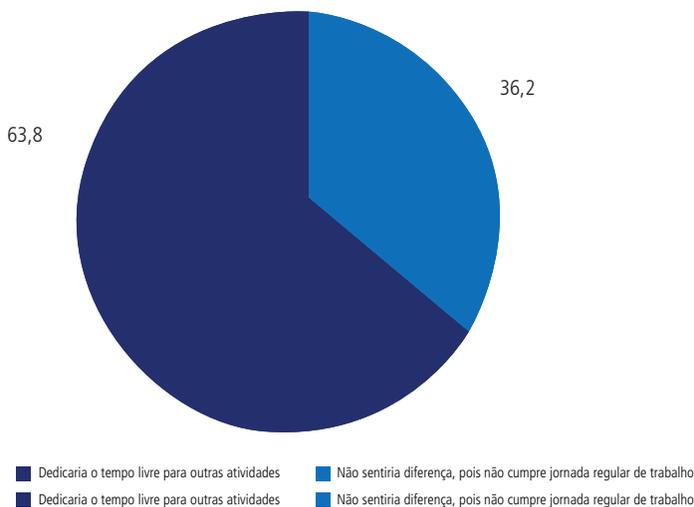
Avaliação sobre trocar de trabalho por causa do tempo que gasta com ele
(Em %)



Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 8

Atitude em caso de aprovação de uma lei prevendo a diminuição da jornada de trabalho
(Em %)



Elaboração do Ipea.

Os demais entrevistados, que perceberiam diferenças em suas vidas com a redução de jornada, distribuem-se pelas seguintes alternativas de uso do tempo livre que surgiria com tal redução: 24,9% usariam este tempo

para cuidar da casa e da família; 12,3% o utilizariam para estudar; outros 12,3% o destinariam para descanso puro e simples; e 5,7% o dedicariam à prática de esporte e recreação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências trazidas pela PNAD indicaram, especialmente nos anos 2000, que houve uma diminuição das situações de excesso de duração do labor no Brasil. Ainda que o número absoluto e relativo de trabalhadores com jornadas extraconstitucionais (acima de 44 horas semanais) permaneça elevado, registrou-se sua redução em quase todas as posições ocupacionais e em quase todos os setores econômicos. Como consequência, isto deu ensejo à seguinte indagação: *haveria uma relevância cada vez menor do tempo de trabalho na vida diária da população?*

Mesmo no macrorregistro do debate acerca do tempo de trabalho, a resposta a essa indagação deveria considerar que não se pode mensurar a importância do trabalho no cotidiano somente a partir da duração das jornadas. A intensidade das atividades realizadas, ao longo das jornadas, é um exemplo de fator que também deve ser levado em conta, com todas as suas implicações, como desgastes físicos e psíquicos, exigências de recursos intelectuais e afetivos dos trabalhadores etc.

Mas a resposta à indagação não deveria se situar apenas no macrorregistro do debate. Em vez disso, precisaria adentrar o microrregistro, que concerne ao modo como os trabalhadores percebem, em seu cotidiano, os fatores relacionados ao tempo laboral (duração, distribuição, intensidade), assim como à maneira como eles percebem os impactos deste sobre outros tempos sociais, associados à conservação do domicílio, às atividades de estudo, aos cultos religiosos e a outras atividades.

Assim, ao entrar no microrregistro do debate sobre o tempo de trabalho, foram expostas as evidências trazidas pelo SIPS, cujos principais pontos, a título de considerações finais, podem ser alinhavados da seguinte forma: para um grupo relevante dos entrevistados, composto por algo entre 30% e 50% deles, há uma percepção razoavelmente comum da relação entre o tempo de trabalho e o tempo livre. Esta percepção aponta que o tempo de trabalho remunerado afeta – de modo significativo, crescente e negativo – o tempo livre disponível. Aponta também que isto tem consequências para a qualidade de vida em geral,

ao gerar cansaço, estresse e desmotivação; prejudicar as relações familiares e as de amizade; e inviabilizar as atividades esportivas ou educacionais.

A percepção partilhada por esse grupo de entrevistados, que destaca os impactos significativos, crescentes e negativos do tempo de trabalho remunerado para a qualidade de vida em geral, conflita com a leitura que se pode fazer dos dados da PNAD, os quais apontam para uma relativa e aparente redução da importância do tempo de trabalho na vida cotidiana da população brasileira.

A explicação disso pode estar em uma espécie de *esmaecimento* das fronteiras entre tempo de trabalho e tempo livre, detectada a partir dos dados do SIPS. Quase metade dos entrevistados relata que, mesmo quando é alcançado o limite da jornada diária, o trabalho continua a lhes acompanhar, até mesmo em suas casas. Isto ocorre por conta da necessidade de permanecer em prontidão ou sobreaviso, da realização de teletrabalho (por computador, telefone celular ou outro meio) ou da preparação para o trabalho do dia seguinte. Ou seja, mesmo com a maior parte da população trabalhando relativamente menos a partir dos anos 2000, há uma espécie de *diluição* dos limites entre tempo de trabalho e tempo livre, que faz com que este seja gradualmente convertido naquele – sem que isto seja registrado em levantamentos como a PNAD.¹⁹

Ressalta-se que essa conversão é valorada de modo negativo por nada menos que metade dos entrevistados do SIPS. Mas esta valoração negativa manifesta-se principalmente por meio de uma atitude de *conformação*. Perante a conversão do tempo livre em tempo de trabalho, a atitude dos entrevistados não é de revolta, protesto ou recusa – em um âmbito individual ou, até mesmo, em um plano coletivamente organizado –, mas de estrita conformidade com o fato.

Outro aspecto a analisar é que, apesar da percepção comum de que o tempo de trabalho afeta significativa, crescente e negativamente a qualidade de vida, somente um quinto dos entrevistados do SIPS afirma realmente pensar em trocar de ocupação por conta disso. Em alguma medida, tal afirmação parece contraditória com a evolução dos parâmetros gerais do mercado laboral na década de 2000. Afinal, como já examinado antes, tais

19. Ainda que baseadas em outras fontes de informações, algumas evidências nesse sentido também podem ser encontradas em Cardoso (2009a, 2009b) e Dal Rosso (2008).

parâmetros podem ser resumidos em: menor nível de desocupação, maior nível de ocupação – em particular, assalariada com registro – e, também, maior nível médio de remuneração do trabalho.

Diante do curso positivo do mercado laboral, bem como do efeito significativo, crescente e negativo do tempo de trabalho sobre a qualidade de vida, pergunta-se como é possível que apenas um quinto dos entrevistados realmente pense em trocar de ocupação. Ao que parece, mesmo com a melhora verificada no mercado, trocar de ocupação ainda parece ser algo desorganizador e impactante para o cotidiano da população, merecendo por isso muitos cuidados e várias precauções – mesmo quando a ocupação atual, com seu tempo de trabalho excessivo, prejudica boa parte deste mesmo cotidiano.

Enfim, ao menos no microrregistro do debate acerca do tempo de trabalho, no qual se situam as evidências empíricas trazidas pelo SIPS, é clara e inequívoca a resposta à indagação proposta com base nas informações da PNAD, sobre se haveria uma relevância cada vez menor da jornada laboral para a vida cotidiana da população. A resposta é negativa: o tempo de trabalho remunerado afeta – significativa, crescente e negativamente – o tempo livre disponível. Isto tem consequências para a qualidade de vida da população, incluindo cansaço, estresse e desmotivação; prejuízo às relações familiares e às relações de amizade; e inviabilização das atividades esportivas, educacionais ou outras.

Retomando os termos da discussão realizada na introdução, no Brasil atual, mesmo com uma relativa e aparente diminuição da extensão do tempo de trabalho, ainda é marcante a primazia deste no conjunto de tempos sociais. Em outras palavras, dentro das disputas envolvendo as diferentes espécies de temporalidades, aquela específica e diretamente relacionada ao trabalho remunerado ainda prevalece, até nas *equações* usadas pelos trabalhadores, quando necessitam encontrar tempo nas 24 horas que compõem o dia. A única ressalva é que, hoje, essa primazia é recolocada em outros termos, por meio de uma espécie de *dissolução* das linhas separadoras entre tempo de trabalho e tempo livre, que faz com que este último seja progressivamente transformado no primeiro, inteiramente à revelia da vontade dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- BERG, J. **Laws or luck?** Understanding rising formality in Brazil in the 2000s. Brasília: OIT, 2010. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de Trabalho, 5). Disponível em: <<http://tinyurl.com/lawsluck245>>.
- CALVETE, C. S. A redução da jornada de trabalho em questão. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 431-450, dez. 2010.
- CAMPOS, A. G. **Trabalho e tempo livre**. Brasília: Ipea, set. 2012. (Texto para Discussão, n. 1.767). Disponível em: <<http://tinyurl.com/td1767ipea>>.
- CARDOSO, A. C. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: disputas em torno da jornada do trabalhador**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009a.
- _____. Os tempos de trabalho na sociedade contemporânea: tensos, urgentes, intensos, flexíveis e incertos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 11., 2009, Campinas. **Anais ...** Campinas: ABET, 2009b.
- CARDOSO JÚNIOR, J. C. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Brasília: Ipea, 2007.
- _____. A questão do trabalho urbano e o sistema público de emprego no Brasil contemporâneo: décadas de 1980 e 1990. *In*: JACCOUD, L. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2009.
- DAL ROSSO, S. **O debate sobre a redução da jornada de trabalho**. São Paulo: ABET, 1998.
- _____. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Argumentos para a discussão da redução da jornada de trabalho no Brasil sem redução do salário**. São Paulo: Dieese, 2008a. (Nota Técnica).

_____. **Entendendo o movimento da jornada de trabalho semanal média.** São Paulo: Dieese, 2008b. (Nota Técnica).

_____. **Redução da jornada de trabalho:** uma luta do passado, presente e futuro. São Paulo: Dieese, 2010a. (Nota Técnica).

_____. **Processo de mudança da jornada de trabalho em alguns países selecionados.** São Paulo: Dieese, 2010b. (Nota Técnica).

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** Curitiba: Positivo, 2010.

FRACALANZA, P. S. **Redução do tempo de trabalho:** uma solução para o problema do desemprego? 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

GONZALEZ, R. *et al.* Trabalho e renda. **Políticas sociais:** acompanhamento e análise, Brasília, v. 2, n. 17, p. 83-151, dez. 2009.

KREIN, J. D. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil:** 1990-2005. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

KREIN, J. D.; SANTOS, A. L.; NUNES, B. T. Trabalho no governo Lula: avanços e contradições. *In:* ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 12., 2011, João Pessoa, Paraíba. **Anais...** João Pessoa: ABET, 2011.

IBGE–INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).** Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

LEE, S.; MCCANN, D.; MESSENGER, J. **Duração do trabalho em todo o mundo:** tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada. Brasília: OIT, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO, A. C. *et al.* O tempo de trabalho no Brasil: o negociado e o não negociado. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO*, 12., 2011, João Pessoa, Paraíba. **Anais...** João Pessoa: ABET, 2011.

CHRISTENSEN, R. **Log-linear models**. Michigan: Springer-Verlag, 1994.

DAL ROSSO, S. Jornada de trabalho: duração e intensidade. **Ciência e cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 31-34, out. 2006.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Redução da jornada de trabalho no Brasil**. São Paulo: Dieese, 2006. (Nota Técnica).

FIELD, A. *Discovering statistics using SPSS*. London: Sage Publications, 2009.

APÊNDICE A

TEMPO DE TRABALHO NÃO REMUNERADO, DESENVOLVIDO NO ÂMBITO DOMÉSTICO

Ainda que esta versão do SIPS não dedique atenção específica ao tempo de trabalho não remunerado, desenvolvido no âmbito doméstico (trabalho de conservação e manutenção do domicílio e da família), ela traz algumas informações. Ao que tudo indica, este tempo de trabalho doméstico é muito significativo na vida diária dos entrevistados. Em caso de aprovação de uma nova lei, prevendo a diminuição da jornada de trabalho, a principal destinação do tempo livre que surgiria, segundo o relato de um quarto dos entrevistados, é o cuidado com a casa e a família.

Todavia, a este respeito, nota-se que não há diferenças expressivas entre o relato dos entrevistados dos sexos masculino e feminino, como talvez fosse de se esperar a partir do conhecimento acumulado sobre o assunto.¹ Cerca de um quarto de cada um dos grupos considera o cuidado com a casa e com a família o principal destinatário do tempo livre que surgiria com eventual redução da jornada de trabalho remunerado (tabela A.1).

TABELA A.1

Atividades às quais dedicaria o tempo livre, caso seja aprovada uma lei prevendo a diminuição da jornada de trabalho – por sexo
(Em %)

	Masculino	Feminino	Total
Não sentiria diferença, pois não cumpre jornada regular de trabalho	35,4	37,0	36,2
Cuidar da casa e da família	23,2	26,8	24,9
Estudar	11,6	13,0	12,3
Praticar esportes ou outra recreação	6,6	4,8	5,7
Fazer hora extra no trabalho atual	2,2	1,9	2,0
Buscar outro trabalho remunerado	5,0	2,9	4,0
Realizar outra atividade regular	2,6	2,6	2,6
Apenas descansar	13,4	11,1	12,3
Total	100,0	100,0	100,0

Elaboração do Ipea.

1. A respeito das diferentes posições de homens e mulheres diante do tempo de trabalho não remunerado desenvolvido no âmbito doméstico, ver FONTOURA, N. O.; BONETTI, A. Desiguais responsabilidades familiares de homens e mulheres. In: CASTRO, J. A. et al. *Perspectivas da política social no Brasil*. Brasília: Ipea, 2010. Ver também LEE, S.; MCCANN, D.; MESSENGER, J. *Duração do trabalho em todo o mundo: tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada*. Brasília: OIT, 2009.

Entre homens e mulheres, não há diferenças significativas de percepção sobre a relação entre o tempo de trabalho e o tempo livre. Isto não deixa de ser contraditório com o que afirma o conhecimento acumulado acerca dos papéis desempenhados por um e outro gênero na sociedade brasileira.

Parcela dessa contradição talvez possua explicação metodológica. Isto porque o universo de referência da amostra do SIPS é composto por indivíduos localizados em áreas urbanas, com ao menos um trabalho remunerado no período de referência. Além disso, o foco temático deste levantamento concentra-se somente nos impactos do tempo de trabalho remunerado sobre o tempo livre, ignorando outros tipos de trabalho.

Se o universo a partir do qual foi extraída a amostra fosse outro (incluindo indivíduos não remunerados e, também, que não trabalham; situados em áreas urbanas e, também, rurais), assim como se o foco temático fosse outro (incluindo os efeitos do trabalho de conservação e manutenção do domicílio e da família sobre o tempo livre), é possível que os resultados fossem diferentes. É preciso ter em mente estas circunstâncias ao se analisarem as informações do SIPS.

EDUCAÇÃO: ASPECTOS GERAIS

Eduardo Luiz Zen*

RESUMO

Por meio do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) do Ipea, aplicou-se um questionário entre os dias 8 e 30 de novembro de 2011 para captar a percepção da população brasileira sobre a educação no país. Participaram 3.795 pessoas de 18 anos ou mais em seus domicílios, abrangendo 212 municípios, em todos os estados brasileiros, além do Distrito Federal. O SIPS tem como enfoque especial captar a percepção da população sobre diferentes aspectos das políticas públicas, a partir dos bens, equipamentos e serviços que os cidadãos têm acesso ou conhecem em seus municípios. Neste artigo, dividido em três partes, são apresentadas: *i*) a percepção da população brasileira em relação à educação pública de forma geral, trazendo a opinião sobre a situação atual, a evolução recente e a percepção comparativa entre a educação pública ofertada na cidade dos entrevistados no que se refere à educação no resto do Brasil; *ii*) a opinião dos respondentes sobre os problemas que mais prejudicam a educação pública no Brasil e quais as ações que o governo deveria empreender para melhorá-la; e *iii*) a percepção da população sobre o financiamento da educação, debate central do novo Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), ainda em discussão no Congresso Nacional.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), desenvolvido pelo Ipea, tem o objetivo de captar a opinião e a avaliação da população brasileira sobre políticas e serviços públicos em diversas áreas, como saúde, cultura, trabalho, Justiça, segurança pública, mobilidade urbana, entre outras. Um enfoque especial é dado à percepção da população brasileira sobre diferentes aspectos das políticas públicas, a partir dos bens, equipamentos e serviços que os cidadãos utilizam ou conhecem em seus municípios. Este capítulo se destina a mostrar parte dos resultados referentes ao tema Educação, da edição 2011-2012.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

A pesquisa foi realizada entre 8 e 30 de novembro de 2011. Participaram 3.795 pessoas de 18 anos ou mais, em seus domicílios, abrangendo 212 municípios, em todos os estados brasileiros, além do Distrito Federal. Foi utilizado o método de amostragem probabilística, com o intuito de garantir uma margem de erro de 5% a um nível de significância de 95% para o Brasil e para as cinco Grandes Regiões: Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Um questionário com 28 questões específicas foi aplicado, buscando captar a percepção sobre a educação pública de forma geral e sobre assuntos relevantes hoje em destaque no campo educacional, tais como: a ampliação da educação infantil, as cotas para negros e indígenas no ensino superior, o ensino religioso nas escolas, a forma de escolha dos diretores nas escolas públicas, a possibilidade de ampliação do número de horas de aula ou a implantação do turno integral e o nível de confiança da população em temas como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a educação superior à distância. A percepção dos entrevistados sobre a satisfação em relação ao seu próprio nível de ensino e a interação desta percepção com indagações a respeito dos ensinos médio, técnico e superior também foram levantadas.

São apresentados neste estudo, porém, apenas os resultados relativos à primeira parte da pesquisa, agrupados em três seções. A segunda seção mostra a percepção da população brasileira em relação à educação pública de forma geral, trazendo a opinião sobre a situação atual, a evolução recente e a percepção comparativa entre a educação pública ofertada na cidade dos entrevistados em relação à educação no resto do Brasil.

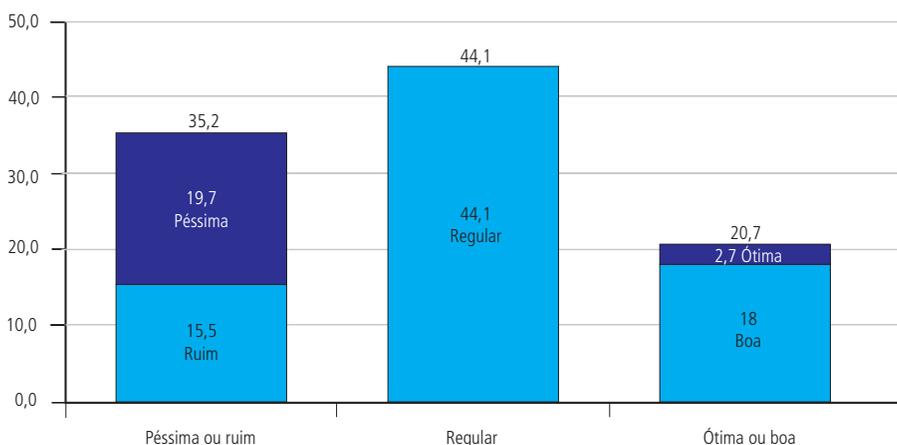
A terceira seção apresenta a opinião dos respondentes sobre os problemas que mais prejudicam a educação pública no Brasil e as ações que o governo deveria empreender para melhorá-la. A quarta seção traz a percepção da população sobre o financiamento da educação, debate central do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, ainda em discussão no Congresso Nacional. A conclusão é apresentada na quinta e última seção.

2 PERCEPÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

A primeira indagação desta segunda edição do SIPS Educação foi sobre como a população avalia atualmente a educação pública no Brasil. Numa escala composta de cinco categorias, a que teve maior incidência foi a regular

(44,1%), seguida de péssima (19,7%) e boa (18%). No confronto direto entre os conceitos positivos (boa e ótima) e negativos (ruim e péssima), verifica-se predomínio destes últimos, com 35,2% do total, contra apenas 20,7% dos primeiros. Nos extremos, apenas 2,7% dos brasileiros consideram a educação no Brasil ótima, enquanto 19,7% a consideram péssima, como mostra o gráfico 1.

GRÁFICO 1
Avaliação sobre a educação pública no Brasil
(Em %)



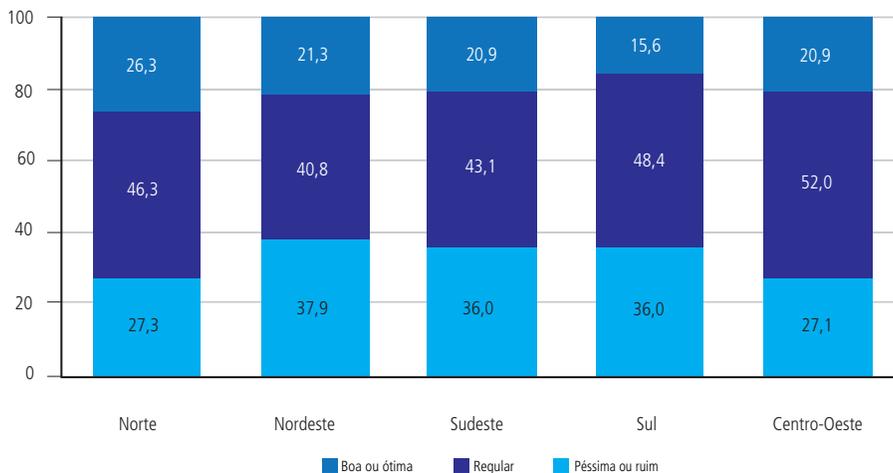
Elaboração do Ipea.

Quando se desagregam esses dados pelas Grandes Regiões brasileiras, verifica-se considerável variação na distribuição dos conceitos. As proporções de avaliações negativas foram maiores no Nordeste, no Sudeste e no Sul. Nesta última também foi registrada a menor incidência de conceitos positivos, como pode ser observado pelo gráfico 2.

GRÁFICO 2

Avaliação sobre a educação pública no Brasil, por Grande Região

(Em %)



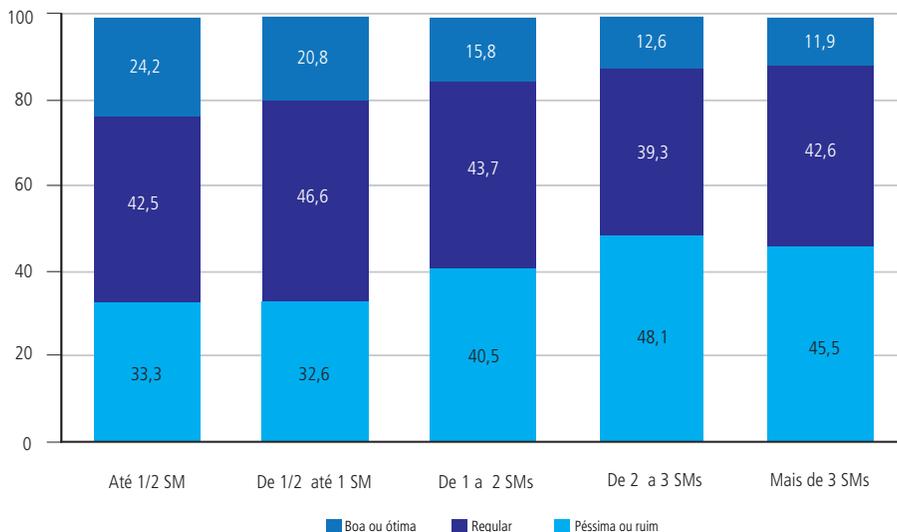
Elaboração do Ipea.

É possível que existam motivações distintas para semelhantes índices de avaliações negativas entre as duas regiões mais ricas e a região mais pobre do país. No primeiro caso, pode ser que a população tenha um padrão de expectativa maior em relação à educação, enquanto no segundo o resultado pode estar associado às precárias condições de ensino ainda existentes naquela região, sobretudo em termos de formação e valorização do magistério e de infraestrutura, que afetam diretamente o desempenho escolar dos alunos.

Outro recorte relevante diz respeito às condições econômicas dos entrevistados. Neste caso, verifica-se que quanto maior a renda, menos favorável é a avaliação do respondente. Na faixa de renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo (SM), 24,2% das pessoas consideram a educação pública boa ou ótima, ao passo que entre aqueles com renda superior a três SMs a proporção deste índice cai para menos da metade, 11,9%. De modo inverso, aumenta a incidência de opiniões desfavoráveis à medida que cresce a renda: 48% dos que se encontram na faixa entre dois e três SMs consideram a educação pública no Brasil péssima ou ruim, conforme mostra o gráfico 3.

GRÁFICO 3

Avaliação sobre a educação pública no Brasil, por faixa de renda familiar *per capita*
(Em %)

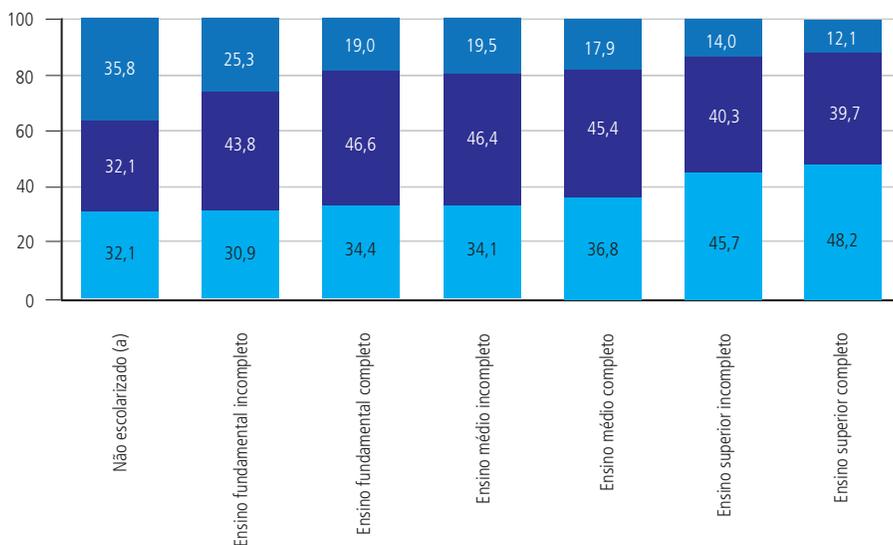


Elaboração do Ipea.

O nível de escolaridade dos entrevistados também influencia a percepção que estes têm acerca da educação pública no Brasil. Apenas entre os não escolarizados, as avaliações positivas superam as negativas. Nos demais casos, há uma avaliação negativa crescente conforme aumenta o nível de escolaridade. Entre os brasileiros que possuem nível superior completo, praticamente a metade (48,2%) considera a educação pública no país péssima ou ruim, como mostra o gráfico 4.

GRÁFICO 4

Avaliação sobre a educação pública no Brasil, por nível de escolaridade
(Em %)

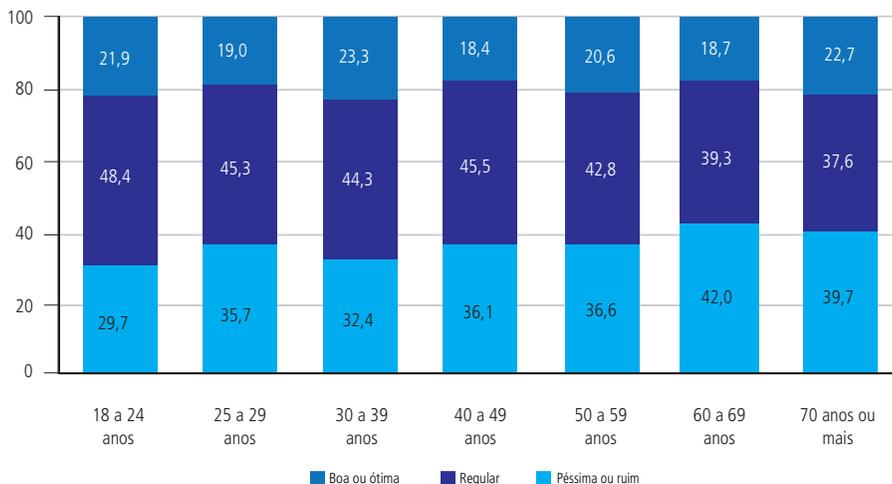


Elaboração do Ipea.

Quando se desagregam as respostas a essa questão por faixas etárias, verifica-se que, de modo geral, os de mais idade avaliam a educação pública de forma mais rigorosa, evidenciada pela maior incidência de conceitos negativos. Contudo, não há tanta variação entre as proporções dos que avaliam a educação pública de forma positiva. O gráfico 5 mostra que as principais diferenças entre as faixas etárias ocorrem em relação aos conceitos péssimo ou ruim e regular.

GRÁFICO 5

Avaliação sobre a educação pública no Brasil, por faixa etária
(Em %)



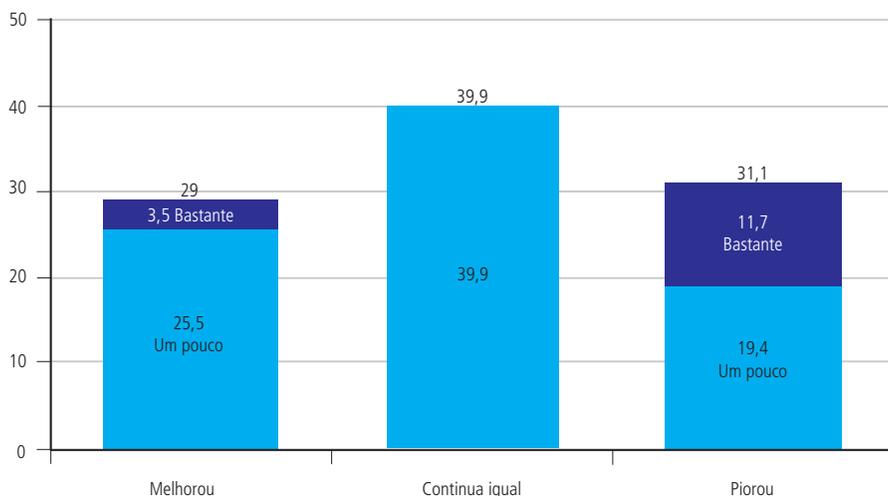
Elaboração do Ipea.

2.1 Percepção sobre a evolução da educação pública no Brasil

Além de se obter uma avaliação geral sobre a situação atual da educação pública no Brasil, levantou-se a percepção dos sujeitos da pesquisa em termos de processo, mediante comparação no tempo. De forma semelhante à questão anterior, foram oferecidas cinco opções de resposta: *i)* piorou bastante; *ii)* piorou; *iii)* continua igual; *iv)* melhorou; e *v)* melhorou bastante. Neste caso, as proporções de avaliações favoráveis foram maiores, quando comparadas às da questão anterior. Apesar de ainda ser majoritária a incidência de respostas que consideram que a educação continua igual (39,9%), a proporção de avaliações negativas (31,1%) ficou bem mais próxima daquelas consideradas positivas (29%), como mostra o gráfico 6.

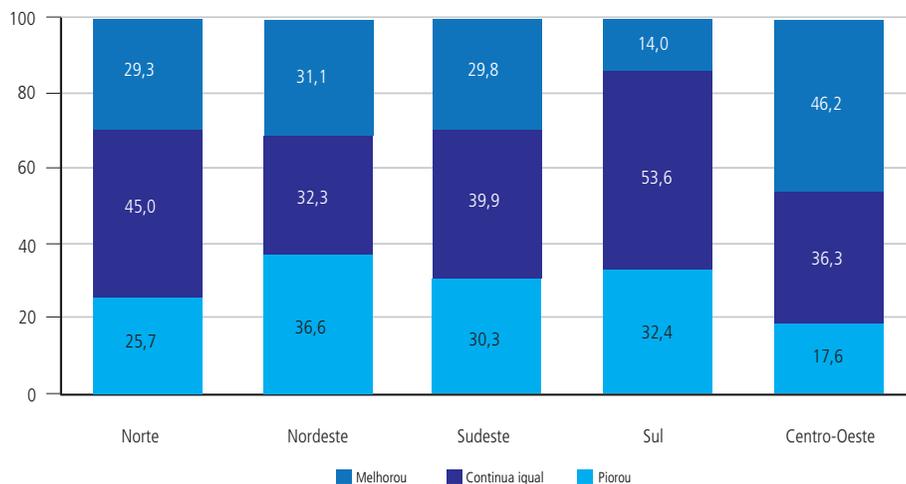
Verifica-se que, quando desagregadas pelas cinco Grandes Regiões, em duas delas – no Centro-Oeste e no Norte – as avaliações positivas superaram as negativas. O gráfico 7 traz a percepção da população sobre a evolução da educação, considerando apenas os três níveis principais de avaliação: melhorou (um pouco e bastante); continua igual; e piorou (um pouco e bastante).

GRÁFICO 6
Percepção sobre a evolução da educação pública no Brasil
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 7
Percepção sobre a evolução da educação pública no Brasil, por Grande Região
 (Em %)



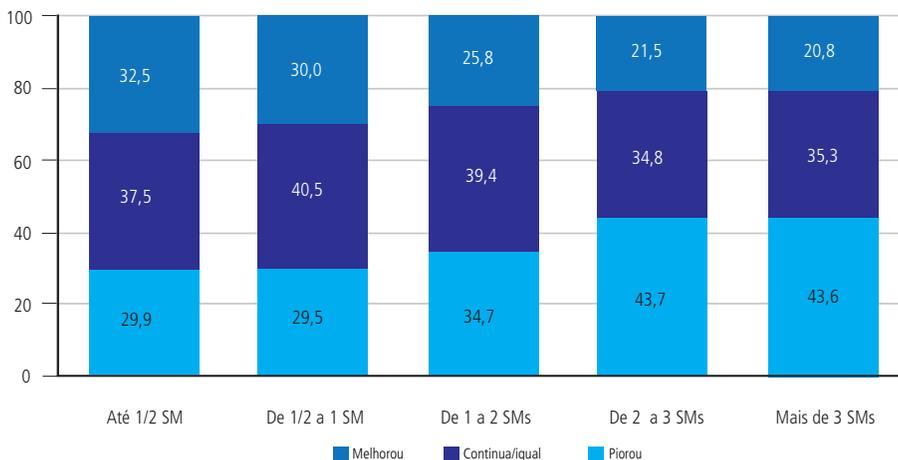
Elaboração do Ipea.

Cabe ressaltar que duas regiões apresentaram tendências diferentes quanto ao número de pessoas que acreditam que a educação pública melhorou (um pouco ou bastante). Enquanto a região Centro-Oeste registrou maior proporção destas opiniões positivas (46,2%), apenas 14% da população da região Sul compartilham da mesma avaliação. Nas demais regiões, o índice dos que acreditam que educação melhorou ficou próximo de 30%.

Quando se analisam as respostas segundo as faixas de renda, verifica-se tendência semelhante à questão anterior. No entanto, as duas faixas de menor renda apresentaram ligeira predominância de respostas positivas em relação às negativas. De modo inverso, as duas faixas de maior renda tiveram mais que o dobro de opiniões negativas em comparação com as positivas, como mostra o gráfico 8.

GRÁFICO 8

Percepção sobre a evolução da educação pública no Brasil, por faixa de renda familiar *per capita*
(Em %)



Elaboração do Ipea.

Assim como se verifica em relação à renda, à medida que aumentam o nível de escolaridade e a faixa etária do respondente, cresce a proporção de opiniões desfavoráveis em relação à evolução da situação ou da qualidade da educação pública no Brasil.

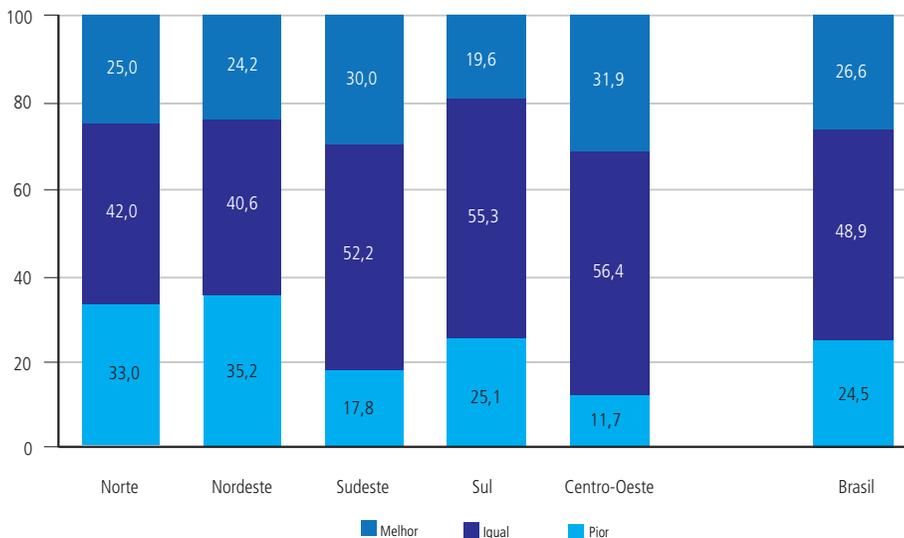
2.2 Sobre a educação em sua cidade, comparada à do restante do Brasil

Outra questão que busca identificar a percepção do entrevistado sob a ótica comparada é a que pede para avaliar a educação em sua cidade em relação à do restante do país. A avaliação sobre a educação no nível local, aquela que o cidadão mais conhece diretamente, quando comparada à educação no restante do país, tende a mostrar uma visão mais próxima daquilo que realmente ele percebe, em relação a uma visão geral da educação, fruto do senso comum. Isto é explicado pelo fato de que as experiências vividas e o contato direto com a educação no município de sua residência constroem percepções mais objetivas, ao passo que, sobre a educação no restante do país, as percepções sofrem maior influência da opinião geral e maior mediação de veículos de comunicação, líderes políticos ou comunitários, entre outros.

Assim, considerando-se a existência de profundas desigualdades regionais, de diversas ordens, o esperado se confirmou em relação às regiões Norte e Nordeste, de um lado, e Centro-Oeste e Sudeste, de outro. Esperava-se que, nas primeiras, predominassem os conceitos negativos sobre os positivos, sendo o inverso válido para as últimas. Tal tendência, porém, não foi verificada no Sul, onde foi registrada a menor proporção de respostas positivas. Se, num primeiro momento, este resultado não condiz com os indicadores sociais e educacionais desta região, ao mesmo tempo pode revelar maior descontentamento e rigor por parte daquela população ou evidenciar a percepção de que a evolução recente da educação pública, nesta localidade, ficou aquém da verificada no restante do país (gráfico 9).

GRÁFICO 9

Percepção sobre a situação da educação pública na cidade de residência, em comparação com a educação do resto do país (Em %)



Elaboração do Ipea.

3 PROBLEMAS QUE MAIS PREJUDICAM A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL E AÇÕES A SEREM EMPREENDIDAS PELO GOVERNO

Foi solicitado a cada participante que indicasse, de forma espontânea, até três problemas que mais prejudicam a educação pública no Brasil. As respostas de cada um foram enquadradas em questões e conceitos sínteses de cada problema. Exemplo: respostas indicando falta de computadores ou de quadras de esporte nas escolas foram consideradas no problema falta de infraestrutura ou equipamentos precários nas escolas. Como mostra o gráfico 10, as respostas espontâneas puderam ser enquadradas em quinze problemas principais.

Na percepção de 52,7% dos brasileiros, a baixa remuneração dos professores é um dos principais problemas da educação no país. A desmotivação dos docentes em sala de aula, que possui estreita relação com os baixos salários que recebem, é o segundo problema mais mencionado: 30,9% dos brasileiros acreditam que este seja um dos principais problemas da educação. Em seguida, aparecem problemas relacionados aos estudantes. Pouco interesse dos alunos foi apontado como um dos

problemas principais da educação no Brasil por 30,6% dos respondentes, e indisciplina e desrespeito dos alunos em relação aos professores, por 25%. Problemas relacionados à infraestrutura adequada e aos equipamentos nas escolas são uma preocupação principal em relação à educação para 25,2% dos respondentes. A insegurança, a violência ou as drogas na escola constituem um dos principais problemas para quase 24% da população brasileira. Professores desqualificados ou despreparados foi um problema mencionado por também quase 24% dos respondentes, e o número insuficiente de professores, por 17,5%.

GRÁFICO 10

Problemas que mais prejudicam a educação pública no Brasil (Em %)



Elaboração do Ipea.

Obs.: as porcentagens se referem ao número de vezes que o problema foi mencionado, em relação ao número total de respondentes. Uma vez que cada entrevistado pôde citar até três problemas, a totalização ultrapassa 100%.

Os dados, quando analisados comparando-se as Grandes Regiões brasileiras, mostram diferenças sutis de percepção. O problema com maior incidência foi a baixa remuneração dos professores, à exceção da região Norte, onde a liderança coube à falta de infraestrutura ou à existência de equipamentos precários. De qualquer modo, a questão salarial dos professores foi o único problema a figurar entre os quatro mais votados de cada região, sendo mais expressivas as proporções registradas no Sul, no Nordeste e no Sudeste. Destaque-se a região Sul, onde todos os quatro

principais problemas percebidos pela população como prejudiciais à educação estão relacionados a insuficiências em relação ao corpo docente e à pouca valorização dos professores, o que indica forte predomínio desta variável ou dimensão na percepção da população da região Sul quando avalia a educação pública. A tabela 1 mostra os quatro problemas mais mencionados pela população nas cinco Grandes Regiões.

Na região Sudeste, chama atenção o fato de 36,3% dos respondentes apontarem o pouco interesse dos alunos e 30% o desrespeito dos alunos com os professores ou a indisciplina entre os problemas que mais prejudicam a educação. Falta de infraestrutura ou existência de equipamentos precários, questão mais mencionada na região Norte, também foi citada de forma significativa pelos entrevistados das regiões Nordeste e Centro-Oeste, corroborando deficiências históricas existentes na parte física das escolas nestas três regiões, quando comparadas às escolas das regiões Sul e Sudeste. Insegurança, violência ou drogas nas escolas ficou na quarta posição na região Centro-Oeste e, embora não registrada na tabela, ficou na quinta posição na região Sudeste do Brasil. Tal questão é percebida pela população destas duas regiões como um dos principais problemas da educação.

TABELA 1
Problemas que mais prejudicam a educação pública no Brasil, por Grande Região
 (Em %)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1 ^a	Falta de infraestrutura e equipamentos precários 42,7	Professores mal pagos 54,9	Professores mal pagos 52,0	Professores mal pagos 61,5	Professores mal pagos 47,3
2 ^a	Professores mal pagos 38,0	Pouco interesse dos alunos 31,4	Pouco interesse dos alunos 36,3	Professores desmotivados 38,7	Pouco interesse dos alunos 33,0
3 ^a	Professores desqualificados ou despreparados 30,3	Professores desmotivados 30,5	Professores desmotivados 30,3	Professores desqualificados ou despreparados 32,7	Falta de infraestrutura e equipamentos precários 30,4
4 ^a	Professores desmotivados 26,3	Falta de infraestrutura e equipamentos precários 27,9	Desrespeito dos alunos e indisciplina 30,0	Número insuficiente de professores 30,4	Insegurança, violência ou drogas nas escolas 30,4

Elaboração do Ipea.

Obs.: o ranking foi elaborado a partir do total de vezes que os problemas foram mencionados em cada região. Cada entrevistado pôde citar até três problemas.

3.1 Principais ações que o governo deveria implementar para melhorar a educação no Brasil

Diante da ênfase dada à baixa remuneração dos professores, reconhecida pela população brasileira como principal problema da educação pública, é coerente que as ações sugeridas para melhorá-la também apontem para esta direção. Novamente, foi solicitado a cada participante que indicasse, de forma espontânea, até três ações mais importantes a serem feitas pelo governo para melhorar a educação no Brasil. As respostas foram enquadradas em conceitos ou questões sínteses de cada ação a ser tomada pelo governo na área de educação. O gráfico 11 mostra as quatorze ações que atingiram maior significância.

GRÁFICO 11

Principais ações que o governo deveria realizar para melhorar a educação no Brasil
(Em %)



Elaboração do Ipea.

Obs.: as porcentagens se referem ao número de vezes que a ação foi mencionada, em relação ao número total de respondentes. Cada entrevistado pôde citar até três ações. Por isso, a totalização ultrapassa 100%.

Aumentar o salário dos professores, para 58,6% dos brasileiros, é uma das ações principais a serem empreendidas pelo governo para melhorar a educação no país. A segunda ação que teve o maior número de menções foi capacitar mais ou melhor os professores, citada por 43,2% dos respondentes. Ainda em relação aos docentes, 30,3% da população brasileira acreditam

que contratar mais professores é uma das ações principais que o governo deve empreender.

Além das medidas relativas ao corpo docente, outro grupo de prioridades na percepção da população pode ser formado agregando-se as ações que dizem respeito às instalações e aos equipamentos das escolas. Insere-se neste grupo a terceira ação mais lembrada pelos respondentes, referente à necessidade de o governo equipar melhor as escolas com laboratórios, quadras esportivas etc. (32,2%). A reforma ou a melhoria dos prédios das escolas existentes e a construção ou a abertura de mais escolas foram consideradas prioritárias por 19,6% e 18,5% dos participantes, respectivamente.

Duas ações ligadas à questão do desempenho da educação foram lembradas por parte significativa dos respondentes. Aumentar a fiscalização e a avaliação das escolas foi apontada por 21,1%; e ser mais rigoroso na avaliação dos alunos, por 13,3%. Uma ação diretamente relacionada ao aumento da atratividade da escola, oferecer mais atividades esportivas ou culturais, foi mencionada por 18,1% dos respondentes.

As ações destinadas a favorecer a permanência dos alunos na escola tiveram, separadamente, menor incidência, embora sejam significativas em conjunto. Oferecer apoio psicológico, odontológico ou médico nas escolas foi lembrado como prioritário por 11,5% dos respondentes; fornecer transporte escolar, por 10%; distribuir material escolar, uniforme ou livros aos alunos, por 8,8%; e oferecer auxílio financeiro para os alunos estudarem, por 7,2%.

Implantação do turno integral ou aumento do número de dias letivos – tema relevante nas discussões sobre educação atualmente, que diz respeito à ampliação do número de horas em sala de aula – são prioridades para apenas 5,5% dos respondentes. As poucas menções a estes tópicos entre as ações principais a serem tomadas pelo governo para melhorar a educação, porém, não indicam necessariamente que a população discorde de um eventual aumento no tempo em que os alunos permanecem na escola. Apenas não se trata, na percepção da maioria da população, de uma ação prioritária.

Quando analisados os dados por Grande Região, aumentar o salário dos professores permanece como ação mais lembrada, à exceção da região Norte, onde esta ação assume apenas a quarta posição. A tabela 2 traz a lista das ações mais citadas nas cinco Grandes Regiões.

TABELA 2
Principais ações que o governo deveria realizar para melhorar a educação no Brasil, por Grande Região
 (Em %)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1 ^a	Equipar escolas (instalações) 50,3	Aumentar salários dos professores 60,1	Aumentar salários dos professores 62,1	Aumentar salários dos professores 58,7	Aumentar salários dos professores 57,9
2 ^a	Capacitar professores 42,7	Capacitar professores 47,8	Capacitar professores 38,3	Capacitar professores 50,5	Capacitar professores 39,9
3 ^a	Contratar professores 36,3	Equipar escolas (instalações) 35,0	Equipar escolas (instalações) 30,1	Contratar professores 42,5	Aumentar fiscalização e avaliação das escolas 29,7
4 ^a	Aumentar salários dos professores 35,0	Contratar professores 27,7	Contratar professores 27,7	Reformar escolas 29,6	Contratar professores 24,9

Elaboração do Ipea.

Obs.: o *ranking* foi elaborado a partir do total de vezes que a ação foi mencionada em cada região. Cada entrevistado pôde citar até três ações.

Há um claro predomínio das ações relacionadas ao corpo docente, mas ações em outras áreas ganham destaque em algumas regiões. Na região Norte, metade dos entrevistados (50,3%) considera que equipar melhor as escolas é uma das ações mais importantes a serem executadas pelo governo. No Nordeste e no Sudeste, esta ação apareceu em terceiro lugar, mencionada por 35% e 30,1% dos entrevistados, respectivamente. Reformar escolas é uma ação relevante na percepção de 29,6% dos respondentes na região Sul, e aumentar a fiscalização ou a avaliação das escolas foi uma ação citada por 29,7% dos respondentes no Centro-Oeste.

4 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Quando questionada sobre a necessidade de destinação de mais recursos financeiros para a educação pública, a população brasileira corrobora a posição quase consensual atualmente estabelecida entre especialistas, gestores e lideranças políticas de que a educação precisa de mais investimentos. A tabela 3 mostra a percepção da população brasileira sobre este assunto.

TABELA 3
A educação pública no Brasil precisa de mais recursos financeiros?
(Em %)

Sim	89,49
Não	7,43
Não sabe ou não respondeu	3,08
Total	100,00

Elaboração do Ipea.

De fato, as divergências significativas no debate nacional atual sobre financiamento da educação não dizem respeito à necessidade de mais recursos, mas à definição sobre qual o tamanho desta ampliação de gastos. As discussões ainda inconclusas em torno do novo PNE, que deveria vigorar a partir de 2011, refletem esta divergência. Definir como estabelecer o patamar adequado de aumento de investimentos a partir de uma equação entre as necessidades educacionais do país e a capacidade do fundo público em financiá-las parece ser o grande desafio atual.

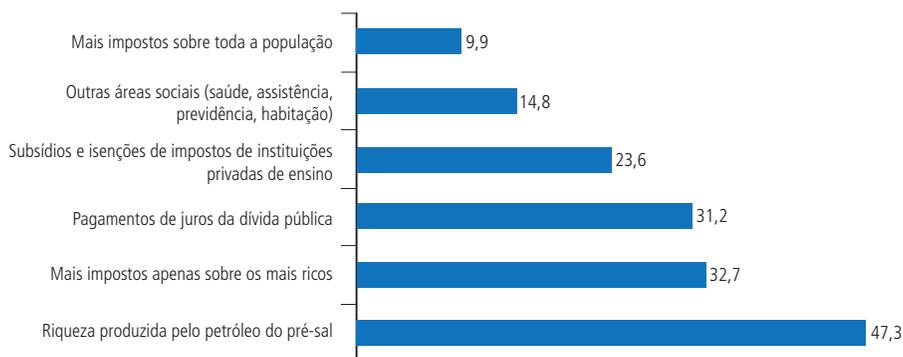
Além disso, é preciso levar em conta que toda ação que envolva ampliação de gastos públicos só é consequente se englobar as origens possíveis de recursos. As fontes de financiamento são um dos fatores centrais

no debate atual do novo PNE, visto que a visualização de possibilidades relativas às origens de recursos tem influência significativa nos diversos posicionamentos políticos frente ao tamanho da ampliação de gastos que será aprovada como meta do novo plano.

Para captar a percepção da população sobre a origem de investimentos adicionais à educação, foram apresentadas aos entrevistados algumas alternativas de fontes de recursos num cartão. Cada respondente pôde marcar até duas opções. Os resultados estão no gráfico 12.

GRÁFICO 12

De onde deveriam sair os recursos adicionais à educação pública
(Em %)



Elaboração do Ipea.

Obs.: as porcentagens se referem ao número de vezes que a fonte de financiamento foi mencionada, em relação ao número total de respondentes que concordaram que a educação precisa de mais recursos. Uma vez que cada entrevistado pôde citar até duas fontes, a totalização ultrapassa 100%.

As riquezas que serão produzidas pelo pré-sal aparecem como uma das fontes adicionais de recursos para quase metade dos respondentes, 47,3%. É possível que a descoberta relativamente recente destas reservas de petróleo, assim como a presença constante na mídia do debate sobre o marco regulatório de sua exploração e sobre a repartição e a destinação dos *royalties* a serem gerados, tenha tido uma influência significativa na percepção da população.

Mais impostos apenas sobre os mais ricos foi a alternativa apontada por 32,7% dos respondentes. A transferência para a educação dos recursos hoje utilizados para o pagamento de juros da dívida pública foi lembrada por 31,2%. Quase um quarto dos entrevistados que concordam com o

aumento de recursos para a educação apontou como fonte a realocação, para a educação pública, dos recursos públicos hoje utilizados em subsídios e isenções de impostos a instituições privadas de ensino. Por sua vez, as alternativas de realocar recursos de outras áreas sociais (14,8%) e aumentar ou criar novos impostos sobre toda a população (9,9%) foram as menos lembradas como fontes possíveis de novos recursos para a educação pública.

5 CONCLUSÃO

Este capítulo mostrou que a população brasileira não considera satisfatória a atual situação da educação pública no país. Embora a avaliação regular predomine, há muito mais brasileiros que consideram a educação péssima ou ruim que boa ou ótima. Também há certo pessimismo, pois são maioria aqueles que não acreditam que a educação pública no Brasil melhorou.

Foi registrada maior incidência de avaliações negativas ou pessimistas em grupos de maior renda e escolaridade, o que pode significar que há um nível maior de exigências e anseios em relação à política de educação nestes setores. Por sua vez, as avaliações mais positivas e otimistas em grupos de menor renda e escolaridade podem significar que a política de educação está dirigindo mais atenção a estes setores.

Chama atenção também o maior número de avaliações negativas e pessimistas registradas na região Sul, em comparação a todas as demais regiões do Brasil. Os três estados do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, possuem indicadores educacionais melhores que os do restante do país; portanto, é possível que as avaliações negativas e pessimistas advenham de uma percepção de estagnação ou mesmo de possíveis retrocessos recentes na qualidade do sistema educacional naquela região.

Quando verificada a percepção da população sobre os principais problemas e ações prioritárias do governo na área de educação, há um forte predomínio de temas relativos ao corpo docente, em especial a questão salarial. Embora diferenças regionais sejam relevantes, uma vez que no Norte o principal problema na percepção da população diz respeito à infraestrutura das escolas, é fato que há uma percepção geral nacional em relação à necessidade de se valorizarem mais os professores para melhorar a educação no país. Isto advém, possivelmente, tanto da efetiva percepção sobre a realidade de baixos salários pagos aos docentes, quanto da própria

capacidade dos professores e suas entidades representativas de chamarem a atenção da sociedade e colocarem o tema em debate.

No que diz respeito ao financiamento da educação, está clara a percepção geral de que são necessários mais investimentos por parte do governo na educação pública. Quanto às possíveis fontes de recursos, destaquem-se as expectativas criadas em relação ao petróleo do pré-sal e a identificação de possibilidades vindas da realocação dos recursos destinados ao pagamento de juros da dívida pública e da criação ou aumento dos impostos apenas sobre os mais ricos. É interessante verificar a percepção da população em relação a esta última fonte de recursos, relativamente pouco explorada no Brasil, que possui uma estrutura tributária regressiva, com famílias pobres pagando proporcionalmente mais impostos que as ricas.

A percepção da população sobre a educação é mediada por inúmeros fatores, entre eles, sua própria experiência e o histórico educacional; as expectativas criadas em relação à educação dos filhos e ao acompanhamento da vida escolar de crianças e jovens; as experiências relatadas por amigos, vizinhos e familiares; sua visão sobre como deveria ser o ensino nas escolas; e a formação de uma opinião geral a partir daquilo que é divulgado por lideranças comunitárias e políticas e pelos meios de comunicação. Assim, a opinião da população sobre as políticas de educação agrega pontos relacionados à experiência pessoal, às expectativas de atendimento e às informações recebidas por diferentes meios. O próprio nível de conhecimento e as possibilidades de acesso à informação da população terão influência na percepção geral construída sobre a questão da educação.

Tal percepção, condensada em indicadores, transforma-se num instrumento bastante útil aos gestores governamentais, no sentido de buscar o aprimoramento das ações do Estado na área educacional. Embora não seja o único instrumento de diagnóstico e verificação de resultados, a percepção da população diz muito sobre a capacidade que a política e os serviços públicos vêm tendo no atendimento dos seus objetivos e das demandas e anseios em relação a eles.

PERCEPÇÃO SOBRE POBREZA: CAUSAS E SOLUÇÕES

Ana Cleusa Serra Mesquita*
Jorge Abrahão de Castro**

RESUMO

Os avanços e os desafios relacionados à pobreza bem como suas possíveis causas e soluções são percebidos pela sociedade de diversas formas, desde a interação de distintos elementos como valores, experiências, informações e até mesmo a estigmas sociais. Para conhecer a percepção da população brasileira sobre bens e serviços públicos, o projeto Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) do Ipea foi a campo em uma pesquisa domiciliar e amostral. Este trabalho utiliza parte de seus resultados para entender a percepção da sociedade sobre a pobreza no Brasil. Os resultados mostraram que a maioria da população percebe que houve uma redução da pobreza nos últimos cinco anos, sendo esta percepção mais presente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O desemprego foi citado como a crucial causa da pobreza e a criação de mais empregos foi apontada como a principal solução para a pobreza, assim como outras ações no mundo do trabalho (aumentar o valor do salário mínimo, estímulos à contratação dos pobres, apoio aos pequenos agricultores e pequenos negócios). A educação também foi bastante lembrada e a proposta de solução está no campo da qualificação profissional. É fraco o papel atribuído ao esforço individual na percepção acerca da superação da pobreza, o que remete à essencialidade do papel do Estado no enfrentamento da mesma.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza constitui um traço marcante da sociedade brasileira. Ao se debruçar sobre a história do país, nota-se que, mesmo nos períodos de notável crescimento econômico, a pobreza e a forte desigualdade permaneceram como marcas expressivas da estrutura social. Em grande parte, isto se relaciona ao fato de ela nunca ter sido objeto de preocupação central nos projetos políticos que perpassaram a história do país. Pelo

* Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

** Analista de planejamento e orçamento da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/IMPOG).

contrário, acreditava-se no seu enfrentamento como uma consequência automática e natural do progresso econômico. Em decorrência, mesmo nos momentos nos quais se vivenciou um processo de desenvolvimento com avanços consideráveis na estrutura econômica e produtiva, houve pouca repercussão sobre a situação de vida dos mais pobres.

O advento do projeto político democrático consubstanciado na Constituição Federal de 1988 (CF/1988) abriu a possibilidade de reversão daquela tendência histórica; no entanto, ele foi dificultado pelo projeto neoliberal dos anos 1990. Contudo, desde o final dos anos 1990, a pobreza ganha espaço crescente no debate público e na agenda governamental. Ao mesmo tempo que prosseguiram as iniciativas de políticas para assegurar os direitos sociais inscritos na Constituição, surgem e se desenvolvem propostas inovadoras no campo da transferência de renda e da segurança alimentar, estas mais preocupadas com o alívio imediato das privações mais severas da miséria. A combinação de políticas sociais de caráter universal e focalizado com o bom desempenho econômico e do mercado de trabalho possibilitou um notável recuo das taxas de pobreza e indigência, em termos de renda, ao longo dos anos 2000, seja qual for a linha monetária utilizada para aferir seu comportamento.¹

Apesar das recentes conquistas alcançadas, a pobreza ainda é expressiva e não escapa à percepção da sociedade. Os avanços e os desafios relacionados a ela, bem como suas possíveis causas e soluções, são identificados pela população a partir da interação de distintos elementos: valores, experiências, informações e até mesmo estigmas sociais. Com o objetivo de conhecer essa percepção, o Ipea conduziu uma pesquisa em 2011 no âmbito do projeto Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Utilizando-se dos principais resultados, este trabalho discute a percepção social sobre a pobreza no Brasil.

Debruçando-se sobre os resultados da pesquisa, este capítulo é composto por quatro seções, incluindo esta introdução. Na seção seguinte, é realizada uma breve descrição da metodologia. Na terceira seção, são expostos os principais resultados. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

1. Ver, por exemplo, Osorio, R. G. *et al.* *Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009*. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1.647). Disponível em: <<http://tinyurl.com/td1647ipea>>.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

O SIPS, elaborado pelo Ipea, é uma pesquisa domiciliar realizada com a finalidade de conhecer suas percepções sobre bens e serviços públicos. Antes do levantamento sobre pobreza, o sistema pesquisou áreas como trabalho, educação, cultura, saúde, justiça, segurança e mobilidade urbana.

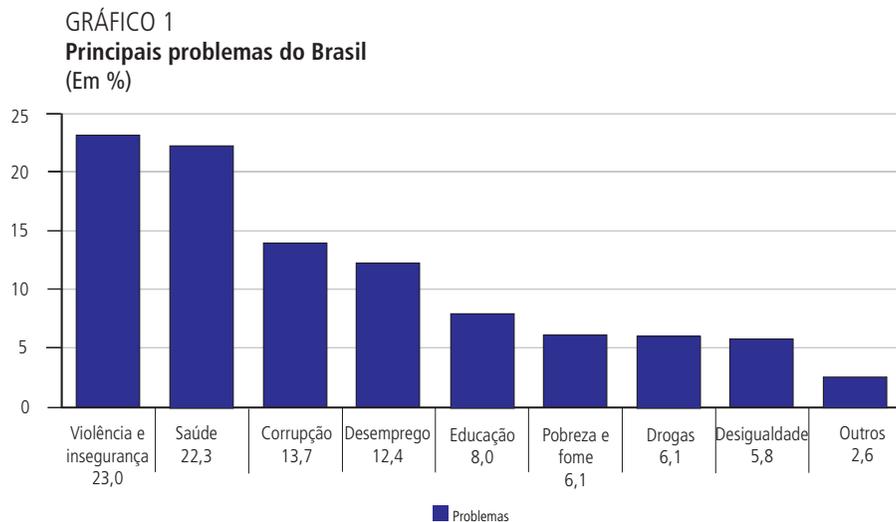
Diferentemente dos levantamentos anteriores, a pesquisa na área de assistência não buscou conhecer a percepção da população sobre seus serviços, mas sobre o problema da pobreza. Os dados foram coletados no período de 8 a 29 de agosto de 2011. As entrevistas foram realizadas no domicílio dos entrevistados.

O questionário foi aplicado em uma amostra de 3.786 pessoas residentes em domicílios particulares permanentes, com representatividade para o Brasil e Grandes Regiões, e com uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 95%. A amostragem dos domicílios foi estratificada por regiões, e dentro de cada região foi feita a demonstração por conglomerados para o sorteio dos municípios. O conjunto dos municípios guardou a mesma proporcionalidade que a da população no que se refere ao tamanho dele, tanto por Unidade de Federação (UF) quanto por porte (pequeno, médio e grande). Dentro de cada município foram sorteados os domicílios. Os parâmetros básicos para definição dessas distribuições vieram do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3 RESULTADOS

3.1 Percepção da população sobre os principais problemas do Brasil

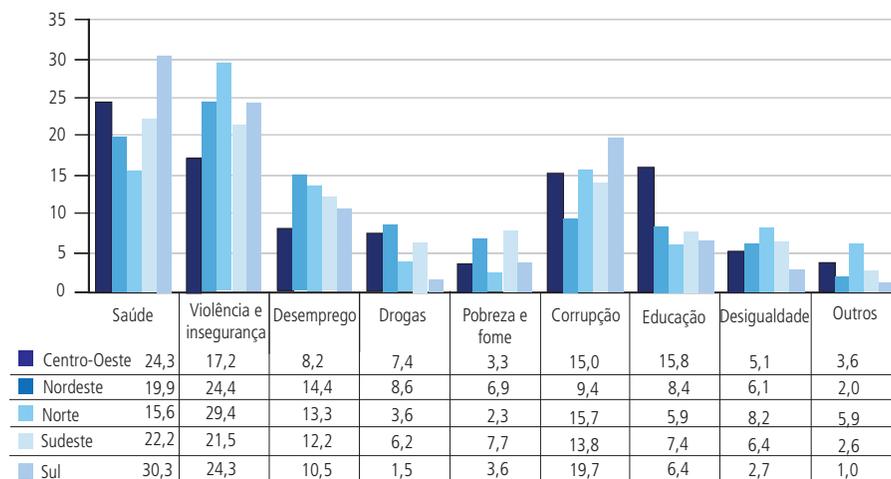
Inicialmente, a pesquisa buscou captar em que medida a pobreza figura entre os principais problemas do país na visão dos brasileiros. Apenas 6,1% dos entrevistados mencionaram pobreza e fome, indicando uma fraca percepção deste problema como o mais grave do Brasil. Violência e insegurança (23%) e saúde (22,3%) despontam como os maiores problemas. Corrupção e desemprego aparecem como principais para 13,7% e 12,4% da amostra, respectivamente, seguidos pela educação, com apenas 8% de menções (gráfico 1).



Elaboração do Ipea.

Ao desagregarem-se os dados pelas Grandes Regiões brasileiras, observa-se que a compreensão sobre a importância da pobreza e da fome difere entre as regiões, mas ainda assim é baixa em comparação aos demais problemas levantados. Pobreza e fome foram mais mencionadas nas regiões Sudeste (7,7%) e Nordeste (6,9%). A percepção sobre o principal problema do país também varia regionalmente. Enquanto a saúde destaca-se como principal nas regiões Sul e Centro-Oeste, as regiões Norte e Nordeste identificam a violência e a insegurança como mais importante. Para a região Sudeste, o tema da saúde e o da violência e insegurança figuram igualmente como questões mais relevantes (gráfico 2).

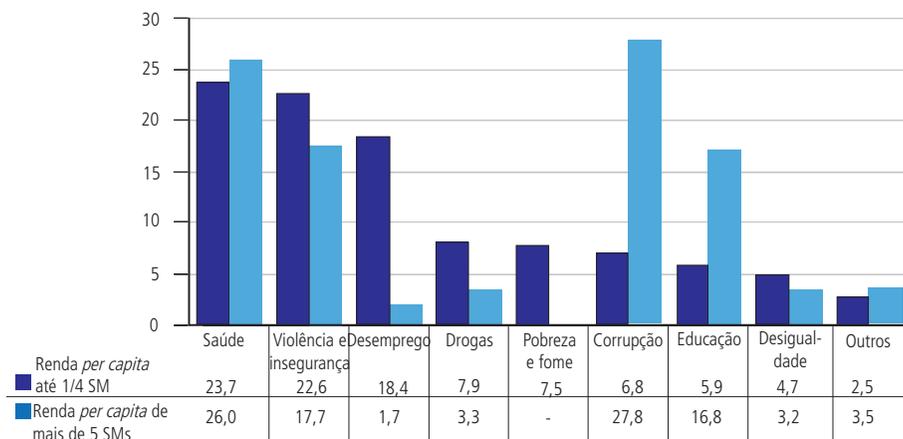
GRÁFICO 2
Principais problemas do Brasil, por região
 (Em %)



Elaboração dos autores.

As respostas, quando agregadas considerando-se a variável renda, também revelam diferentes visões, principalmente levando-se em conta a população de baixa e a de alta renda. Chama a atenção no gráfico 3 que a questão da pobreza e da fome não é problema para os mais ricos, e o desemprego quase não é relevante para eles. O gráfico ainda mostra que a população de baixa renda considera saúde (23,7%) e violência e insegurança (22,6%) como os principais problemas e, em seguida, o desemprego (18,4%). Os mais ricos consideram a corrupção (27,8%) e a saúde (26%) como questões mais prementes. Em seguida, estão violência e insegurança (17,7%) e educação (16,8%).

GRÁFICO 3
Principais problemas do Brasil, por renda
(Em %)

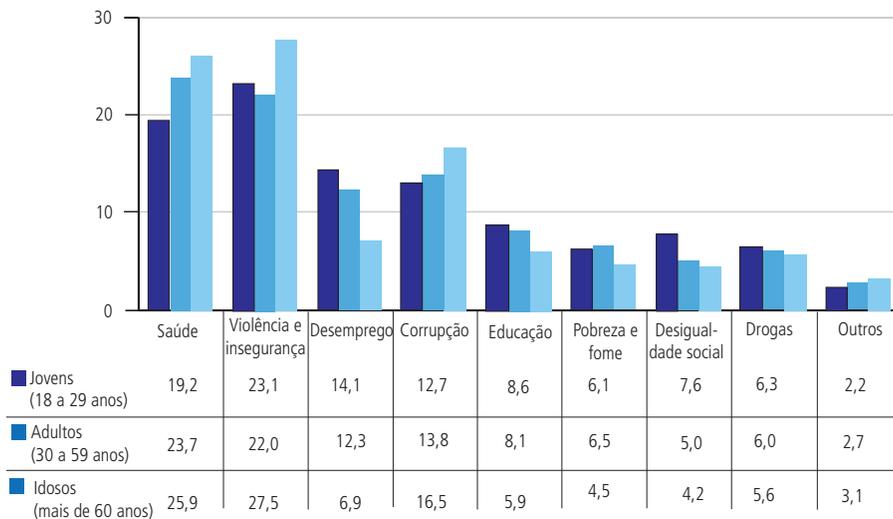


Elaboração do Ipea.

O gráfico 4 mostra que a população idosa é a que menos se preocupa com a pobreza e a fome e a que mais se importa com a violência e a insegurança e com a corrupção. Enquanto isso, a população mais jovem é a que mais se aflinge com as questões do desemprego, da educação e das desigualdades sociais. Para os adultos, as principais preocupações são quanto à saúde e à violência e insegurança.

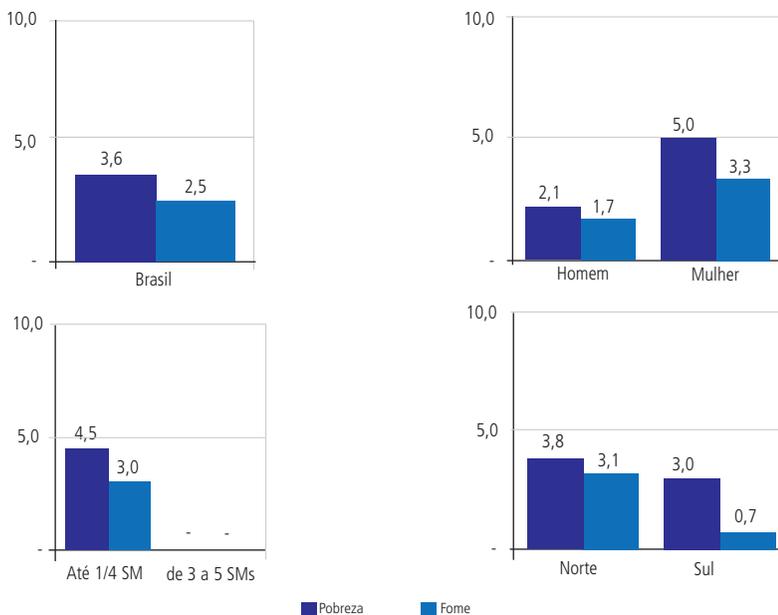
Apesar da baixa percepção sobre a importância da pobreza e da fome como problemas, a população também as considera de forma diferente (gráfico 5). Por exemplo, a pobreza, em qualquer recorte que se analise, é sempre vista como um problema maior que a fome. As mulheres dão mais valor a esses assuntos que os homens. Para a população mais rica, esses não são mais problemas, mas ainda são para os mais pobres. Para a população da região Sul, a fome quase não é mais problema.

GRÁFICO 4
Principais problemas do Brasil, por faixa etária
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 5
Percepção sobre pobreza e fome, por sexo, renda e região
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

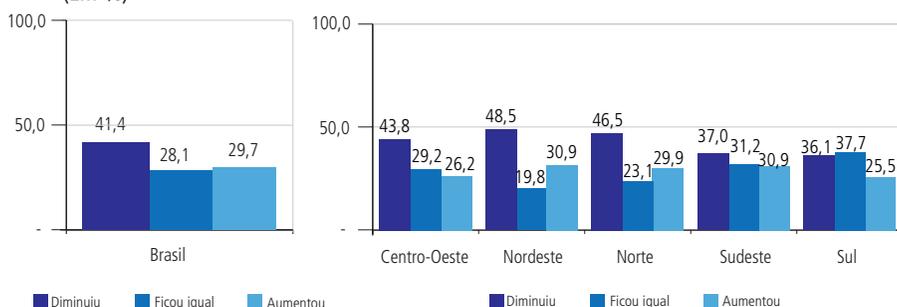
3.2 Evolução da pobreza nos últimos cinco anos

Quando pesquisada a percepção da população sobre a evolução da pobreza no Brasil nos últimos cinco anos, constatou-se, de modo geral, que 41,4% percebiam que a pobreza diminuiu. Para 28,1%, não houve mudanças e 29,7% acreditam que piorou. A pesquisa também revelou que a consciência de queda da pobreza é mais forte para as populações do Nordeste (48,5%), Norte (46,7%) e Centro-Oeste (43,8%) do que para as populações do Sul (36,1%) e Sudeste (37%), como mostra o gráfico 6.

GRÁFICO 6

Percepção sobre a evolução da pobreza, por região

(Em %)



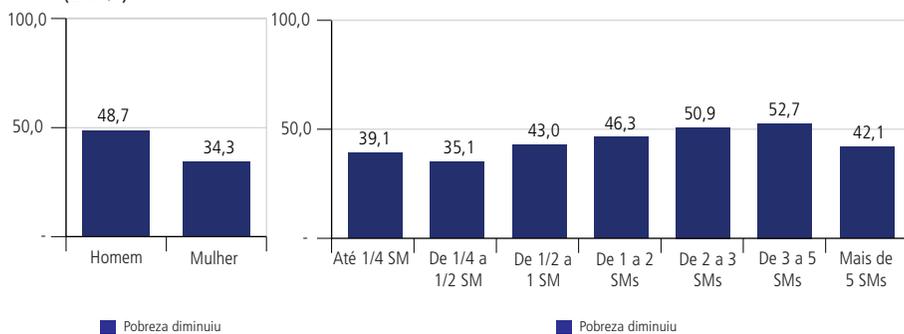
Elaboração do Ipea.

Quanto maior é a renda, mais forte é a percepção de que a pobreza diminuiu nos últimos cinco anos. Por exemplo, no grupo que vai de três a cinco salários mínimos (SMs), a consciência de diminuição é mais forte (52,7%). Além disso, existe um diferencial entre a percepção de homens (48,7%) e mulheres (34,3%), como mostra o gráfico 7.

GRÁFICO 7

Percepção sobre a evolução da pobreza, por sexo e renda

(Em %)



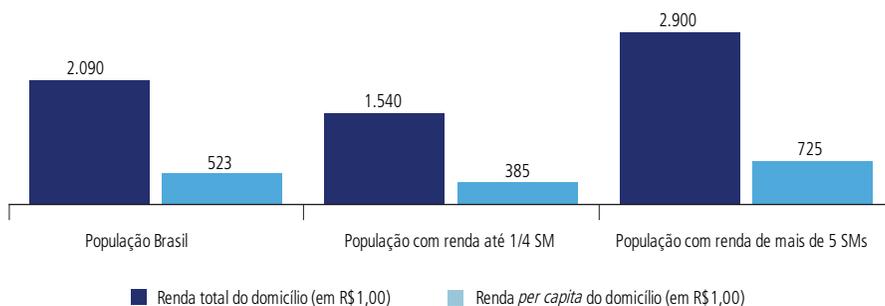
Elaboração do Ipea.

3.3 Percepção da população sobre a linha monetária que define a pobreza

A população brasileira, na média, acredita que uma família de quatro membros precisa de uma renda mensal de R\$ 2.090 para não ser pobre, o que perfaz uma renda *per capita* de R\$ 523 por mês (gráfico 8). Destaca-se que esta linha é bastante próxima do valor do SM, que, na época da pesquisa, era de R\$ 545. Convém observar ainda que este valor é 3,5 vezes maior que a *linha de pobreza* e 7,5 vezes a *linha da extrema pobreza* utilizadas na operacionalização do Programa Bolsa Família (PBF).

GRÁFICO 8

Percepção sobre a linha monetária que define a pobreza segundo a renda
(Em R\$ 1,00)



Elaboração do Ipea.

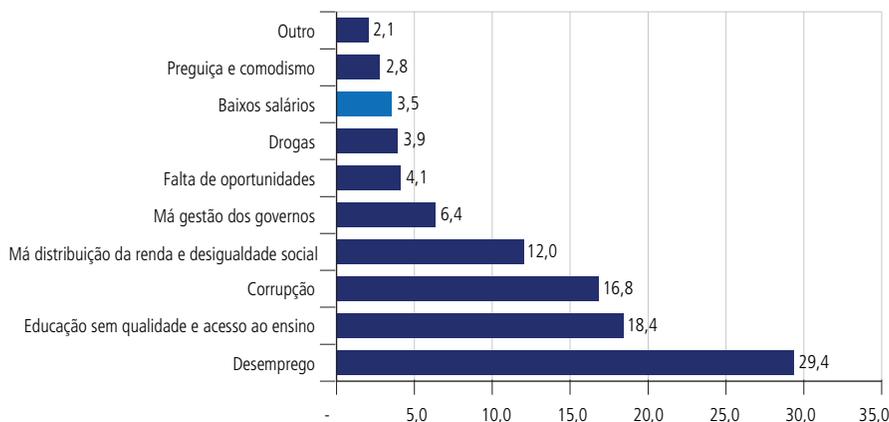
No entanto, também se observa um diferencial de percepção entre pobres e ricos quanto à renda mensal necessária para evitar a pobreza (gráfico 8). A população mais pobre acredita em uma renda *per capita* um pouco menor, de cerca de R\$ 385 (corresponde a 73% do valor médio mencionado acima), mesmo assim é maior em 2,7 vezes a linha de pobreza do PBF, enquanto os mais ricos preveem um valor de quase o dobro deste, R\$ 725, ou seja, quase 5,4 vezes a linha de pobreza do programa e bem superior ao valor do SM vigente.

3.4 Percepção sobre as principais causas da pobreza

A população brasileira identifica o desemprego como a principal causa da pobreza; de forma bastante expressiva, 29,4% da população entendem que esse problema é fundamental na geração de pobreza. Do leque de causas possíveis, duas outras também foram bastante citadas: educação (18,4%) e corrupção (16,8%). Em seguida, foi lembrada a importância da má

distribuição da renda (12%). Outras razões foram mencionadas, mas de forma pouco expressiva, como mostra o gráfico 9.

GRÁFICO 9
Percepção sobre as causas da pobreza
(Em %)



Elaboração do Ipea.

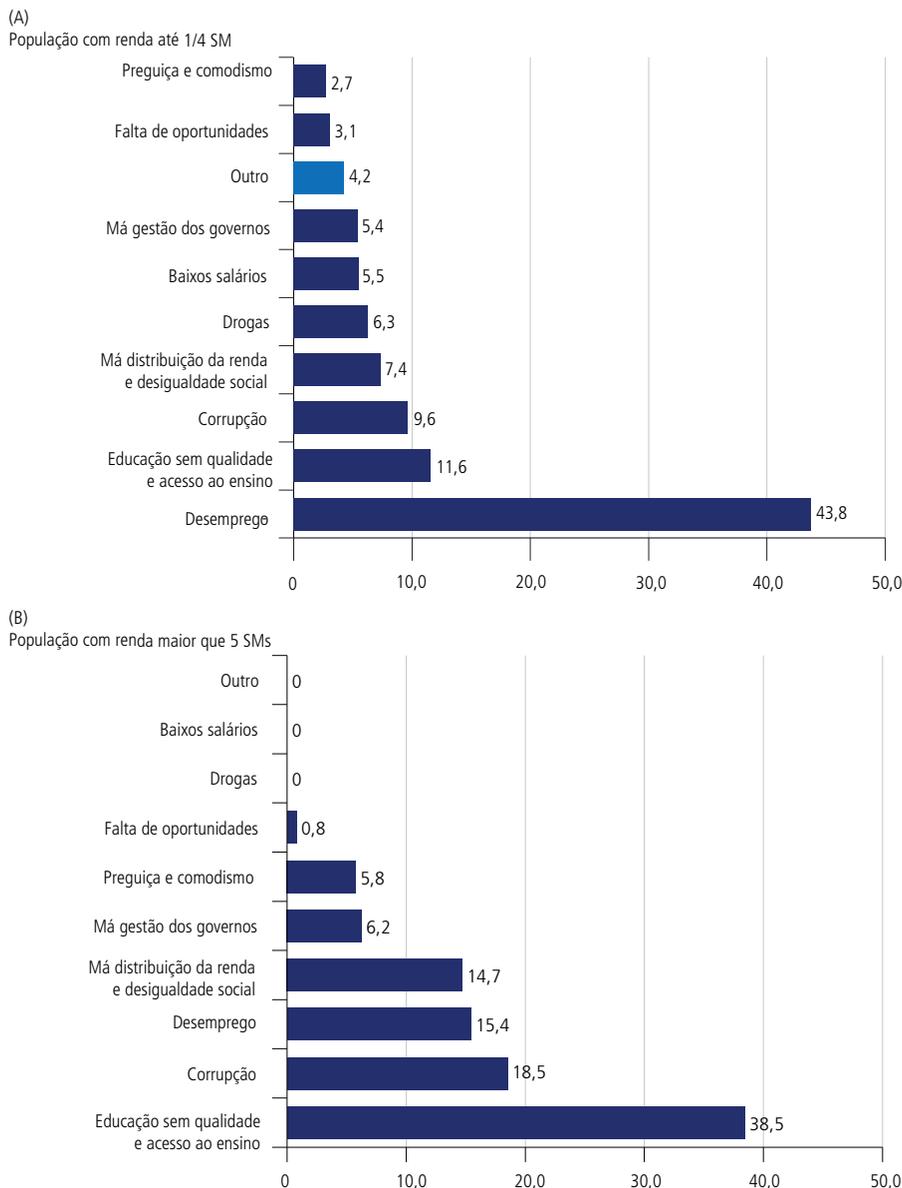
No entanto, existem algumas diferenças de percepção segundo o nível de renda da população, como pode ser constatado no gráfico 10. Aqueles que têm rendimento até um quarto do SM, ou seja, os mais pobres, apontam o desemprego como a principal causa da pobreza (43,8%). Ainda que em menor intensidade, a população mais pobre também evoca questões como acesso e qualidade do ensino (11,6%) e corrupção (9,6%).

Entre os mais ricos (rendimentos acima de cinco SMs *per capita*) predomina a percepção da ausência ou ineficiência da educação como a principal causa (38,5%). Mas este segmento social destacou outras causas que também contribuem para o fenômeno, como a corrupção (18,5%), o desemprego (15,4%) e a má distribuição de renda e desigualdade social (14,7%).

Ainda é interessante observar, mesmo considerando os diferenciais de renda, que as principais razões apontadas são de natureza estrutural, e não individual. Sabe-se que, no debate sobre a pobreza e suas causas, há opiniões que remetem o problema à esfera individual, como reflexo da falta de esforços e de iniciativas do próprio indivíduo, ou a vícios e outros problemas. Esse tipo de diagnóstico responsabiliza o próprio indivíduo por sua situação. A esse respeito, convém destacar que, de acordo com o gráfico 9, apenas 2,8% das opiniões da

população mencionaram, espontaneamente, questões relacionadas ao problema individual (preguiça ou comodismo) e, somente, 3,9% mencionaram as drogas.

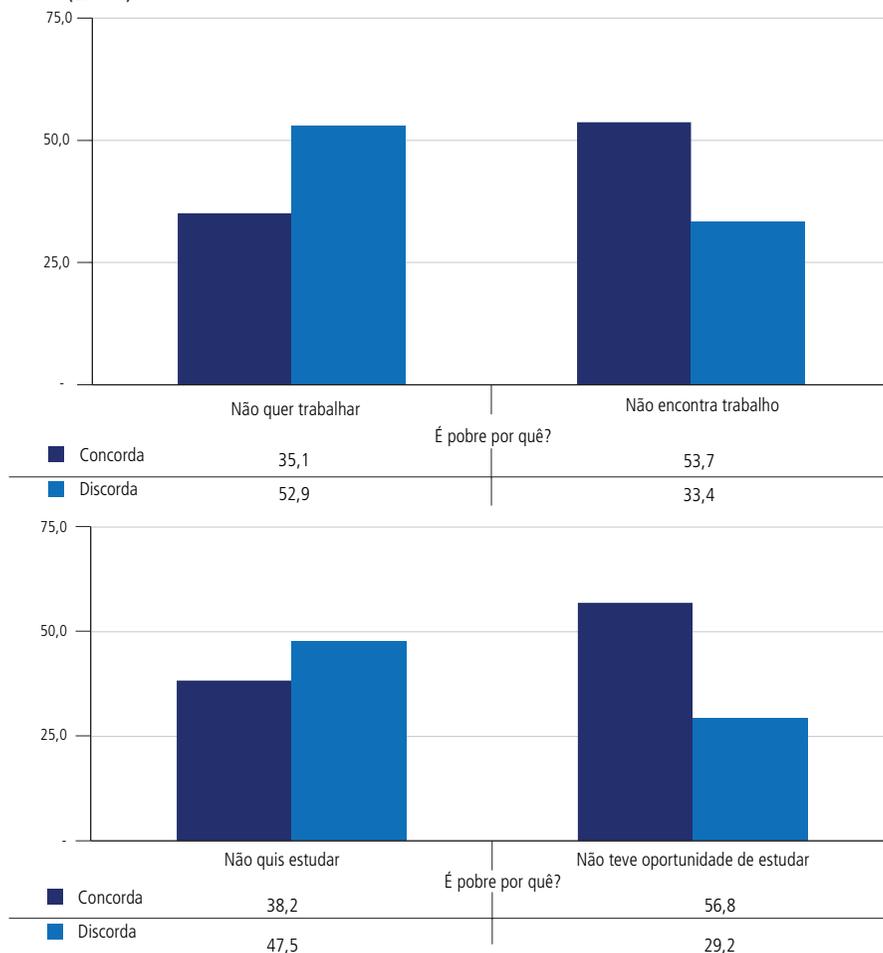
GRÁFICO 10
Percepção sobre as causas da pobreza segundo a renda
 (Em %)



Para que se compreenda um pouco mais essa questão que envolve a pobreza e sua natureza, buscou-se identificar mais alguns detalhes de possíveis causas associadas à esfera individual (falta de esforço), bem como outras associadas à esfera estrutural e, portanto, social. Alguns resultados da pesquisa mostram que existe uma tendência da população de admitir que as causas da pobreza são estruturais, pois, diante das opções “As pessoas são pobres porque não querem trabalhar”; e “As pessoas são pobres porque não encontram emprego”, houve maior predisposição da população em concordar com a segunda afirmação. Do mesmo modo, a maioria tendeu a discordar da afirmação “As pessoas são pobres porque não quiseram estudar” e a concordar mais com a proposição “As pessoas são pobres porque não tiveram oportunidade de estudar” (gráfico 11).

A tendência mais forte de vinculação da pobreza a motivos de natureza estrutural, em detrimento da sua associação à esfera individual, tem uma implicação para as políticas públicas. Dessa compreensão pode-se depreender que a saída da pobreza não depende apenas de esforços individuais. Ao se afastar da ideia de responsabilização do pobre pela sua própria situação, a sociedade reconhece o papel fundamental do Estado no enfrentamento da pobreza, como se verá mais adiante.

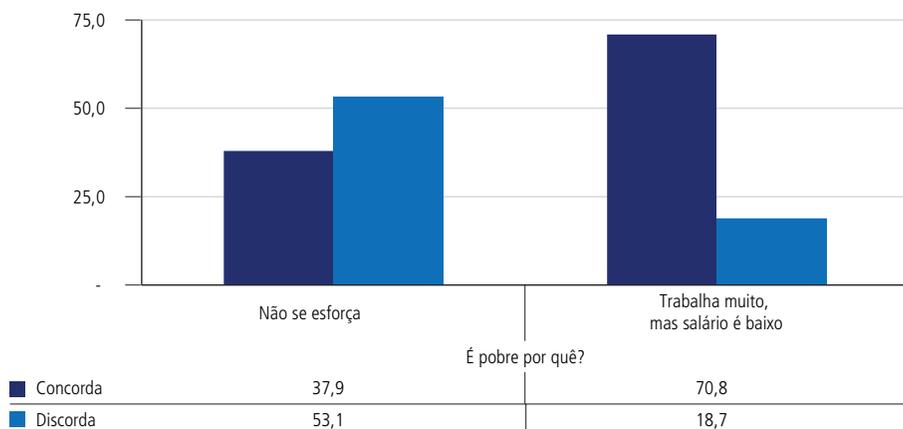
GRÁFICO 11
Percepção sobre as causas da pobreza
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

Por fim, mais dois aspectos chamam a atenção na percepção dos brasileiros sobre a pobreza. O primeiro diz respeito à relativização da possibilidade de evitá-la pelo emprego. Não obstante a maioria da população considerar o desemprego como a principal causa da pobreza, 70,8% reconhecem que o maior esforço e o exercício de um trabalho remunerado podem não ser suficientes para evitar a pobreza, caso a remuneração seja muito baixa, como pode ser constatado no gráfico 12.

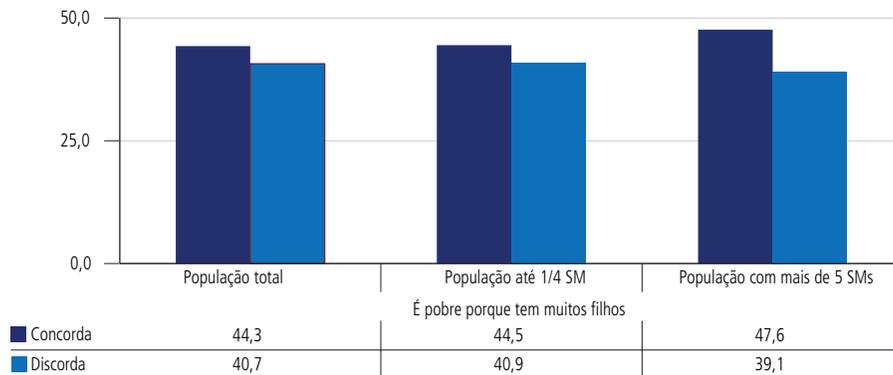
GRÁFICO 12
Percepção sobre as causas da pobreza
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

Outro aspecto que foi salientado diz respeito à associação entre pobreza e taxa de natalidade. A maioria dos entrevistados tende a concordar que as pessoas são pobres porque têm muitos filhos (gráfico 13). É curioso observar a predominância desta visão mesmo com as mudanças demográficas recentes, em que se nota a queda da taxa de natalidade no Brasil, principalmente entre as mulheres mais pobres, ainda que elas apresentem taxas relativamente mais altas que as mulheres mais ricas. Possivelmente, esse entendimento resulta de uma confusão quanto à relação entre essas duas variáveis (pobreza e número de filhos). Muito embora as famílias pobres com maior número de filhos sejam as mais vulneráveis, não se pode estabelecer uma relação de causalidade entre número de filhos e situação de pobreza.

GRÁFICO 13
Percepção sobre as causas da pobreza e taxa de natalidade
 (Em %)

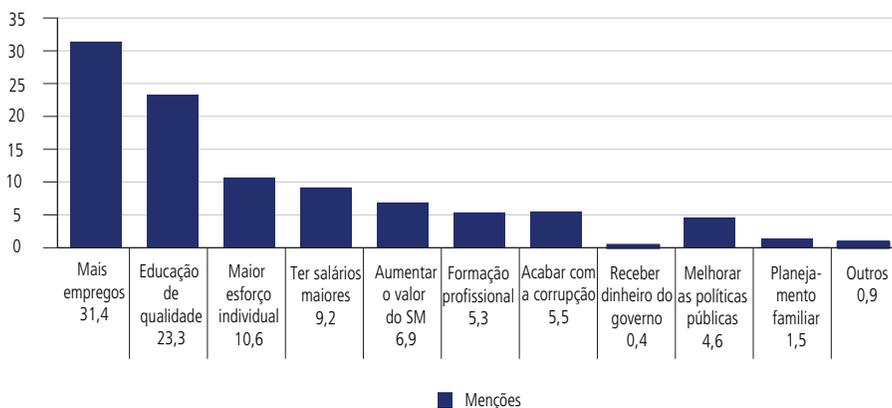


Elaboração do Ipea.

3.5 Principais formas de sair da pobreza

Quanto à percepção das principais formas de sair da pobreza, a mais mencionada (31,4%) foi a criação de mais empregos, como pode ser visto no gráfico 14. A segunda resposta apontada (23,3%) diz respeito à qualidade da educação. Em seguida, aparecem as referências a melhorias salariais (salários maiores e aumento do valor do salário mínimo), que conjuntamente representam 16,1% das respostas. Ou seja, quase metade da população (47,5%) fez alusão a questões do mundo do trabalho, seja pela necessidade de mais empregos, seja pela conquista de melhores salários.

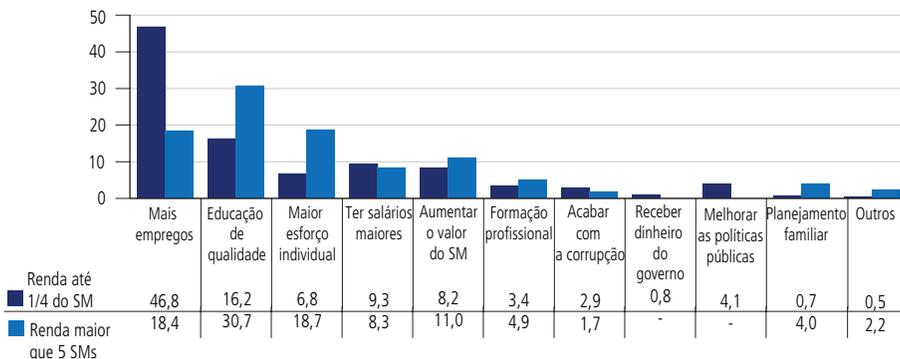
GRÁFICO 14
Principais formas de sair da pobreza
(Em %)



Elaboração do Ipea.

Comparando a visão que pobres e ricos têm sobre a forma de sair da pobreza, mais uma vez observa-se que os mais ricos acreditam que o acesso à educação de qualidade e o maior esforço individual são as mais importantes formas para as pessoas saírem da pobreza. Enquanto isso, os mais pobres creem que a existência de mais empregos é mais relevante. Entre os mais ricos, 30,7% mencionaram educação e 18,4% se referiram à oferta de emprego. Entre os mais pobres, 46,8% destacaram a necessidade de mais empregos e 16,2% se referiram à educação (gráfico 15).

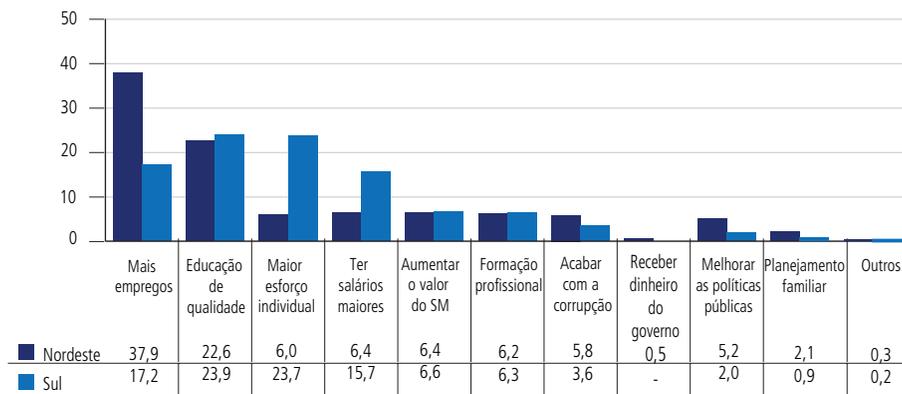
GRÁFICO 15
Principais formas de sair da pobreza, por renda
(Em %)



Elaboração do Ipea.

Os diferenciais entre as regiões são também bastante perceptíveis. Para a população do Nordeste, 37,9% destacaram mais empregos e 22,6% se referiram à educação. Já para a população do Sul do país, o mais importante é a educação (23,9%) e o maior esforço individual (23,7%), conforme o gráfico 16.

GRÁFICO 16
Principais formas de sair da pobreza, por região
(Em %)



Elaboração do Ipea.

Portanto, coerente com a percepção sobre causas da pobreza, é também relativamente fraco o papel atribuído ao esforço individual na compreensão acerca da superação da pobreza; somente 10,6% dos entrevistados mencionaram iniciativas relacionadas ao maior esforço individual como o mais importante para sair da pobreza, com algum diferencial entre regiões (a população da região Sul dá muito mais importância a esse tipo de solução). Todas as demais respostas envolvem em certa medida uma atuação externa. Isso sugere que o Estado tem um papel a cumprir para a superação da pobreza, seja no sentido de incentivar mais empregos na economia, seja pela oferta de uma educação de melhor qualidade, como sugerem as duas opiniões mais frequentes entre a população entrevistada.

Na tabela 1, são apresentados os resultados das opiniões da população sobre algumas formas de resolver o problema da pobreza no Brasil. Esses resultados salientam uma forte crença no impacto do crescimento econômico com geração de empregos (83,6%), das iniciativas

relacionadas à educação (85,8%) e da garantia de oportunidades iguais para os filhos de ricos e pobres (86,5%). Por sua vez, as transferências de renda para as famílias muito pobres são percebidas como de menor impacto. Coerentemente com a visão de que os pobres têm muitos filhos, muitos entrevistados tendem a concordar, que, para acabar com a pobreza, é preciso que os pobres tenham menos filhos. Além disso, uma parcela expressiva acredita que não será possível acabar com a pobreza.

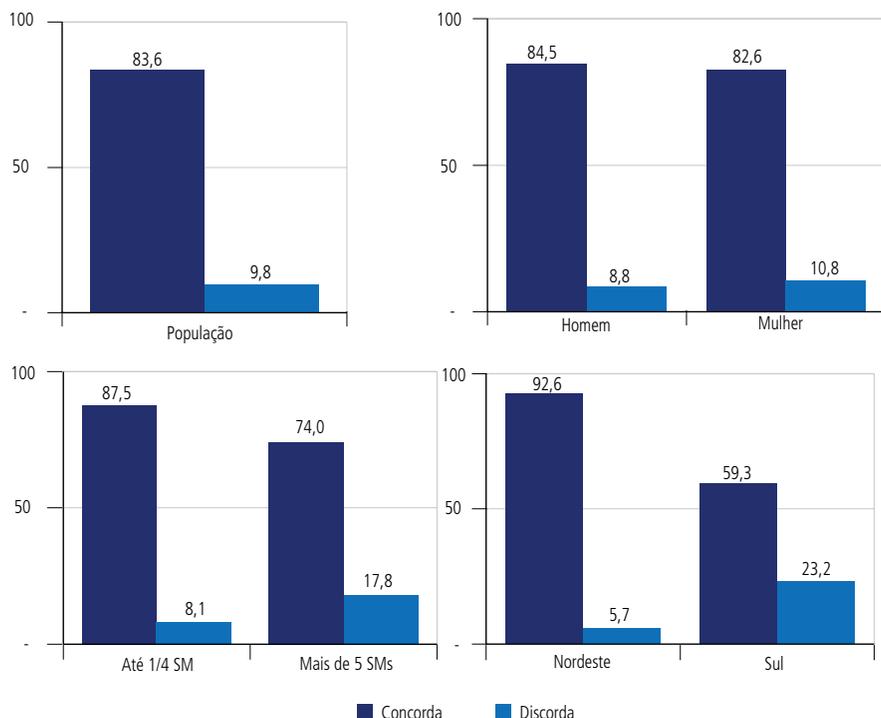
TABELA 1
Formas importantes para acabar com a pobreza
(Em %)

Para acabar com a pobreza é preciso:	Opinião		
	Concorda	Discorda	Não C/D
Que o país cresça e gere mais oportunidades de trabalho	83,6	9,8	6,6
Dar dinheiro para as famílias muito pobres	33,2	54,6	12,2
Que os pobres tenham menos filhos	64,7	22,4	12,7
Dar educação para os filhos dos pobres	85,8	7,3	6,7
Garantir que todos os adultos saibam ler e escrever	83,7	7,7	8,4
Garantir que o filho do pobre e o filho do rico tenham as mesmas oportunidades	86,5	6,8	6,6
O Brasil não vai acabar com a pobreza	48,5	36,0	15,0

Elaboração do Ipea.

A compreensão da população no que diz respeito ao impacto do crescimento econômico com geração de empregos é detalhada no gráfico 17, que mostra que tanto homens como mulheres têm a mesma percepção e que há certa diferença entre pobres e ricos e principalmente entre as regiões Nordeste e Sul.

GRÁFICO 17
Crescimento econômico e pobreza, por sexo, renda e região
 (Em %)



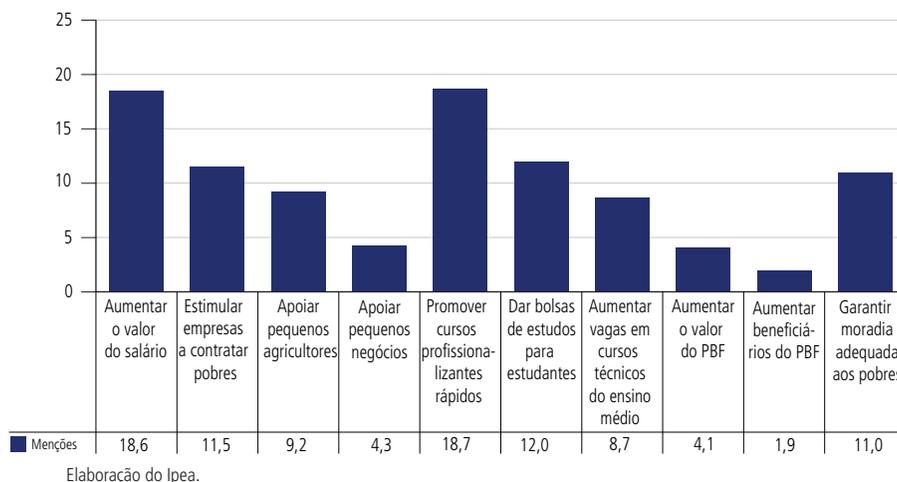
Elaboração do Ipea.

3.6 Ações que o governo poderia realizar para acabar com a pobreza

Diante das possíveis ações que o governo poderia tomar buscando a redução da pobreza, a percepção geral da população volta-se primordialmente para ações no mundo do trabalho (43,5% das menções) que envolvem: aumentar o valor do SM; estimular empresas a contratar pobres; apoiar pequenos agricultores; e apoiar pequenos negócios. A educação vem logo em seguida com 39,4% das menções, que envolvem: promover cursos profissionalizantes; dar bolsas de estudos para estudantes; e aumentar vagas nos cursos técnicos. A habitação foi lembrada por 11% da população. Por último, estão as menções às transferências de renda, com 6,0%, referindo-se ao aumento do valor do PBF e dos beneficiários do programa, conforme o gráfico 18.

GRÁFICO 18

Ações que o governo poderia adotar para acabar com a pobreza
(Em %)

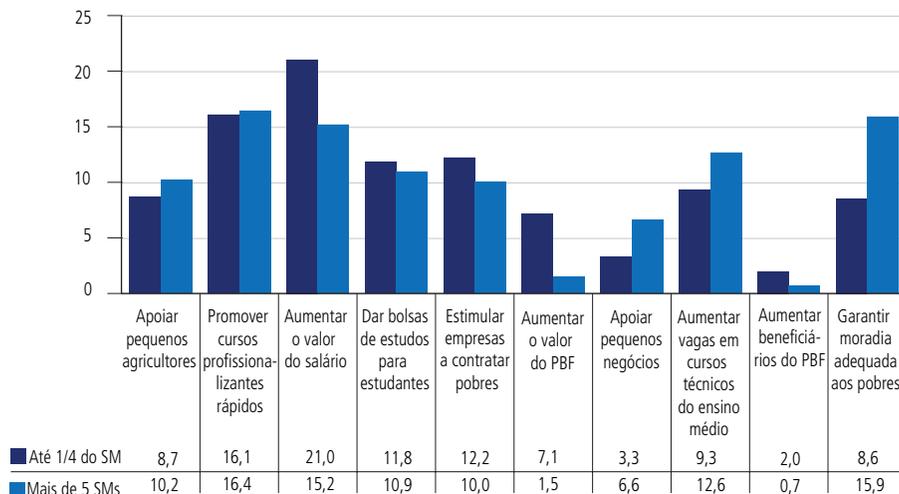


No entanto, existem diferenciais de percepção entre pobres e ricos. Para os mais pobres o fundamental seria aumentar o valor do salário e em seguida oferecer cursos profissionalizantes, já para os mais ricos seria a garantia de cursos profissionalizantes seguidos da garantia de moradia adequada. Esses dois tipos de entrevistados também veem de forma diferente o PBF: os mais pobres dão muito mais importância ao aumento do valor do PBF do que os mais ricos, como mostra o gráfico 19.

Novamente, há diferenças de percepção entre as regiões. Para a população do Nordeste, quase na mesma importância, o mais relevante seria aumentar o valor do salário e a oferta de cursos profissionalizantes, já para a população da região Sul seria a garantia de cursos profissionalizantes seguida da oferta de bolsas de estudos. Outra diferença é a grande importância que a população do Nordeste atribui à garantia de moradia adequada (gráfico 20).

GRÁFICO 19

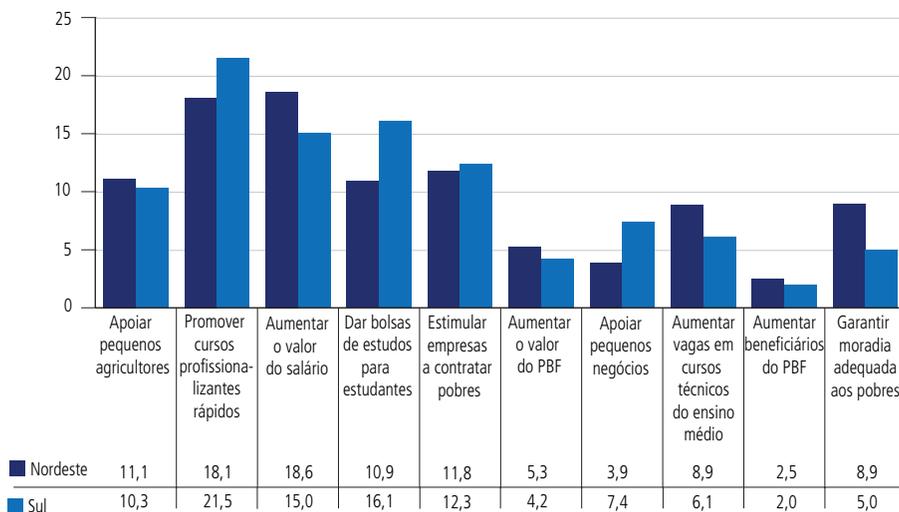
Ações que o governo poderia adotar para acabar com a pobreza, por renda
(Em %)



Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 20

Ações que o governo poderia adotar para acabar com a pobreza, por região
(Em %)



Elaboração do Ipea.

4 CONCLUSÕES

A pesquisa, realizada em 2011, revelou as percepções, diferenciando-se conforme a renda e a região dos entrevistados, sobre o fenômeno da pobreza, seu comportamento, suas causas e possíveis medidas para seu enfrentamento. A maioria da população entrevistada nota que houve uma redução da pobreza nos últimos cinco anos, percepção mais presente entre os entrevistados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O desemprego foi apontado como a principal causa da pobreza. A educação também foi bastante lembrada pelos entrevistados. Convém assinalar que, conforme a renda do entrevistado, tende-se a conferir maior importância a uma ou a outra causa. Enquanto os mais ricos tendem a acreditar que problemas na educação estão na origem da pobreza, os mais pobres destacam principalmente a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. A compreensão sobre os motivos da pobreza revela ainda uma clareza dos entrevistados quanto ao seu caráter estrutural e certa recusa do seu entendimento como um problema resultante de escolhas e comportamentos individuais. Pode-se depreender que tal reconhecimento tem como decorrência a expectativa de que o enfrentamento da pobreza remete à esfera pública e não à esfera individual.

Coerentemente com a percepção predominante de causa da pobreza por problemas no mercado de trabalho, os entrevistados apontaram a criação de mais empregos como a principal solução para a pobreza. Houve ainda menções à necessidade de melhorias salariais; ou seja, há um forte entendimento da importância de questões relativas ao mundo do trabalho, tanto com relação à necessidade de mais empregos quanto à conquista de melhores salários. Ademais, nota-se também um grande reconhecimento da necessidade de aprimorar a qualidade da educação.

Importa notar que se as referências ao esforço individual não estiveram muito presentes entre as causas da pobreza, elas aparecem, ainda que em menor grau, entre as soluções, sobretudo nas menções dos entrevistados mais ricos e da região Sul. Pode-se interpretar isto da seguinte maneira: ainda que não se perceba a pobreza como resultante da falta de esforço individual, entende-se que este é um dos componentes importantes para sua superação.

Todavia, de modo geral, é relativamente fraco o papel atribuído ao esforço individual na percepção acerca da superação da pobreza.

No conjunto dos resultados, prevalece a necessidade de mais empregos na economia e de uma educação de melhor qualidade, o que remete à essencialidade do papel do Estado no enfrentamento à pobreza.

Quanto à atuação pública que se espera no combate à pobreza, nota-se uma grande crença na suficiência do crescimento econômico com geração de empregos, nas iniciativas relacionadas à educação e na garantia de oportunidades iguais para os filhos dos ricos e dos pobres. Diante das possíveis ações que o governo poderia tomar buscando a redução da pobreza, a percepção geral da população volta-se primordialmente para ações no mundo do trabalho (aumentar o valor do SM, estimular a contratação dos pobres, apoiar os pequenos agricultores e pequenos negócios) e no campo da educação e qualificação profissional. Por sua vez, as ações de transferência de renda são pouco valorizadas pelos entrevistados. Contudo, importa destacar que os mais pobres conferem maior relevância ao Bolsa Família *vis-à-vis* os entrevistados mais ricos.

MOBILIDADE URBANA: PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO EM 2011

Ernesto Pereira Galindo*
Vicente Correia Lima Neto*

RESUMO

A mobilidade urbana está na agenda com a proximidade da Copa, das Olimpíadas, os consequentes investimentos federais e a sanção da lei da mobilidade. As recentes manifestações em todo o país aceleraram a discussão do tema. Os protestos foram antecedidos por medidas de desonerações federais sobre o transporte público (TP). Sob este pretexto e com o aumento da pressão popular, houve inéditas reduções tarifárias e a retomada da tramitação de normas. Neste contexto, o panorama apresentado por meio do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) – Mobilidade 2011 permite vislumbrar – um ano antes das primeiras medidas de desoneração federal e dois anos antes dos levantamentos de 2013 – como estava a percepção da população sobre a mobilidade no Brasil, incluindo os serviços, a infraestrutura e as políticas públicas. Analisou-se a percepção da população sobre a sua cidade, sobre o transporte público, além de se observar o perfil de renda e a mudança de opção modal. Destaca-se que, de forma geral, a avaliação global do TP foi melhor nas cidades de pequeno e médio porte. Ainda que o TP tenha sido avaliado de modo um pouco mais positivo que negativo nas cidades de porte pequeno e médio, de uma maneira geral sua avaliação foi negativa, ainda que devesse ser o mais priorizado frente à legislação vigente e seja o mais vinculado à tutela do Estado.

1 INTRODUÇÃO

O Ipea tem a missão de produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro. Com o intuito de apoiar essa missão, o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) pretende complementar, com dados primários, as análises já realizadas pelo instituto com dados de outras instituições.

* Técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

A mobilidade urbana já havia sido abordada como tema na versão 2010 da pesquisa, resultando em um capítulo do livro *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)* – 1ª edição,¹ que consolidou os dois comunicados apresentados anteriormente. Em 2012, foram divulgados os primeiros dados preliminares da pesquisa de mobilidade urbana do SIPS. O estudo visa, enfim, contribuir com dados já produzidos por diversas instituições para o alcance de melhor entendimento da mobilidade urbana, apresentando indícios das diferentes percepções observadas pelos cidadãos.

O conceito de mobilidade, conforme a Lei nº 12.587/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), refere-se à condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano. Pode ser entendida tanto como a facilidade de deslocamento daqueles que são transportados ou se transportam quanto pelas características da cidade ou do local, as quais permitem que o deslocamento possa acontecer.

Percebe-se que a mobilidade depende do nível de adequação entre as características da pessoa ou do objeto que deseja ou se quer transportar e a capacidade do sistema de transporte e a infraestrutura, incluídas todas as formas de deslocamento possíveis. O foco dado nesta pesquisa restringe-se ao meio urbano e ao deslocamento apenas de pessoas, não incluindo as cargas.

A apresentação e a breve análise da percepção da sociedade acerca da mobilidade, presentes neste texto, pretendem servir de apoio à discussão sobre o uso de pesquisas dessa natureza como uma ferramenta para o aprimoramento das políticas públicas. Não é tão trivial, entretanto, vincular diretamente a capacidade de perceber ao nível ou à qualidade da prestação de serviço, pois ela está condicionada ao nível de exigência do cidadão e seu conhecimento sobre o serviço.

A percepção está relacionada também às diversas formas de sugestão direcionadas ao indivíduo, por exemplo, por meio da influência dos veículos de comunicação, seja em programas e propagandas privadas, seja em campanhas governamentais. O aproveitamento de pesquisas desse tipo para o aprimoramento das políticas públicas tem o desafio de distinguir a capacidade da sociedade de medir o que está relacionado à qualidade do serviço – e ao nível de exigência do cidadão – daquela que se deve à

1. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_sistemaindicadores_sips_01.pdf>.

ausência de parâmetros de comparação ou mesmo à falta de conhecimento e experiência no uso dos referidos serviços.

As próximas seções se iniciarão com a abordagem de pontos fundamentais de entendimento da mobilidade e da pesquisa em si, discorrendo sobre: *i)* o atual contexto da mobilidade no Brasil; *ii)* como se estruturou a pesquisa; *iii)* as diferenças desta em relação à edição anterior; e *iv)* os desafios de tentar captar a percepção, resgatando a discussão apresentada na primeira edição do SIPS Mobilidade Urbana 2010. Em seguida, os resultados da pesquisa serão apresentados em quatro seções, abordando, pela ordem, a caracterização geral da amostra por meio de transporte mais usado; os indicadores gerais, já tratados em comunicado publicado em 2012; a análise das percepções passíveis de serem obtidas com a pesquisa; e as considerações finais do estudo.

2 O CONTEXTO DA MOBILIDADE URBANA BRASILEIRA

Fazem parte da atual conjuntura do país, o crescimento econômico e a mobilidade social. Além disso, outros fenômenos demográficos afetam o transporte e a mobilidade, como o maior crescimento populacional dos municípios periféricos das regiões metropolitanas (RM) e a manutenção de altas concentrações de postos de trabalho nas sedes dessas regiões. O aquecimento da economia interna junto ao estímulo tributário à indústria automobilística e à facilidade do acesso ao crédito aumentaram a produção, a venda e a posse de veículos, incrementando, com isso, também a participação do transporte no gasto das famílias, seu peso no cálculo da inflação, os acidentes decorrentes do seu uso mais acentuado e os consequentes custos para o sistema de saúde.

O tema do transporte e da mobilidade urbana começou a ganhar espaço na agenda governamental devido à proximidade dos grandes eventos a serem sediados no Brasil, como a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Isso impulsionou novas edições do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), incluindo investimentos em mobilidade urbana. Além disso, havia sido sancionada em janeiro de 2012 a lei que instituiu a PNMU (Lei nº 12.587/2012), um marco do setor que pretende melhorar a mobilidade nos municípios.

Ainda que sejam marcos legais e de investimento com potencial para viabilizar a melhoria da mobilidade urbana, esses acontecimentos não

despertaram um interesse maior da população. O que existia eram críticas difusas sobre a qualidade e a celeridade dos gastos com obras de infraestrutura para a Copa e a noção cada vez mais evidente da falência do sistema de transportes públicos da maioria das cidades, com pesadas consequências sobre congestionamentos, acidentes e deterioração da qualidade de vida dos cidadãos.

As recentes manifestações populares em todo o Brasil deram outro tom e novo ritmo à discussão sobre a mobilidade urbana nas cidades. Iniciados com a pauta da redução das tarifas do serviço de transporte público (TP) urbano, os protestos foram antecedidos por medidas de desonerações federais para o setor.² Sob este pretexto e com o aumento da pressão popular, teve início um processo de redução das tarifas de transporte coletivo. Ressalta-se que, entre os anos de 2005 e 2012, de 45 cidades (capitais ou com mais de 500 mil habitantes), houve redução de tarifa em apenas cinco ocasiões, quatro delas por decisão judicial. Atualmente, porém, ocorreu redução de tarifa em 24 desses 45 municípios, todas ocorridas entre junho e julho deste ano; apenas um município aumentou o valor da tarifa, enquanto todos os demais mantiveram o preço estável. Vale ressaltar, ainda, que tudo isso ocorreu em um momento em que boa parte das prefeituras e dos governos estaduais já havia anunciado aumento das tarifas de TP. E também que, mesmo nos episódios de revolta popular que originaram o Movimento Passe Livre – a “Revolta do Buzu” em Salvador em 2003 e a “Revolta da Catraca” em Florianópolis em 2004 e 2005 –, não havia sido conquistada a demanda pela redução da tarifa.

A pressão popular também resultou num ritmo mais célere não apenas no executivo. O legislativo retomou a tramitação de diversas normas que versavam sobre temas afins do transporte e da mobilidade urbana, em especial o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 310/2009, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (REITUP), que exige contrapartidas dos governos locais e das operadoras de TP ao receberem desonerações federais, viabilizando efetivas reduções tarifárias, entre outros avanços. Destaca-se

2. As principais medidas de desonerações foram: *i)* redução a zero da alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre os combustíveis, incluindo o diesel, desde junho de 2012 pelo Decreto nº 7.764/2012; *ii)* mudança da incidência da contribuição para a seguridade social de empresas de transporte urbano de 20% sobre as remunerações de seus empregados para 2% da receita bruta, vigente desde janeiro de 2013, por meio da Lei nº 12.715/2012, que alterou a Lei Orgânica da Seguridade Social (Loas), nº 8.212/1991; e *iii)* redução a zero das alíquotas antes vigentes das contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de 3%.

também o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 90/2011, que inclui o transporte no rol dos direitos sociais, sendo muitas vezes considerado um primeiro passo para viabilizar o subsídio total ao TP.

Este panorama permite vislumbrar como estava o contexto da mobilidade no Brasil um ano antes das primeiras medidas de desoneração do governo federal e dois anos antes dos levantes de 2013. Serve, nesse sentido, para revelar o que pensava a população sobre a situação do transporte e da mobilidade urbana, antes de ter efetivamente colocado suas demandas nas ruas.

3 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A PESQUISA

A pesquisa contou com a fase de reelaboração dos questionários de 2010, a de seleção de empresa para a pesquisa de campo e a de discussão e pré-testes dos questionários, disponibilizados via *web* e em tempo real para os técnicos do Ipea.

Ainda que, por princípio, a amostra seja probabilística, foram feitas adaptações para distribuição dos municípios entre as regiões, de acordo com a proposta de classificação por população apresentada na tabela 1.

TABELA 1
Classificação por tamanho de município

	Grande	Médio	Pequeno
Tamanho da população	Acima de 100 mil	Entre 20 mil e 100 mil	Abaixo de 20 mil

Elaboração dos autores.

Por sua vez, os questionários foram distribuídos por região, de acordo com a tabela 2.

TABELA 2
Distribuição dos questionários por região

Região	Número de questionários	Erro (%)
Norte	300	4,75
Nordeste	1.057	2,53
Centro-Oeste	271	5,00
Sudeste	1.596	2,06
Sul	548	3,52
Brasil	3.772¹	1,34

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ O total de questionários aplicados de mobilidade urbana alcançou 3.781 entrevistados.

A pesquisa em campo foi realizada com entrevistadores treinados pela empresa vencedora da seleção com o apoio de discussões de técnicos do Ipea. A entrevista, sempre que possível, foi feita com o apoio de instrumento de coleta digital que enviava os dados em tempo real para *link* disponível e de acesso restrito na internet.

A aplicação da entrevista por amostra de domicílio e com perguntas voltadas para o entrevistado possui limitações comuns a todas as pesquisas domiciliares, mas observou-se, por meio de calibração, que as eventuais falhas não afetam a sua validade.

Nas análises e divulgações do SIPS, é importante destacar a restrição etária do universo de respondentes. De outra forma, os dados podem ser interpretados de maneira equivocada, gerando uma suposta falha de representatividade. A limitação de idade possui também um efeito positivo na análise quanto ao modo de transporte mais utilizado e nos motivos que levam as pessoas a optarem por um em detrimento de outro. Como o universo de entrevistados é de maiores de 18 anos, todos são potenciais usuários de automóvel, podendo ser comparados com aqueles que utilizam outros modos, já que, em tese, todos poderiam optar por outras formas de deslocamento.

Considera-se essencial compreender os objetivos dessa pesquisa e distingui-los da finalidade de outras. Embora existam questões sobre percepção do modo de transporte mais utilizado, este modelo de estudo não substitui a necessidade de se realizar pesquisas de origem-destino (O/D). Em função destas diferenças, muitas pesquisas O/D trabalham, entre outros aspectos, com um nível mais detalhado de categorias de usuários e têm como referência o número de viagens, o percurso destes deslocamentos e o modal utilizado.

4 DIFERENÇAS ENTRE AS PESQUISAS SIPS 2010 E 2011

Para o ano de 2011, a pesquisa apresentou avanços na comparação com a abordagem iniciada em 2010. No tema mobilidade urbana, foram realizadas 3.781 entrevistas domiciliares (acréscimo de mil entrevistas em relação ao ano anterior) – com 33 questões específicas (três a mais que em 2010) – aplicadas a pessoas maiores de 18 anos, entre os dias 8 e 29 de agosto (período compatível com o de 2010, que foi de 4 a 20 de agosto), em 212 municípios (aumento de 45% em relação aos 146 municípios de 2010).

Diferentemente de 2010, a pesquisa passa a adotar a amostragem probabilística em lugar da amostragem por cotas, mantendo a representatividade para o Brasil e Grandes Regiões, com uma margem de erro de 5%, a um nível de confiança de 95%. Para permitir comparações mais apropriadas em uma mesma metodologia, a pesquisa de 2011 incluiu perguntas sobre a percepção de melhoria e referência ao uso de meios de transportes anteriores ao período estudado, com isso evitando o risco de uma descontinuidade da pesquisa prejudicar a possibilidade de observação de melhora ou piora na percepção dos entrevistados.

Além das alterações no desenho amostral e no método, o cotejo inicial da distribuição dos tipos de usuários apresentados nas duas edições do SIPS (anos de referência 2010 e 2011) não permite uma comparação perfeita. Por um lado, a identificação de usuários na primeira versão impediu múltiplas respostas (que representaram 6,27% das respostas na segunda versão). Por outro lado, a forma de resposta na primeira versão fez com que 2,4% dos usuários de TP não identificassem qual o serviço utilizado (ônibus, trem, metrô, vans etc.). Agravando essa dificuldade, a segunda versão apresentava mais possibilidades de respostas em relação ao serviço usado (barco ou balsa e transporte por tração animal: 0,4% das observações), além de permitir as respostas “outros”, “não sabe” e “não respondeu” (0,74% das respostas). A primeira versão tampouco definia um lapso temporal para as respostas, característica alterada na segunda versão ao se definir como padrão as respostas referentes à experiência dos últimos doze meses.

Para uma melhor caracterização do tipo de usuário, a segunda versão, além de determinar o recorte temporal da percepção (nos doze meses que antecederam a entrevista), incluiu três perguntas sobre o tipo de transporte ou deslocamento utilizado: o atual principal (nos últimos doze meses), o atual secundário e a identificação de uso de outro modo anteriormente (apêndice B). Essa abordagem, acrescida da possibilidade – mas não incentivo – de respostas múltiplas em cada uma dessas questões, permite uma melhor definição do perfil do respondente, em função de sua experiência com os diversos tipos de transporte. Dessa forma, pode-se ter uma caracterização em função da mobilidade entre os tipos de transporte e identificar percentuais da população que usa um determinado modo ou serviço de maneira mais cativa ou exclusiva. Isso permite que se avalie preliminarmente o potencial de mudança de tipo de transporte e que se

comparem os usos dos serviços de transporte atuais com os anteriores. Com o intuito de tornar possível a percepção de melhora ou piora na mobilidade urbana, mesmo havendo interrupções na pesquisa ao longo dos anos, foram acrescentadas perguntas sobre a sensação de melhoria. Assim, de posse unicamente dessa nova versão do SIPS Mobilidade Urbana, é possível analisar a alteração nos tipos de usuários e a forma como percebem a melhora, sem a necessidade – e diante da impossibilidade metodológica – de comparar com a edição anterior.

5 PERCEPÇÃO SOCIAL: PRIMEIRA IMPRESSÃO, OPINIÃO FORMADA OU REFLEXÃO PRÓPRIA INDUZIDA?

Captar a percepção da sociedade sobre temas determinados é a finalidade do SIPS. Isto pode ser entendido como uma capacidade individual média ou mediana. Nesse sentido, não há por que refutar, nem sequer distinguir, o que percebe um indivíduo qualquer, a menos que seja para atender a algum procedimento previamente estabelecido pela pesquisa de campo ou método estatístico definido.

É possível notar, entretanto, algumas diferenças nas análises individuais em função da forma como o questionário foi elaborado para a entrevista. Além da finalidade de captar a percepção em si mesma, almeja-se que o SIPS possa contribuir no aprimoramento das políticas públicas setoriais a cada tema de pesquisa. Para isso, interessaria saber a relação entre a efetividade dessas políticas e a percepção que a sociedade tem sobre elas. Em determinados aspectos, essa relação poderia passar pela percepção social dos serviços públicos prestados.

Não se trata de uma pesquisa apenas de satisfação, já que interessa captar a resposta representativa de todos sobre um determinado tema e não apenas daqueles que utilizam tal serviço ou equipamento. A distinção entre esses dois públicos (usuários e não usuários) permite, contudo, que se reflita sobre a forma de atuação do poder público, com o intuito de tornar as políticas públicas mais eficazes e os serviços mais adequados aos anseios e às necessidades da população.

Sendo ou não identificado como alguém que se desloca principalmente de uma determinada forma, esse indivíduo pode ter uma opinião formada sobre as vantagens e as desvantagens desse meio de deslocamento.

Um indivíduo também pode nunca ter pensado sobre o assunto, mesmo que isso faça parte de sua rotina. Ele pode ainda ter uma opinião formada sobre o assunto sem que, contudo, utilize os mesmos critérios ou parâmetros de análise que outros indivíduos.

Um questionário que leve em consideração essas possibilidades poderia distinguir a opinião formada – ou a primeira impressão, sem qualquer ponderação – de uma reflexão própria, mas induzida a ser formada a partir de parâmetros dados de maneira mais objetiva. Poderia o questionário também tentar investigar quais os critérios que o indivíduo utiliza para formar sua percepção sobre determinado assunto.

Essas distinções e nuances não têm, de forma alguma, a intenção de hierarquizar as respostas e muito menos os respondentes. Elas servem de reflexão para se identificar possíveis relações entre o que percebe a sociedade e a qualidade das políticas públicas e dos serviços prestados. Almeja-se, dessa forma, ter indícios do que são, de um lado, problemas de investimento em políticas públicas e gestão de serviços públicos; e do outro, problemas de imagem, comunicação e informação. Esses problemas necessitam de tratamentos distintos do poder público.

No questionário de mobilidade urbana do SIPS 2011, foram experimentadas algumas possibilidades de distinção, e seus resultados serão abordados nas seções seguintes. Esses experimentos fazem parte do aprimoramento do projeto e de seus instrumentos e têm o intuito de evoluir constantemente, mas sem perder a continuidade desse sistema de indicadores que pretende contribuir com o aperfeiçoamento das políticas públicas.

6 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA AMOSTRA POR MODO DE TRANSPORTE

No SIPS Mobilidade Urbana 2011 houve três perguntas relacionadas à identificação do meio de transporte. Uma primeira buscava identificar o meio de transporte mais usado nos últimos doze meses; outra, o meio de transporte que mais era usado antes de ter este como primeiro, sem referência à data; e a terceira, o meio de transporte mais usado em segundo lugar. Para todas elas era permitido – ainda que não estimulado – identificar mais de uma resposta. Com isso, é possível verificar os usos mais comuns atuais e passados de meios de transporte pela população.

Ressalta-se mais uma vez que não se trata de distribuição modal com base em número de viagens ou deslocamentos, mas apenas a dependência do entrevistado por determinado meio de transporte. Um meio de transporte utilizado com alta frequência por um respondente vai pesar tanto quanto outro usado apenas esporadicamente por outro entrevistado. Não é correto, portanto, usar o termo matriz ou distribuição modal, pois este remete à comparação com o número de viagens desenvolvidas em cada modo de transporte. Se, por um lado, isso impede a comparação com pesquisas O/D, por exemplo, por outro, permite identificar o percentual de pessoas dependentes de determinado meio de transporte. Fica claro, então, que o foco da pesquisa é a pessoa e não a viagem ou o deslocamento.

Mesmo a comparação com pesquisas similares é arriscada. Citou-se explicitamente, em seção anterior, o caso da edição passada do próprio SIPS (2010), por ter alterado seu método de coleta e desenho amostral. Em alguns casos, a possibilidade de comparação e a similaridade de resultados podem ser maiores entre uma pesquisa SIPS e pesquisas de outras instituições do que entre edições diferentes do SIPS. Por exemplo, as similaridades no desenho permitem maior comparabilidade entre a pesquisa da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), de março de 2011, e a primeira edição do SIPS, de agosto de 2010, do que com a atual, ainda que tenham tamanhos de amostras diferentes e recortes etários específicos (18 anos para o SIPS contra 16 anos).

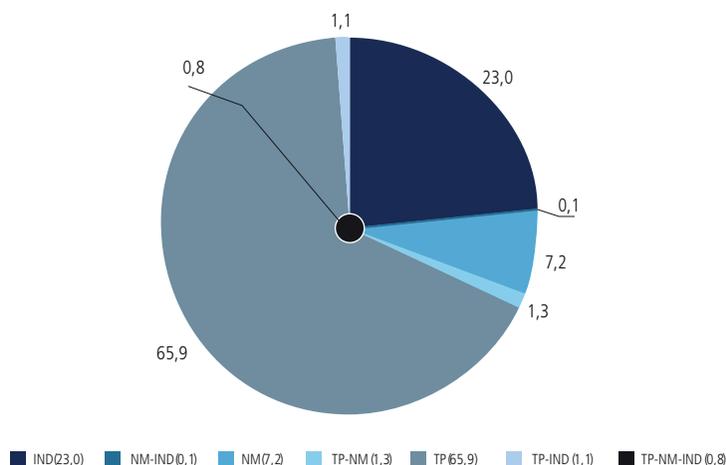
Por sua vez, as duas edições do SIPS, e mesmo a pesquisa da CNI, diferem muito dos resultados da última estimativa, de 2011, da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), pois esta usa como referência as pesquisas O/D e, conseqüentemente, ainda que adaptados, seus conceitos também divergem muito. A pesquisa da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), além de ser mais antiga (2006), foca apenas as cidades com mais de 100 mil habitantes e trabalha com pessoas a partir de 15 anos de idade. Ainda assim, seus resultados para uso por modo se aproximam do que foi captado na pesquisa como os usos não atuais.

Mesmo nas pesquisas O/D, às vezes a comparação é dificultada com a utilização de conceitos diferentes para se referir à mesma expressão. As O/Ds do Rio de Janeiro e de São Paulo, por exemplo, utilizam o conceito

de modo de transporte “principal” como sendo o tipo hierarquicamente maior entre os utilizados por uma mesma pessoa, ou como o modo em que se despence mais tempo de viagem. Apesar da incontestável utilidade, as pesquisas O/D ocorrem apenas a cada dez anos e em poucas cidades ou RMs, geralmente cidades de grande porte.

Analisando a distribuição das respostas à pergunta “Qual o meio de transporte que o(a) senhor(a) mais usou para se locomover em sua cidade nos últimos doze meses?”, observou-se como resposta uma concentração maior no TP – agregação dos meios de transporte ônibus, trem, metrô, van e balsa ou barco –, de 65,9%; seguida pelo transporte individual (IND) – carro e moto, sejam próprios, da família, de caronas ou táxis –, com 23%; e depois pelo não motorizado (NM) – a pé, bicicleta, animal –, com 7,2%. As categorias “não respondeu”, “não sabia” e “outros”, quando apresentadas isoladamente, foram desconsideradas no cálculo. A distribuição desses resultados pode ser vista no gráfico 1, incluindo os residuais relacionados à combinação de uso dessas categorias como resposta à pergunta citada, como o uso do NM com o IND, do TP com o NM e do TP com o IND, e o uso dos três modos (TP-NM-IND).

GRÁFICO 1
Agregação das respostas à pergunta “Qual o meio de transporte que o(a) senhor(a) mais usou para se locomover em sua cidade nos últimos doze meses?”
 (Em %)

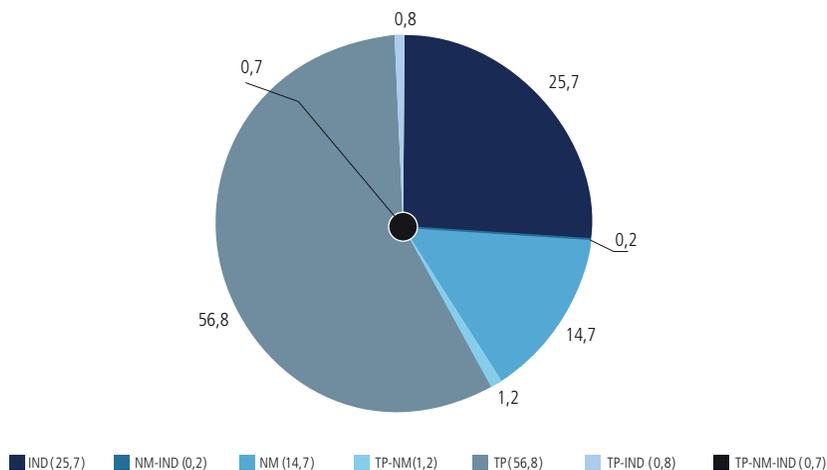


Elaboração do Ipea.

Com relação à pergunta sobre o uso complementar de outro meio de transporte (“Nos últimos doze meses qual outro meio de transporte o(a) senhor(a) usou em segundo lugar no seu deslocamento diário?”), a distribuição das respostas, considerando inclusive quem afirma que usa sempre o mesmo (nesse caso computada a resposta equivalente à da primeira pergunta), se altera principalmente numa “transferência de votos” do TP para o NM e um pouco para o IND, conforme o gráfico 2 apresenta.

GRÁFICO 2

Agregação das respostas à pergunta “Nos últimos doze meses qual outro meio de transporte o(a) senhor(a) usou em segundo lugar no seu deslocamento diário?”
(Em %)



Elaboração do Ipea.

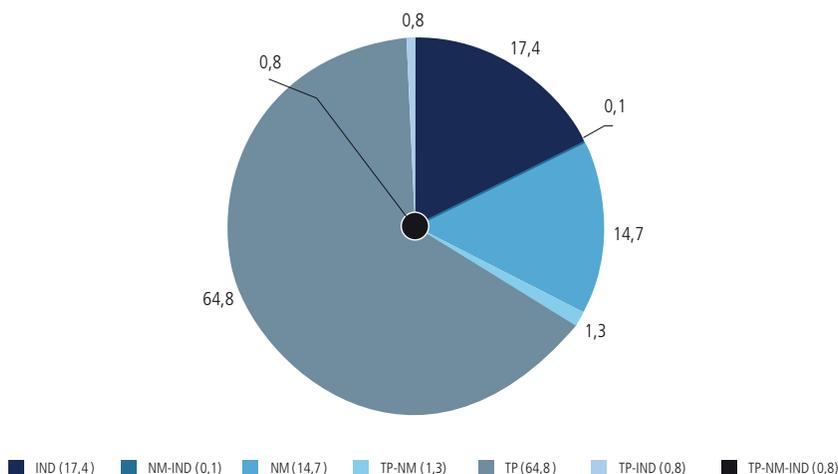
Uma contribuição desta versão do SIPS Mobilidade Urbana refere-se à inclusão da pergunta: “Antes de usar mais esse meio de transporte que o(a) senhor(a) informou, usava outro? Qual?”. Com essa resposta, pode-se ter uma noção das alterações de uso dos meios de transporte, ainda que não exista uma referência temporal para ela, ou seja, o respondente tanto pode ter deixado de usar o meio de transporte aqui informado há pouco mais de um ano como até mesmo há algumas décadas. De qualquer maneira, interessa para entendermos alguns fenômenos que ocorrem na questão da mobilidade urbana, conforme pode ser visto no gráfico 3. Entre os resultados, destaca-se novamente a proporção de transporte não motorizado em relação ao indicado como modo principal atual, com uma

pequena queda no TP e uma mais acentuada no IND – possivelmente fruto de aumentos de renda, aquisição de carteira de habilitação, mas também por diversos outros motivos, como mudança de cidade, obtenção de emprego, formação de família etc.

GRÁFICO 3

Agregação das respostas à pergunta “Antes de usar mais esse meio de transporte que o(a) senhor(a) informou, usava outro? Qual?”

(Em %)



Elaboração do Ipea.

Algumas constatações indicam que a distribuição modal nas cidades sofreu alterações. Podem-se destacar o grande crescimento da frota de carros e motos no Brasil e o aumento acentuado na propriedade de veículos por parte das famílias, com aumento absoluto e em percentual nos gastos destas com manutenção e consumo de combustível. Apenas esses fatos já sugeririam uma alteração real na distribuição modal, mas também já se percebe o retorno à trajetória ascendente de usuários de TP, talvez como reflexo do aumento de poder aquisitivo de pessoas oriundas das faixas populacionais de menor renda.

Percebe-se que o recorte populacional incide inicialmente numa diferença entre o uso de cada modo de transporte. Como *proxy* do uso, observa-se, a partir de dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), que a taxa de motorização das cidades por faixa populacional é diferente, bem como o uso entre carros e motos, conforme apresentado na tabela 3.

TABELA 3
Frota por faixa populacional (dezembro/2011)

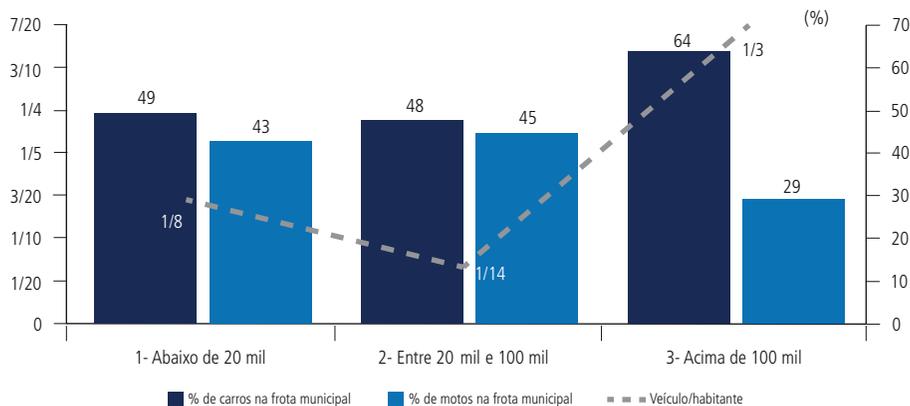
Porte populacional	Habitantes/veículo	Carros na frota municipal (%)	Habitantes/carro	Motos na frota municipal (%)	Habitantes/motos
1 - Abaixo de 20 mil	7,90	49,16	32,47	42,58	17,46
2 - Entre 20 mil e 100 mil	14,44	47,53	57,26	44,51	36,50
3 - Acima de 100 mil	3,09	63,86	6,20	28,88	11,79

Fonte: Denatran e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração dos autores.

O gráfico 4 permite uma visualização da diferença entre participação de carros e motos por porte de cidade, bem como identifica a taxa de motorização como fração de um veículo por número de habitantes em valores médios municipais para cada grupo.

GRÁFICO 4
Frota por faixa populacional (dezembro/2011)



Fonte: Denatran e IBGE.

Elaboração dos autores.

As diferenças não se restringem à faixa populacional. As diferenças regionais com base nos mesmos dados são inclusive mais significativas e permitem observar uma nova distribuição, conforme mostra a tabela 4.

É possível perceber claramente que há diferenças bastante significativas, e em sentido crescente, na taxa de motorização desde a região Norte até a região Sul, passando pelas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste (gráfico 5). Mesmo sabendo dos efeitos da guerra fiscal do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) que incentiva que frotas de

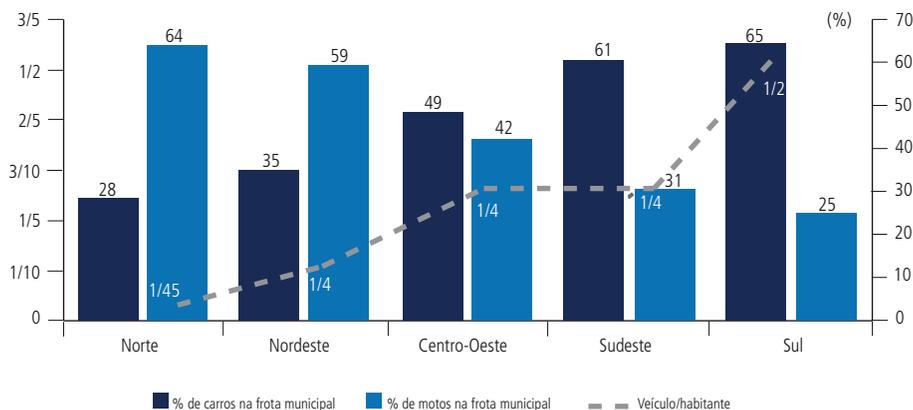
muitos estados possuem veículos de Curitiba (Paraná), essa diferença tão elevada leva a crer que haja uma desproporção entre as taxas.

TABELA 4
Frota por região (dezembro/2011)
 (Em %)

Região	Habitantes/veículo	Carros na frota municipal (%)	Habitantes/carro	Motos na frota municipal (%)	Habitantes/motos
Centro-Oeste	4,25	48,56	9,90	42,05	11,24
Norte	45,22	28,26	246,26	64,32	100,44
Nordeste	11,40	34,55	42,37	59,26	20,95
Sul	2,32	64,85	3,62	24,93	10,23
Sudeste	3,65	60,66	7,09	30,77	13,00

Fonte: Denatran e IBGE.
 Elaboração dos autores.

GRÁFICO 5
Frota por região (dezembro/2011)



Fonte: Denatran e IBGE.
 Elaboração dos autores.

Chama a atenção também a participação de carros e motos nas frotas municipais dessas regiões. Enquanto no Norte a participação média de motos nas frotas municipais é de 64% e de carros de 28%, no Sul inverte-se este comportamento, sendo 25% motos e 65% carros. No gráfico 5, a sequência com a qual foram ordenadas as regiões (Norte-Nordeste-Centro-Oeste-Sudeste-Sul) mostra o Centro-Oeste como a mais equilibrada, sendo o ponto de inflexão que altera a maior participação na frota de motos para carros.

Os municípios por porte, dentro de cada região, também apresentam diferenças na frota que repercutem no uso e na conseqüente distribuição modal. Os diversos modos de transporte utilizados pela população podem ser usufruídos de forma exclusiva, integrada, ou mesmo alternada. Dessa forma, independentemente da validade da distribuição modal utilizada, por exemplo, nas pesquisas O/D municipais ou metropolitanas, boa parte da população utiliza diversos modos de transporte ao longo do ano, do mês, da semana e mesmo do dia. Perceber essa relação pode auxiliar em estudos de incentivo ao uso de transporte coletivo e de transporte não motorizado, preconizados pela nova Lei de Mobilidade Urbana.

Analisando de forma restrita, usando filtros na base de dados obtida pela pesquisa de campo, percebe-se que ainda há um forte vínculo entre o modo de transporte e a renda *per capita* familiar. A análise da tabela 5 apresenta apenas aqueles que afirmaram usar de forma exclusiva os modos respectivos. Observa-se a relação direta da renda nos usuários cativos de cada modo, com base na amostra do SIPS Mobilidade Urbana 2011.

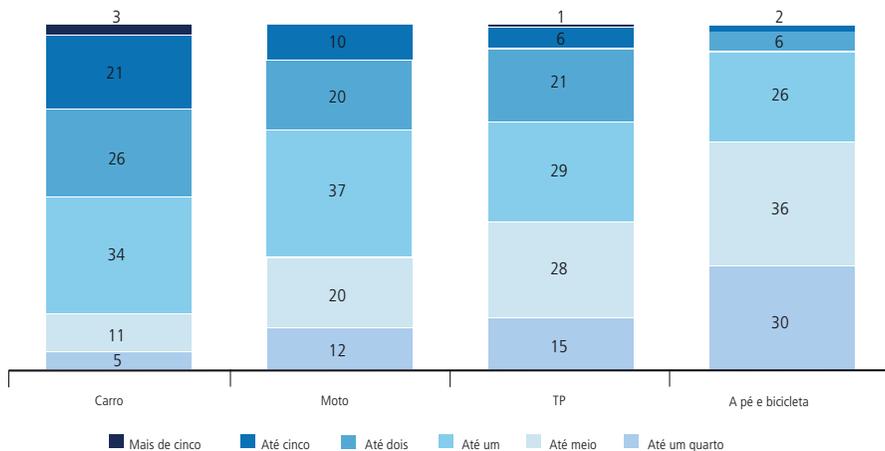
TABELA 5
Distribuição acumulada de usuários exclusivos por faixa de renda *per capita* familiar mensal
(Em %)

	Faixa salarial (<i>per capita</i> familiar mensal)							
	Até 1/4	Até 1/2	Até 1	Até 2	Até 5	Até 10	Até 20	Mais de 20
Carro	5,21	16,15	50,00	75,52	96,88	99,48	99,48	100,00
Moto	12,24	32,65	69,39	89,80	100,00	100,00	100,00	100,00
TP	15,03	42,95	71,81	93,15	99,19	99,73	99,87	100,00
A pé e bicicleta	30,00	66,00	92,00	98,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Elaboração do Ipea.

Mais uma vez, transferindo esses valores para um gráfico, as relações ficam mais claras. No gráfico 6, observa-se uma inversão de participação entre as faixas de renda por proporção de renda em salários mínimos (SM) *per capita* familiar. A grande inversão pode ser vista comparando a composição de pessoas por renda dos usuários cativos do automóvel com os não motorizados (a pé e bicicleta). Chama a atenção a composição bastante similar de faixas que compõem tanto os usuários de TP quanto os de motos.

GRÁFICO 6
Distribuição acumulada de usuários exclusivos por faixa de renda *per capita* familiar mensal
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

Essas distribuições por modo apontam para as grandes diferenças existentes internamente no país, ainda que a análise do SIPS não permita observar e analisar adequadamente cada caso. A partir dessa descrição geral, passa-se na seção seguinte a analisar mais detidamente os resultados das percepções desses grupos, sempre que possível identificando as especificidades de opinião de cada um deles.

7 MOBILIDADE URBANA: INDICADORES GERAIS DO SIPS 2011

Feitas essas observações, serão analisados a seguir os resultados mais gerais sobre Mobilidade Urbana 2011, agregados por porte de município. Nesta nova edição do SIPS foi feito um esforço conjunto com todas as demais áreas temáticas para tratar de enfoques similares que pudessem ser posteriormente comparados com as dimensões abordadas no estudo. Nas oito questões destinadas a essa abordagem, coube a cada área temática adequar essas questões aos assuntos tratados em seus questionários.

No caso específico do SIPS Mobilidade Urbana, foram incluídas ou reestruturadas questões gerais que tratam de uma percepção total de avaliação do tema (no caso da mobilidade, optou-se por abordar o TP), incluindo itens sobre: *i*) a avaliação do TP; *ii*) a quantidade de informação disponível; *iii*) o atendimento; *iv*) a facilidade de deslocamento; *v*) a

condição de uso; *vi*) o tratamento igualitário; *vii*) os canais de reclamação ou contato; e *viii*) a acessibilidade ou proximidade à rede. Com isso, ainda que o foco seja o cidadão em geral, as questões se voltam mais aos resultados perceptíveis pela população (usuária ou não) dos serviços, infraestrutura e políticas públicas vinculadas a cada tema.

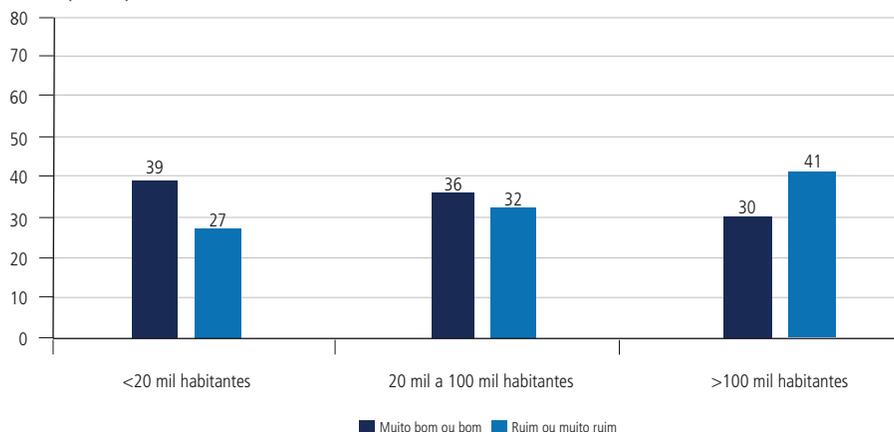
A avaliação do TP difere entre a população dos municípios separados por tamanho (tabela 6 e gráfico 7). Nos municípios menores, a avaliação tende a ser mais positiva do que nos maiores, praticamente invertendo-se a relação de 40% positiva e 30% negativa para 30% positiva e 40% negativa. Muitos municípios com população abaixo de 20 mil habitantes não possuem o serviço de transporte coletivo urbano da forma tradicionalmente conhecida nas cidades maiores, mas podem fazer parte de RMs e possuir acesso a ônibus por linhas intermunicipais. Em qualquer análise de percepção é necessário ter em conta que a avaliação depende do nível crítico da população e de sua capacidade de comparação com outras cidades.

TABELA 6
Avaliação do TP na cidade
(Em %)

	Muito bom ou bom	Ruim ou muito ruim
< 20 mil habitantes	39	27
20 mil a 100 mil habitantes	36	32
> 100 mil habitantes	30	41

Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 7
Avaliação do TP na cidade
(Em %)



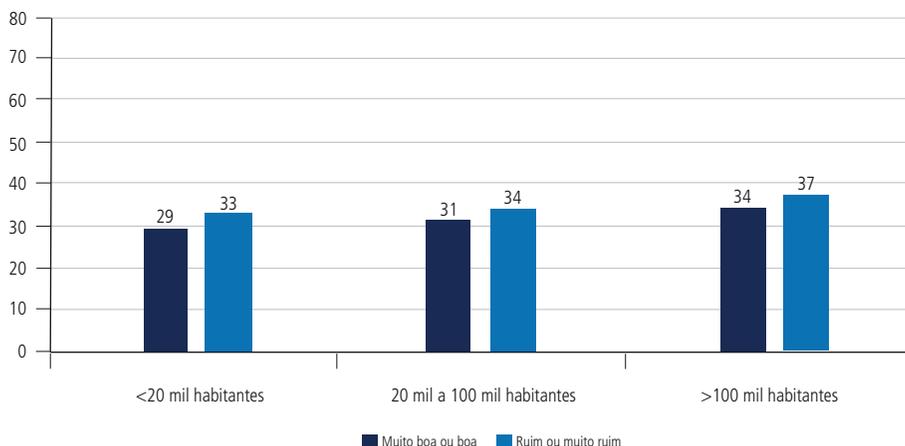
Na avaliação da quantidade de informação disponível sobre o TP, percebe-se que, nas cidades maiores, há mais posicionamento frente ao tema, enquanto, nas menores, um contingente maior da população deixa de responder ou mantém-se indecisa, optando por considerar regular. Ainda assim, pode-se dizer que a avaliação geral tende a ser um pouco mais negativa que positiva em qualquer dos grupos de cidades por porte populacional analisados, conforme indicado na tabela 7 e no gráfico 8.

TABELA 7
Avaliação da quantidade de informação disponível à população sobre o TP
 (Em %)

	Muito boa ou boa	Ruim ou muito ruim
< 20 mil habitantes	29	33
20 mil a 100 mil habitantes	31	34
> 100 mil habitantes	34	37

Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 8
Avaliação da quantidade de informação disponível à população sobre o TP
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

No quesito atendimento, a intenção da pergunta é perceber a opinião sobre o serviço em geral e não apenas sobre a experiência própria da pessoa, ainda que uma seja sempre influenciada pela outra. Mais uma vez a avaliação das cidades maiores é mais negativa, ainda que todas tendam a ver, em média, de forma negativa (tabela 8 e gráfico 9).

TABELA 8

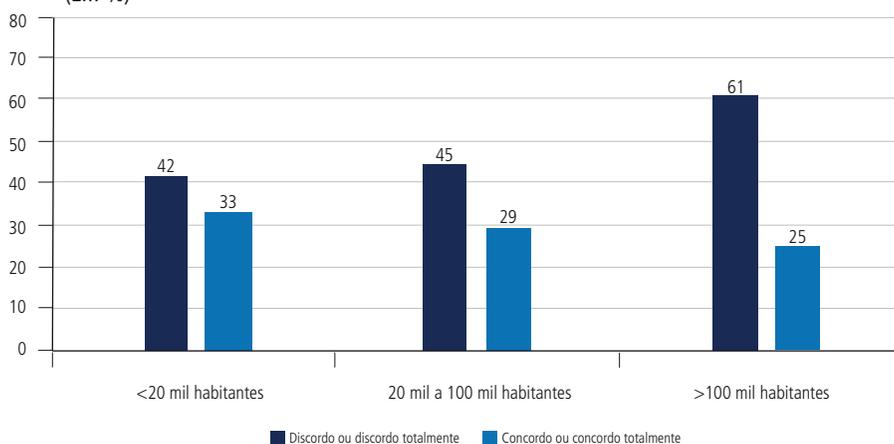
Concordância com a afirmação: nos serviços públicos de transporte urbano a população consegue ser atendida sempre que precisa
(Em %)

	Discordo ou discordo totalmente	Concordo ou concordo totalmente
< 20 mil habitantes	42	33
20 mil a 100 mil habitantes	45	29
> 100 mil habitantes	61	25

Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 9

Concordância com a afirmação: nos serviços públicos de transporte urbano a população consegue ser atendida sempre que precisa
(Em %)



Elaboração do Ipea.

A tendência se mantém da mesma forma na análise da facilidade de deslocamento, ainda que a disparidade entre as faixas de cidades não seja tão grande quanto no atendimento do serviço, conforme pode ser visto na tabela 9 e gráfico 10.

TABELA 9

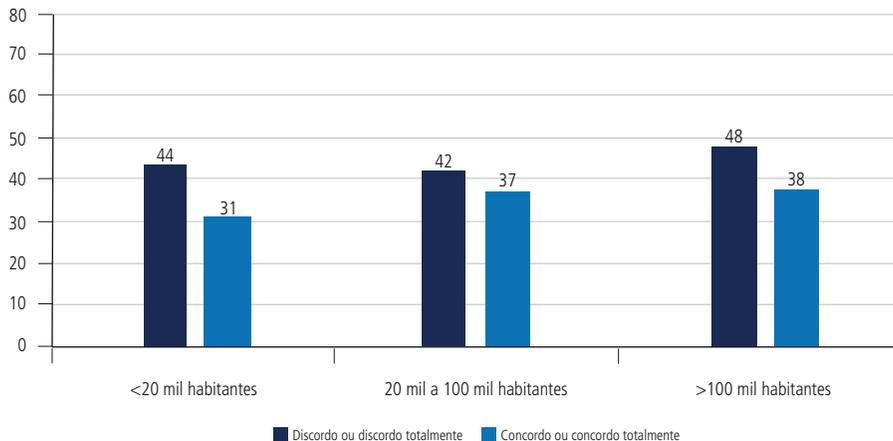
Concordância com a afirmação: o TP de sua cidade permite que as pessoas se desloquem com facilidade por toda a cidade
(Em %)

	Discordo ou discordo totalmente	Concordo ou concordo totalmente
< 20 mil habitantes	44	31
20 mil a 100 mil habitantes	42	37
> 100 mil habitantes	48	38

Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 10

Concordância com a afirmação: o TP de sua cidade permite que as pessoas se desloquem com facilidade por toda a cidade
(Em %)



Fonte: Elaboração do Ipea.

Na análise sobre se os indivíduos se encontram em condições adequadas ou à vontade para usar o serviço de TP, surge uma percepção diferente das anteriores, como pode ser observado na tabela 10 e no gráfico 11. Nas cidades menores, a diferença entre os dois conjuntos de respostas mais frequentes é mais acentuada, e essa constatação deve ser usada na análise da implantação de políticas públicas setoriais.

TABELA 10

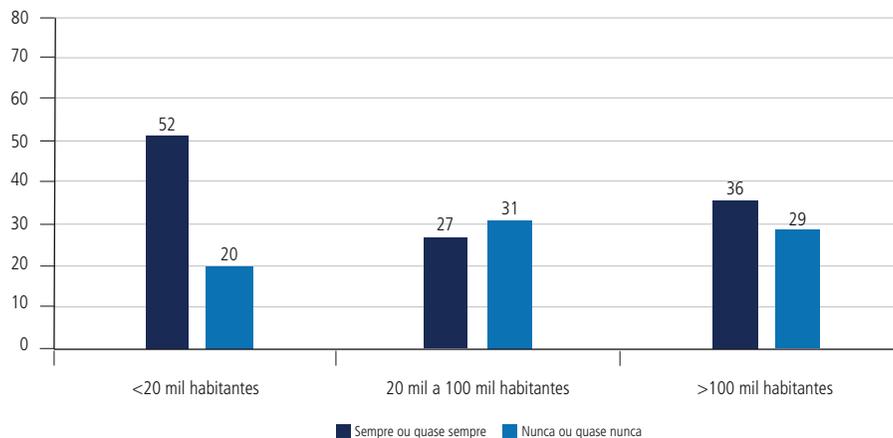
Frequência com que se deixa de procurar o serviço de TP por não se sentir à vontade ou em condições adequadas para utilizá-lo
(Em %)

	Sempre ou quase sempre	Nunca ou quase nunca
< 20 mil habitantes	52	20
20 mil a 100 mil habitantes	27	31
> 100 mil habitantes	36	29

Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 11

Frequência com que se deixa de procurar o serviço de TP por não se sentir à vontade ou em condições adequadas para utilizá-lo
(Em %)



Elaboração do Ipea.

Na percepção quanto ao tratamento igualitário do serviço de TP, independentemente de renda, cor da pele, idade, gênero ou deficiência do indivíduo, a lógica observada anteriormente volta a apontar as cidades maiores com um posicionamento mais negativo. Nesse caso, as cidades entre 20 mil e 100 mil habitantes apontaram tendência mais positiva aproximando-se das cidades com menos de 20 mil habitantes, de acordo com a tabela 11 e com o gráfico 12.

TABELA 11

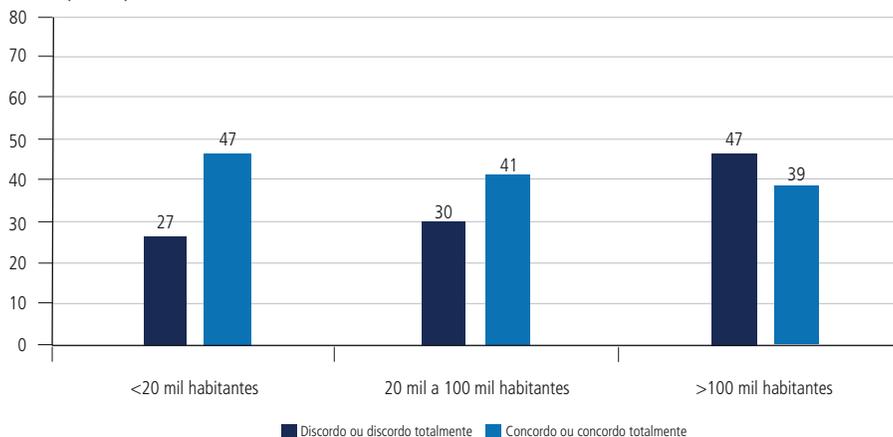
Concordância com a afirmação: o tratamento dado pelo TP urbano ao público é igual para todos independentemente de renda, cor da pele, idade, deficiência ou gênero
(Em %)

	Discordo ou discordo totalmente	Concordo ou concordo totalmente
< 20 mil habitantes	27	47
20 mil a 100 mil habitantes	30	41
> 100 mil habitantes	47	39

Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 12

Concordância com a afirmação: o tratamento dado pelo TP urbano ao público é igual para todos independentemente de renda, cor da pele, idade, deficiência ou gênero
(Em %)



Elaboração do Ipea.

A nova Lei da Mobilidade Urbana indica a obrigação de prestar informação sobre o transporte coletivo e abrir espaço para a participação e a reclamação popular. Nesse aspecto, a pergunta sobre canais de encaminhamento de reclamação apresenta um cenário crítico, quer seja pela indicação de dificuldade de acesso aos canais de atendimento, quer seja pelo desconhecimento da existência deste tipo de serviço. Somadas a análise da dificuldade com a do desconhecimento, observam-se valores próximos ou acima de 50%, ilustrados na tabela 12 e gráfico 13.

TABELA 12

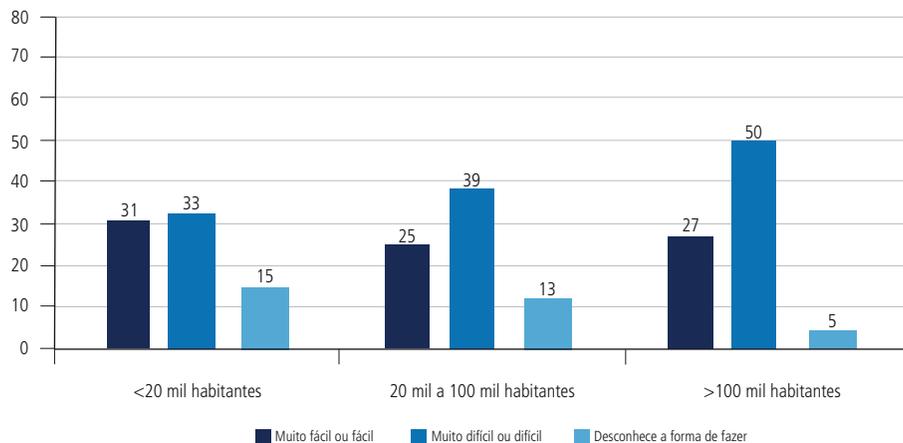
Facilidade ou dificuldade de encaminhar uma reclamação ou denúncia com relação aos serviços prestados pelo TP urbano
(Em %)

	Muito fácil ou fácil	Muito difícil ou difícil	Desconhece a forma de fazer
< 20 mil habitantes	31	33	15
20 mil a 100 mil habitantes	25	39	13
> 100 mil habitantes	27	50	5

Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 13

Facilidade ou dificuldade de encaminhar uma reclamação ou denúncia com relação aos serviços prestados pelo TP urbano
(Em %)



Elaboração do Ipea

O acesso à rede, simplificado pelo acesso a terminais e pontos de transporte, foi o item relativamente mais bem avaliado (tabela 13 e gráfico 14), sempre com percentuais positivos maiores do que os negativos. Nas duas últimas faixas populacionais, o percentual absoluto supera os 50%. De fato, isso indica maior capilaridade dos sistemas de transporte nas cidades maiores e uma suposta precariedade nas cidades menores.

TABELA 13

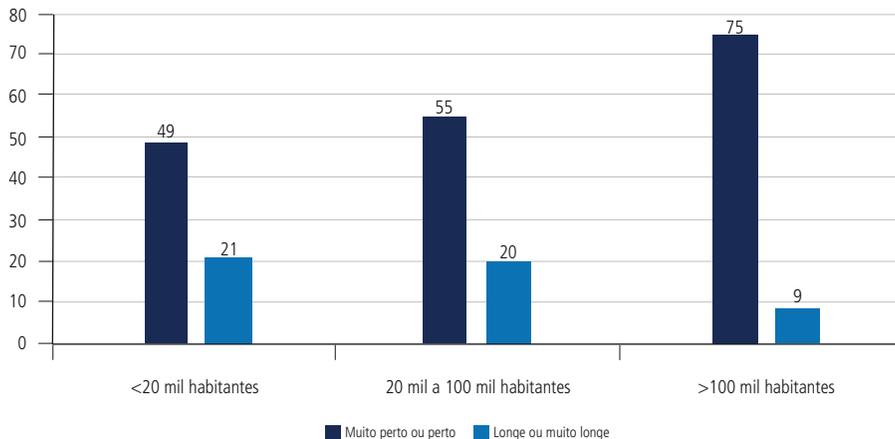
Percepção da distância até o ponto, parada, terminal ou estação de TP urbano (ônibus, trem, metrô etc.) mais próximo da sua casa
(Em %)

	Muito perto ou perto	Longe ou muito longe
< 20 mil habitantes	49	21
20 mil a 100 mil habitantes	55	20
> 100 mil habitantes	75	9

Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 14

Percepção da distância até o ponto, parada, terminal ou estação de TP urbano (ônibus, trem, metrô etc.) mais próximo da sua casa (Em %)



Elaboração do Ipea.

8 MOBILIDADE URBANA: PERCEPÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO

Esta seção pretende analisar os diversos objetos inseridos no SIPS Mobilidade Urbana 2011 sujeitos à percepção da sociedade. Este trecho avança além da caracterização dos tipos de usuários por meio de transporte (abordados na seção 6) e da análise de percepções mais gerais que configuram as questões-chave dos indicadores sociais pretendidos pela pesquisa (tratados na seção 7).

Vislumbra-se que os demais apontamentos elencados no SIPS possam contribuir para a construção de uma percepção vinculada ao menos a três objetos centrais deste estudo, identificados a partir da reorganização das perguntas do SIPS Mobilidade Urbana que ainda não haviam sido abordadas neste texto: a cidade, o serviço de TP e a própria experiência do cidadão ao se apropriar da cidade por seus diversos meios de transporte, sendo cada tópico tratado em uma seção específica.

Com o intuito de relativizar as respostas e evitar a análise dos valores médios e da concentração de respostas em torno da caracterização mediana ou regular, optou-se por apresentar também índices que relacionam as respostas positivas frente às negativas (respectivamente respostas acima ou abaixo do valor, percepção ou nota média, envolvendo noções como

nota 5, percepção regular, permanência do estado anterior etc.). É evidente que mesmo esse índice é tanto melhor quanto mais respostas tiverem sido dadas fora do valor intermediário. A representação gráfica dessas análises permite identificar não apenas a média e os índices propostos como também a distribuição das respostas, permitindo ao leitor ter uma noção mais apurada dos resultados obtidos na pesquisa.

8.1 Percepção sobre a cidade

A percepção da cidade é um reflexo de questões relativas ao espaço urbano em um sentido amplo, configurado desde a posição do indivíduo sobre o respeito a sua condição de pedestre ou ciclista, à qualidade das calçadas e do trânsito, além da frequência de enfrentamento de congestionamentos pelos respondentes.

Com relação ao congestionamento, observa-se, a partir da tabela 14, um maior número de respostas positivas para as cidades de maior porte (acima de 100 mil habitantes), sendo a ocorrência maior para a resposta *diariamente* ou *pelo menos uma vez por semana* (64% do total dos respondentes). Quando se observam as demais tipologias da análise, o destaque é que mais da metade dos respondentes nunca enfrentou congestionamentos em suas cidades (67% para municípios com menos de 20 mil habitantes e 56% para aqueles entre 20 mil e 100 mil habitantes). Independentemente, portanto, da percepção individual do congestionamento, que se relaciona com a noção do tempo, que, por sua vez, é relativizado para cada indivíduo, apenas para os municípios de maior porte caracteriza-se como um problema que afeta a maior parte de sua população, sendo relevante para a construção de uma política pública municipal para este fim.

TABELA 14

Respostas à pergunta “Nos últimos doze meses, o(a) senhor(a) enfrentou engarrafamentos pelo menos uma vez por dia, pelo menos uma vez por semana, pelo menos uma vez a cada quinze dias, pelo menos uma vez por mês ou nunca?”
(Em %)

	Dia	Semana	Quinzena	Mês	Nunca
< 20 mil habitantes	9	7	6	10	67
20 mil a 100 mil habitantes	14	13	6	11	56
> 100 mil habitantes	33	31	10	11	15

Elaboração do Ipea.

Com relação ao respeito ao espaço destinado ao pedestre, observa-se o mesmo comportamento identificado anteriormente: cidades menores apresentaram uma percepção positiva se comparado com cidades de maior porte. Por exemplo, para as cidades menores de 20 mil habitantes e entre 20 mil e 100 mil, 55% e 44% dos respondentes indicaram que sempre ou quase sempre têm sua condição e espaço de pedestre respeitados (tabela 15). Para cidades maiores, acima de 100 mil habitantes, o valor cai para apenas 30%, demonstrando um maior desrespeito aos pedestres.

TABELA 15
Respostas à pergunta “Nos últimos doze meses, o(a) senhor(a) sentiu que sua condição e seu espaço de pedestre foram respeitados em sua cidade sempre, quase sempre, quase nunca ou nunca?”
 (Em %)

	Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase sempre	Sempre
< 20 mil habitantes	16	14	15	17	38
20 mil a 100 mil habitantes	18	16	23	20	24
> 100 mil habitantes	23	19	28	18	12

Elaboração do Ipea.

A mesma pergunta, sendo que direcionada ao ciclista, apresenta valores distintos dos pedestres, conforme observado na tabela 16. Para as cidades abaixo de 20 mil habitantes, 45% dos respondentes indicaram que quase sempre ou sempre o seu espaço e sua condição de ciclista são respeitados, sendo o oposto equivalente a 39%. Para as demais tipologias, destaca-se uma piora geral, variando entre 53% (cidades de 20 mil a 100 mil habitantes) e 50% (cidades com população superior a 100 mil habitantes).

TABELA 16
Respostas à pergunta “Nos últimos doze meses, o(a) senhor(a) sentiu que sua condição e seu espaço de ciclista foram respeitados em sua cidade sempre, quase sempre, quase nunca ou nunca?”
 (Em %)

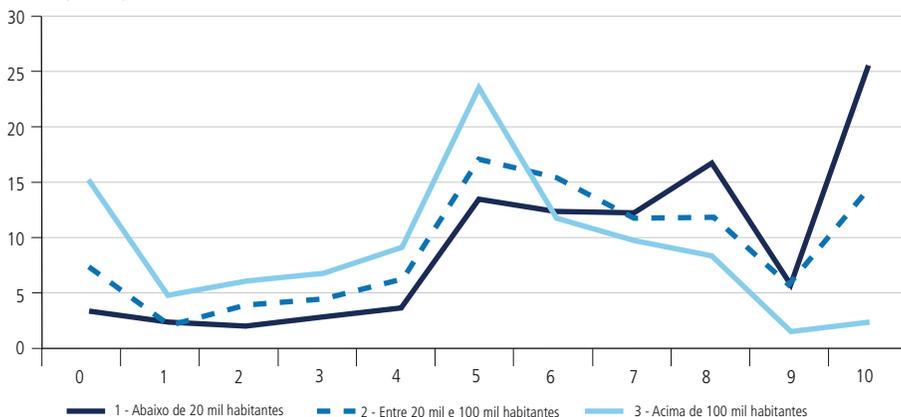
	Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase sempre	Sempre
< 20 mil habitantes	17	22	17	17	28
20 mil a 100 mil habitantes	23	30	20	13	13
> 100 mil habitantes	25	25	31	11	8

Elaboração do Ipea.

De modo geral, há uma piora nos indicadores citados acima quando se aumenta o porte da cidade. Parte da justificativa para este comportamento deve-se ao fato de que, em cidades maiores, em função de a frota *per capita* ser alta, há uma concorrência mais forte pelo espaço urbano, resultando em conflitos entre usuários de carros, pedestres e ciclistas. Estes conflitos não são apenas comportamentais mas também de política pública. Dado um cenário de restrição orçamentária, a concorrência de verbas acaba por privilegiar as políticas viárias, que, de forma a reduzir congestionamentos, comumente focam em ampliação de capacidade, reduzindo o espaço destinado a outros modos.

Partindo-se para avaliação dos indicadores de trânsito e calçadas, verifica-se novamente que as notas tendem a ser mais positivas à medida que se reduz o porte de cidade. No caso da qualidade do trânsito (gráfico 15), as cidades de menor porte deram nota média 7,0, sendo que o percentual dos respondentes que deram resposta superior à nota 5,0 foi equivalente a 5,1 vezes do total que deu nota inferior (índice bom ou ruim – B/R) – observando-se assim uma tendência positiva de resposta. No caso de cidades inseridas na tipologia de 20 mil a 100 mil habitantes, a nota média foi 6,0, e nota-se uma percepção positiva da população em relação ao tema, sendo o índice B/R igual a 2,4. No caso das cidades de maior porte, a nota média cai para 4,4, observando-se ainda uma predominância da avaliação negativa em detrimento da positiva, conforme o índice B/R, igual a 0,8.

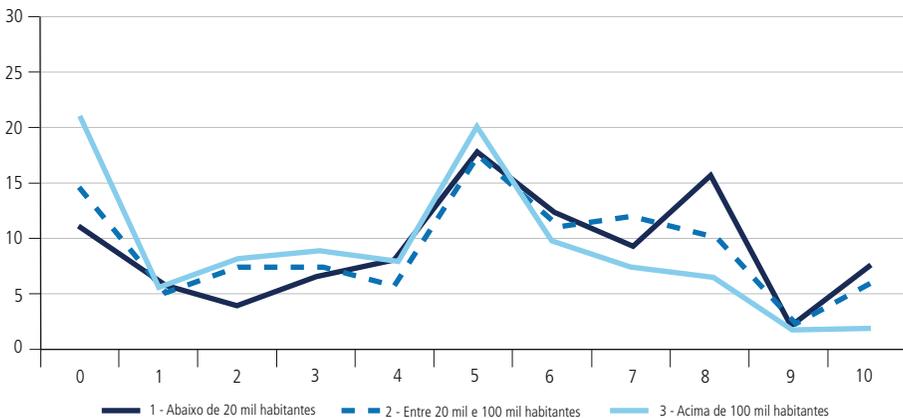
GRÁFICO 15
Distribuição relativa das notas atribuídas à qualidade do trânsito por porte de cidades
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

Quando se avalia a qualidade das calçadas (gráfico 16), as notas foram inferiores à questão do trânsito em todas as tipologias de municípios, estando a percepção global, no caso dos municípios de pequeno e médio portes, próxima à neutralidade (índice B/R igual a 1,3 e 1,0, respectivamente). Apenas os indivíduos das cidades de menor porte indicaram nota média superior a 5 (valor igual a 5,1), decrescendo-se as notas conforme se aumenta o porte de municípios (4,7 e 3,8, respectivamente). Contudo, apesar das variações intrínsecas a cada tipologia, a precariedade do espaço para o pedestre é geral, resultado de políticas que privilegiam o espaço para veículos automotores.

GRÁFICO 16
Distribuição relativa das notas atribuídas à qualidade das calçadas por porte de cidades
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

O observado para os casos citados, trânsito e calçadas, guarda semelhança entre o comportamento das questões sobre o enfrentamento de engarrafamentos e do respeito ao espaço do pedestre, sendo inclusive resultado desta apreensão do espaço pelos indivíduos. As cidades onde não há congestionamentos indicaram notas superiores, em relação à qualidade do trânsito, àquelas onde há, enquanto aquelas em que o espaço para o pedestre é mais respeitado também apresentaram valores superiores em relação àquelas em que não é.

8.2 Percepção sobre o TP

No SIPS Mobilidade Urbana, foi solicitado a cada entrevistado que apresentasse sua visão de qualidade sobre o meio de transporte que utiliza. O TP, entretanto, por sua importância e seu enquadramento como serviço público, coube a todos avaliar, sendo permitida a opinião mesmo daqueles que nunca o utilizaram ou que têm pouca experiência de uso. Isso se deve ao fato de se tratar de uma pesquisa de percepção e não de satisfação. O foco não é a opinião do usuário, mas do cidadão, ainda mais se tratando de um serviço público.

A partir da primeira das perguntas gerais contidas nos oito indicadores já tratados na seção anterior (“Como o(a) senhor(a) avalia o TP em sua cidade: como muito bom, bom, ruim ou muito ruim?”), e aplicando filtros com base no meio de transporte utilizado atualmente ou anteriormente pelo entrevistado, foi possível verificar se há percepções divergentes sobre o TP. Para esse exercício foram analisados três grupos de respondentes: *i*) os usuários cativos do TP (que usam exclusivamente esse meio de transporte e sempre o utilizaram); *ii*) as pessoas que informaram usar ou já usaram TP, mas que identificaram explicitamente o uso atual ou passado de outros meios de transporte; e *iii*) aqueles que não usam o TP, nem como segunda opção, e que também não informaram ter usado no passado.

A hipótese aventada era a divergência de percepções entre esses três grupos, com avaliações diferentes do TP. Como na primeira edição do SIPS essa diferença não foi significativa, esperava-se que, com a alteração na metodologia nessa segunda edição, fosse então revelada. Observou-se mais uma vez, entretanto, não haver diferenças consideráveis. O índice B/R, calculado dividindo-se a soma das respostas “bom” e “muito bom” pela soma das respostas “ruim” e “muito ruim”, gerou valores de 0,75 a 0,80 para os três grupos, o que implica uma mesma intensidade negativa de percepção, sendo generalizado para qualquer categoria de entrevistado.

Além disso, os valores intermediários caracterizados pela resposta regular à pergunta para os grupos 1 e 2 foram bastante similares entre si, aproximadamente 27% e 28%, respectivamente (tabela 17). O grupo 3, contudo, teve valores menores (20%). No entanto, 16% deste grupo indicaram “não respondeu” ou “não sabe” como resposta, em contraponto aos valores de 0,33% e 1,01% dos demais; assim, foi realizado o exercício

de reponderação dos valores deste grupo considerando apenas as respostas válidas. O resultado com este exercício foi o aumento da resposta “regular” para 23,5%, aproximando-se dos valores encontrados para as demais categorias. A relação entre respostas “ruim” e “muito ruim” e entre “bom” e “muito bom” nos três casos são similares.

TABELA 17
Características gerais do TP por categoria de entrevistado
(Em %)

Categoria de entrevistado	Muito bom	Bom	Regular	Ruim	Muito ruim	NR ou NS ¹
Usuário cativo do TP	2,85	28,74	26,56	18,68	22,85	0,33
Usa ou já usou TP	2,61	29,28	27,91	18,41	20,78	1,01
Não usa e nem informou ter usado	2,90	25,38	19,76	14,31	21,64	16,01
Não usa e nem informou ter usado (reponderado)	3,45	30,22	23,53	17,04	25,76	-

Elaboração do Ipea.

Nota: ¹ Não respondeu ou não soube.

A percepção de usuários de outros meios de transporte sobre o TP pode ser qualificada também por meio da pergunta “O que seria necessário para que o(a) senhor(a) passasse a usar ou usasse mais o TP?”, sendo permitida a escolha de duas condições entre as opções oferecidas em ordem de importância. A tabela 18 apresenta o resumo desses resultados por categorias de meio de transporte usado.

TABELA 18
Características necessárias para se passar a usar ou usar mais o TP
(Em %)

Categoria	Primeira condição			Segunda condição		
	Disponível	Mais rápido	Mais barato ¹	Mais rápido	Mais barato	Mais confortável
Carro	17	33	13	18	18	31
Moto	26	33	15	24	25	27
Não motorizado	39	23	17	25	31	13

Elaboração do Ipea.

Nota: ¹ Para usuários de carro, o conforto precede o preço com 14% das respostas.

Observa-se que os usuários de carro e moto indicaram a mesma condição para uma possível utilização do TP: *i*) como primeira condição, 33% dos entrevistados condicionaram o uso do TP caso fosse mais rápido; e *ii*) como segunda condição, 31% dos usuários de carro e 27% dos usuários de motos condicionaram seu uso a partir do critério de conforto.

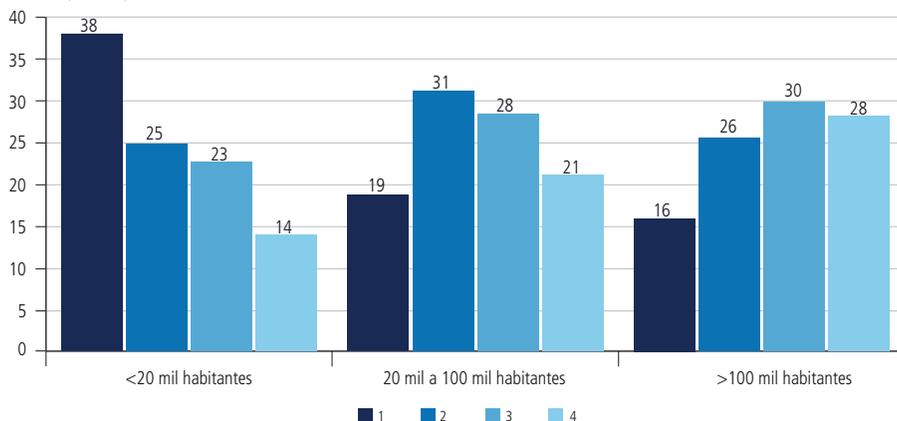
O interessante neste caso é a disparidade com os usuários de modos não motorizados, que indicaram como primeira e segunda condição aspectos relacionados à disponibilidade do serviço e custo, que reflete em muito a situação desses indivíduos na cidade – sendo sua mobilidade condicionada não somente pela sua restrição orçamentária mas também pela cobertura do serviço de TP.

Destaca-se ainda o fato de 11% dos entrevistados terem declarado já ter deixado de andar ou usar o TP por falta de adaptação à sua capacidade de locomoção. Esse percentual é aproximadamente o mesmo para os três portes de cidade trabalhados com os recortes de 20 mil e 100 mil habitantes. Exclusivamente para os usuários de TP (como meio de transporte mais usado ou de forma complementar), duas percepções também foram captadas: a adequação do intervalo das linhas de transporte e a pontualidade do serviço, ambas analisadas por meio da frequência com que foram atendidas conforme a percepção do entrevistado e serão apresentadas por porte de cidade.

A presença de TP nas cidades cai drasticamente com o porte populacional. Ainda assim, considera-se válido esse estudo, demonstrando ter tido respostas coerentes com o que se percebe em geral na análise por porte, mesmo quando se trabalha com o número total de entrevistados, sem o recorte por TP. Isto posto, o intervalo das linhas de TP foi considerado adequado para a maioria dos entrevistados para as cidades de pequeno e médio portes, com valores equivalentes a 63% e 50%, respectivamente, conforme destacado no gráfico 17. Para as cidades de maior porte, o inverso desse comportamento é a maioria: 58% dos entrevistados indicaram que raramente ou nunca a frequência dos intervalos do TP os atende.

No caso da pontualidade (gráfico 18), observa-se um comportamento similar à questão anterior, com uma clara inversão na percepção conforme se altera o porte populacional da cidade, resultando numa apreciação positiva em 64% nas de menor porte e negativa em 62% nas de maior porte, equilibrando-se nas de porte médio. Evidentemente, a dependência do TP nas cidades com menos de 20 mil habitantes supostamente é menor que nas com mais de 100 mil, fato que justifica o comportamento observado nas análises realizadas relativas ao TP.

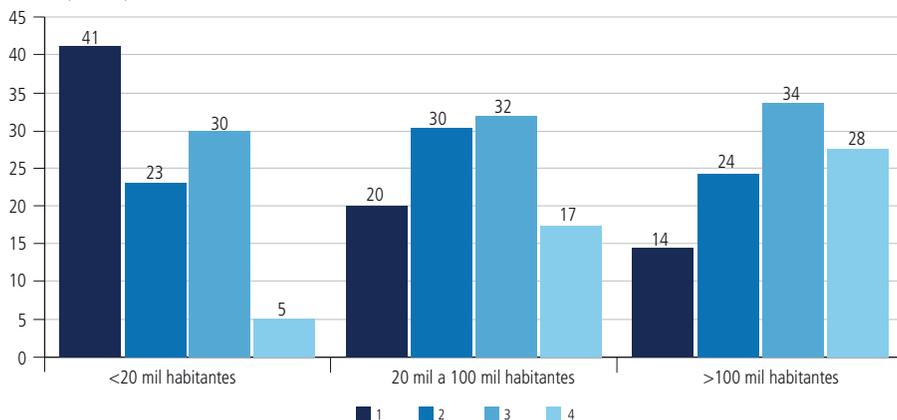
GRÁFICO 17
Frequência de adequação do intervalo das linhas de TP
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

Obs.: 1 = sempre; 2 = na maioria das vezes; 3 = raramente; e 4 = nunca.

GRÁFICO 18
Frequência de pontualidade do TP
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

Obs.: 1 = sempre; 2 = na maioria das vezes; 3 = raramente; e 4 = nunca.

8.3 Percepção sobre qualidade e melhora dos meios de transporte por seus usuários

Com o intuito de avaliar a forma como os entrevistados veem seus próprios meios de transporte, algumas perguntas foram inseridas no SIPS Mobilidade Urbana. Ainda que o foco maior seja o TP, essas perguntas

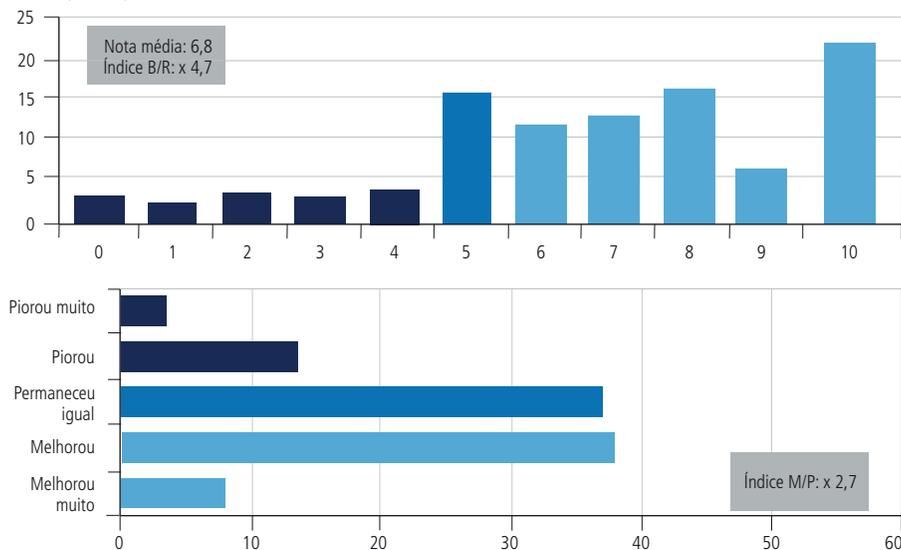
permitem confrontar as opiniões de categorias de usuários diferentes, auxiliando no entendimento e interpretação da percepção de todos sobre a mobilidade em geral e o TP em específico.

A avaliação já existente na edição 2010 do SIPS foi incrementada com a pergunta sobre a evolução (melhora ou piora – M/P) do meio de transporte mais utilizado. Dessa forma, prescinde-se da necessidade de duas pesquisas feitas de igual maneira em dois momentos do tempo para que se avalie se houve melhoria. As análises seguintes serão feitas a partir desse par de perguntas (avaliação do meio de transporte, em nota de zero a dez; e a percepção de melhora no tempo, em cinco níveis).

O automóvel foi o meio mais bem avaliado por seus usuários. Além de ter tido uma nota média de 6,8, apresentou o mais alto índice B/R, recebendo notas acima de cinco 4,7 vezes mais que menores que cinco. Esse fato é mais relevante, sobretudo ao se constatar ter recebido, proporcionalmente, o menor percentual de notas não definidas claramente como boas ou ruins (nota cinco). Seus usuários perceberam positivamente a evolução deste meio de transporte, a maioria considerando que o deslocamento feito por carro melhorou, numa relação melhora ou piora de 2,7 vezes, frente a um número relativamente baixo de respostas “permaneceu igual” se comparado às avaliações dos outros meios de transporte. Os resultados obtidos estão sintetizados no gráfico 19.

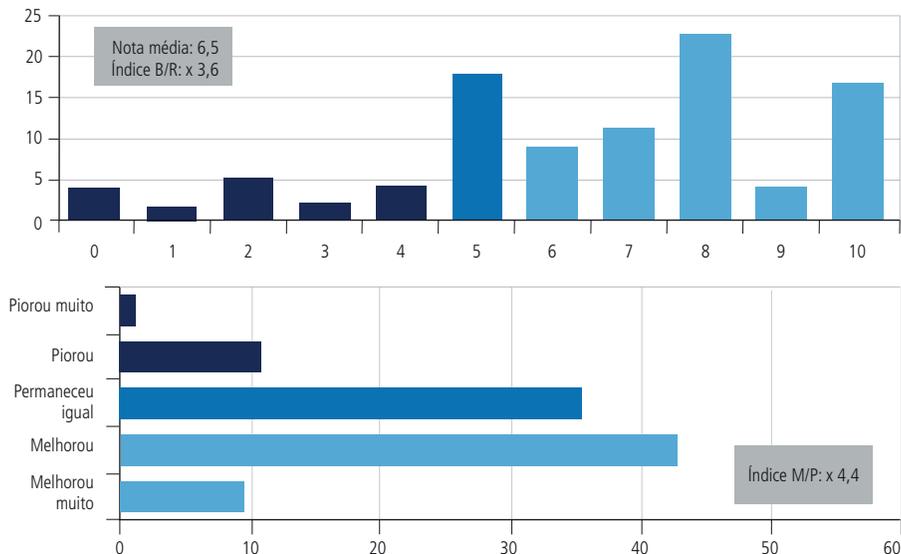
Os usuários de motos avaliaram de forma positiva seu meio de transporte, aproximando-se da nota média dada pelos usuários de carro (6,5) e obtendo índice B/R relativamente alto (3,6). A percepção de melhora foi superior a de usuários de automóveis, alcançando índice M/P de 4,4, o que demonstra claramente ter sido percebida sua melhora por muito mais respondentes do que os que indicaram sua piora. O gráfico 20 apresenta os dados que subsidiaram essa análise.

GRÁFICO 19
Distribuição da avaliação e evolução do carro pela percepção de seus usuários
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 20
Distribuição da avaliação e evolução do transporte motorizado pela percepção de seus usuários
 (Em %)

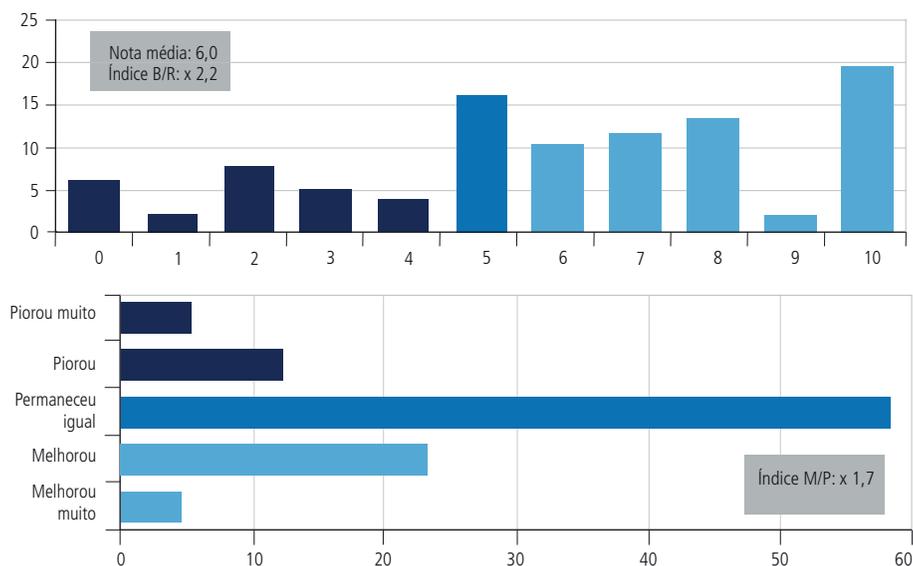


Elaboração do Ipea.

Os usuários de transporte não motorizado (essencialmente pedestres e ciclistas) foram os que menos identificaram alteração nos últimos doze meses, com 58% dos entrevistados dessa categoria informando que seu meio de transporte permaneceu igual. Ainda assim, a percepção de melhoria ainda foi considerada como positiva, já que houve 1,7 vez mais usuários considerando melhora do que o contingente que considerou sua piora. A nota média recebida para o estado atual de seu meio de transporte foi 6,0, com pouco mais do dobro de seus usuários dando notas acima de 5,0 em relação aos que avaliaram abaixo desse valor, conforme observado no gráfico 21.

GRÁFICO 21

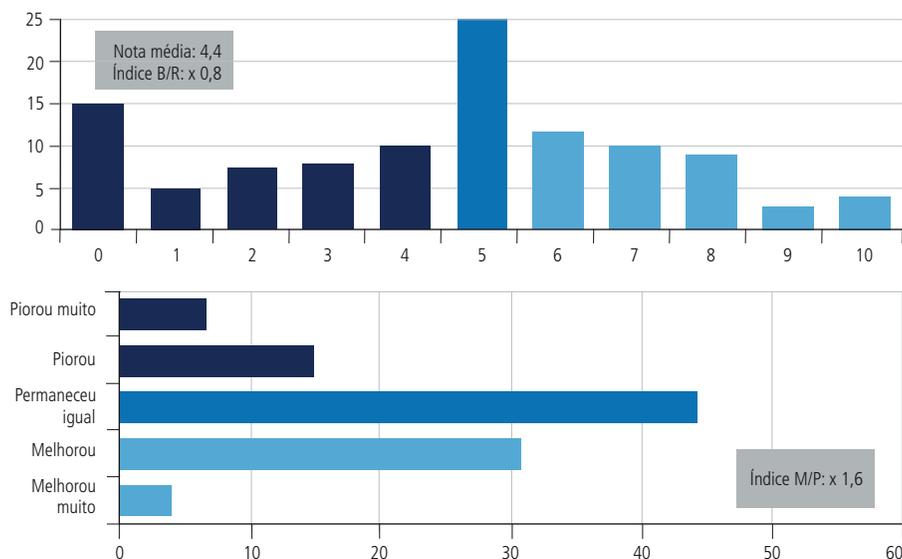
Distribuição da avaliação e evolução do transporte não motorizado pela percepção de seus usuários
(Em %)



Elaboração do Ipea.

Os usuários de TP foram destacadamente os que pior avaliaram seu meio de transporte. Único com nota média abaixo de cinco, recebeu evidentemente mais notas negativas que positivas, tendo índice B/R de 0,8. A percepção de melhora de seus usuários foram as que menos se destacaram frente aos que perceberam piora, com índice M/P de 1,6. O gráfico 22 apresenta esses resultados.

GRÁFICO 22
Distribuição da avaliação e evolução do TP pela percepção de seus usuários
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

Percebe-se que a avaliação do TP já havia sido apontada como ruim a partir da descrição geral de todos os entrevistados, e essa constatação não se alterou sob o recorte de quem o utiliza como meio de transporte mais frequente. Ao receber a menor entre todas as notas médias (4,4, em contraste a 6,8 do transporte por carro), ele foi o pior meio avaliado e o único que teve mais notas abaixo de cinco do que acima (índice B/R < 1). Ainda que a percepção de melhora sobreponha-se a de piora (índice M/P > 1), observou-se que ele possui a menor proporção de percepções positivas (melhora) frente às negativas (piora) na visão dos entrevistados sobre seus meios de transporte mais utilizados.

8.4 Percepção sobre segurança dos meios de transporte por seus usuários

Foram analisados também os principais motivos alegados para a escolha do meio de transporte mais utilizado pelos respondentes. O fato de ser considerado como mais rápido, o único conhecido e o mais barato foram os mais citados como motivo principal para a escolha do meio de transporte, tendo recebido, respectivamente, a citação de 29%, 20% e 14% dos entrevistados. De forma menos concentrada, foram mais

citados como segundo motivo mais importante para a escolha do meio de transporte o fato de ser mais barato (16%), mais rápido (13%) e ser fácil de usar (11%). A tabela 19 resume as similaridades e diferenças entre esses motivos, conforme o meio de transporte utilizado.

TABELA 19

Dois principais motivos para a escolha do meio de transporte mais usado por ordem de importância

Categoria	Primeiro motivo			Segundo motivo		
	1ª mais citado	2ª mais citado	3ª mais citado	1ª mais citado	2ª mais citado	3ª mais citado
TP	Único conhecido	Mais rápido	Mais barato	Mais barato	Uso fácil	Mais rápido
Carro	Mais rápido	Confortável	Cômodo	Confortável	Mais rápido	Cômodo
Moto	Mais rápido	Mais barato	Único conhecido	Mais barato	Mais rápido	Uso fácil
A pé	Saudável	Mais rápido	Único conhecido	Saudável	Mais barato	Mais rápido
Bicicleta	Mais rápido	Saudável	Mais barato	Mais barato	Saudável	Uso fácil

Elaboração do Ipea.

Do mesmo modo como ocorreu na primeira edição do SIPS, percebeu-se que rapidez é o motivo em geral mais importante, sendo o mais citado em primeiro lugar (pelos usuários de carro, moto e bicicleta) ou o segundo mais citado (por pedestres e usuários de TP). A distribuição dos dois ou três motivos mais citados por categoria de usuário, tanto para o primeiro quanto para o segundo motivo, não apresenta concentrações muito altas, à exceção da rapidez como primeiro motivo para os ciclistas, motoristas e motociclistas, que teve citação por, respectivamente, 39%, 46% e 65% dos respondentes. No segundo motivo, o que mais é citado é o custo (ser mais barato) pelos usuários de TP, moto e bicicleta e o segundo mais citado pelos pedestres.

Nessa edição do SIPS, assim como na anterior, o custo (mais barato) só não está entre os motivos mais importantes para os usuários de automóveis; eles são também os únicos que citam de forma significativa o conforto e a comodidade entres os motivos mais importantes. Repete-se também a motivação de saúde pelos usuários de bicicleta ou pedestres.

Esses motivos parecem estar de fato relacionados ao que os entrevistados remeteram a características do bom transporte. A pergunta relacionada a este tópico ficou propositalmente deslocada da pergunta sobre os motivos de escolha do meio de transporte mais usado. Enquanto esta foi colocada

no início da abordagem específica sobre mobilidade urbana, a pergunta sobre o bom transporte foi feita após o entrevistado ter sido obrigado a refletir sobre as características do transporte e da mobilidade devido às diversas questões já feitas. O intuito era tanto contrastar duas perguntas similares feitas sobre condições diferentes quanto verificar se há de fato possíveis diferenças entre seus entendimentos.

Como primeira característica para um bom transporte foram mais citadas: ser rápido (33%); ter mais opções disponíveis (16%); e adequação de horário às necessidades (11%). Dessas características, a única que não tem rebatimento direto com as respostas do principal motivo para escolha do meio de transporte é a terceira. Ainda assim, o quarto item mais citado como característica do bom transporte (ser barato, com 10% das citações) corresponde ao terceiro mais citado como motivo de escolha do meio de transporte. Além disso, a rapidez foi ainda mais citada como característica do bom transporte pelas diversas categorias de usuários, passando a ser a primeira citação também para o TP (cujo principal motivo de escolha mais citado era ser o único conhecido).

Outras características foram abordadas com o intuito de entender melhor a percepção da população sobre a mobilidade, a partir do uso de seu meio de transporte (segurança, impedimento a viagem e tempo de deslocamento). Acredita-se que essas características afetam a percepção dos cidadãos sobre a mobilidade por ter efeito direto sobre a sua possibilidade e disposição de deslocamento.

No quesito sensação de segurança, entendida de forma ampla, de modo a englobar não somente a opinião relativa à segurança pública mas também viária, observa-se que a avaliação dos entrevistados classificados por modo de transporte para o Brasil é positivamente uniforme para as categorias não motorizado e carro (com 55% de respostas positivas) e negativamente para o TP e usuários de moto (38% e 41% de indicações positivas), conforme se observa na tabela 20. Quando se analisa por porte de cidade, verifica-se que os entrevistados daquelas menores avaliam de forma positiva praticamente todos os critérios, à exceção dos usuários de motos, que apresentaram resultado inferior ao dos usuários das cidades de maior porte.

TABELA 20
Características de segurança por modo de transporte e tipologia de cidades
 (Em %)

Modo de transporte	Sensação de segurança	Abaixo de 20 mil habitantes	Entre 20 mil e 100 mil habitantes	Acima de 100 mil habitantes	Brasil
Carro	Sempre ou quase sempre	66	70	51	55
	Às vezes	14	18	23	22
	Nunca ou quase nunca	21	12	26	24
Moto	Sempre ou quase sempre	32	58	39	41
	Às vezes	37	17	23	24
	Nunca ou quase nunca	32	25	38	35
Não motorizado	Sempre ou quase sempre	70	59	44	55
	Às vezes	14	22	20	19
	Nunca ou quase nunca	16	19	36	26
TP	Sempre ou quase sempre	58	55	36	38
	Às vezes	26	31	27	27
	Nunca ou quase nunca	17	15	36	34
Todos os modos	Sempre ou quase sempre	61	59	39	42
	Às vezes	20	25	26	26
	Nunca ou quase nunca	19	16	35	32

Elaboração do Ipea.

Outra análise possível pelo SIPS é compreender a sensação de segurança entre os entrevistados que foram e não foram assaltados por modo de transporte (tabela 21). Como esperado, a percepção de segurança de quem já passou por uma situação de risco, como é o assalto, é menor do que para os indivíduos que não sofreram assaltos nos últimos doze meses. Especificamente por modo, as melhores avaliações em relação à sensação de segurança foram dos usuários de carros e de modos não motorizados, com indicação de 60% e 57%, respectivamente.

TABELA 21
Sensação de segurança por modo, segundo grupo de controle dos entrevistados que sofreram e não sofreram assaltos nos últimos doze meses
 (Em %)

Resposta dada	Sensação de segurança entre os que foram assaltados nos últimos doze meses				Sensação de segurança entre os que não foram assaltados nos últimos doze meses			
	TP	NM	Carro	Moto	TP	NM	Carro	Moto
Sempre ou quase sempre	31	36	37	33	44	57	60	45
Às vezes	28	27	30	17	28	19	20	27
Nunca ou quase nunca	42	36	33	50	29	24	20	27

Elaboração do Ipea.

Análise similar é realizada a partir dos indivíduos que sofreram e não sofreram acidentes de trânsito nos últimos doze meses (tabela 22). O resultado não guarda correspondência com a questão anterior. Por exemplo, a percepção de segurança é menor para os indivíduos que se indicaram usuários de carro e não sofreram acidentes nos últimos doze meses (57% *versus* 67% entre o grupo que não sofreu e o que sofreu algum acidente de trânsito) e também para os usuários de moto, só que em menor proporção. Para os demais modos, observa-se uma reação positiva para os usuários de TP que não sofreram acidentes, quando se compara com o primeiro grupo, e equivalente para os não motorizados, não havendo distinção de valor entre os dois grupos de controle.

TABELA 22

Sensação de segurança por modo segundo grupo de controle dos entrevistados que sofreram e não sofreram acidentes nos últimos doze meses
(Em %)

Resposta dada	Sensação de segurança entre os que sofreram acidente nos últimos doze meses				Sensação de segurança entre os que não sofreram acidente nos últimos doze meses			
	TP	NM	Carro	Moto	TP	NM	Carro	Moto
Sempre ou quase sempre	29	56	67	47	41	56	57	45
Às vezes	27	19	11	18	27	20	20	31
Nunca ou quase nunca	44	25	22	35	32	25	23	24

Elaboração do Ipea.

Esse descasamento da experiência de acidentes com a sensação de segurança leva a crer que as pessoas relacionam mais a sensação de segurança à segurança pública do que à segurança viária (ainda que todos estejam fazendo referência à percepção no uso do transporte e não em relação à cidade ou à outras atividades cotidianas). Esse aspecto é importante de se perceber, pois não foi possível chegar a essa conclusão na edição anterior do SIPS. Acredita-se que essa impossibilidade tenha relação com a falta de um recorte temporal na pergunta feita no SIPS Mobilidade Urbana 2010. Naquela edição, as perguntas sobre experiência vivida de assalto ou acidente poderiam ter acontecido em qualquer época da vida. Dessa forma, eventos acontecidos há muitos anos poderiam ter efeitos diferentes sobre a sensação atual de segurança.

A maior sensação de insegurança nas cidades maiores que nas menores reflete a realidade revelada pela própria pesquisa, pois, seja o percentual

de acidentados, seja o de assaltados, essas maiores cidades apresentaram uma participação maior dessas categorias. Do mesmo modo, a sensação de segurança que parece estar mais ligada à segurança pública do que viária, como já explicado, refletiu-se na maior insegurança no TP, recorte que de fato apresentou a maior participação de assaltados, ainda que seguido não tão de longe pelos usuários de automóveis. Essas duas constatações podem ser vistas na tabela 23.

TABELA 23
Frequência de assaltados e acidentados nos últimos doze meses no meio de transporte mais usado
 (Em %)

	Brasil	Por porte populacional da cidade			Por meio de transporte			
		< 20 mil	20 mil a 100 mil	> 100 mil	Carro	Moto	NM	TP
Acidentados	9	5	6	9	9	10	6	9
Assaltados	9	4	6	10	9	7	4	11

Elaboração do Ipea.

8.5 Percepção sobre dificuldade de realização de viagem nos meios de transporte por seus usuários

Duas perguntas no SIPS Mobilidade Urbana fizeram referência direta à percepção das dificuldades para conseguir realizar a viagem. Uma delas era sobre os motivos para deixar de se deslocar ou passar a usar outro meio de transporte que não o principal, e outra fez referência à dificuldade de conseguir pagar ou custear o seu meio de transporte principal.

Sobre as dificuldades que impediram o entrevistado de se deslocar ou de ter de fazer esse deslocamento por outro meio de transporte que não o pensado anteriormente, percebe-se que o mais prejudicado continuou sendo o usuário de TP. Nota-se que, mesmo entre os não usuários de TP como meio principal, houve aqueles que tentaram utilizá-lo em algumas situações, mas se viram impedidos devido à ausência dele ou mesmo a inadequação de seus horários, de acordo com o observado na tabela 24. Essa tabela revela também uma dificuldade um pouco menor nas cidades de maior porte, reflexo do menor uso de TP.

TABELA 24

Respostas à pergunta “Nos últimos doze meses, o(a) senhor(a) já deixou de ir a algum lugar ou teve de usar outro meio de transporte por algum desses motivos?”
(Em %)

	Brasil	Por porte populacional da cidade			Por meio de transporte			
		< 20 mil	20 mil a 100 mil	> 100 mil	Carro	Moto	NM	TP
Não	62	67	64	62	76	74	74	56
Falta de dinheiro	12	12	17	11	8	11	11	13
Ausência de TP	9	14	9	9	6	5	8	11
Falta de linha no horário	13	6	7	14	8	5	5	16
Mais de um deles	4	2	4	4	2	4	2	5

Elaboração do Ipea.

A pergunta apresentada na tabela 24 refere-se a uma consequência concreta da dificuldade de deslocamento: o fato de ter sido impedido de se deslocar, ao menos pelo meio de transporte pretendido inicialmente. A pergunta seguinte, cujos resultados são resumidos na tabela 25, refere-se a uma dificuldade específica (de pagamento ou custeio), mas relacionada a uma percepção de dificuldade geral, não necessariamente resultado de imobilidade ou mudança de modo de transporte.

TABELA 25

Respostas à pergunta “Nos últimos doze meses o(a) senhor(a) teve dificuldade financeira para pagar o meio de transporte que mais usa sempre, quase sempre, quase nunca ou nunca?”
(Em %)

	Brasil	Por porte populacional da cidade			Por meio de transporte			
		< 20 mil	20 mil a 100 mil	> 100 mil	Carro	Moto	NM	TP
Sempre ou quase sempre	16	16	15	16	12	10	7	18
Às vezes	24	15	23	25	16	23	13	28
Nunca ou quase nunca	60	70	62	59	72	68	80	55

Elaboração do Ipea.

Observa-se a partir da tabela 25 que o percentual de usuários de TP que percebem dificuldade financeira para pagar o seu meio de transporte sempre ou quase sempre (18%) é superior ao percentual daqueles que se sentiram impedidos de usá-lo ao menos uma vez nos últimos doze meses por falta de dinheiro (13%, conforme a tabela 25). Na análise por porte populacional, não há diferença significativa entre os que sentem essa dificuldade financeira sempre ou quase sempre, mas nota-se que o

percentual dos que nunca ou quase nunca sentem essa dificuldade é maior no conjunto de cidades de menor porte, mais uma vez refletindo sua percepção mais positiva frente às outras.

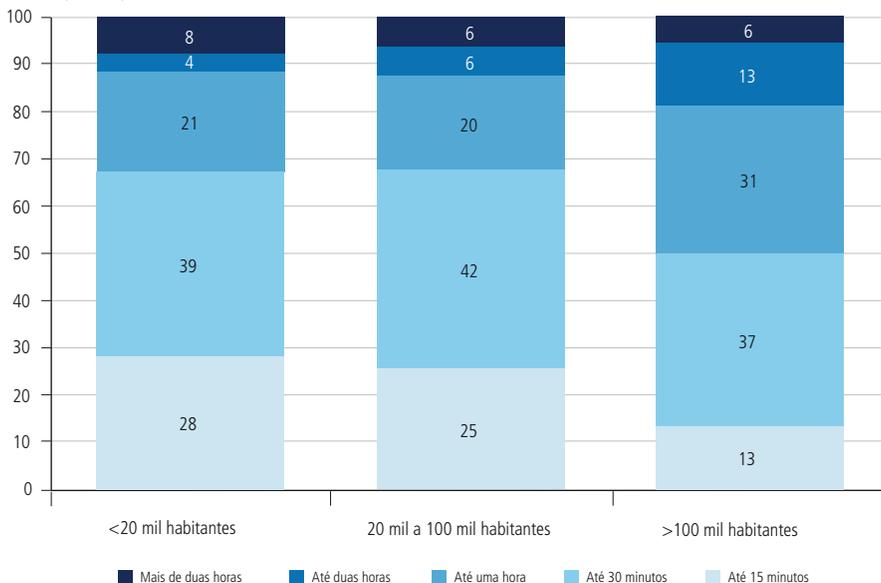
8.6 Percepção sobre o tempo de deslocamento nos meios de transporte por seus usuários

O tempo gasto no deslocamento pode ser entendido também como uma dificuldade à mobilidade. Grandes tempos necessários para o deslocamento até um determinado serviço ou posto de trabalho podem inviabilizar o acesso do cidadão. A percepção de tempo por meio de transporte usado ou pelo porte de cidade pode ser também diversa. Nesse sentido, o SIPS Mobilidade Urbana 2011 perguntou aos entrevistados tanto sobre o tempo de deslocamento despendido quanto sobre a percepção qualitativa deste tempo gasto em uma nota de 0 a 10. Essas perguntas foram feitas em sequência (perguntando primeiro sobre o tempo gasto em si) para que houvesse alguma reflexão direta sobre o tempo informado e a percepção de qualidade desse tempo.

Sobre o tempo gasto em si, observou-se na análise por porte de cidade que, de uma forma geral, se gasta mais tempo com deslocamento nas grandes cidades do que nas pequenas. Um destaque que contradiz em parte essa análise é a constatação de que foi nas pequenas cidades que se encontrou o maior percentual de entrevistados que responderam gastar mais de duas horas (8%). Esse fato pode estar relacionado às distâncias aos postos de trabalho ou estudo, que, em parte delas, se localizam em outras cidades, dentro de uma aglomeração urbana de municípios. O gráfico 23 apresenta esses dados.

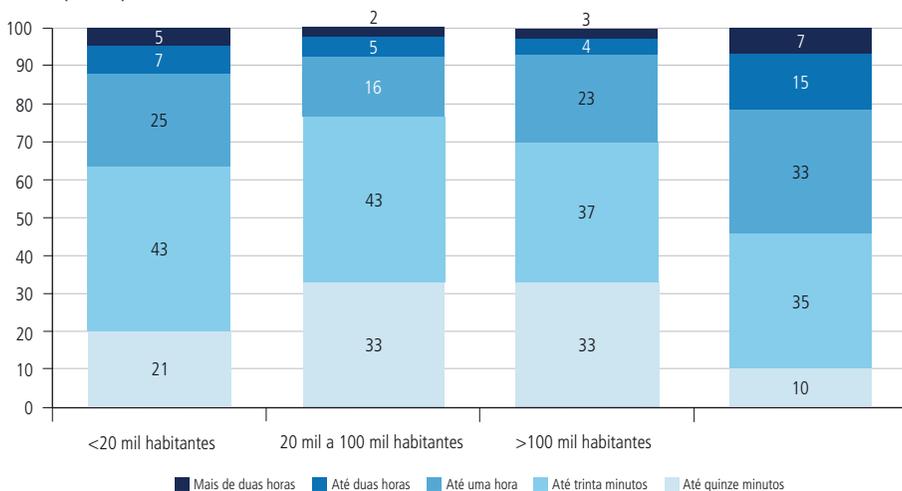
Na análise por meio de transporte, claramente pode-se perceber que os usuários de TP apresentam situação mais desalentadora. Nas duas faixas de menor tempo, esse grupo possui os menores percentuais de participação; e nas três mais altas, possui as maiores participações quando comparado aos outros meios de transporte, conforme se observa no gráfico 24.

GRÁFICO 23
Distribuição das faixas de tempo de deslocamento em média informadas pelos entrevistados por porte de cidade
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 24
Distribuição das faixas de tempo de deslocamento em média informadas pelos entrevistados por meio de transporte
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

Focando a análise apenas para os usuários de TP, observa-se que os que realizam integração ônibus-ônibus possuem participações maiores nos tempos de deslocamentos mais altos, especialmente nas faixas entre uma e duas horas e mais de duas horas. Essa distribuição pode ser vista na tabela 26.

TABELA 26
Faixas de tempo de deslocamento dos usuários de TP por tipo de integração realizada
 (Em %)

	Até quinze minutos	Até trinta minutos	Até uma hora	Até duas horas	Mais de duas horas
Não existe	38	25	16	14	18
Não usei	34	32	38	30	25
Ônibus-ônibus	21	36	35	42	48
Ônibus-metrô	5	5	9	9	6
Ônibus-trem	1	1	1	4	2
Trem-metrô	0	0	0	1	1
Outro tipo	0	1	0	1	1
Total por faixa	100	100	100	100	100

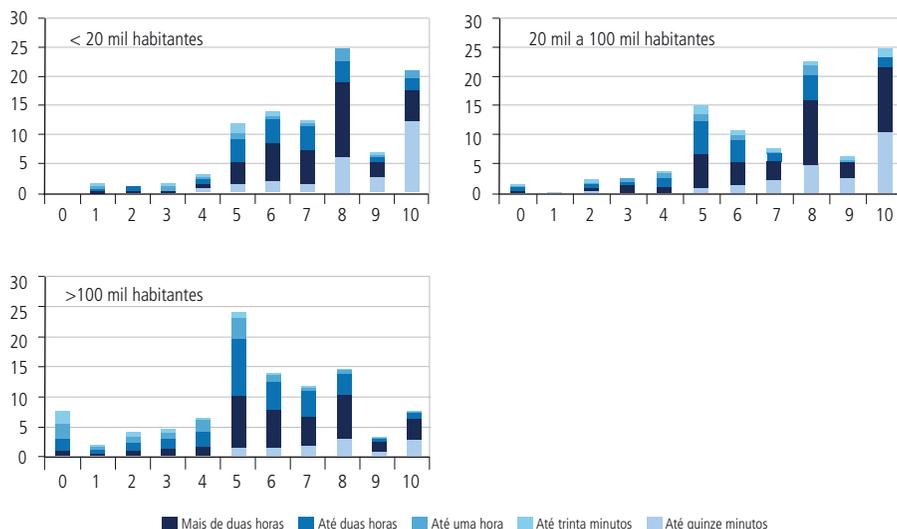
Elaboração do Ipea.

É possível analisar de forma preliminar – apenas com o intuito de encontrar indícios – o nível de exigência com o tempo de deslocamento conforme o porte da cidade e o meio de transporte. Por meio do confronto entre o tempo de deslocamento informado e a nota dada a esse item por cada entrevistado, é possível perceber alguns indícios de diferença entre a percepção de tempo de cada um. Os gráficos a seguir são resultado da distribuição das faixas de tempos informadas por notas dadas. Isso foi feito tanto para o recorte de porte de cidade quanto para o de meios de transporte. Ratifica-se que se ultrapassa a representatividade garantida pela pesquisa ao se realizar tantos intercruzamentos, mas a intenção é apenas chamar a atenção para uma possível necessidade de aprofundamento investigativo sobre esse tema. Em tese, deveria se supor que quanto menor o tempo de deslocamento, maior a nota dada a ele, mas aparentemente existem outras motivações e relativizações quanto à percepção de “qualidade” deste tempo gasto.

Iniciando pelo recorte por porte populacional, constata-se que há uma tendência nas cidades de maior porte de diluir mais os menores tempos de deslocamento nas notas acima de 5. No caso dos respondentes

de cidades de porte médio e pequeno, esse menor tempo de deslocamento tende a se concentrar mais nas notas 8 e 10. Em sentido oposto, os tempos de deslocamento intermediários (até uma hora) tenderam a se concentrar na nota 5 nas grandes cidades, enquanto, nos outros portes (e em parte também nas grandes), se distribuíram mais nas notas entre 6 e 8. A distribuição dos tempos de deslocamentos pelas notas por porte de cidade pode ser vista no gráfico 25.

GRÁFICO 25
Distribuição das faixas de tempo de deslocamento em média informadas pelos entrevistados por notas dadas a esse tempo conforme o porte da cidade
 (Em %)

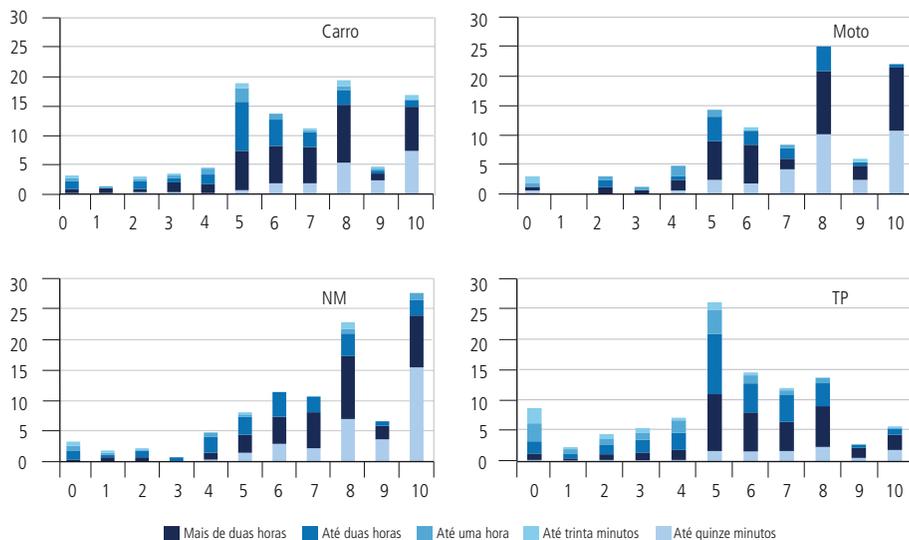


Elaboração do Ipea.

Da mesma forma, percebeu-se um indício de diferença entre a percepção dos usuários de TP, assemelhando-se ao observado nas cidades de maior porte. O efeito de concentração da faixa intermediária de tempo (até uma hora) foi observado também nos usuários de carro, mas estes mantiveram maior concentração de faixas de tempo baixas nas notas 8 e 10, fenômeno não observado no TP, conforme o gráfico 26.

GRÁFICO 26

Distribuição das faixas de tempo de deslocamento em média informadas pelos entrevistados por notas dadas a esse tempo conforme o meio de transporte (Em %)



Elaboração do Ipea.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SIPS Mobilidade Urbana apresentou a percepção da sociedade sobre a temática em um momento oportuno, tendo em vista as recentes manifestações em prol de uma mobilidade urbana sustentável, com qualidade no TP e uma melhora do espaço urbano. A representatividade da pesquisa é para Grandes Regiões brasileiras e por porte de cidades, sendo adotados como recorte três grandes grupos: *i*) cidades menores que 20 mil habitantes; *ii*) cidades entre 20 mil e 100 mil habitantes; e *iii*) cidades acima de 100 mil habitantes.

Independentemente do aumento do número de veículos automotores nas cidades brasileiras, depreende-se dos resultados da pesquisa o uso majoritário do TP no deslocamento dos entrevistados, seja como modo principal, como secundário ou ainda como modo anterior de deslocamento, com indicação de 65,9%, 56,8% e 64,8% dos entrevistados, respectivamente, grande parte concentrado na população de faixa de renda mais baixa (até 1 SM *per capita*).

A avaliação global do TP nas cidades foi melhor nas cidades de pequeno e médio portes, tendo recebido uma avaliação negativa nas de maior porte. Por exemplo, quanto ao conceito geral do TP, enquanto nas cidades menores 39% dos entrevistados fizeram avaliação positiva, nas cidades de maior porte o valor foi de 30%, sendo que 41% indicaram como ruim ou muito ruim. Este comportamento, em que o critério de avaliação é mais positivo para cidades menores que para as maiores, repete-se para todos os demais quesitos de avaliação da mobilidade urbana e mesmo do TP, como aqueles relativos à disponibilidade de informação sobre a capacidade de atendimento da população pelos serviços de transporte urbano e capacidade de o TP permitir o deslocamento por toda a cidade.

Ainda que o TP tenha sido avaliado de forma um pouco mais positiva que negativa nas cidades de porte pequeno e médio, em geral, e principalmente nas maiores cidades, sua avaliação foi negativa. O único meio de transporte que recebeu nota média abaixo de cinco de seus usuários deveria ser o mais priorizado frente à legislação vigente, além do que, entre todos os meios, é o que está mais vinculado à tutela do Estado, cabendo aos governos a definição de suas diretrizes e de sua operação, mesmo que de forma indireta.

Mantém-se a preocupação indicada na primeira edição do SIPS Mobilidade Urbana de esclarecer a população quanto às características de cada modo de transporte em suas respectivas cidades, pois, além de ter direito à escolha do meio que queira utilizar, as pessoas têm de ter acesso à informação para poder realizar esta escolha, pelos critérios que considerar mais relevantes.

Enfim, mantém-se também a diretiva de que essas constatações e dúvidas observadas pelo SIPS Mobilidade Urbana devem ser investigadas de forma mais profunda, de modo a revelar algo que supere a percepção. Esta pesquisa, em conjunto com outras, deve apoiar ações públicas ao identificar que, além dos investimentos em infraestrutura e serviços essenciais, o poder público deve entender de que forma a população percebe o desenvolvimento urbano para tornar mais efetivo o seu resultado.

SEGURANÇA PÚBLICA: A PREDISPOSIÇÃO PARA CHAMAR A POLÍCIA – UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DO DESEMPENHO E DA CONFIABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES POLICIAIS

Almir de Oliveira Junior*

Rafael Augusto da Costa Alencar**

RESUMO

O questionário da pesquisa do Sistema de Indicadores da Percepção Social (SIPS) – Segurança Pública envolveu questões sobre o grau de confiança que os respondentes depositam nas instituições policiais, sobre a avaliação do desempenho dessas instituições, além de ter sondado os motivos pelos quais optaram por procurar ou não ajuda policial após ter sucedido um crime. Com base nesses dados, este estudo buscou avaliar em que medida a percepção sobre o desempenho das polícias e a confiança em que nelas depositam são fatores explicativos no sentido da predisposição quanto à opção por acioná-las. Concluiu-se, a partir de coeficientes de regressão logística, que uma percepção negativa tem efeito significativo sobre a tendência de optar-se por não procurar a polícia quando da ocorrência de um crime.

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo objetiva analisar dados coletados pelo Ipea em 2012 acerca da percepção da população sobre a segurança pública e as polícias. Foram aplicados 3.799 questionários, distribuídos de forma representativa para todas as regiões geográficas do país, com trinta perguntas sobre os temas em análise. Além de fornecerem informações referentes ao seu perfil sociodemográfico e à sua sensação de insegurança, os entrevistados expressaram seu grau de confiança nas polícias e emitiram opiniões sobre os serviços policiais. Um levantamento semelhante havia sido realizado pelo Ipea em 2010 (Oliveira Junior, 2011); contudo, a segunda pesquisa acrescentou a informação sobre o motivo pelo qual os indivíduos

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

** Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB).

procuraram ou não a polícia. Com base nesta informação se buscará delimitar melhor como as percepções e a confiança em relação às polícias se relacionam com a predisposição, positiva ou negativa, de acionar a polícia diante da ocorrência de um crime.

2 O QUE DETERMINA A CONFIANÇA NA POLÍCIA E A DECISÃO DE CHAMÁ-LA

Há uma vasta bibliografia sobre avaliação de desempenho da polícia, colaboração entre sociedade civil e polícia e confiança nas instituições policiais, especialmente sobre policiamento comunitário. Também são muitas as pesquisas que avaliam medo do crime, vitimização e percepção do risco de ser vítima de um crime. Neste trabalho interessa discutir pesquisas que exploraram as variáveis referentes à confiança nas instituições policiais e os possíveis determinantes da decisão de procurar a polícia para comunicar a ocorrência de um crime.

Ren *et al.* (2005) apontam que diversos estudos sobre a relação entre polícia e sociedade civil superestimaram o peso dos fatores demográficos ao avaliarem os determinantes da confiança da população na polícia. Em vista disso, os autores conduziram um estudo em uma cidade do noroeste dos Estados Unidos, tomando a confiança na polícia como variável dependente, a ser medida por sete itens de um questionário. As variáveis independentes consideradas foram referentes à percepção de desordem na comunidade; à segurança coletiva informal (relativa à confiança entre vizinhos de uma comunidade); à vitimização; e ao medo do crime. O modelo proposto pelos autores aponta a significância estatística de todas as variáveis independentes, embora o medo do crime e o fato de ter sido vítima de um crime tenham menor peso nas opiniões sobre confiança na polícia.

Ainda sobre fatores que podem influenciar a opinião da população sobre as instituições policiais, Ivkovic (2008, p. 413) aponta como a natureza do papel desempenhado pela polícia diferencia as opiniões sobre a polícia nos diversos países pesquisados no International Crime Victims Survey (ICVS). Se, em determinado país, o papel da polícia é atrelado a certa função (controle do crime, por exemplo), o desempenho desta função é que será determinante na atitude da população frente às instituições policiais. Como forma de mensurar o apoio específico dado à polícia, o ICVS apresenta uma questão que avalia o grau de concordância dos respondentes à afirmação de que a polícia está fazendo um bom trabalho

no controle do crime na região. Ao utilizar modelos de regressão linear hierárquica, a autora pôde perceber que baixos índices de medo do crime estão relacionados a melhores avaliações específicas sobre a polícia e que ter sido vítima de um crime diminui a avaliação positiva sobre a polícia. Além disso, quanto mais jovens os indivíduos pesquisados, maior é o índice de discordância relativa ao bom desempenho da polícia em relação ao crime.

O estudo de Skogan (1984) discutiu as principais pesquisas de vitimização da época para estabelecer possíveis determinantes da comunicação de crimes à polícia, conforme listado a seguir.¹

- 1) A gravidade do problema, tal qual percebida pelas vítimas, pode fazer com que muitas avaliem que o incidente não é suficientemente sério para ser levado ao conhecimento da polícia.
- 2) A existência de seguros aumentaria a proporção de crimes patrimoniais reportados, uma vez que registrar a ocorrência seria necessário para se buscar a compensação material de um bem subtraído em um furto ou roubo.
- 3) O sentimento de dever cumprido e a correlata sensação de que comunicar a ocorrência de um crime pode ajudar na prevenção de futuros crimes são respostas com relevantes frequências em pesquisas de vitimização, enquanto a descrença na eficácia da ação policial é motivo para não se relatar a ocorrência de crimes patrimoniais – por exemplo, quando o respondente afirma que não havia provas ou nada poderia ser feito.
- 4) O sentimento de culpa por ações passadas (envolvimento em outra ocorrência policial) pode se somar aos sentimentos de vergonha e constrangimento (por estar embriagado no momento da ocorrência, por exemplo), que impedem o contato com as autoridades policiais.

1. Utiliza-se ao longo do texto a expressão “comunicação de crimes” como tradução para a expressão “*crime reporting*”. Por meio de um telefonema, ou do comparecimento a uma delegacia ou posto policial, pode-se dar ciência de um fato criminoso à polícia. O registro formal do ocorrido pode acontecer ou não, dependendo principalmente de uma avaliação do policial quanto à relevância ou à conveniência de dar prosseguimento a certos procedimentos formais. Portanto, cabe notar que comunicar um crime à polícia é diferente de registrar uma ocorrência, que envolve outras variáveis que não serão objeto desta análise.

Ainda, como nem todos os incidentes que chegam ao conhecimento da polícia são comunicados pelas vítimas, o papel de terceiros neste processo precisa ser mais bem investigado, porque a relação que têm com a vítima pode ser decisiva para que amigos, conhecidos ou familiares não reportem um crime, como no caso de abusos sexuais. Também pesa o tipo de relacionamento existente entre vítima e ofensor, visto que, quanto maior a rede de relações que podem ser implicadas neste relacionamento, menores são as chances de um crime ser reportado, como acontece com frequência em casos de estupro. Fatores demográficos, em geral, não seriam tão preponderantes, com exceção das variáveis sexo e idade – mulheres e idosos tenderiam a comunicar mais crimes, enquanto homens e jovens reportariam proporcionalmente menos crimes. Por fim, Skogan (1984) menciona uma série de pesquisas que mostram o pequeno poder explicativo das atitudes da população em relação à polícia: desconfiar da polícia ou ter tido problemas com ela só parecem pesar na decisão de comunicar um crime quando se trata de delitos menores, considerados de pouca importância.

Tarling e Morris (2010) comparam as mudanças nos padrões britânicos de comunicação de ocorrências criminais às autoridades policiais. Valendo-se de dados secundários produzidos pelo British Crime Survey (BCS), os autores percebem que, de 1991 a 2006, houve uma ligeira diminuição (4%) na porcentagem de pessoas que entraram em contato com a polícia após terem sido vitimadas por algum crime. Como a pesquisa britânica possui dados desagregados por tipo de crime – além de requerer a resposta sobre o quão sério os entrevistados consideram o crime do qual foram vítimas, numa escala de 0 a 20 –, os autores puderam perceber a tendência de diminuição de comunicação de crimes quando se tratava de crimes patrimoniais (furto, roubo e até mesmo assalto), havendo uma geral e leve diminuição na percepção da gravidade dos crimes sofridos pelos entrevistados.

Goudriaan *et al.* (2004) ressaltam os limites das abordagens que enfatizam em demasia as características dos crimes (principalmente a gravidade deles) na tentativa de explicar as decisões sobre a comunicação de crimes. Os autores apontam que esta ênfase é equivocada, pois retira o foco de variáveis contextuais relevantes, como a percepção da competência da polícia. A partir dos dados do ICVS, que coleta informações razoavelmente comparáveis para mais de sessenta países, eles propõem um modelo que

utiliza como variáveis de controle as relacionadas à situação do crime (gravidade atribuída ao crime, se o ofensor portava arma ou não) e aquelas relativas às características da vítima (idade, sexo, renda, local de residência). Desse modo, avaliam o peso das seguintes variáveis de nível nacional:

- a competência da polícia;
- a norma da conformidade – o quanto as pessoas acquiescem ao que lhes é pedido seria indicado pelas taxas de resposta da pesquisa e estaria relacionado à propensão de uma população a comunicar crimes quando a polícia o solicitasse;
- o nível de individualismo, medido pelo índice de individualismo de Hofstede;
- a institucionalização do ramo empresarial de seguradoras, que teria claras influências sobre a comunicação de crimes patrimoniais; e
- as taxas de prevalência de crimes contra a propriedade e crimes contra a pessoa.

Os autores concluem que a única variável do modelo com efeito significativo sobre a variável independente foi a competência da polícia tal qual registrada por uma questão do ICVS.

No Brasil, a relação entre a avaliação da atividade policial e a decisão sobre procurar a polícia quando ocorre um crime pode ser explorada por meio da pesquisa nacional sobre segurança pública realizada pelo Ipea, no âmbito do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Porém, antes de apresentar os dados desta pesquisa, é preciso debater o importante trabalho de Antônio Paixão e Cláudio Beato Filho (1997). Estes analisaram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) de 1988, que perguntou aos entrevistados pelas razões de não terem procurado a polícia quando foram vítimas de duas modalidades de crime: *i*) agressão física; e *ii*) furto e roubo. A interpretação dos dados é feita basicamente a partir da ideia de que a comunicação de crimes está relacionada à análise racional de custo-benefício por parte das vítimas. Ao analisarem os dados da PNAD de 1988, Paixão e Beato Filho (1997) verificaram que 23% das vítimas de roubo e furto não procuraram a polícia por falta de confiança, somando-se a 12% que simplesmente

“não queriam envolver a polícia”.² Os autores já haviam notado que não considerar importante comunicar uma ocorrência à polícia não consiste necessariamente em desconfiança em relação à atividade policial. Trata-se mais de uma avaliação da conveniência desta atuação: nem todos os conflitos requerem a atuação da força policial, pois podem ser resolvidos privadamente.

Quando se trata de agressões, 19% das vítimas não queriam envolver a polícia e 10% alegaram que nela não acreditavam. Nos casos de furto e roubo, 23% dos respondentes não procuraram a polícia por falta de confiança, enquanto 12% disseram que “não queriam envolver a polícia”. Nestes últimos casos,

o envolvimento da polícia foi ponderado como algo que envolve um *custo*, tanto do objeto subtraído como aqueles resultantes [do] envolvimento da própria polícia, e tendo em vista uma *necessidade*, que pode ser traduzido como o grau em que conflitos podem ser resolvidos no âmbito social mais próximo, além da *frequência* com que ocorre o delito (Paixão e Beato Filho, 1997, p. 240).

Parece plausível a ideia de que a decisão de chamar a polícia envolva cálculos racionais, por exemplo, em relação ao valor de um objeto furtado e à existência de um seguro para eventuais indenizações. Também condiz com a literatura sobre o assunto a ideia de que o envolvimento da polícia é ponderado pela vítima a partir de uma percepção do que viria a acontecer com o ofensor, o qual em muitos casos está envolvido em complexas redes de relações sociais com a vítima. A vítima pode também pensar que acionar a polícia pode implicá-la criminalmente no incidente que acusa. Estas situações, que podem ser vislumbradas nos dados da PNAD, são consistentes com a tese de que as decisões de chamar a polícia são racionais em seu próprio contexto. A surpresa se deu em relação à questão “não acredita na polícia”. Segundo os autores, era de se esperar que certa cultura cívica, traduzida em algum grau na confiança nas instituições de mediação e dissuasão de conflitos, fosse maior entre as pessoas mais educadas (Paixão e Beato Filho, 1997, p. 242). Contudo, o grupo de respondentes com mais de doze anos de escolaridade é o que mais afirma não confiar na polícia.

2. Segundo a PNAD de 2009, quando o crime em questão foi o roubo, entre aqueles que não procuraram a polícia, 36,4% afirmaram que não acreditavam na polícia e 23,1% alegaram não ser importante procurá-la. Quando se tratou de furto, estes dois motivos foram mencionados, respectivamente, por 23,1% e 24,4% dos entrevistados que não procuraram a polícia.

Não acreditar na polícia, e por isso não a acionar quando um crime está em curso, pode significar desconfiança em relação à conduta ética dos policiais ou, tão somente, descrédito quanto à capacidade da polícia de oferecer o desfecho esperado em um caso específico, como a prisão do autor do fato ou a recuperação do objeto furtado. Cabe aqui a observação de Kääriäinen e Sirén (2011, p. 67) sobre duas formas de se enxergar a confiança nas instituições policiais: uma abordagem instrumental – os cidadãos avaliam a utilidade da instituição policial em atender às suas expectativas e demandas; e uma abordagem procedimental – os cidadãos confiam na polícia, se observam que ela age de maneira justa e ética.

Ainda é preciso distinguir a confiança depositada nas instituições policiais, tomada em sentido lato e geral, da avaliação de desempenho destas instituições. As perguntas realizadas pelo SIPS possibilitam esta diferenciação, que, por sua vez, favorece uma análise mais detalhada sobre os fatores relacionados a uma dada predisposição para se chamar a polícia. Isto é especificado no modelo de análise inserido na próxima seção (figura 2). Além disso, perguntou-se diretamente aos entrevistados a razão pela qual procuraram ou não a polícia. Dos 3.799 entrevistados, 713 recordaram-se de ter sido vítimas de crime nos últimos dez anos e, dessa forma, depararam-se na prática com o dilema de acionar ou não a polícia. Entre eles, 511 afirmaram ter procurado a polícia em decorrência do episódio mais recente de vitimização (tabela 1).

TABELA 1
Motivos pelos quais o entrevistado procurou a polícia, por ocorrência do último crime do qual foi vítima

	Números absolutos	%
Acreditava que a polícia poderia resolver o problema	230	45,0
Precisava do boletim de ocorrência policial	155	30,3
O que aconteceu era grave demais, e por isso tinha que procurar a polícia	53	10,4
Acreditava que era seu dever informar à polícia sobre o crime ocorrido	61	11,9
Outro motivo	12	2,3
Total	511	100,0

Elaboração dos autores.

Note-se que 40,7% dos entrevistados que alegaram ter chamado a polícia apresentaram uma motivação circunstancial, ou seja, relacionada

à natureza ou à relevância do fato ocorrido. O boletim de ocorrência era necessário – provavelmente em razão da necessidade de receber um seguro ou comprovar a perda de um documento – ou o ocorrido era grave demais. Contudo, 56,9% deram um motivo que indica uma *disposição positiva* em relação a chamar a polícia – acreditavam na capacidade da polícia de resolver o problema, ou mesmo tinham certo senso de dever quanto a comunicar o crime.

Outros 202 respondentes disseram não ter procurado a polícia da última vez que sofreram algum crime (tabela 2).

TABELA 2

Motivos pelos quais o entrevistado não procurou a polícia, por ocorrência do último crime do qual foi vítima

	Números absolutos	%
Não tinha provas do que aconteceu	22	10,9
O que aconteceu não era muito importante	51	25,2
Não acreditava que a polícia poderia resolver o problema	84	41,6
Não queria envolver a polícia com medo dos próprios policiais	8	4,0
Não queria envolver a polícia com medo de sofrer ameaças por parte de outras pessoas	16	7,9
Podia resolver o problema por conta própria	7	3,5
Outro motivo	14	6,9
Total	202	100,0

Elaboração dos autores.

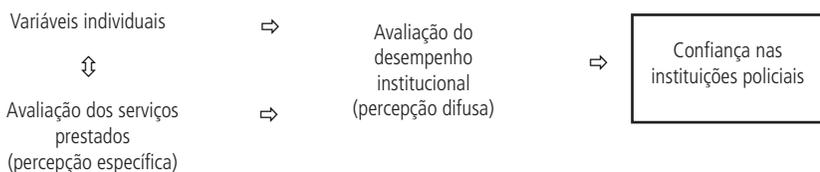
Observa-se que 45,6% dos entrevistados que não procuraram a polícia em função da última situação de vitimização procederam desta forma devido a uma desconfiança direta em relação à polícia: 41,6% não acreditavam que a polícia poderia resolver o problema e 4% tinham medo dos próprios policiais.

3 UM MODELO PARA SE ENTENDEREM AS PERCEPÇÕES EM RELAÇÃO À POLÍCIA E SEU EFEITO SOBRE A PREDISPOSIÇÃO DE CHAMÁ-LA

Em trabalho anterior (Oliveira Junior, 2011), aceitaram-se os pressupostos básicos indicados pela literatura: *i*) as percepções específicas sobre a polícia são de natureza distinta das percepções mais gerais ou difusas; e *ii*) deve-se diferenciar conceitualmente a avaliação do desempenho das instituições

policiais do grau de confiança nelas depositado. A partir destes pressupostos básicos, foi possível configurar um diagrama para entender melhor como se organizam as atitudes da população em relação às instituições policiais, levando-se em conta que a confiança varia de acordo com a avaliação dos indivíduos quanto ao desempenho das polícias, influenciados pelo lugar que ocupam na estrutura social e pela experiência prévia de contato com serviços policiais (figura 1).

FIGURA 1
Forma como estão organizadas as percepções sobre a polícia



Fonte: Oliveira Junior (2011).

A construção da percepção seria, portanto, fortemente determinada pelas informações que um indivíduo adquiriu durante sua vida sobre a polícia e pelas experiências concretas pelas quais passou com esta instituição, de modo que a avaliação sobre a atuação policial é elemento determinante da confiança (Lopes, 2010). Por sua vez, a maneira pela qual os indivíduos processam as informações e as experiências anteriores, de modo a emitir tal avaliação, é provavelmente mediada pela sua posição na estrutura social, marcada por diferenças de gênero, cor, etnia, idade, nível socioeconômico e região de moradia (Frank, Smith e Novak, 2005). Acredita-se que as percepções construídas sobre a polícia, seu desempenho e sua confiabilidade têm influência sobre a decisão de acioná-la a partir de uma predisposição, positiva ou negativa, estabelecida a respeito das instituições policiais (figura 2).

Em suma, trabalha-se com a hipótese de que tal predisposição não consiste em uma variável completamente subjetiva e aleatória. Ela é influenciada por uma série de fatores que ultrapassam o contexto imediato em que ocorre o crime ou fato que ocasiona o dilema de procurar ou não a polícia.

FIGURA 2

Percepções sobre a polícia e seu efeito sobre a predisposição para chamá-la**4 APLICAÇÃO DO MODELO**

Com base nos dados mostrados na seção 2, criou-se a variável *predisposição positiva para chamar a polícia*, agregando-se as respostas “Acreditava que a polícia poderia resolver o problema” e “Acreditava que era meu dever informar à polícia sobre o crime ocorrido” (tabela 1). A variável *predisposição negativa para chamar a polícia* foi criada a partir das respostas “Não acreditava que a polícia poderia resolver o problema” e “Não queria envolver a polícia com medo dos próprios policiais” (tabela 2). As duas foram tomadas como variáveis-resposta nas regressões seguintes (tabela 3), baseadas no modelo de análise proposto neste estudo. Os procedimentos utilizados para se criar um índice para medir a percepção sobre a competência e a qualidade do trabalho policial (variável de avaliação do desempenho institucional) e a confiança nas polícias foram os mesmos de Oliveira Junior (2011).

A hipótese de que a percepção positiva das polícias estaria relacionada a uma predisposição para acioná-las não foi confirmada. Como pode ser observado na tabela 3, os coeficientes do impacto da avaliação de como as polícias desempenham seus serviços e do grau de confiança nelas depositado sobre a predisposição de chamá-las não apresentam valores estatisticamente significativos. Ao contrário do que era esperado, não há evidência, por estes dados, de que a experiência prévia e a informação que têm sobre as polícias orientem de fato os indivíduos a procurá-las em face de situações em que sejam vítimas de crime.

TABELA 3

Predisposição para chamar a polícia (positiva e negativa), explicada pela avaliação do desempenho institucional e pela confiança nas polícias: coeficientes de regressões logísticas

Variáveis	Coeficientes do modelo 1	Exp(B)	Coeficientes do modelo 2	Exp(B)
	Pseudo-R ² = 0,010 Número de observações = 511 Frequência da variável dependente = 291	Razão de chance	Pseudo-R ² = 0,070 Número de observações = 202 Frequência da variável dependente = 92	Razão de chance
Avaliação do desempenho institucional	0,320	1,38	-0,216	0,80
Confiança na polícia	0,048	1,05	-0,914*	0,40
Constante	0,122	1,13	0,266	1,30

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. As variáveis dependentes são: predisposição positiva para chamar a polícia (modelo 1); e predisposição negativa para chamar a polícia (modelo 2).

2. Valores de referência das variáveis independentes: para avaliação do desempenho institucional, 1 = faz uma avaliação positiva do trabalho das polícias, e 0 = faz uma avaliação negativa do trabalho das polícias; para confiança na polícia, 1 = confia nas polícias, e 0 = não confia ou confia muito pouco nas polícias.

3. O asterisco (*) indica impacto significativo no nível de 5%.

A segunda regressão, que testa o efeito da avaliação do desempenho institucional e da confiança nas polícias sobre uma predisposição de evitar chamar a polícia, apresenta um coeficiente estatisticamente significativo. Ou seja, *se de um lado uma percepção social positiva das polícias parece não influenciar a tendência de chamá-la, de outro, uma percepção negativa pode gerar uma tendência de não o fazer*. O entrevistado com um alto índice de confiança na polícia apresenta uma razão de chance 60% menor de ter uma predisposição de não acionar quando da ocorrência de um crime. Se uma imagem positiva da polícia não parece fazer parte da avaliação do cidadão quanto a chamá-la ou não, há indícios de que não se pode dizer o mesmo quando esta imagem é negativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos motivos pelos quais as polícias precisam estar interessadas na avaliação da sociedade sobre a qualidade de seu trabalho é que, em grande medida, este trabalho só é efetivamente reconhecido como um serviço prestado à população nas ocasiões em que é diretamente solicitado pelos cidadãos. Há polícias ostensivas, como as polícias militares e a Polícia Rodoviária Federal, e as polícias com funções “judiciárias”, como as polícias civis e a Polícia Federal. Em seu conjunto, estas organizações desenvolvem uma série de funções, que vão desde rotinas administrativas até complexas

atividades de investigação e de inteligência. Contudo, é principalmente na interação direta com o público que emerge a imagem destas instituições.

Acredita-se que cidadãos insatisfeitos com a polícia têm menor tendência a contatá-la. É possível que percepções negativas da polícia contribuam significativamente para a redução da eficiência da atuação policial. Sem serem acionadas, as polícias deixam de atuar na repressão às atividades criminosas.

Neste trabalho se apresentaram os motivos alegados pelas pessoas para procurarem ou não a polícia. Entre os entrevistados que procuraram a polícia em razão do último crime de que foram vítimas, 56,9% apresentaram uma motivação relacionada a uma predisposição positiva para tal: acreditavam que a polícia seria capaz de resolver o problema ou que informá-la do ocorrido se tratava de um dever. Entre aqueles que não procuraram a polícia, 45,6% disseram não acreditar que a polícia poderia resolver o problema ou declararam até ter medo dos policiais. De acordo com os resultados das regressões utilizadas para testar a hipótese de que tais predisposições estariam relacionadas a uma imagem construída sobre as organizações policiais, obteve-se evidência de que, no caso de esta imagem ser negativa, a chance de uma predisposição a não chamar a polícia é maior. Vale lembrar que uma imagem negativa das polícias está relacionada à percepção dos serviços prestados por elas. Como mostrado em estudo anterior (Oliveira Junior, 2011), negros e pardos, sobretudo os mais jovens, geralmente demonstram uma menor satisfação com o trabalho policial, assim como os mais escolarizados.³

REFERÊNCIAS

FRANK, J.; SMITH, B.; NOVAK, K. Exploring the basis of citizens attitudes toward the police. **Police quarterly**, v. 8, n. 2, p. 206-228, jun. 2005.

GOUDRIAAN, H. *et al.* Reporting to the police in western nations: a theoretical analysis of the effects of social context. **Justice quarterly**, v. 21, n. 4, 2004.

IVKOVIC, S. K. A comparative study of public support for the police. **International criminal justice review**, v. 18, n. 4, p. 406-434, dez. 2008.

3. Este último achado está de acordo com o que foi constatado também por Paixão e Beato Filho (1997).

KÄÄRIÄINEN, J.; SIRÉN, R. Trust in the police, generalized trust and reporting crime. **European journal of criminology**, v. 8, n. 1, p. 65-81, 2011.

LOPES, C. S. **Por que os brasileiros desconfiam da polícia?** Uma análise das causas da desconfiança na instituição policial. *In*: ENCONTRO DA ABCP, 7. Recife: ABCP, 2010. Mimeografado.

OLIVEIRA JUNIOR, A. Confiança e percepção social das polícias. *In*: SCHIAVINATTO, F. (Org.). **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)**. Brasília: Ipea, 2011.

PAIXÃO, A.; BEATO FILHO, C. Crimes, vítimas e policiais. **Tempo social**, v. 9, n. 1, p. 233-348, maio 1997.

REN, L. *et al.* Linking confidence in the police with the performance of the police: community policing can make a difference. **Journal of criminal justice**, v. 33, n. 1, p. 55-66, 2005.

SKOGAN, W. Reporting crime to the police: the status of world research. **Journal of research in crime and delinquency**, v. 21, p. 113-37, 1984.

TARLING, R.; MORRIS, K. Reporting crime to the police. **British journal of criminology**, v. 50, n. 3, p. 474-490, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROWN, B.; BENEDICT, W. R. Perceptions of the police: past findings, methodological issues, conceptual issues and policy implications. **Policing: an international journal of police strategies and management**, v. 25, n. 3, p. 543-580, 2002.

LARSEN, J. E.; BLAIR, J. P. The importance of police performance as a determinant of satisfaction with the police. **American journal of economics and business administration**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2009.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião pública**, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.

TYLER, T. R. Public trust and confidence in legal authorities: what do majority and minority group members want from the law and legal institutions? **Behavioral sciences and the law**, n. 19, 2001.

_____. Enhancing police legitimacy. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 593, n. 1, May 2004.

WHITE, M.; MENKE, B. On assessing the mood of public toward the police: some conceptual issues. **Journal of criminal justice**, v. 10, n. 3, 1982.

PADRÕES DE PERCEPÇÃO SOBRE A DEFESA NACIONAL ENTRE OS BRASILEIROS

Almir de Oliveira Júnior*
Edison Benedito da Silva Filho**
Rodrigo Fracalossi de Moraes**

Com tempo e esforço, os dados podem ser reunidos.
Mas, os dados falam por si mesmos? Algumas
pessoas argumentam que sim, mas infelizmente,
com frequência, os fatos falam tantas línguas
que a confusão de vozes resultante só se torna
compreensível após a sua simplificação e redução a
proporções controláveis.

Hubert M. Blalock Jr.

RESUMO

Este capítulo tem como objetivo apresentar padrões de percepção da população brasileira sobre a defesa nacional e as Forças Armadas. As técnicas de análise fatorial e análise de correspondência são utilizadas para sintetizar os dados coletados a partir de entrevistas aplicadas a uma amostra de abrangência nacional. Conclui-se que as visões dos brasileiros sobre a temática organizam-se em torno de quatro dimensões principais. Primeiro, ao mesmo tempo em que as Forças Armadas são percebidas como recurso para o enfrentamento de problemas sociais ou de infraestrutura, também são vistas como resposta contra certas ameaças, reais ou potenciais, apontadas pelos respondentes. Segundo, as Forças Armadas também são concebidas como uma instituição perene, portadora de um alto grau de confiabilidade. Terceiro, identifica-se a percepção quanto à carência de recursos para o setor. A quarta dimensão, por fim, abrange o temor quanto a uma possível agressão internacional em razão das riquezas naturais do país.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

** Técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

1 INTRODUÇÃO

Desde o final dos anos 1990, o tema da defesa nacional tem estado mais presente nos debates políticos, acadêmicos e econômicos no Brasil. Entre outros eventos/processos que indicam tal fenômeno, citam-se: a criação do Ministério da Defesa, em 1999; a aprovação de uma nova Política de Defesa Nacional (PDN), em 2005 – revisada sob o nome de Política Nacional de Defesa (PND), em 2012; a criação da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), também em 2005; a elaboração da Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008 (revisada em 2012); o processo de elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), concluído em 2012; e as discussões em torno da revitalização da base industrial de defesa brasileira.

Para a formulação de políticas públicas para o setor, nos marcos de um regime democrático e neste novo cenário de valorização do tema pelo governo brasileiro, torna-se imprescindível conhecer a percepção da sociedade brasileira sobre a defesa nacional. Por um lado, isto permite a compreensão dos vínculos entre Estado e sociedade numa área vital para o futuro do país, identificando-se o patamar a partir do qual tais vínculos podem ser aprofundados. Por outro, diversas instituições (públicas ou privadas) podem antecipar possíveis reações da opinião pública a medidas que o governo brasileiro pode vir a realizar, tais como: planejamento/execução de programas de modernização das Forças Armadas; políticas para o serviço militar; emprego das Forças Armadas em atividades não relacionadas diretamente à defesa nacional; envio de militares ao exterior para participação em operações de paz; ampliação da presença das mulheres nas Forças Armadas; apoio à indústria de defesa; aprofundamento das relações bilaterais com determinados países; regulação das atividades de organizações não governamentais (ONGs) estrangeiras atuando no Brasil; aperfeiçoamento de políticas de mobilização nacional; entre outras.

Entretanto, trata-se de trabalho que ainda não encontra presença significativa no Brasil, embora já realizado em diversos outros países. Em países de grande expressão internacional, como Alemanha (Bulmahn, Fiebig e Hilpert, 2011), Estados Unidos (Gallup, 2012) Japão (Japan, 2012) e Reino Unido (United Kingdom, 2013), pesquisas de percepção acerca da defesa nacional são realizadas regularmente. No âmbito da União Europeia (Manigart, 2001) e em países com expressão média ou pequena tais pesquisas também são realizadas, como nos casos de Argentina (Cari, 2011), Bulgária (Yanakiev, 2003), Espanha

(Nuñez, 2010), Hungria (Kiss, 2003), Polônia (Gogolewska, 2003), Peru (IOP, 2007), Romênia (Watts, 2003) e Suíça (Haltiner, 2003).

Nesse sentido, com o objetivo de subsidiar com informações os atores que trabalham com temas ligados à defesa nacional e à segurança internacional no Brasil, sejam estes militares das Forças Armadas, técnicos de governo, parlamentares, acadêmicos, integrantes de organizações da sociedade civil, empresários, entre outros, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) realizou entre os dias 8 e 29 de agosto de 2011 uma pesquisa acerca da percepção da sociedade brasileira sobre o presente e o futuro da defesa nacional. A abrangência assegurada pelo alcance da amostra permitiu a elaboração de um retrato da percepção do brasileiro sobre o tema. Foram aplicadas trinta questões, estruturadas em torno de quatro eixos temáticos: *i*) percepção de ameaças; *ii*) percepção sobre a defesa nacional e as Forças Armadas; *iii*) poder militar do Brasil e inserção internacional; e *iv*) Forças Armadas e sociedade.¹ Foram ouvidas 3.796 pessoas, em todas as Unidades da Federação (UF).²

Neste texto, serão analisadas algumas das dimensões presentes na percepção do brasileiro sobre a defesa nacional a partir do método de *análise fatorial*. Além desta introdução, o trabalho está dividido em mais quatro seções. A segunda seção busca colocar a questão da percepção da população sobre a defesa nacional no contexto do debate acerca de uma supostamente fraca ou ausente “mentalidade de defesa” entre os brasileiros. A terceira seção explica a metodologia adotada para o presente trabalho. A quarta seção analisa os dados obtidos a partir da análise fatorial, explorando as quatro dimensões obtidas na amostra. Por fim, a quinta seção é dedicada às considerações finais.

1. O relatório final da pesquisa está disponível em Oliveira Jr., Silva Filho e Moraes (2011).

2. Nota metodológica: para a pesquisa adotou-se uma abordagem quantitativa cujo método estatístico permitiu determinar por amostragem probabilística, com erro amostral de 5% para o Brasil e regiões e nível de confiança de 95%, o tamanho da amostra de 3.796 domicílios para, assim, aferir a percepção da população sobre o fenômeno em questão. Para tanto, a amostragem foi decomposta em três etapas: *i*) na primeira, houve uma estratificação por regiões, mantendo-se tamanhos amostrais prefixados com margem de erro de 5%. Dentro de cada estrato (região), houve sorteio dos municípios através de amostragem por conglomerados, controlando a distribuição por porte e por UF; *ii*) na segunda etapa, já devidamente definidos os municípios amostrados, houve um sorteio dos domicílios, cujo critério aleatório foi composto por dois estágios, *i*) sorteio do setor censitário e *ii*) arrolamento sistemático dos domicílios; e, por fim, dada a definição prévia dos domicílios, adotou-se a amostragem sistemática das pessoas, cujo questionário era respondido por quem se encontrava presente em cada domicílio.

2 O BRASILEIRO E A DEFESA NACIONAL

Afirmarões de que o brasileiro não se preocupa com a defesa nacional estão presentes em documentos do governo brasileiro, bem como em discursos e textos de autoridades civis e militares. A avaliação predominante é que o brasileiro, frente à ausência de percepção de ameaças oriundas do exterior, estaria “capturado” pelo seu próprio cotidiano. Nesse contexto, a sua preocupação estaria direcionada tão somente para questões que o afetam imediatamente, como problemas relacionados à educação, à saúde, à segurança pública, ao emprego e aos preços de itens de primeira necessidade.

Documentos do governo brasileiro afirmam que modificar essa “mentalidade” é um processo a ser desenvolvido gradualmente, por meio do maior acesso da sociedade civil às informações sobre a defesa nacional e do estímulo à sua participação no debate de temas a ela relacionados. Disso resultaria, em tese, mais atenção às atividades de defesa por parte da população e, conseqüentemente, maior valorização das Forças Armadas e de seus integrantes, bem como a possível garantia de mais recursos para o setor. Na PDN de 2005, por exemplo, afirmava-se que o “desenvolvimento de mentalidade de defesa no seio da sociedade brasileira é fundamental para sensibilizá-la acerca da importância das questões que envolvam ameaças à soberania, aos interesses nacionais e à integridade territorial do País” (Brasil, 2005). Na PND de 2012, afirma-se que o serviço militar obrigatório “contribui para o desenvolvimento da mentalidade de defesa no seio da sociedade brasileira” (Brasil, 2012a). Na END de 2012, consta que se deve “[i]ncrementar a mentalidade de defesa no País” (Brasil, 2012b). No LBDN, define-se como um dos objetivos da defesa nacional “conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País” (Brasil, 2012c). No Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (Pemaer) essa afirmação também está presente, mencionando-se que um dos objetivos do plano é “[i]ntegrar-se permanentemente no desenvolvimento da mentalidade de defesa na sociedade brasileira” (FAB, 2010). O ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim (2011-), e o comandante do Exército Brasileiro, general Enzo Martins Peri (2007-), também expressaram esta posição (Maia, 2009; Brasil, 2011), a qual é igualmente observada em textos, artigos e entrevistas de militares da ativa e da reserva (Fialho, 2006; Costa, 2008; Fico, 2011; Rocha Paiva, 2012), todos destacando uma fraca ou ausente “mentalidade de defesa” na população brasileira.

Pesquisas realizadas no país acerca da percepção sobre os problemas que afligem os brasileiros não colocam para os entrevistados a defesa nacional em listas previamente elaboradas (CNI e Ibope, 2011, p. 11). Existem alguns *surveys* que abordam o tema, mas com questões que abrangem tão somente o grau de confiança nas Forças Armadas, observando-se, ocasionalmente, perguntas relacionadas ao tema em pesquisas que abordam outros assuntos (Ibope, 2005). Trata-se, portanto, de questão julgada *a priori* de pouca importância para a população.

Embora esta posição não deixe necessariamente de ser verdadeira, os dados de uma pesquisa realizada pelo Ipea, no âmbito do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) - Defesa Nacional, sugerem que a questão reveste-se de maior complexidade. Os entrevistados demonstraram relativo conhecimento do tema e foram capazes de se posicionar sobre variados tópicos quando confrontados com as perguntas. Entre outros posicionamentos, os entrevistados destacaram: a importância das Forças Armadas para o país; a aprovação da ampliação de recursos para sua modernização; e seu temor quanto ao destino das riquezas naturais brasileiras (sobretudo do pré-sal e daqueles situados na Amazônia Brasileira).

Com o objetivo de analisar a percepção do brasileiro sobre a defesa, foi realizada uma análise fatorial dos dados coletados na pesquisa, que permitiu identificar as quatro perspectivas (*fatores*) mais proeminentes dessa percepção. Para cada uma atribuiu-se um rótulo que sintetiza o tipo específico da percepção a que se refere, quais sejam: *i) Forças Armadas enquanto fonte de soluções; ii) Forças Armadas enquanto instituição abstrata; iii) carência de recursos para a defesa nacional; e iv) riquezas naturais e cobiça internacional.*

Antes de se analisar estas quatro dimensões, a seção seguinte apresenta os dados e a metodologia utilizados para este trabalho.

3 METODOLOGIA

A fonte de dados utilizada neste estudo é resultado de questionário aplicado em agosto de 2011 a uma amostra representativa da população, com o qual se buscou conhecer a percepção da sociedade brasileira sobre a defesa nacional. A tabela 1 apresenta as características das pessoas entrevistadas, com sua distribuição de acordo com os seguintes critérios: sexo, faixa etária, escolaridade e renda familiar.

TABELA 1
Brasil: distribuição dos entrevistados por características sociodemográficas (2011)

Sexo	Feminino	Masculino				Total (100%) ¹
	1.901 (50,2%)	1.892 (49,8%)	-	-	-	3.793
Idade	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 ou mais	3.787
	569 (15,1%)	793 (20,9%)	774 (20,4%)	687 (18,2%)	964 (25,4%)	
Escolaridade	Fundamental	Médio	Superior			3.793
	1.737 (45,8%)	1.621 (42,7%)	435 (11,5%)	-	-	
Renda familiar ²	Até 2 SMs	2 a 5 SMs	5 a 10 SMs	Acima de 10 SMs		
	1.447 (43,1%)	1.316 (39,2%)	473 (14,1%)	123 (3,7%)	-	3.359

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ A diferença entre o número apresentado e o total de entrevistados (3.796) indica o número de respondentes que não sabia ou optou por não responder a questão.

² Em salários mínimos (SMs), no valor mensal de R\$ 545,00, vigente entre março e dezembro de 2011.

Além das questões diretamente relacionadas à defesa nacional, a pesquisa abordou outros tópicos associados ao tema, tais como: se o respondente já teve a experiência de servir às Forças Armadas; grau de orgulho quanto a ser brasileiro; percepção sobre o grau de abertura e proximidade das Forças Armadas com a sociedade; hipoteticamente, de que forma o respondente contribuiria com o país no caso de uma guerra; percepção sobre a participação de mulheres nas Forças Armadas; percepção sobre a participação de homossexuais nas Forças Armadas; e conhecimento e opinião sobre a Lei da Anistia.

Desse modo, o primeiro desafio metodológico consistiu em selecionar as questões *diretamente* relacionadas à defesa nacional. A percepção da população sobre os seus diferentes aspectos é o objeto de estudo deste trabalho, de maneira que seria inadequado confundi-la com outros fatores, que até mesmo poderiam explicar essas dimensões. Em virtude desses condicionantes, optou-se por realizar uma análise fatorial exploratória, de forma a identificar, dentro de uma ampla gama de variáveis, os padrões de convergência das respostas dos entrevistados, agrupando-os em torno de uma dimensão mais consistente, para se inferir seu posicionamento diante da complexa temática da defesa nacional.

A análise fatorial é uma descrição matemática da ordem e da estrutura de um determinado conjunto de dados multivariados (Hair Jr. *et al.*, 2006). Sua lógica se baseia no pressuposto elementar de que, numa pesquisa

envolvendo diferentes variáveis associadas a um mesmo objeto, existem dimensões subjacentes que determinam a covariação entre elas (Kim e Mueller, 1978, p. 12). Como estas dimensões necessariamente ocorrem em menor quantidade que as variáveis observadas, é possível, por meio de técnicas estatísticas, “reduzir” um conjunto de variáveis correlacionadas a uma variável construída (*fator*) que sintetiza a informação presente nas variáveis originais. Em termos matemáticos, o fator nada mais é, pois, que uma combinação linear das variáveis observadas (Hair Jr. *et al.*, 2006).

Nesse sentido, este método é especialmente útil quando se busca investigar um fenômeno complexo – tal como no caso de uma determinada instituição ou política pública –, em que as variáveis explicativas são geralmente categóricas, pois permitem ao pesquisador combinar diferentes padrões de dados para identificar um padrão comum “oculto” na amostra.³ Por isso, a análise fatorial é comumente utilizada, por exemplo, no campo da psicologia, para se analisar a chamada estrutura “profunda” (subjacente) do pensamento dos indivíduos (Tucker e MacCallum, 1997). Seu emprego também é crescente em outras áreas, sobretudo em pesquisas buscando captar os determinantes da percepção dos indivíduos acerca do impacto de determinadas políticas públicas, da influência de instituições e do desempenho de organizações (Dwyer *et al.*, 2004; WHO, 2008).

A análise fatorial tem por primeiro requisito o isolamento de uma série de variáveis que, por algum suposto conceitual ou teórico, dizem respeito a uma mesma realidade ou fenômeno. Nesse sentido, partiu-se da definição de *defesa* presente na PND, em que se afirma que é “o conjunto de *medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar*, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais *contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas*” (Brasil, 2012a, p. 2, grifo nosso). Tomando-se tal definição como base, foram selecionadas, a partir dos resultados da pesquisa SIPS - Defesa Nacional, variáveis relacionadas às percepções da população sobre: as Forças Armadas; as funções por elas desempenhadas; e possíveis ameaças. Estas variáveis são apresentadas na tabela 2.

3. Para uma discussão mais detalhada acerca dos benefícios e limites da aplicação da análise fatorial nas ciências sociais, ver Figueiredo Filho e Silva Júnior (2010).

TABELA 2
Brasil: distribuição dos entrevistados, por avaliação das Forças Armadas, do seu emprego e da percepção de ameaças (2011)

	Muito ruim	Ruim	Regular	Bom	Muito bom	Total (100%) ¹
1 Avaliação do trabalho das Forças Armadas	64 (1,7%)	166 (4,4%)	892 (24,0%)	2.138 (57,6%)	454 (12,2%)	3.714
2 Avaliação da atuação de ONGs estrangeiras na Amazônia	Muito positiva	Positiva	Nem positiva nem negativa	Negativa	Muito negativa	
	485 (13,1%)	1.834 (49,7%)	653 (17,7%)	571 (15,5%)	146 (4,0%)	3.689
3 Confiança nas Forças Armadas	Nenhuma	Pouca	Razoável	Muita	Total	
	145 (3,8%)	531 (14,0%)	1.227 (32,4%)	1.322 (34,9%)	559 (14,8%)	3.784
4 Crença em futura agressão em função de interesses na Amazônia	683 (18,4%)	474 (12,8%)	649 (17,5%)	1.158 (31,2%)	742 (20,0%)	3.706
5 Crença em futura agressão em função de interesses no pré-sal	779 (21,1%)	527 (14,3%)	667 (18,1%)	1.057 (28,6%)	662 (17,9%)	3.692
6 Avaliação dos equipamentos militares do país	Muito bons	Bons	Regulares	Ruins	Muito ruins	
	273 (7,5%)	1.555 (43,0%)	1.097 (30,3%)	482 (13,3%)	212 (5,9%)	3.619
7 Os gastos para a aquisição de equipamentos militares devem...	Diminuir muito	Diminuir razoavelmente	Permanecer como estão	Aumentar razoavelmente	Aumentar muito	
	47 (1,3%)	115 (3,1%)	871 (23,6%)	1.568 (42,4%)	1.095 (29,6%)	3.696
8 Importância das Forças Armadas	Não são importantes	Só em caso de guerra	Na guerra e na paz	-	-	
	148 (3,9%)	498 (13,2%)	3.119 (82,8%)	-	-	3.765
9 Apoio à indústria de defesa é importante	Não	Sim	Sim, e deve ser nacional	-	-	
	381 (10,2%)	1.433 (38,3%)	1.923 (51,5%)	-	-	3.737
10 Conflitos em países vizinhos podem afetar o Brasil	1.591 (43,4%)	2.073 (56,6%)	-	-	-	3.664
11 Prestar assistência à população é função das Forças Armadas ²	1.906 (50,3%)	1.886 (49,7%)	-	-	-	3.792
12 Construir estradas, ferrovias etc ²	2.997 (79,0%)	795 (21,0%)	-	-	-	3.792
13 Defender o país em caso de guerra ²	1.691 (44,6%)	2.101 (55,4%)	-	-	-	3.792
14 Participar de missões de paz ²	2.501 (66,0%)	1.291 (34,0%)	-	-	-	3.792
15 Combater o terrorismo ²	2.173 (57,3%)	1.619 (42,7%)	-	-	-	3.792
16 Combater a criminalidade ²	1.588 (41,9%)	2.204 (58,1%)	-	-	-	3.792

(Continua)

(Continuação)					
17	Guerra com um país vizinho é ameaça ³	2.535 (67,0%)	1.251 (33,0%)	-	3.786
18	Guerra com uma potência estrangeira ³	2.469 (65,2%)	1.317 (34,8%)	-	3.786
19	Crime organizado ³	1.732 (45,7%)	2.054 (54,3%)	-	3.786
20	Desastres ambientais e climáticos ³	2.322 (61,3%)	1.464 (38,7%)	-	3.786
21	Terrorismo ³	2.666 (70,4%)	1.120 (29,6%)	-	3.786
22	Epidemias ³	2.631 (69,5%)	1.155 (30,5%)	-	3.786

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ A diferença entre o número apresentado e o total de entrevistados (3.796) indica o número de respondentes que não sabia ou optou por não responder a questão.

² Itens que poderiam ser considerados ou não como *funções* das Forças Armadas.

³ Itens que poderiam ser considerados ou não como *ameaças* ao país.

Há, na verdade, diferentes possibilidades de análise dos dados apresentados. Por um lado, pode-se estudar cada uma dessas 22 variáveis de forma isolada. No entanto, tal análise estaria limitada a resultados muito específicos, vedando a possibilidade de conclusões mais convincentes a respeito dos diferentes tipos ou dimensões da percepção dos brasileiros sobre a defesa nacional. Por outro lado, a hipótese de que esse conjunto de variáveis se enquadre em uma escala unidimensional não passa de uma hipótese vaga. Isso significa que trabalhar com um modelo aritmético, com a soma simples dos valores de certas variáveis, no intuito de construir uma espécie de índice, seria uma opção subjetiva e aleatória.

Assim, o mais adequado é buscar o que estas variáveis podem dizer sobre *padrões* de atitudes. Para isso, é necessário que as mesmas estejam relacionadas.

A tabela 3 revela, claramente, dois conjuntos de variáveis. Primeiro, há um grande número de correlações entre as de 1 a 10, referentes, principalmente, a vários itens de avaliação das Forças Armadas. Segundo, as de 11 a 22, referentes à percepção quanto às funções das Forças Armadas e às ameaças, apresentam-se quase que totalmente correlacionadas.

Essa análise preliminar já elucida alguns pontos:

- os entrevistados apresentaram coerência ao avaliarem as Forças Armadas; por exemplo, há uma correlação positiva entre a confiança e a avaliação do trabalho das Forças Armadas (variáveis 1 e 3); e
- boa parte dos entrevistados consegue relacionar as funções das Forças Armadas – tal como percebidas – a fatores por eles identificados como ameaças (correlações entre as variáveis de 11 a 22).

O mais importante é que o resultado da matriz de correlações permite proceder à análise fatorial, uma vez que, das 211 correlações possíveis entre o total de 22 variáveis em questão, foram encontradas 103 com significância estatística (49% de todas as combinações possíveis). Se as respostas estão correlacionadas, é possível detectar padrões. Ou seja, tem-se um conjunto de dados para o qual a análise fatorial é promissora, permitindo a redução e maior objetivação dos dados.

TABELA 3
Brasil: matriz de correlações entre as variáveis de avaliação das Forças Armadas, do seu emprego e da percepção de ameaças (2011)

2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
1	-0,11	0,01	0,01	-0,18	0,06	0,06	0,06	0,01	-0,02	-0,03	-0,03	-0,03	-0,05	-0,01	-0,02	-0,02	0,01	-0,03	0,01	0,01
2		0,02	0,00	0,21	0,00	0,01	-0,02	0,06	0,02	0,03	0,02	0,03	0,02	0,01	0,01	-0,01	-0,01	0,00	0,05	0,04
3		0,00	0,00	-0,18	0,10	0,06	0,11	-0,04	-0,01	-0,01	0,04	-0,01	-0,01	0,00	0,00	0,00	-0,02	-0,01	0,00	-0,01
4			0,69	0,06	0,10	-0,04	0,06	0,14	0,01	0,04	0,03	0,02	0,02	-0,02	0,03	0,00	0,02	0,01	0,01	0,01
5				0,02	0,10	-0,04	0,07	0,13	0,00	0,03	0,02	0,01	0,02	-0,03	0,03	0,00	0,00	0,01	0,02	0,00
6					0,10	0,04	-0,02	0,12	0,02	-0,01	-0,02	0,02	0,01	0,00	-0,01	0,01	-0,01	0,01	0,00	0,02
7						0,06	0,16	0,07	-0,02	0,02	0,00	0,01	0,05	0,00	0,02	0,01	-0,01	-0,02	-0,01	-0,01
8							0,03	0,05	0,03	-0,03	-0,02	0,00	0,00	0,00	0,01	-0,02	-0,01	0,00	-0,02	0,01
9								0,08	0,01	-0,01	-0,03	0,01	-0,02	0,01	0,00	0,00	-0,01	-0,01	0,02	0,01
10									0,02	0,01	0,01	-0,01	0,01	0,01	-0,02	0,05	0,00	-0,01	0,01	0,00
11										0,28	0,18	0,37	0,15	0,14	0,07	0,13	0,15	0,28	0,18	0,25
12											0,23	0,37	0,31	0,22	0,14	0,13	0,16	0,20	0,23	0,24
13												0,28	0,20	0,09	0,17	0,11	0,12	0,17	0,13	0,18
14													0,25	0,19	0,14	0,15	0,14	0,25	0,23	0,30
15														0,07	0,16	0,17	0,09	0,11	0,18	0,15
16															0,06	0,11	0,21	0,19	0,19	0,22
17																0,17	0,03	0,11	0,20	0,14
18																	-0,01	0,15	0,21	0,16
19																		0,12	0,17	0,18
20																			0,21	0,34
21																				0,30

Elaboração dos autores.

Obs.: Disposição das variáveis de acordo com a numeração da tabela 2. Os coeficientes em negrito apresentam significância no nível 5%.

O próximo passo é obter fatores que expliquem tais correlações a partir das combinações empíricas descritas na matriz anteriormente citada. Para isso, o *software* Statistical Package for Social Scientists (SPSS) gera determinadas variáveis artificiais, denominadas *componentes principais*, ou simplesmente *fatores*. Em vez de comparar todos esses coeficientes de correlação para descobrir padrões, o programa fornece uma tabela na qual estão estimados os valores que explicam, com mais eficiência, a maior quantidade de variância entre os dados.

A seguir, na tabela 4, pode-se observar que apenas quatro fatores gerados já são suficientes para resumir os dados originalmente descritos em 22 variáveis.

TABELA 4

Brasil: análise fatorial com variáveis de avaliação das Forças Armadas, do seu emprego e da percepção de ameaças – matriz de componentes principais (2011)

		1	2	3	4
1	Avaliação do trabalho das Forças Armadas	-0,08	0,53	-0,01	0,12
2	Avaliação da atuação de ONGs estrangeiras na Amazônia	0,03	-0,08	0,03	-0,01
3	Confiança nas Forças Armadas	0,03	0,96	0,01	0,05
4	Crença em futura agressão militar em função de interesses na Amazônia	0,02	-0,02	0,97	0,04
5	Crença em futura agressão militar em função de interesses no pré-sal	0,02	-0,01	0,49	0,08
6	Avaliação dos equipamentos militares do país	-0,01	-0,15	0,04	0,01
7	Opinião sobre os gastos para a aquisição de equipamentos militares	0,03	0,02	0,06	0,97
8	Importância das Forças Armadas	-0,01	0,09	-0,04	0,07
9	Importância do apoio à indústria de defesa	-0,01	0,12	0,02	0,32
10	Se conflitos em países vizinhos podem afetar o Brasil	0,00	-0,03	0,13	0,10
11	Prestar assistência à população é função das Forças Armadas ¹	0,58	-0,02	-0,01	-0,04
12	Construir estradas, ferrovias etc. ¹	0,58	-0,03	0,01	0,01
13	Defender o país em caso de guerra ¹	0,48	0,02	0,03	-0,01
14	Participar de missões de paz ¹	0,65	-0,01	0,00	-0,01
15	Combater o terrorismo ¹	0,47	-0,03	0,01	0,07
16	Combater a criminalidade ¹	0,43	0,00	-0,02	-0,01
17	Guerra com um país vizinho é ameaça ²	0,35	-0,01	0,02	0,04
18	Guerra com uma potência estrangeira ²	0,36	-0,02	-0,01	0,02
19	Crime organizado ²	0,37	-0,03	0,02	-0,02
20	Desastres ambientais e climáticos ²	0,55	-0,02	0,00	-0,04
21	Terrorismo ²	0,51	0,02	-0,01	-0,01
22	Epidemias ²	0,57	0,00	0,00	-0,02

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Itens que poderiam ser considerados ou não como *funções* das Forças Armadas.

² Itens que poderiam ser considerados ou não como *ameaças* ao país.

Obs.: Os coeficientes acima de 0,3 aparecem em negrito.

4 IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES E ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA

Os valores distribuídos nas colunas da tabela 4 demonstram como os fatores, gerados por estimativas de cargas comuns entre as variáveis, se correlacionam com cada variável particular. São coeficientes que variam de 0 a 1, sendo que aqueles acima de 0,3 foram considerados altos. Desse modo, o fator 1 engloba várias percepções sobre as funções das Forças Armadas, juntamente com a identificação de vários tipos de ameaças. Da mesma forma, *avaliação do trabalho das Forças Armadas e confiança nas Forças Armadas* são componentes de outro padrão de respostas, compondo o fator 2. Por sua vez, o fator 3 abrange percepções sobre gastos para aquisição de equipamentos militares e políticas governamentais de apoio à indústria de defesa. Por fim, a variável *crença em futura agressão militar em função de interesses na Amazônia* é altamente representativa do fator 4 (já que o seu índice para esse fator é 0,97); outra variável que se inclui nesse mesmo fator, podendo ser definida como mais um aspecto do mesmo tipo de percepção, é *crença em futura agressão militar em função de interesses no pré-sal* (com coeficiente igual a 0,49).

A análise fatorial revela ainda que as variáveis 2 (*avaliação da atuação de ONGs estrangeiras na Amazônia*), 6 (*avaliação dos equipamentos militares do país*), 8 (*importância das Forças Armadas*) e 10 (*se conflitos em países vizinhos podem afetar o Brasil*) não formam padrões estruturados de respostas. Isso ocorre não porque não existam associações com outras questões específicas, mas porque estas correlações são muito fracas (tabela 3), de modo que desaparecem na análise fatorial. A variância singular das variáveis 2, 6 e 8 provavelmente se explica por corresponderem a opiniões muito gerais ou, no caso específico das ONGs, mais distantes da temática da defesa e segurança. Também é possível que essas questões façam referência a temas de muito pouco conhecimento da população, a exemplo da variável 10, que envolve a capacidade de relacionar conflitos em países vizinhos com possíveis consequências internas. Assim, é grande a chance de que o elevado grau de complexidade da questão tenha induzido a ausência de qualquer padrão de respostas consistente.

Uma vez identificados os fatores pertinentes ao estudo em questão, o próximo passo consiste em analisar as variáveis que compõem cada um deles em seu conjunto, buscando compreender a coerência entre elas, a fim de encontrar um sentido no padrão de respostas dadas pelos entrevistados.

Nas subseções a seguir, esta análise será desenvolvida para cada fator separadamente, verificando-se a coerência das variáveis inter-relacionadas e possíveis explicações para a emergência dessas correlações. Também será proposta uma nomenclatura para os fatores que melhor expressam o fenômeno social por eles captado.

4.1 O fator 1: Forças Armadas enquanto fonte de soluções

Quando se analisa o fator 1, tem-se *participar de missões de paz* com coeficiente igual a 0,65, o que demonstra alta adequação da variável ao fator. *Prestar assistência à população e construir estradas, ferrovias etc.* como funções das Forças Armadas enquadram-se dentro do mesmo fator, com coeficiente igual a 0,58. Além desses dois aspectos, vários outros são citados pelos respondentes como funções das Forças Armadas. De fato, constatou-se que uma parcela dos entrevistados apresenta a tendência de reconhecer diversos tipos de atividades como próprias da atuação dos militares.

Ainda deve ser considerado que, de forma correlata na amostra, a identificação de uma lista de funções para as Forças Armadas está associada a vários tipos de ameaças, como: a possibilidade de epidemias e desastres ambientais/climáticos; a atuação do crime organizado; e uma possível guerra com alguma potência estrangeira ou um país vizinho.

Assim, para um contingente da população existe um conjunto de funções das Forças Armadas que estão associadas a uma série de problemas e ameaças, reais ou potenciais. Isso representa a descoberta de um primeiro padrão da percepção dos brasileiros relacionada à defesa nacional, em que as Forças Armadas são enxergadas como fonte de soluções para certos problemas, abrangendo tanto o enfrentamento de possíveis ameaças quanto a execução de atividades subsidiárias à sua principal missão constitucional.

A identificação de uma gama de elementos tão díspares como funções das Forças Armadas poderia sugerir, a princípio, ausência de uma opinião consolidada por parte dos entrevistados quanto ao papel a ser desempenhado pelos militares. Contudo, uma vez que, ao longo da história do Brasil, as Forças Armadas (sobretudo, o Exército) tiveram participação destacada no planejamento e execução de diversas políticas públicas, é esperado que essas iniciativas sejam comumente consideradas parte necessária da atividade dos militares.

4.2 O fator 2: Forças Armadas enquanto instituição abstrata

Outra das dimensões resultantes da análise fatorial abrange entrevistados que apresentam grau de confiança elevado nas Forças Armadas (coeficiente de 0,96 no fator) e avaliam de forma positiva o trabalho por estas desempenhado (coeficiente igual a 0,53). Denomina-se esta dimensão *Forças Armadas enquanto instituição abstrata* por se tratar da imagem dos entrevistados sobre a instituição em sentido amplo, não implicando, necessariamente, a avaliação de funções específicas desempenhadas por seus membros.

A distinção entre a confiança com base na opinião (subjéctiva) sobre as Forças Armadas e na avaliação (objectiva) de seu trabalho é necessária porque, embora constituam parte da estrutura governamental, os militares ainda ocupam uma posição em algum grau apartada do restante da sociedade, mesmo nos regimes democráticos. Eles orientam-se por valores e hábitos distintos, que se refletem numa identidade própria, imediatamente reconhecida perante a sociedade civil. Esse reconhecimento permite a manutenção de uma relação de confiança nas Forças Armadas com base na personificação, por parte destas, do papel de guardião do ideário nacionalista e de alguns dos principais bens públicos providos pelo Estado, tais como *lei e ordem* e *soberania nacional*. No caso de países onde os militares tiveram uma participação política mais incisiva ou mesmo exerceram o poder governamental – a exemplo do Brasil –, a confiança também se encontra associada ao sucesso (ou fracasso) em se atingir outros objectivos, tais como o progresso económico e social, bem como ao custo humano e material de suas políticas.

Não obstante, o que se observou por meio da análise fatorial é que a confiança (subjéctiva) e a avaliação do trabalho (supostamente objectiva) estiveram associadas em um mesmo fator. Assim, é possível inferir que, neste caso, não apenas a confiança, mas também a avaliação do trabalho das Forças Armadas de forma geral (sem considerar as suas funções específicas) deriva de uma concepção subjéctiva dos entrevistados em relação à instituição.

4.3 O fator 3: carência de recursos para a defesa nacional

Este fator relaciona-se a uma preocupação acerca das necessidades de investimento nas Forças Armadas, associada a uma debilidade da indústria de defesa nacional em atender às exigências de equipamento destas forças. Trata-se, pois, de uma dimensão *económica* da defesa nacional, fator ao

qual, para efeito desta pesquisa, denomina-se *carência de recursos para a defesa nacional*.

Para os indivíduos deste grupo a necessidade de aumento dos gastos públicos destinados às Forças Armadas se soma ao interesse de que as empresas que produzem equipamentos militares no país sejam apoiadas pelo governo. A correlação destas variáveis sugere uma preocupação por parte desses entrevistados de que a destinação dos recursos para reequipamento das Forças beneficie empresas instaladas em território nacional.

Embora, a princípio, o fator da “carência de recursos” seja de natureza econômica, ele também reflete, em algum grau, a influência das instituições que conformaram a política do país no passado recente. Nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil alcançou um papel de relativo destaque no mercado internacional de armamentos, exportando equipamentos para diversos países do mundo, em especial no Oriente Médio e no Norte da África. A maior visibilidade da indústria de defesa do país se deu justamente no contexto do regime militar, que capitalizava ganhos econômicos e políticos, privilegiando o desenvolvimento tecnológico autônomo e o emprego de material bélico produzido nacionalmente (Conca, 1997; Dagnino, 2010). Nesse sentido, é possível supor que parte relevante desse fator seja explicada pela memória dos entrevistados em relação ao passado exitoso da indústria bélica nacional.

4.4 O fator 4: riquezas naturais e cobiça internacional

Uma quarta dimensão abrange os entrevistados que apresentaram preocupação com possíveis ameaças sobre os recursos naturais da Amazônia Brasileira e as reservas do pré-sal, com coeficientes, respectivamente, de 0,97 e 0,49. Este grupo foi denominado *riquezas naturais e cobiça internacional*.

Em relação à Amazônia, os entrevistados externaram a percepção de que a região, com todas as suas riquezas naturais, é vulnerável, possivelmente em razão da fraca presença do Estado. Esta impressão ecoa um amplo conjunto de trabalhos que destacam a cobiça estrangeira sobre a região, como os de Reis (1982), Becker (2004) e Gama e Silva (2008).⁴ Estes autores, apesar de possuírem diversas origens e filiações ideológicas ou teóricas, expressam posições semelhantes, sendo a questão da “cobiça sobre

4. Para uma análise sistematizada acerca da percepção de militares sobre a Amazônia, ver Marques (2007).

a Amazônia”, portanto, um tema que une integrantes de diversos segmentos da sociedade brasileira.

A esta percepção foi somada, em período recente, a da possível ameaça estrangeira sobre as riquezas situadas na camada do pré-sal, destacando-se, para tanto, a metáfora-conceito “Amazônia Azul”, criada em 2004 pelo almirante Roberto Guimarães Carvalho, ex-comandante da Marinha do Brasil (Assad, 2010). Esta “Amazônia”, tão vasta e rica quanto a “Amazônia Verde”, estaria igualmente desguarnecida frente à cobiça internacional, como se observa em Vidigal e Boavista (2006), Silva *et al.* (2009), Caroli (2010) e Marinha do Brasil (s.d.).

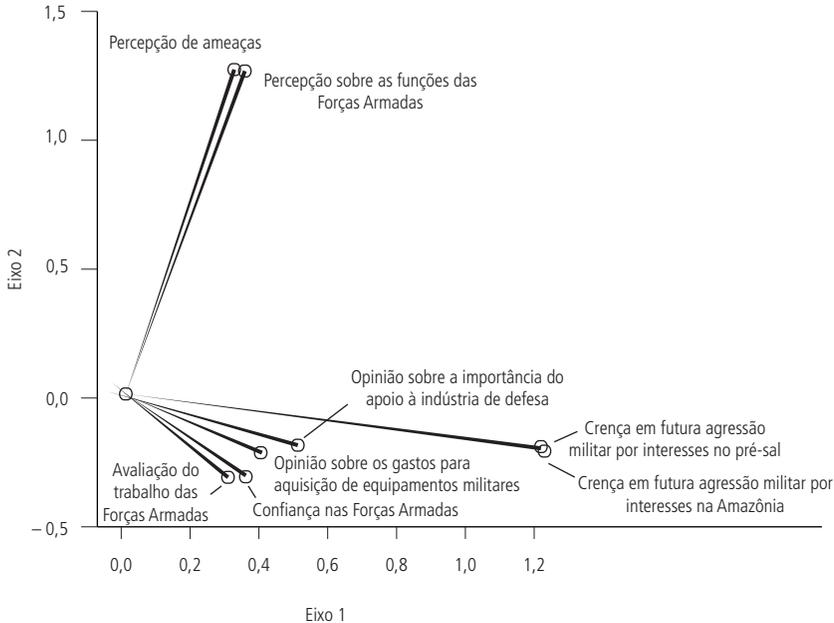
4.5 Análise de correspondência: “distância” entre as diferentes dimensões

Qual a relação entre essas diferentes dimensões da visão dos brasileiros sobre os aspectos das Forças Armadas e da defesa abordados na pesquisa? A utilização da análise de correspondência permite uma visualização gráfica da “distância” entre elas, demonstrada no gráfico 1 (gerado pelo SPSS). Ou seja, entre os padrões encontrados pela análise fatorial, pode-se identificar aqueles que são mais próximos entre os respondentes, distinguindo-se os tipos de percepção que realmente se destacam.

Como primeiro fator identificado, a “percepção de ameaças” e a “percepção sobre as funções das Forças Armadas” apresentam grande distância dos demais padrões de percepção, como visualizado no gráfico 1. Isso significa que se trata da dimensão que pode ser considerada como “divisora de águas” no conjunto de percepções da população. É o padrão mais claro de respostas, demonstrando que um conjunto considerável de respondentes consegue reconhecer tarefas para as Forças Armadas, assim como problemas para os quais essas atividades devem estar direcionadas. É necessário retirar as variáveis dessa dimensão do modelo, de modo que as distâncias entre os outros tipos de percepção possam ficar mais nítidas, uma vez que são ofuscadas quando se considera a distância entre elas e a distância para com o fator 1. Este procedimento aparece no gráfico 2.

GRÁFICO 1

Brasil: análise de correspondência com variáveis de avaliação das Forças Armadas, do seu emprego e da percepção de ameaças (2011)



Fonte: SIPS – Defesa Nacional (2011).

Elaboração dos autores.

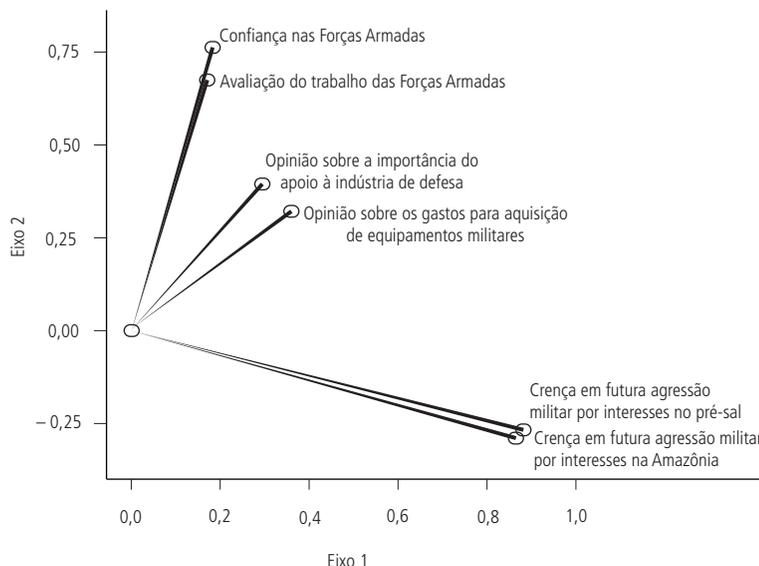
Obs.: 1. As variáveis 11-16 e 17-22 foram agrupadas, respectivamente, com os rótulos de *percepção sobre as funções das Forças Armadas* e *percepção de ameaças*, substituindo as variáveis originais na análise de correspondência. Essa operação permitiu uma simplificação, traduzida no gráfico 1. Devido à análise fatorial, essas variáveis se referem a uma mesma dimensão, que associa a existência e as funções das Forças Armadas a um conjunto de questões que podem significar perigo à população e ao país.

2. Dimensões plotadas sem normalização.

As diferenças entre o fator 2 (*confiança nas Forças Armadas enquanto instituição abstrata*), o fator 3 (*carência de recursos para a defesa nacional*) e o fator 4 (*riquezas naturais e cobiça internacional*) se tornam mais claras no gráfico 2, bem como a proximidade entre as variáveis que formam cada uma dessas dimensões, as quais também devem ser consideradas como relevantes na percepção da defesa para os brasileiros.

GRÁFICO 2

Brasil: análise de correspondência com variáveis de avaliação das Forças Armadas – excluídas suas funções – e da crença na possibilidade de agressão militar em razão de interesses na Amazônia ou no pré-sal – excluídas outras ameaças (2011)



Fonte: SIPs – Defesa Nacional (2011).

Elaboração dos autores.

Obs.: Dimensões plotadas com normalização pela variável principal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises fatorial e de correspondência mostraram que algumas questões sobre as Forças Armadas e a defesa nacional confluem para a formação de padrões ou dimensões de percepção, que se distinguem nitidamente entre si. Contudo, isso não ocorre com todas as variáveis levantadas na pesquisa. Desse modo, foram focadas neste estudo quatro padrões que se destacam na percepção dos brasileiros em relação ao tema da defesa nacional. São eles: *i*) Forças Armadas enquanto fonte de soluções; *ii*) Forças Armadas enquanto instituição abstrata; *iii*) carência de recursos para a defesa nacional; e *iv*) riquezas naturais e cobiça internacional. Para todos esses fatores, verificou-se um padrão consistente de apontamentos, que denota a existência de percepções razoavelmente consolidadas sobre determinadas dimensões da defesa nacional, ensejando a atenção por parte dos formuladores desta política pública no sentido de aprimorar seu desenvolvimento e efetividade.

É cabível o questionamento quanto aos critérios utilizados pelos entrevistados para o apontamento das funções das Forças Armadas e a associação

que eles fizeram com determinados problemas ou ameaças percebidas, uma vez que se trata de elementos bastante distintos. Contudo, avalia-se que há sentido na indicação de certas atividades como funções dos militares – tais como o combate à criminalidade, a prestação de assistência à população e a construção de obras de infraestrutura –, sobretudo no caso do Brasil, onde se verifica enorme carência na efetividade das políticas públicas. Em casos de ameaças consideradas relevantes pelos respondentes – como desastres ambientais/climáticos, epidemias e guerras –, o apoio direto à população e a manutenção da infraestrutura do país seriam atividades que necessariamente deveriam ser assumidas pelos militares, ainda que não exclusivamente.

Um passo seguinte, a ser realizado em estudos futuros, consiste em relacionar os fatores apontados neste trabalho com os perfis socioeconômicos e regionais da população, de modo a captar novos elementos que permitam aprofundar a compreensão acerca da percepção da população brasileira sobre o tema da defesa nacional.

REFERÊNCIAS

ASSAD, L. Uma Amazônia pintada de azul. **Ciência e cultura**, São Paulo, v. 62, n. 3, 2010. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v62n3/a19v62n3.pdf>>.

BECKER, B. K. Limitações ao exercício da soberania na região Amazônica. *In*: BRASIL. Gabinete de Segurança Institucional. **Ciclo de estudos sobre a Amazônia**. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais-1/catalogo/orgao-essenciais/gabinete-de-seguranca-institucional/secretaria-de-acompanhamento-de-estudos-institucionais/ciclo-de-estudos-da-amazonia/download>>.

BRASIL. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>.

_____. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2012a. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>>.

COSTA, F. S. **A influência da opinião pública nas atividades do Exército**. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos do Exército, 2008. Disponível em: <<http://www.eme.eb.mil.br/ceex/public/arquivos/artigos/18AinfluenciadaOpinioPublicanasAtividadesdoExercito.pdf>>.

DAGNINO, R. **A indústria de defesa no governo Lula**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 237 p.

DWYER, A. *et al.* Quantifying social vulnerability: a methodology for identifying those at risk to natural hazards. **Geoscience Australia**, n. 14, 2004. (Record). Disponível em: <<http://www.earthbyte.org/people/patrice/Teaching/Geos-2111GIS/Ref/GA4267-IdentifyingRisks.pdf>>.

FAB – FORÇA AÉREA BRASILEIRA. Comando da Aeronáutica. **Plano Estratégico Militar da Aeronáutica: 2010-2031**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/portal/docs/pemaer.pdf>>.

FIALHO, I. Mentalidade de defesa no Brasil. **Ideias em destaque**, Rio de Janeiro, n. 20, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.incaer.aer.mil.br/ideias_20.pdf>.

FICO, C. A. C. R. **O Livro Branco da Defesa e a sua importância para as Forças Armadas**. 2011. 76 p. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.esg.br/uploads/2012/03/FICOCarlos.pdf>>.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J. A. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opinião pública**, v. 16, n. 1, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762010000100007&script=sci_arttext>.

GALLUP. **Military and national defense**. Washington: Gallup, 2012. Disponível em: <<http://www.gallup.com/poll/1666/military-national-defense.aspx>>.

GAMA, E.; SILVA, R. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/diversos/Artigos_selecionados/Documentos/Amazoniaeacobicainternacional.pdf>.

GOGOLEWSKA, A. Public image of security, defence and military in Poland. *In: VLACHOVÁ, M. (Ed.). **Public image of security defence and the military in Europe***. Belgrade: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces; Centre for Civil-Military Relations, 2003. Disponível em: <http://www.bezbednost.org/upload/document/predstave_javnosti_o_odbrani_i_vojsci_u_centralnoj.pdf>.

HAIR JR., J. F. *et al.* **Multivariate data analysis**. 6. ed. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2006.

HALTNER, K. Tradition as a political value: the public image of security, defense and military in Switzerland. *In: VLACHOVÁ, M. (Ed.). **Public image of security defence and the military in Europe***. Belgrade: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces; Centre for Civil-Military Relations, 2003. Disponível em: <http://www.bezbednost.org/upload/document/predstave_javnosti_o_odbrani_i_vojsci_u_centralnoj.pdf>.

IBOPE – INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de opinião pública**: Rencas (Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres). Brasília, abr. 2005. Disponível em: <http://www4.ibope.com.br/opiniao_publica/downloads/opp028_rencas_mai05.pdf>.

IOP – INSTITUTO DE OPINIÓN PÚBLICA. **Fuerzas armadas y opinión pública**. Lima: PUCP, ano 2, sept. 2007. Disponível em: <<http://blog.pucp.edu.pe/media/483/20070926-2007%20Setiembre%20Fuerzas%20Armadas.pdf>>.

JAPAN. Ministry of Defence. **Outline of “public opinion survey on the Self-Defense Forces (SDF) and defense issues”**. Tokyo, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.mod.go.jp/e/d_act/others/pdf/public_opinion.pdf>.

KIM, J.; MUELLER, C. W. **Factor analysis**: statistical methods and practical issues. Beverly Hills, CA: Sage, 1978.

KISS, Z. L. Changes of the Hungarian public opinion on security, defence and the military. *In: VLACHOVÁ, M. (Ed.). **Public image of security defence and the military in Europe***. Belgrade: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces; Centre for Civil-Military Relations, 2003. Disponível em: <http://www.bezbednost.org/upload/document/predstave_javnosti_o_odbrani_i_vojsci_u_centralnoj.pdf>.

MAIA, P. F. **Comandante do Exército sugere criação de mentalidade de defesa nacional**. Rio de Janeiro: ADESG Nacional, 30 maio 2009. Disponível em: <<http://adesg-an.blogspot.com.br/2009/08/comandante-do-exercito-sugere-criacao.html>>.

MANIGART, P. **Public opinion and European defense**. Brussels, 2001. Disponível em: <http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_146_en.pdf>.

MARINHA DO BRASIL. **A Amazônia azul**: o patrimônio brasileiro no mar. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/menu_h/noticias/petroleo/patrimonio_brasileiro.htm>.

MARQUES, A. A. **Amazônia**: pensamento e presença militar. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-30112007-153256/publico/TESE_ADRIANA_APARECIDA_MARQUES.pdf>.

NUÑEZ, N. M. Apoyo público a operaciones militares: factores clave. **Cuadernos de estrategia**, Madrid, n. 148, agosto 2010. Disponível em: <http://www.portalcultura.mde.es/Galerias/publicaciones/fichero/CE_148.pdf>.

OLIVEIRA JUNIOR, A.; SILVA FILHO, E. B.; MORAES, R. F. **Sistema de indicadores de percepção social**: defesa nacional. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120417_sips_defesanacional.pdf>.

REIS, A. C. F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Suframa, 1982.

ROCHA PAIVA, L. E. O presente e o futuro da dissuasão brasileira. *In*: SILVA FILHO, E. B.; MORAES, R. F. (Org.). **Defesa nacional para o século XXI**: política internacional, estratégia e tecnologia militar. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_defesa_nacional_secxxi.pdf>.

SILVA, E. D. *et al.* Amazônia azul: uma realidade geopolítica brasileira. **Revista eletrônica tempo presente**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 33, 2009. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5210:amazonia-azul-uma-realidade-geopolitica-brasileira&catid=38&Itemid=127>.

TUCKER, L. R.; MACCALLUM, R. **Exploratory factor analysis**. 1997. (Manuscrito não publicado). Disponível em: <<http://www.unc.edu/~rcm/book/factor.pdf>>.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defence. **MOD and armed forces reputation survey**. London, 2013. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/public-opinion-surveys>>.

VIDIGAL, A. A. F.; BOAVISTA, M. (Org.). **Amazônia azul: o mar que nos pertence**. São Paulo: Record, 2006. 310 p.

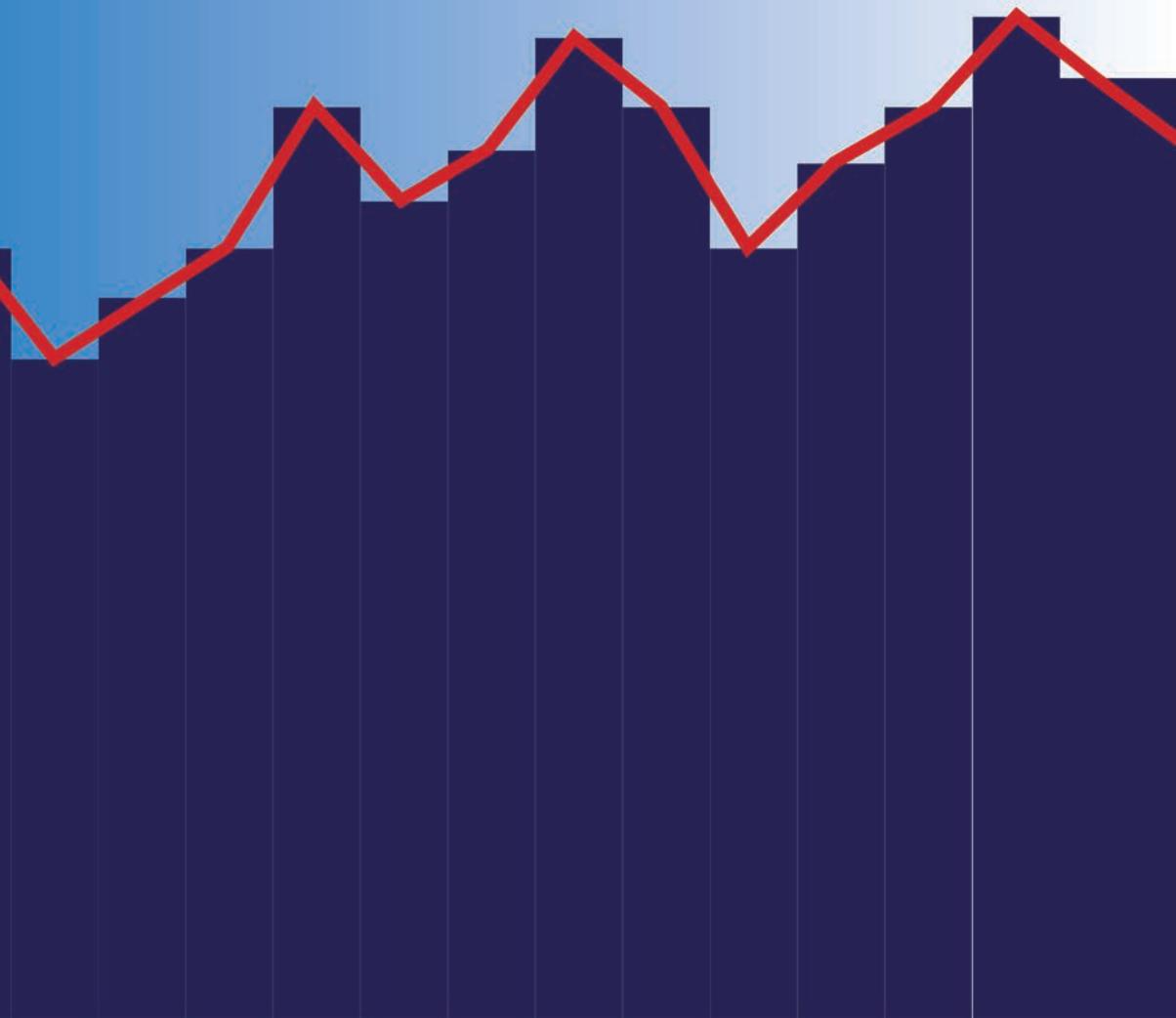
WATTS, L. L. Romanian public attitudes to defence and security sector reform. *In*: VLACHOVÁ, M. (Ed.). **Public image of security defence and the military in Europe**. Belgrade: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces; Centre For Civil-Military Relations, 2003. Disponível em: <http://www.bezbednost.org/upload/document/predstave_javnosti_o_odbrani_i_vojsci_u_centralnoj.pdf>.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Our cities, our health, our future: acting on social determinants for health equity in urban settings**. Report to the WHO commission on social determinants of health from the knowledge network on urban settings. Center for Health Development, 2008. Disponível em: <http://www.who.int/social_determinants/resources/knus_final_report_052008.pdf>.

YANAKIEV, Y. Views of the Bulgarian public on security, defence and the military. *In*: VLACHOVÁ, M. (Ed.). **Public image of security defence and the military in Europe**. Belgrade: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces; Centre For Civil-Military Relations, 2003. Disponível em: <http://www.bezbednost.org/upload/document/predstave_javnosti_o_odbrani_i_vojsci_u_centralnoj.pdf>.

Parte 2

Temas Transversais entre Políticas



DEMOCRACIA, VALORES E ESTRUTURA SOCIAL NO BRASIL*

Felix Garcia Lopez**
Fabio de Sá e Silva**

RESUMO

Este capítulo analisa as percepções da população brasileira em relação a um conjunto de questões pertinentes aos temas *democracia, direitos de cidadania e participação política*, visando compreender como os brasileiros se percebem na relação uns com os outros e com o sistema político. As percepções são analisadas a partir de indicadores da estrutura social: renda, raça/etnia, escolaridade, idade, sexo, região e religião. A análise dos dados consistiu na utilização de técnicas multivariadas. Os resultados apontam que, em questões relacionadas a aspectos mais substantivos da ordem democrática (pobres votam pior que ricos?; a luta de grupos minoritários por direitos é positiva ou negativa para o país?; cidadãos devem dispor de direito incondicional ao protesto?), as posições são divididas. Quase nenhuma das clivagens observadas nos blocos temáticos de questões é explicada pela renda, que costuma ser a principal variável de interesse entre as diferentes opiniões da população. Mas que variáveis se associam às posições mantidas pelos cidadãos em relação àqueles temas? Afora as regiões geográficas, idade e nível de escolaridade são os atributos que mais apresentam relação com as diferenças de posição entre os entrevistados. A presença repetida das diferenças geracionais, em que os mais jovens aderem mais a valores democráticos que os mais velhos, permite considerar a possibilidade de esta adesão espelhar a socialização primária desse segmento em uma ordem política já democrática. Já a escolaridade tem comportamento pouco preciso. É necessário, desta forma, maior cautela quanto a expectativas de mudanças na estrutura de valores dos cidadãos em decorrência do intenso processo de mobilidade econômica ascendente observado na última década, assim como o desenvolvimento de abordagens que permitam distinguir melhor entre os grupamentos sociais e suas posições políticas.

* Este capítulo beneficiou-se imensamente dos debates havidos por ocasião do Seminário Valores e Cidadania no Brasil – evento realizado em Brasília no dia 29 de novembro de 2012, sob organização da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) e do Ipea – e contou com a participação e as críticas de Rachel Meneguello, Gustavo Venturi, Helena Abramo, Regina Novaes e Ricardo Paes de Barros. Igualmente importante foi a colaboração da SG/PR na formulação desta pesquisa e nas discussões sobre seus resultados intermediários, assim como os comentários dos técnicos da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea, em especial Acir Almeida. Os erros e imprecisões aqui contidos, por sua vez, são de inteira responsabilidade dos autores.

** Técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

1 INTRODUÇÃO

Análises relacionando *valores e estrutura social* voltaram a ganhar relevância no Brasil recente. Dois fatores parecem ter catalisado a entrada desses temas na agenda política e acadêmica. Em primeiro lugar, a consolidação do regime democrático e a formação de um mercado político mais estável e competitivo têm permitido – mesmo que de forma incipiente – que diferentes projetos do país sejam colocados em discussão e deliberação perante os cidadãos. Nesses debates, é comum haver questionamentos sobre preferências, hábitos e atitudes de segmentos da população em relação a temas que vão desde o papel do Estado na economia e na redução das desigualdades até a tolerância com relação a indivíduos e grupos com atributos e opiniões diferentes. Em segundo lugar, a ocorrência de mudanças de largas proporções no tecido socioeconômico brasileiro, resultante de fatores como crescimento econômico, aumento da renda média e do acesso a crédito e redução da desigualdade de renda, tem suscitado questionamentos sobre o tamanho, as características e as expectativas de segmentos que experimentaram mobilidade econômica ascendente.

Apesar da importância de se captar percepções e valores dos cidadãos diante desse contexto mais geral, tal esforço é prejudicado, no Brasil, pela falta de um lastro empírico adequado. Além da carência de pesquisas longitudinais voltadas a aferir sistematicamente os valores dos cidadãos, a própria questão dos efeitos da mobilidade na reconfiguração dos valores não tem sido adequadamente incorporada nos esforços mais recentes, sobretudo por se tratarem de análises com cunho marcadamente econômico.¹

Este capítulo visa contribuir para reduzir essa lacuna analítica, reportando resultados de pesquisa de opinião conduzida pelo Ipea. Trata-se, por isso mesmo, de uma iniciativa que, não obstante diversas limitações e dificuldades, pretende avançar no diálogo sobre os impactos e os desafios resultantes das transformações vivenciadas pelo país nos anos 2000, no plano das representações que fazemos de nós mesmos.

O texto está dividido em mais oito seções. A próxima seção apresenta resumidamente a metodologia empregada na pesquisa, contextualizando o desenho e detalhando a aplicação do instrumento, bem como indicando as principais técnicas de análise utilizadas no texto e suas limitações. A terceira seção faz uma apreciação geral da relação entre valores e estrutura social e

1. Uma exceção é Souza (2010).

dos limites das abordagens tradicionais – como as baseadas em recortes por faixas de renda – ao mesmo tempo que elenca as dificuldades conceituais e metodológicas para a elaboração de leituras mais complexas da realidade social. Entre a quarta e a oitava seção, consta o exame mais específico de um conjunto de questões que, *grosso modo*, gravitam em torno dos temas *democracia, direitos de cidadania e participação política*. O resultado é um registro de opiniões tendo como *background* outros vários indicadores da estrutura social, tais como raça/etnia, escolaridade, sexo, região e religião, tudo com vistas a entender como os cidadãos brasileiros se percebem na relação uns com os outros e com o sistema político. A seção final resume os resultados e apresenta desafios para a continuidade da discussão. No apêndice B deste livro, o leitor encontra o questionário que foi aplicado.

2 METODOLOGIA

Os dados que informam as análises seguintes se inserem em projeto do Ipea, o qual visa captar percepções sociais sobre diferentes políticas públicas, o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Esses dados foram coletados por meio de entrevistas com 3.772 pessoas, utilizando-se uma amostra probabilística de domicílios, com margem de erro geral (nacional) de 5% e nível de confiança de 95%, para o Brasil e para as Grandes Regiões. Portanto, a representatividade não é válida para estados ou desagregações geográficas menores, tais como municípios ou regiões metropolitanas (RMs). Os questionários aplicados no âmbito do SIPS são submetidos a testes prévios de compreensão e inteligibilidade.² A descrição detalhada da metodologia está registrada em Ipea (2012a).³

2. Desde já é tornado explícito que o questionário – e a fatia dele analisada neste texto – formulou questões sobre os valores. Não se lida com *attitudes* –, que poderia esclarecer sobre o grau de convicção dos valores – ou com o *comportamento*, que seria a observação das atitudes *de facto* dos indivíduos. Ainda assim, estruturas de valores são cruciais para a melhor compreensão de outras dimensões da vida social. Assim é que, por ocasião do Seminário Valores e Cidadania no Brasil, Gustavo Venturi chamou a atenção para as pesquisas de psicopedagogia que indicam a importância desses elementos na produção de *dilemas morais* enfrentados pelos indivíduos em seus processos de socialização. É a partir da distinção que se faz entre o desejável ou não – ainda que as *attitudes* ou o *comportamento* não correspondam, afinal, ao que se entende como desejável – que os indivíduos experimentam dúvidas ou angústias na tomada de suas decisões. Em sentido parecido, porém com implicações diferentes, Ricardo Paes de Barros sugeriu que investigar valores permite compreender mais a fundo o potencial de enraizamento de certas políticas públicas, dada, exatamente, essa dimensão de desejabilidade e ações prescritivas embutida no constructo.

3. No caso específico desta pesquisa, o questionário foi produzido conjuntamente por pesquisadores do Ipea e quadros do governo federal envolvidos no então denominado Fórum de Direitos e Cidadania, tendo em vista algumas preocupações suscitadas pela agenda e pela dinâmica de funcionamento desta instância de coordenação governamental, que vigorou no início do governo Dilma. Se, por um lado, isso limitou a capacidade de interlocução entre os resultados da pesquisa e a literatura especializada ou acumulada no tema, tendo em vista a necessidade de elaboração de questões muito particularmente afeitas aos interesses dos formuladores de políticas, por outro, ampliou a possibilidade de apropriação dos resultados por atores governamentais, oferecendo insumos para debates centrais na agenda federal.

A análise dos dados consistiu na utilização de técnicas multivariadas, as quais permitiram verificar associação entre padrões de resposta e atributos dos respondentes, controlando-se por outros atributos ou variáveis de interesse. Embora o texto reporte quase sempre cruzamentos simples de respostas por variáveis, tais resultados são sempre discutidos à luz dos testes multivariados. Neste capítulo, a análise se concentra em verificar a existência e a direção de efeito dos atributos nos padrões de resposta, mas não há análise da magnitude de tais efeitos. Estes, contudo, podem ser apreendidos, mesmo que em perspectiva aproximada, por meio das distribuições de frequências das respostas, nos cruzamentos bivariados apresentados ao longo do texto. Com isso, é possível traçar ao menos um mapa da complexidade das relações entre valores e estrutura social, bem como testar a pertinência de argumentos comuns sobre a singularidade dos setores médios em relação aos demais.

3 VALORES E ESTRUTURA SOCIAL NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES GERAIS

Como já se registrou, grande parte dos debates recentes que buscam relacionar *valores e estrutura social* no Brasil remete às significativas mudanças econômicas e sociais observadas no país ao longo da última década, tendo como problema central as possíveis diferenças entre diversos segmentos ou classes sociais, seus anseios e visões de mundo (Lamounier e Souza, 2010; Neri, 2012; Pochmann, 2012; SAE, 2012; Souza, 2010; Almeida, 2007). Especula-se, em particular, acerca de uma possível singularidade dos setores emergentes – seja na expectativa de que estes possam funcionar como catalisadores de mudanças nas preferências dominantes da sociedade brasileira, ajudando a “modernizá-la”, seja sob o temor de que possam carregar consigo valores mais arcaicos, atuando no sentido de uma “conservadorização” do país.

O principal indicador utilizado nas análises sobre a mobilidade social no Brasil da última década refere-se ao aumento da renda média e à redução na desigualdade de renda entre os cidadãos. Como demonstra estudo recente do Ipea, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “não há na história brasileira, estatisticamente documentada desde 1960, nada similar à redução da desigualdade de renda observada desde 2001. [...] No período 2001 a 2011, a renda dos 10% mais pobres cresceu 550% mais que a dos 10% mais ricos” (Ipea, 2012b, p. 40).

Todavia, ao contrário do que usualmente postulam as análises que atribuem à variável renda a capacidade de definir, essencialmente, os valores que norteiam os indivíduos na vida social, é incerto se a redução de desigualdade de renda e a mobilidade econômica ascendente ativam um processo correlato de gradual homogeneização dos valores da sociedade. Que alguém experimente acréscimo de renda não quer dizer que automaticamente aderirá a preferências típicas de outrem, posicionado em faixas mais elevadas da sociedade nessa mesma variável, ou que a discrepância entre as predileções desses dois indivíduos seja homóloga à diferença de renda que tem um em relação ao outro.⁴ A disjuntiva entre mobilidade econômica e valores sociais está fundada, por exemplo, na consideração de que distintas posições na estrutura ocupacional e diferentes heranças familiares geram diversos repertórios de ação e visões de mundo que, uma vez inscritos nos indivíduos, não são modificáveis facilmente em função de variações de curto ou médio prazo da renda disponível.

Além disso, a literatura sociológica traz inúmeras evidências de que a formação e a distribuição de predileções na estrutura social têm caráter relacional (Bourdieu, 2011, 2006; Bennett *et al.*, 2009, entre outros). Em outras palavras, a compreensão das preferências dos grupos espelha sua inserção na estrutura social, mas estas preferências e posições na estrutura só ganham sentido para os atores se consideradas à luz das posições e preferências dos demais grupos. Em situações de forte mobilidade social, o rearranjo das posições relacionais se traduz em reativação do processo de diferenciação

4. Apesar de as classificações econômicas sugerirem o papel das variações na renda sobre as mudanças nas orientações valorativas – extensivas a outras esferas, além da econômica –, não passa despercebido o risco de inadequação em pensar classes de renda como critério homogeneizador de grupos com trajetórias sociais diferentes. Ver, por exemplo, o *caveat* feito pela comissão de especialistas que formulou os critérios de divisão das faixas de renda, a fim de definir tecnicamente o escopo da “classe média” no Brasil: “O uso da denominação ‘classe’ é certamente inadequado. Embora o conceito possa admitir múltiplas interpretações, é pouco provável que o grupo reconhecidamente heterogêneo que resultou das múltiplas mudanças sociais ocorridas recentemente no País satisfaça qualquer das definições existentes. Não parece haver qualquer evidência de que aqueles que cruzaram a linha de pobreza nos últimos anos tenham similaridades marcantes – seja no campo dos valores, atitudes e expectativas, seja no campo da forma de inserção no mercado de trabalho, constituição familiar ou posição no ciclo de vida – uma vez que a multiplicidade de caminhos para sair da pobreza propiciou a ascensão tanto de agricultores familiares na região amazônica como de empregados em grandes regiões metropolitanas, tanto de famílias estendidas (compostas por múltiplas gerações), como de casais jovens (com e sem filhos) e idosos vivendo sozinhos. Tampouco existe evidência de que os subgrupos mais homogêneos estejam conscientes de suas similitudes.” (SAE, 2012b, p. 11).

– “distinção”, se quiserem – dos estratos superiores em relação aos estratos inferiores, processo que é bastante típico em qualquer sociedade complexa.⁵

Para um diagnóstico adequado da relação entre valores e estrutura social seria necessário identificar no Brasil, ao longo do tempo, como grupos com inserções sociais similares modificam sua estrutura de preferências em decorrência das modificações de suas posições na hierarquia econômica e social. Na falta dessa possibilidade, a tarefa mais relevante parece ser a de consolidar informações e análises que estabeleçam a discussão em termos amplos. Nesse sentido, além das variáveis tradicionais (renda e escolaridade), o plano de análise adotado neste texto cuidou de incorporar informações relativas a sexo, raça/etnia, idade, região e filiação religiosa.⁶ O resultado final é um quadro complexo que ajuda a entender melhor os pontos de contato entre valores e estrutura social no Brasil recente, ao mesmo tempo que demanda novos esforços de investigação. As próximas seções apresentam esse quadro.⁷

4 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Em quase três décadas, neste que é o mais longo período de vivência de uma democracia constitucional no país, muitas foram as tentativas de compreender os sentidos da consolidação do novo regime, incluindo avaliações tanto sobre a adesão à democracia como sobre as características e a qualidade deste regime na experiência dos cidadãos.

5. Por fim, de um ponto de vista normativo, preferências de setores mais elevados não são necessariamente mais “modernas” que as dos demais. Há estudos que revelam que as diferenças nos padrões de resposta entre os mais e menos escolarizados, observadas com frequência nas pesquisas de opinião, podem resultar mais de barreiras cognitivas sobre o conteúdo das questões que, propriamente, da existência de clivagens na sociedade: quando os mesmos temas são abordados não a partir de enunciações abstratas, mas de exemplos de situações mais cotidianas, as diferenças são bem menores entre as diversas faixas de escolaridade, assim como de renda etc. (Natalino, 2010).

6. As classes de renda seguiram os critérios definidos no documento *Comissão para definição da classe média no Brasil* (SAE, 2012b). Nesse documento, uma equipe de especialistas justifica a divisão da população em oito faixas de renda *per capita*, em uma medida que combinou “grau de vulnerabilidade”, isto é, as chances de regredir à condição de pobreza, e uma medida de polarização entre classes de renda (SAE, 2012b). Para fins de exposição, agregou-se a apresentação dos dados em quatro faixas de renda. Diferentemente da estratégia analítica da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), órgão responsável pelo estudo já mencionado, optou-se por não utilizar a classificação “classe baixa” (para as 3 primeiras, das 8 faixas), “classe média” (faixas 4, 5 e 6) e “classe alta” (faixas 7 e 8), por se considerar a terminologia, em particular a noção de “classe média” e “nova classe média”, demasiadamente imbricada com percepções e avaliações de conteúdo estritamente político, o que acaba por desviar a atenção analítica de interesse deste texto. Para uma explicação dos critérios detalhados que justificam a divisão em oito faixas de renda, remete-se o leitor para SAE (2012b).

7. Todas as perguntas do *survey* aqui utilizadas foram submetidas a testes de associações, controlando-se por outras variáveis que incluíam, no mínimo renda, escolaridade, idade, região e sexo. Contudo, na maior parte das análises, raça e religião também foram incorporadas às demais variáveis de controle. As análises bivariadas reportadas no texto são aquelas para as quais foi observada significância estatística, pelo menos ao nível de 10%, em teste bicaudal. Nota de rodapé no decorrer de cada seção destacará as variáveis independentes sem associação estatística significativa com a variável de análise, uma vez executados os testes apropriados.

De um ponto de vista valorativo, as análises oscilaram entre o pessimismo e a esperança. Se o sistema político e partidário foi, muitas vezes, identificado inapetente para processar demandas de uma sociedade cada vez mais ativa e diversa, também não faltaram argumentos que realçassem virtudes e capacidade do sistema para decidir melhorias das condições de vida dos cidadãos (Power, 2010; Palermo, 2000). Isto ocorreu tanto a partir das instituições representativas tradicionais como, em registro recente, a partir das instituições participativas e mecanismos de controle público e social de um sistema democrático multidimensional (Sá e Silva, Pires e Lopez, 2011). E se, muitas vezes, a cultura política brasileira foi tida como arcaica, por ser baseada na indissociação entre o público e o privado e na verticalidade das relações sociais, também não faltou quem realçasse a pujança, as virtudes e o protagonismo da sociedade civil nos arranjos democráticos desenhados na Constituição Federal (CF/1988) (Avritzer, 2009). Para conduzir uma exploração desses assuntos, a pesquisa incluiu questões que buscavam captar a percepção dos entrevistados em relação ao sistema político e à democracia. Reportando os resultados dessas questões, as próximas seções se dedicam a analisar três temas: capacidade e forma de influência dos cidadãos no governo; democracia e ordem pública; e participação política.

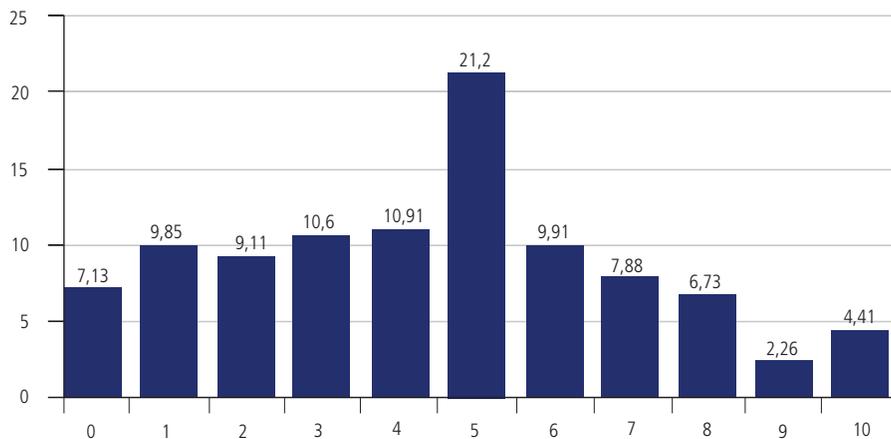
5 CAPACIDADE E FORMA DE INFLUENCIAR O GOVERNO

Tomando como um dado a crescente valorização do regime democrático pelos cidadãos em relação a regimes autoritários, conforme destacado por estudos referenciais (Moisés, 2010; Meneguello, 2008), buscou-se avançar na análise examinando-se a percepção dos entrevistados quanto: *i)* à capacidade; e *ii)* à adequação dos instrumentos que possuem para influenciar o governo, o que, afinal, é a característica essencial de qualquer regime democrático. Com relação ao primeiro elemento (*capacidade de influência*), a pesquisa incluiu questão que pedia ao entrevistado para indicar, em uma escala de onze pontos (0 a 10), “quanto o entrevistado se sentia capaz de influenciar decisões do governo”. O gráfico 1, que apresenta a distribuição de frequência das respostas, indica concentração no ponto mediano da escala de influência, ou seja, no ponto cinco. Parece, assim, que embora os cidadãos não percebam a democracia brasileira como plenamente permeável à sua influência, as opiniões estão divididas de maneira relativamente uniforme entre otimismo e pessimismo,

tomando-se como “otimistas” aqueles cuja escolha foi igual ou superior ao ponto 5 (média de 4,42; desvio-padrão de 2,65).

GRÁFICO 1

Proporção da opinião dos entrevistados quanto à capacidade de o cidadão influenciar o governo
(Em %)



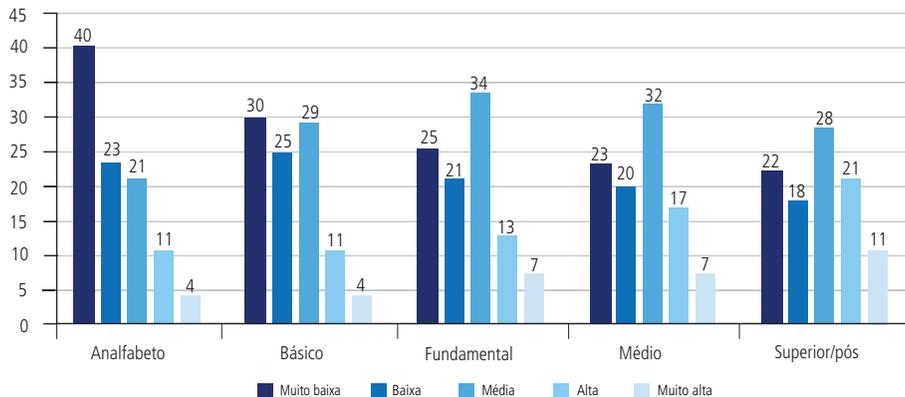
Elaboração do Ipea.

O gráfico 2, com escala agora agregada em cinco pontos, ilustra a relação positiva entre escolaridade e capacidade de influir em decisões governamentais.⁸ Observe-se, por exemplo, que a influência alta ou muito alta dobra (15% para 32%) quando se muda de “analfabeto” para “nível superior ou pós-graduação”. Em sentido inverso, o sentimento de impotência se reduz quase à metade (40% para 22%), se comparados os mesmos dois estratos sociais.

8. Os testes multivariados não indicaram significância estatística quanto a sexo.

GRÁFICO 2

Proporção da opinião dos entrevistados quanto à capacidade de o cidadão influenciar o governo, por faixas de escolaridade¹
(Em %)



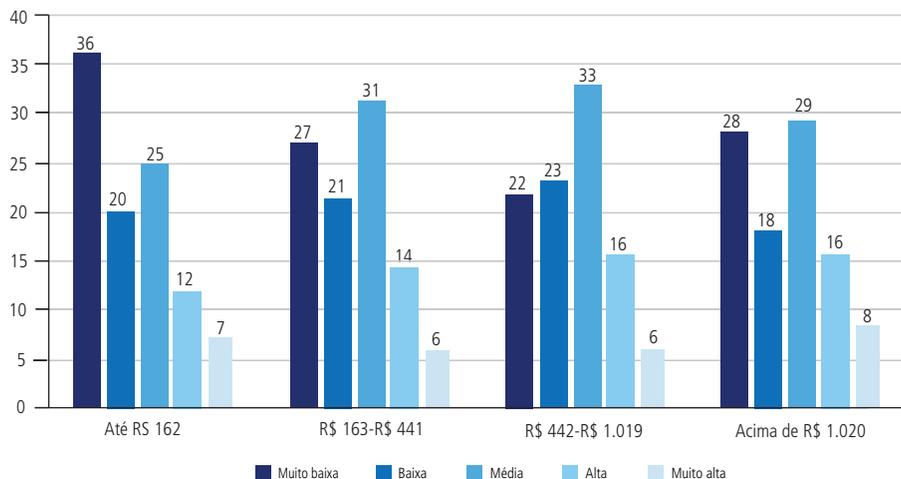
Elaboração do Ipea.

Nota: ¹A redução da escala original de 11 pontos para 5 pontos obedeceu à seguinte regra: muito baixa (0 e 1), baixa (2 e 3), média (4, 5 e 6), alta (7 e 8) e muito alta (9 e 10).

A variável renda também tem associação com influência: quanto maior, mais elevada a crença na capacidade de influenciar o governo. Como o gráfico 3 ilustra, 36% dos que têm renda familiar *per capita* de até R\$ 162 consideram ter nível “muito baixo” de influência; na faixa de renda familiar *per capita* acima de R\$ 1.020, esse percentual cai para 28%. Já os níveis de influência intermediários crescem entre os dois extremos de renda: de 25% para 29%; de 12% para 16%; e de 7% para 8%.

GRÁFICO 3

Proporção da opinião dos entrevistados quanto à capacidade de influenciar o governo, por faixas de renda (Em %)



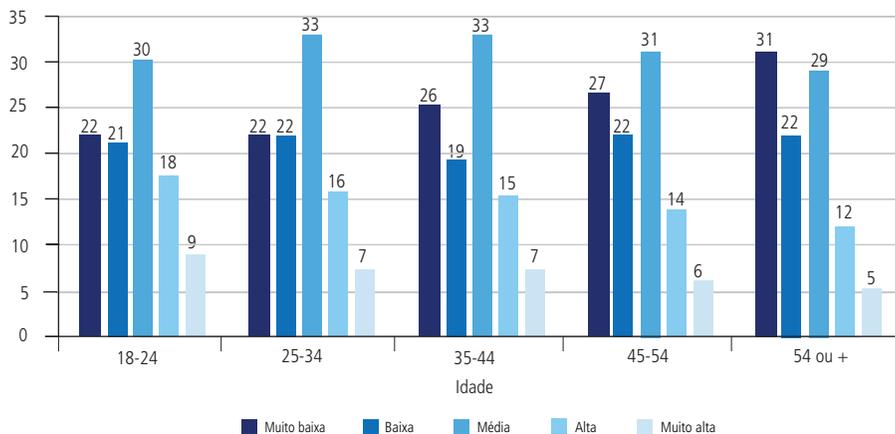
Elaboração do Ipea.

Conforme os dados apresentados no gráfico 4, os jovens se percebem como mais capazes de influenciar, individualmente, as decisões governamentais.⁹ Entre a primeira faixa etária (18 a 24 anos) e a última (54 anos ou mais) a alternativa “muito baixa” aumenta de 22% para 31%. De forma inversa, 9% dos jovens consideram “muito alta” sua capacidade de influir no governo, taxa que cai a 5% entre os mais velhos.

9. A variável idade (ou faixas de idade) se mostrou relevante para explicar variações nas respostas a diferentes questões abordadas neste texto. Os mais jovens (respondentes de 18 a 24 anos) apresentam opiniões e percepções mais democráticas ou progressistas que as demais faixas de idade.

GRÁFICO 4

Proporção da opinião dos entrevistados sobre o grau percebido de influência sobre o governo, segundo faixas de idade¹
(Em %)



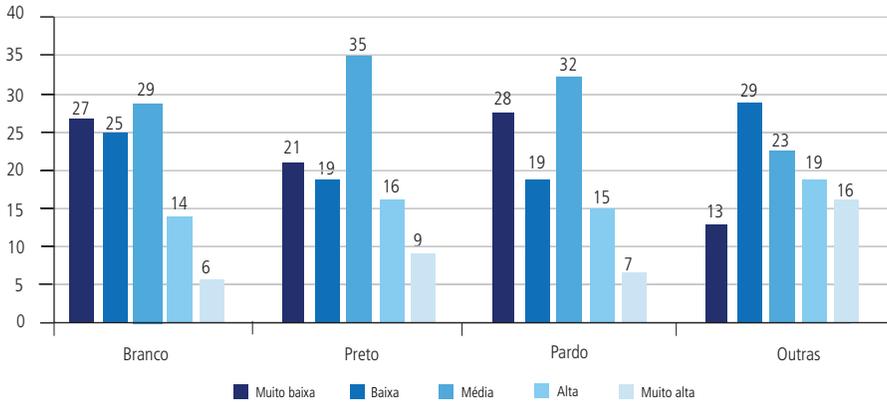
Elaboração do Ipea.

Nota: ¹ A redução da escala original de 11 pontos para 5 pontos é a seguinte: muito baixa (0 e 1), baixa (2 e 3), média (4, 5 e 6), alta (7 e 8) e muito alta (9 e 10).

A variável raça também se mostrou importante. Como ilustra o gráfico 5, quando comparados com os brancos, os negros (soma de pretos e pardos) reportam maiores porcentagens nas faixas mais altas de influência (média, alta e muito alta) – situação que se repete para indígenas e amarelos, embora estes sejam poucos na amostra. A compreensão desse resultado não é fácil. Assim como raça, em si, não é atributo que deveria influenciar variação nas percepções, maior senso de empoderamento deveria ser esperado exatamente dos brancos, por deterem maior escolaridade e maior renda. Mas a distribuição é clara, e os controles indicam um efeito independente de raça, o que sugere a necessidade de explorar em maior detalhe, em estudos futuros, esta variável sobre valores políticos.

GRÁFICO 5

Proporção da opinião dos entrevistados quanto à capacidade de influenciar o governo, por raça
(Em %)

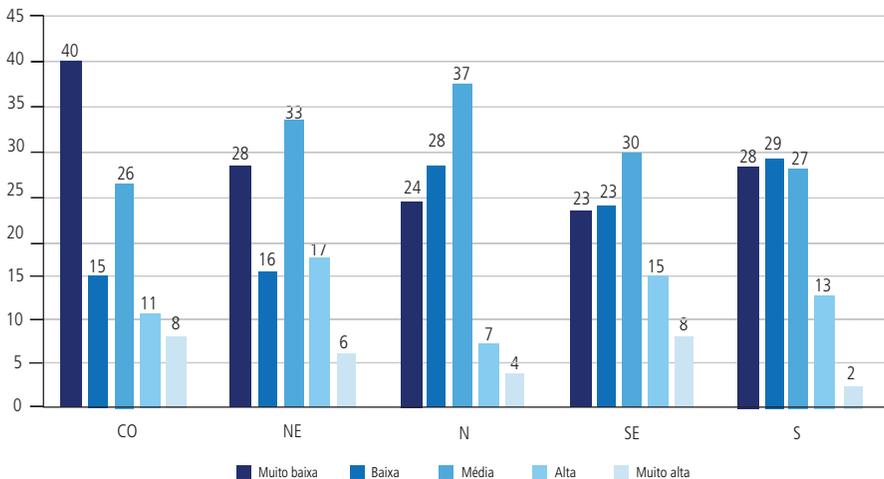


Elaboração do Ipea.

Por fim, em relação à região, os habitantes das regiões Centro-Oeste, Norte e Sul são menos propensos a se perceberem influentes sobre o governo, quando comparados à região Sudeste, a qual não difere do Nordeste. Novamente, um resultado parcialmente contraintuitivo, se se considerar que à região Sul do país tradicionalmente se associam concepções relativas a seu maior ativismo político e maior associativismo (gráfico 6).

GRÁFICO 6

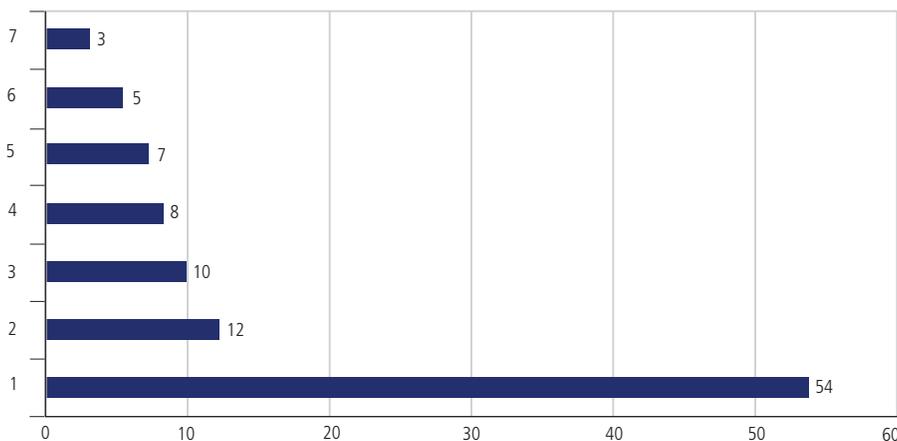
Proporção da opinião dos entrevistados quanto à capacidade de influenciar o governo, por região
(Em %)



Elaboração do Ipea.

Quanto ao segundo elemento de interesse (*adequação dos instrumentos existentes para influenciar as decisões*), uma das questões envolvidas na pesquisa pedia ao respondente para que indicasse a forma que considera ser mais importante para influenciar o governo. O gráfico 7 apresenta a distribuição percentual das respostas apresentadas pelos entrevistados.

GRÁFICO 7
Proporção da opinião dos entrevistados quanto à forma¹ mais importante de influenciar o governo
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

Nota: ¹ 1 = votando; 2 = apresentando pessoalmente propostas a políticos e funcionários que dirigem ou trabalham em órgãos do governo; 3 = indo pessoalmente a reuniões de fóruns participativos (orçamentos participativos, conselhos, audiências públicas), ou procurando pessoas que participem delas; 4 = participando de associações ou sindicatos para que eles apresentem as demandas ou propostas ao governo; 5 = fazendo reclamações ou denúncias em setores/órgãos específicos (como ouvidorias, corregedorias etc.); 6 = participando de protestos, abaixo-assinados, manifestações relacionadas a uma causa; e 7 = pessoas como eu não conseguem influenciar o governo.

Os resultados apresentados revelam três diferentes aspectos. Primeiro, a prevalência do voto como alternativa para influenciar decisões, ecoando o papel relevante e já bem documentado que aquele instrumento assume nas democracias representativas contemporâneas, incluindo o Brasil. Segundo, a existência de mais de 40% de respondentes que alçam ao primeiro plano outros canais de influência, indicando a legitimidade de alternativas institucionais ao voto como via de pressão sobre o poder público. Terceiro, o fato de apenas 3% dos respondentes se perceberem como impotentes para influir nas escolhas dos governos.¹⁰ Em conjunto, a distribuição das respostas indica um

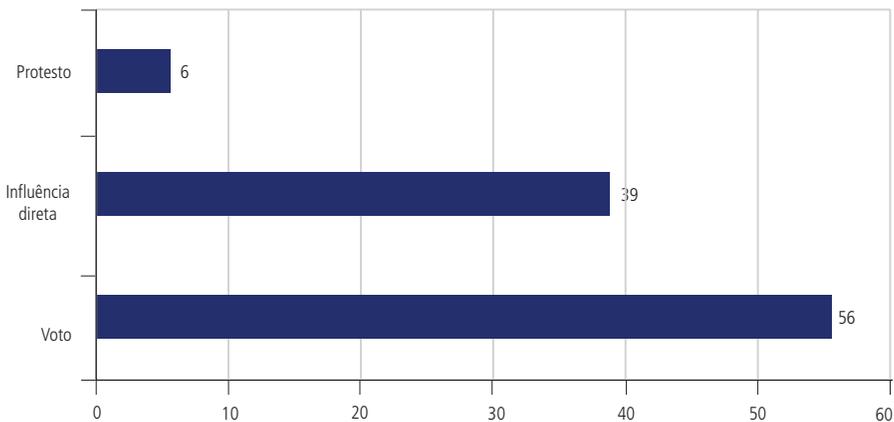
10. Ressalte-se que 61% desses 3% que acham não poder influenciar a política escolhem o voto como segunda alternativa.

cenário mais auspicioso que o cenário de apatia conjugado ao sentimento de impotência do cidadão para influir em decisões governamentais, muitas vezes retratados pela literatura sobre o tema.

Na tentativa de refinar a compreensão sobre como o brasileiro avalia sua forma de atuar sobre o poder público, foram agregadas as respostas à questão discutida anteriormente, por semelhança de ações, agrupadas em três diferentes categorias: *votar* (categoria 1, do gráfico 7), influir por meio de *canais ou instituições oficiais* (categorias 2, 3, 4 e 5 do gráfico 7) e influir por meio de *protesto direto*, ou seja, por mecanismo informal de pressão (categoria 6 do gráfico 7). A distribuição dos resultados está no gráfico 8.

GRÁFICO 8

Proporção da opinião dos entrevistados quanto à forma mais importante de influenciar o governo, por categorias agregadas¹
(Em %)



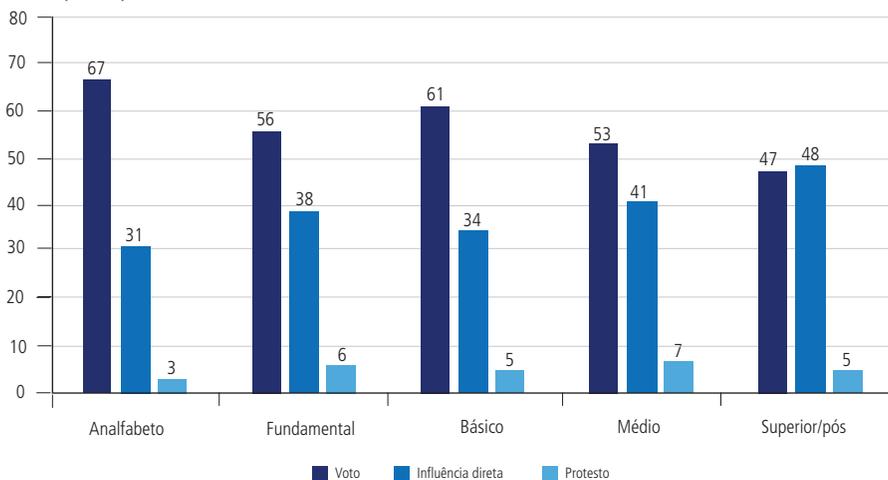
Elaboração do Ipea.

Nota: ¹ Excluiu-se a categoria 7, mencionada no gráfico 7.

A partir daí, procedeu-se a diversos cruzamentos com variáveis sociodemográficas, tal como foi feito com as demais questões. Quanto à escolaridade, a associação não se mostrou linear, conforme se observa no gráfico 9, e só assumiu significância estatística na diferença entre as probabilidades de escolha entre voto e influência direta, no seguinte sentido: maior escolaridade amplia a propensão a considerar mais importante a

influência por meio de canais ou instituições oficiais.¹¹ Pode-se observar que, entre os menos e os mais escolarizados, a escolha dessa alternativa varia de 31% a 48%.

GRÁFICO 9
Proporção da opinião dos entrevistados quanto à forma mais importante de influenciar o governo, por grau de escolaridade
 (Em %)



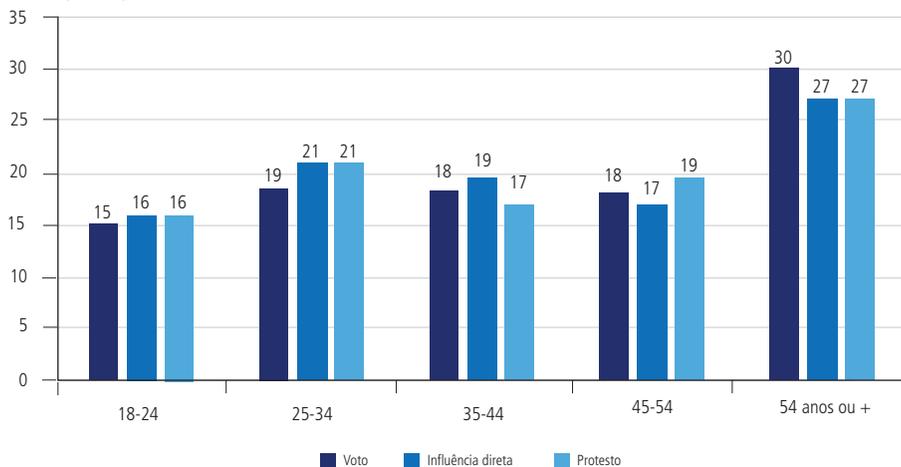
Elaboração do Ipea.

A variável idade apresentou diferenças pequenas e que se mostram significativas apenas quando comparadas às probabilidades de escolha entre voto e formas de influência direta, mas não entre voto e canais e mecanismos oficiais. O gráfico 10 reporta os resultados.

11. A variação tem a forma de um "S deitado" (função cúbica), como se observa no gráfico, e a significância (*p*) é de 5%, válida somente para as alternativas entre voto e influência direta. Os testes multivariados não indicaram significância estatística quanto a sexo e raça.

GRÁFICO 10

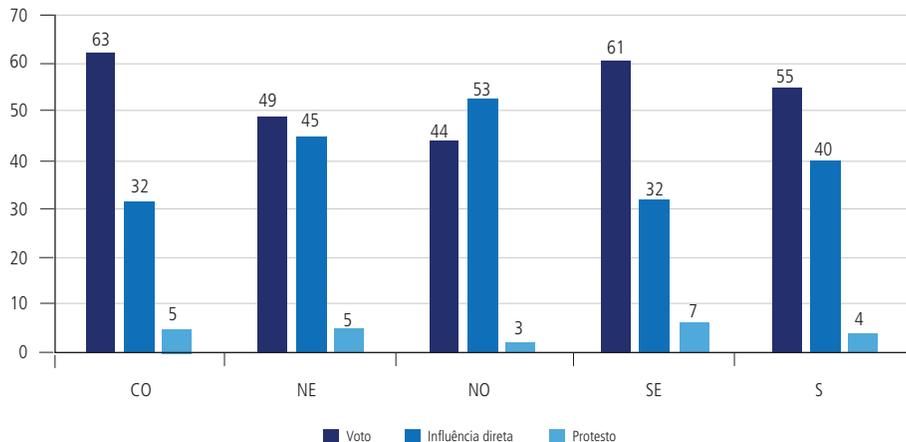
Proporção da opinião dos entrevistados sobre a forma mais importante de influenciar o governo, segundo faixas de idade (Em %)



Elaboração do Ipea.

Em termos regionais, os padrões mostram resultados surpreendentes para a região Norte, que revela, comparativamente, alta adesão (53%) a mecanismos diretos de influência como via preferencial de atuar sobre os governos. O Norte é, ao mesmo tempo, a região na qual o voto, como instrumento prioritário, encontra, comparativamente, a menor adesão (44%). As diferenças relativas entre as alternativas de voto e protesto não foram relevantes, por região (gráfico 11).

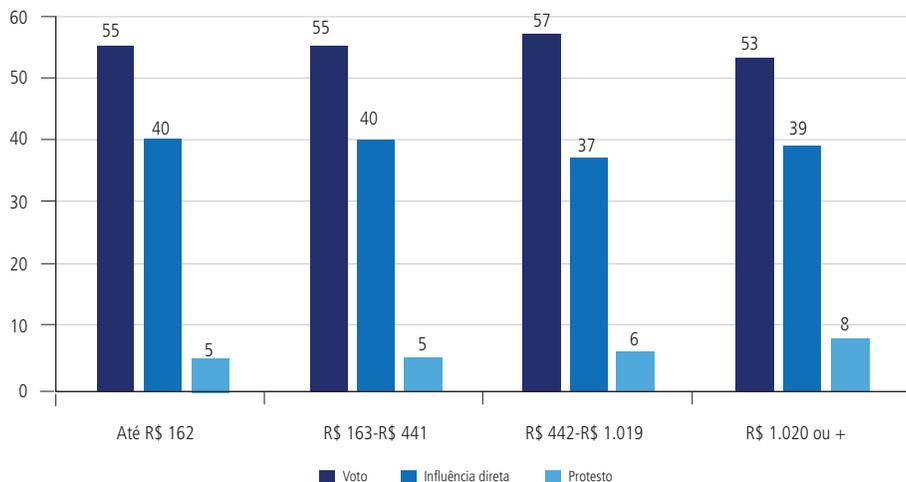
GRÁFICO 11
Proporção da opinião dos entrevistados quanto à forma mais importante de influenciar o governo, por regiões
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

A renda não é relevante para explicar variações nas preferências entre as alternativas, exceto por uma fraca associação entre maior renda e preferência por protesto *vis-à-vis* o voto (gráfico 12).

GRÁFICO 12
Proporção da opinião dos entrevistados quanto à forma mais importante de influenciar o governo, por faixas de renda
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

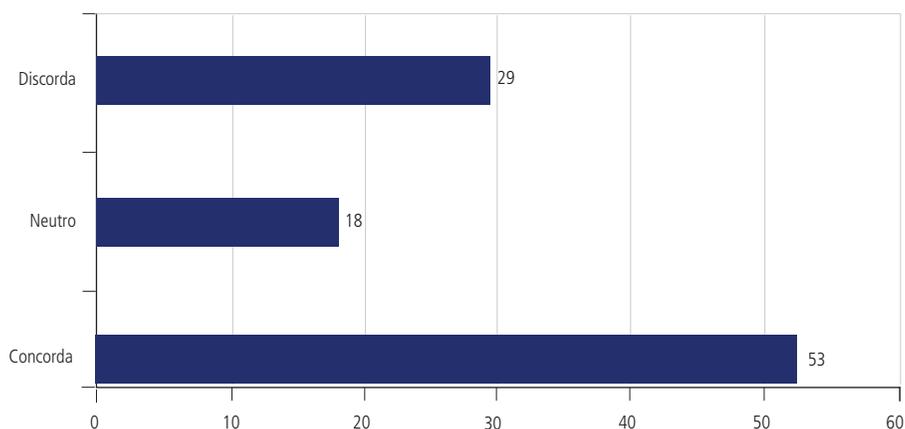
6 VOTO E AUTOPERCEPÇÕES DE CLASSE

A competência para realizar escolhas satisfatórias no mercado político sempre foi objeto de debate na esfera pública brasileira. Um debate público recorrente em períodos eleitorais versa sobre uma suposta inferioridade na cognição política dos mais pobres em relação aos demais, o que seria responsável por escolhas eleitorais “inadequadas” daquela fração da sociedade.¹² A pesquisa incluiu uma questão relevante para este debate, que perguntava aos entrevistados se: *nas eleições, as pessoas mais pobres escolhem candidatos piores que as pessoas mais ricas?*

A distribuição das frequências de resposta indica que mais da metade da população concorda com a assertiva. O quantitativo é alto, e indica que esta noção tem ampla disseminação na sociedade brasileira (gráfico 13).

GRÁFICO 13

Proporção da opinião dos entrevistados quanto à escolha de piores candidatos por eleitores pobres em relação a ricos
(Em %)



Elaboração do Ipea.

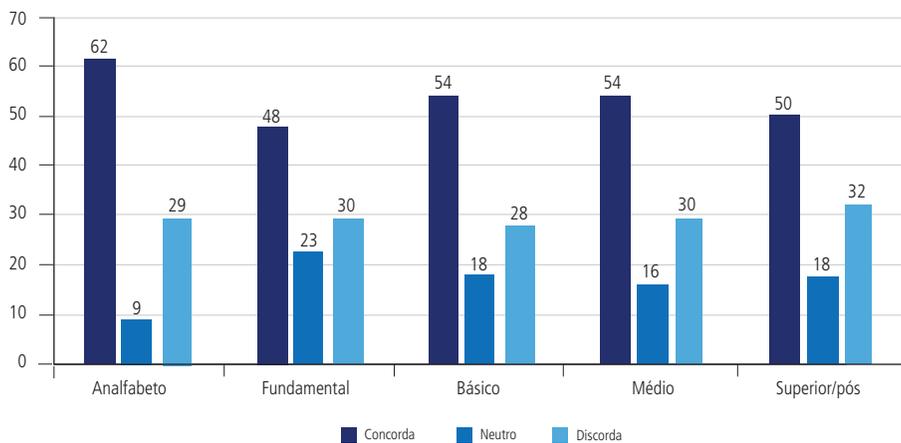
Importa lembrar que parte do debate público, em particular aquele conduzido na imprensa, revive o estereótipo de que as regiões mais pobres do país teriam especial grau de “culpa” por escolhas eleitorais reputadas como

12. Nas últimas eleições municipais, foi assim que um cientista político fluminense explicou a alternância de poder na região da Baixada Fluminense: “A saída dessas famílias do poder é fruto do amadurecimento, do regime republicano e do processo democrático. Nos últimos anos, foram as mudanças mais significativas na política do Rio. Mostra que o eleitor tem mais acesso à informação e à educação” (*O Globo*, 11/4/2013).

inadequadas. Em parte, isso se deve a polarização de classe nas preferências eleitorais, em particular nas eleições para o nível federal (Singer, 2012; Jacob, 2010). Por isso, é de interesse saber como estão distribuídas as frequências da pergunta citada, por faixas de renda, escolaridade, religião, idade e região.

Renda, sexo, religião e raça não exibiram efeitos significativos na presença dos controles. Já a escolaridade teve comportamento peculiar. Sessenta e dois por cento dos analfabetos concordam com a afirmação, contra 50% dos eleitores que têm nível superior, perfazendo diferença de 12 pontos percentuais (p.p.) entre os extremos desta variável. Todavia, a associação não é exatamente linear e os níveis de discordância são bastante equivalentes ao longo de todas as faixas – ou seja, é o aumento da “incerteza” conforme aumenta o grau de escolaridade que provoca a variação do quadro geral de preferências. Assim, considerando-se aqueles que “não concordam nem discordam/neutros” e aqueles que “concordam” como uma só categoria, as diferenças entre faixas de escolaridade seriam anuladas, conforme indicado também por testes estatísticos. Desse ponto de vista, parece mais seguro dizer que a opinião sobre a supostamente pior qualidade do voto dos mais pobres tem uma distribuição similar por diferentes faixas de escolaridade, corroborando o padrão geral.

GRÁFICO 14
Proporção da opinião dos entrevistados quanto à escolha de piores candidatos por eleitores pobres em relação a ricos, por faixas de escolaridade
 (Em %)

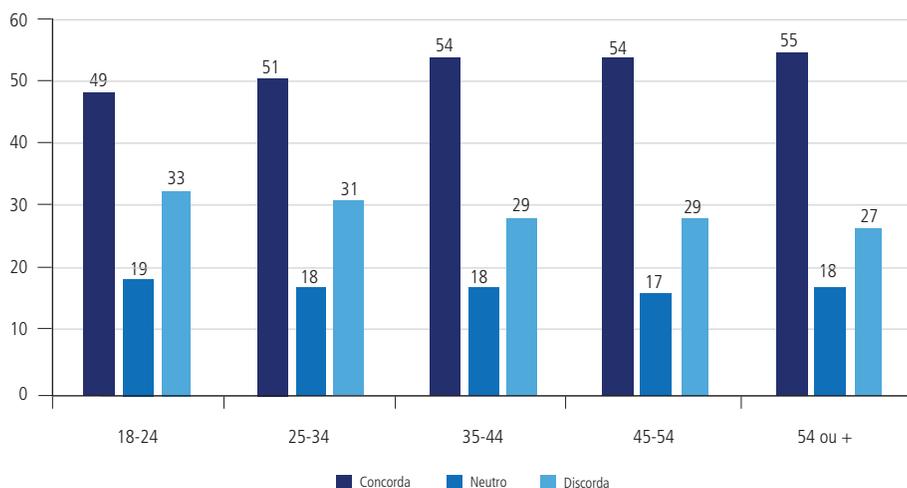


Elaboração do Ipea.

Os jovens são os mais discordantes em relação à afirmação de que os pobres votam pior que os mais ricos. Quarenta e nove por cento deles concordam com a afirmação; o percentual sobe para 55% entre aqueles com mais de 54 anos, como pode ser visto no gráfico 15.

GRÁFICO 15

Proporção da opinião dos entrevistados quanto à escolha de piores candidatos por eleitores pobres em relação a ricos, segundo a idade (Em %)

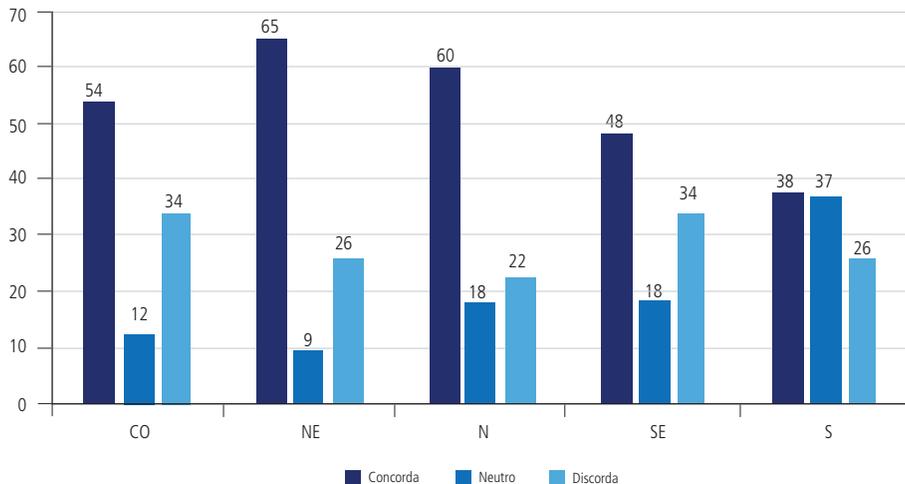


Elaboração do Ipea.

Por fim, há diferenças regionais a serem consideradas. A população das regiões Nordeste e Norte reporta maior grau de concordância com a assertiva, cabendo observar, contudo, que apesar de a região Sul ser a que apresenta menor concordância, a taxa de “incerteza” (“não concorda nem discorda”) daquela região é bastante elevada (gráfico 16).

GRÁFICO 16

Proporção da opinião dos entrevistados quanto à escolha de piores candidatos por eleitores pobres em relação a ricos, por região (Em %)



Elaboração do Ipea.

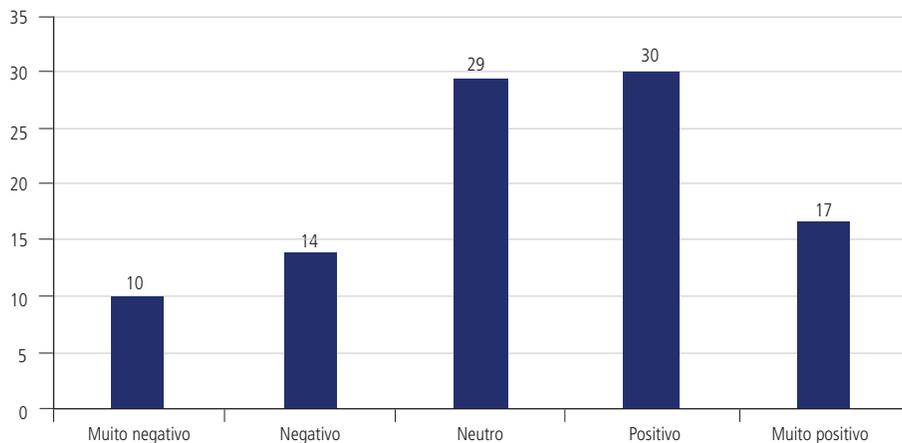
7 LUTA POR DIREITOS E ORDEM PÚBLICA

A possibilidade de grupos, em especial os minoritários, lutarem por direitos é inerente à noção de democracia. Em uma sociedade que experimenta rápida mudança, esses conflitos podem assumir posição central nos debates públicos e na formação de preferências políticas. Mas de que maneira os cidadãos brasileiros se relacionam com tais pretensões de maior igualdade?

A pesquisa incluiu duas questões que permitem avançar na compreensão sobre o tema. A primeira indagava se a luta por mais direitos de grupos como *homossexuais*, *índios*, *negros* e *membros de religiões de candomblé e umbanda* era “negativa”, “positiva”, ou “nem negativa e nem positiva” para o país. O gráfico 17 apresenta a distribuição de frequências das respostas. Quase a metade dos entrevistados (47%) afirma que tal luta por direitos é “muito positiva” ou “positiva”; quase um quarto dos entrevistados (24%) responde ser “muito negativa” ou “negativa” e um terço é “neutro” em relação à questão.

GRÁFICO 17

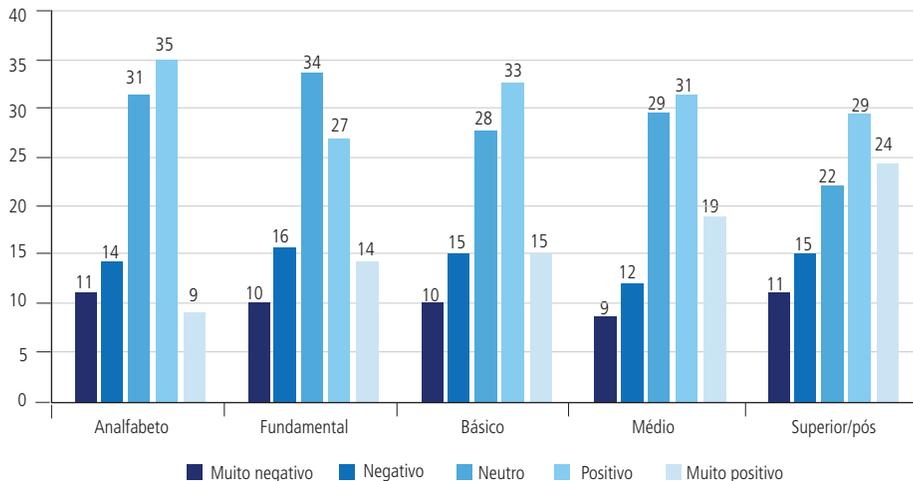
Proporção da opinião dos entrevistados quanto ao sentido (positivo ou negativo) da luta das minorias por direitos
(Em %)



Elaboração do Ipea.

A renda, assim como a raça, não exibiu, uma vez mais, associação significativa, na presença dos controles. Já a escolaridade tem associação positiva, como ilustra o gráfico 18. Aqueles que possuem ensino superior ou pós-graduação, por exemplo, dão mais valor à luta por direitos das minorias, se comparados aos analfabetos (53% contra 44%).

GRÁFICO 18
Proporção da opinião dos entrevistados quanto ao sentido da luta das minorias por direitos, por escolaridade
 (Em %)

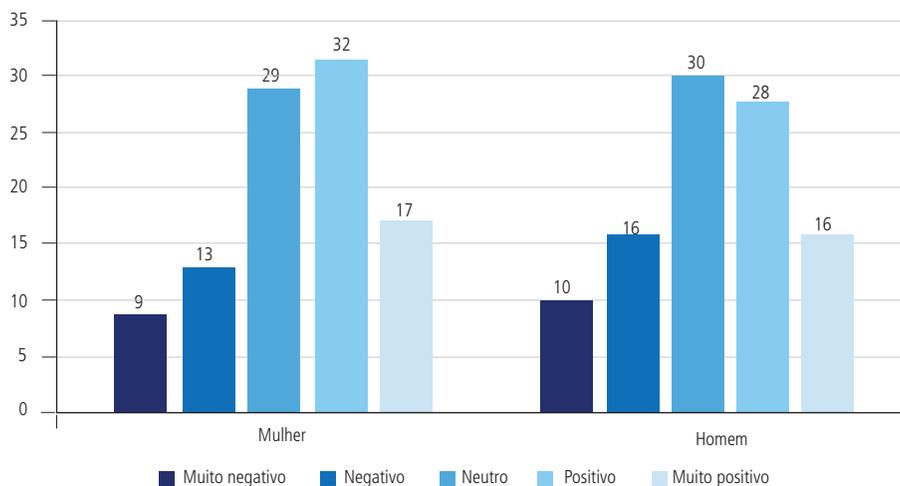


Elaboração do Ipea.

No mais, gênero e religião também influenciam os padrões de resposta. Homens têm menor propensão a aceitar as lutas das minorias que as mulheres – talvez porque as próprias mulheres se veem no debate sobre igualdade de direitos em relação aos homens –, assim como os evangélicos, se comparados aos católicos e aos adeptos de “outras” religiões. A distribuição das frequências de respostas para ambas as variáveis está ilustrada nos gráficos 19 e 20.

GRÁFICO 19

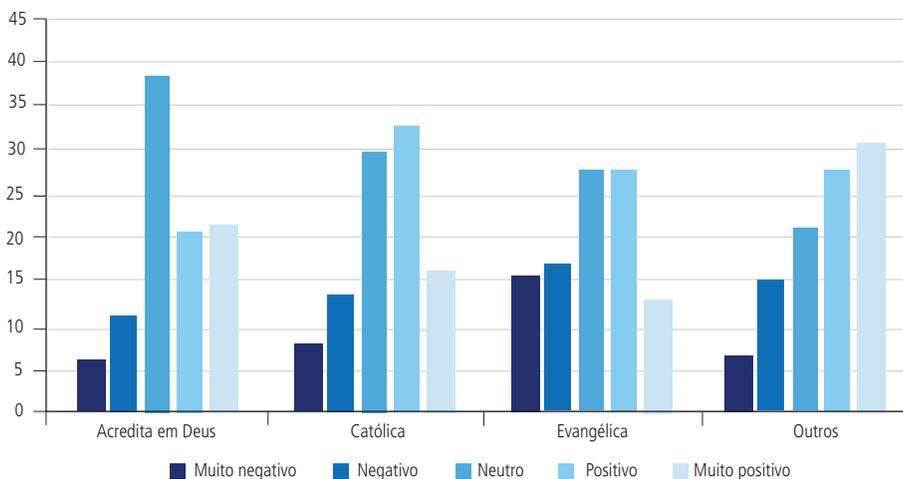
Proporção da opinião dos entrevistados quanto ao sentido da luta das minorias por direitos, por sexo
(Em %)



Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 20

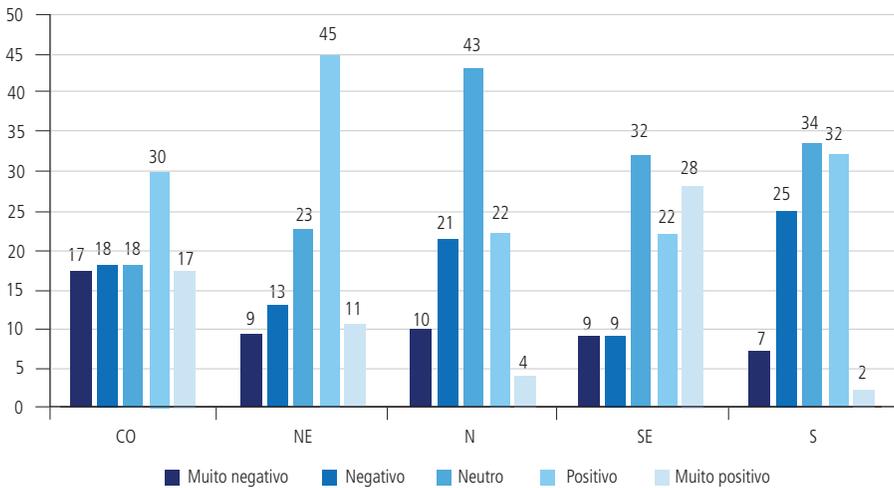
Proporção da opinião dos entrevistados quanto ao sentido da luta das minorias por direitos, por filiação religiosa
(Em %)



Elaboração do Ipea.

As respostas também variam entre regiões. Moradores do Sudeste tendem a considerar a luta dessas minorias mais “positiva”, em comparação com as demais regiões. Em particular, a alternativa “muito positivo” é bem mais alta (28%) que a proporção desta alternativa para outras regiões. Se – ao contrário do que seria esperado – para outras questões, o Sudeste não figura entre as regiões mais modernas, aqui essa valorização das lutas das minorias por direitos é clara. Vale ressaltar, contudo, que se forem consideradas as alternativas “positivo” e “muito positivo”, o Nordeste é a região mais pró-luta por direitos, como mostra o gráfico 21.

GRÁFICO 21
Proporção da opinião dos entrevistados quanto ao sentido da luta das minorias por direitos, por região
 (Em %)

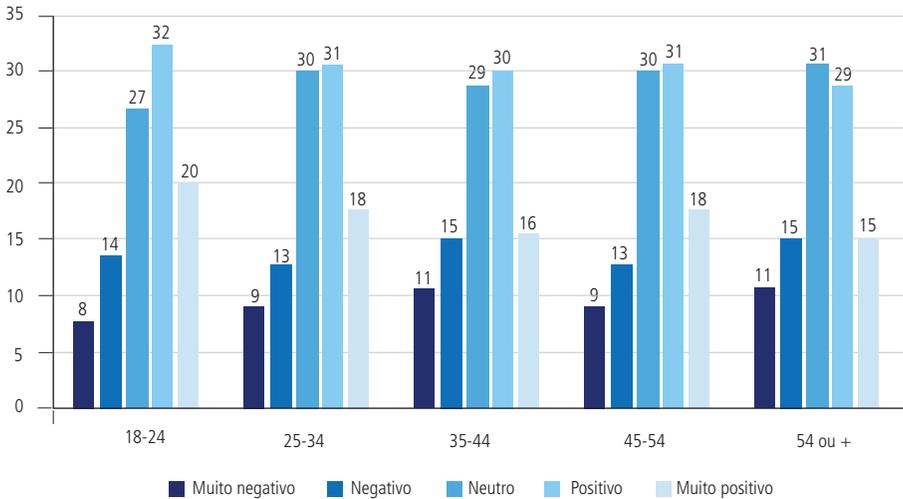


Elaboração do Ipea.

Quanto à idade, os dados revelam que os mais jovens têm maior probabilidade de perceber positivamente a luta por direitos para minorias (52% a 44%, nos extremos), mas as diferenças não seguem padrão linear, conforme o gráfico 22.

GRÁFICO 22

Proporção da opinião dos entrevistados quanto ao sentido da luta das minorias por direitos, segundo faixas de idade
(Em %)

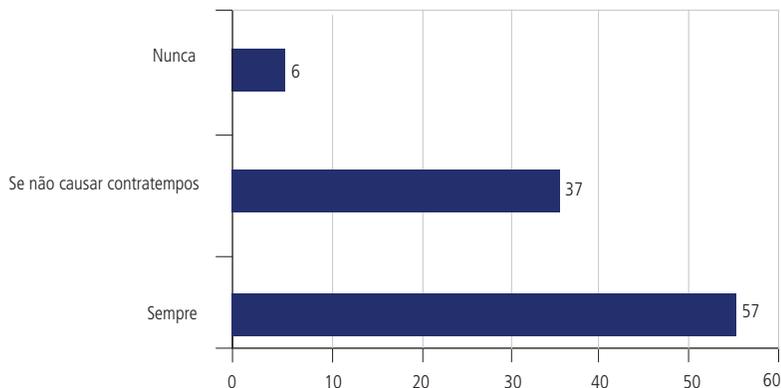


Elaboração do Ipea.

Outra questão que contribuiu para explorar os valores associados à luta por direitos indagava se *os cidadãos têm direito de protestar contra os governos*: “sempre”, “apenas se isso não gerar contratempos para os demais” ou “nunca”. A distribuição das frequências do gráfico 23 indica que, a despeito de a maioria afirmar ser incondicional o direito ao protesto contra os governos (57%), uma fração relevante postula por condicionantes a esse direito (37%), sendo que 6% se opõem a qualquer forma de protesto.

GRÁFICO 23

Proporção da opinião dos entrevistados sobre o direito ao protesto contra o governo
(Em %)

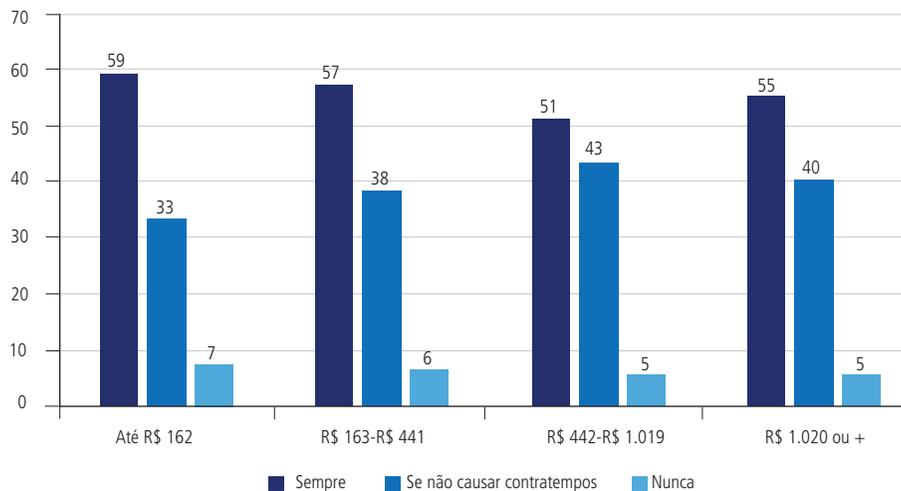


Elaboração do Ipea.

As diferenças de renda têm efeito pequeno e não linear, ou seja, a terceira faixa tem menor probabilidade de optar pelo direito ao protesto irrestrito (51%). A principal diferença está nas preferências das faixas 1 e 3 de renda (até R\$ 162 e entre R\$ 442 e R\$ 1.019 *per capita*), que variam de 33% a 43% na alternativa intermediária – protesto condicional (gráfico 24).

GRÁFICO 24

Proporção da opinião dos entrevistados sobre o direito ao protesto contra o governo, por faixas de renda
(Em %)

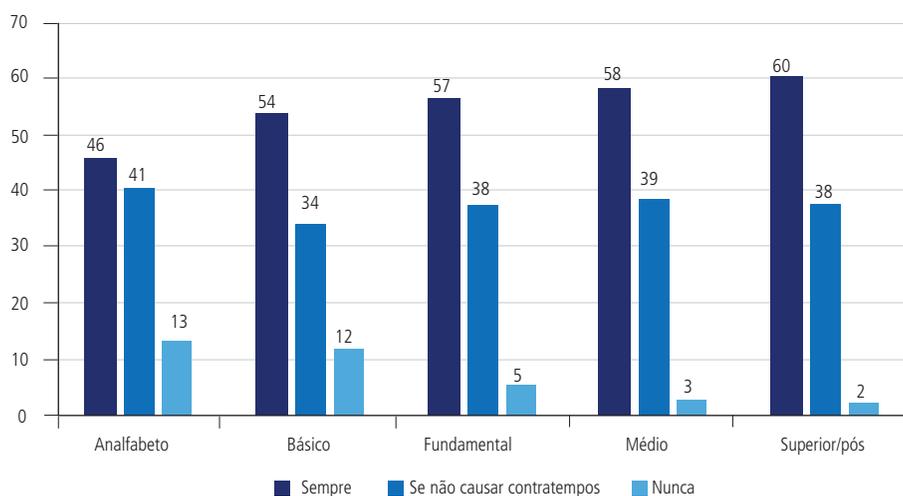


Elaboração do Ipea.

No que tange à escolaridade, a adesão ao protesto incondicional cresce continuamente, conforme corroborado pelos testes multivariados, como mostra o gráfico 25. A variação vai de 46% de apoio ao protesto incondicional entre os analfabetos a 60% entre os mais escolarizados. Em ordem inversa, 13% dos menos escolarizados entendem que protestos contra o governo “nunca” são admissíveis, percentual que cai para 2% para os mais escolarizados. Essa variação não deve ofuscar, contudo, a proximidade da distribuição na alternativa intermediária (“se não houver transtornos”). O dado revela as formas comuns de perceber o protesto e seus limites entre as diferentes faixas de escolaridade em frequência maior do que poderia ser esperado de antemão.

GRÁFICO 25

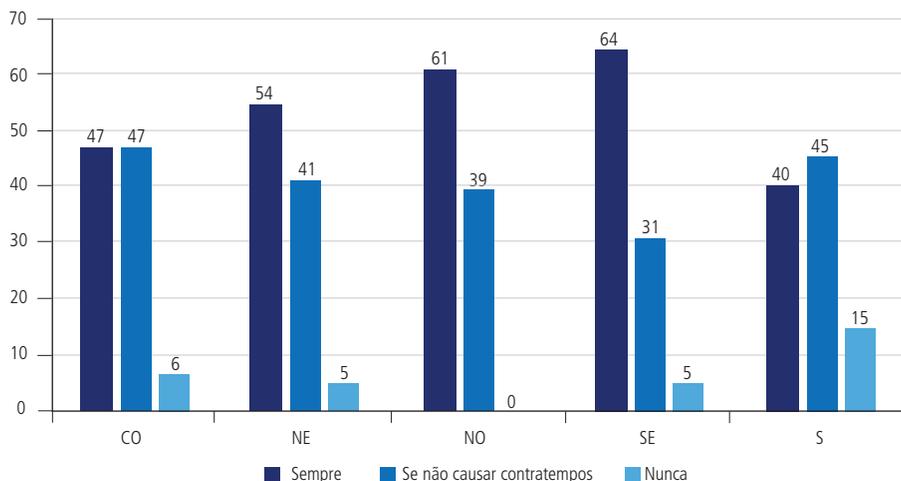
Proporção da opinião dos entrevistados sobre o direito ao protesto contra o governo, por faixas de escolaridade
(Em %)



Há também variação regional a se observar. As regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste apresentam os menores níveis de adesão incondicional ao direito ao protesto, como indica o gráfico 26. Esse dado se coloca em surpreendente contraste com o alto percentual relativo de respondentes da região Norte (61%), que entendem o direito ao protesto como

incondicional, aliado à ausência de respondentes nesta região que tenham optado pela alternativa “nunca”.¹³

GRÁFICO 26
Proporção da opinião dos entrevistados sobre o direito ao protesto contra o governo, por região
 (Em %)



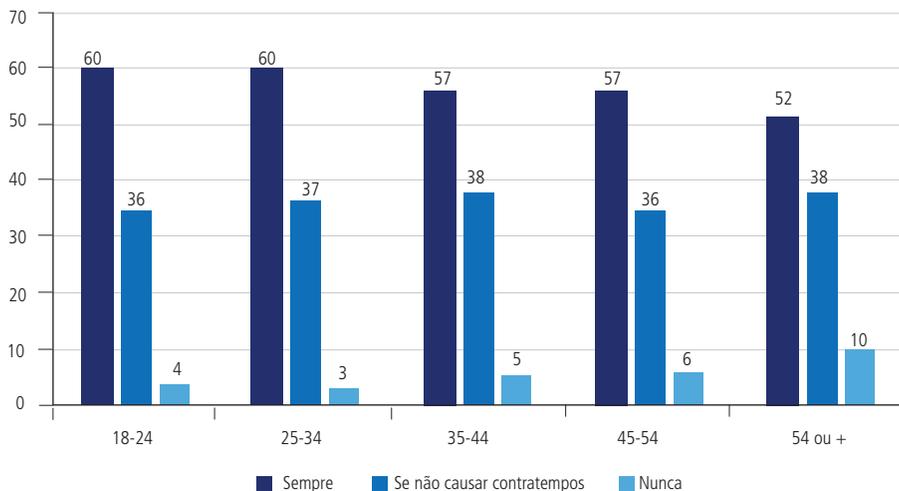
Elaboração do Ipea.

Como a distribuição no gráfico 27 revela, novamente os jovens foram a fração etária de maior proporção na resposta “sempre”. Seria possível considerar que a diferença se deve a um espírito mais “combativo” dos mais jovens, cuja tradução pode ser maior vocação ao protesto. Entretanto, a presença repetida das diferenças geracionais, na qual os mais jovens aderem mais a valores democráticos que os mais velhos, permite considerar a possibilidade de esta adesão espelhar a socialização primária desse segmento em uma ordem política democrática. A disseminação de direitos ou a luta nesse sentido já faz parte de seu cotidiano. A juventude nasceu e viveu na democracia e isso parece ter deixado as suas marcas nas opiniões e valores políticos desse segmento.

13. Raça e sexo não exibiram efeitos significativos. Os que “creem em Deus”, mas não têm filiação religiosa definida, apresentam menores níveis de adesão ao protesto incondicional, se comparados aos ateus. No entanto, tais segmentos aparecem em número bastante pequeno da amostra.

GRÁFICO 27

Proporção da opinião dos entrevistados sobre o direito ao protesto contra o governo, segundo faixas de idade
(Em %)



Elaboração do Ipea.

8 DESIGUALDADES SOCIAIS: INDIVÍDUO, NATUREZA OU POLÍTICA PÚBLICA?

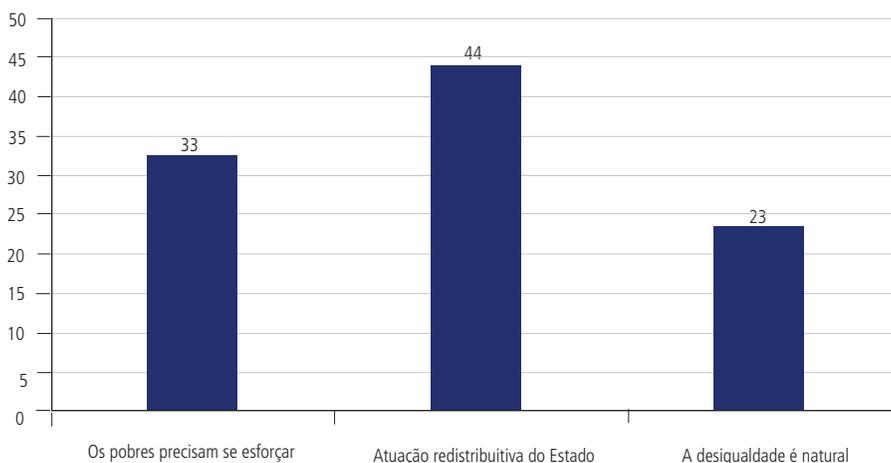
Se as percepções sobre a capacidade de influenciar o governo indicam estarem os brasileiros mais ciosos de seu papel como cidadãos ativos – *pace* grande parte da literatura sobre apatia política –, o próximo objeto de nossa análise diz respeito a uma questão fundamental: o enfrentamento das desigualdades de renda. A questão permite uma análise por dois ângulos distintos. No primeiro, é possível indagar sobre a responsabilidade pelas desigualdades. No segundo, é possível verificar o papel desejável e o compromisso do Estado na manutenção ou transformação deste cenário. A questão que norteará a análise é descrita a seguir.

Apesar de algumas melhorias recentes, o Brasil ainda é um país com muita desigualdade social. Para você, o que seria mais importante para modificar essa situação?

- 1) Os mais pobres devem se esforçar mais ou aproveitarem melhor as oportunidades que têm.
- 2) O governo deve aumentar os impostos para os mais ricos e ajudar mais os mais pobres.
- 3) A desigualdade é natural, pois algumas pessoas têm mais capacidade que as outras. Por isso, não há muito a ser modificado.

O gráfico 28 apresenta a distribuição percentual das respostas. As três alternativas de resposta somam adesão substancial na população: aqueles que indicaram ser o pró-ativismo dos mais pobres a melhor alternativa para reduzir desigualdades somam 33%; aqueles que atribuem ao Estado o dever de mudar o *status quo* somam 44%; e aqueles para os quais as desigualdades se fundam na natureza das relações sociais somam 23%.

GRÁFICO 28
Proporção da opinião dos entrevistados sobre as razões das desigualdades entre pobres e ricos
 (Em %)



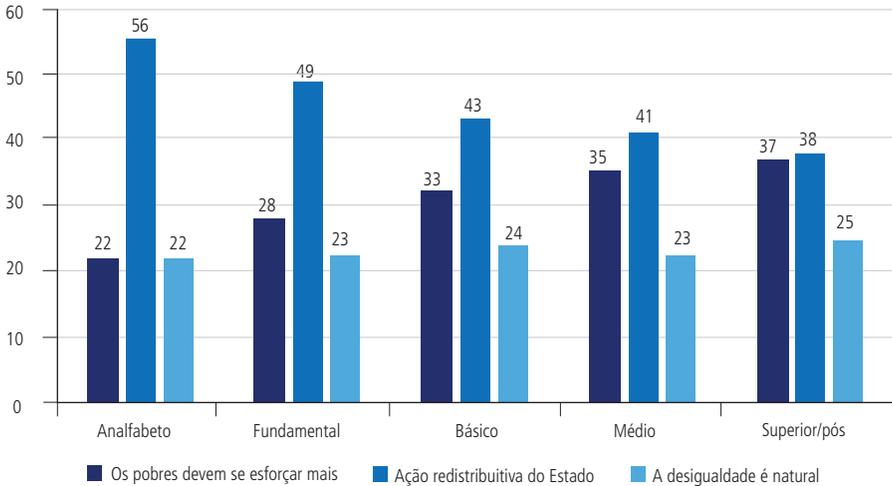
Elaboração do Ipea.

Os gráficos 29, 30, 31, 32 e 33 exploram a associação dessas escolhas com algumas variáveis sociodemográficas. O gráfico 29 mostra forte associação por escolaridade. Os mais escolarizados atribuem ao esforço dos próprios pobres a via mais importante para modificar a desigualdade. Nos extremos, essa variação vai de 22% entre analfabetos a 37% entre aqueles que têm nível superior. Da mesma forma, os mais escolarizados tendem a considerar a desigualdade mais “natural” que os demais, ainda que a variação – que é estatisticamente significativa – seja pequena ao longo das faixas nesta categoria. Em suma, os mais escolarizados têm uma visão mais “liberal” e, pode-se dizer, atribuem menor responsabilidade ao Estado para operar mudanças redistributivas.¹⁴

14. As únicas variáveis que não se mostraram significativas nesta análise foram renda e sexo.

GRÁFICO 29

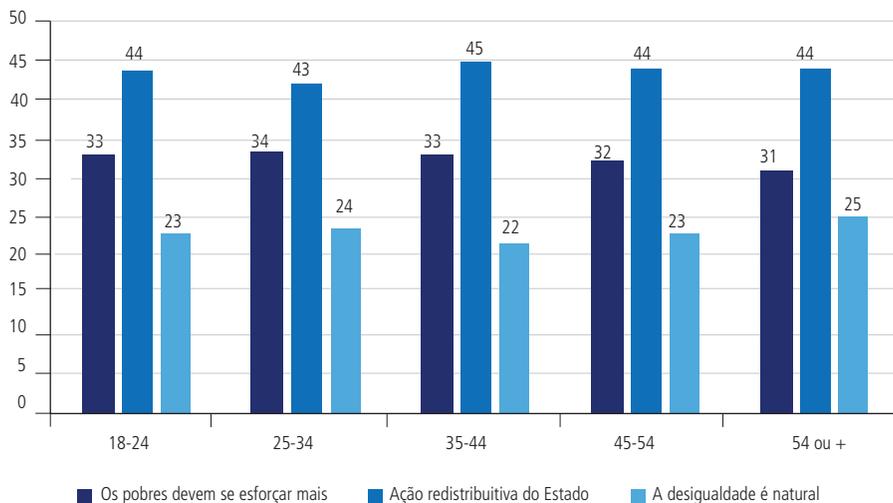
Proporção da opinião dos entrevistados sobre as razões das desigualdades entre pobres e ricos, por faixas de escolaridade
(Em %)



Elaboração do Ipea.

À luz das distinções geracionais observadas nas questões anteriores, surpreende não haver associação significativa entre faixas etárias e a proporção de respostas na questão sobre “como modificar a desigualdade no país”, como ilustra o gráfico 30. Vale observar que, para todas as variáveis sociodemográficas, o impacto nas preferências recai sobre as alternativas 1 e 2, pouco atingindo a parcela da população que naturaliza a desigualdade social, a qual gravita sempre em torno de um quarto ou um quinto dos respondentes.

GRÁFICO 30
Proporção da opinião dos entrevistados sobre as razões das desigualdades entre pobres e ricos, por idade
 (Em %)



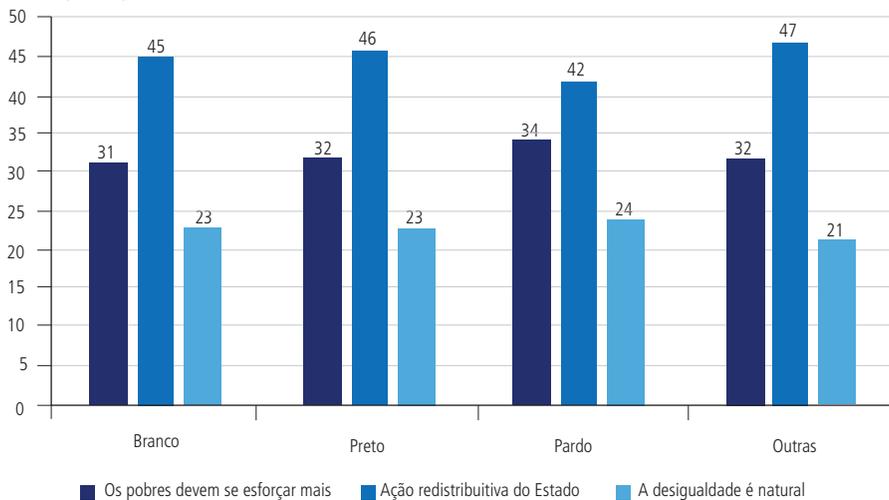
Elaboração do Ipea.

Também a raça, a este respeito, tem associação com as respostas, mas, nos níveis convencionais de significância estatística, apenas nas probabilidades de escolha entre as alternativas de respostas 2 e 3. Os testes mostram probabilidade menor de os negros se situarem na terceira categoria, qual seja, a que afirma que a desigualdade é natural, ainda que isso não gere preferência discernível, neste grupo, sobre como esta pode ser superada – se pelo esforço próprio ou pela ação do Estado (gráfico 31).

A associação da religião com as proporções de resposta é interessante. Aqueles que creem em Deus, mas especialmente os evangélicos *vis-à-vis* os católicos, localizam inequivocamente no esforço individual dos mais pobres o caminho para a redução das desigualdades, se comparada à alternativa da ação redistributiva do Estado (gráfico 32).

GRÁFICO 31

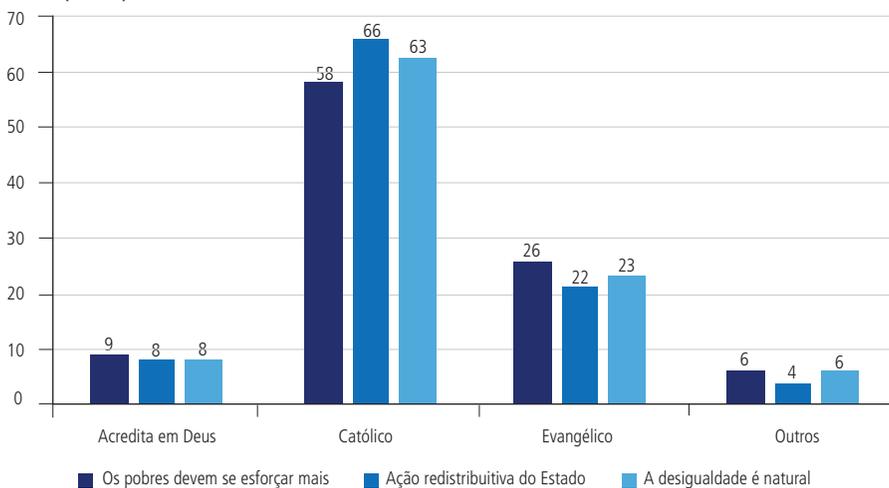
Proporção da opinião dos entrevistados sobre as razões das desigualdades entre pobres e ricos, por raça
(Em %)



Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 32

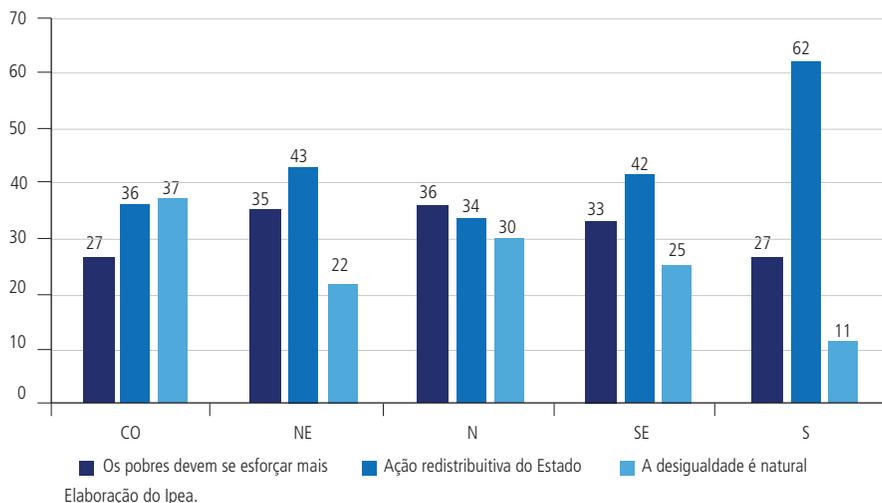
Proporção da opinião dos entrevistados sobre as razões das desigualdades entre pobres e ricos, por religião
(Em %)



Elaboração do Ipea.

Por fim, as variações regionais são, novamente, relevantes. Como o gráfico 33 indica, moradores do Norte e do Centro-Oeste revelam maior tendência de escolha da opção que afirma que a desigualdade “é natural”, em contraposição aos entrevistados da região Sul, que são assertivos quer na rejeição da “naturalidade” das desigualdades, quer na rejeição de que esta deveria ser superada pelo esforço pessoal – localizando claramente na *ação do Estado* o necessário redutor das desigualdades.

GRÁFICO 33
Proporção da opinião dos entrevistados sobre as razões das desigualdades entre pobres e ricos, por região
 (Em %)



9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro de forte mudança na estrutura socioeconômica do país delineado na última década trouxe novos ingredientes para o debate sobre a relação dos brasileiros com a democracia: teria esse quadro criado novos padrões de entendimento sobre a ordem democrática? Teria, ademais, engendrado novos padrões de conflito e consenso sobre os processos de ampliação de direitos e de conquista de cidadania? Tais mudanças devem, ainda, ser consideradas tendo como pano de fundo a lembrança de que nossa trajetória sociopolítica é marcada por sensíveis descontinuidades – ou, nas palavras de Freire (1983), por “inexperiências democráticas” –, se enquadrada em perspectiva de longo prazo.

Os dados examinados ao longo deste texto revelam que, se por um lado, no plano de seu desenvolvimento social e econômico, o país pode celebrar uma “década inclusiva” (Ipea, 2012b), por outro, no plano de seu desenvolvimento político, a relação dos cidadãos com o regime democrático está longe de ser unilinear e entusiástica. A maioria dos cidadãos percebe ter capacidade mediana de influenciar o governo, sendo o voto a principal arma de que dispõem para tanto; mas outros entendem ter mais alta capacidade de influência e reconhecem em instâncias participativas um bom canal para fazê-lo.

Em questões relacionadas a aspectos mais substantivos da ordem democrática, tais como se pobres votam pior que ricos; se a luta de grupos minoritários por direitos é positiva ou negativa para o país; ou se os cidadãos devem dispor de direito incondicional ao protesto, as posições são divididas. Se, por um lado, a divisão indica que não se está diante de uma “democracia sem democratas”, pois parcela importante adere de forma clara a princípios fundamentais da democracia, por outro, há uma fração importante que não compartilha desses princípios. E, embora uma fração expressiva dos cidadãos valorize a ação do Estado para reduzir desigualdades econômicas, parcelas razoáveis entendem que ela se relaciona mais ao esforço individual ou à própria natureza das coisas.

Curiosamente, quase nenhuma dessas clivagens é explicada pela renda. Em outras palavras, sob o ponto de vista dos valores políticos, há pouco sentido em identificar a emergência de formações identitárias ou de interpretar o mundo dando proeminência à recente modificação na estrutura de renda dos brasileiros: se as mudanças estão ocorrendo na estrutura valorativa, elas não parecem derivar diretamente, sem mediações, das variações na renda dos indivíduos.

O que, então, está associado à diversidade de posições mantidas pelos cidadãos em relação à democracia? Afora as regiões geográficas, a idade e o nível de escolaridade são os atributos que mais apresentam relação com as diferenças de posição entre os entrevistados nessas questões. E mesmo a escolaridade tem comportamento pouco preciso: se, por um lado, maior escolaridade está associada a posições de caráter mais “social”, em questões sobre a apropriação do regime democrático e de seus instrumentos, à “qualidade” do voto dos mais pobres, ou à incondicionalidade do direito ao protesto; por outro, ela

também está associada a uma posição mais “liberal” em questões sobre o papel do Estado e do indivíduo no combate às desigualdades.

Tudo isso, somado a outros estudos recentes, reforça a necessidade de se buscar uma leitura que relacione valores políticos e estrutura social levando em conta não apenas esses atributos tradicionais, mas também variáveis sócio-ocupacionais e outras que, em última análise, permitam captar os diferentes estilos de vida e possam compreender a formação de novas clivagens para além dos critérios econômicos. Tal análise escapa aos objetivos e aos limites metodológicos deste texto, mas apenas por meio dela será possível uma compreensão mais segura do quadro das mudanças sociais recentes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- AVRITZER, L. **Participatory institutions in democratic Brazil**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2009.
- BENNETT, T. *et al.* **Culture, class, distinction**. Londres: Routledge, 2009.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Zouk/EDUSP, 2006.
- _____. Espaço social e espaço simbólico. *In: Razões práticas*. Campinas, SP: Papyrus, 2011.
- DERROTA nas urnas põe fim à dinastia de figurões da Baixada. **O Globo**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/derrota-nas-urnas-poe-fim-dinastia-de-figuroes-da-baixada-6390902>>. Acesso em: 11 abr. 2013.
- FREIRE, P. **Educação como prática para a liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **SIPS** – Sistema de indicadores e percepção social. Brasília, 2012a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120418_sips_metodologia.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2012.
- _____. **A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda**. Brasília, 2012b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf>.

JACOB, C. *et al.* **Geografia do voto nas eleições presidenciais do Brasil**. São Paulo: PUC/Vozes, 2010.

LAMOUNIER, B. ; SOUZA, A. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.

MENEGUELLO, R. Tendencias electorales tras 12 años de democracia. *In*: SÁEZ, A. M. ; MELO, C. R. (Ed.). **La democracia brasileña: balance y perspectivas para el siglo XXI**. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2008.

MOISES, J. A. Os significados da democracia segundo os brasileiros. **Opinião pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 269-309, nov. 2010.

NATALINO, M. Valores sociais e democracia: desafios à construção de uma cultura sensível aos direitos humanos. *In*: SILVA *et al.* (Org.). **Estado, instituições e democracia**. Brasília: Ipea, 2010. v. 2 (Democracia).

NERI, M. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. Rio Janeiro: Saraiva, 2012.

PALERMO, V. Como se governa o Brasil. **Dados**, v. 43, n. 3, 2000.

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

POWER, T. Optimism, pessimism, and coalition presidentialism: debating the institutional design of Brazilian democracy. **Bulleting of Latin American research**, v. 29, n. 1, p. 18-33, 2010.

SAE – SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. **Vozes da classe média: é ouvindo a população que se constroem políticas públicas adequadas**. Brasília: Marco Zero, 2012a. Disponível em: <<http://issuu.com/sae.pr/docs/vcm/1>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

_____. **Comissão para definição da classe média no Brasil**. Brasília, 2012b. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-Defini%C3%A7%C3%A3o-da-Classe-M%C3%A9dia-no-Brasil1.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

SÁ E SILVA, F.; PIRES, R.; LOPEZ, F. A democracia no desenvolvimento e o desenvolvimento da democracia. *In*: CARDOSO JÚNIOR, J. **Para a reconstrução do desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2011.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

MÍDIA E COMUNICAÇÃO

João Maria de Oliveira*
Luis Claudio Kubota*

RESUMO

O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) - Mídia e Comunicação apresentou a percepção da sociedade brasileira acerca dos meios de comunicação. Em linhas gerais, a investigação confirmou a TV como o mais utilizado. Apesar de menor, a proporção de consumo da TV entre os mais escolarizados ainda é a maior entre todos os meios. A internet já aparece como segundo meio mais utilizado, maior até que jornal e rádio. Para os respondentes, o meio mais confiável é a TV e ela é a maior fonte de influência de opiniões. O jornal ainda aparece como mais confiável do que a própria internet, entretanto ele fica abaixo dos familiares e da internet/redes sociais quanto à influência na formação de opiniões. Aliás, a internet/redes sociais já aparece como maior formadora de opiniões, superando outros meios de comunicação, inclusive amigos/colegas de trabalho e religião. Quanto ao rádio, a pesquisa apontou que 39,4% dos respondentes não ouvem o veículo e, daqueles que ouvem, dois terços avaliam positivamente a programação, que é principalmente música e notícias. Poucos ouvem o programa *A Voz do Brasil*, no entanto a maioria é favorável ao mesmo. Responderam que não leram revistas ou jornais impressos na semana anterior à pesquisa 64,1%.

1 INTRODUÇÃO

Com o compromisso de realizar estudos a fim de subsidiar a elaboração e a avaliação de políticas públicas, o Ipea criou o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Nele são gerados dados primários confiáveis – complementares às informações já utilizadas pelo instituto e disponibilizadas por instituições parceiras – sobre a percepção da sociedade acerca de diversas dimensões das políticas públicas. O processo objetiva gerar informações e análises que possibilitem aos agentes públicos estruturarem melhor suas atuações, bem como permitir à sociedade civil conhecer a percepção, o grau de importância e a avaliação de diversos serviços públicos.

*Técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) do Ipea.

Este capítulo visa apresentar a pesquisa concluída na rodada sobre mídia e comunicação. Será exibida a percepção da sociedade brasileira acerca dos meios de comunicação e sua efetividade para a comunicação social.

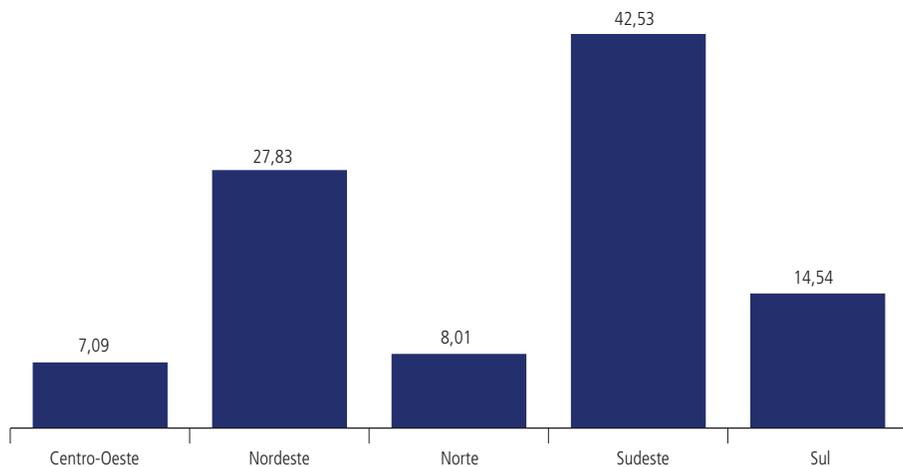
2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A PESQUISA

A pesquisa, cujo tamanho da amostra foi de 3.809 respondentes, teve seu período de coleta de 10 de março de 2012 a 1º de abril de 2012. A seguir são apresentadas as variáveis caracterizadoras dos respondentes que possuem variabilidade explicativa.

2.1 Caracterização dos respondentes

Os respondentes da pesquisa estão distribuídos pelas regiões brasileiras conforme o gráfico 1. A distribuição reflete a proporcionalidade populacional e a garantia do nível mínimo de confiança de 5%.

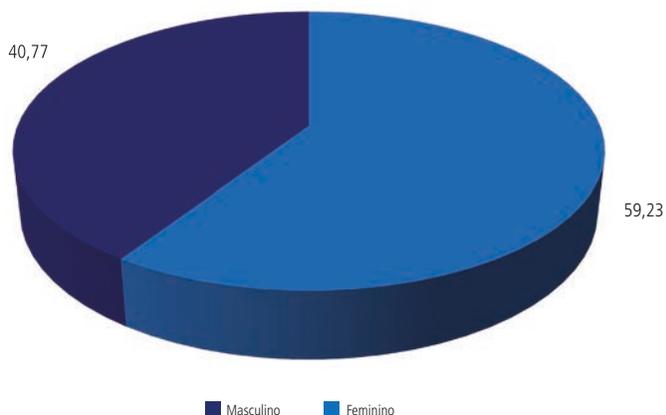
GRÁFICO 1
Distribuição dos respondentes por região
(Em %)



Elaboração do Ipea.

A distribuição dos respondentes por gênero, como apresentado no gráfico 2, também reflete a proporcionalidade desta característica da população brasileira.

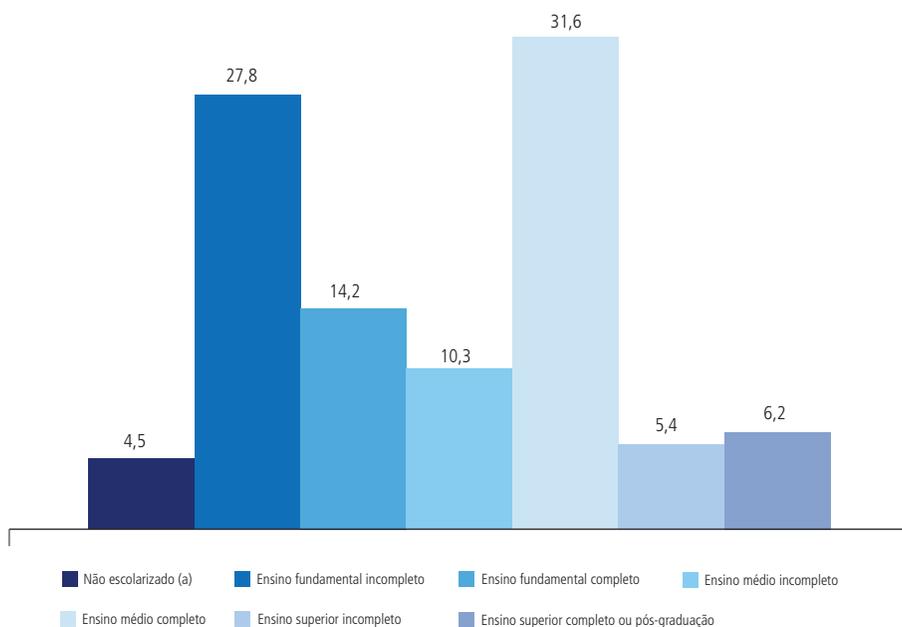
GRÁFICO 2
Distribuição dos respondentes por sexo
(Em %)



Elaboração do Ipea.

No gráfico 3 é apresentada a distribuição dos respondentes quanto à escolaridade. Nele está evidenciada a maior proporção de participantes com ensino médio completo – quase um terço do total – e com ensino fundamental incompleto. Juntos, os dois grupos representam quase 60% da amostra.

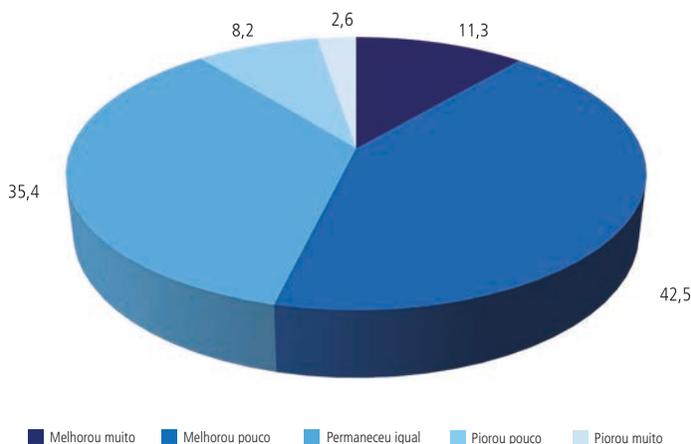
GRÁFICO 3
Distribuição dos respondentes por escolaridade
(Em %)



Elaboração do Ipea.

Nas diversas rodadas do SIPS está incluída uma questão sobre a percepção dos indivíduos em relação à situação econômica e social de suas vidas. No gráfico 4, evidencia-se que uma expressiva proporção da amostra (53,8%) avalia que sua situação melhorou – um pouco ou muito. Aqueles que consideraram terem piorado suas condições socioeconômicas são somente 10,85%.

GRÁFICO 4
Percepção acerca da mobilidade social
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção são apresentados os resultados da rodada dos indicadores de percepção social sobre mídias e comunicações, bem como as análises decorrentes deles. Os resultados são apresentados quanto ao acesso a informações, à percepção sobre quais os meios mais confiáveis e à capacidade de influência. Em seguida são realizadas as análises de dois meios de comunicação: a TV e o rádio.

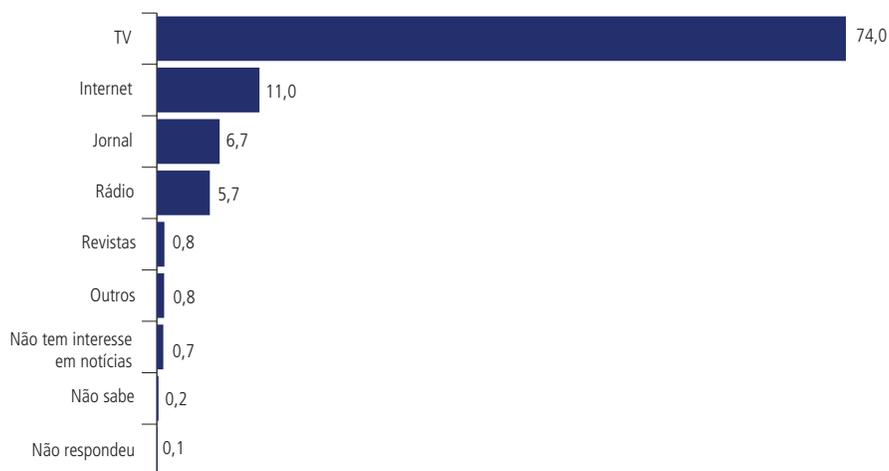
3.1 Acesso a informações

Conforme apresentado no gráfico 5, 74% dos respondentes utilizam a TV como o principal meio de acesso a informações. A internet, segunda colocada, foi apontada por apenas 11%. Ressalte-se que o rádio foi apontado por apenas 5,7%, ficando atrás do jornal como principal meio de acesso a informações.

GRÁFICO 5

Principal meio de acesso a informações

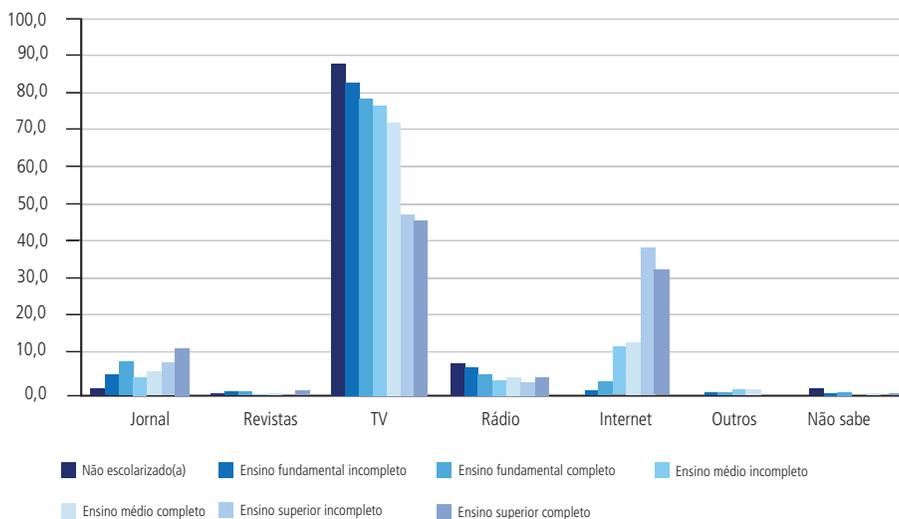
(Em %)



Elaboração do Ipea.

O gráfico 6 apresenta a escolha do meio de comunicação mais utilizado para acesso a informações, distribuída por escolaridade. Percebe-se que quanto menor o nível de escolaridade mais se utiliza a TV como principal meio para acesso a informações. Fenômeno semelhante parece ocorrer com o rádio, embora em menor escala. Por sua vez, a internet cresce como meio de comunicação mais utilizado nos maiores níveis de escolaridade, resultado que, em menor proporção, também se configura em relação ao jornal.

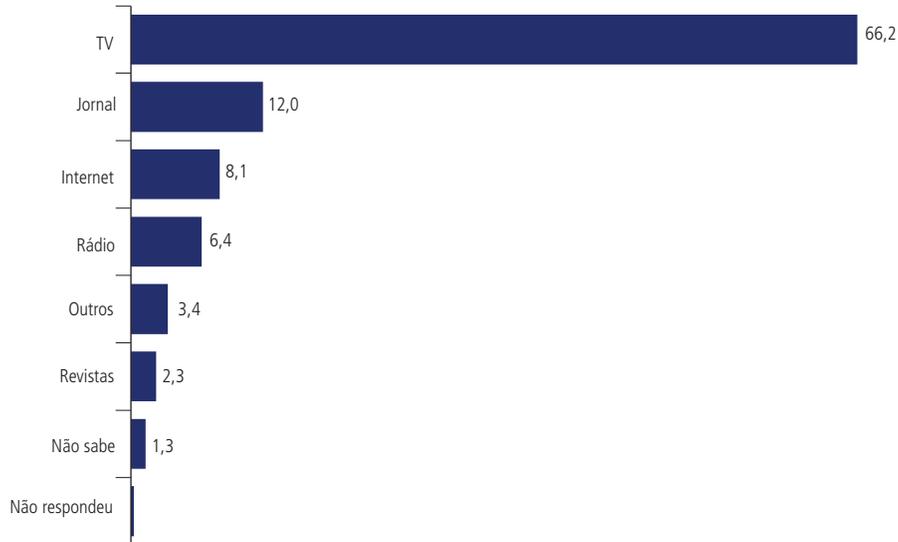
GRÁFICO 6
Principal meio de acesso a informações, por escolaridade
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

Quando se avalia a percepção dos respondentes quanto ao meio de comunicação que transmite informações de modo mais confiável, obtém-se que a TV é considerada o meio mais confiável, conforme o gráfico 7.

GRÁFICO 7
Confiabilidade do meio de comunicação
(Em %)

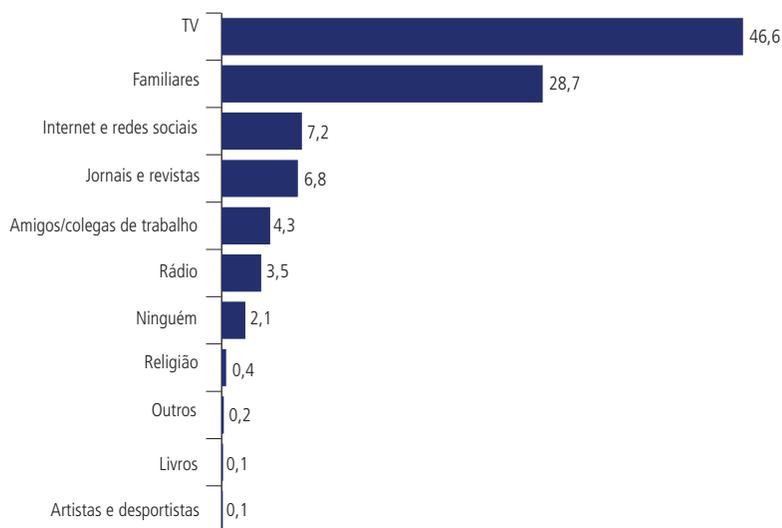


Elaboração do Ipea.

Apesar de mais utilizada que o jornal, a internet não tem o mesmo nível de confiabilidade. Para 12% dos respondentes, o jornal é o meio de comunicação mais confiável, enquanto a internet é o mais confiável para 8,1% deles.

Em relação à formação de opinião, a percepção dos respondentes é que a TV é a maior fonte de influência. Conforme o gráfico 8, para 46,6% ela é a mais influenciadora, mais até que os familiares – 28,7% –, o segundo colocado. Novamente, a internet e as redes sociais aparecem com maior influência que outras mídias, tais como jornais, rádio e livros, superando até a religião.

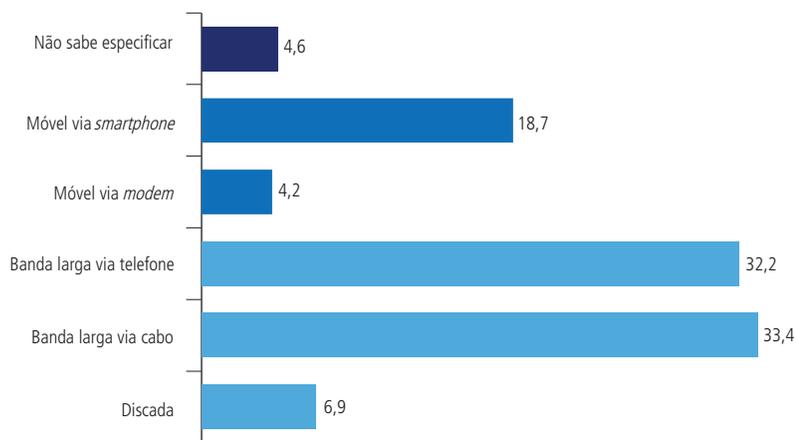
GRÁFICO 8
Influência na formação de opiniões
(Em %)



Elaboração do Ipea.

Quanto à internet, a pesquisa buscou saber se o respondente tinha acesso a ela e como ele se dava. Do total de respondentes, 59,5% declararam não possuir acesso à internet, ao passo que 39,7% possuem algum tipo de acesso à internet, domiciliar ou pessoal. O gráfico 9 mostra o tipo de acesso daqueles que responderam possuí-lo. A banda larga fixa representa 72,5% dos acessos; e a comunicação móvel, 22,9%. Registraram-se 6,95% de entrevistados com acesso à internet discada, indicando que este mecanismo de baixa qualidade ainda é utilizado no país, embora tenha diminuído muito, conforme recentes pesquisas do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br).

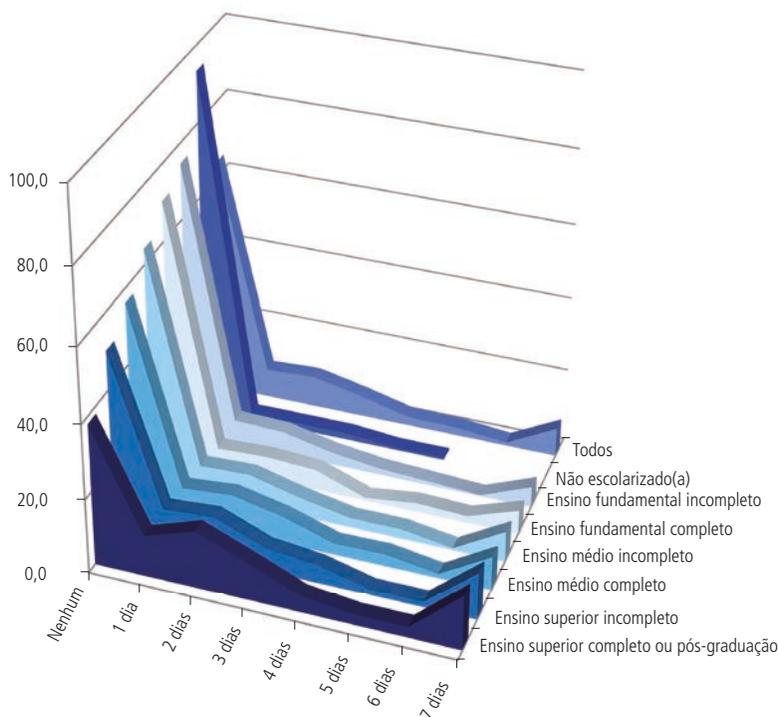
GRÁFICO 9
Tipo de acesso à internet
(Em %)



Elaboração do Ipea.

Outro aspecto relevante é a leitura de jornais e revistas impressos. Questionados sobre em quantos dias leram mídias impressas na semana anterior à pesquisa, 64,1% responderam que não acessaram este tipo de mídia naquele período de tempo. O gráfico 10 mostra que os respondentes pouco se utilizam de jornais e revistas. Existe relação inversa entre esta leitura e o nível de escolaridade. Quanto menor o nível, menos se acessa jornais e revistas. Mesmo entre os mais escolarizados, 38,1% não leem jornais e revistas, enquanto somente 14,8% dos respondentes com nível superior acessam estas mídias diariamente.

GRÁFICO 10
Dias de leitura de jornais e revistas impressos, por escolaridade
 (Em %)



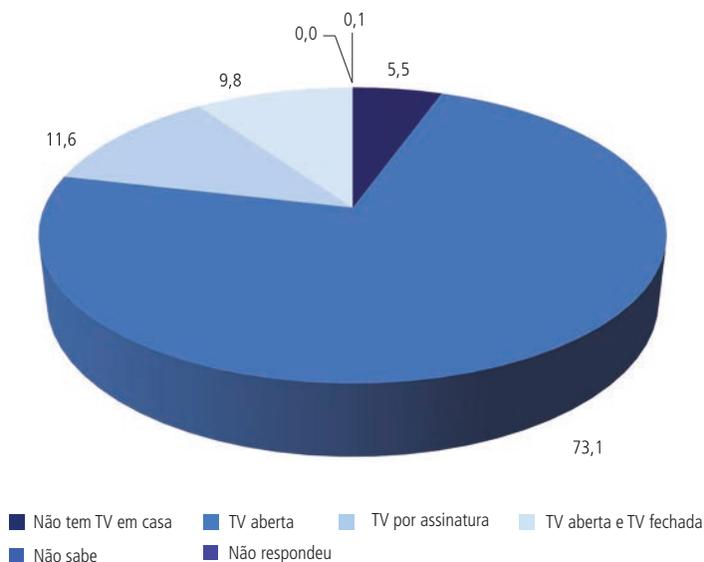
Elaboração do Ipea.

3.2 Televisão

Nesta subseção são apresentados os resultados específicos da percepção dos respondentes – e, por extensão metodológica, dos brasileiros – sobre a TV e sua função. Os entrevistados relataram o tempo que passam assistindo à TV, bem como suas avaliações da programação, da propaganda e da programação infantil.

Em relação ao acesso à TV, a pesquisa mostra que 94,5% têm TV em casa. Como apresenta o gráfico 11, 73,1% têm acesso somente à TV aberta, enquanto 11,6% têm acesso à TV por assinatura e 9,8% têm ambas as opções. Por região, a maior ocorrência de acesso somente à TV aberta ocorre no Nordeste: 93% dos respondentes afirmaram ter apenas este tipo de acesso à TV em casa. A TV por assinatura tem sua maior densidade na região Sudeste, onde 26,3% dos respondentes afirmaram tê-la em suas casas.

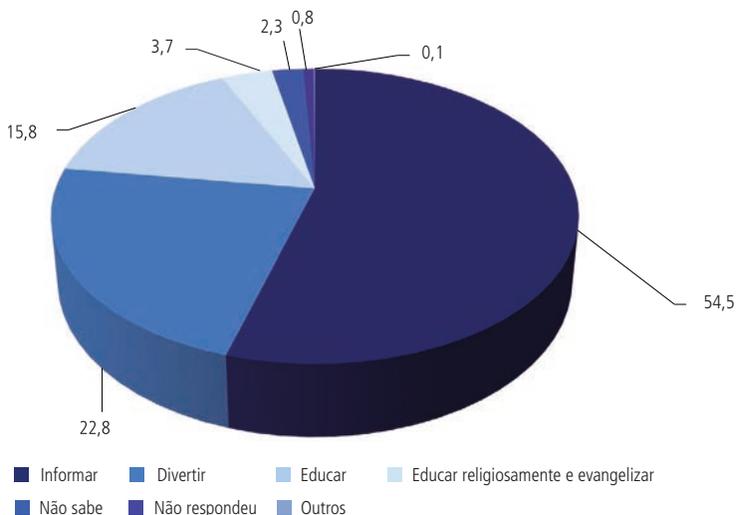
GRÁFICO 11
Acesso à televisão
(Em %)



Elaboração do Ipea.

Para 54,5% dos respondentes, a principal função da TV é informar. O gráfico 12 mostra ainda que 22,8% dos brasileiros creem que a TV tem como principal função divertir, enquanto 15,8% acreditam que a função da TV é educar. Cabe ressaltar que 3,7% dos respondentes afirmam que a TV deve ter como papel principal educar religiosamente e evangelizar.

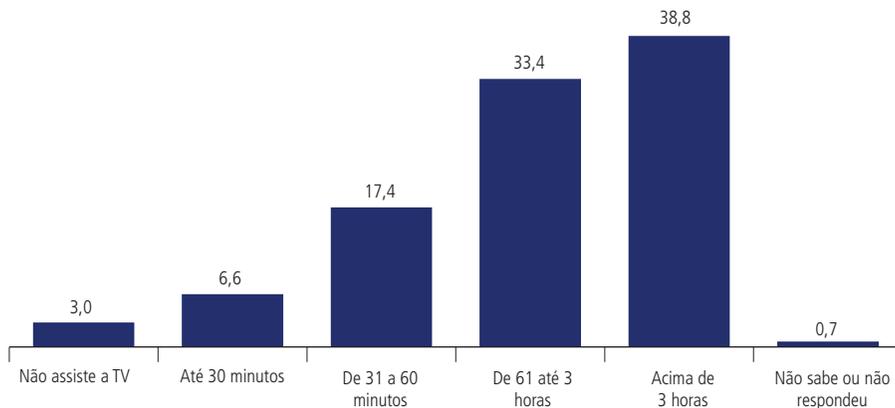
GRÁFICO 12
Função da TV
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

Em relação ao tempo que passam na frente da TV diariamente, 72,3% afirmam passar mais de uma hora vendo TV. Conforme o gráfico 13 apresenta, 38,8% assistem à TV durante mais de três horas diariamente.

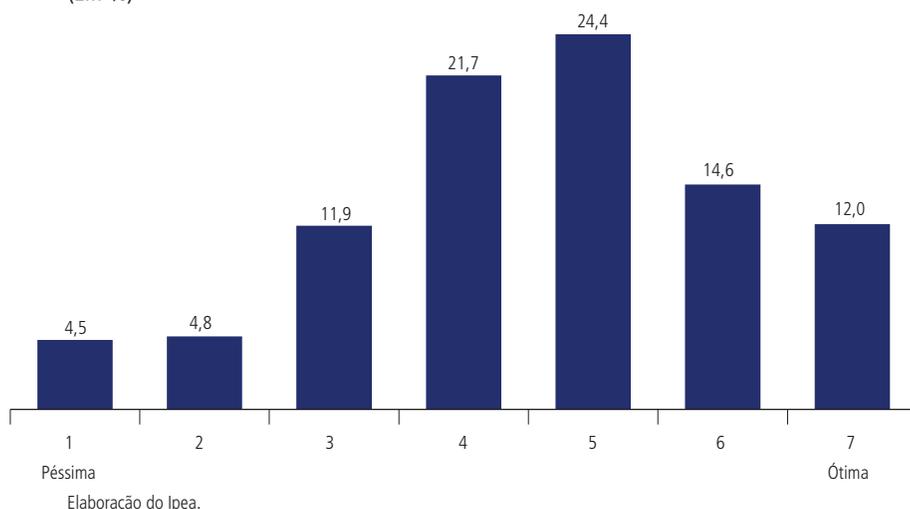
GRÁFICO 13
Tempo vendo TV
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

Perguntados sobre sua percepção da qualidade da programação veiculada na TV brasileira, 12% a avaliam como ótima, enquanto 4,5% avaliam a programação veiculada como péssima, conforme o gráfico 14.¹ Pelo mesmo gráfico, pode-se concluir que, quanto à qualidade da programação da TV brasileira, os respondentes encontram-se divididos, uma vez que 51,5% fazem uma avaliação positiva dela, enquanto 21,7% fazem uma avaliação neutra e 21,2% fazem uma avaliação negativa.

GRÁFICO 14
Qualidade da programação da TV brasileira
(Em %)



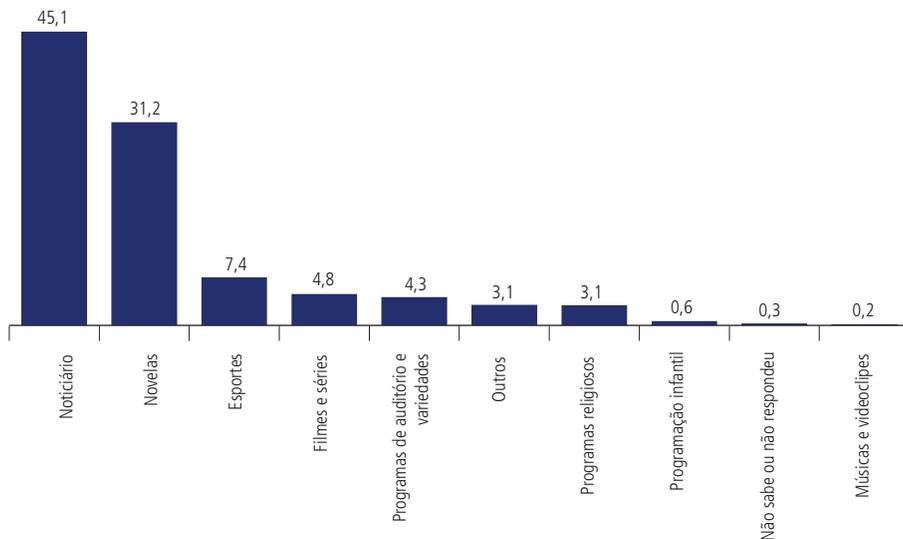
Quanto ao tipo de programação a que mais assiste na TV, 45,1% dos entrevistados responderam que são os noticiários, enquanto 31,2% responderam que são as novelas. O terceiro tipo de programação mais visto são os esportes –7,4%. O gráfico 15 apresenta os dados.

A pesquisa procurou saber a percepção dos respondentes quanto à variedade da programação da TV brasileira.² Os respondentes mostraram-se divididos quanto a esta questão, uma vez que 47,5% avaliaram positivamente a diversidade, 25,7% a avaliaram negativamente e 26,7% fizeram uma avaliação neutra.

1. Nas questões de avaliação de qualidade, cujas respostas são apresentadas nos gráficos 14, 16, 17, 18, 20 e 23, foi utilizada uma figura com escala de 1 a 7. A posição 1, mais baixa, significa péssima qualidade, e a posição 7 (mais alta), ótima qualidade. Respostas entre 1 e 3 são consideradas avaliação positiva da qualidade, enquanto respostas entre 7 e 5 representam avaliação negativa. A posição 4 é considerada posição neutra.

2. Sem se considerar a programação infantil, uma vez que a pesquisa tratou da programação infantil em itens específicos, conforme será apresentado mais adiante.

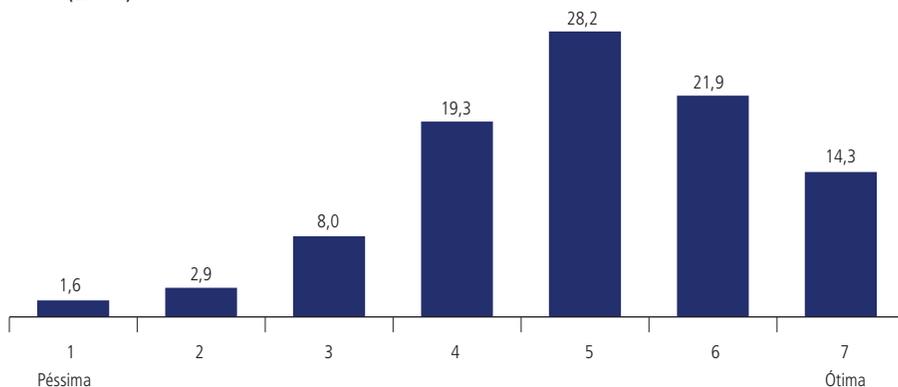
GRÁFICO 15
Tipo de programação que mais vê
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

Perguntados sobre sua percepção da confiabilidade do noticiário veiculado na TV, programa mais assistido por eles, 14,3% avaliam a confiabilidade como ótima. O gráfico 16 mostra que 64,4% dos respondentes avaliam positivamente a confiabilidade do noticiário na TV, enquanto 12,5% avaliam negativamente e 19,3% fazem uma avaliação neutra.

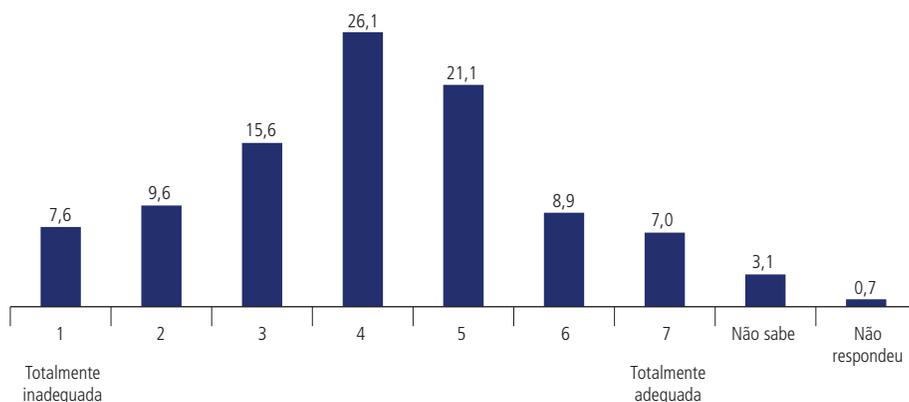
GRÁFICO 16
Confiabilidade do noticiário da TV
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

Uma parte importante da pesquisa de percepção em relação à TV é a questão da publicidade. A pesquisa procurou saber como os respondentes avaliavam a adequação da publicidade veiculada na TV aberta brasileira, em relação a todas as idades. O gráfico 17 mostra que 37% dos respondentes a avaliam positivamente,³ 21,1% a avaliam de forma neutra e 32% a avaliam negativamente.⁴ Assim, os respondentes mostram-se divididos quanto à adequação da propaganda na TV.

GRÁFICO 17
Adequação da propaganda na TV
(Em %)



Elaboração do Ipea.

Sobre a influência das propagandas em suas decisões de compras, 48,7% dos respondentes acreditam que as propagandas na TV têm pequena, muito pequena ou nenhuma influência em suas decisões de compras; para 28,1% dos respondentes, a propaganda tem grande ou muito grande influência; e, para 23,3% deles, a propaganda tem influência nem grande nem pequena.

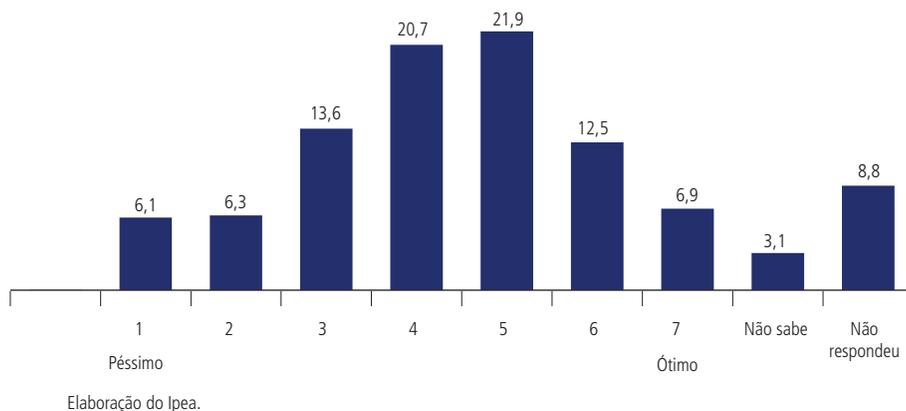
Quanto à programação infantil, a pesquisa buscou obter dois aspectos. O primeiro relaciona-se ao caráter educativo da programação infantil. O gráfico 18 mostra que 41,2% avaliam positivamente o caráter educativo da programação infantil, enquanto 26,1% avaliam-no negativamente e 20,7% o avaliam de forma neutra. Quando questionados sobre se procuram evitar

3. Consideram-se as repostas 5 (21,1%), 6 (8,9%) e 7 (7,0%) como uma avaliação positiva.

4. Consideram-se as repostas 1 (7,6%), 2 (9,6%) e 3 (15,6%) como uma avaliação negativa.

que seus filhos assistam a conteúdos inadequados às suas faixas de idades, 73,3% dos respondentes que têm filhos menores de idade responderam que sim, procuravam evitar que os filhos assistissem a eles.

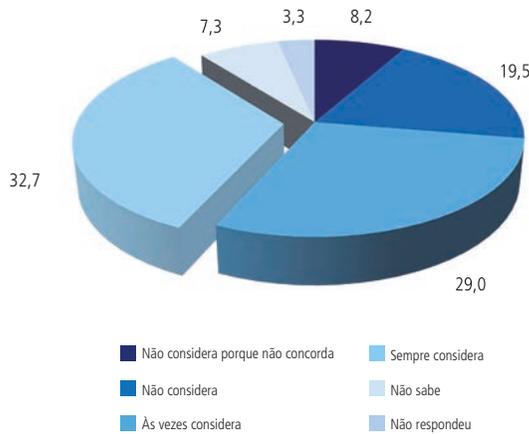
GRÁFICO 18
Caráter educativo da programação infantil
(Em %)



O segundo aspecto capturado foi em relação à influência da classificação indicativa, determinada pela legislação e apresentada pelas emissoras de TV, na decisão do que as crianças devem ver. O gráfico 19 mostra que se, por um lado, 32,7% sempre consideram a classificação indicativa ao decidir o que as crianças devem ver, por outro, 27,6% não a consideram – 8,2% deles por não concordarem com a classificação. Há, ainda, 19,5% que às vezes a consideram. Ressalte-se também que 7,3% afirmaram não saber sobre a classificação indicativa, o que talvez reflita o desconhecimento da própria classificação ou seu significado.

Questionados sobre a visibilidade da classificação indicativa, 44,5% afirmaram que a classificação é apresentada de forma adequada, com destaque, visibilidade e tempo suficiente, enquanto 34% responderam que a classificação não é apresentada de forma adequada, e 16,5% que ela é apresentada de forma mais ou menos adequada. Pode-se concluir, pela percepção dos respondentes, que a classificação indicativa talvez não esteja sendo apresentada de forma adequada.

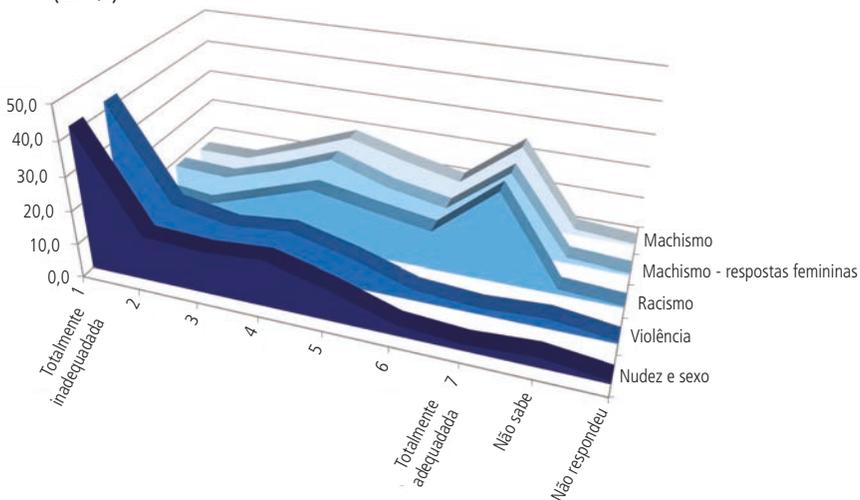
GRÁFICO 19
Influência da classificação indicativa
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

Também foram coletadas as percepções em relação a alguns conteúdos específicos, tais como: nudez ou sexo, violência, racismo e machismo. Em todos os casos, os respondentes tinham que se posicionar quanto à adequação destes conteúdos, segundo uma escala que variava da total inadequação à total adequação. O gráfico 20 apresenta os resultados destas percepções.

GRÁFICO 20
Adequação de conteúdos
 (Em %)



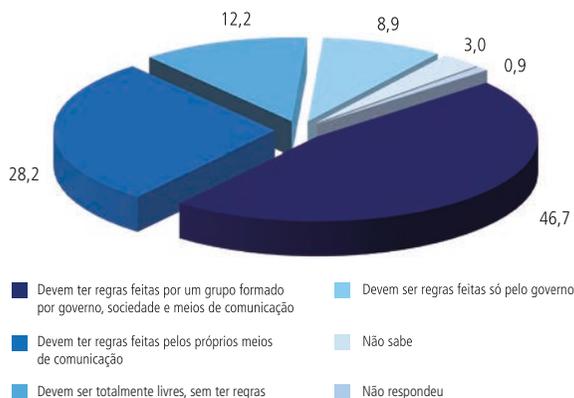
Elaboração do Ipea.

Analisando-se o gráfico, conclui-se que, na percepção dos respondentes, a veiculação de cenas de nudez ou sexo e de violência na TV aberta é inadequada. Mais de 42% deles avaliam que as cenas de nudez ou sexo e de violência veiculadas na programação da TV aberta brasileira são totalmente inadequadas. Contudo, quando avaliam a forma como novelas, séries, filmes e propagandas retratam a questão do racismo, eles avaliam que a programação é adequada: 71,3% dos respondentes avaliam positivamente a abordagem dada ao racismo na TV. Mais de 27% consideram que a questão é retratada de forma totalmente adequada.

Questionados sobre se a forma como novelas, séries, filmes e propagandas retratam a relação entre homens e mulheres é machista, 51,1% dos respondentes afirmaram que a abordagem é positiva, ou seja, não é machista. Analisando-se somente as respostas das mulheres a esta questão, obtém-se resposta similar, embora um pouco menor: 48,9% das mulheres avaliam que a abordagem é adequada.

A pesquisa buscou também a percepção dos respondentes quanto ao controle da programação. O gráfico 21 apresenta a compreensão dos respondentes de como deve se dar o controle sobre a programação de TV e rádio no Brasil. Para 83,9%, deve haver regras. A maioria, 46,7%, avalia que estas regras devem ser feitas por um grupo formado por governo, sociedade e meios de comunicação. Por sua vez, 12,2% dos respondentes avaliam que os meios de comunicação devem ser totalmente livres, sem regras.

GRÁFICO 21
Controle da programação
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

3.3 Rádio

Nesta subseção são apresentados os resultados específicos da percepção dos respondentes – e dos brasileiros, por extensão metodológica – em relação ao rádio. Mostra-se a programação que escutam, quanto tempo escutam e as suas avaliações da programação. Também são apresentadas avaliações quanto ao programa *A voz do Brasil*.

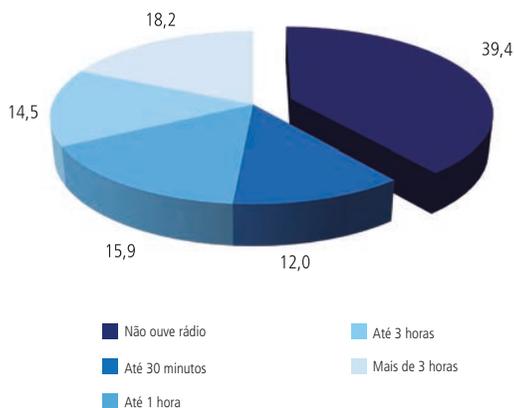
Segundo a pesquisa, 39,4% dos respondentes não ouvem rádio. Por sua vez, conforme o gráfico 22, 18,2% ouvem rádio por mais de três horas por dia.

Daqueles que ouvem rádio (60,6%), quando perguntados sobre qual o tipo de programação que mais ouvem, 49,2% dizem que ouvem músicas e 25,8%, notícias. Cabe salientar que a proporção dos que ouvem programação religiosa, 12,7%, é maior que a dos que ouvem programação esportiva, 7,2%.

Quanto à qualidade da programação do rádio brasileiro, conforme o gráfico 23, 18,3% consideram-na ótima. Apesar de 2,4% considerarem a programação péssima, a maioria a considera boa – 65,5% avaliam positivamente a programação do rádio no Brasil.⁵

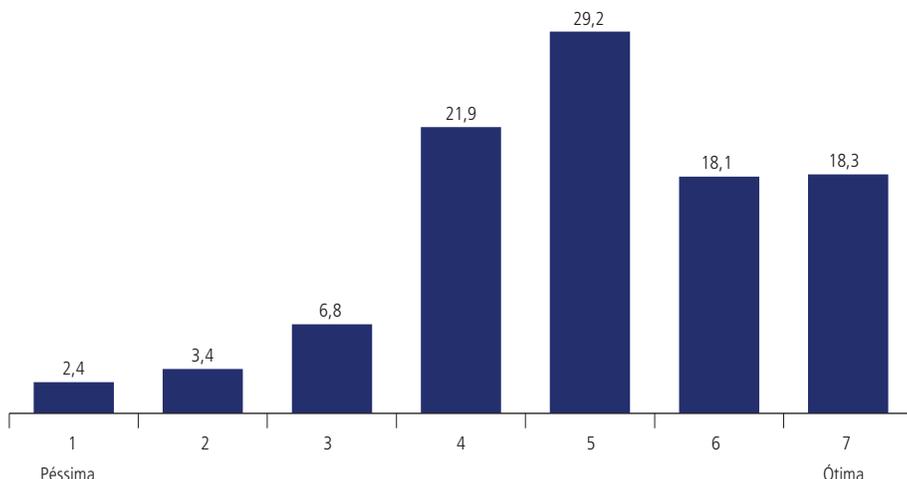
5. Na escala apresentada aos respondentes, as posições de 1 (péssima) até 3 podem ser entendidas como uma avaliação negativa. As posições de 5 até 7 podem ser compreendidas como uma avaliação positiva.

GRÁFICO 22
Respondentes que ouvem rádio
 (Em %)



Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 23
Qualidade da programação do rádio
 (Em %)

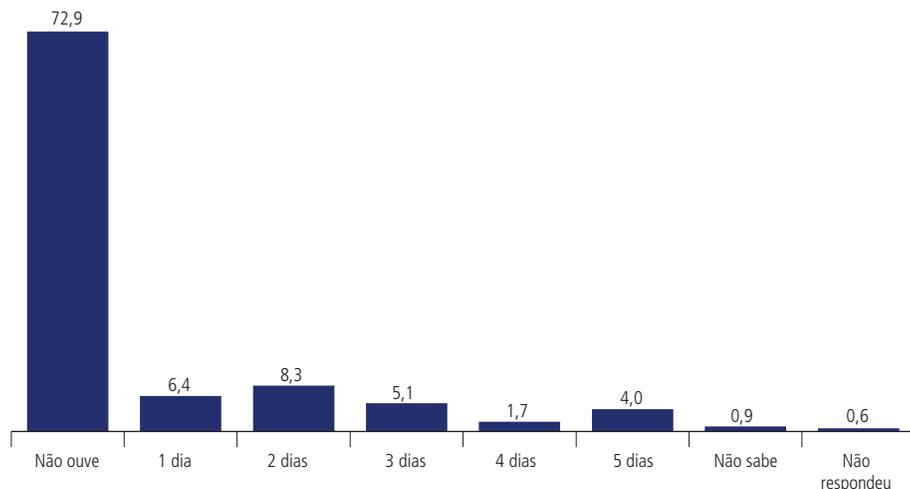


Elaboração do Ipea.

A pesquisa também mediu a percepção dos respondentes quanto ao noticiário *A voz do Brasil*. Transmitido nos dias úteis, com uma hora de duração, o programa existe há mais de setenta anos e tem como principal função veicular informações dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O gráfico 24 mostra que, perguntados sobre quantos dias

ouvem o programa *A voz do Brasil*, 72,9% dos entrevistados responderam que não ouvem o programa.

GRÁFICO 24
Dias em que ouve o programa *A voz do Brasil*
(Em %)



Elaboração do Ipea.

Do total de respondentes, somente 4% ouvem diariamente o programa, número não muito distante daqueles que o escutam pelo menos uma vez por semana, 6,5%. A pesquisa também buscou saber se os respondentes eram favoráveis ou contrários ao programa e descobriu que 66,6% dos respondentes são favoráveis à sua existência.

Dessas duas respostas pode-se inferir que, apesar de não ouvir o programa, a grande maioria dos respondentes é favorável à sua existência. Este fato pode ser alvo de estudos mais aprofundados, uma vez que as respostas parecem ser conflitantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresentou a percepção da sociedade brasileira acerca dos meios de comunicação. Em linhas gerais, a investigação confirmou a TV como o meio mais utilizado. Apesar de menor que nos demais grupos, a proporção de utilização da TV entre os mais escolarizados ainda é a

maior entre todos os meios. A internet já aparece como segundo meio de comunicação mais utilizado, mais até que o jornal e o rádio.

Quanto à internet, 39,7% dos respondentes não possuem acesso a ela. Dos que possuem, quase 80% o fazem via banda larga fixa.

Para os respondentes, o meio de comunicação mais confiável é a TV, que também é a maior fonte de influência na formação de opiniões. O jornal ainda aparece como mais confiável que a internet. Entretanto, ele fica abaixo dos familiares e da internet e redes sociais, quanto ao poder de influenciar nas opiniões. Aliás, a internet, incluindo-se as redes sociais, já aparece como formadora de opiniões maior que outros meios de comunicação, à frente até de amigos ou colegas e da religião.

Dos respondentes, 94,5% têm TV em casa. A TV aberta tem maior incidência no Nordeste, e a TV por assinatura, no Sudeste. Para 77,3% dos entrevistados, a principal função da TV é informar e divertir, ao passo que para 15,8% a função básica é educar. A maioria passa mais de uma hora vendo TV diariamente. Quase 40% assistem à TV durante mais de três horas por dia. A maioria avalia positivamente a programação da TV brasileira e assiste principalmente a noticiários e novelas. Para 64,4% deles, o noticiário apresentado na TV é confiável. No entanto, os respondentes mostraram-se divididos quanto à variedade da programação.

Quando perguntados sobre a propaganda na TV, os respondentes mostraram-se divididos quanto à sua adequação. Talvez por isso, 48,7% afirmaram que a propaganda na TV tem pouca influência em suas decisões de compras.

Em relação à programação infantil, a maioria avalia positivamente seu caráter educativo. No entanto, 73,3% daqueles que têm filhos menores afirmam que evitam que estes assistam a conteúdos inadequados. Quanto à classificação indicativa, os respondentes não apresentam posicionamento claro de aprovação. Aproximadamente um terço dos respondentes com filhos pequenos sempre segue a classificação indicativa, outro terço não segue por não concordar, e os demais às vezes seguem, às vezes não. Para metade dos respondentes, a classificação indicativa não é apresentada adequadamente. O resultado indica a necessidade de modificações na forma como a classificação é apresentada.

Quanto à forma como novelas, séries, filmes e propagandas abordam alguns conteúdos específicos, a maioria percebe que as cenas de nudez, sexo e violência são inadequadas. Contudo, em relação ao racismo e ao machismo, a maioria avalia que a abordagem é adequada. Mesmo a maioria das respondentes do sexo feminino avalia que a abordagem dada à questão do machismo é adequada.

A maioria dos respondentes acredita que a TV deve ter regras que controlem seu conteúdo, e que este controle deve ser exercido por um grupo formado por governo, sociedade e meios de comunicação.

Quanto ao rádio, a pesquisa captou que 39,4% dos respondentes não ouvem rádio; daqueles que ouvem, dois terços avaliam positivamente a programação. A maioria da audiência ouviu principalmente música e notícias. Poucos ouvem o programa *A voz do Brasil*, no entanto a maioria é favorável à sua manutenção.

Um aspecto importante ressaltado na pesquisa é o baixo nível de leitura demonstrado pelos respondentes: 64,1% responderam que não leram revistas ou jornais impressos na semana anterior à pesquisa. Mesmo entre os mais escolarizados, a proporção de não leitores é maior. Tal fato pode refletir o baixo nível de leitura dos brasileiros ou a diminuição das mídias impressas ante o aumento do acesso às mídias digitais, neste caso entre os mais escolarizados.

Em síntese, a pesquisa demonstrou que o meio de comunicação mais confiável e mais presente na vida do brasileiro é a TV, e que ela é hoje a grande formadora de opinião da sociedade brasileira.

A FELICIDADE ACOMPANHA A RENDA?*

Marcelo Côrtes Neri**

RESUMO

Este capítulo tem seu foco na análise da relação entre renda e felicidade. A partir da incorporação de perguntas específicas aos questionários do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) de pesquisas consagradas internacionalmente foi possível tratar com distinção questões nacionais e compará-las às de mais de 132 países. Como no caso da estimativa de uma “função felicidade”, estabelecer os pesos atribuídos a cada componente do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para a satisfação com a vida presente. Os resultados indicam que a renda explicaria um peso de 66% da variação da satisfação contra 31% da expectativa de vida, ficando menos de 3% explicados pelos componentes de educação. Outros resultados mostram que há uma relação positiva entre a satisfação presente com a vida e a renda, tanto no mundo como no Brasil. No entanto, percebe-se que a felicidade brasileira é relativamente pouco sensível às condições materiais, sendo que o país apresenta a menor correlação entre as duas variáveis na comparação de todos os países. Boa parte da relação entre renda e felicidade no Brasil é explicada pela passagem daqueles sem renda alguma para a faixa de menor renda pesquisada. A relação controlada por diversos fatores socioeconômicos entre variação de renda implícita na expansão do Programa Bolsa Família e variação de felicidade da mesma pessoa ao longo do tempo indica que os beneficiários do programa ganham um adicional de 0,41 ponto de felicidade em relação aos não beneficiários. Este resultado aponta que políticas redistributivas, cujo maior exemplo no caso brasileiro de capacidade de chegar aos mais pobres é o Bolsa Família, podem levar, em termos agregados, a uma maior felicidade geral da nação.

1 INTRODUÇÃO

O senso comum indica que a felicidade pode ser considerada como o objetivo último de cada pessoa. O estudo da satisfação com a vida, portanto, tem um interesse intrínseco, bem como outras motivações, como a avaliação de políticas públicas alternativas e a solução de quebra-cabeças empíricos da

* O autor agradece as contribuições de Luisa Carvalhaes e Samanta Sacramento.

** Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e presidente do Ipea.

economia. Em relação a este último aspecto, o paradoxo provavelmente mais intrigante a ser explicado é a correlação extremamente fraca que diversos estudos apresentam entre renda – a variável mais venerada em economia – e felicidade. Inúmeros países que experimentaram uma considerável elevação na renda real desde a Segunda Guerra não observaram, na mesma proporção, um aumento no bem-estar autoavaliado pela população; pelo contrário, a percepção deste estado de satisfação vem até diminuindo nos últimos anos.

Em um dado ponto na vida das pessoas, renda mais alta está positivamente associada à ideia de felicidade; contudo, ao longo do ciclo de vida e ao longo do tempo, esta correlação mostra-se fraca, regularidade empírica chamada de Paradoxo de Easterlin. As pessoas adaptam suas aspirações aos maiores ingressos e se tornam mais exigentes à medida que a renda sobe. Como será visto adiante, esta visão foi mais recentemente desafiada por resultados empíricos baseados em dados do Gallup World Poll, que cobrem mais de 132 países, apresentados por Angus Deaton (2007, 2013). Agora, à luz dessa controvérsia, como se comporta a relação entre renda e felicidade no caso brasileiro? Esta pergunta pode ser respondida comparativamente, usando microdados para diferentes países, ou, ainda, combinando dados nacionais com políticas de transferência de renda instituídas no país nos últimos anos.

Este capítulo revisita a correspondência entre renda e felicidade, com base na experiência brasileira. O trabalho está dividido em oito seções. Na segunda, será revisada brevemente a literatura sobre esta relação, que deu origem ao campo que pode ser denominado economia da felicidade. Na terceira seção, apresenta-se um estudo empírico feito a partir do mesmo conjunto de dados usado por Angus Deaton, focalizando na associação entre renda e satisfação com a vida. Uma contribuição dessa seção é testar diferentes especificações funcionais, com o emprego de dados agregados entre países. Outra é tirar partido da possibilidade de gerar um indicador de riqueza individual para medir como varia a relação riqueza e felicidade entre pessoas de diferentes países, tomando o caso brasileiro como base.

A quarta seção aborda a correspondência entre renda e felicidade no contexto mais geral do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculando o peso de cada um dos três componentes (renda, saúde e educação) para a felicidade presente do indivíduo e testando simultaneamente o impacto de cada um deles sobre a noção de satisfação com a vida.

Na quinta seção, argumenta-se em favor do uso de informações de satisfação com a vida em diferentes instantes do tempo para explorar algumas implicações do modelo intertemporal de escolha entre consumo e poupança. Em particular, há a convicção de que o uso de medidas de satisfação com a vida em diferentes momentos – no passado, no presente e no futuro –, quando visto de um único período, permite endereçar empiricamente os efeitos do ajuste de aspirações individuais. Discutem-se em seguida as relações empíricas entre renda e felicidade em diferentes horizontes de tempo.

Na sexta seção, estuda-se a relação entre renda e felicidade no caso brasileiro, usando dados coletados pelo Ipea.

A sétima seção propõe o emprego de programas de transferência de renda como o Bolsa Família como uma medida quase exógena de variação de renda para avaliar os impactos da mesma sobre a satisfação com a vida de uma pessoa em diferentes instantes do tempo. As principais conclusões sobre a relação entre renda e felicidade são deixadas para a oitava seção do capítulo.

2 REVISÃO DA LITERATURA PREGRESSA

A fraca e volúvel relação entre renda e felicidade nos estudos empíricos motivou pesquisadores a dar um passo adiante na posição “objetivista” da teoria econômica, baseada somente nas escolhas feitas pelos indivíduos e que podem ser observadas. Na abordagem tradicional, a utilidade individual depende apenas de bens tangíveis, serviços e lazer, e é inferida quase que exclusivamente do comportamento (ou preferência revelada). A abordagem axiomática da preferência revelada explica que as escolhas feitas fornecem toda a informação necessária a partir da utilidade dos indivíduos. De acordo com Sen (1986), “a popularidade desta visão pode ser atribuída à crença peculiar de que a escolha (...) é o único aspecto humano que pode ser observado”.

A partir do trabalho de Easterlin (1974), cuja relevância percebida aumenta a partir da última parte da década de 1990 – quando um conjunto de economistas começou a realizar análises empíricas de larga escala sobre os determinantes da felicidade em diferentes países e períodos –, o interesse econômico na mensuração do bem-estar individual subjetivo cresceu consideravelmente.¹

1. Para sumários da literatura, ver Kahneman, Diener e Schwarz (1999) e Frey e Stutzer (2002).

Uma visão subjetiva de utilidade reconhece que cada pessoa tem suas próprias ideias sobre felicidade e sobre o que é uma vida boa. Nesta perspectiva, o comportamento observado seria um indicador incompleto para o bem-estar individual. A felicidade dos indivíduos poderia ser captada perguntando-se diretamente às pessoas o quão satisfeitas elas estão com suas vidas. As variáveis de interesse estão baseadas no julgamento que elas fazem de si mesmas, de acordo com a premissa de que são os melhores juízes sobre a qualidade geral de suas vidas e, portanto, nenhuma estratégia poderia ser mais natural e direta do que lhes perguntar sobre seu nível de bem-estar. A principal ideia é que o conceito de felicidade subjetiva possibilitaria captar diretamente o bem-estar humano, em vez de mensurar renda ou outras variáveis, que não são exatamente o que, ao fim e ao cabo, as pessoas querem, mas que, contraditoriamente, são os meios através dos quais se pode conseguir – ou não – usufruir da felicidade.

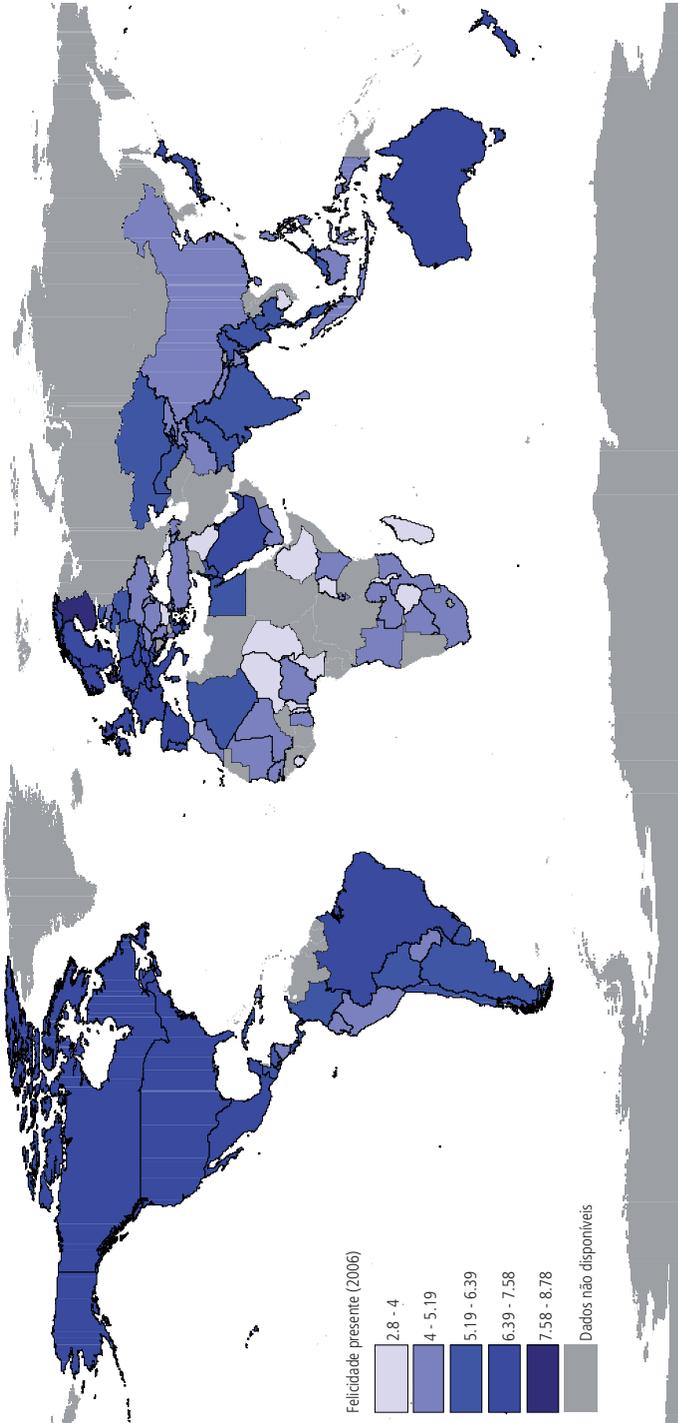
Segundo Frey e Stutzer (2002), bem-estar (*well-being*) subjetivo é um conceito mais amplo do que a utilidade da decisão e, portanto, é o objetivo final da existência de cada indivíduo. Os autores sustentam a ideia de que, para muitos fins, a felicidade, ou o bem-estar subjetivo relatado, é uma aproximação empírica satisfatória para a utilidade individual. Como as pessoas mensuram seu nível de bem-estar subjetivo em relação às circunstâncias pessoais e às outras pessoas, incluindo experiências passadas e expectativas futuras, Frey e Stutzer (2002) sugerem que medidas de bem-estar subjetivo sirvam como medidas de utilidade. Ademais, como o propósito de medir a felicidade não é comparar seus níveis no sentido absoluto, mas identificar os determinantes da felicidade, como será feito aqui, não é necessário assumir que o bem-estar subjetivo relatado seja, de forma cardinal, mensurável ou comparável entre as pessoas. Além disso, diversos autores encontraram alta correlação entre felicidade reportada e sorriso. Outros, como Diener (1984), encontraram a mesma correlação entre infelicidade, cérebro e atividade cardíaca – “estas mensurações subjetivas parecem conter quantidades substanciais de variação válida”.

3 A NOVA EVIDÊNCIA INTERNACIONAL

Angus Deaton (2007), usando dados do Gallup World Poll de 2006, mais ricos em conteúdo e em número de países em relação às pesquisas anteriores, desafia as interpretações mais ou menos estabelecidas da literatura empírica

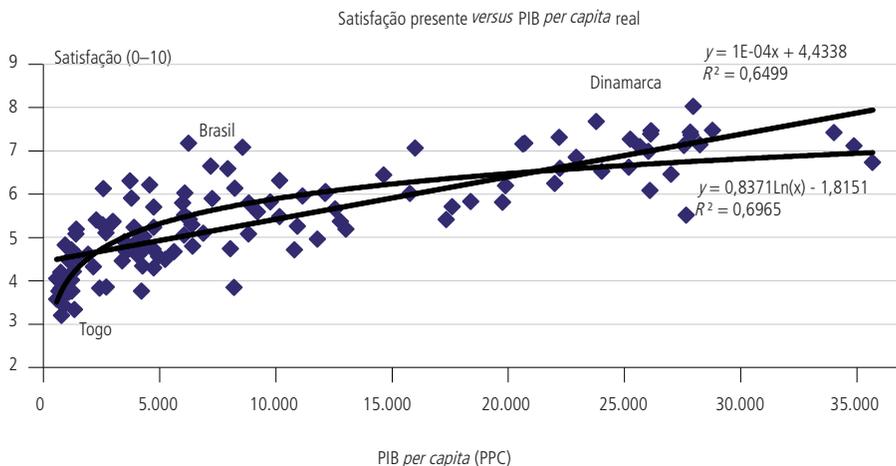
prévia, em particular a de que “dinheiro não traz felicidade (ou seja, satisfação com a vida no longo prazo)”. O artigo de Deaton (2007) é a referência-chave dissonante da literatura empírica. Serão empregados os mesmos dados usados por Deaton, disponíveis para 132 países, explorando exercícios simples bivariados de satisfação com a vida, em níveis e diferenças através de diferentes horizontes, contra o produto interno bruto (PIB) *per capita* ajustado pela paridade do poder de compra (PPC), a fim de se comparar laranjas com laranjas entre países. O mergulho inicial sobre a satisfação com a vida em 2006 aponta que Togo ocupa a lanterninha, com 3,2, numa escala de 0 a 10; e a Dinamarca, o ápice, com 8,02. O Brasil está numa posição mais para a nação europeia do que para a africana, atingindo 6,64, situando-se acima da norma internacional de felicidade dado o seu PIB *per capita*, conforme ilustram a figura 1 e, posteriormente, os gráficos 1, 2 e 3.

FIGURA 1
 Felicidade presente: satisfação com a vida hoje (2006)



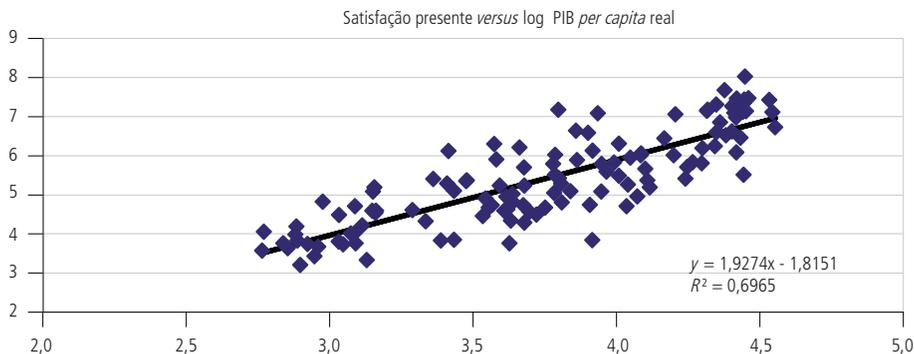
Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006.

GRÁFICO 1
Correlação entre PIB e satisfação com a vida: testando formas funcionais diferentes – satisfação presente versus PIB per capita real



Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006 e Pen World Tables.

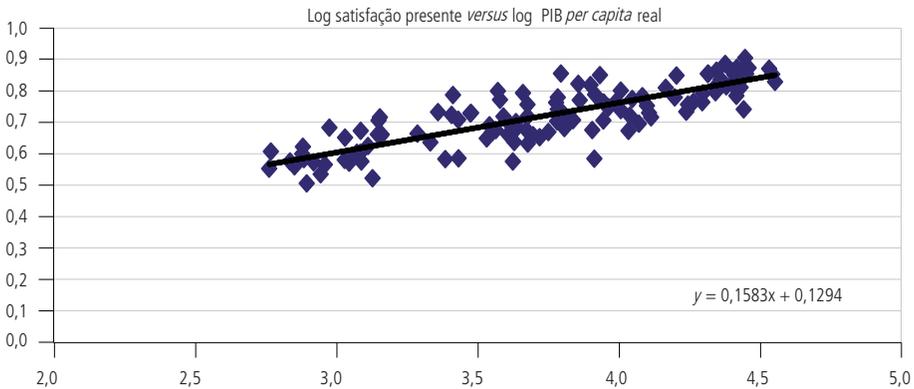
GRÁFICO 2
Correlação entre PIB e satisfação com a vida: testando formas funcionais diferentes – satisfação presente versus log PIB per capita real



Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006 e Pen World Tables.

GRÁFICO 3

Correlação entre PIB e satisfação com a vida: testando formas funcionais diferentes – log satisfação presente versus log PIB per capita real



Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006 e Pen World Tables.

Deaton trabalha basicamente com regressões de médias entre países (*cross-country regressions*). O exercício apresentado neste trabalho sugere que uma especificação *log*-linear se ajusta melhor aos dados do que uma especificação em nível, implicando uma relação côncava. O gráfico 2 mostra uma relação quase linear entre *log* de renda e satisfação com a vida presente, o que poderia se suspeitar da linha de tendência logarítmica melhor ajustada aos dados que a reta do gráfico anterior. O gráfico 3 assinala que a dupla relação em logaritmos aqui proposta parece adequar-se ainda melhor aos dados – que é inclusive mais condizente com o modelo teórico usado pelo próprio Deaton. Neste último caso, o coeficiente estimado informa diretamente que a elasticidade-renda de longo prazo da felicidade seria constante: para cada 10% de incremento de renda, a felicidade subiria algo como 1,5% no longo prazo.

3.1 Microdados de riqueza e felicidade

Na comparação internacional (tabela 1), são utilizados os microdados de acesso à telefonia fixa como medida das condições materiais de vida individuais (e não agregadas), disponível nos dados para o conjunto de países.² A partir de um modelo logístico multinomial ordenado com controles sociodemográficos usuais, como gênero, idade e tamanho de cidade,

2. Há uma correlação forte entreligando inclusão digital e felicidade entre países: a cada 10% de ganho na primeira, a felicidade presente sobe 2,2%. Entretanto, não se pode dizer que inclusão telefônica traz felicidade ou vice-versa.

demonstra-se como mudanças na riqueza (nesse caso medidas pelo acesso à telefonia) se relacionam com a felicidade, tomando o Brasil como base.

TABELA 1
Diferencial de correlação parcial: felicidade e acesso à telefonia (como *proxy* de riqueza)

País	Coefficiente	p valor	País	Coefficiente	p valor
Chipre	1,4321	0,0003	Paraguai	0,6005	0,0005
Arábia Saudita	1,4030	0,0004	Azerbaijão	0,5876	0,0001
Romênia	1,3162	<0,0001	Panamá	0,5782	0,0004
El Salvador	1,0784	<0,0001	Jamaica	0,5658	0,0028
Singapura	1,0459	0,0351	Sérvia	0,5652	0,0003
Uruguai	0,9434	<0,0001	Costa Rica	0,5116	0,0038
Camboja	0,9371	0,0130	Afganistão	0,5085	0,0520
Polônia	0,9366	<0,0001	Equador	0,5060	0,0015
Israel	0,9358	0,0009	China	0,4962	0,0002
Argélia	0,9150	0,0016	Bangladesh	0,4879	0,0737
Índia	0,9023	<0,0001	Albânia	0,4833	0,0049
Sri Lanka	0,8853	<0,0001	Cuba	0,4789	0,0026
Venezuela	0,8746	<0,0001	Chile	0,4712	0,0054
Jordânia	0,8742	<0,0001	Bolívia	0,4699	0,0039
Marrocos	0,8589	<0,0001	Cazaquistão	0,4457	0,0050
Palestina	0,8586	<0,0001	Bósnia Herzegovina	0,4283	0,0095
Turquia	0,8275	<0,0001	Eslováquia	0,4190	0,0077
Mianmar	0,7942	0,0009	Filipinas	0,4178	0,0170
Peru	0,7883	<0,0001	Moldova	0,4164	0,0133
Hungria	0,7759	<0,0001	Armênia	0,4137	0,0110
Egito	0,7734	<0,0001	Indonésia	0,4109	0,0149
Colômbia	0,7605	<0,0001	México	0,3880	0,0342
República Dominicana	0,7341	<0,0001	Ucrânia	0,3817	0,0182
Nepal	0,7088	<0,0001	Macedônia	0,3810	0,0387
Libano	0,6528	0,0018	Uzbequistão	0,3461	0,0322
Bulgária	0,6503	<0,0001	Geórgia	0,3404	0,0293
Croácia	0,6394	0,0168	Laos	0,3148	0,0359
Argentina	0,6166	0,0016	Irã	0,3126	0,0718
Guatemala	0,6093	0,0003	Rússia	0,2521	0,0820

Elaboração do autor.

Observa-se, a partir dos resultados apresentados (que só mostram as relações estatisticamente diferentes de zero), que nenhum país do mundo apresenta diferenças de correlação entre felicidade presente e acesso à telefonia

menor que o Brasil. Há países com relações estatisticamente equivalentes, mas não menores. Isso pode sinalizar um baixo impacto de ativos de tecnologias da informação e comunicação (TICs) ou, numa interpretação de sinais de riqueza em geral, na felicidade do brasileiro.

4 FELICIDADE E OS PESOS DO IDH

As estruturas teóricas e empíricas da pesquisa de Deaton (2007, 2013) são bastante úteis para a realização deste estudo. A análise usa um modelo intertemporal padrão, incorporando, de maneira explícita, renda e taxas de sobrevivência, de um modo bastante apropriado para incorporar parte da estrutura do IDH usada, na qual renda e expectativas de vida ocupam um papel central.

Deaton (2007) não faz qualquer referência direta ao IDH em seu trabalho. A especificação empírica dos determinantes da satisfação com a vida usa não apenas as principais variáveis do IDH original, tais como o PIB *per capita* e expectativa de vida, mas também a forma funcional utilizada no artigo para a primeira variável, ou seja, o *log* do PIB é usado no IDH. O componente Educação do IDH, que não está presente no quadro de Deaton, pode afetar mais diretamente a restrição orçamentária pelas vias da geração de renda do que os níveis de felicidade alcançados e serão incorporados ao quadro empírico.

Uma crítica comum ao IDH é o fato de que os pesos dados a cada um de seus componentes (renda, saúde e educação), um terço para cada, são arbitrários. Esta parte do capítulo trata desta questão, aproveitando perguntas sobre satisfação com a vida presente extraídas da pesquisa do Gallup, dadas em nível micro, como variável endógena. A estimativa de uma “função felicidade”, usando componentes do IDH agregados como variáveis explicativas e restrições fazendo somar 1 em um quadro linear de mínimos quadrados restritos, permitirá a estimativa dos pesos relativos atribuídos a renda, saúde e educação no bem-estar subjetivo.

Os resultados da regressão da tabela 2 mostram um peso de 66% atribuído ao PIB, de 31% em relação à expectativa de vida, de 2,2% para as taxas de matrícula bruta e 0,3% para o indicador de alfabetização. Isso significa que, de acordo com os critérios de satisfação com a vida atual, o peso deve ser de dois terços para a renda, de 31% para a saúde e menos

de 3% para ambos os componentes de educação tomados conjuntamente. Logo, no arcabouço expandido do IDH, a renda explica cerca de dois terços da variância explicada da felicidade.

TABELA 2
Pesos específicos do IDH para a satisfação com a vida presente

Variável	Estimativas dos parâmetros	
	Estimativa do parâmetro	Erro-padrão
Intercepto	2,6338	0,0292
Matrícula bruta	0,0224	0,0007
Alfabetização	0,0030	0,0005
PIB	0,6643	0,0564
Saúde	0,3103	0,0564
Restrito	3.429,1786	66,2861

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006 e Pen World Tables.

5 FELICIDADE NO TEMPO

Além de satisfação presente com a vida, tirou-se partido de questões sobre satisfação tanto prospectivas (cinco anos à frente) como retrospectivas (cinco anos atrás). A principal aposta e o melhor argumento aqui é que tais questões são construções úteis, pois elas são geradas dentro dos mesmos níveis de aspirações individuais. Se a renda muda, os níveis de aspirações subjetivas que interagem com dados de realidade objetivos também mudam a longo prazo. A corrida entre movimentos ao longo das curvas de felicidade *versus* renda e o deslocamento das mesmas curvas configuram o epicentro da discussão de adaptabilidade às circunstâncias.

Os níveis de satisfação observados em diferentes instantes, resultados da combinação entre fluxos de renda ou estoques percebidos de riqueza com as aspirações, fazem as funções de produção de felicidade se deslocar. Os dados longitudinais vistos desde um ponto do tempo combinam o mesmo efeito fixo individual e temporal. Ainda que houvesse dados que acompanhassem as mesmas pessoas ao longo do tempo, a comparação entre os níveis de satisfação auferidos entre diferentes instantes envolveria classes diferentes de aspirações, além de variáveis objetivas como condições materiais diversas. De modo a analisar a formação da satisfação com a vida a curto prazo, deve-se separar aspirações de outros determinantes. Ao trabalhar com diferentes momentos no tempo, mas vistos simultaneamente de um ponto

específico – o instante em que a entrevista é feita –, o nível de aspiração individual pode ser tomado como constante na comparação temporal. Essa é a presunção básica dos modelos intertemporais, nos quais o problema é resolvido, dependendo não apenas das expectativas de variáveis futuras mas também na esperada estrutura de utilidade num certo momento – geralmente, no presente.

Os exercícios de regressões que foram propostos como diversos conceitos demonstram que a renda corrente tem mais impacto sobre a felicidade presente do que sobre o futuro, o que seria consistente com a presença de miopia, impaciência, defasagens de hábitos, incertezas ou de restrições no mercado de crédito que tornariam a felicidade presente mais sensível a mudanças de renda observadas no mesmo período. Todos estes elementos são também candidatos a explicar a trajetória crescente de felicidade ao longo do tempo.

5.1 Felicidade latina

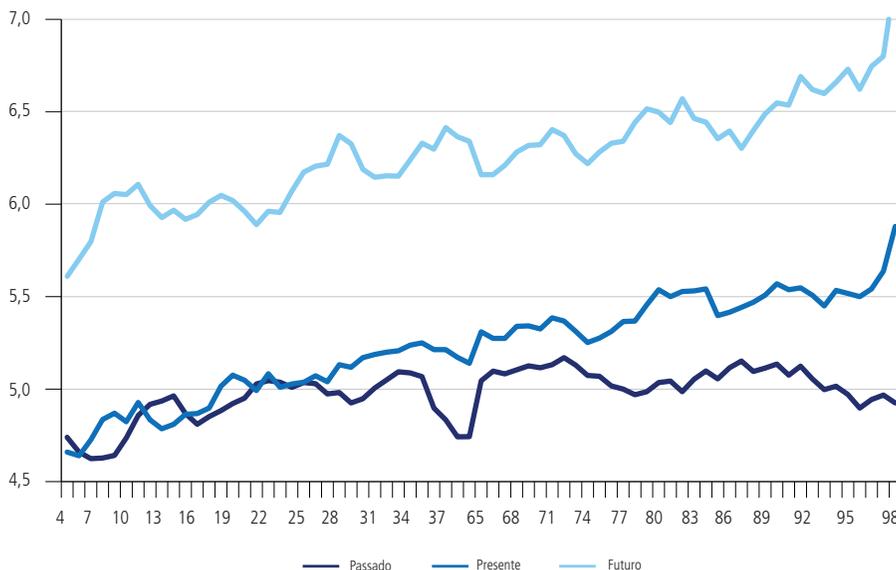
Além da atual satisfação com a vida, também são discutidas neste trabalho expectativas de satisfação cinco anos adiante (2012) e memórias de satisfação com a vida há cinco anos (2002), bem como as diferenças absolutas entre estes conceitos. O universo captado agora é o da América Latina e Caribe em 2007, do qual se dispõe de dados individuais de renda comparáveis pela PPC.³ Mais uma vez, este intervalo cobre um período de grande crescimento econômico. Portanto, num contexto em que um futuro brilhante não pode ser antecipado em termos de felicidade presente, é natural que a atual satisfação com a vida esteja acima de seus valores passados. Similarmente, devido a perspectivas de crescimento acelerado antes das instabilidades financeiras globais de 2008, a futura satisfação com a vida também está acima dos níveis atuais. A diferença maior de ganhos de felicidade prospectivos *vis-à-vis* os ganhos retrospectivos parece dar suporte e importância a não convexidades do modelo básico de escolha temporal, mais de natureza *ex ante* do que *ex post*. Por exemplo, no caso de defasagem de hábitos, quando as pessoas olham as conquistas que ficaram para trás, já estão com as aspirações ajustadas aos

3. Isto é feito apenas para América Latina em função da disponibilidade de dados construídos de renda *per capita* ajustada por PPC gentilmente cedidos por Leonardo Gasparini, do Centro de Estudios Distributivos, Laborales Sociales (Cedlas) da Universidad Nacional de La Plata, Argentina.

ganhos materiais realizados, enquanto o olhar ao futuro é mais fresco, com aspirações ainda inalteradas pela experiência de subir na vida.

Há de se considerar que este período corresponde à era dourada da economia mundial, observada desde 2002 até 2007, em termos de expectativas para os próximos cinco anos. A relação positiva entre a atual renda *per capita* e a satisfação com a vida em diferentes horizontes de tempo fica clara no gráfico 4. As curvas são muito mais pronunciadas para a satisfação atual e especialmente futura do que para a passada.

GRÁFICO 4
Satisfação com a vida e renda na América Latina e Caribe: bem-estar presente, passado e futuro e renda *per capita* atual
 (Média móvel 5 percentis)

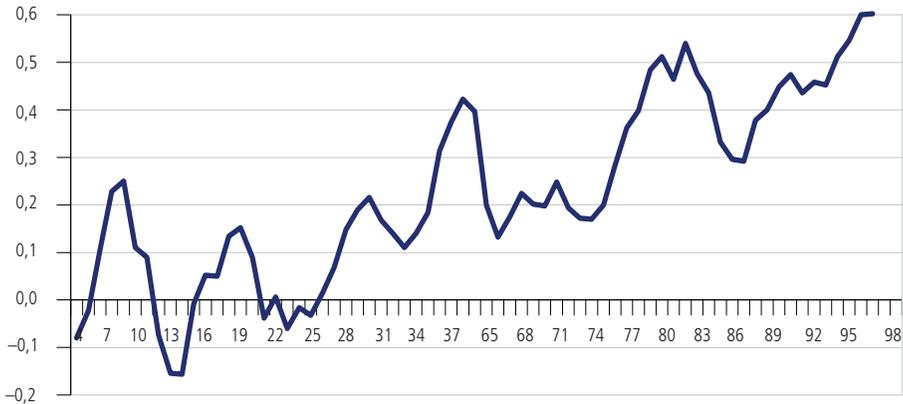


Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006 e Pen World Tables.

As diferenças entre felicidade presente e passada e entre felicidade futura e passada são apresentadas nos gráficos 5 e 6.

GRÁFICO 5

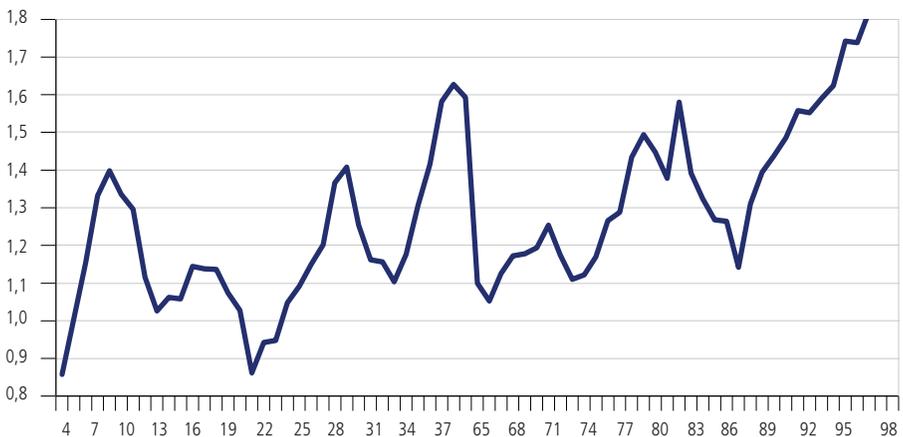
Satisfação com a vida e renda na América Latina e Caribe: diferença entre felicidade presente e passada e renda *per capita* atual
(Média móvel 5 percentis)



Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006 e Pen World Tables.

GRÁFICO 6

Satisfação com a vida e renda na América Latina e Caribe: diferença entre felicidade futura e passada e renda *per capita* atual
(Média móvel 5 percentis)



Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006 e Pen World Tables.

A atual satisfação com a vida é muito mais alta do que seu correspondente valor passado para aqueles percentis de renda mais elevados. Estes grupos de renda presente superior captam uma proporção maior de efeitos transitórios positivos que separam a satisfação presente da passada. Pelas

mesmas razões, indivíduos com renda atual mais alta apresentam ganhos mais modestos em relação à satisfação futura frente à presente do que níveis de renda mais baixos. A evidência parece corroborar pelo menos algumas das considerações que inspiraram a obra seminal de Milton Friedman, *A theory of the consumption function* (1957). A ideia de renda permanente também parece estar influenciando a noção de satisfação com a vida para além dos efeitos diretos na renda atual.

Segundo Adam Smith, o pai da disciplina, o estudo da economia deveria tratar como central a determinação do nível de felicidade individual. Não se deve rejeitar a renda e a riqueza como determinantes da satisfação com a vida dos indivíduos. Nesta visão, o livro de Smith, *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, mais conhecido como *A riqueza das nações*, poderia ser intitulado de “A felicidade geral das nações”.

Indo para os detalhes mais dinâmicos da relação entre renda e felicidade, ao se interpretar de maneira literal as “funções instantâneas de felicidade” em diferentes instantes do tempo, verifica-se que o peso relativo atribuído à renda corrente muda entre eles, dando suporte a uma visão mista em que os indivíduos suavizam a sua satisfação frente a mudanças observadas entre diferentes instantes do tempo e estados da natureza, mas o fazem de forma parcial ou imperfeita. Um próximo passo será precisar os canais que levam a este resultado a partir de um modelo temporal aditivo, tirando partido de outras variáveis contidas na base de dados, como estoque de riqueza, acesso a crédito e incerteza. Outra extensão mais em linha com a literatura anterior, de felicidade impulsionada pelo trabalho de Easterlin, é analisar como a relação entre renda e felicidade muda de acordo com a trajetória individual e circunstâncias agregadas, como aquelas relacionadas às condições da economia dos países e de grupos de referência (efeito inveja). Finalmente, o estudo das relações entre a idade dos indivíduos e a satisfação presente e futura pode fornecer *insights* interessantes no teste de implicações da teoria do ciclo de vida, de Franco Modigliani, que é um marco natural de análise para se estudar a evolução da satisfação com a vida das pessoas.⁴

4. Por estrutura esperada da utilidade do tempo de vida, o autor quer dizer: funções de felicidade instantânea para diferentes períodos e o modo como estas funções interagem entre si ao longo do tempo. Por exemplo, pode ser uma estrutura aditiva simples onde se assume que não há interação no tempo, além daquela referente à restrição orçamentária temporal, ou pode incorporar a explícita dependência do tempo, como defasagem de hábitos, e do entorno como no *efeito inveja* (*keeping up with the Jones*). As estruturas aditivas permitem inferências mais simples sobre a relação entre a duração da vida e a utilidade instantânea.

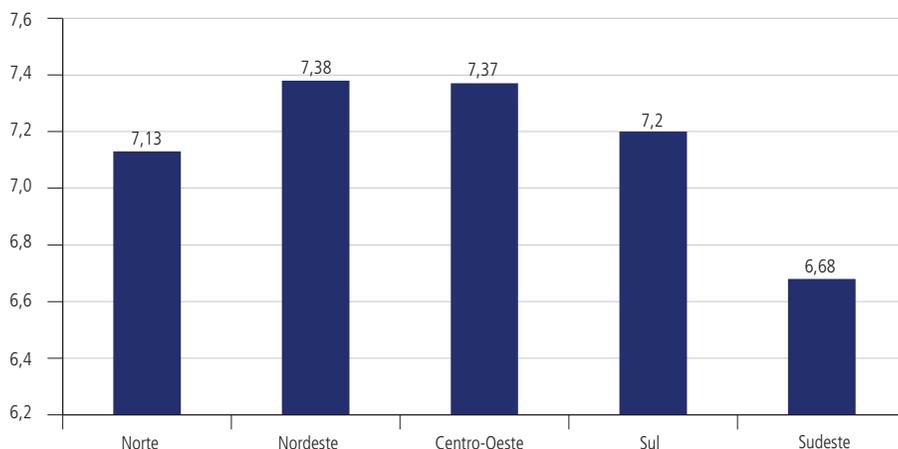
6 RENDA E FELICIDADE NO BRASIL

A dimensão subjetiva de felicidade não encontra eco nas estatísticas produzidas no Brasil. Em função disso, o Ipea foi a campo, em outubro de 2012, para uma amostra representativa do país, com 3.800 entrevistas junto à população com 15 anos ou mais. O questionário foi composto, entre outras, de perguntas padronizadas de pesquisas internacionais aqui divulgadas em primeira mão. Mais especificamente, exploraram-se medições dos níveis de felicidade reportados diretamente pelas pessoas. A pergunta utilizada foi simples, pedindo ao entrevistado uma nota de 0 a 10 sobre sua satisfação com a vida corrente. A pesquisa do Ipea mostrou que a nota média de felicidade brasileira, em outubro de 2012, foi 7,1, o que colocaria o país em 16º lugar entre 147 nações do globo, segundo dados do Gallup World Poll de 2011 – que apontaram, em 2010, uma felicidade geral de 6,8 no Brasil.

6.1 Felicidade nordestina

Apesar de pobre, a região mais feliz do país é o Nordeste, com nota média de 7,38. Se fosse um país, a região Nordeste estaria em nono lugar no *ranking* global, entre a Finlândia e a Bélgica. As médias das demais regiões são 7,37 no Centro-Oeste, 7,2 no Sul, 7,1 no Norte e 6,68 no Sudeste (gráfico 7).

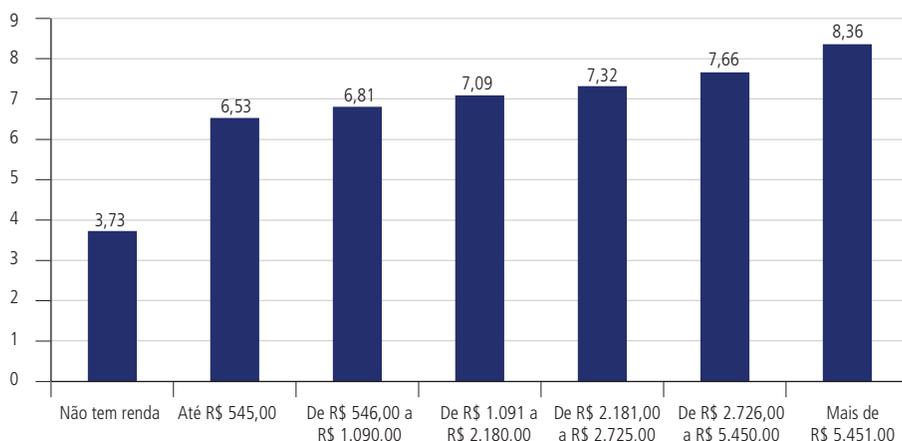
GRÁFICO 7
A geografia da felicidade presente: macrorregiões



Elaboração do Ipea.

Felicidade e renda possuem uma correlação positiva, como mostra o gráfico 8, mas grande parte das mudanças está associada a passagem dos sem renda para a faixa mais baixa de rendas positivas.

GRÁFICO 8
Renda e felicidade presente



Elaboração do Ipea.

6.2 Felicidade controlada

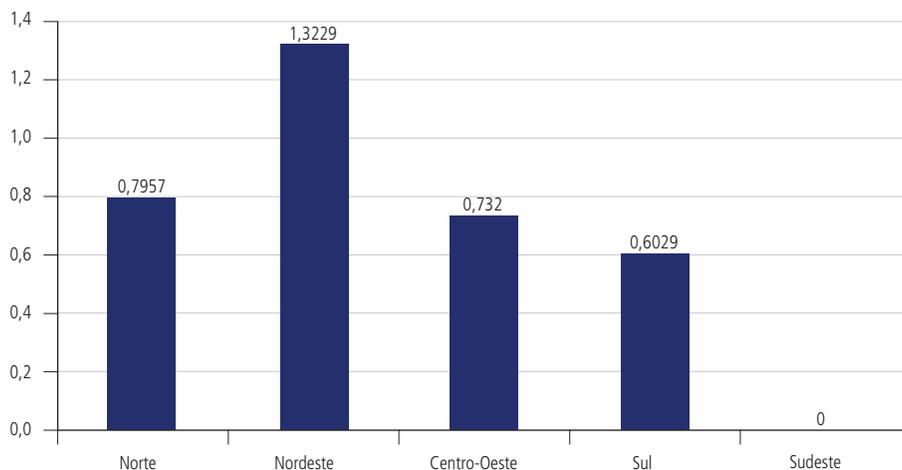
Exercícios controlados mostram que, quando se comparam pessoas com os mesmos atributos de sexo, idade, estado civil, escolaridade e renda familiar, a felicidade relativa do Nordeste é a maior e a do Sudeste é a menor, ficando as demais regiões no meio do caminho, conforme demonstra o gráfico 9.

A partir dos mesmos exercícios controlados apontados anteriormente, quando foram feitas comparações entre pessoas com os mesmos atributos de sexo, idade, estado civil, escolaridade e renda familiar, a felicidade cresce com a renda (gráfico 10).

Ou seja, o exercício atesta que o nível de renda familiar acompanha o nível de felicidade brasileira.

GRÁFICO 9

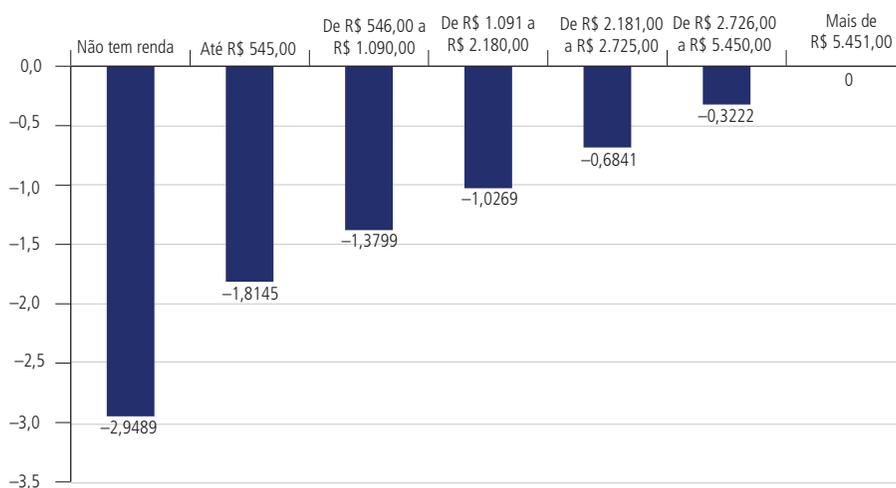
Chances de felicidade controlada: geografia da felicidade brasileira – macrorregiões



Elaboração do Ipea.

GRÁFICO 10

Felicidade controlada



Elaboração do Ipea.

7 POLÍTICAS DE RENDA E MUDANÇAS NA FELICIDADE

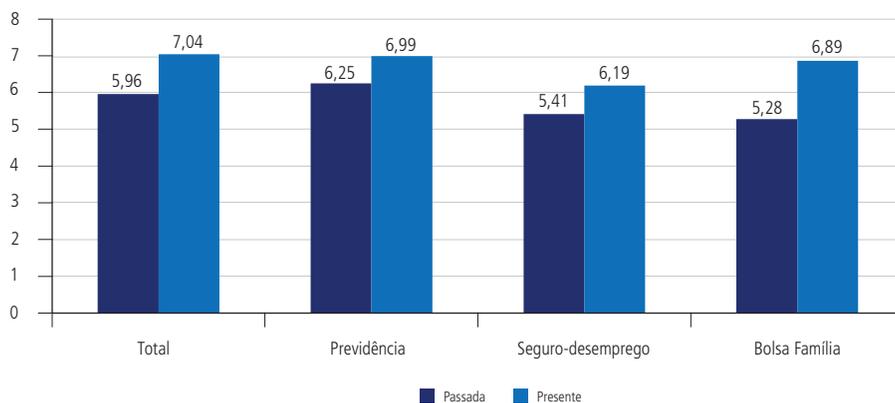
Antes de entrar no teste central do capítulo, vale ressaltar que em todos os dados analisados há uma relação positiva entre a satisfação presente com a vida e a renda, tanto no mundo como no Brasil. Convém destacar também

que a felicidade brasileira é relativamente pouco sensível à renda. A baixa sensibilidade dos dados brasileiros em relação à renda é demonstrada pelo fato de a região Nordeste, embora a mais pobre, apresentar o maior nível de felicidade presente. Talvez o fato determinante não seja o nível, mas a variação de renda observada nos últimos anos, o que pode ser explicado pelo fato de o Nordeste ter apresentado taxas de crescimento de renda superiores às de outros lugares do Brasil.⁵

Boa parte da relação entre renda e felicidade no Brasil é explicada pela passagem daqueles sem renda para a faixa de menor renda positiva pesquisada, até um salário mínimo de renda familiar total. Isso sugere um potencial impacto de políticas redistributivas mais focalizadas nos mais pobres. Os dados da pesquisa de campo realizada pelo Ipea sobre a satisfação com a vida presente e passada da população total e dos beneficiários de diferentes programas de transferência de renda evidenciam alguns resultados iniciais de interesse (gráfico 11).

GRÁFICO 11

Felicidade passada *versus* presente: transferências sociais e mudanças de satisfação com a vida



Elaboração do Ipea.

Os beneficiários do Bolsa Família são os que apresentam o menor nível de felicidade passada: 5,28 contra 5,96 da população total (6,25 dos aposentados e pensionistas da previdência e 5,41 dos recebedores de seguro-desemprego).

5. Entre 2002 e 2012, o PIB do Nordeste cresceu duas vezes mais rápido que o do Sudeste, e a renda familiar *per capita*, conferida por meio de pesquisas domiciliares, aumentou cerca de três vezes mais.

Como o Programa Bolsa Família (PBF) é focalizado nos mais pobres, este resultado sugere que, de fato, renda e satisfação passada com a vida são indicadores positivamente relacionados. Ao se comparar com o *ranking* global de felicidade passada do Gallup de 2006, cuja variação ia da Dinamarca (7,3) a Angola (2,6), a nota média de 5,28 dos beneficiários do Bolsa Família os colocaria inicialmente entre o Paquistão e o Paraguai, e a nota de 6,1 dos não beneficiários do programa os colocaria entre Inglaterra e Estados Unidos.

Agora, ao se analisar a felicidade corrente em 2012, os diferenciais entre os diversos públicos são bem reduzidos, variando de 7,04 da população total, passando pelos 6,99 dos beneficiários da previdência e 6,86 daqueles do Bolsa Família e chegando a 6,19 dos recipientes do seguro-desemprego.⁶

De fato, esta mudança relativa é explicada pelo maior ganho de felicidade presente em relação à passada dos beneficiários do Bolsa Família, que atinge 29,9% contra 11,8% e 14,4% dos atuais beneficiários da previdência e do seguro-desemprego, respectivamente, e 18,1% da população brasileira como um todo.

Há, obviamente, diferenças de perfis dos beneficiários que precisam ser levadas em conta, como idade, gênero, estado civil e região, sem falar em renda. O teste final, aqui proposto, tira partido da relação controlada por estes fatores entre variação de renda implícita na expansão do Bolsa Família e a variação de felicidade da mesma pessoa ao longo do tempo. Os resultados indicam que os beneficiários ganham um adicional de 0,41 ponto de felicidade em relação aos não beneficiários. Estes dados, tomados a valor de face, apontam que políticas redistributivas, cujo maior exemplo no caso brasileiro é o Bolsa Família, levariam, em termos agregados, a uma felicidade maior geral da nação.

8 CONCLUSÃO

Diversos estudos questionam a relação de longo prazo entre renda e felicidade, teoria conhecida na literatura como o Paradoxo de Easterlin. O lançamento dos dados do Gallup World Poll a partir de 2006, cobrindo mais de 132 países, adicionou mais graus de liberdade e ampliou o horizonte geográfico

6. Esta inversão de *ranking* entre os beneficiários do Bolsa Família e os do seguro-desemprego está em linha com a literatura internacional, que sugere que desempregados, mesmo controlando pela respectiva renda, são mais infelizes. Incidentalmente, este resultado está em desacordo com a teoria convencional de escolha entre lazer e renda.

da discussão. O trabalho pioneiro de Deaton (2007), usando essa nova base de dados, reembaralhou as cartas de felicidade com as notas de dinheiro. Sem ainda fazer apostas definitivas em dinheiro como causa principal da felicidade, o capítulo demonstra que uma especificação empírica em duplo *log* apresenta uma descrição ainda mais próxima da relação entre renda e satisfação com a vida. O artigo mostra que, ao se correlacionar os dados de satisfação com a vida do Gallup World Poll com os componentes do IDH, a renda explicaria cerca de 66% da variação da satisfação com a vida presente, contra 31% da expectativa de vida, ficando menos de 3% explicados pelos dois componentes de educação.

Vale a pena frisar um par de resultados empíricos extraídos dos dados internacionais do Gallup e dos dados brasileiros do Ipea acerca da felicidade individual presente. O primeiro ponto é que há uma relação positiva entre a satisfação presente com a vida e a renda, tanto no mundo como no Brasil. O segundo é que a felicidade brasileira é relativamente pouco sensível à renda, como no referido Paradoxo de Easterlin. Este ponto é exemplificado pelo fato de que nenhum país do mundo, entre os 132 pesquisados, apresenta menor correlação entre as duas variáveis do que o Brasil. A baixa sensibilidade dos brasileiros em relação às condições materiais de vida e renda é demonstrada pelo fato de a região Nordeste brasileira, embora a mais pobre, apresentar o maior nível de felicidade presente.

Boa parte da relação entre renda e felicidade no Brasil é explicada pela passagem daqueles sem renda alguma para a faixa de menor renda pesquisada, o que sugere um potencial de políticas focalizadas nos mais pobres. Este artigo defende o uso de medidas de satisfação com a vida em diferentes instantes do tempo. De fato, a relação controlada por diversos fatores socioeconômicos entre variação de renda implícita na expansão do Bolsa Família e variação de felicidade da mesma pessoa ao longo do tempo traz resultados expressivos. Os dados indicam que os beneficiários do programa ganham um adicional de 0,41 ponto de felicidade em relação aos não beneficiários. Este resultado, tomado a valor de face, aponta que políticas redistributivas, cujo maior exemplo no caso brasileiro é o Bolsa Família, levariam, em termos agregados, a uma felicidade geral maior da nação.

Economistas brasileiros, eventualmente em vez da chamada ciência triste (*the dismal science*, como definido pelo historiador britânico Thomas Carlyle), devem recorrer ao lado brasileiro para entender os comportamentos da população tupiniquim. Afinal o brasileiro, profissão esperança, não é exatamente o protótipo do *Homo economicus*.

REFERÊNCIAS

DEATON, A. **Income, aging, health and wellbeing around the world: evidence from the Gallup World Poll**. National Bureau of Economic Research, Inc., 2007. (NBER Working Paper, n. 13.317).

_____. **The great escape: health, wealth and the origins of inequality**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2013. 360 p.

DIENER, E. Subjective well-being. **Psychological bulletin**, v. 95, n. 3, p. 542-575, 1984.

EASTERLIN, R. A. Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence. *In*: PAUL, A. D.; MELVIN, W. R. **Nations and households in economic growth: Essays in Honor of Moses Abramowitz**. New York: Academic Press, Inc., 1974.

FREY, B. S.; STUTZER, A. **The economics of happiness**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2002.

FRIEDMAN, M. **A theory of the consumption function**. Princeton: Princeton University Press, 1957.

KAHNEMAN, D.; DIENER, E.; SCHWARZ, N. (Ed.). **Well-being: the foundations of hedonic psychology**. New York: Russell Sage Foundation, 1999.

SEN, A. K. The standard of living. *In*: MCMURRIN, S. (Ed.). **Tanner lectures on human values**. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1986. v. 7.

SMITH, A. **Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. 1. ed. Londres: William Strahan e Thomas Caldwell, 1776.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRAHAM, C. **Happiness around the world: the paradox of happy peasants and miserable millionaires**. New York: Oxford University Press, 2009.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LA FONTAINE, J. de. **A cigarra e a formiga**. Barueri: Girassol, 2008.

NERI, M. C. **Inflação e consumo: modelos teóricos aplicados ao imediato pós-Cruzado**. Tese (Mestrado) – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 1990, p. 145.

_____. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2012. 312 p.

PALOCCI, A. **Sobre cigarras e formigas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. 256p.

PRAAG, B. M. S. van; FERRER-I-CARBONELL, A. **Happiness quantified: a satisfaction calculus approach**. Revised Edition. New York: Oxford University Press, 2008.

SINTETIZANDO PERCEPÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO HUMANO*

Marcelo Côrtes Neri**

RESUMO

O capítulo consolida aspectos da percepção da população sobre desenvolvimento humano em um indicador subjetivo sintético: o Índice de Desenvolvimento Humano Percebido (IDH-P). A análise direta das prioridades brasileiras – comparadas com as mundiais graças ao questionário da pesquisa *Meu mundo*, da Organização das Nações Unidas (ONU), incorporado ao Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) do Ipea – mostra que os três elementos de destaque representam os três componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A aplicação de análise de componentes principais (ACP) a mais de duas dezenas de questões subjetivas permite eliminar a redundância entre questões subjetivas similares, revelando convergência de temas em duas vertentes. Em primeiro lugar, a clivagem existente entre indicadores de oportunidades e de resultados. A análise identifica ainda a dicotomia entre, de um lado, indicadores internos sobre o *status* do indivíduo e, de outro, percepções externas sobre o meio e as políticas associadas. A relação entre os componentes do IDH e do IDH-P se mostra relativamente aderente, em particular quanto a percepções internas. Apresenta-se um *ranking* do IDH-P para mais de uma centena de países, no qual o Brasil fica na 62ª posição. Investigam-se ainda os pesos atribuídos a cada um dos três componentes do IDH-P para a satisfação com a vida reportada pelos indivíduos. Os resultados não estão em desacordo com a métrica de igualdade de pesos usada no cálculo do IDH padrão quando se leva em conta a dicotomia entre indicadores de oportunidades e de resultados. Além disso, rejeita-se a hipótese de que diferentes faixas etárias conferem pesos diferenciados aos componentes do IDH. De forma geral, a construção do IDH-P permite, por meio de um indicador sintético de cunho subjetivo, análises complementares àquelas realizadas com o IDH tradicional.

1 INTRODUÇÃO

As três principais variáveis explicativas da satisfação com a vida abordadas neste estudo – renda, saúde e educação – correspondem aos três componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O relatório pioneiro da

* O autor agradece o excelente apoio prestado por Luisa Carvalhaes, Samanta Reis, Gabriel Buchmann, Rodrigo Ramiro e Tiago Bonomo.

** Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e presidente do Ipea.

Organização das Nações Unidas (ONU) de 1954 apresentou a ideia de que a renda *per capita* não deve ser o único indicador usado para medir o padrão de vida das pessoas. Isto foi seguido por uma variedade de estudos que convergiram para formar o IDH proposto pela ONU em 1990.

Este capítulo, estendendo os resultados de Neri (2008), incorpora as percepções sobre a renda, a saúde e a educação na metodologia do IDH, o que possibilita a construção de um Índice de Desenvolvimento Humano Percebido (IDH-P). Uma vantagem desta abordagem é a comparabilidade dos resultados com os *rankings* do IDH, referência dentro da multidimensionalidade de ferramentas de indicadores sociais. Cada uma destas três dimensões corresponde a grupos bem estabelecidos de políticas sociais. Os dados qualitativos em mãos podem ajudar a lançar luz sobre a forma como os beneficiários atuais ou potenciais percebem os processos e os resultados associados com as políticas de educação, saúde e renda. Também foi adicionada à análise a dimensão das condições de trabalho, uma vez que o acesso ao trabalho e sua qualidade percebida: *i*) também estão sujeitos a políticas governamentais diretas; *ii*) ocupam um papel central na literatura de determinação da felicidade; e *iii*) encaixam-se bem dentro de uma perspectiva de ciclo de vida, estrutura básica de análise utilizada aqui.

Seguindo a literatura que avalia a qualidade em diversas dimensões da vida, o estudo usa o ciclo de vida como um quadro de análise em que a idade é uma das principais variáveis. Cada componente do IDH está fortemente relacionado com uma fase específica do ciclo de vida. De forma simplificada, o ciclo começa com a educação formal, experimentada na sua fase inicial, quando há tanto uma janela de capacidade de aprendizagem maior do que mais tarde, quanto mais tempo à frente para recuperar o custo do investimento em capital humano, em termos de rendimentos do trabalho. A segunda fase é o período de geração de renda, acumulada principalmente a partir do trabalho que, por sua vez é em grande parte determinado por decisões educacionais anteriores. Esta fase intermediária também irá garantir os recursos materiais para o período de aposentadoria, como riqueza financeira, serviços de saúde etc. Também será verificada a importância das condições de trabalho *vis-à-vis* a renda para os adultos não idosos. Finalmente, a maior parte dos problemas de saúde observados em qualquer sociedade ocorre principalmente na última fase do ciclo de vida, e é em geral determinada por políticas públicas específicas – o fornecimento

dos serviços de saúde por parte do Estado, bem como as decisões de renda e de educação adotadas no passado.

O impacto das medidas objetivas de renda sobre indicadores subjetivos também irá situar-se no centro desta análise. Apesar de suas limitações, indicadores sociais baseados em renda *per capita*, tais como medidas-padrão de desigualdade e pobreza baseadas diretamente em pesquisas domiciliares, estão no cerne do debate social na América Latina e são o esteio para o economista em relação às questões sociais. Uma unidade de medida de renda ajustada pela paridade do poder de compra (PPP) também é útil para comparar custos e benefícios de políticas públicas e de tomadas de decisões por parte dos indivíduos.

O capítulo está organizado da seguinte forma. Na segunda seção do trabalho, após esta introdução, estudam-se as prioridades dos brasileiros apontadas na pesquisa *Meu mundo* (*My world*), da ONU, replicada pelo Ipea na sua pesquisa domiciliar do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). Na terceira seção, constrói-se um IDH-P entre os países latino-americanos por meio da extração dos componentes principais de uma rica variedade de questões especiais adicionadas à pesquisa do Gallup World Poll de 2007. A quarta seção explora, diretamente a partir de observações de nível individual, a relação entre os componentes do IDH-P, de um lado, e a renda e a idade, de outro. A quinta seção analisa a relação entre os componentes de desenvolvimento humano objetivos e subjetivos, utilizando a pesquisa completa do Gallup World Poll de 2006, de 132 países. Na sexta seção, usa-se a satisfação com a vida como uma métrica para extrair os pesos atribuídos separadamente aos componentes do IDH. Adota-se a mesma estratégia para os componentes do IDH-P e encontram-se pesos razoavelmente próximos entre o desenvolvimento humano objetivo e subjetivo. Em seguida, traça-se um *ranking* do IDH-P sintético para mais de uma centena de países, usando-se a métrica tradicional do IDH (pesos iguais, cada componente valendo um terço). As principais conclusões são deixadas para a sétima seção.

2 PRIORIDADES DOS BRASILEIROS – A PESQUISA *MEU MUNDO* NO BRASIL

A pesquisa *Meu mundo* é uma iniciativa global comandada pela ONU. Seu objetivo é captar a voz das pessoas, suas prioridades e visões sobre o mundo, para que os líderes globais possam informar-se no âmbito da definição da

nova agenda de desenvolvimento para o mundo. Por meio de uma página na internet, a ONU pede para os indivíduos selecionarem seis entre dezesseis possíveis prioridades que fariam a maior diferença para as suas vidas e a de suas famílias. Esta lista de dezesseis itens foi feita a partir de prioridades relatadas por pessoas pobres em pesquisas e incluídas na pauta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da ONU.

O Ipea, por meio da pesquisa domiciliar do SIPS, levou a campo uma rodada de pesquisa em agosto de 2013 em que foi replicada a pergunta do *Meu mundo* em mais de 10 mil questionários. Este esforço foi reconhecido com a atribuição ao Ipea de um prêmio da Campanha do Milênio da ONU por ter dado a maior contribuição da América Latina e Caribe para a pesquisa internacional. Trata-se de uma contribuição não apenas quantitativa, mas também qualitativa do Ipea, que gerou uma pesquisa representativa do conjunto da população brasileira, fruto do esquema de amostragem com entrevistas realizadas cara a cara, e não pela internet.

Incorporando entrevistas feitas posteriormente, em 2013 foram aplicados quase 20 mil questionários com a pergunta da pesquisa *Meu mundo*. Este capítulo restringe-se à amostra de pouco mais de 10 mil observações da pesquisa de agosto de 2013 que valeu o prêmio ao Ipea. Realizou-se uma breve comparação de resultados brasileiros e globais. As prioridades mundiais são a educação de qualidade e a melhoria dos serviços de saúde, nesta ordem. No caso brasileiro, há inversão da ordem destas prioridades. A saúde aparece em 85,5% dos questionários brasileiros, ao passo que a educação aparece em 81,8% dos questionários. Há outras divergências entre a realidade brasileira e a mundial, destacadas a seguir. O brasileiro dá mais prioridade à proteção contra o crime e a violência em relação à população mundial (quinto lugar para os brasileiros, com 51,4% das respostas, e sétimo no *ranking* global), reflexo do elevado índice de criminalidade do país, um dos principais problemas sociais tupiniquins. O mesmo não acontece com o combate às mudanças climáticas (16ª posição tanto no Brasil quanto no mundo), o que talvez indique a necessidade de realização de campanhas nacionais e internacionais para a conscientização da população sobre a causa ambiental. O brasileiro dá ainda menor prioridade a melhores oportunidades de trabalho (sexto lugar para os brasileiros, presente em 44,8% das respostas, contra terceiro lugar no mundo), o que pode ser um reflexo da recente expansão no mercado de trabalho brasileiro, que se

encontrava em 2013 próximo do pleno emprego. Apresenta-se na tabela 1 a lista de prioridades brasileiras em geral segundo a pesquisa do Ipea.

TABELA 1
Prioridades brasileiras na pesquisa *Meu mundo* (ago./2013)

Prioridades	Respostas (%) ¹	Posição
Melhoria dos serviços de saúde	85,5	1 ^a
Educação de qualidade	81,8	2 ^a
Acesso a alimentos de qualidade	74,4	3 ^a
Governo honesto e atuante	65,1	4 ^a
Proteção contra o crime e a violência	51,4	5 ^a
Melhores oportunidades de trabalho	44,8	6 ^a
Melhoria nos transportes e nas estradas	38,8	7 ^a
Apoio às pessoas que não podem trabalhar	37,2	8 ^a
Acesso à água potável e ao saneamento	28,3	9 ^a
Proteção a florestas, rios e oceanos	19,5	10 ^a
Acesso à energia em casa	19,4	11 ^a
Eliminação do preconceito e da discriminação	16,9	12 ^a
Igualdade entre homens e mulheres	12,3	13 ^a
Liberdades políticas	8,8	14 ^a
Acesso ao telefone e à internet	8,8	15 ^a
Combate às mudanças climáticas	7,2	16 ^a

Fonte: SIPS/Ipea.

Nota: ¹ Porcentagem das respostas em que o item foi escolhido entre seis possíveis prioridades.

Incidentalmente, os três elementos de destaque tanto no Brasil como no mundo representam bem, no campo das políticas públicas, os três componentes do IDH da ONU, quais sejam, saúde, educação e renda. Como se viu, há inversões entre os dois universos na ordem entre educação e saúde, mas ambas ocupam os dois primeiros lugares nas prioridades da população. No terceiro lugar está a renda, mas vista de maneiras diferentes – como possibilidade de consumo ou de geração de renda (produção). No mundo, que em geral vive um problema de desemprego crônico desde a crise de 2008, a terceira prioridade são as melhores oportunidades de trabalho. No Brasil, a terceira posição é ocupada pelo acesso a alimentos de qualidade. Em suma, entre as dezesseis prioridades elencadas pela pesquisa *Meu mundo* da ONU, há algumas inversões de ordem e de perspectiva quando se comparam

os universos brasileiro e mundial. No entanto, o aspecto comum é que os três componentes do IDH ocupam o pódio das prioridades da população.

3 CONSTRUINDO UM ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO PERCEBIDO (IDH-P)

3.1 Estrutura conceitual

No quadro 1 proposto, inspirado em Veenhoven (2000) e Rojas (2005), deve-se levar em conta a interação entre duas dimensões. Em primeiro lugar, se o indicador refere-se às percepções internas sobre a vida do indivíduo ou às percepções externas sobre a coletividade de indivíduos (por exemplo, sobre um país ou uma cidade). Em segundo, se o indicador é relacionado com as oportunidades oferecidas ou com os resultados obtidos. Este quadro pode ser aplicado a indicadores gerais de qualidade de vida, como a satisfação com a vida, ou adaptado para classificar qualquer indicador qualitativo, como os que estão relacionados com os componentes do IDH. Por exemplo, o estado de saúde percebido de um indivíduo é um indicador de resultado, enquanto o acesso aos serviços de saúde é claramente um indicador de oportunidades. Como apontado em Neri (2008), cujos resultados são aqui estendidos, a divisão entre a qualidade interna e a externa não é apenas intuitiva, mas corroborada pelos exercícios empíricos aqui apresentados, enquanto as diferentes oportunidades são bem fundamentadas na literatura de capacidades em oposição a funcionalidades proposta por Amartya Sen (Sen, 1984).

QUADRO 1
As quatro qualidades da vida

	Externas	Internas
Oportunidades	Qualidade das instituições	Capacidade pessoal de viver
Resultados	Felicidade geral da nação	Satisfação individual com a vida

Elaboração do autor.

3.2 Análise de componentes principais (ACP): método

A ACP é uma metodologia útil quando se tem dados de certo número de variáveis e se acredita que existe alguma redundância entre elas – o que significa que algumas das variáveis estão correlacionadas entre si, possivelmente porque estão medindo o mesmo objeto. Dada esta aparente redundância, é provável que, por exemplo, diferentes itens de um questionário

não estejam realmente medindo objetos diferentes; mais provavelmente, podem estar medindo uma mesma dimensão de maneira diferente. No presente caso, por exemplo, *maior facilidade percebida de pagar as contas e elevada renda percebida* parecem significar basicamente a mesma coisa.

A metodologia consiste em reduzir o número de variáveis e envolve o desenvolvimento de medidas sobre uma série de variáveis observadas e, em um número menor, de variáveis artificiais – chamadas de componentes principais –, que representam a maior parte da variância das variáveis observadas. Em essência, uma ACP tem como objetivo a redução das variáveis observadas em um conjunto menor de variáveis artificiais, transformando variáveis redundantes em novas variáveis que podem ser utilizadas em análises posteriores como variáveis preditoras em uma regressão múltipla, ou em qualquer outro tipo de análise.

Tecnicamente, um componente principal pode ser definido como uma combinação linear de variáveis observadas ponderadas de forma ótima. Ao realizar-se uma ACP, é possível calcular uma pontuação para cada fator em determinado componente principal. Cada observação individual realmente medida teria pontuações em cada um dos novos componentes, e as pontuações reais destes sobre os itens do questionário original seriam otimamente ponderadas e depois somadas para calcular a pontuação de um determinado componente.

O número de componentes extraídos por meio de uma ACP é igual ao número de variáveis observadas sendo analisadas. Isto significa que uma análise de um questionário com muitos itens vai resultar em um número de componentes tão grande quanto o número de itens. No entanto, na maioria das análises, apenas os primeiros componentes não redundantes explicam quantidades significativas da variância, portanto apenas estes primeiros componentes são retidos, interpretados e usados em análises subsequentes. Os demais componentes explicam quantidades insignificantes da variância e, por isso, geralmente não são retidos e analisados.

O primeiro componente obtido mediante uma ACP é responsável por uma quantidade máxima da variância total das variáveis observadas. Sob condições típicas, isto significa que o primeiro componente será correlacionado com pelo menos algumas das variáveis observadas, podendo ser correlacionado com muitas delas. O segundo componente extraído

terá duas características importantes. Em primeiro lugar, este componente será responsável por uma quantidade máxima da variação no conjunto de dados que não foi contabilizada pelo primeiro componente. Novamente sob condições típicas, isto significa que o segundo componente será correlacionado com algumas das variáveis observadas que não exibem uma forte correlação com o primeiro componente. A segunda característica do segundo componente é que ele não vai ser correlacionado com o primeiro componente. Literalmente, um cálculo da correlação entre os componentes 1 e 2 daria zero. Esta é a regra geral: os componentes restantes extraídos na análise exibem as mesmas duas características – cada componente é responsável por uma quantidade máxima de variância nas variáveis observadas que não foi contabilizada pelos componentes anteriores, e é não correlacionado com todos os componentes anteriores. A ACP procede desta forma com cada novo componente responsável por quantidades progressivamente menores e menores da variância – é por isso que apenas os primeiros componentes são normalmente retidos e interpretados. Quando a análise está completa, os componentes resultantes terão diferentes graus de correlação com as variáveis observadas, mas serão completamente não correlacionados uns com os outros.

As variáveis observadas são padronizadas no curso da análise, isto é, cada variável é transformada de modo a ter média zero e variância um. O que se quer dizer com *variância total* no conjunto de dados é simplesmente a soma das variâncias destas variáveis observadas. Uma vez que elas foram normalizadas para ter variância valendo um, cada variável observada contribui com uma variância para a *variância total* do conjunto de dados. Por conseguinte, a variância total em uma ACP será sempre igual ao número de variáveis observadas sendo analisadas, e os componentes extraídos para a análise irão dividir esta variação. Se há seis componentes, por exemplo, o primeiro componente pode ser responsável por 2,9 unidades de desvio total; talvez o segundo componente seja responsável por 2,2 unidades; e assim por diante, com a análise continuada deste modo até que toda a variância do conjunto de dados seja contabilizada.

A seguir está a forma geral da fórmula para calcular as pontuações no primeiro componente extraído (criado) por meio de uma ACP:

$$C1 = b_{11} (X1) + b_{12} (X2) + \dots + b_{1p} (Xp)$$

onde:

$C1$ é a pontuação sobre o principal componente 1 (o primeiro componente extraído);

b_{1p} é o coeficiente da regressão (ou o peso) para a variável observada p , tal como utilizado na criação do componente principal 1; e

Xp é a pontuação sobre a variável observada p .

Suponha-se que o componente 1 neste estudo foi a satisfação com a saúde. Pode-se determinar a pontuação de cada indivíduo no componente principal 1 usando-se a seguinte fórmula fictícia:

$$C1 = 0,44 (X1) + 0,40 (X2) + 0,47 (X3) + 0,32 (X4) + 0,02 (X5) + 0,01 (X6) + 0,03 (X7)$$

No presente caso, as variáveis observadas (as variáveis X) foram respostas individuais das perguntas sobre percepções; $X1$ representa a pergunta 1; $X2$ representa a pergunta 2; e assim por diante. Observe-se que diferentes coeficientes da regressão foram atribuídos às diferentes perguntas para calcular pontuações individuais no componente 1: para as primeiras perguntas foram atribuídos pesos relativamente grandes, que vão de 0,32 a 0,44, enquanto para as últimas questões foram atribuídos pesos muito pequenos, variando de 0,01 a 0,03.

Obviamente, uma equação diferente, com diferentes pesos de regressão, seria usada para calcular as pontuações no componente 2 (satisfação com a renda, por exemplo). A seguir está uma ilustração fictícia desta fórmula:

$$C2 = 0,01 (X1) + 0,04 (X2) + 0,02 (X3) + 0,02 (X4) + 0,48 (X5) + 0,31 (X6) + 0,39 (X7)$$

Os resultados acima mostram que, na criação de pontuações para o segundo componente, muito peso seria dado às últimas perguntas e pouco seria dado para as primeiras.

Os pesos de regressão das equações anteriores são determinados pelo uso de um tipo especial de equação chamada de equação de *eigen*. Os pesos produzidos por estas equações de *eigen* são pesos ótimos no sentido de que, para um determinado conjunto de dados, nenhum outro conjunto de pesos poderia produzir um conjunto de componentes mais bem-sucedidos para explicar a variância das variáveis observadas. Os pesos são criados a fim de satisfazerem um princípio de mínimos quadrados semelhante, mas não idêntico, ao princípio dos mínimos quadrados utilizados na regressão múltipla.

3.3 Estratégia empírica

Seguindo-se Kenny e Kenny (2006) e sugestões de outros, decidiu-se neste estudo não incluir variáveis objetivas nos exercícios de ACP realizados a fim de permitir comparações posteriores entre os indicadores objetivos e subjetivos do IDH. Uma vez que o IDH é a principal referência utilizada na literatura de bem-estar social multidimensional, optou-se neste momento por usar sua estrutura proposta em três componentes separados e comparar com a sua respectiva versão subjetiva. Também se introduziu a questão das condições de trabalho para posteriormente testar a sua relevância, bem como para verificar se a conexão entre componentes específicos do IDH-P muda em fases distintas do ciclo da vida: educação para indivíduos mais jovens (crianças e adolescentes com até 15 anos de idade); condições de trabalho para jovens e adultos não idosos (pessoas entre 16 e 64 anos de idade); e condições de saúde para idosos (pessoas com 65 anos ou mais de idade). A união de indicadores monetários – referências mais utilizadas no estudo empírico na área de bem-estar social – com a literatura de desigualdade e pobreza parece apropriada como uma variável de integração de diferentes vertentes da literatura, como uma figura ou uma variável de ponderação na agregação de percepções entre os indivíduos. Além de adotarem amplamente o uso de variáveis baseadas na renda *per capita* e em componentes do IDH utilizados na prática, os quatro ingredientes selecionados estão geralmente vinculados a orçamentos e políticas setoriais específicos dentro de cada país. Em suma, escolheu-se separar os indicadores subjetivos e objetivos para permitir comparações diretas entre eles, dividindo-os em quatro grupos de indicadores setoriais específicos. Pode-se visualizar a abordagem do IDH-P usada aqui como uma síntese da perspectiva de atuais ou potenciais

beneficiários no que diz respeito às possibilidades e aos resultados criados por políticas de educação, trabalho, saúde e renda.

A ACP é aplicada de duas maneiras. Extraem-se os componentes principais combinando-se todas as questões específicas de cada setor para renda, educação, saúde e trabalho simultaneamente. A outra maneira é separar, *a priori*, as questões por estes quatro setores diferentes, a fim de calcular os componentes do IDH-P isoladamente, o que é um resultado desejável desta análise, uma vez que esta divisão é útil para a organização institucional da política social.

Esses dois procedimentos são aplicados para dois ambientes espaçotemporais: as Américas e o mundo. A análise começa no nível da América Latina, usando-se perguntas especiais colocadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na sua pesquisa Gallup World Poll de 2007. Uma vantagem operacional deste conjunto de dados regionais é o grande número de perguntas, 28 no total, relativas a cada um dos componentes do IDH-P. Este ambiente regional também oferece a possibilidade de utilizar a variável objetiva relacionada diretamente com o IDH, a saber, renda domiciliar *per capita* ajustada pela PPP. O contexto global apresenta um conjunto de variáveis menos rico, mas fornece mais graus de liberdade para estimar regressões com variáveis *cross-country*. Assim, será usado o contexto das Américas para explorar os impactos das variáveis objetivas renda e idade calculados no micronível em diferentes componentes do IDH-P. O mesmo tipo de exercício entre as variáveis objetivas e subjetivas será estimado em nível mundial, utilizando-se como variáveis explicativas componentes agregados do IDH e das variáveis do IDH-P.

3.4 Resultados da análise de componentes principais (ACP)

A ACP permite escolher o sistema de ponderação adequado para diferentes indicadores de bem-estar usados dentro de cada exercício específico realizado por setor. A lógica consiste em permitir a determinação de pesos ótimos associados a cada atributo. Para isso, deve-se obter um conjunto de novos atributos chamados fatores – que são uma combinação linear das variáveis originais – a partir das percepções disponíveis. Um sistema de pesos associados com os atributos originais é gerado, a fim de reproduzir a sua gama completa de variabilidade.

Trabalhou-se com um total de 28 questões para as Américas. Usou-se uma ACP a fim de reduzir a dimensão do problema. Começou-se calculando os componentes principais e combinando todas estas variáveis em um teste preliminar para ver o que os dados dizem sem qualquer restrição específica ao setor.

3.4.1 ACP para a América Latina – juntando todas as questões subjetivas

Este exercício indica que, mesmo sem qualquer tipo de restrição e com apenas algumas exceções, há uma divisão surpreendentemente clara de variáveis de acordo com as dimensões interna e externa e com o tipo de políticas setoriais (ou seja, as oportunidades ou os resultados relacionados). É feita uma breve descrição no próximo exercício, a fim de aumentar a profundidade com divisões específicas de cada setor. Como se viu na exposição sobre a metodologia de ACP, os componentes que explicam uma parcela maior da variância aparecem em primeiro lugar.

- 1) O primeiro componente, relacionado com a percepção interna de saúde, inclui somente variáveis relacionadas a percepções momentâneas, como duas questões sobre o estado de saúde autodeclarado e duas perguntas sobre sensação de dores ou ansiedade.
- 2) O segundo fator tabelado, que diz respeito à percepção interna de privação de renda, inclui quatro perguntas. Duas delas estão relacionadas à insuficiência de renda para cobrir as despesas da casa e de comida, uma sobre a experiência de fome e outra acerca de sentimentos relacionados à renda. Este tipo de componente irá apresentar um sinal negativo na correlação com as medidas de satisfação com a vida.
- 3) O componente seguinte mistura cinco perguntas relacionadas com as percepções em geral externas sobre renda e condições de trabalho e uma pergunta sobre a percepção dos movimentos do padrão de vida individual. Esta é a única exceção de todas as 28 questões no presente exercício de ACP, e permanecerá como a única exceção nos outros exercícios, na qual variáveis internas e externas se misturam num único vetor.
- 4) O componente seguinte, de percepção interna de trabalho, combina duas perguntas semelhantes sobre satisfação com o trabalho.

- 5) O próximo componente mistura três questões relacionadas à incapacidade de natureza mais permanente, ligada à presença de deficiências a serem entendidas como componente de percepção interna de saúde. Somente neste ponto as percepções externas começaram a entrar de forma mais consistente na lista de componentes, indicando um poder explicativo da variância preponderante nas questões internas.
- 6) O componente seguinte pode ser chamado de componente de percepção externa de acesso a capital humano, misturando três questões sobre o acesso à educação e aos serviços de saúde dentro das cidades ou países.
- 7) O próximo é semelhante ao anterior, mas combina informações sobre a satisfação com a educação e as políticas de saúde. Ele pode ser rotulado como a satisfação externa com o capital humano.
- 8) A pergunta seguinte combina duas questões de percepções externas sobre a privação de renda e a satisfação com políticas relacionadas ao trabalho.
- 9) O componente final mistura duas perguntas sobre a percepção externa da saúde e das oportunidades ligadas ao trabalho.

TABELA 2
ACP para a América Latina – juntando todas as perguntas subjetivas

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Fator 6	Fator 7	Fator 8	Fator 9
	Componente interno de saúde	Componente interno de privação de renda	Componente externo de renda e trabalho	Componente interno de trabalho	Componente interno de saúde	Componente externo de saúde e acesso à educação	Componente externo de satisfação com a saúde e a educação	Componente externo de privação de renda e satisfação com políticas de trabalho	Componente externo de saúde e trabalho
Sentimentos sobre o rendimento do seu domicílio – vive confortavelmente ou apenas se mantém com sua renda presente?	24	-48*	29	15	-4	5	2	-3	5
Você acredita que as presentes condições econômicas são boas ou não?	-2	-2	70*	-2	5	18	2	22	12
No presente momento, você acredita que as condições econômicas como um todo estão melhorando ou continuam iguais?	-2	-2	76*	-2	6	7	2	14	8
Você está satisfeito ou não com os esforços para cuidar do problema da pobreza?	0	0	14	0	-2	20	14	83*	-6
No momento, você sente que o seu padrão de vida está melhorando ou continua igual?	24	-22	52*	8	-3	-9	9	0	-8
Alguma vez nos últimos doze meses você não teve dinheiro suficiente para prover abrigo ou moradia adequada para você ou sua família?	3	72*	4	2	-6	-2	-3	1	9
Alguma vez nos últimos doze meses você ou sua família passaram fome?	-10	72*	-8	-3	-6	6	-1	-2	-11
Alguma vez nos últimos doze meses você não teve dinheiro suficiente para comprar a comida de que você ou sua família precisava?	-10	82*	-11	-3	-1	2	0	-1	-3

(Continua)

(Continuação)

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Fator 6	Fator 7	Fator 8	Fator 9
	Componente interno de saúde	Componente interno de privação de renda	Componente externo de renda e trabalho	Componente interno de trabalho	Componente interno de saúde	Componente externo de saúde e acesso a educação	Componente externo de satisfação com a saúde e a educação	Componente externo de privação de renda e satisfação com políticas de trabalho	Componente externo de saúde e trabalho
Mobilidade – não tem problemas para andar.	36	-3	3	5	70*	-3	0	-2	-4
Autocuidado – não tem problemas para cuidar de si mesmo.	10	-4	0	1	80*	0	0	-2	2
Atividades usuais – não tem problemas para realizar os afazeres usuais: trabalho, estudos, trabalho doméstico, atividades familiares ou atividades de lazer.	37	-4	1	5	73*	-2	2	1	-3
Dor ou desconforto – não tem dor ou desconforto.	68	-5	5	1	28	4	2	-8	-7
Ansiedade ou depressão – não tem ansiedade ou depressão.	52	-10	6	-2	12	19	1	-14	-13
Quão boa ou ruim sua saúde é atualmente?	72	-13	6	3	10	7	3	2	10
Você está satisfeito com sua saúde pessoal?	72	-1	9	6	4	-5	7	9	1
Você está satisfeito ou insatisfeito com a disponibilidade de serviços de saúde de qualidade na cidade ou área em que vive?	5	-5	12	-1	0	11	79*	5	10
Os serviços de saúde no seu país são acessíveis a qualquer pessoa que precise deles, independentemente da sua situação econômica?	4	0	8	0	-1	69	24	5	15

(Continua)

(Continuação)

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Fator 6	Fator 7	Fator 8	Fator 9
	Componente interno de saúde	Componente interno de privação de renda	Componente externo de renda e trabalho	Componente interno de trabalho	Componente interno de saúde	Componente externo de saúde e acesso a educação	Componente externo de satisfação com a saúde e a educação	Componente externo de privação de renda e satisfação com políticas de trabalho	Componente externo de saúde e trabalho
Não tem problemas de saúde que o impedem de fazer coisas que as pessoas de sua idade normalmente podem fazer.	60	-4	-1	7	22	-8	-2	8	5
Se você tivesse que ir a um hospital por causa de um acidente ou uma doença, quem iria arcar com o custo de seu atendimento, o serviço público ou o particular?	-4	-10	17	7	2	20	5	-6	75
Você confia ou não no sistema de assistência de saúde ou no sistema médico?	1	-1	9	-2	0	19	68*	15	8
Você está satisfeito com o sistema educacional ou com as escolas?	4	0	2	2	1	12	69*	7	-17
A educação no seu país é acessível a todos que querem estudar, independentemente da situação econômica de cada um?	9	-1	5	1	-5	78	6	11	0
A maioria das crianças no seu país tem oportunidade de aprender e crescer todo dia?	-2	5	10	1	1	58	19	22	-13
Você está satisfeito com seu trabalho ou com o que você faz?	8	-7	8	95*	4	1	0	1	3
Em seu trabalho você tem oportunidade de fazer todo dia o que você faz melhor?	6	-4	5	96*	5	1	-1	1	2

(Continua)

(Continuação)

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Fator 6	Fator 7	Fator 8	Fator 9
	Componente interno de saúde	Componente interno de privação de renda	Componente externo de renda e trabalho	Componente interno de trabalho	Componente interno de saúde	Componente externo de saúde e acesso a educação	Componente externo de satisfação com a saúde e a educação	Componente externo de privação de renda e satisfação com políticas de trabalho	Componente externo de saúde e trabalho
As pessoas no seu país podem melhorar de vida trabalhando duro ou não?	-5	-5	31	2	7	30	6	1	-57
Pensando na situação de emprego da cidade ou área em que você vive atualmente, você diria que agora é um bom ou um mau momento para encontrar um emprego?	12	-8	52*	10	-5	6	15	1	-13
Você está satisfeito ou não com os esforços para aumentar o número e a qualidade dos empregos?	2	-1	18	3	-2	15	14	82*	-1

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

Obs.: os valores encontrados foram multiplicados por 100 e arredondados para o número inteiro mais próximo. Valores de *eigen* superiores a 0,4 são sinalizados por um asterisco (*).

3.4.2 ACP América Latina – separando questões subjetivas em grupos de setores específicos

O próximo exercício divide *a priori* as 28 variáveis relacionadas com o IDH-P em quatro grupos de elementos, a fim de gerar índices setoriais separados, tal como faz o IDH antes de agregá-los num índice sintético. As questões foram divididas da seguinte forma: oito para a renda; cinco para as condições de trabalho; doze para a saúde; e três para a educação. Calcularam-se os principais componentes para cada um destes quatro grupos de ingredientes do IDH-P propostos.

Renda

Perguntas significativas para o primeiro vetor estão relacionadas com o nível atual ou futuro de renda ou de privação enfrentado pelo indivíduo, enquanto as questões do segundo vetor estão relacionadas com os resultados encontrados tanto no presente quanto de forma prospectiva para o país (tabela 3).

TABELA 3
Variáveis de renda

	Fator 1 ¹	Fator 2 ²
Sentimentos sobre o rendimento do seu domicílio – vive confortavelmente ou apenas se mantém com sua renda atual?	-60*	23
Você acredita que as atuais condições econômicas são boas ou não?	-11	75*
No presente momento, você acredita que as condições econômicas como um todo estão melhorando ou continuam iguais?	-6	77*
Você está satisfeito ou não com os esforços para cuidar do problema da pobreza?	11	61*
No momento, você sente que o seu padrão de vida está melhorando ou continua igual?	-34	44*
Alguma vez nos últimos doze meses você não teve dinheiro suficiente para prover abrigo ou moradia adequada para você ou sua família?	66*	6
Alguma vez nos últimos doze meses você ou sua família passaram fome?	73*	-2
Alguma vez nos últimos doze meses você não teve dinheiro suficiente para comprar a comida de que você ou sua família precisava?	83*	-5

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

Notas: ¹ Fator interno de privação de renda.

² Fator externo de renda.

Obs.: os valores encontrados foram multiplicados por 100 e arredondados para o número inteiro mais próximo. Valores superiores a 0,4 são sinalizados por um asterisco (*).

Trabalho

Os fatores internos de trabalho estão relacionados com a satisfação individual com o trabalho e as oportunidades criadas. Por sua vez, o fator externo relacionado ao trabalho captura ingredientes como as perspectivas, a

relevância e a qualidade dos esforços de políticas públicas para melhorar as condições gerais de trabalho (tabela 4).

TABELA 4
Variáveis de trabalho

	Fator 1 ¹	Fator 2 ²
Você está satisfeito com seu trabalho ou com o que você faz?	96*	5
Em seu trabalho você tem oportunidade de fazer todo dia o que você faz melhor?	96*	3
As pessoas no seu país podem melhorar de vida trabalhando duro ou não?	-4	61*
Pensando na situação de emprego da cidade ou da área em que você vive atualmente, você diria que agora é um bom ou um mau momento para encontrar um emprego?	13	69*
Você está satisfeito ou não com os esforços para aumentar o número e a qualidade dos empregos?	2	72*

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

Notas: ¹ Fator interno de trabalho.

² Fator externo de trabalho.

Obs.: os valores encontrados foram multiplicados por 100 e arredondados para o número inteiro mais próximo. Valores superiores a 0,4 são sinalizados por um asterisco (*).

Saúde

As doze variáveis de saúde utilizadas foram divididas em três fatores. O primeiro está relacionado com as condições internas de saúde, o segundo com as condições individuais mais permanentes, enquanto o último fator captura o acesso à saúde em um nível agregado (tabela 5).

TABELA 5
Variáveis de saúde

	Fator 1 ¹	Fator 2 ²	Fator 3 ³
Mobilidade – não tem problemas para andar.	34	72*	-3
Autocuidado – não tem problemas para cuidar de si mesmo.	7	82*	0
Atividades usuais – não tem problemas para realizar os afazeres usuais: trabalho, estudos, trabalho doméstico, atividades familiares ou atividades de lazer.	36	74*	-1
Dor ou desconforto – não tem dor ou desconforto.	69*	29	1
Ansiedade ou depressão – não sofre de ansiedade ou depressão.	58*	8	6
Quão boa ou ruim sua saúde é atualmente?	73*	14	8
Você está satisfeito com sua saúde pessoal?	71*	8	6
Você está satisfeito ou insatisfeito com a disponibilidade de serviços de saúde de qualidade na cidade ou área em que vive?	5	3	75*

(Continua)

(Continua)

	Fator 1 ¹	Fator 2 ²	Fator 3 ³
Os serviços de saúde no seu país são acessíveis a qualquer pessoa que precise deles, independentemente da sua situação econômica?	3	1	66*
Não tem problemas de saúde que o impedem de fazer coisas que as pessoas de sua idade normalmente podem fazer.	58*	25	-3
Se você tivesse que ir a um hospital por causa de um acidente ou uma doença, quem iria arcar com o custo do seu atendimento, o serviço público ou o particular?	5	-6	33
Você confia ou não no sistema de assistência de saúde ou no sistema médico?	-1	4	76*

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

Notas: ¹ Fator interno de saúde.

² Fator interno de saúde permanente.

³ Fator externo de saúde.

Obs.: os valores encontrados foram multiplicados por 100 e arredondados para o número inteiro mais próximo. Valores superiores a 0,4 são sinalizados por um asterisco (*).

Educação

A educação deveria, talvez, ser vista mais como uma oportunidade que como um resultado em si. O questionário Gallup não contém questões sobre as percepções internas individuais, mas sim sobre as condições gerais. O componente externo de educação (tabela 6), único entre as três questões utilizadas, pode ser percebido como um componente relacionado com as oportunidades de educação presentes no país.

TABELA 6
Variáveis de educação

	Fator 1 ¹
Você está satisfeito com o sistema educacional ou com as escolas?	63*
A educação no seu país é acessível a todos que querem estudar, independentemente da situação econômica de cada um?	73*
A maioria das crianças no seu país tem oportunidade de aprender e crescer todo dia?	76*

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

Nota: ¹ Fator externo de educação.

Obs.: os valores encontrados foram multiplicados por 100 e arredondados para o número inteiro mais próximo. Valores superiores a 0,4 são sinalizados por um asterisco (*).

3.5 IDH Percebido para os países da América e em nível mundial

A tabela 7 apresenta os valores para todos os componentes gerados a partir da ACP para os países dos três continentes americanos da amostra que possuem dados disponíveis. Note-se que estes foram calculados com restrições setoriais específicas separadas. O passo seguinte foi padronizar estes indicadores

utilizando a metodologia do IDH, que define o pior nível na amostra como 0 e o mais alto como 1, como mostrado na tabela 7.

Posteriormente, o desafio é entender como os fatores subjetivos referentes às condições externas e internas de renda, trabalho, saúde e educação estão correlacionados com as condições sociodemográficas objetivas em micronível e em nível agregado. Usa-se a amostra americana de países, aproveitando-se de um conjunto maior de questões em quatro grupos de variáveis sociais, para estimar as correlações entre renda e idade (fatores objetivos) e percepções. Apesar de ser mais rica e completa, a amostra dos países da América Latina e Caribe, justamente por aprofundar as questões das percepções, apresenta muitas respostas não preenchidas, devido à insuficiência de dados, como pode ser percebido na tabela 7 pela quantidade de células sem informações.

Complementarmente, o total da amostra de 132 países, em que um conjunto menor de variáveis é incluído, fornece maiores graus de liberdade para estudar o impacto dos componentes objetivos do IDH, observados no nível do país, sobre a formação das percepções dos indivíduos sobre renda, educação, trabalho, saúde e satisfação com a vida. Por isso, usa-se a amostra global para construir um *ranking* do IDH-P sintético no final deste estudo.

TABELA 7
América Latina – IDH-P a partir dos componentes principais por país

País	Amostra	% total da amostra ¹	Componentes principais padronizados									
			Componente externo de privação de renda	Componente externo de renda	Componente interno de trabalho	Componente externo de trabalho	Componente interno de saúde	Componente interno de saúde permanente	Componente externo de saúde	Componente externo de educação		
Argentina	1.000	4,68	0,80	0,67	0,56	0,41	0,51	0,75	0,63	0,25		
Belize	502	2,35	0,80	0,34	0,60	0,38	0,78	0,38	0,53	0,66		
Bolívia	1.000	4,68	0,36	0,78	0,65	0,65	0,12	0,78	0,41	0,58		
Brasil	1.038	4,86	0,79	0,70	0,76	0,25	0,65	0,53	0,25	0,27		
Canadá	1.010	4,73	1,00	1,00	1,00	0,97	-	-	-	-		
Chile	7.272	34,03	0,77	0,58	0,46	0,54	0,66	0,60	0,50	0,52		
Colômbia	1.000	4,68	0,47	-	0,33	0,37	0,66	0,78	0,45	0,30		
Costa Rica	1.002	4,69	0,73	0,76	0,51	0,72	0,95	0,50	0,94	0,99		
República Dominicana	1.000	4,68	0,20	0,40	0,27	0,34	0,77	0,73	-	0,67		
Equador	1.061	4,97	0,36	0,67	0,60	0,35	0,39	0,95	0,20	0,23		
El Salvador	1.001	4,69	0,16	0,26	0,00	0,10	0,66	0,73	0,41	0,50		
Guatemala	1.000	4,68	0,83	0,46	0,32	0,47	1,00	0,55	0,29	0,36		
Guiana	501	2,34	0,76	0,27	0,54	0,24	0,62	0,63	0,80	0,69		
Honduras	1.000	4,68	0,06	0,57	0,10	-	0,77	0,35	0,42	0,59		
México	999	4,68	0,57	0,75	0,51	0,52	0,65	0,00	0,47	0,00		

(Continua)

(Continuação)

País	Amostra	% total da amostra ¹	Componentes principais padronizados									
			Componente externo de privação de renda	Componente externo de renda	Componente interno de trabalho	Componente externo de trabalho	Componente interno de saúde	Componente interno de saúde permanente	Componente externo de saúde	Componente externo de educação		
Nicarágua	1.000	4,68	0,00	0,45	0,29	0,50	0,22	0,63	0,59	0,70	0,70	
Panamá	1.000	4,68	0,55	0,56	0,40	0,47	0,93	0,70	0,57	0,80	0,80	
Paraguai	1.000	4,68	0,66	0,00	0,62	0,00	0,61	1,00	0,00	0,00	0,00	
Peru	1.000	4,68	0,13	0,34	0,16	0,30	0,00	0,85	0,12	0,14	0,14	
Uruguai	1.004	4,70	0,66	0,69	0,40	0,33	0,53	0,83	1,00	0,68	0,68	
Venezuela	1.000	4,68	-	-	0,79	1,00	-	-	-	1,00	1,00	
Máximo	-	-	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	
Mínimo	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

Nota: ¹ Refere-se ao total da população do país em relação ao total da amostra.

4 A FORMAÇÃO DE PERCEPÇÕES NO DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS PAÍSES DA AMÉRICA

4.1 A correlação entre renda objetiva e componentes do IDH Percebido

Além da dimensão geográfica, também se buscam aqui duas linhas complementares de investigação, tirando proveito dos microdados: o impacto da renda sobre as percepções e os padrões das percepções no ciclo de vida. Começando-se com o primeiro, apresenta-se a relação crua entre os percentis de renda (ajustados pela PPP – média móvel de cinco percentis) e cada um dos fatores padronizados dos componentes principais extraídos e componentes do IDH-P posteriormente (gráfico 1).

O gráfico 1 e os sinais de correlação parciais da tabela 8 mostram que os componentes internos são em geral positivamente correlacionados com renda objetiva, enquanto os componentes externos apresentam padrões mais diversificados e menos determinados. As percepções internas de renda começam nos cinco percentis mais baixos, abaixo do nível da Nicarágua, o pior desempenho percebido. Os cinco percentis mais altos, por sua vez, coincidem com os níveis de percepção interna encontrados no Canadá.

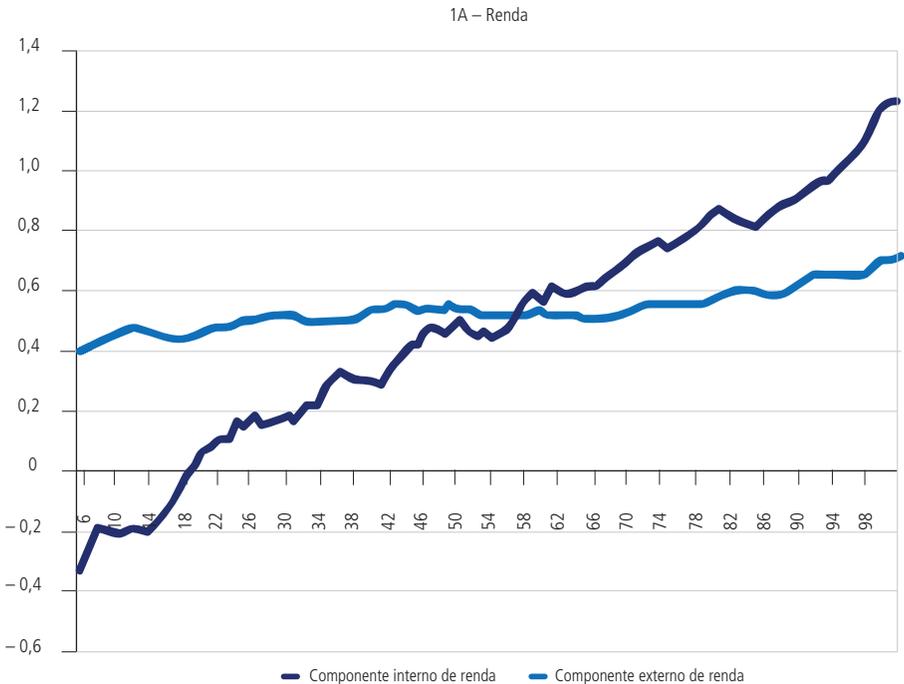
As percepções internas das condições de trabalho seguem o mesmo caminho, indo de 0 nos primeiros cinco percentis de renda, nível encontrado em El Salvador, para 1 nos cinco percentis mais altos. Este último corresponde de novo ao nível de percepção interna de trabalho encontrado no Canadá.

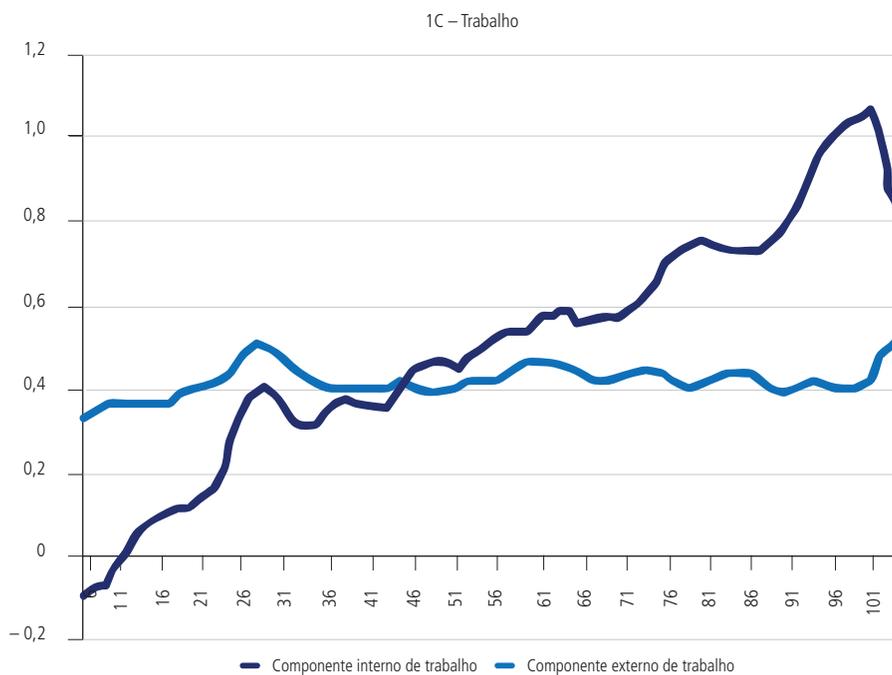
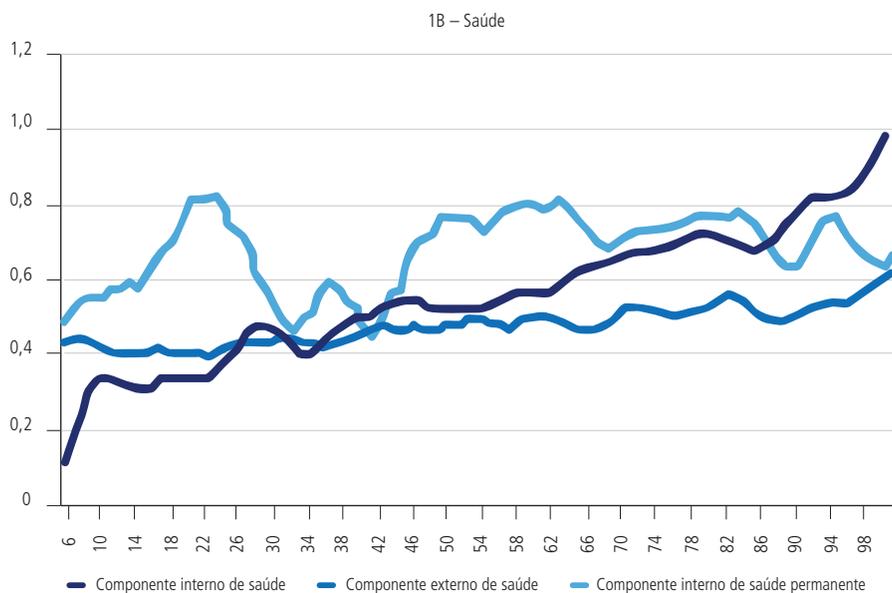
O primeiro índice de percepção interna da saúde apresenta também uma correlação positiva com a renda objetiva, encontrada em componentes de percepção interna de renda e trabalho. Apresenta-se também uma faixa similar à percepção interna das condições de trabalho, partindo de 0,10 nos primeiros cinco percentis, semelhante ao 0,12 alcançado na Bolívia – o nível mínimo 0 foi atingido no Peru –, para 0,95 no topo da distribuição de renda brasileira, mesmo nível observado na Costa Rica. O Canadá não estar na amostra e no topo estar a Guatemala são os principais resultados contraintuitivos. O outro componente interno de saúde, associado a percepções sobre deficiências mais permanentes, não apresenta uma relação monotônica com a renda.

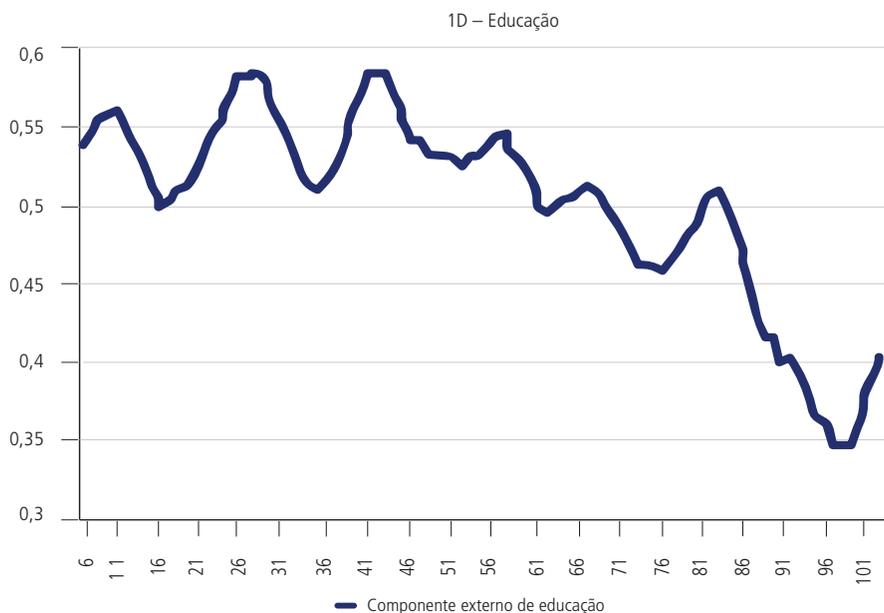
As percepções externas dos componentes do IDH-P apresentam um padrão menos claro quando se trata de renda. A tabela 8 mostra uma

correlação, a partir de uma regressão de mínimos quadrados ordinários (MQO), usando esses fatores como variáveis endógenas para isolar o impacto da renda *per capita* nos componentes principais no nível de microdados. Estas regressões incluem variáveis *dummies* para sexo, tamanho da cidade, posição na família, presença de crianças e idosos, mais um termo de idade contínuo e efeitos fixos por país. A percepção de renda individual se expressa aqui em termos de privação, ou seja, maiores rendas reduzem a privação percebida e aumentam os componentes internos de trabalho e saúde. As percepções externas apresentam correlação muito menor com a renda, como no caso de condições externas de renda e educação, ou correlações não significativas, como é o caso das condições externas de trabalho e saúde. Este impacto menor sobre a percepção externa é claro no gráfico 1 e pode ser percebido como um sinal de consistência das expectativas entre os indivíduos localizados em diferentes pontos da distribuição de renda muito desigual da América Latina.

GRÁFICO 1
Renda objetiva e índices dos componentes do IDH-P – países da América Latina:
principais componentes padronizados e percentis de renda domiciliar *per capita*
(ajustados pela PPP) – média móvel de cinco percentis centralizada







Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

TABELA 8
Correlação parcial dos componentes do IDH-P com a renda objetiva

Componentes internos	Estimativa	p-valor
Privação de renda	-0,0005886	<0,0001
Trabalho	0,0003792	<0,0001
Saúde	0,000316	<0,0001
Saúde permanente	0,0000630	0,005
Componentes externos	Estimativa	p-valor
Renda	0,0001083	0,0004
Trabalho	0,0000548	0,1337
Saúde	-0,0000311	0,314
Educação	0,000063	0,005

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

Obs.: o coeficiente de percepção interna de renda se refere à privação, daí seu coeficiente negativo.

Os dados do gráfico 1 e da tabela 8 reafirmam o que se esperaria intuitivamente. Examinando-se os componentes internos, observa-se que a privação de renda está negativamente correlacionada com a renda objetiva, enquanto as percepções internas de condições de trabalho, saúde e saúde

permanente se correlacionam positivamente com a renda. Partindo para os componentes externos, os dados da tabela 8 ilustram, assim como os gráficos, que a correlação das percepções externas com a renda objetiva é muito menor que a correlação das percepções internas. Além de menores, chegam até a não ser significativas estatisticamente em alguns casos, como na percepção externa de trabalho e, principalmente, de saúde. Note-se que não há um componente interno para educação, restringindo-se a análise ao seu componente externo.

4.2 O padrão do ciclo de vida nos componentes do IDH Percebido

O efeito da idade sobre os componentes do IDH-P é bastante diversificado, tal como mostra o gráfico 2. Mais uma vez, os componentes externos são menos sensíveis à idade que os componentes internos e ainda menores que a sensibilidade com a renda, conforme discutido anteriormente. O impacto mais direto da idade sobre as percepções é observado nos componentes internos de saúde, que podem ser tomados como a percepção do ciclo da vida em si. Ambos os componentes internos de saúde vão de 1, entre 16 e 20 anos de idade, a 0, a partir de 60 anos de idade. A diferença básica é que as percepções relacionadas com problemas de saúde mais permanentes deterioram-se mais acentuadamente após este período da idade, atingindo cerca de $-1,5$ aos 80 anos, enquanto a outra percepção interior de saúde fica em torno de $-0,27$ nesta idade. O componente externo de percepção de saúde é muito mais estável que os componentes interiores. Há uma ligeira melhora da percepção externa de saúde depois dos 50 anos de idade, o que pode indicar que os usuários mais intensivos de serviços de saúde têm percepções mais positivas.

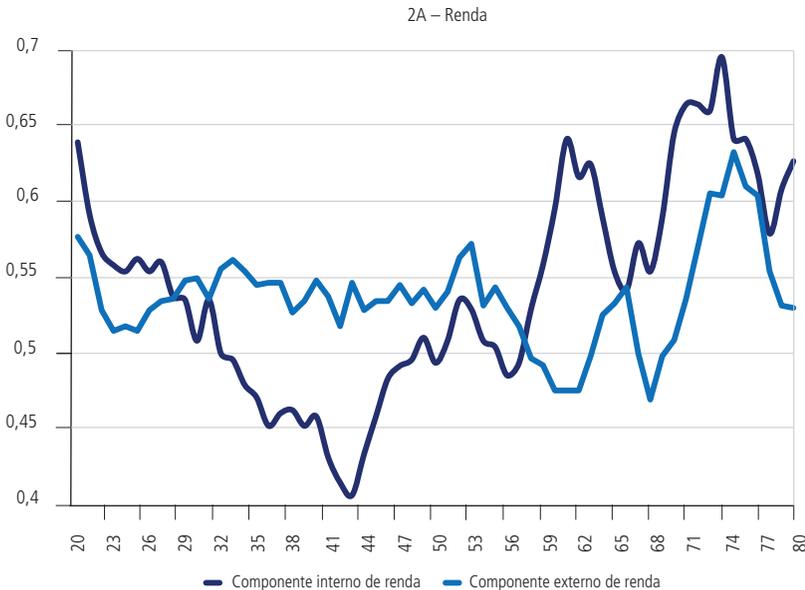
O componente interno de condições de trabalho apresenta um formato de ciclo de vida em forma de corcunda que se assemelha à teoria de Franco Modigliani. Ele cruza o eixo horizontal de percepção interna de trabalho nula – o equivalente à média de percepções de trabalho de El Salvador – com a idade de 21 e 68 anos. O pico corresponde a 1 – média das percepções dos canadenses – e é alcançado com a idade de 41 anos. Há uma espécie de platô entre as idades de 30 e 55 anos, em que o índice está sempre acima de 0,8.

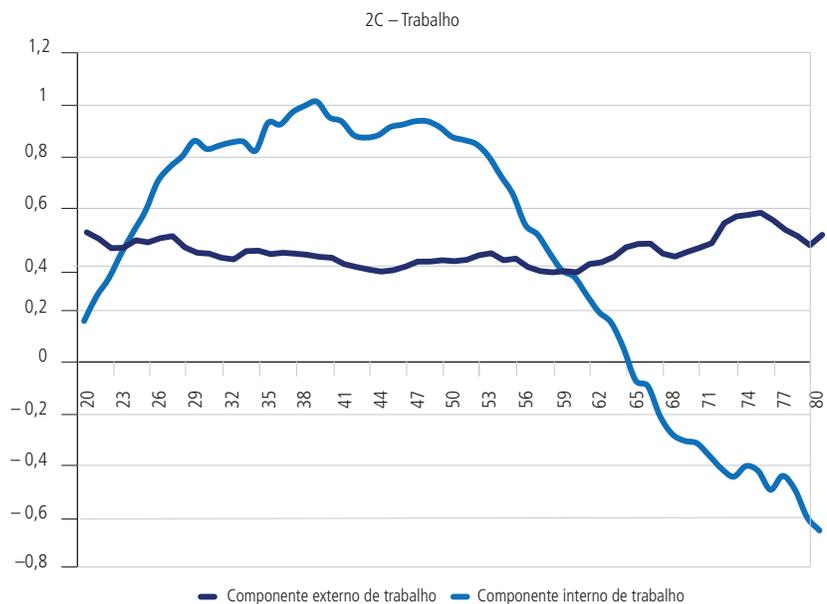
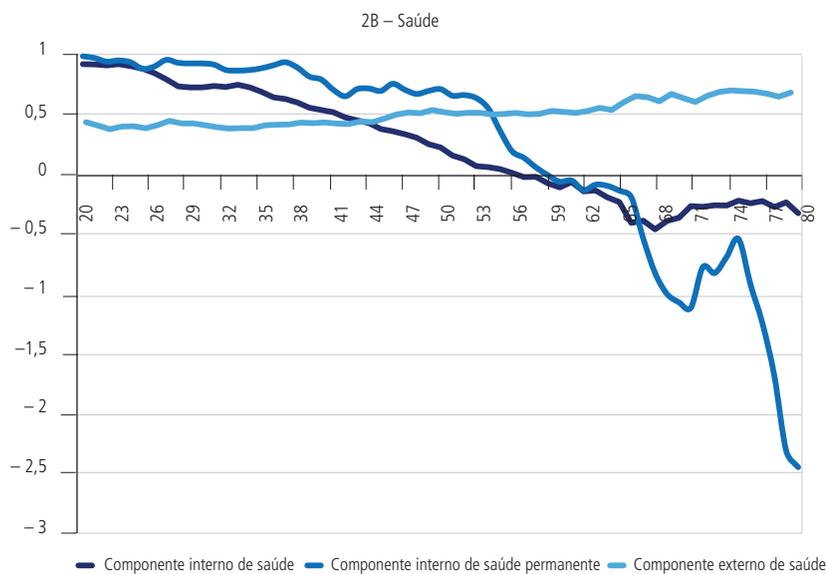
Sobre as percepções externas das condições de trabalho: o pior nível – em torno de 0,4 – é observado em indivíduos de meia-idade, enquanto o pico é atingido por indivíduos mais jovens ou mais velhos – de 0,6 em

torno das idades de 20 e 77 anos. As percepções externas de educação não apresentam uma tendência clara, mas oscilam entre 0,45 e 0,65 até 68 anos de idade e aumentam um pouco em idades posteriores, atingindo o pico de 0,68 em torno de 77 anos. Ao contrário das percepções externas de saúde, aqueles com menos acesso ao serviço têm melhores percepções externas de educação. As probabilidades de ter filhos em casa também apresentam uma forma corcunda. O pico de 79% ocorre aos 35 anos de idade e os menores valores são observados em idades mais avançadas – 16,6% aos 80 anos de idade –, conforme mostrado no gráfico 3.

Finalmente, embora a percepção interna de renda oscile muito mais que a percepção externa, ambas as variáveis de composição dos perfis de ciclo de vida são bastante erráticas. Melhores percepções internas de renda são observadas em idades iniciais e finais.

GRÁFICO 2
Padrão do ciclo de vida dos componentes do IDH-P – países da América Latina:
componentes principais padronizados – média móvel de cinco anos centralizada



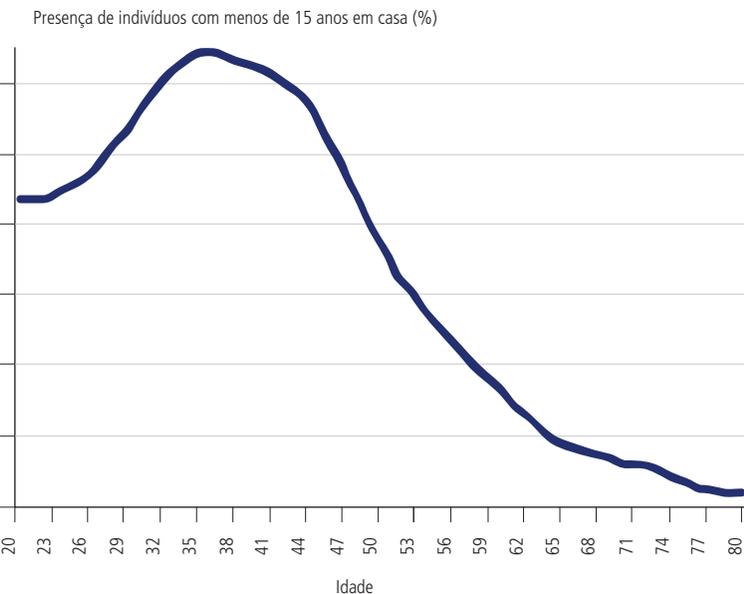




Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

GRÁFICO 3

Idade e presença de indivíduos com menos de 15 anos de idade em casa (Em %)



Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2007.

5 A FORMAÇÃO DE PERCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO MUNDO

5.1 A correlação entre os componentes do IDH e do IDH Percebido

Os conjuntos de resultados mostram a robustez dos sinais de correlação esperados entre os componentes objetivos do IDH e os subjetivos do IDH-P. Na tabela 9, usa-se o método de ACP não padronizado. Por exemplo, executam-se regressões dos componentes internos e externos de saúde do IDH-P contra o componente do IDH referente à saúde. No caso dos componentes do IDH-P relacionados ao trabalho, para os quais não há nenhuma contrapartida no IDH, usa-se o produto interno bruto (PIB) como indicador objetivo correspondente. Empregam-se diferentes especificações com relação aos controles. A primeira linha usa uma regressão constante, além do respectivo componente do IDH. A segunda linha adiciona os dois outros componentes do IDH nas regressões. A terceira linha adiciona características sociodemográficas em nível individual para as regressões da segunda linha.

Os resultados mostram associações estatisticamente significativas entre os componentes do IDH e os respectivos componentes do IDH-P com o sinal certo. Ou seja, um sinal negativo para a privação de renda e o índice de renda do IDH e uma associação positiva para todos os outros. A única exceção é o índice de educação objetivo e subjetivo na terceira linha da tabela 9, que apresenta um sinal negativo, mas estatisticamente não significativo.

Os respectivos componentes do IDH-P e do IDH agregados também apresentam uma relação positiva de resultados na mesma linha, apresentados no conjunto de gráfico 4. Em suma, o conjunto de resultados é consistente com os coeficientes de correlação esperados entre os ingredientes setoriais do IDH-P e seus ingredientes objetivos correspondentes do IDH.

TABELA 9
Correlação entre IDH-P desagregado a partir da ACP e respectivos componentes do IDH

	Componente interno de privação de renda	Componente externo de renda	Componente interno de trabalho	Componente externo de trabalho	Componente interno de saúde	Componente externo de saúde	Componente externo de educação
Constante	-2,1215 <i>0,0212</i>	0,4959 <i>0,0240</i>	0,9885 <i>0,0224</i>	0,4454 <i>0,0234</i>	0,3779 <i>0,0235</i>	0,9461 <i>0,0225</i>	0,9245 <i>0,0194</i>
Constante + componente do IDH	-1,0093 <i>0,0413</i>	1,3433 <i>0,0447</i>	0,7912 <i>0,0394</i>	1,0933 <i>0,0398</i>	0,4378 <i>0,0414</i>	0,3862 <i>0,0390</i>	0,0876 <i>0,0337</i>
Constante + componente do IDH + características sociodemográficas ¹	-0,9051 <i>0,0559</i>	2,1301 <i>0,0651</i>	1,1801 <i>0,0565</i>	1,3348 <i>0,0602</i>	1,9013 <i>0,0920</i>	2,7852 <i>0,0891</i>	-0,6411 <i>0,0493</i>

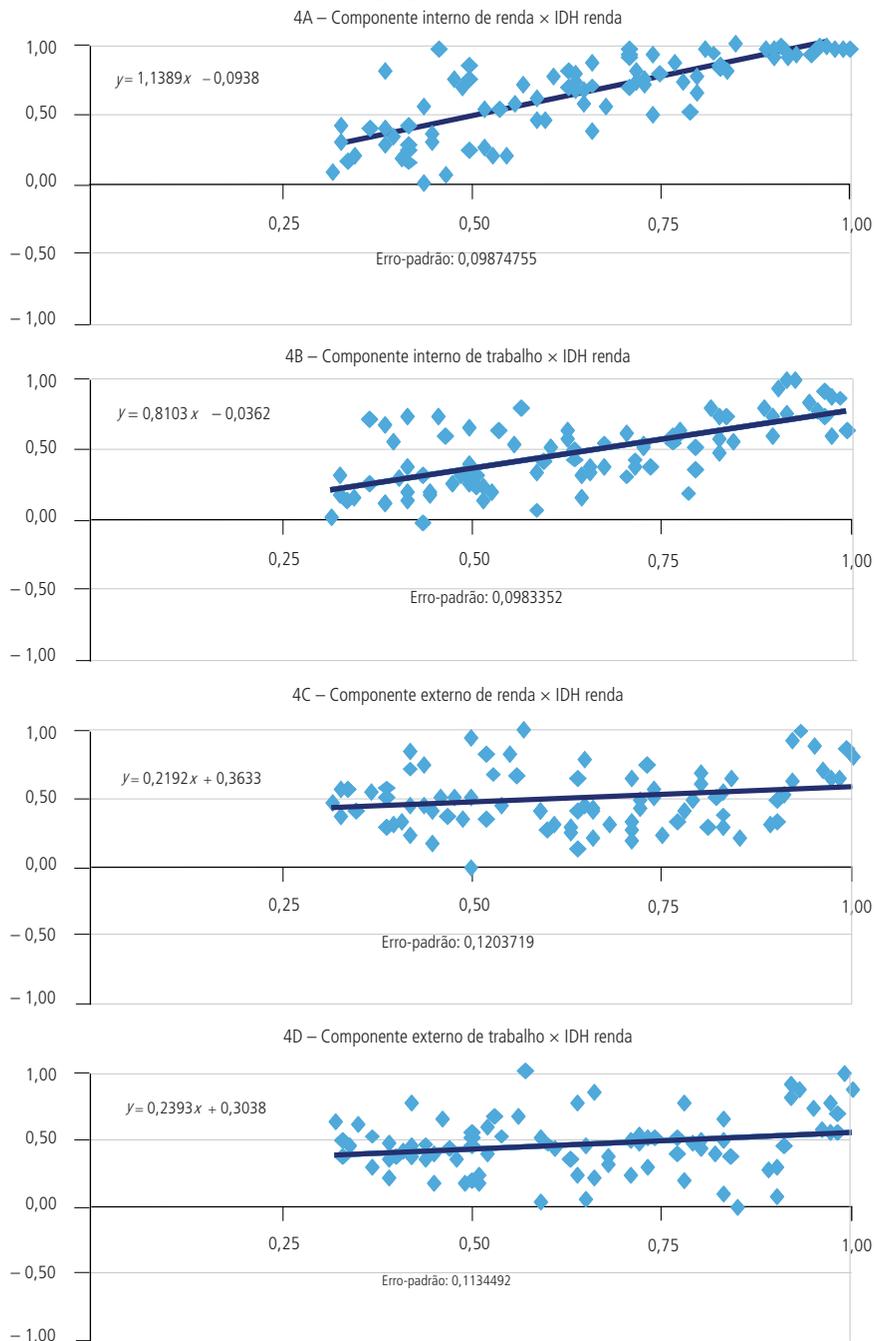
Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006; Human Development Report/United Nations Development Programme (UNDP). Disponível em: <<http://hdr.undp.org/>>

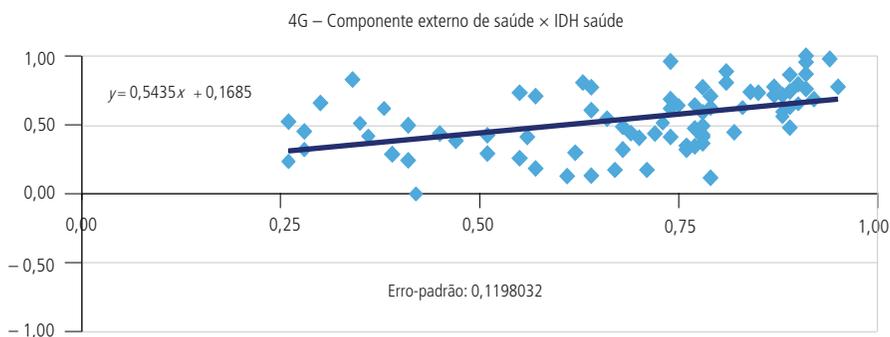
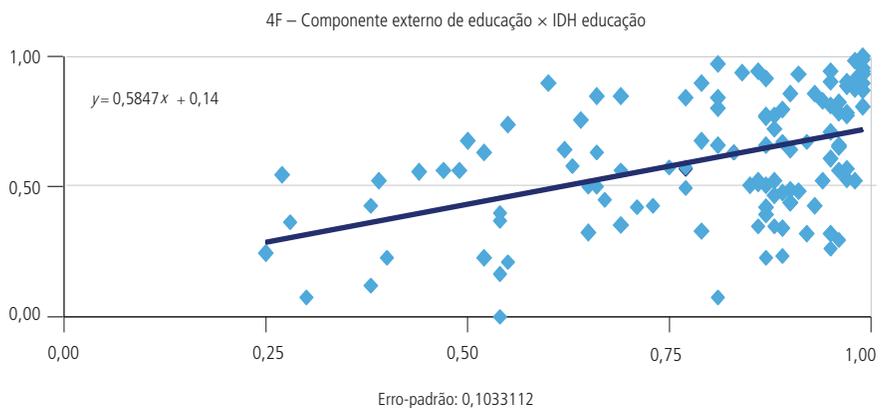
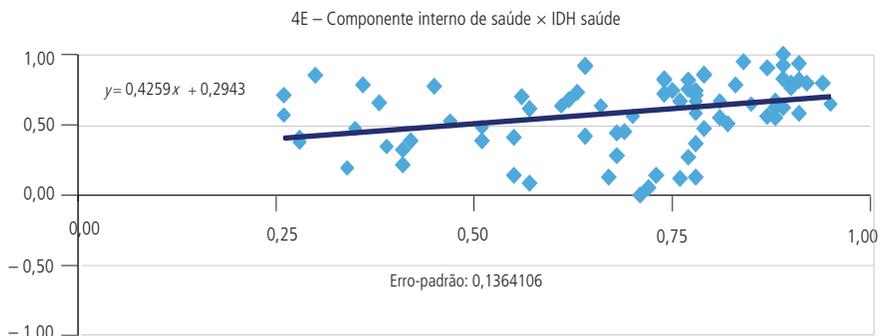
Nota: ¹ As regressões incluem *dummies* para presença de crianças, idosos, sexo, posição na família e componentes do IDH.

Obs: os números em negrito correspondem aos coeficientes estimados. Os números em itálico, aos respectivos erros-padrão.

GRÁFICO 4

Correlação bruta entre IDH-P agregado e respectivos componentes do IDH





Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006; Human Development Report/UNDP.

6 SATISFAÇÃO COM A VIDA E PESOS SUBJETIVOS DOS COMPONENTES DO IDH E DO IDH PERCEBIDO

6.1 Pesos específicos por setor no IDH Percebido e satisfação com a vida presente

Da mesma forma como foi feito no capítulo 10 com os componentes do IDH, investigaram-se os pesos atribuídos a cada um dos três componentes do IDH-P para a satisfação com a vida no presente. Para se ter certeza, em primeiro lugar estimou-se uma regressão linear de mínimos quadrados restrita ao micronível em ambas as variáveis endógenas e exógenas, tendo em conta os componentes percebidos sobre a renda, a saúde e a educação descritos na seção 4.

A tabela 10 ilustra os pesos atribuídos aos componentes objetivos do IDH para a satisfação com a vida presente.

Desenvolve-se agora a análise dos componentes subjetivos do IDH-P, central para este capítulo. Os resultados da regressão sem a variável defasada apresentados na tabela 11 mostram um peso atribuído à percepção interna de renda de 64% (privação de renda); às percepções externas de renda, de 17,6%; à percepção interna de saúde, de 8,9%; e à externa de saúde, de 9,1%. A percepção externa de educação, por sua vez, teve peso nulo. Estes resultados sugerem que a soma dos pesos atribuídos a cada um deles não é tão distante, em ordem de grandeza, da estimada a partir dos indicadores objetivos do IDH, relatados no capítulo 10, com a maior parte do peso atribuída ao rendimento (66% no IDH, contra 82% no IDH-P). A saúde (31% no IDH, 18% no IDH-P) e a educação (menos de 3% no IDH, 0% no IDH-P) possuem pesos menores no último modelo. É preciso ter em mente que o componente de renda aqui não está apenas relacionado com a renda média, mas também com a percepção interna de privação de renda, o que pode explicar intuitivamente o maior peso. Inversamente, as percepções de educação consideradas no questionário são apenas externas, e em geral coeficientes internos tendem a estar mais fortemente ligados à satisfação com a vida, o que pode explicar o menor peso.

TABELA 10
Pesos específicos por setor no IDH e satisfação com a vida presente

Variável	Estimativas dos parâmetros			
	Estimativa do parâmetro	Erro-padrão	Estimativa do parâmetro	Erro-padrão
Intercepto	2,6338	0,0292	1,7972	0,0259
Satisfação com a vida passada			0,4531	0,0025
Matrícula bruta	0,0224	0,0007	0,0095	0,0006
Alfabetização	0,003	0,0005	0,0016	0,0005
PIB	0,6643	0,0564	0,388	0,0493
Saúde	0,3103	0,0564	0,1478	0,0493
Restrito	3429,1786	66,2861	2193,4957	57,0434

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006.

TABELA 11
Pesos específicos por setor no IDH-P e satisfação com a vida presente

Variável	Estimativas dos parâmetros			
	Estimativa do parâmetro	Erro-padrão	Estimativa do parâmetro	Erro-padrão
Intercepto	4,6571	0,0103	2,5847	0,0159
Satisfação com a vida passada			0,4566	0,0029
Privação de renda	0,6423	0,0108	0,5218	0,0092
Componente externo de renda	0,1765	0,0083	0,3355	0,0072
Componente interno de saúde	0,0892	0,0080	0,1169	0,0068
Componente externo de saúde	0,0907	0,0090	0,0405	0,0076
Educação	0,0014	0,0090	-0,0147	0,0077
Restrito	14402,0000	229,4644	6592,2430	187,8226

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006.

Como discutido na introdução, uma vez que as questões de percepções de trabalho desempenham um papel central na literatura de felicidade, replica-se o mesmo exercício com as duas variáveis de trabalho adicionais. Os resultados da regressão linear de mínimos quadrados restrita novamente sem variável defasada, apresentados na tabela 12, mostram um peso atribuído à percepção interna de trabalho de 4,2%; percepção externa de trabalho de praticamente 0%; percepções internas de renda (privação de renda) de 60%; percepções externas de renda de 18,4%; percepção interna de saúde

de 7,7% e externa de 8,3%; e percepção externa de educação novamente teve peso quase nulo.

TABELA 12

Pesos específicos por setor no IDH-P e satisfação com a vida presente (incluindo as variáveis de trabalho)

Variável	Estimativas dos parâmetros			
	Estimativa do parâmetro	Erro-padrão	Estimativa do parâmetro	Erro-padrão
Intercepto	4,6743	0,0117	2,6450	0,0175
Satisfação com a vida passada			0,4508	0,0032
Privação de renda	0,5989	0,0128	0,4627	0,0110
Componente externo de renda	0,1842	0,0100	0,3180	0,0086
Componente interno de trabalho	0,0418	0,0087	0,0633	0,0075
Componente externo de trabalho	0,0064	0,0101	0,0387	0,0086
Componente interno de saúde	0,0770	0,0088	0,1036	0,0076
Componente externo de saúde	0,0838	0,0098	0,0317	0,0084
Educação	0,0078	0,0098	-0,0180	0,0084
Restrito	12428,0000	203,9666	6165,5856	168,0315

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006.

6.2 *Ranking* do IDH Percebido sintético

Elaborou-se um *ranking* agregado do IDH-P sintético para os 109 países com dados subjetivos disponíveis na amostra mundial do Gallup World Poll de 2006, usando-se principalmente os componentes percebidos sobre as pessoas acerca delas mesmas e não os componentes externos do país (tabela 13). Utilizaram-se pesos iguais para os três componentes – isto é, um terço para a percepção interna de renda, um terço para a percepção interna de saúde e um terço para a percepção externa de educação. É importante ressaltar que se empregou o componente externo para a educação por não se possuir um componente de avaliações subjetivas internas para esta variável.

O Brasil se situa em 62º lugar do *ranking* agregado de IDH-P. Pela métrica de pesos iguais, o pódio de países do IDH-P sintético seria Singapura, Finlândia e Irlanda. Singapura é o 25º e a Finlândia ocupa o 11º lugar na classificação do IDH, liderada por outros países nórdicos – Islândia e Noruega (líder do *ranking* mundial de felicidade). Existe uma forte correlação de *ranking* entre os indicadores do IDH e do IDH-P, de 0,7.

No outro extremo da listagem, os três últimos são Haiti, Chade e Ucrânia, cuja posição surpreende, mas na verdade é acompanhada de outros países que fizeram parte do antigo bloco soviético. As percepções de qualidade de vida das pessoas destes países em franca decadência têm chamado a atenção dos analistas, ao passo que, no caso reverso, ocupam posições de destaque países produtores de petróleo beneficiados pelo terceiro choque em curso na época da pesquisa, como Emirados Árabes (quarta posição), Kuwait (sexta posição) e Arábia Saudita (21ª posição). Estes dados sugerem que não só o nível das variáveis mas também a sua taxa de crescimento recente parecem impactar fortemente as percepções de qualidade de vida das pessoas. Cabe destacar também que a Costa Rica foi o país americano mais bem colocado no *ranking* do IDH-P (26ª posição), ressaltando-se que os Estados Unidos e o Canadá, por falta de dados subjetivos de percepções, não entraram na lista.

TABELA 13
IDH-P sintético – classificação de 109 países selecionados (2006)

Posição	País	IDH-P
1ª	Singapura	0,96
2ª	Finlândia	0,94
3ª	Irlanda	0,94
4ª	Emirados Árabes Unidos	0,94
5ª	Áustria	0,92
6ª	Kuwait	0,92
7ª	Bélgica	0,90
8ª	Suíça	0,90
9ª	Nova Zelândia	0,90
10ª	Tailândia	0,90
11ª	França	0,90
12ª	Dinamarca	0,88
13ª	Laos	0,88
14ª	Chipre	0,87
15ª	Holanda	0,87
16ª	Austrália	0,87
17ª	Suécia	0,87
18ª	Noruega	0,86

(Continua)

(Continuação)

Posição	País	IDH-P
19 ^a	Itália	0,85
20 ^a	Reino Unido	0,85
21 ^a	Arábia Saudita	0,84
22 ^a	Espanha	0,84
23 ^a	Taiwan	0,84
24 ^a	Portugal	0,82
25 ^a	Jordânia	0,82
26 ^a	Costa Rica	0,82
27 ^a	Panamá	0,82
28 ^a	Nepal	0,80
29 ^a	Japão	0,79
30 ^a	Vietnã	0,79
31 ^a	Jamaica	0,79
32 ^a	Eslovênia	0,78
33 ^a	Alemanha	0,75
34 ^a	Botswana	0,75
35 ^a	Trinidad e Tobago	0,75
36 ^a	República Tcheca	0,75
37 ^a	Indonésia	0,71
38 ^a	Eslováquia	0,71
39 ^a	Sri Lanka	0,70
40 ^a	El Salvador	0,70
41 ^a	Líbano	0,68
42 ^a	Uruguai	0,68
43 ^a	Honduras	0,68
44 ^a	Colômbia	0,68
45 ^a	Venezuela	0,67
46 ^a	Gana	0,67
47 ^a	Argélia	0,67
48 ^a	Índia	0,66
49 ^a	Coreia do Sul	0,65

(Continua)

(Continuação)

Posição	País	IDH-P
50 ^a	Paraguai	0,65
51 ^a	Argentina	0,65
52 ^a	Letônia	0,64
53 ^a	México	0,64
54 ^a	Guatemala	0,63
55 ^a	Bangladesh	0,63
56 ^a	República Dominicana	0,63
57 ^a	Senegal	0,63
58 ^a	Mauritânia	0,63
59 ^a	Irã	0,62
60 ^a	Hungria	0,62
61 ^a	Chile	0,62
62 ^a	Brasil	0,61
63 ^a	Zâmbia	0,61
64 ^a	Moçambique	0,61
65 ^a	Filipinas	0,59
66 ^a	Polônia	0,59
67 ^a	Grécia	0,58
68 ^a	Paquistão	0,58
69 ^a	Equador	0,57
70 ^a	Nicarágua	0,56
71 ^a	Bolívia	0,56
72 ^a	Lituânia	0,56
73 ^a	Bielorrússia	0,55
74 ^a	Quênia	0,54
75 ^a	Madagascar	0,53
76 ^a	Tanzânia	0,53
77 ^a	Cazaquistão	0,53
78 ^a	Ruanda	0,51
79 ^a	Malawi	0,50
80 ^a	Azerbaijão	0,50

(Continua)

(Continuação)

Posição	País	IDH-P
81 ^a	Palestina	0,50
82 ^a	Nigéria	0,49
83 ^a	Etiópia	0,49
84 ^a	Afeganistão	0,48
85 ^a	Iémen	0,47
86 ^a	Níger	0,47
87 ^a	Peru	0,47
88 ^a	Zimbabwe	0,46
89 ^a	Romênia	0,46
90 ^a	Tajiquistão	0,45
91 ^a	Quirguistão	0,44
92 ^a	Burkina Faso	0,44
93 ^a	Marrocos	0,44
94 ^a	Camarões	0,43
95 ^a	Turquia	0,42
96 ^a	Mali	0,42
97 ^a	Armênia	0,40
98 ^a	Togo	0,40
99 ^a	Camboja	0,38
100 ^a	Serra Leoa	0,38
101 ^a	Uganda	0,37
102 ^a	Angola	0,36
103 ^a	Rússia	0,34
104 ^a	Moldova	0,34
105 ^a	Burundi	0,32
106 ^a	Benin	0,29
107 ^a	Ucrânia	0,27
108 ^a	Chade	0,15
109 ^a	Haiti	0,09

Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006.

Elaboração do autor.

7 CONCLUSÃO

O capítulo objetiva consolidar diversos aspectos da percepção da população em um indicador subjetivo sintético. Inicialmente, forneceu-se uma visão global das prioridades de políticas públicas da população brasileira *vis-à-vis* a população mundial por meio do questionário da pesquisa *Meu mundo*, da ONU. As prioridades mundiais são educação de qualidade e melhoria dos serviços de saúde, nesta ordem. No caso brasileiro, há inversão da ordem destas prioridades. A saúde aparece em 85,5% dos questionários brasileiros, enquanto a educação aparece em 81,8% dos questionários. Incidentalmente, os três elementos de destaque tanto no Brasil como no mundo representam bem, no campo das políticas públicas, os três componentes do IDH da ONU, quais sejam, saúde, educação e renda.

O senso comum diz que a felicidade pode ser considerada o objetivo final na vida de uma pessoa. O estudo de satisfação com a vida tem, portanto, um interesse intrínseco, bem como outras motivações, tais como a avaliação de políticas econômicas alternativas e a solução de enigmas empíricos da economia. O Gallup World Poll, que abrange mais de cem países, tem ampliado o horizonte geográfico desta discussão, além de permitir avaliar as percepções das pessoas com relação a diferentes políticas sociais setoriais.

O primeiro objetivo do trabalho é construir um arcabouço na linha de um IDH-P usando-se os componentes do IDH, ou seja, indicadores de renda, saúde e educação, em sua versão subjetiva. A aplicação de ACP a mais de duas dezenas de questões subjetivas permitiu eliminar a redundância entre questões similares, revelando convergência de temas em duas vertentes, a saber: indicadores de oportunidades *versus* indicadores de resultados; e a dicotomia existente entre indicadores internos sobre o *status* do indivíduo e percepções externas sobre o meio e as políticas associadas. É explorada ainda a relação entre os respectivos componentes do IDH e do IDH-P, em nível de países. A partir dos resultados, tem-se que as percepções dos indivíduos sobre renda, educação, saúde e trabalho são relativamente aderentes com os seus homólogos objetivos, em particular quando se trata mais de percepções internas sobre o *status* do indivíduo e menos sobre as percepções externas acerca das políticas associadas. Apresenta-se um *ranking* do IDH-P para mais de uma centena de países, ficando em primeiro lugar Singapura e em último o Haiti. O Brasil se situa na 62^a posição.

Similarmente, analisou-se, em nível de observações individuais, a correlação entre cada componente do IDH-P e a renda *per capita*, assim como a correlação dos componentes com a idade, relacionando-se fases do ciclo de vida com componentes internos de trabalho e de saúde. Finalmente, investigaram-se neste capítulo os pesos atribuídos a cada um dos três componentes do quadro do IDH-P, que são comuns aos indicadores setoriais do IDH, para a satisfação com a vida atual dos indivíduos. Os resultados da regressão mostram um peso de 64,2% atribuído à percepção interna de renda e um peso de 17,6% para a percepção externa deste componente. A percepção interna de saúde obteve peso de 8,9% e a externa de 9,1%, enquanto a percepção externa de educação teve peso nulo. Estes resultados sugerem que a soma dos pesos atribuídos a cada elemento, embora diferente da igualdade de pesos do IDH padrão, não é distante, em ordem de grandeza, dos pesos estimados a partir de uma equação similar de satisfação com a vida realizada com indicadores objetivos do IDH. Como educação é um indicador de oportunidade, que explica mais da metade da variabilidade da expectativa de vida e da renda – indicadores de resultado –, a hipótese de pesos iguais não parece particularmente inadequada em nenhum dos exercícios reportados. Complementarmente, rejeitou-se a hipótese de que diferentes faixas etárias conferem pesos diferenciados aos componentes do IDH.

REFERÊNCIAS

- KENNY, A.; KENNY, C. **Life, liberty and the pursuit of utility**. Exeter: Imprint Academic, 2006.
- NERI, M. **A perceived human development index**. In: LATIN AMERICAN MEETING OF THE ECONOMETRIC SOCIETY, 2008, Rio de Janeiro.
- ROJAS, M. A conceptual-referent theory of happiness: heterogeneity and its consequences. **Social indicators research**, v. 74, n. 2, p. 261-294, 2005.
- SEN, A. Rights and capabilities. In: _____. **Resources, values and development**. Oxford: Basil Blackwell, 1984.
- VEENHOVEN, R. The four qualities of life: ordering concepts and measures of the good life. **Journal of happiness studies**, v. 1, p. 1-39, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLANCHFLOWER, D. G.; OSWALD, A. Well-being over time in Britain and the USA. **Journal of public economics**, v. 88, p. 1.359-1.386, 2004.

DEATON, A. **Income, aging, health and wellbeing around the world**: evidence from the Gallup World Poll. Cambridge, United States: NBER, 2007. (NBER Working Paper, n. 13.317).

DIENER, E.; OISHI, S. Money and happiness: income and subjective well-being nations. *In*: DIENER, E.; EUNKOOK, M. S. (Ed.). **Culture and subjective well-being**. Cambridge, United States: MIT Press, 2000. p. 185-218.

EASTERLIN, R. A. Does economic growth improve the human lot? *In*: DAVID, P. A.; MELVIN, W. R. (Ed.). **Nations and households in economics growth**: essays in honor of Moses Abramovitz. New York: Academic Press, 1974. p. 89-125.

FREY, B.; STUTZER, A. **Happiness and economics**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

O FUTURO, O PAÍS E A AGENDA DO “PAÍS DO FUTURO”

Marcelo Côrtes Neri*

RESUMO

O capítulo aborda a percepção de felicidade no tempo e na relação entre percepção individual sobre a sua vida e sobre a vida do país. Por meio da reprodução de questões de pesquisas internacionais nas pesquisas do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) foi possível estabelecer uma comparação do Brasil com mais de uma centena de países. O exercício lança algumas luzes sobre a agenda de políticas públicas progressivas e prospectivas. Na análise temporal, o Brasil é pentacampeão mundial invicto de felicidade futura, com nota média de 8,6 de expectativa de satisfação com a vida em 2015, a maior de todos os países pesquisados. A média mundial é 6,7. Este fato fornece indícios sobre questões típicas do país como a baixa propensão à poupança e a alta da taxa de juros. O jovem, tal como o brasileiro, também acredita que o melhor da vida ainda está por vir. Assim, o Brasil é campeão mundial de felicidade futura, ou de atitude jovem. Isto nos permite conciliar duas qualificações frequentemente atribuídas ao Brasil: “o país do futuro”, por uns, e “país jovem”, por outros. Se individualmente o brasileiro é otimista, em relação à coletividade, percebe-se que ele tem baixa expectativa quanto à felicidade geral da nação. Este elemento seria consistente com a maior importância assumida no contexto nacional por problemas associados a ações coletivas, como alta inflação, desigualdade e violência. Tais problemas tornam o todo menor que a soma das partes, exigindo, na presença de externalidades emanadas do comportamento individual, mobilização e coordenação da sociedade. A nova agenda de transformações que se coloca hoje no país tem esta natureza coletiva: problemas urbanos brasileiros, desafios ambientais e de governança.

1 INTRODUÇÃO

Um autor pode abordar o futuro e escrever sobre ele a partir de diferentes perspectivas: o seu próprio olhar sobre como será o futuro ou a visão das pessoas a respeito de como elas estarão no futuro. Ainda, pode adotar uma visão normativa de como ele gostaria que a vida fosse, ou ter um olhar positivo de como a vida é. Assim, um autor pode: *i*) dar a sua visão sobre os principais

* Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e presidente do Ipea.

desafios futuros da sociedade brasileira no campo das políticas públicas; ou *ii*) realizar um exercício descritivo e interpretativo de como os brasileiros enxergam o seu futuro. Este capítulo optou pela segunda abordagem.

Lança-se mão aqui de dados objetivos sobre a subjetividade das pessoas, derivados de pesquisas feitas com indivíduos de 15 anos ou mais de idade de mais de uma centena de países. O caráter internacional permite diferenciar a visão brasileira daquela do resto do mundo. O Sistema de Indicadores sobre Percepção Social (SIPS) do Ipea começou, a partir de 2012, a replicar o mesmo tipo de pergunta a uma amostra representativa do país e de suas regiões, o que possibilita avaliar a distribuição deste tipo de percepção ao longo do território brasileiro.

Em termos substantivos, revelam-se dois tipos de evidências sobre questões recorrentes no contexto brasileiro. O primeiro é a existência de um alto otimismo de cada filho deste solo em relação ao seu futuro. Este elemento foi captado por uma alta expectativa de satisfação individual com a vida cinco anos mais tarde. Este dado permitiria entender a denominação frequentemente associada ao Brasil como o país do futuro, além de fornecer pistas relativas a problemas derivados de como o brasileiro individualmente encara o tempo vindouro, como a baixa taxa de poupança doméstica e a alta taxa de juros aqui vigentes.

O segundo aspecto aqui abordado se refere à baixa expectativa de cada brasileiro quanto à felicidade geral da nação, indicando uma alta dissonância entre a visão de cada brasileiro sobre sua vida e a visão sobre o conjunto do país. Na interpretação aqui proposta, este elemento seria consistente com a maior importância assumida no contexto nacional por problemas associados a ações coletivas. Estes problemas tornam o todo menor que a soma das partes, exigindo mobilização e coordenação da sociedade.

O enfrentamento de problemas coletivos pauta os principais avanços aqui ocorridos nos últimos quarenta anos, tais como a instituição gradual da democracia a partir de meados dos anos 1970, a estabilização da inflação a partir dos anos 1990 e, já no século XXI, a queda da desigualdade de renda. A nova agenda de transformações que se coloca hoje no país tem esta natureza coletiva, como os problemas urbanos brasileiros, quais sejam, mobilidade urbana, esgoto e segurança, além de outros problemas que afligem o país, como desmatamento e corrupção.

O capítulo está dividido em três seções, além desta breve introdução. Na segunda seção, analisam-se aspectos ligados à visão temporal dos indivíduos, tal como captados por índices de felicidade futura. Na terceira seção, trata-se da perspectiva do brasileiro sobre a felicidade geral da nação no futuro, que representaria a relação das partes com o todo. Abordam-se, à luz da ótica de problemas de ação coletiva, as principais mudanças brasileiras ocorridas ao longo das últimas cinco décadas. A quarta seção conclui analisando as implicações práticas para a agenda do país da alta dissonância existente no Brasil entre as expectativas sobre a felicidade individual e aquelas sobre a felicidade geral da nação.

2 O PAÍS DO FUTURO

Os dados do Gallup World Poll de 2006 sobre a satisfação com a vida estão disponíveis em uma amostra de 150 mil entrevistados em 132 países. Em uma escala de 0 a 10 de felicidade presente, a Dinamarca ocupava a liderança, com 8,02 pontos, e o Togo ocupava a última posição, com 3,2. O Brasil estava numa posição mais para nação europeia que para africana, atingindo 6,64 e se situando acima do padrão internacional de felicidade dado o seu produto interno bruto (PIB) *per capita*. O Brasil estava, entre 132 países, na 22ª posição em satisfação com a vida presente e na 52ª posição em PIB *per capita* nesta mesma lista de países.¹

Para além da satisfação presente com a vida, abordada no capítulo 10, detalham-se aqui questões sobre a satisfação com a vida cinco anos após a realização da pesquisa, conforme o mapa 1 ilustra.

O Brasil ocupou, em todas as edições realizadas da pesquisa entre 2006 e 2010, o lugar mais alto do pódio de felicidade futura com relação a 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. Para se ter uma ideia da força desta regularidade empírica, a probabilidade de isto acontecer num sorteio aleatório é de vinte em 1 trilhão, evento de raridade maior que a probabilidade de um indivíduo acertar o sorteio da Mega-Sena, que equivale a acertar a sequência de seis números em sessenta. A positividade do brasileiro em relação ao futuro *vis-à-vis* outros povos é a regularidade empírica mais forte que o autor deste capítulo encontrou nos últimos anos em suas pesquisas.

1. DEATON, A. *The great escape: health, wealth and the origins of inequality*. Princeton: Princeton University Press, 2013. 360 p.

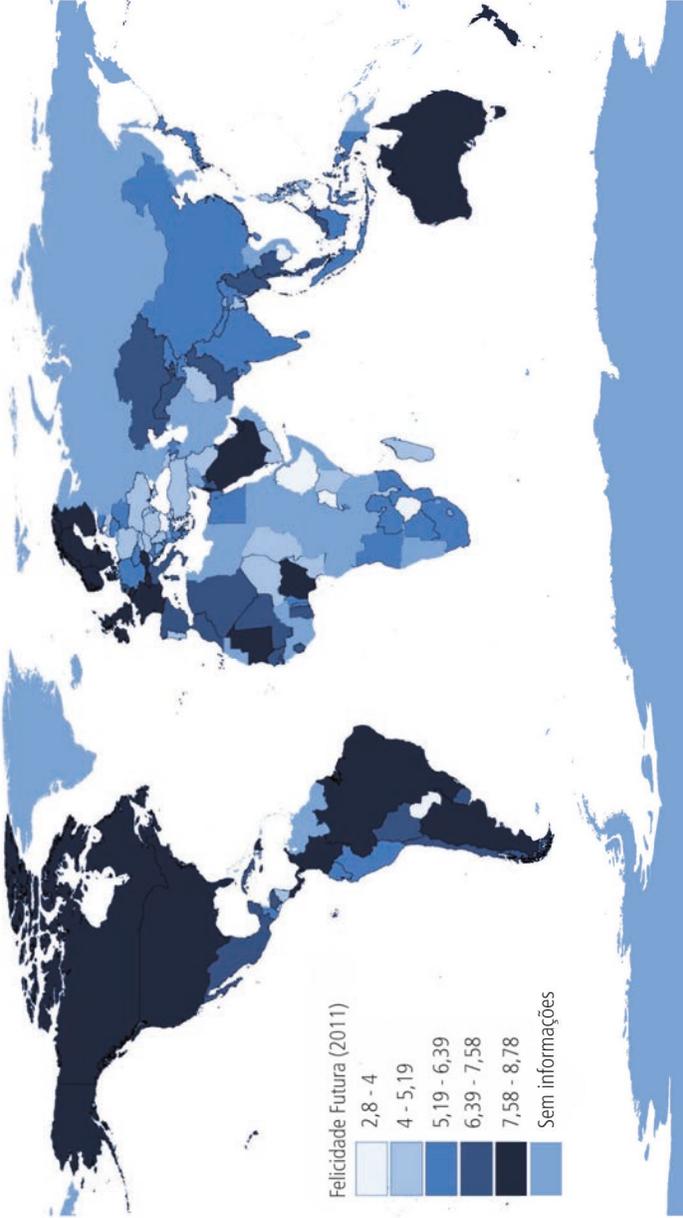
Na última pesquisa do Gallup World Poll, de 2010, o brasileiro, numa escala de 0 a 10, dá uma nota média de 8,60 à sua expectativa de satisfação com a vida em 2015, superando todos os demais países da amostra. A média global e a mediana eram 6,7. Este dado permite entender a expressão “Brasil: o país do futuro”, cunhada por Stefan Zweig em 1941.²

Entre 153 países, os demais países dos BRICS estão nas seguintes posições no *ranking* de felicidade futura em 2015: a África do Sul é o 27º colocado, com nota de 7,7; a Rússia, com 6,4, ocupa a 105ª posição; a China, com nota 6,2, é o 111º colocado; e a Índia, com 6,1, está em 119º lugar.

O brasileiro supera o dinamarquês, líder mundial de felicidade presente e 11º do *ranking* de felicidade futura. Os *lanterninhas* são a Síria – país que vem enfrentando uma situação política conturbada – e o Burundi – país mais pobre do continente africano.

2. ZWEIG, Stefan. *Brasil, um país do futuro*. Porto Alegre: L&PM, 2006. 264 p.

MAPA 1
Felicidade futura – satisfação com a vida em cinco anos (2011)

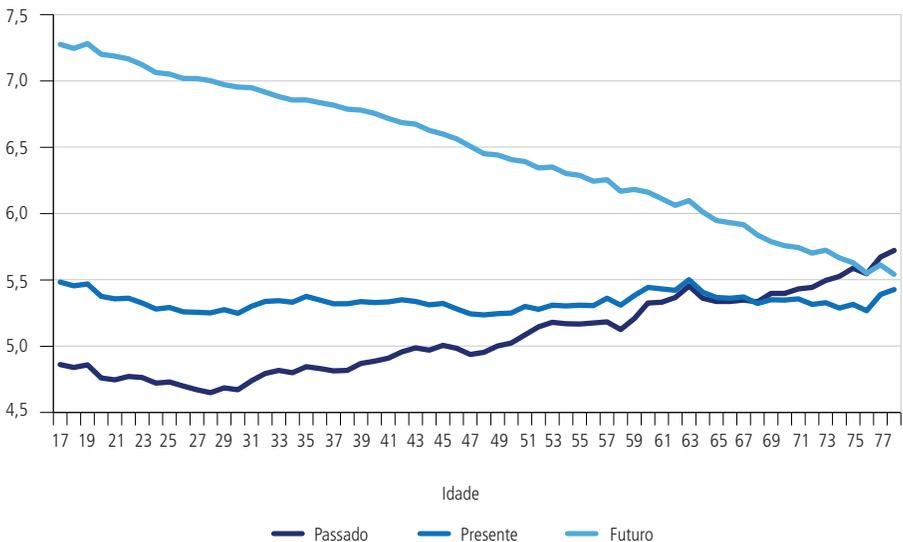


Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006.

2.1 País jovem

A satisfação com a vida no presente é relativamente estável ao longo do ciclo da vida. Por sua vez, a satisfação prospectiva de um cidadão do mundo com a vida cai com a idade em todos os países e anos analisados. Tomando-se como exemplo a felicidade futura de 2011, pesquisada em 2006, esta sai de 7,41 pontos aos 15 anos de idade e chega até 5,45 para aqueles com mais de 80 anos, quando as felicidades presente e futura se equivalem (gráfico 1). Na idade das debutantes, a média futura é cerca de 2 pontos mais alta que a média de felicidade presente.

GRÁFICO 1
Satisfação com a vida em diferentes momentos e ciclo de vida – média móvel de cinco anos¹



Fonte: Microdados do Gallup World Poll de 2006.

Nota: ¹ A série começa centralizada na idade de 17 anos, número gerado a partir do cálculo da média de 15 a 19 anos. Ela segue a mesma métrica até chegar ao último ponto, que é a idade de 78 anos, número gerado a partir da média de 76 anos até 80 anos ou mais.

A juventude é um estado de espírito, não determinado pela idade em si, mas pela atitude da pessoa diante do futuro. O jovem acredita que o melhor da vida ainda está por vir. Como se viu, para o brasileiro mediano, já era particularmente alta a expectativa em relação ao futuro, mais alta que em qualquer um dos outros países pesquisados. Ou seja, o Brasil é campeão mundial de felicidade futura, ou de atitude jovem. Há uma interpretação que permite reconciliar duas qualificações recorrentemente atribuídas ao

Brasil: “o país do futuro”, por uns, e “país jovem”, por outros. Mais que um país de jovens na sua composição demográfica, o Brasil é um país habitado por jovens de espírito. A média de felicidade futura do brasileiro entre 15 e 29 anos é 9,29, também superior a qualquer outro país pesquisado. Nas cinco pesquisas analisadas, a nota média do jovem brasileiro nunca caiu para abaixo de 9, ao passo que resultado deste nível não foi observado entre os jovens em nenhum dos mais de cem países analisados.

3 A FELICIDADE GERAL DA NAÇÃO

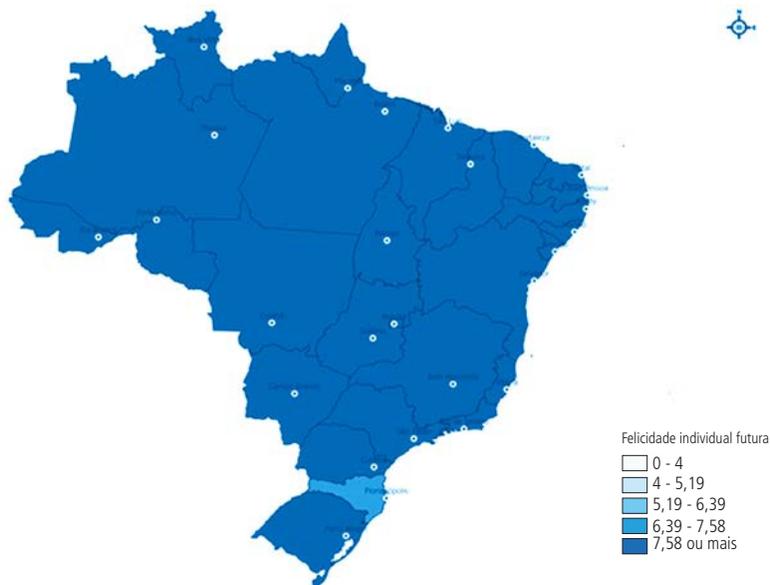
A vida de cada brasileiro vai melhor que a do coletivo de brasileiros, leia-se, do Brasil. Na pergunta subjetiva sobre a expectativa da satisfação de vida de cada pessoa em cinco anos, a média brasileira foi sempre a maior. Na pergunta que se refere à nota do país no mesmo período e na mesma escala, a nota cai 2 pontos, indo para 6,8 em 2006. O Brasil era o nono em 160 países do mundo com maior diferença de notas individuais e coletivas. A felicidade geral da nação é menor que a soma das felicidades de cada um. Como cada brasileiro pode dar uma nota tão alta para sua vida e dar uma nota tão baixa para a vida de todos? Eis a questão.

Antes de tentar entender a dissonância entre as percepções sobre a felicidade individual e a coletiva, é importante notar a sua constância no universo de pesquisas disponíveis. Os resultados de outra pesquisa do Gallup de 2008 mostram que a expectativa de satisfação geral da nação para os cinco anos seguintes continuava em 6,8 pontos, enquanto a expectativa de felicidade individual na mesma data era de 8,68 pontos.

A fim de atualizar esta questão para os dias atuais, o Ipea incluiu as mesmas perguntas do Gallup em pesquisa de campo com cerca de 3.800 indivíduos com 15 anos ou mais de idade, entrevistados em abril de 2013. Houve manutenção da avaliação da felicidade geral da nação para 2013 em 6,8, demonstrando sua inércia. Neste ínterim houve queda da felicidade individual para 8,46, o que pode estar conectado com a ocorrência de manifestações populares em julho de 2013.

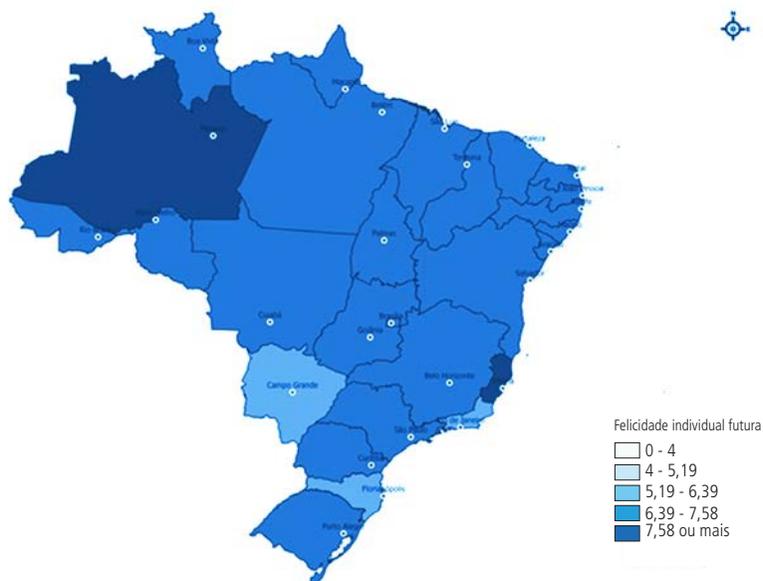
A distribuição geográfica de ambas as expectativas entre as Unidades da Federação (UFs) brasileiras está representada na mesma escala nos mapas 2 e 3. Neles nota-se o tom mais escuro das expectativas individuais *vis-à-vis* as coletivas em todas as 27 UFs.

MAPA 2

Expectativa de satisfação com a vida individual (2018)

Fonte: Microdados do SIPS/Ipea 2013.

MAPA 3

Expectativas de satisfação com a vida coletiva (2018)

Fonte: Microdados do SIPS/Ipea 2013.

3.1 O coletivo de brasileiro

A dissonância entre as percepções de cada brasileiro sobre sua vida e sobre a vida de todos os brasileiros é uma marca tupiniquim, como a jabuticabeira. Talvez fruto destas percepções, os grandes problemas brasileiros sejam de natureza coletiva, e não individual. Não que os últimos não sejam problemas aqui relevantes, pois em todas as partes sempre o são. Porém, a dificuldade diferenciada enquanto nação, em comparação às demais, está mais na relação entre pessoas. Isto é, o problema do Brasil é mais do Brasil como um todo que de cada brasileiro. Os problemas coletivos são concretamente a desigualdade, a inflação, a informalidade, a violência, a falta de democracia, entre outros. Mas por que chamá-los de problemas coletivos? A desigualdade, ao contrário da pobreza, é um conceito relacional que não existe no indivíduo tomado isoladamente. Não se pode dizer que uma pessoa é desigual, mas se diz que uma pessoa é ou não é pobre. O Brasil não é um país pobre, mas tem muitos pobres, pois é desigual. Muitos têm pouco, enquanto poucos têm muito.

A pobreza brasileira resulta da alta desigualdade, e não da baixa renda média. Deriva de um problema inerente ao coletivo brasileiro. Similarmente, a violência é de natureza relacional, de um contra todos e de todos contra um. Isto se aplica tanto na agressão dos assaltos e dos homicídios como na violência do trânsito. Mais uma vez, refletem problemas de relacionamento entre brasileiros. E o suicídio, não é violência? O suicídio é uma violência da pessoa contra ela mesma, mas a taxa brasileira de suicídio é relativamente baixa em comparação com a de outros países "mais civilizados", como a Suécia e o Japão. O problema da violência aqui presente é de natureza coletiva.

A informalidade é outro problema de relacionamento de pessoas físicas e jurídicas em relação ao Estado, materializada na evasão fiscal ou na ocupação do espaço público que a princípio deveria ser de todos. A falta de instituições e práticas democráticas é outra dimensão mais óbvia desta dificuldade de funcionamento em coletividade. Finalmente, há a inflação, com um destaque maior. Apesar de se ter feito a estabilização há quinze anos no lançamento do Plano Real, o Brasil no período de 1970 a 2008 é o segundo país do mundo em inflação acumulada, só perdendo para o Congo. O fenômeno da inflação guarda sempre conflitos distributivos, seja na disputa entre o Estado e a população em geral na busca do imposto inflacionário, seja no velho conflito capital *versus* trabalho. A disputa entre diferentes atores por parcelas no bolo

de renda, traduzidas em reajustes dos respectivos preços, salários, câmbio, impostos e tarifas públicas, geraria a chamada irracionalidade coletiva.

As externalidades negativas emanadas pelo oportunismo individualista fazem com que o todo seja menor que a soma das partes. Este fenômeno é objeto de vários clássicos brasileiros, como os de Sérgio Buarque de Holanda e Roberto Da Matta, só para citar alguns.

3.2 Décadas

A novidade das últimas décadas é que o Brasil pôde, graças à melhora de relacionamentos, dar um salto enquanto sociedade. As décadas de 1960 e 1970 foram de crescimento, com o *milagre econômico brasileiro* a partir do golpe militar de 1964. Não por coincidência, quando o crescimento começou a escassear devido ao choque do petróleo, houve o começo da distensão política, logo após a vitória eleitoral da oposição em 1974. O processo culmina nos anos 1980, a década da redemocratização, cujo ápice foi o movimento Diretas Já de 1984. Os anos 1980 terminaram com eleição direta para presidente, e com recordes históricos de desigualdade e inflação, que marcam a agenda das décadas seguintes. Os anos 1990 podem ser chamados de década da estabilização, após o advento do Plano Real em 1994. Os anos 2000 podem ser considerados a década da queda da desigualdade de renda, já a partir de 2001. Em 2004, a redução de desigualdade vem acompanhada da volta do crescimento da economia e da aceleração de novos empregos com carteira. Isto é, registraram-se conquistas em dois históricos problemas coletivos, desigualdade e informalidade. Ao mesmo tempo, consolidaram-se as frentes da redemocratização e da estabilidade econômica. Depois das turbulências financeiras associadas ao pleito de 2002, o choque de confiança dado no sistema valeu como uma espécie de segundo Plano Real.

A volta do crescimento, desde 2004, torna o processo redistributivo um jogo de somas positivas, em que o ganho de maiores fatias do bolo pelos mais pobres não implica perdas absolutas dos mais ricos. É mais fácil pensar em prol da coletividade quando perdas não estão sendo repartidas. No período iniciado em 2004, tem-se desenvolvimento inclusivo, combinando queda de desigualdade com crescimento de renda e geração de empregos formais. A multiplicação das carteiras de trabalho, depois

do fim da recessão de 2003, é o maior símbolo da nova classe média que emerge na última década.³

Na tradicional metáfora das décadas, deve-se esquecer o calendário gregoriano, já que os pontos de inflexão das inovações centrais de cada uma das décadas não foram no início de cada uma delas, mas coincidentemente em anos terminados em 4: 1964 (golpe militar), 1974 (início da abertura política), 1984 (Diretas Já), 1994 (Plano Real) e 2004 (ascensão da nova classe média). Isto sem falar no suicídio de Getúlio Vargas em 1954.

Todas estas conquistas coletivas estão em movimento. A possibilidade de avanço é proporcional ao estoque de problemas existente. Que novo avanço buscar para 2014, para além da Copa do Mundo de futebol, o derradeiro evento coletivo? As manifestações populares de junho de 2013 trazem gritos de mudança, a começar pelo transporte público, pelo combate à corrupção, pela qualidade dos serviços de saúde e educação. Estratos superiores perderam espaço na última década no bolo de renda nacional e tiveram capacidade de mobilização impulsionada pelas novas tecnologias de comunicação. Aliados às aspirações da agora não tão nova classe média, colocam na ordem do dia novas mudanças. Mas esta será uma nova história.

4 CONCLUSÃO

A tese central do capítulo fala da relação de cada brasileiro diante do tempo vindouro e da coletividade. No primeiro ponto, o Brasil é pentacampeão mundial invicto de felicidade futura. Numa escala de 0 a 10, o brasileiro dá uma nota média de 8,6 à sua expectativa de satisfação com a vida em 2015, a maior de todos os países pesquisados. A média mundial é 6,7. O Brasil já ocupava o primeiro lugar na expectativa com relação a 2011, 2012, 2013 e 2014. Estes dados subjetivos permitem entender a expressão “Brasil: o país do futuro”, criada há setenta anos por Stefan Zweig. Também permitem entender por que o país possui uma baixa taxa de poupança e uma alta taxa de juros, por exemplo.

O jovem, tal como o brasileiro, também acredita que o melhor da vida ainda está por vir. A satisfação prospectiva de um cidadão da aldeia global declina ao longo do ciclo de vida. Mais que um país de jovens na sua

3. NERI, M. C. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2012. 312 p.

composição demográfica, o Brasil é um país habitado por jovens de espírito. A média de felicidade futura do brasileiro entre 15 e 29 anos foi sempre acima de 9 pontos nos cinco anos analisados, marca nunca atingida pelos jovens de mais de uma centena de países pesquisados. Assim, o Brasil é campeão mundial de felicidade futura ou de atitude jovem. Isto possibilita reconciliar duas qualificações frequentemente atribuídas ao Brasil: “o país do futuro”, por uns, e “país jovem”, por outros.

O outro aspecto aqui abordado se refere a uma relativamente baixa expectativa de cada brasileiro quanto à felicidade geral da nação, indicando uma alta dissonância de cerca de 30% entre a visão prospectiva de cada brasileiro sobre sua vida e a visão sobre o conjunto do país. Na interpretação aqui proposta, este segundo elemento seria consistente com uma maior importância no contexto nacional de problemas associados a ações coletivas, que tornam o todo menor que a soma das partes, exigindo mobilização e coordenação da sociedade. Problemas como alta inflação e alta desigualdade, nos quais o Brasil se destacava negativamente em termos internacionais, foram objeto dos principais avanços da sociedade brasileira nas duas últimas décadas.

CONCLUSÃO

Marcelo Côrtes Neri*
Fabio Schiavinatto**
(Organizadores)

Mensurar a percepção das pessoas sobre as ações adotadas pelo Estado, a partir de seus impactos e efeitos, pode constituir uma relevante fonte de informação para subsidiar a elaboração e a avaliação dos resultados das políticas públicas.

O conhecimento da visão das pessoas aliado aos dados objetivos tradicionalmente observados pela maior parte das pesquisas realizadas pelos seus parceiros institucionais permitem ao Ipea aprimorar e qualificar suas avaliações sobre as políticas adotadas pelo Estado brasileiro, integrando de maneira mais equilibrada as dimensões de efetividade, eficiência e eficácia dos resultados obtidos.

Pesquisas domiciliares como o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permitem captar diversos aspectos da sociedade brasileira, como a distribuição de renda, a educação e o trabalho. No entanto, não fornecem uma noção direta das diferenças tupiniquins ante outros países, nem cobrem aspectos subjetivos da vida das pessoas. Caso se deseje conhecer as aspirações brasileiras, *vis-à-vis* as de outras nações, é necessário enxergar através de lentes internacionais a perspectiva das próprias pessoas, tal como na literatura emergente de economia da felicidade. Estas abordagens ainda não fazem parte da honorável tradição de pesquisas domiciliares brasileiras.

O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) consiste na articulação e na coordenação de técnicos de planejamento e pesquisa,

* Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e presidente do Ipea.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Assessoria Técnica da Presidência do Ipea.

especialistas em diversas áreas do conhecimento distribuídos pelas diretorias do instituto, com a finalidade de elaborar questionamentos e trabalhos de campo que possam indicar como as pessoas percebem as políticas públicas implementadas ou mesmo a falta delas. Esta abordagem visa complementar as informações produzidas pelo Ipea e as disponíveis em outras instituições, almejando o aperfeiçoamento dos estudos e proposições de políticas do instituto. O sistema serve a outros órgãos de Estado para subsidiar diretamente decisões sobre a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas. Além disso, informa a sociedade, permitindo uma avaliação dos resultados alcançados pelas políticas públicas implementadas, propiciando a construção de argumentos mais consistentes para efetuar suas demandas.

O SIPS se dispõe a fornecer uma série de dados e análises sobre diversos temas relacionados aos serviços públicos oferecidos à população pelo Estado brasileiro, focados na percepção das pessoas que, em última instância, são aquelas que sofrem os impactos e efeitos das políticas implementadas.

Uma inovação recente do SIPS, presente neste livro, foi incorporar nas pesquisas de campo do Ipea perguntas consagradas em pesquisas internacionais sobre percepções sociais. O processamento conjunto dessas informações permite comparar diretamente resultados globais, nacionais e regionais.

Se inicialmente os esforços para a realização das pesquisas ficaram concentrados quase que exclusivamente sob a responsabilidade dos técnicos do Ipea, nesta segunda edição esses esforços e responsabilidades foram compartilhados, em alguns temas, com gestores e técnicos dos ministérios responsáveis pela elaboração e implementação de políticas públicas.

A aderência dos ministérios e da própria Presidência da República, por meio de algumas das suas secretarias, demonstra a crescente confiança nos dados gerados pelo SIPS e a já reconhecida qualidade das análises produzidas pelos técnicos do Ipea.

As ações analisadas cobrem áreas diversas como educação, trabalho, transporte, segurança, defesa nacional e combate à pobreza. Além disso, o livro trata de temas transversais como valores e democracia, comunicação,

economia da felicidade, geração de índices subjetivos sintéticos e as prioridades de políticas públicas da população.

Os resultados apresentados nos doze capítulos temáticos desta publicação fornecem um novo ângulo de análise do debate sobre políticas públicas e desenvolvimento, complementar às pesquisas de cunho mais objetivo. Além disso, estes apontam para novas linhas de pesquisas a serem desenvolvidas pelo instituto e parceiros. Os principais resultados foram sumarizados a seguir.

RESULTADOS

O mercado de trabalho brasileiro passa por importantes transformações em termos de diminuição da taxa de desemprego, que se encontra em seu menor patamar histórico, e de crescente formalização da mão de obra. Paralelamente a este processo de transformação há um movimento de intensificação e aumento de exigências no ambiente de trabalho que muitas vezes não é claramente percebido. A intensidade do trabalho bem como as principais exigências e cobranças em seu ambiente são o foco do capítulo 1. Os resultados indicam que, se por um lado, os trabalhadores subordinados formais possuem maiores índices de escolaridade e afirmam escolher sua atividade por interesse profissional, por outro, são os que mais apresentam críticas em nível de exigências no ambiente de trabalho. De acordo com a percepção dos trabalhadores, a intensidade do trabalho tem-se manifestado, sobretudo, pelo aumento das exigências e pela pressão por resultados. Em relação às capacidades exigidas, a “alta exigência” é a principal resposta, seja na capacidade de realizar tarefas com grande velocidade, na média geral 47,2%, e entre os formais 49,8%, seja na de se comunicar bem, escrita e oralmente, na média geral 58,8%, e entre os formais 62,6%. Os resultados indicam ainda que o entendimento sobre o papel dos novos equipamentos de comunicação e informática é positivo (32%), no entanto mais da metade dos entrevistados afirma não utilizar estes equipamentos em seu ambiente de trabalho, em maior grau os autônomos (64,1%) e informais (59%), o que indica a existência de baixa produtividade nesses dois grupos.

Ainda no mundo do trabalho, o processo de aumento de intensidade e seus impactos são analisados sob a ótica da relação do tempo de trabalho e do tempo livre, sob a percepção dos trabalhadores, e suas influências no

cotidiano, no capítulo 2. Há claras evidências de que houve uma diminuição das situações de excesso de duração da jornada de trabalho no país (número de horas trabalhadas acima de 44 semanais). Todavia, uma menor jornada de trabalho não implica necessariamente uma influência menor do tempo de trabalho na vida diária da população. Os resultados apresentados indicam que a visão geral dos trabalhadores é de que o tempo de trabalho remunerado afeta de modo crescente e negativo o tempo livre disponível.

A tendência de diminuição das fronteiras entre trabalho e tempo livre é constatada por 45,4% dos entrevistados que afirmam não se desligar totalmente do trabalho ao término da jornada diária; por 37,7% que afirmam sentir que o tempo livre vem diminuindo por causa do trabalho; e por 39,5% que acham que o tempo dedicado ao trabalho compromete sua qualidade de vida. Isso ocorre por conta da necessidade de permanecer de prontidão ou sobreaviso, da realização de teletrabalho (por computador, telefone celular ou outro meio) ou da preparação para o trabalho do dia seguinte. Outro aspecto a analisar é que, apesar da percepção comum de que o tempo dedicado ao trabalho afeta significativamente a qualidade de vida, somente um quinto dos entrevistados do SIPS afirma realmente pensar em trocar de ocupação por conta disso. Ao que parece, mesmo com a melhora verificada no mercado, trocar de ocupação ainda parece ser algo desorganizador e impactante para o cotidiano da população, mesmo quando a ocupação atual, com seu tempo de trabalho excessivo, prejudica boa parte do seu dia a dia.

Igualmente estrutural e com algumas interfaces com o mundo do trabalho, o capítulo 3 é dedicado às percepções sobre a educação pública no país. De uma maneira geral, estas percepções apontam para uma demanda evidente por melhorias. Embora a avaliação regular predomine (44,1%), há mais brasileiros que consideram a educação péssima ou ruim (35,2%) do que boa ou ótima (20,7%). No mesmo sentido, a maioria não acredita que a educação pública no Brasil melhorou nos últimos cinco anos, sendo que para 39,9% ela continua igual e para 31,1%, piorou. Os grupos de maior renda e escolaridade possuem avaliações mais pessimistas que os de baixa renda, o que pode significar, por um lado, que há um nível maior de exigências e anseios em relação à política de educação no primeiro grupo e, por outro, que a política de educação está dirigindo mais atenção ao segundo. Assim como nas percepções de superação

da pobreza, tratadas no capítulo 4, os principais problemas e ações prioritárias do governo percebidos na área de educação estão ligados ao mundo do trabalho.

Os principais problemas percebidos no capítulo 3 se referem à questão salarial (52,7%), seguida da desmotivação de docentes (30,9%) e pouco interesse dos alunos (30,6%). Há uma percepção geral em relação à necessidade de se valorizar mais os professores para melhorar a educação no país: 58,6% apontam o aumento dos salários dos professores e 43,2% a maior capacitação como as principais ações que o governo deveria realizar para melhorar a qualidade da educação. Outro ponto importante diz respeito ao financiamento da educação. Há clara percepção de que são necessários mais investimentos por parte do governo na educação pública. As principais fontes de recursos indicadas são a riqueza produzida pelo petróleo do pré-sal (47,3%), mais impostos sobre os mais ricos (32,7%) e pagamentos de juros da dívida pública (31,2%), indicando uma demanda por maior progressividade no financiamento da educação pública.

Ainda na área social, o capítulo 4 revela as percepções sobre o fenômeno da pobreza, sua evolução, causas e possíveis formas de saída, tema cada vez mais presente e prioritário na agenda de políticas públicas do país. A percepção dominante é de que a pobreza no país diminuiu nos últimos cinco anos, totalizando 41,4% das respostas sobre sua evolução. Este percentual foi mais elevado nas regiões Nordeste (48,5%), Norte (46,5%) e Centro-Oeste (43,8%). As questões relativas ao trabalho predominaram nas percepções sobre as causas e soluções para o problema da pobreza. O desemprego é identificado como a causa principal da pobreza por 29,4% dos entrevistados; em contrapartida, a criação de emprego foi identificada como a principal solução para a pobreza segundo 31,4% da amostra. Aspectos educacionais também são ressaltados: 18,4% apontam a falta de qualidade e dificuldade de acesso como principal causa da pobreza e 23,3% destacam a educação de qualidade como forma de superá-la. Importa notar que há notável diferença entre ricos e pobres nesta discussão, em que os primeiros priorizam os aspectos educacionais como causa e solução da pobreza e os mais pobres percebem as questões do trabalho como mais importantes. Os resultados indicam a percepção do caráter estrutural do fenômeno da pobreza, rejeitando seu entendimento como um problema de escolhas e comportamentos individuais, o que remete ao papel essencial do Estado/esfera pública no enfrentamento da pobreza.

O mundo do trabalho, o sistema educacional público e a pobreza de uma forma geral são cada vez mais impactados pelos desafios da mobilidade urbana, tema do capítulo 5. Qualidade dos serviços de transporte público, tempo despendido em deslocamentos, poluição do ar e acidentes, entre outros, impactam cada vez mais a vida cotidiana dos brasileiros, principalmente nas grandes cidades. O tema da mobilidade urbana já havia sido abordado pelo SIPS em 2010, e a pesquisa de 2011 apresentou avanços em relação à de 2010, com mais entrevistas, questões, mais municípios e métodos adotados para tentar lidar com os problemas da edição anterior, além de adotar uma amostragem probabilística em lugar da por cotas. Foram utilizados como recorte três grandes grupos de aglomerados: cidades menores que 20 mil habitantes, cidades entre 20 mil e 100 mil habitantes e cidades acima de 100 mil habitantes. Os resultados da pesquisa mostram o uso majoritário do transporte público (TP) no deslocamento dos entrevistados, seja como modo principal, secundário ou ainda como modo anterior de deslocamento (quando perguntados se usavam algum outro meio de transporte antes do informado na pergunta anterior), com indicação de 65,9%, 56,8% e 64,8% dos entrevistados, respectivamente, grande parte concentrada na população de faixa de renda mais baixa (até um salário mínimo *per capita*).

Ainda que o TP tenha sido avaliado de forma ligeiramente mais positiva que negativa nas cidades de porte pequeno e médio, de uma forma geral e principalmente nas maiores cidades, sua avaliação foi negativa. Enquanto 39% dos entrevistados o avaliaram positivamente nas cidades pequenas, nas cidades de maior porte o valor foi de 30%, sendo que 41% o indicaram como ruim ou muito ruim. Este comportamento se repete para todos os demais quesitos de avaliação do TP, como a disponibilidade de informação à população sobre o TP, a capacidade de atendimento da população pelos serviços de transporte urbano e a capacidade de o TP permitir o deslocamento com facilidade por toda a cidade. O TP foi o único meio de transporte que recebeu nota média de seus usuários abaixo de cinco e deveria ser o mais priorizado ante a legislação vigente, já que, entre todos os meios, é o que está mais vinculado à tutela do Estado, cabendo aos governos a definição de suas diretrizes e sua operação, mesmo que de forma indireta. Os resultados apresentados pela pesquisa, que foi a campo em agosto de 2011, já indicavam uma tendência de insatisfação que culminou nas manifestações populares de 2013.

A segurança pública, um dos principais problemas do Brasil segundo diversas pesquisas de percepção social, inclusive a *Meu mundo* (*My world*), utilizada no capítulo 11, é o tema abordado pelo capítulo 6, especificamente a predisposição da população para chamar a polícia, a partir de dados sobre a confiabilidade no desempenho das instituições policiais. Nele, foram apresentados os motivos alegados pelas pessoas para procurarem ou não a polícia. Dos 3.799 entrevistados, 713, ou seja, quase 20%, recordaram-se de ter sido vítimas de crime nos últimos dez anos; destes, 511 afirmaram ter procurado a polícia e 202 afirmaram o contrário. Entre os entrevistados que procuraram a polícia, 56,9% apresentaram uma motivação relacionada a uma predisposição positiva para tal: acreditavam que a polícia seria capaz de resolver o problema (45%) ou que se tratava de um dever informar à polícia sobre o ocorrido (11,9%). No entanto, 40,7% dos entrevistados alegaram ter chamado a polícia por uma motivação circunstancial, como a necessidade do boletim de ocorrência (30,3%), ou pelo fato de o ocorrido ter sido grave demais (10,4%). Entre aqueles que não procuraram a polícia, 45,6% não o fizeram devido a uma desconfiança direta em relação a ela: disseram não acreditar que a polícia poderia resolver o problema (41,6%) ou que tinham medo dos policiais (4%). De acordo com o resultado extraído do coeficiente da regressão logística utilizada para testar a hipótese de que tais predisposições estão relacionadas a uma imagem construída sobre as organizações policiais, obteve-se a evidência de que, enquanto uma percepção social positiva sobre a polícia parece não influenciar a tendência de acioná-la (não significativa estatisticamente na regressão), uma visão negativa gera uma predisposição para evitar chamá-la (o entrevistado com um alto índice de confiança na polícia apresenta uma razão de chances 60% menor de não acioná-la quando da ocorrência de um crime).

Passando da segurança dos indivíduos para a defesa do país, o capítulo 7 analisa os padrões de percepção dos brasileiros sobre a defesa nacional do país. No que toca à avaliação das Forças Armadas, trabalho, confiança e importância tiveram avaliações positivas: quase 70% avaliaram o trabalho como bom ou muito bom, 67% afirmaram ter muita ou confiança razoável nas Forças Armadas e 83% acreditavam na importância da instituição tanto na guerra como na paz. Em relação à percepção de ameaças, há evidência de que a população crê em uma possível agressão futura em função de interesses

na Amazônia e no pré-sal. A população, ainda que avalie positivamente os equipamentos militares no país (mais de 50% das pessoas os avaliaram como bons ou muito bons), também apoia o aumento de gastos para a aquisição de mais equipamentos militares (72% acreditam que se deve aumentar esses equipamentos). A maioria ainda acha que o combate à criminalidade é função das Forças Armadas (58% responderam afirmativamente) e que o crime organizado é uma ameaça para o país (54%), ao contrário de guerras, desastres ambientais, terrorismo e epidemias, itens que a maioria afirmou não perceber como uma ameaça.

Nesse capítulo, foi realizada uma análise de componentes principais (fatorial) a partir dos dados da pesquisa sobre o tema da defesa nacional, que permitiu identificar as perspectivas ou elementos mais proeminentes da percepção acerca desse tema. Os resultados da análise feita mostraram que algumas questões sobre as Forças Armadas e a defesa nacional contribuem para a formação de padrões ou dimensões de entendimento que se distinguem nitidamente entre si. Contudo, isso não ocorre com todas as variáveis levantadas na pesquisa. A análise de componentes principais gerou quatro elementos ou fatores que resumem os dados originalmente descritos em 22 variáveis. Para cada fator atribuiu-se um rótulo que sintetiza o tipo específico da percepção a que se refere, quais sejam, *consciência acerca das funções das Forças Armadas enquanto fonte de soluções, confiança nas Forças Armadas enquanto instituição abstrata, carência de recursos para a defesa nacional e riquezas naturais e cobiça internacional*. Para todos esses fatores verificou-se um padrão consistente de apontamentos, denotando a existência de percepções razoavelmente consolidadas sobre determinadas dimensões da defesa nacional que ensejam a atenção por parte dos formuladores de políticas públicas no sentido de aprimorar seu desenvolvimento e efetividade.

O capítulo 8, que abre a Parte 2 da publicação, dedicada a uma abordagem mais transversal entre as políticas, trata da democracia, valores e estrutura social no Brasil, focando a análise em dois principais elementos das percepções da população: a capacidade de influência sobre o governo e a adequação dos instrumentos existentes para influenciar as decisões. Em geral, a maioria dos cidadãos percebe ter capacidade mediana de influenciar o governo (de 0 a 10, nota média de 4,42), sendo o voto a principal arma de que dispõe para tanto. No entanto, os dados analisados mostram que a crença na capacidade de influenciar o governo aumenta com a escolaridade

e com a renda. Além dessas variáveis, os jovens se percebem como mais capazes de influenciar as decisões governamentais, assim como os negros em comparação aos brancos, resultado que vai contra a intuição tradicional já que os brancos em geral têm maior escolaridade e renda. Em relação à região, os habitantes do Centro-Oeste, do Norte e do Sul são menos propensos a se perceberem influentes sobre o governo quando comparados aos das regiões Sudeste e Nordeste, que diferem pouco entre si. Quanto à adequação dos instrumentos existentes para influenciar as decisões, temos que o voto é percebido como a forma mais importante de influência política em comparação com a influência direta e o protesto, essa última forma tida como a menos importante (56% contra 39% e 6%, respectivamente). Escolaridade, idade e renda não se mostraram relevantes para alterar essa ordem de importância, tirando o fato de que entre os mais escolarizados a importância da influência direta supera a do voto. Em termos regionais, a região Norte revela alta adesão a mecanismos diretos de influência como via preferencial de atuação e a menor adesão ao voto entre as regiões.

Outras questões endereçadas aos entrevistados dizem respeito à maneira como os cidadãos brasileiros se relacionam com pretensões de maior igualdade. Os resultados indicam que a luta por mais direitos de grupos como os de homossexuais, índios, negros e membros de religiões de candomblé e umbanda era vista como “muito positiva” ou “positiva”, para grande parte dos entrevistados (47%), enquanto quase um quarto dos entrevistados (24%) respondeu ser “muito negativa” ou “negativa” e um terço se disse “neutro” em relação à questão. Neste quesito, a renda e a raça não constituíam variáveis que influenciam os resultados, enquanto ter maior escolaridade e ser mais jovem têm associação positiva com os resultados favoráveis à luta destes grupos. No mesmo sentido, a maioria defende incondicionalmente o direito ao protesto contra os governos (57%), enquanto uma fração relevante postula por condicionantes a esse direito (37%) e 6% se opõem a qualquer forma de protesto.

Se o capítulo 8 trata de democracia, valores e estrutura social, o capítulo 9 aborda como se dá o acesso à informação no país, a confiabilidade dos meios de comunicação e outras questões por meio das percepções sociais em relação à mídia e comunicação no Brasil. Os resultados indicam um evidente predomínio da TV como o principal meio de acesso a informações (74%), a mídia mais confiável (66,2%) e a principal formadora de opinião (46,6%),

estando presente em 94,5% dos domicílios dos entrevistados. Apesar da massiva utilização da TV, foi apontada a necessidade de controle de seu conteúdo – para 83,9% dos entrevistados deve haver regras, e destes, 46,7% avaliam que estas devem ser feitas por um grupo formado por governo, sociedade e meios de comunicação. Mesmo com notável prevalência da TV como principal meio de comunicação no país, a pesquisa revela que a internet já é a segunda maior fonte de acesso à informação (11%), quase igual à soma de jornais e revistas (12,4%), mesmo que 59,5% dos entrevistados declarem não possuir acesso à internet. Este uso crescente da internet como fonte de informação não é acompanhado de forma proporcional à confiança nesta, pois neste quesito o jornal é considerado por 12% dos entrevistados como o meio de comunicação mais confiável e a internet é lembrada por apenas 8,1%. Embora consideradas confiáveis, as mídias impressas estão perdendo espaço como fonte de informação, dado que 64,1% responderam que não leram revistas ou jornais impressos na semana anterior à pesquisa.

Os últimos capítulos da publicação não tratam unicamente dos resultados do SIPS, mas apresentam dados de percepção social dos brasileiros, comparados internacionalmente e relacionados à literatura de economia da felicidade e de desenvolvimento humano.

O capítulo 10 trata da relação entre renda e felicidade, e demonstra, a partir da avaliação dos dados de uma amostra de mais de 132 países, que correlacionando os dados de satisfação de vida com os componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) obtém-se que a renda explica cerca de 66% da variação da satisfação contra 31% da expectativa de vida, ficando menos de 3% explicados pelos dois componentes de educação. Observa-se que nenhum país entre os 132 pesquisados apresenta menor correlação entre renda e felicidade que o Brasil. Isto é exemplificado, nos dados nacionais do Ipea, pelo fato de a região Nordeste brasileira, embora a mais pobre, apresentar o maior nível de felicidade presente. Boa parte da relação entre renda e felicidade no Brasil é explicada pela passagem daqueles sem renda para um nível de renda familiar de até um salário mínimo, sugerindo um potencial de políticas voltadas aos mais pobres. A relação controlada entre variação de renda implícita na expansão do Programa Bolsa Família (PBF) e a variação de felicidade da mesma pessoa ao longo do tempo indica que os beneficiários do PBF ganham um adicional de 0,41 ponto de felicidade em relação aos não beneficiários. Este resultado, tomado a valor

de face, implicaria que políticas redistributivas aos mais pobres poderiam levar a maior felicidade agregada da nação.

Como a relação entre renda e bem-estar, medida pela felicidade, não é direta, novas perspectivas são demandadas. O capítulo 11 contribui com a discussão por meio do desenvolvimento de um indicador subjetivo sintético que objetiva consolidar diversos aspectos da percepção da população que foram tratados na parte inicial do livro. A princípio, forneceu-se uma visão global das prioridades da população brasileira em termos de políticas públicas *vis-à-vis* a população mundial através do questionário da pesquisa *Meu mundo (My world)*, da Organização das Nações Unidas (ONU). Primeiramente, as prioridades mundiais são educação de qualidade e melhoria dos serviços de saúde, nesta ordem. No caso brasileiro, há inversão da ordem destas prioridades. Saúde aparece em 85,5% dos questionários, enquanto educação, em 81,8% deles. Incidentalmente, os três elementos de destaque tanto no Brasil como no mundo representam bem, no campo das políticas públicas, os três componentes do IDH da ONU, quais sejam: saúde, educação e renda. O objetivo maior do trabalho é construir um arcabouço na linha da criação de um Índice de Desenvolvimento Humano Percebido (IDH-P), usando os componentes do IDH em sua versão subjetiva. O estudo mostra que as percepções sobre a satisfação do indivíduo com renda, educação, saúde e trabalho são relativamente aderentes com os seus homólogos objetivos. De maneira geral, o IDH-P aqui proposto fornece uma referência subjetiva complementar ao IDH. Investigaram-se os pesos atribuídos a cada um dos três componentes do quadro do IDH-P e os resultados mostram um peso atribuído à percepção interna de renda de 64% e externa de 17,6%; percepção interna de saúde de 8,9% e externa de 9,1%; e peso nulo para a percepção externa de educação. Estes resultados sugerem que a soma dos pesos atribuídos a cada um deles não é distante em ordem de grandeza dos estimados a partir de uma equação similar de satisfação com a vida em relação aos indicadores objetivos do IDH, exercício feito no capítulo anterior, mas sim diferente da métrica de igualdade de pesos que é usada no cálculo do IDH padrão.

O capítulo 12, último do livro, continua explorando a área da economia de felicidade, abordando a percepção de felicidade do brasileiro em relação ao tempo e à coletividade do país, com o olhar voltado para a agenda de políticas públicas pregressas e prospectivas. No primeiro ponto, o Brasil é

pentacampeão mundial invicto de felicidade futura. Numa escala de 0 a 10, o brasileiro dá uma nota média de 8,6 à sua expectativa de satisfação com a vida em 2015, a maior de todos os países pesquisados. A média mundial é 6,7. Estes dados subjetivos permitem entender a expressão “Brasil: o país do futuro”, criada há 70 anos. Também permitem entender porque o país possui uma baixa taxa de poupança e uma alta taxa de juros. O outro aspecto aqui abordado se refere a uma relativamente baixa expectativa de cada brasileiro quanto à felicidade geral da nação, indicando uma alta dissonância de cerca de 30% entre a visão prospectiva de cada brasileiro sobre sua vida e a visão sobre o conjunto do país. Na interpretação aqui proposta, este segundo elemento seria consistente com maior importância no contexto nacional de problemas associados a ações coletivas, problemas que tornam o todo menor que a soma das partes, exigindo mobilização e coordenação da sociedade. Exemplos como alta inflação e alta desigualdade, que situavam o Brasil no topo dos respectivos *rankings* mundiais, foram objeto dos principais avanços da sociedade brasileira nas duas últimas décadas.

O complexo mosaico de dados e de análises apresentado nesta publicação permite uma leitura abrangente da percepção dos brasileiros sobre suas vidas e os impactos emanados pelas políticas públicas, além de permitir comparações internacionais. Os resultados permitem algumas leituras transversais que indicam uma tendência de insatisfação com alguns serviços públicos como educação, transporte urbano e segurança, temas que dominaram a pauta das manifestações populares de junho de 2013. Os resultados também indicaram que o caminho para a solução de alguns desafios presentes na pauta das manifestações depende de maior e não menor atuação do Estado e que as fontes de financiamento destas ações estão relacionadas a uma estrutura tributária mais progressiva. Além disso, as percepções indicam que passa pelo mundo do trabalho as condições de bem-estar da população e as soluções para problemas como a superação da condição de pobreza e mesmo a baixa qualidade da educação, em que o papel do professor ocupa as maiores possibilidades de transformação na visão das pessoas. Algumas tendências percebidas no cotidiano foram confirmadas pelos resultados apresentados, como no caso da crescente utilização de novas tecnologias, seja no trabalho, seja como fonte de informação, mas também foi demonstrada a desigualdade ainda existente no acesso, pois apesar da crescente importância de tecnologias como a internet, estas ainda

não são acessíveis à maioria da população. Outros resultados colocam em xeque percepções comuns sobre os brasileiros, principalmente em relação a um suposto conservadorismo, sendo que a maioria dos entrevistados considera positivamente a luta por direitos de grupos vulneráveis e tradicionalmente excluídos, como homossexuais, índios e negros, e o direito de livre manifestação.

Assim, os resultados apresentados demonstraram grande potencial de geração de informação e de análises e abrem diversas linhas de trabalho e de parcerias, indicando que o SIPS está se consolidando na agenda de pesquisa do Ipea e que o instituto ocupa papel de destaque no Estado brasileiro na aferição das percepções da população acerca das políticas públicas.

APÊNDICE A

PLANO AMOSTRAL DA 1ª RODADA

Período de coleta: 08.08.2011 a 29.08.2011.

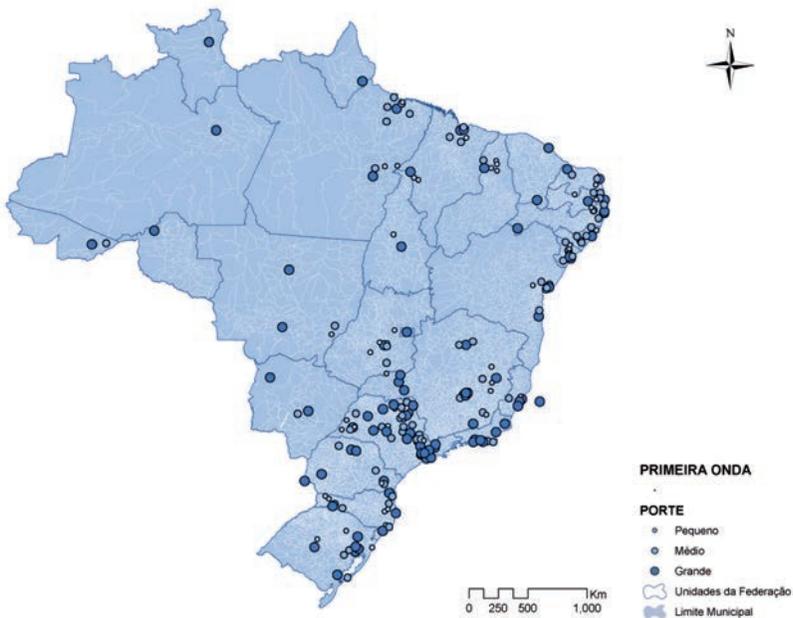
Temas: Assistência social 3.786;

Defesa nacional 3.796;

Mobilidade urbana 3.781.

Primeira onda

Temas: Assistência social/Defesa nacional/Mobilidade urbana



Elaboração dos autores.

TABELA 1
Desenho amostral da região Norte

Estado	Município	Porte do município	População	Número de entrevistas
Acre	Rio Branco	Grande	335.796	10
Acre	Senador Guiomard	Médio	20.153	5
Amapá	Macapá	Grande	397.913	10
Amazonas	Manaus	Grande	1.802.525	65
Pará	Belém	Grande	1.392.031	80
Pará	Marabá	Grande	233.462	15
Pará	Igarapé-Mirim	Médio	58.023	5
Pará	Itupiranga	Médio	51.258	5
Pará	Ponta das Pedras	Médio	25.989	5
Pará	São Miguel do Guamá	Médio	51.527	5
Pará	Soure	Médio	22.995	5
Pará	Vigia	Médio	47.902	5
Pará	Abel Figueiredo	Pequeno	6.792	5
Pará	Nova Ipixuna	Pequeno	14.645	5
Pará	São Caetano de Odivelas	Pequeno	16.891	5
Rondônia	Porto Velho	Grande	426.558	30
Roraima	Boa Vista	Grande	284.258	10
Tocantins	Palmas	Grande	228.297	25
Tocantins	Miranorte	Pequeno	12.626	5
	19			300

Elaboração dos autores.

TABELA 2
Desenho amostral da região Nordeste

Estado	Município	Porte do município	População	Número de entrevistas
Alagoas	Maceió	Grande	932.608	35
Alagoas	Atalaia	Médio	44.379	5
Alagoas	Colônia Leopoldina	Médio	20.022	5
Alagoas	Igaci	Médio	25.197	5
Alagoas	Junqueiro	Médio	23.854	5
Alagoas	São Luís do Quitunde	Médio	32.416	5
Alagoas	Teotônio Vilela	Médio	41.158	5
Alagoas	Porto de Pedras	Pequeno	8.419	5
Bahia	Salvador	Grande	2.676.606	235
Bahia	Ilhéus	Grande	184.231	15
Bahia	Candeias	Médio	83.077	10

(Continua)

(Continuação)

Estado	Município	Porte do município	População	Número de entrevistas
Bahia	Conceição da Feira	Médio	20.408	5
Bahia	Itacaré	Médio	24.340	5
Bahia	Itaparica	Médio	20.760	5
Bahia	Vera Cruz	Médio	37.587	5
Bahia	Santa Teresinha	Pequeno	9.658	5
Ceará	Fortaleza	Grande	2.447.409	135
Ceará	Juazeiro do Norte	Grande	249.936	15
Maranhão	São Luís	Grande	1.011.943	70
Maranhão	Imperatriz	Grande	247.553	20
Maranhão	São José de Ribamar	Grande	162.925	15
Maranhão	Itapecuru Mirim	Médio	62.123	5
Maranhão	Matinha	Médio	21.832	5
Maranhão	Raposa	Médio	26.280	5
Maranhão	Cachoeira Grande	Pequeno	8.442	5
Maranhão	Governador Edison Lobão	Pequeno	15.895	5
Maranhão	Montes Altos	Pequeno	9.424	5
Paraíba	João Pessoa	Grande	723.514	25
Paraíba	Campina Grande	Grande	385.276	15
Paraíba	Bananeiras	Médio	21.854	5
Paraíba	Caaporã	Médio	20.363	5
Paraíba	Mamanguape	Médio	42.330	5
Paraíba	Sapé	Médio	50.151	5
Paraíba	Gurinhém	Pequeno	13.872	5
Paraíba	São José do Sabugi	Pequeno	4.010	5
Paraíba	Umbuzeiro	Pequeno	9.300	5
Pernambuco	Recife	Grande	1.536.934	110
Pernambuco	Paulista	Grande	300.611	20
Pernambuco	Petrolina	Grande	294.081	20
Pernambuco	Escada	Médio	63.535	5
Pernambuco	João Alfredo	Médio	30.735	5
Pernambuco	Salgadinho	Pequeno	9.287	5
Piauí	Teresina	Grande	814.439	35
Piauí	União	Médio	42.657	5
Piauí	Cocal de Telha	Pequeno	4.525	5
Piauí	Coivaras	Pequeno	3.811	5
Piauí	Jatobá do Piauí	Pequeno	4.637	5
Piauí	Novo Santo Antônio	Pequeno	3.260	5

(Continua)

(Continuação)

Estado	Município	Porte do município	População	Número de entrevistas
Rio Grande do Norte	Natal	Grande	803.811	35
Rio Grande do Norte	Mossoró	Grande	259.886	15
Rio Grande do Norte	Açu	Médio	53.245	5
Rio Grande do Norte	São Gonçalo do Amarante	Médio	87.700	5
Rio Grande do Norte	Lagoa de Pedras	Pequeno	6.992	5
Sergipe	Aracaju	Grande	570.937	20
Sergipe	Nossa Senhora do Socorro	Grande	160.829	5
Sergipe	Barra dos Coqueiros	Médio	25.012	5
Sergipe	Boquim	Médio	25.528	5
Sergipe	Nossa Senhora das Dores	Médio	24.579	5
Sergipe	Porto da Folha	Médio	27.124	5
Sergipe	Cumbe	Pequeno	3.813	5
Sergipe	Itabi	Pequeno	4.972	5
Sergipe	Santa Rosa de Lima	Pequeno	3.752	5
	62			1.065

Elaboração dos autores.

TABELA 3
Desenho amostral da região Centro-Oeste

Estado	Município	Porte do município	População	Número de entrevistas
Distrito Federal	Brasília	Grande	2.562.963	45
Goiás	Goiânia	Grande	1.301.892	90
Goiás	Morrinhos	Médio	41.457	5
Goiás	Senador Canedo	Médio	84.399	5
Goiás	Caturai	Pequeno	4.670	5
Goiás	Cocalzinho de Goiás	Pequeno	17.391	5
Goiás	Goianópolis	Pequeno	10.681	5
Goiás	Jandaia	Pequeno	6.164	5
Mato Grosso	Cuiabá	Grande	551.350	40
Mato Grosso	Sinop	Grande	113.082	10
Mato Grosso	Barra do Garças	Médio	56.423	5
Mato Grosso	Pontal do Araguaia	Pequeno	5.427	5
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	Grande	787.204	35
Mato Grosso do Sul	Corumbá	Grande	103.772	5
Mato Grosso do Sul	Sidrolândia	Médio	42.076	5
	15			270

Elaboração dos autores.

TABELA 4
Desenho amostral da região Sudeste

Estado	Município	Porte do município	População	Número de entrevistas
Espírito Santo	Vitória	Grande	325.453	15
Espírito Santo	Cariacica	Grande	348.933	20
Espírito Santo	Guarapari	Grande	105.227	5
Espírito Santo	Serra	Grande	409.324	20
Espírito Santo	Afonso Cláudio	Médio	31.086	5
Espírito Santo	Fundão	Pequeno	17.028	5
Minas Gerais	Belo Horizonte	Grande	2.375.444	140
Minas Gerais	Araguari	Grande	109.779	5
Minas Gerais	Contagem	Grande	603.048	35
Minas Gerais	Governador Valadares	Grande	263.594	20
Minas Gerais	Juiz de Fora	Grande	517.872	35
Minas Gerais	Montes Claros	Grande	361.971	25
Minas Gerais	Santa Luzia	Grande	203.184	15
Minas Gerais	Vespasiano	Grande	104.612	5
Minas Gerais	Uberaba	Grande	296.000	20
Minas Gerais	Uberlândia	Grande	600.285	35
Minas Gerais	Coração de Jesus	Médio	26.035	5
Minas Gerais	Francisco Sá	Médio	24.918	5
Minas Gerais	Guanhães	Médio	31.266	5
Minas Gerais	Igarapé	Médio	34.879	5
Minas Gerais	Visconde do Rio Branco	Médio	37.952	5
Minas Gerais	Água Boa	Pequeno	15.193	5
Minas Gerais	Araporã	Pequeno	8.165	5
Minas Gerais	Mirai	Pequeno	13.800	5
Minas Gerais	Periquito	Pequeno	7.030	5
Minas Gerais	Vargem Alegre	Pequeno	6.457	5
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Grande	6.323.037	210
Rio de Janeiro	Campos dos Goytacazes	Grande	463.545	15
Rio de Janeiro	Macaé	Grande	206.748	5
Rio de Janeiro	Maricá	Grande	127.519	5
Rio de Janeiro	São Gonçalo	Grande	999.901	35
Rio de Janeiro	São João do Meriti	Grande	459.356	15
Rio de Janeiro	Arraial do Cabo	Médio	27.770	5
Rio de Janeiro	Saquarema	Médio	74.221	5
São Paulo	São Paulo	Grande	11.244.369	410
São Paulo	Barretos	Grande	112.102	5

(Continua)

(Continuação)

Estado	Município	Porte do município	População	Número de entrevistas
São Paulo	Bauru	Grande	344.039	15
São Paulo	Birigui	Grande	108.722	5
São Paulo	Campinas	Grande	1.080.999	40
São Paulo	Embu	Grande	240.007	5
São Paulo	Franca	Grande	318.785	10
São Paulo	Guarujá	Grande	290.607	10
São Paulo	Itapeperica da Serra	Grande	152.380	5
São Paulo	Itaquaquecetuba	Grande	321.854	10
São Paulo	Jacareí	Grande	211.308	5
São Paulo	Jundiaí	Grande	370.251	15
São Paulo	Marília	Grande	216.684	10
São Paulo	Piracicaba	Grande	364.872	15
São Paulo	Praia Grande	Grande	260.769	10
São Paulo	Presidente Prudente	Grande	207.625	10
São Paulo	Ribeirão Preto	Grande	605.114	25
São Paulo	Rio Claro	Grande	186.299	5
São Paulo	Santo André	Grande	673.914	25
São Paulo	Santos	Grande	419.757	15
São Paulo	São Bernardo do Campo	Grande	765.203	30
São Paulo	São José do Rio Preto	Grande	408.435	15
São Paulo	São José dos Campos	Grande	627.544	25
São Paulo	Álvares Machado	Médio	23.506	5
São Paulo	Barrinha	Médio	28.503	5
São Paulo	Brodósqui	Médio	21.105	5
São Paulo	Brotas	Médio	21.580	5
São Paulo	Guariba	Médio	35.491	5
São Paulo	Ibaté	Médio	30.724	5
São Paulo	Ituverava	Médio	38.699	5
São Paulo	Lençóis Paulista	Médio	61.454	5
São Paulo	Mirandópolis	Médio	27.475	5
São Paulo	Mogi Mirim	Médio	86.244	5
São Paulo	Morro Agudo	Médio	29.127	5
São Paulo	Paulínia	Médio	82.150	5
São Paulo	Pedreira	Médio	41.549	5
São Paulo	Pirajuí	Médio	22.724	5
São Paulo	Porto Ferreira	Médio	51.407	5
São Paulo	Caiabu	Pequeno	4.072	5

(Continua)

(Continuação)

Estado	Município	Porte do município	População	Número de entrevistas
São Paulo	Colina	Pequeno	17.373	5
São Paulo	Guataporá	Pequeno	6.966	5
São Paulo	Iacanga	Pequeno	10.010	5
São Paulo	Marabá Paulista	Pequeno	4.812	5
São Paulo	Ouro Verde	Pequeno	7.794	5
São Paulo	Patrocínio Paulista	Pequeno	13.002	5
São Paulo	Tuiuti	Pequeno	5.935	5
	80			1.585

Elaboração dos autores

TABELA 5
Desenho amostral da região Sul

Estado	Município	Porte do município	População	Número de entrevistas
Paraná	Curitiba	Grande	1.746.896	105
Paraná	Arapongas	Grande	104.161	5
Paraná	Cascavel	Grande	286.172	15
Paraná	Foz Do Iguaçu	Grande	256.081	15
Paraná	Londrina	Grande	506.645	35
Paraná	Castro	Médio	67.082	5
Paraná	Fazenda Rio Grande	Médio	81.687	5
Paraná	Nova Esperança	Médio	26.613	5
Paraná	Araucária	Pequeno	16.368	5
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Grande	1.409.939	85
Rio Grande do Sul	Caxias do Sul	Grande	435.482	30
Rio Grande do Sul	Gravataí	Grande	255.762	15
Rio Grande do Sul	Pelotas	Grande	327.778	20
Rio Grande do Sul	Santa Maria	Grande	261.027	15
Rio Grande do Sul	São Leopoldo	Grande	214.210	15
Rio Grande do Sul	Charqueadas	Médio	35.363	5
Rio Grande do Sul	São Jerônimo	Médio	22.141	5
Rio Grande do Sul	São José do Norte	Médio	25.523	5
Rio Grande do Sul	Júlio de Castilhos	Pequeno	19.579	5
Rio Grande do Sul	Nova Bassano	Pequeno	8.840	5
Rio Grande do Sul	Xangrilá	Pequeno	12.405	5
Santa Catarina	Florianópolis	Grande	421.203	30
Santa Catarina	Chapecó	Grande	183.561	15
Santa Catarina	Criciúma	Grande	192.236	15

(Continua)

(Continuação)

Estado	Município	Porte do município	População	Número de entrevistas
Santa Catarina	Joinville	Grande	515.250	35
Santa Catarina	Araquari	Médio	24.814	5
Santa Catarina	Capivari de Baixo	Médio	21.689	5
Santa Catarina	Concórdia	Médio	68.627	5
Santa Catarina	Gaspar	Médio	57.958	5
Santa Catarina	Xaxim	Médio	25.697	5
Santa Catarina	Campo Erê	Pequeno	9.370	5
Santa Catarina	Irati	Pequeno	2.096	5
Santa Catarina	Leoberto Leal	Pequeno	3.365	5
Santa Catarina	Nova Trento	Pequeno	12.179	5
Santa Catarina	São Ludgero	Pequeno	10.993	5
	35			550

Elaboração dos autores.

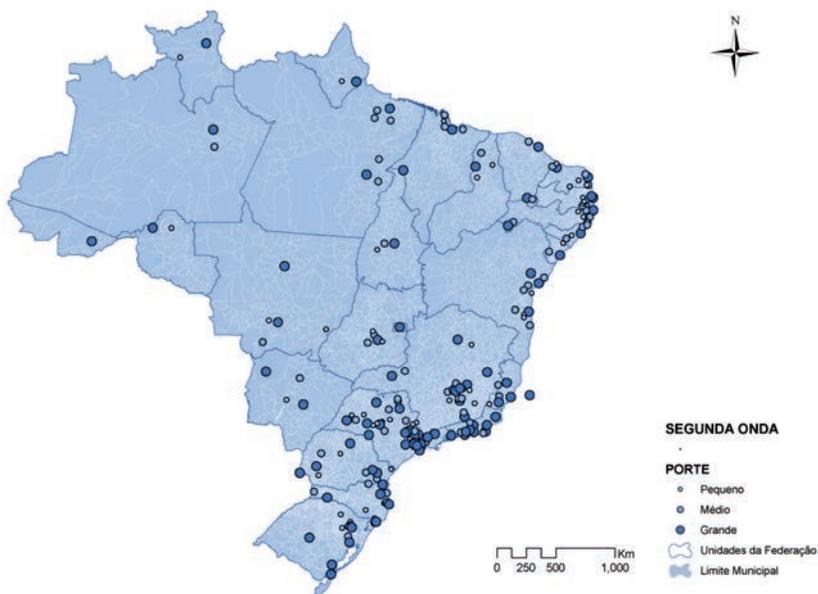
PLANO AMOSTRAL DA 2ª RODADA

Período: 08.11.2011 a 30.08.2011.

Temas: Educação	3.795;
Trabalho e renda	3.796;
Valores e estrutura social	3.791.

Segunda onda

Temas: Educação/Trabalho e renda/Valores e estrutura social



Elaboração dos autores.

TABELA 1
Desenho amostral da região Norte

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
Acre	Rio Branco	Grande	335.796	10
Amapá	Macapá	Grande	397.913	10
Amapá	Porto Grande	Pequeno	16.825	5
Amazonas	Manaus	Grande	1.802.525	55
Amazonas	Careiro	Médio	32.631	5
Pará	Belém	Grande	1.392.031	95
Pará	Marabá	Grande	233.462	20
Pará	Acará	Médio	53.605	5
Pará	Eldorado dos Carajás	Médio	31.745	5
Pará	Jacundá	Médio	51.375	5
Pará	Limoeiro do Ajuru	Médio	25.028	5
Pará	Muaná	Médio	34.237	5
Rondônia	Porto Velho	Grande	426.558	25
Rondônia	Itapuã do Oeste	Pequeno	8.561	5
Roraima	Boa Vista	Grande	284.258	10
Roraima	Iracema	Pequeno	8.676	5
Tocantins	Palmas	Grande	228.297	20
Tocantins	Paraiso do Tocantins	Médio	44.432	5
Tocantins	Cristalândia	Pequeno	7.218	5
	19			300

Elaboração dos autores.

TABELA 2
Desenho amostral da região Nordeste

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
Alagoas	Maceió	Grande	932.608	40
Alagoas	Feira Grande	Médio	21.325	5
Alagoas	Maragogi	Médio	28.746	5
Alagoas	Matriz de Camaragibe	Médio	23.780	5
Alagoas	Anadia	Pequeno	17.423	5
Bahia	Salvador	Grande	2.676.606	185
Bahia	Feira de Santana	Grande	556.756	35
Bahia	Ilhéus	Grande	184.231	15
Bahia	Canavieiras	Médio	32.331	5
Bahia	Iguaí	Médio	25.724	5
Bahia	Mata de São João	Médio	40.210	5

(Continua)

(Continuação)

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
Bahia	Mutuípe	Médio	21.466	5
Bahia	Santo Antônio de Jesus	Médio	90.949	10
Bahia	Cairu	Pequeno	15.366	5
Bahia	Itapé	Pequeno	10.986	5
Bahia	Jussari	Pequeno	6.467	5
Ceará	Fortaleza	Grande	2.447.409	145
Ceará	Juazeiro do Norte	Grande	249.936	15
Ceará	Milagres	Médio	28.317	5
Ceará	Paraipaba	Médio	30.041	5
Maranhão	São Luís	Grande	1.011.943	90
Maranhão	Imperatriz	Grande	247.553	20
Maranhão	Bequimão	Médio	20.339	5
Maranhão	Cururupu	Médio	32.594	5
Maranhão	Humberto De Campos	Médio	26.197	5
Maranhão	Mirinzal	Pequeno	14.213	5
Paraíba	João Pessoa	Grande	723.514	30
Paraíba	Campina Grande	Grande	385.276	15
Paraíba	Santa Rita	Grande	120.333	5
Paraíba	Itabaiana	Médio	24.483	5
Paraíba	Frei Martinho	Pequeno	2.933	5
Paraíba	Juarez Távora	Pequeno	7.459	5
Paraíba	Natuba	Pequeno	10.566	5
Paraíba	Salgado de São Félix	Pequeno	11.976	5
Pernambuco	Recife	Grande	1.536.934	90
Pernambuco	Olinda	Grande	375.559	20
Pernambuco	Petrolina	Grande	294.081	15
Pernambuco	Barreiros	Médio	40.720	5
Pernambuco	Feira Nova	Médio	20.588	5
Pernambuco	Glória do Goitá	Médio	29.675	5
Pernambuco	Ipojuca	Médio	80.542	5
Pernambuco	Lagoa Grande	Médio	22.719	5
Pernambuco	Moreno	Médio	56.767	5
Pernambuco	Orobó	Médio	22.865	5
Pernambuco	Vicência	Médio	30.731	5
Pernambuco	Cortês	Pequeno	12.458	5
Pernambuco	Riacho das Almas	Pequeno	19.158	5
Piauí	Teresina	Grande	814.439	45

(Continua)

(Continuação)

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
Piauí	Barras	Médio	44.850	5
Piauí	Juazeiro do Piauí	Pequeno	4.757	5
Piauí	Lagoinha do Piauí	Pequeno	2.656	5
Rio Grande do Norte	Natal	Grande	803.811	30
Rio Grande do Norte	Mossoró	Grande	259.886	10
Rio Grande do Norte	Baraúna	Médio	24.187	5
Rio Grande do Norte	Ceará-Mirim	Médio	67.844	5
Rio Grande do Norte	Goianinha	Médio	22.467	5
Rio Grande do Norte	Espírito Santo	Pequeno	10.480	5
Rio Grande do Norte	Lagoa de Velhos	Pequeno	2.674	5
Rio Grande do Norte	Tibau	Pequeno	3.687	5
Sergipe	Aracaju	Grande	570.937	30
Sergipe	Simão Dias	Médio	38.724	5
Sergipe	Telha	Pequeno	2.957	5
	62			1.060

Elaboração dos autores.

TABELA 3
Desenho amostral da região Centro-Oeste

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
Distrito Federal	Brasília	Grande	2.562.963	45
Goiás	Goiânia	Grande	1.301.892	95
Goiás	Inhumas	Médio	48.212	5
Goiás	Palmeiras de Goiás	Médio	23.333	5
Goiás	Caldazinha	Pequeno	3.322	5
Goiás	Taquaral de Goiás	Pequeno	3.540	5
Mato Grosso	Cuiabá	Grande	551.350	35
Mato Grosso	Sinop	Grande	113.082	10
Mato Grosso	Poconé	Médio	31.778	5
Mato Grosso	Jangada	Pequeno	7.696	5
Mato Grosso	Pontal do Araguaia	Pequeno	5.427	5
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	Grande	787.204	35
Mato Grosso do Sul	Corumbá	Grande	103.772	5
Mato Grosso do Sul	São Gabriel do Oeste	Médio	22.164	5
Mato Grosso do Sul	Dois Irmãos do Buriti	Pequeno	10.362	5
	15			270

Elaboração dos autores.

TABELA 4
Desenho amostral da região Sudeste

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
Espírito Santo	Vila Velha	Grande	414.420	25
Espírito Santo	Cachoeiro do Itapemirim	Grande	209.878	5
Espírito Santo	Colatina	Grande	111.794	10
Espírito Santo	Venda Nova do Imigrante	Médio	20.468	5
Espírito Santo	Vitória	Grande	325.453	25
Minas Gerais	Belo Horizonte	Grande	2.375.444	160
Minas Gerais	Governador Valadares	Grande	263.594	20
Minas Gerais	Juiz de Fora	Grande	517.872	35
Minas Gerais	Montes Claros	Grande	361.971	25
Minas Gerais	Uberlândia	Grande	600.285	35
Minas Gerais	Betim	Grande	377.547	20
Minas Gerais	Conselheiro Lafaiete	Grande	116.527	10
Minas Gerais	Ibirité	Grande	159.026	10
Minas Gerais	Itabira	Grande	109.551	5
Minas Gerais	Sabará	Grande	126.219	10
Minas Gerais	Caeté	Médio	40.786	5
Minas Gerais	Congonhas	Médio	48.550	5
Minas Gerais	Aimorés	Médio	24.969	5
Minas Gerais	Itaúna	Médio	85.396	5
Minas Gerais	Matozinhos	Médio	32.973	5
Minas Gerais	Ouro Branco	Médio	35.260	5
Minas Gerais	Santos Dumont	Médio	46.289	5
Minas Gerais	Monte Carmelo	Médio	45.799	5
Minas Gerais	Passa Tempo	Pequeno	8.199	5
Minas Gerais	Rio Piracicaba	Pequeno	14.167	5
Minas Gerais	Coimbra	Pequeno	7.054	5
Minas Gerais	Botumirim	Pequeno	6.497	5
Rio de Janeiro	Angra dos Reis	Grande	169.270	5
Rio de Janeiro	Belford Roxo	Grande	469.261	15
Rio de Janeiro	Cabo Frio	Grande	186.222	5
Rio de Janeiro	Campos dos Goytacazes	Grande	463.545	15
Rio de Janeiro	Itaboraí	Grande	218.090	5
Rio de Janeiro	Macaé	Grande	206.748	5
Rio de Janeiro	Magé	Grande	228.150	10
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Grande	6.323.037	230
Rio de Janeiro	Teresópolis	Grande	163.805	5

(Continua)

(Continuação)

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
Rio de Janeiro	Iguaba Grande	Médio	22.858	5
Rio de Janeiro	Seropédica	Médio	78.183	5
Rio de Janeiro	Três Rios	Médio	77.503	5
Rio de Janeiro	Varre-Sai	Pequeno	9.503	5
São Paulo	Bauru	Grande	344.039	15
São Paulo	Campinas	Grande	1.080.999	40
São Paulo	Marília	Grande	216.684	10
São Paulo	Presidente Prudente	Grande	207.625	10
São Paulo	Ribeirão Preto	Grande	605.114	25
São Paulo	São José do Rio Preto	Grande	408.435	15
São Paulo	São José dos Campos	Grande	627.544	25
São Paulo	São Paulo	Grande	11.244.369	470
São Paulo	Americana	Grande	210.701	10
São Paulo	Barueri	Grande	240.656	10
São Paulo	Bragança Paulista	Grande	146.663	5
São Paulo	Carapicuíba	Grande	369.908	15
São Paulo	Ferraz de Vasconcelos	Grande	168.290	5
São Paulo	São Vicente	Grande	332.424	15
São Paulo	Itatiba	Grande	101.450	5
São Paulo	Diadema	Grande	386.039	15
São Paulo	Ourinhos	Grande	103.026	5
São Paulo	Pindamonhangaba	Grande	147.034	5
São Paulo	Ribeirão Pires	Grande	113.043	5
São Paulo	Santa Bárbara D'Oeste	Grande	180.148	5
São Paulo	Taboão da Serra	Grande	244.719	10
São Paulo	Votorantim	Grande	108.872	5
São Paulo	Amparo	Médio	65.836	5
São Paulo	Artur Nogueira	Médio	44.270	5
São Paulo	Bastos	Médio	20.461	5
São Paulo	Cabreúva	Médio	41.643	5
São Paulo	Caieiras	Médio	86.623	5
São Paulo	Guararema	Médio	25.861	5
São Paulo	Orlândia	Médio	39.781	5
São Paulo	Lençóis Paulista	Médio	61.454	5
São Paulo	Monte Alto	Médio	46.647	5
São Paulo	Pirassununga	Médio	70.138	5
São Paulo	São Joaquim da Barra	Médio	46.524	5

(Continua)

(Continuação)

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
São Paulo	Alto Alegre	Pequeno	4.105	5
São Paulo	Lucélia	Pequeno	19.885	5
São Paulo	Gália	Pequeno	7.011	5
São Paulo	Estiva Gerbi	Pequeno	10.044	5
São Paulo	Avai	Pequeno	4.959	5
São Paulo	Arealva	Pequeno	7.842	5
São Paulo	Boa Esperança do Sul	Pequeno	13.658	5
São Paulo	Santo Antônio do Jardim	Pequeno	5.943	5
	81			1.590

Elaboração dos autores.

TABELA 5
Desenho amostral da região Sul

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
Paraná	Curitiba	Grande	1.746.896	105
Paraná	Campo Largo	Grande	112.486	10
Paraná	Cascavel	Grande	286.172	15
Paraná	Foz do Iguaçu	Grande	256.081	15
Paraná	Londrina	Grande	506.645	35
Paraná	Goioerê	Médio	29.024	5
Paraná	Mandirituba	Médio	22.235	5
Paraná	Palmeira	Médio	32.125	5
Paraná	Boa Esperança do Iguaçu	Pequeno	2.768	5
Paraná	Guaraqueçaba	Pequeno	7.870	5
Paraná	Jardim Alegre	Pequeno	12.325	5
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Grande	1.409.939	100
Rio Grande do Sul	Caxias do Sul	Grande	435.482	30
Rio Grande do Sul	Pelotas	Grande	327.778	25
Rio Grande do Sul	Rio Grande	Grande	197.253	15
Rio Grande do Sul	Santa Maria	Grande	261.027	15
Rio Grande do Sul	Flores da Cunha	Médio	27.135	5
Rio Grande do Sul	Portão	Médio	30.881	5
Rio Grande do Sul	São Marcos	Médio	20.105	5
Rio Grande do Sul	Campestre da Serra	Pequeno	3.247	5
Rio Grande do Sul	Caseiros	Pequeno	3.007	5
Rio Grande do Sul	Monte Belo do Sul	Pequeno	2.670	5
Santa Catarina	Florianópolis	Grande	421.203	20

(Continua)

(Continuação)

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
Santa Catarina	Blumenau	Grande	309.214	15
Santa Catarina	Chapecó	Grande	183.561	10
Santa Catarina	Criciúma	Grande	192.236	10
Santa Catarina	Joinville	Grande	515.250	30
Santa Catarina	Biguaçu	Médio	58.238	5
Santa Catarina	Forquilha	Médio	22.548	5
Santa Catarina	Mafra	Médio	52.920	5
Santa Catarina	Penha	Médio	25.140	5
Santa Catarina	São Miguel D'Oeste	Médio	36.295	5
Santa Catarina	Antônio Carlos	Pequeno	7.455	5
Santa Catarina	Painel	Pequeno	2.353	5
Santa Catarina	Treviso	Pequeno	3.527	5
	35			550

Elaboração dos autores.

PLANO AMOSTRAL DA 3ª RODADA

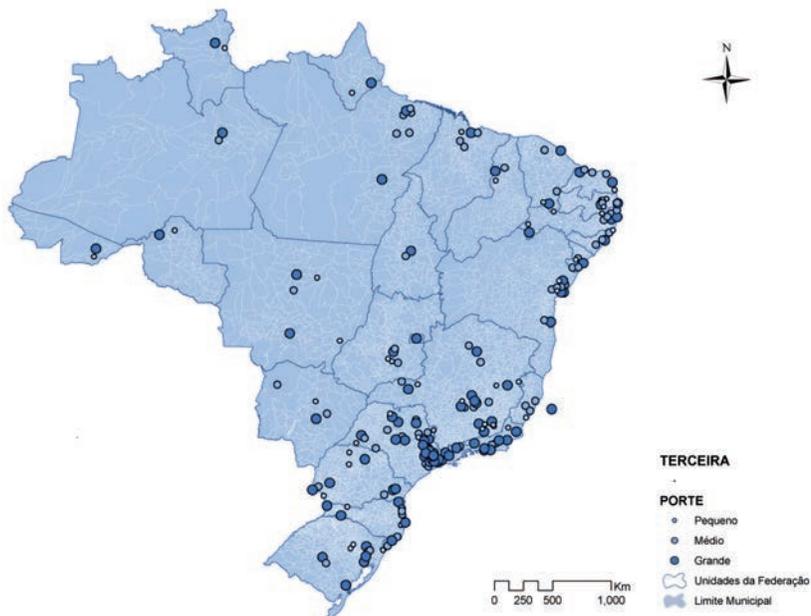
Período: 10.03.2012 a 01.04.2012.

Temas: Segurança pública 3.799;

Mídia e comunicação 3.809.

Terceira onda

Temas: Segurança pública/Mídia e comunicação



Elaboração dos autores.

TABELA 1
Desenho amostral da região Norte

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
Acre	Rio Branco	Grande	335.796	10
Acre	Xapuri	Pequeno	16.016	5
Amapá	Macapá	Grande	397.913	10
Amapá	Mazagão	Pequeno	17.030	5
Amazonas	Manaus	Grande	1.802.525	60
Amazonas	Iranduba	Médio	40.735	5
Pará	Belém	Grande	1.392.031	95
Pará	Marabá	Grande	233.462	20
Pará	Bacarena	Médio	99.800	5
Pará	Moju	Médio	69.921	5
Pará	Santa Isabel do Pará	Médio	59.476	5
Pará	Santo Antônio do Tauá	Médio	26.273	5
Pará	Tomé-Açu	Médio	56.514	5
Rondônia	Porto Velho	Grande	426.558	25
Rondônia	Candeias do Jamari	Pequeno	19.782	5
Roraima	Boa Vista	Grande	284.258	10
Roraima	Bonfim	Pequeno	10.951	5
Tocantins	Palmas	Grande	228.297	20
Tocantins	Porto Nacional	Médio	49.143	5
	19			305

Elaboração dos autores.

TABELA 2
Desenho amostral da região Nordeste

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
Alagoas	Maceió	Grande	932.608	40
Alagoas	Campo Alegre	Médio	50.831	5
Alagoas	Porto Calvo	Médio	25.718	5
Alagoas	Rio Largo	Médio	68.512	5
Alagoas	Satuba	Pequeno	14.604	5
Bahia	Salvador	Grande	2.676.606	190
Bahia	Alagoinhas	Grande	142.160	10
Bahia	Ilhéus	Grande	184.231	15
Bahia	Lauro de Freitas	Grande	163.414	15
Bahia	Coaraci	Médio	20.964	5
Bahia	Cruz das Almas	Médio	58.584	5

(Continua)

(Continuação)

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
Bahia	Pojuca	Médio	33.064	5
Bahia	Santo Amaro	Médio	57.811	5
Bahia	São Sebastião do Passé	Médio	42.153	5
Bahia	Elísio Medrado	Pequeno	7.952	5
Bahia	Floresta Azul	Pequeno	10.660	5
Bahia	Saubara	Pequeno	11.201	5
Bahia	Pedrão	Pequeno	6.896	5
Ceará	Fortaleza	Grande	2.447.409	135
Ceará	Juazeiro do Norte	Grande	249.936	15
Ceará	Icó	Médio	65.453	5
Ceará	Itapagé	Médio	48.366	5
Ceará	Jati	Pequeno	7.649	5
Ceará	Nova Olinda	Pequeno	14.256	5
Maranhão	São Luís	Grande	1.011.943	85
Maranhão	Imperatriz	Grande	247.553	25
Maranhão	Arari	Médio	28.477	5
Maranhão	Icatu	Médio	25.147	5
Maranhão	Viana	Médio	49.452	5
Maranhão	Peri Mirim	Pequeno	13.807	5
Paraíba	João Pessoa	Grande	723.514	30
Paraíba	Campina Grande	Grande	385.276	20
Paraíba	Bayeux	Médio	99.758	5
Paraíba	Esperança	Médio	31.095	5
Paraíba	Lagoa Seca	Médio	25.911	5
Paraíba	Fagundes	Pequeno	11.409	5
Paraíba	Pilões	Pequeno	6.978	5
Paraíba	Remígio	Pequeno	17.582	5
Pernambuco	Recife	Grande	1.536.934	100
Pernambuco	Petrolina	Grande	294.081	25
Pernambuco	Vitória de Santo Antão	Grande	130.540	10
Pernambuco	Bezerros	Médio	58.675	5
Pernambuco	Carpina	Médio	74.851	5
Pernambuco	Goiana	Médio	75.648	5
Pernambuco	Passira	Médio	28.664	5
Pernambuco	Dormentes	Pequeno	16.915	5
Pernambuco	Santa Maria do Cambucá	Pequeno	13.023	5
Pernambuco	São José da Coroa	Pequeno	18.172	5

(Continua)

(Continuação)

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
Piauí	Teresina	Grande	814.439	50
Piauí	Campo Maior	Médio	45.180	5
Piauí	Miguel Leão	Pequeno	1.253	5
Rio Grande do Norte	Natal	Grande	803.811	30
Rio Grande do Norte	Mossoró	Grande	259.886	15
Rio Grande do Norte	Areia Branca	Médio	25.263	5
Rio Grande do Norte	Macau	Médio	28.974	5
Rio Grande do Norte	Touros	Médio	31.076	5
Rio Grande do Norte	Vila Flor	Pequeno	2.872	5
Sergipe	Aracaju	Grande	570.937	30
Sergipe	Estância	Médio	64.464	5
Sergipe	Itabaiana	Médio	86.981	5
Sergipe	Itabaianinha	Médio	38.886	5
Sergipe	São Domingos	Pequeno	10.257	5
	62			1.060

Elaboração dos autores.

TABELA 3
Desenho amostral da região Centro-Oeste

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
Distrito Federal	Brasília	Grande	2.562.963	45
Goiás	Goiânia	Grande	1.301.892	95
Goiás	Nerópolis	Médio	24.189	5
Goiás	Piracanjuba	Médio	24.033	5
Goiás	Cromínia	Pequeno	3.555	5
Goiás	Varjão	Pequeno	3.661	5
Mato Grosso	Cuiabá	Grande	551.350	35
Mato Grosso	Sinop	Grande	113.082	10
Mato Grosso	Sorriso	Médio	66.506	5
Mato Grosso	Feliz Natal	Pequeno	10.933	5
Mato Grosso	Pontal do Araguaia	Pequeno	5.427	5
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	Grande	787.204	35
Mato Grosso do Sul	Corumbá	Médio	103.772	5
Mato Grosso do Sul	Ribas do Rio Pardo	Médio	20.967	5
Mato Grosso do Sul	Bandeirantes	Pequeno	6.598	5
	15			270

Elaboração dos autores.

TABELA 4
Desenho amostral da região Sudeste

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
Espírito Santo	Vitória	Grande	325.453	40
Espírito Santo	Aracruz	Médio	81.746	10
Espírito Santo	Santa Maria de Jetibá	Médio	34.178	5
Espírito Santo	Viana	Médio	64.999	10
Espírito Santo	Piúma	Pequeno	18.123	5
Minas Gerais	Belo Horizonte	Grande	2.375.444	145
Minas Gerais	Barbacena	Grande	126.325	10
Minas Gerais	Divinópolis	Grande	213.076	15
Minas Gerais	Governador Valadares	Grande	263.594	20
Minas Gerais	Juiz de Fora	Grande	517.872	35
Minas Gerais	Montes Claros	Grande	361.971	25
Minas Gerais	Ribeirão das Neves	Grande	296.376	20
Minas Gerais	Sete Lagoas	Grande	214.071	15
Minas Gerais	Ubá	Grande	101.466	5
Minas Gerais	Uberlândia	Grande	600.285	35
Minas Gerais	Bocaiúva	Médio	46.595	5
Minas Gerais	Brasília de Minas	Médio	31.221	5
Minas Gerais	Brumadinho	Médio	34.013	5
Minas Gerais	Carmo do Cajuru	Médio	20.018	5
Minas Gerais	João Monlevade	Médio	73.451	5
Minas Gerais	Tupaciguara	Médio	24.185	5
Minas Gerais	Conceição do Pará	Pequeno	5.162	5
Minas Gerais	Estrela do Sol	Pequeno	7.457	5
Minas Gerais	Ewbank Da Câmara	Pequeno	3.752	5
Minas Gerais	Itabirinha de Mantena	Pequeno	10.692	5
Minas Gerais	Itamarati de Minas	Pequeno	4.079	5
Minas Gerais	Paiva	Pequeno	1.560	5
Minas Gerais	Astolfo Dutra	Pequeno	13.049	5
Minas Gerais	Virginópolis	Pequeno	10.572	5
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Grande	6.323.037	235
Rio de Janeiro	Campos dos Goytacazes	Grande	463.545	15
Rio de Janeiro	Macaé	Grande	206.748	10
Rio de Janeiro	Nilópolis	Grande	157.483	5
Rio de Janeiro	Niterói	Grande	487.327	20
Rio de Janeiro	Nova Friburgo	Grande	182.016	5
Rio de Janeiro	Volta Redonda	Grande	257.996	10

(Continua)

(Continuação)

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
Rio de Janeiro	Cachoeiras de Macacu	Médio	54.370	5
Rio de Janeiro	Guapimirim	Médio	51.487	5
Rio de Janeiro	Cambuci	Pequeno	14.829	5
São Paulo	São Paulo	Grande	11.244.369	445
São Paulo	Araras	Grande	118.898	5
São Paulo	Bauru	Grande	344.039	15
São Paulo	Campinas	Grande	1.080.999	40
São Paulo	Catanduva	Grande	112.843	5
São Paulo	Cotia	Grande	201.023	10
São Paulo	Francisco Morato	Grande	154.538	5
São Paulo	Franco da Rocha	Grande	131.603	5
São Paulo	Guaratinguetá	Grande	112.091	5
São Paulo	Indaiatuba	Grande	201.848	10
São Paulo	Itu	Grande	154.200	5
São Paulo	Jambeiro	Grande	108.436	5
São Paulo	Jarinu	Grande	131.068	5
São Paulo	Jaú	Grande	131.068	5
São Paulo	Limeira	Grande	276.010	10
São Paulo	Marília	Grande	216.684	10
São Paulo	Mauá	Grande	417.281	15
São Paulo	Mogi das Cruzes	Grande	387.241	15
São Paulo	Mogi Guaçu	Grande	137.286	5
São Paulo	Osasco	Grande	666.469	25
São Paulo	Poá	Grande	106.033	5
São Paulo	Presidente Prudente	Grande	207.625	10
São Paulo	Ribeirão Preto	Grande	605.114	25
São Paulo	São José do Rio Preto	Grande	408.435	15
São Paulo	São José dos Campos	Grande	627.544	25
São Paulo	Valinhos	Grande	106.968	5
São Paulo	Bariri	Médio	31.603	5
São Paulo	Cachoeira Paulista	Médio	30.099	5
São Paulo	Cândido Mota	Médio	29.911	5
São Paulo	Casa Branca	Médio	28.312	5
São Paulo	Descalvado	Médio	31.053	5
São Paulo	Ibiúna	Médio	71.228	5
São Paulo	Jardinópolis	Médio	23.827	5
São Paulo	Juquitiba	Médio	28.732	5

(Continua)

(Continuação)

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
São Paulo	Leme	Médio	91.804	5
São Paulo	Lins	Médio	71.493	5
São Paulo	Martinópolis	Médio	24.260	5
São Paulo	Vinhedo	Médio	63.685	5
São Paulo	Analândia	Pequeno	4.289	5
São Paulo	Divinolândia	Pequeno	11.209	5
São Paulo	Estrela do Norte	Pequeno	2.661	5
São Paulo	Mirassolândia	Pequeno	4.295	5
	81			1.590

Elaboração dos autores

TABELA 5
Desenho amostral da região Sul

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
Paraná	Curitiba	Grande	1.746.896	105
Paraná	Cascavel	Grande	286.172	15
Paraná	Foz do Iguaçu	Grande	256.081	15
Paraná	Londrina	Grande	506.645	35
Paraná	Pinhais	Grande	117.166	10
Paraná	Ibaiti	Médio	28.725	5
Paraná	Lapa	Médio	44.936	5
Paraná	Medianeira	Médio	41.830	5
Paraná	Pérola D'Oeste	Pequeno	6.764	5
Paraná	Quinta do Sol	Pequeno	5.085	5
Paraná	Uniflor	Pequeno	2.465	5
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Grande	1.409.939	100
Rio Grande do Sul	Caxias do Sul	Grande	435.482	30
Rio Grande do Sul	Novo Hamburgo	Grande	239.051	15
Rio Grande do Sul	Pelotas	Grande	327.778	25
Rio Grande do Sul	Santa Maria	Grande	261.027	15
Rio Grande do Sul	Canela	Médio	39.238	5
Rio Grande do Sul	Gramado	Médio	32.300	5
Rio Grande do Sul	São Sepé	Médio	23.798	5
Rio Grande do Sul	Dois Lajeados	Pequeno	3.280	5
Rio Grande do Sul	Morrinhos do Sul	Pequeno	3.185	5
Rio Grande do Sul	Nova Bréscia	Pequeno	3.184	5
Santa Catarina	Florianópolis	Grande	421.203	20

(Continua)

(Continuação)

Estado	Município	Porte	População	Número de entrevistas
Santa Catarina	Chapecó	Grande	183.561	10
Santa Catarina	Criciúma	Grande	192.236	10
Santa Catarina	Joinville	Grande	515.250	30
Santa Catarina	São José do Cedro	Grande	210.513	15
Santa Catarina	Barra Velha	Médio	22.403	5
Santa Catarina	Camboriú	Médio	62.289	5
Santa Catarina	Navegantes	Médio	60.588	5
Santa Catarina	Sombrio	Médio	26.626	5
Santa Catarina	Tubarão	Médio	97.281	5
Santa Catarina	Abelardo Luiz	Pequeno	17.100	5
Santa Catarina	Catanduvas	Pequeno	9.558	5
Santa Catarina	Santo Amaro da Imperatriz	Pequeno	19.830	5
	35			550

Elaboração dos autores.

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIOS APLICADOS

Neste apêndice são reproduzidos os questionários aplicados aos temas pesquisados pelo SIPS.

As entrevistas podiam ser feitas a quaisquer moradores disponíveis, com 18 anos de idade ou mais, excluídos os empregados domésticos do domicílio e seus parentes, e pensionistas ou conviventes de outra família que pagassem por hospedagem ou alimentação.

As questões de 1 a 11 são comuns aos temas 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 8.

TEMA 1

Trabalho e Renda Caracterização Socioeconômica e Demográfica

1. Sexo:

1. () Masculino
2. () Feminino

2. Qual é a sua idade (em anos completos)? _____

3. Escolaridade: qual é o seu nível de escolaridade?

1. () Não escolarizado(a)
2. () Ensino fundamental incompleto
3. () Ensino fundamental completo
4. () Ensino médio incompleto
5. () Ensino médio completo
6. () Ensino superior incompleto
7. () Ensino superior completo ou pós-graduação

4. Etnia: qual é a sua cor ou raça?

1. () Branca
2. () Preta
3. () Amarela (origem japonesa, chinesa, coreana etc.)
4. () Parda
5. () Indígena

5. Situação conjugal: qual é o seu estado civil?

1. () Casado(a)
2. () Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente
3. () Divorciado(a)
4. () Viúvo(a)
5. () Solteiro(a)

6. Trabalho – na semana passada, você:

Marcar apenas uma opção. Se a resposta na questão 5 for diferente de 1 ou 2, ir para a questão 8.

1. () Tinha um trabalho remunerado
2. () Tinha um trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado por algum motivo (férias, licença, greve, doença etc.)
3. () Exerceu apenas tarefas de cultivo, pesca ou criação de animais destinadas à própria alimentação e das pessoas moradoras no domicílio
4. () Exerceu apenas tarefas de construção destinadas ao próprio uso e das pessoas moradoras do domicílio
5. () Exerceu outro tipo de atividade não remunerada
6. () Exerceu apenas tarefas domésticas no próprio domicílio
7. () Não trabalhou e não procurou trabalho remunerado (inativo)
8. () Não trabalhou, mas procurou trabalho remunerado (desempregado)

7. Trabalho – no trabalho único ou principal da semana passada, você era:

Marcar apenas uma opção.

1. () Empregado com carteira assinada
2. () Empregado sem carteira assinada
3. () Servidor público civil ou militar
4. () Trabalhador doméstico com carteira assinada
5. () Trabalhador doméstico sem carteira assinada
6. () Trabalhador por conta própria ou autônomo
7. () Empregador
99. () Não se aplica

8. Agora, vamos falar de como você se sente em relação à sua vida. Vou ler algumas opções e gostaria que você indicasse em qual delas melhor se aplica.

1. () Minha vida é muito próxima daquilo que considero ideal
2. () Minha vida é razoavelmente próxima daquilo que considero ideal
3. () Minha vida não é muito próxima do que considero ideal
4. () Minha vida não é nem um pouco próxima do que considero ideal
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

9. Percepção de mobilidade social – nos últimos três anos, você percebe que a renda da sua família:

Considerar todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as fontes de rendimento.

1. () Melhorou muito
2. () Melhorou pouco
3. () Permaneceu igual
4. () Piorou pouco
5. () Piorou muito

10. Você conhece alguém que é beneficiário do Programa Bolsa Família?

1. () Não
2. () Sim, eu mesmo
3. () Sim, alguém da minha família que vive em minha casa
4. () Sim, alguém da minha família, mas que não vive em minha casa
5. () Sim, alguém que não é da minha família

11. Renda: considerando-se todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as suas fontes de renda, qual foi a renda total obtida no último mês?

Considerar o rendimento líquido total da família e indicar o número de integrantes. Rendimento familiar per capita. Devem ser somadas todas as fontes de renda – salário, aposentadoria, pensão, programas sociais, aluguel, remuneração financeira etc.

TRABALHO REMUNERADO: ÚNICO OU PRINCIPAL NA SEMANA PASSADA**12. A qual atividade econômica pertence o seu trabalho?**

Marcar apenas uma opção.

1. () Agricultura ou pecuária
2. () Indústria
3. () Construção civil
4. () Comércio
5. () Serviços
6. () Administração pública

13. Quanto tempo você trabalha normalmente por semana neste trabalho (em horas)? _____

14. Quanto ao horário deste trabalho, ele é:

Marcar apenas uma opção.

1. () Fixo (horário fixo de entrada e saída)
2. () Flexível, decidido pelo(a) empregador(a)
3. () Flexível, decidido por mim mesmo(a)

15. Seu trabalho exige que se chegue antes do horário para alguma preparação?

Podem-se marcar até três opções.

1. () Sim, para vestir uniforme ou equipamento de proteção
2. () Sim, para conferir o caixa
3. () Sim, para conferir equipamentos
4. () Sim, para limpar o recinto de trabalho
5. () Sim, para outro tipo de preparação
6. () Não exige que se chegue antes do horário (*ir para a questão 17*)

16. Quanto tempo você gasta em média para essa preparação (em minutos)? _____**17. No horário de almoço, você aproveita para:**

Podem-se marcar até três opções.

1. () Fazer compras ou resolver problemas pessoais
2. () Descansar ou cochilar
3. () Estudar ou ler algum livro, revista ou jornal
4. () Fazer alguma atividade recreativa para passar o tempo
5. () Apenas almoçar e voltar ao trabalho
6. () Não tem tempo de almoçar
7. () Não tem previsão de horário para almoçar

Para as questões 18 a 23, responda 1 para sim e 2 para não.

Durante a sua jornada de trabalho, você tem liberdade para:

18. Ir ao banheiro. ()

19. Tomar água. ()

20. Parar para tomar café ou lanche. ()

21. Sair para resolver algum problema no horário de trabalho. ()

22. Conversar sobre assuntos gerais com algum colega de trabalho. ()

23. Parar um tempo para descansar após uma atividade. ()

24. O trabalho exige que você faça atividades que antes eram exercidas por mais de uma pessoa?

1. () Sim
2. () Não

25. Quanto às cobranças que recebe no ambiente de trabalho, do empregador ou mesmo dos clientes, você as classificaria como:

Marcar apenas uma opção.

1. () Tranquilas, há liberdade para exercer as tarefas
2. () Ponderadas, as cobranças ocorrem de forma normal
3. () Tensas, há um nível de cobranças bem elevado
4. () Insuportáveis, há um clima de cobranças o tempo todo
77. () Não respondeu

26. Com relação ao impacto dos equipamentos de informática e comunicação (computador, internet, celular) no trabalho, você acha que é:

Marcar apenas uma opção. Mostrar cartão.

1. () Bom, pois aliviou meu trabalho, já que agora posso executar as tarefas com menor esforço
2. () Indiferente, pois a intensidade de trabalho continua a mesma, apenas mudou a forma de executar as tarefas
3. () Ruim, pois intensificou meu trabalho, já que agora executo tarefas relativas ao trabalho em meu tempo livre, ou tenho que ficar de prontidão para uma chamada repentina
4. () Não utilizo equipamentos de informática ou comunicação em meu trabalho

27. Você já sofreu algum acidente ou problema de saúde que poderia atribuir ao excesso de trabalho?

1. () Sim
2. () Não

Para as questões 28 a 32, responda com uma nota de 1 a 5, considerando a nota 1 como “pouco exigido” e 5 como “muito exigido”.

Quais itens abaixo são mais exigidos de você no trabalho, pelo empregador ou mesmo pelos clientes?

28. Capacidade de exercer várias funções diferentes no local de trabalho. ()

29. Capacidade de trabalho em grupo. ()

30. Capacidade de realizar tarefas com grande velocidade. ()

31. Capacidade de se comunicar bem (escrita e oralmente). ()

32. Capacidade de atender bem aos clientes e aos fornecedores. ()

33. Para você, este seu trabalho atual é:

Marcar apenas uma opção. Mostrar cartão.

1. () Uma atividade que escolheu por interesses profissionais
2. () Uma atividade que faz principalmente por engajamento político
3. () Apenas uma atividade para ocupar o tempo livre
4. () Uma atividade que faz por ser uma tradição ou um negócio familiar
5. () Uma atividade transitória, até conseguir algo melhor
6. () Depende dele para sobreviver, pois dificilmente encontraria outro

34. Quando está fora do horário de trabalho, você:

Marcar apenas uma opção.

1. () Fica de prontidão, pois pode ser acionado(a) para alguma atividade extra
2. () Planeja ou desenvolve atividades referentes ao trabalho via internet ou celular
3. () Procura aprender coisas sobre o trabalho
4. () Desliga-se totalmente do trabalho
5. () Exerce outro trabalho remunerado

35. Além de seu trabalho, você possui outro(s) compromisso(s) regular(es)?

Podem-se marcar até três opções. Mostrar cartão.

1. () Sim, atividades de estudo
2. () Sim, outro trabalho remunerado
3. () Sim, trabalho não remunerado ou voluntário fora do lar
4. () Sim, prática ou treinamento esportivo
5. () Sim, devoção religiosa
6. () Sim, atividade política ou sindical
7. () Sim, outra atividade
8. () Não possuo nenhum outro compromisso (*ir para a questão 37*)

36. Quanto tempo normalmente você dedica por semana a esta(s) outra(s) atividade(s) (em horas)? _____

37. Como são marcadas as datas das férias?

Marcar apenas uma opção.

1. () Há uma data fixa no ano
2. () Fica a critério do empregador
3. () Tenho autonomia para marcar as datas
4. () Nunca consigo tirar férias

38. Você sente que o tempo livre vem diminuindo por causa do trabalho?

Podem-se marcar até três opções. Mostrar cartão.

1. () Sim, por causa do excesso de atividades no trabalho
2. () Sim, por ter de levar trabalho para casa
3. () Sim, por causa do maior tempo gasto com transporte para o trabalho
4. () Sim, por causa da maior exigência de qualificação para o trabalho
5. () Sim, por ter de estar de prontidão para emergências no trabalho
6. () Sim, por outro motivo
7. () Não sinto que o tempo livre vem diminuindo por causa do trabalho
(ir para a questão 40)

39. Neste caso, quais atividades vêm sendo mais comprometidas?

Podem-se marcar até três opções.

1. () Estudar
2. () Dormir melhor
3. () Alimentar-se melhor
4. () Praticar esportes
5. () Encontrar ou visitar familiares ou amigos
6. () Viajar ou passear
7. () Cuidar melhor da saúde
8. () Cuidar da família e/ou da casa
9. () Realizar atividades culturais ou de lazer

40. Você acha que o tempo dedicado ao trabalho compromete sua qualidade de vida?

Podem-se marcar até três opções. Mostrar cartão.

1. () Sim, pois compromete minhas relações amorosas ou minha atenção à família
2. () Sim, pois compromete minhas amizades
3. () Sim, pois compromete meu tempo de estudo, lazer ou atividades físicas
4. () Sim, pois gera cansaço e estresse
5. () Sim, pois gera perda de motivação para o próprio trabalho
6. () Não acho que o tempo dedicado ao trabalho comprometa minha qualidade de vida

41. Quando precisa dedicar parte de seu tempo livre a atividades de seu trabalho, você fica:

Marcar apenas uma opção.

1. () Feliz, pois está fazendo o que gosta.
2. () Conformado(a), pois precisa manter o emprego.
3. () Triste, pois não sente prazer no que faz.
4. () Revoltado(a), pois o tempo livre deveria ser para outras coisas.
5. () Indiferente, pois nunca tem o que fazer quando está de folga.

42. Caso seja aprovada uma nova lei, prevendo a diminuição da jornada de trabalho, você:

Marcar apenas uma opção. Mostrar cartão.

1. () Não sentiria diferença, pois não cumpre jornada regular de trabalho
2. () Dedicaria o tempo livre para cuidar da casa e da família
3. () Dedicaria o tempo livre para estudar
4. () Dedicaria o tempo livre para praticar esportes ou outro tipo de recreação
5. () Dedicaria o tempo livre para fazer hora extra no trabalho atual
6. () Dedicaria o tempo livre para buscar outro trabalho remunerado
7. () Dedicaria o tempo livre para realizar outra atividade regular
8. () Dedicaria o tempo livre apenas para descansar

43. Você se sente explorado com relação à sua jornada de trabalho atual?

Marcar apenas uma opção.

1. () Sim, porque ganha menos do que deveria
2. () Não, porque ganha um valor justo por seu trabalho
3. () Nunca parou pra pensar sobre isso ou não tem opinião formada

44. Você consideraria trocar de trabalho por causa do tempo que gasta com ele?

1. () Sim.
2. () Não.

45. Há quanto tempo está neste trabalho (em meses)? _____**46. Você possuía outro trabalho remunerado na semana passada?**

1. () Sim, outro trabalho remunerado
2. () Sim, dois outros trabalhos remunerados
3. () Sim, três outros trabalhos remunerados
4. () Não possuía outro trabalho remunerado

TEMA 2
Educação
Caracterização Socioeconômica e Demográfica

1. Sexo:

1. () Masculino
2. () Feminino

2. Qual é a sua idade (em anos completos)? _____

3. Escolaridade: qual é o seu nível de escolaridade?

1. () Não escolarizado(a)
2. () Ensino fundamental incompleto
3. () Ensino fundamental completo
4. () Ensino médio incompleto
5. () Ensino médio completo
6. () Ensino superior incompleto
7. () Ensino superior completo ou pós-graduação

4. Etnia: qual é a sua cor ou raça?

1. () Branca
2. () Preta
3. () Amarela (origem japonesa, chinesa, coreana etc.)
4. () Parda
5. () Indígena

5. Situação conjugal: qual é o seu estado civil?

1. () Casado(a)
2. () Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente
3. () Divorciado(a)
4. () Viúvo(a)
5. () Solteiro(a)

6. Trabalho – na semana passada, você:

Marcar apenas uma opção. Se a resposta na questão 5 for diferente de 1 ou 2, ir para a questão 8.

1. () Tinha um trabalho remunerado
2. () Tinha um trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado por algum motivo (férias, licença, greve, doença etc.)
3. () Exerceu apenas tarefas de cultivo, pesca ou criação de animais destinadas à própria alimentação e das pessoas moradoras no domicílio
4. () Exerceu apenas tarefas de construção destinadas ao próprio uso e das pessoas moradoras do domicílio
5. () Exerceu outro tipo de atividade não remunerada
6. () Exerceu apenas tarefas domésticas no próprio domicílio
7. () Não trabalhou e não procurou trabalho remunerado (inativo)
8. () Não trabalhou, mas procurou trabalho remunerado (desempregado)

7. Trabalho – no trabalho único ou principal da semana passada, você era:

Marcar apenas uma opção.

1. () Empregado com carteira assinada
2. () Empregado sem carteira assinada
3. () Servidor público civil ou militar
4. () Trabalhador doméstico com carteira assinada
5. () Trabalhador doméstico sem carteira assinada
6. () Trabalhador por conta própria ou autônomo
7. () Empregador
99. () Não se aplica

8. Agora, vamos falar de como você se sente em relação à sua vida. Vou ler algumas opções e gostaria que você indicasse em qual delas melhor se aplica.

1. () Minha vida é muito próxima daquilo que considero ideal
2. () Minha vida é razoavelmente próxima daquilo que considero ideal
3. () Minha vida não é muito próxima do que considero ideal
4. () Minha vida não é nem um pouco próxima do que considero ideal
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

9. Percepção de mobilidade social – Considerar todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as fontes de rendimento. Nos últimos três anos, você percebe que a renda da sua família:

1. () Melhorou muito
2. () Melhorou pouco
3. () Permaneceu igual
4. () Piorou pouco
5. () Piorou muito

10. Você conhece alguém que é beneficiário do Programa Bolsa Família?

1. () Não
2. () Sim, eu mesmo
3. () Sim, alguém da minha família que vive em minha casa
4. () Sim, alguém da minha família, mas que não vive em minha casa
5. () Sim, alguém que não é da minha família

11. Renda: considerando-se todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as suas fontes de renda, qual foi a renda total obtida no último mês?

Considerar o rendimento líquido total da família e indicar o número de integrantes. Rendimento familiar per capita. Devem ser somadas todas as fontes de renda – salário, aposentadoria, pensão, programas sociais, aluguel, remuneração financeira etc.

PERCEPÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL**12. Atualmente, como você avalia a educação pública no Brasil?**

Ler opções.

1. () Péssima
2. () Ruim
3. () Regular
4. () Boa
5. () Ótima

13. De maneira geral, você acredita que a educação pública no Brasil:

Ler opções.

1. () Piorou bastante
2. () Piorou um pouco
3. () Continua igual
4. () Melhorou um pouco
5. () Melhorou muito

14. Pense agora na educação pública da sua cidade. Em comparação com a educação do resto do Brasil, ela está:

Ler opções.

1. () Muito pior
2. () Pior
3. () Igual
4. () Melhor
5. () Muito melhor

15. Em sua opinião, quais problemas prejudicam mais a educação pública no Brasil?

Respostas espontâneas. Marcar três opções.

1. () Professores desmotivados
2. () Professores mal pagos
3. () Professores desqualificados ou despreparados
4. () Número insuficiente de professores
5. () Falta de atratividade da escola
6. () Falta de infraestrutura; equipamentos precários nas escolas; falta de computadores
7. () Faltam escolas ou as escolas são muito distantes
8. () Pouco interesse dos alunos
9. () Falta de respeito dos alunos com os professores ou alunos indisciplinados
10. () Pouca participação dos pais na vida escolar dos filhos
11. () Falta de segurança nas escolas; violência ou drogas nas escolas
12. () Falta de ensino técnico e profissionalizante
13. () Baixa qualidade do ensino – os alunos não aprendem
14. () Poucas horas dentro da escola
15. () Greves nas escolas
16. () Outros

16. Agora vamos falar sobre a merenda escolar. Em sua opinião, a quantidade de merenda escolar servida é:

Ler opções.

1. () Muito pouca
2. () Pouca
3. () Suficiente
4. () Acima da necessidade

17. Em sua opinião, a qualidade dos alimentos servidos na merenda é:

Ler opções.

1. () Ruim
2. () Regular
3. () Boa
4. () Muito boa

18. Em sua opinião, quais as ações mais importantes que o governo deveria fazer para melhorar a educação no Brasil?

Respostas espontâneas. Marcar três opções.

1. () Aumentar o salário dos professores
2. () Oferecer mais capacitação aos professores
3. () Contratar mais professores
4. () Reformar e melhorar os prédios das escolas
5. () Construir ou abrir mais escolas
6. () Equipar melhor as escolas (laboratórios, quadras esportivas etc.)
7. () Fornecer transporte escolar
8. () Distribuir material escolar, uniforme ou livros aos alunos
9. () Oferecer mais atividades esportivas e culturais nas escolas
10. () Oferecer auxílio financeiro (dinheiro) para os alunos estudarem
11. () Aumentar a fiscalização e a avaliação das escolas
12. () Oferecer apoio psicológico, odontológico e médico nas escolas
13. () Ser mais rigoroso na avaliação dos alunos
14. () Aumentar o tempo que os alunos ficam na escola
15. () Outros

ACESSO À EDUCAÇÃO**19. Em sua opinião, crianças até 3 anos de idade deveriam:**

Resposta única. Ler opções.

1. () Ficar em casa em período integral, sob cuidados da família (mãe, pai, avós, irmãos)
2. () Ficar em casa em período integral, sob cuidados de babá ou empregada doméstica
3. () Ir para creche em período integral
4. () Ir para creche em período parcial
5. () Ir para creche, independentemente do período (integral ou parcial)

20. Em sua opinião, as creches:

Resposta única.

1. () Deveriam ser ofertadas pelo governo e localizadas perto de casa
2. () Deveriam ser ofertadas pelo governo e localizadas perto do trabalho
3. () Deveriam ser ofertadas pelas empresas nas quais os pais trabalham
4. () Deveriam ser custeadas pelas próprias famílias

21. Pensando na sua vida pessoal, em relação ao seu nível de escolaridade, você está:

Ler opções.

1. () Muito insatisfeito
2. () Insatisfeito
3. () Nem insatisfeito, nem satisfeito
4. () Satisfeito (*ir para a questão 24*)
5. () Muito satisfeito (*ir para a questão 24*)

22. Está estudando atualmente?

1. () Não
2. () Sim (*ir para a questão 24*)

23. Qual o motivo de não estar estudando? Qual outro motivo?

Respostas espontâneas. Marcar até três opções.

1. () Não consigo a vaga que eu quero
2. () Não tenho tempo, o horário do meu trabalho não permite
3. () Não tenho tempo, preciso cuidar da família ou da casa
4. () Não há escolas perto de onde moro
5. () O ensino na escola que existe não me ajuda muito
6. () Não tenho como pagar o transporte
7. () Não posso pagar os estudos
8. () Tenho algum problema de saúde que dificulta
9. () Tenho vergonha
10. () Já passei da idade para estudar
11. () Já tentei voltar a estudar mas não consigo
12. () Meu marido ou esposa não me deixa estudar
13. () Estou me preparando para estudar (fará Enem ou vestibular, está matriculado ou fará matrícula para o próximo semestre ou ano)

24. Na sua opinião, qual a principal razão para muitas pessoas desistirem de estudar?

Resposta única. Mostrar cartão.

1. () Os brasileiros não valorizam a educação. Há muitas formas de subir na vida sem precisar estudar
2. () Há poucas escolas e poucas vagas. As escolas que existem em geral não são boas
3. () Grande parte dos brasileiros começa a trabalhar muito cedo e deixa de ir à escola

25. Várias faculdades e universidades reservam uma quantidade de vagas para negros, pardos e indígenas, população mais excluída do acesso ao ensino superior no Brasil. Em relação às cotas raciais você:

1. () Discorda totalmente
2. () Discorda em parte
3. () Não concorda nem discorda
4. () Concorda em parte
5. () Concorda totalmente

PROCESSO ESCOLAR

26. Algumas pessoas acham que é importante as escolas serem rigorosas na avaliação dos alunos e reprovarem aqueles que não tiram notas boas. Outras pessoas acham que a repetência acaba estimulando o abandono da escola. Você acha que um aluno com notas baixas deve repetir o ano?

1. () Sim
2. () Não

27. Em relação à implantação do turno integral (manhã e tarde) nas escolas, você acha que:

Resposta única. Mostrar cartão.

1. () Deve ser implantado em todas as escolas, com aulas nos dois turnos
2. () Deve ser implantado em todas as escolas, mas apenas com atividades complementares no outro turno (esportivas, culturais, reforço escolar)
3. () Não deve ser implantado, porém se deve aumentar o número de horas de aula no mesmo turno
4. () Não deve ser implantado

28. Sobre a escolha dos diretores das escolas públicas, você acha que deve ser feito por:

Ler opções.

1. () Eleição
2. () Eleição, mas com pré-requisitos
3. () Indicação dos governantes
4. () Indicação dos governantes, mas com processo seletivo

29. Sobre as aulas de ensino religioso nas escolas públicas, você acha que:

Ler opções.

1. () Devem ser obrigatórias para todos os alunos.
2. () Cada aluno ou família deve ter o direito de participar ou não dessas aulas.
3. () O ensino religioso é assunto particular de cada família e não da escola
(ir para a questão 31).

30. Sobre o conteúdo das aulas de ensino religioso, você acha que:

Resposta única. Mostrar cartão.

1. () Deve tratar apenas de temas ligados à religiosidade católica, pois esta é a maior igreja do Brasil
2. () Deve tratar apenas de temas ligados às religiosidades católica, protestante e evangélica, pois o Brasil é um país de maioria cristã
3. () Deve tratar sobre todas as religiões, sem distinção, inclusive sobre as orientais, espíritas e de matriz afro-brasileira

31. Em relação ao ensino médio, você acha que ele deve estar mais voltado para:

1. () Preparação para o mercado de trabalho
2. () Preparação para entrar na universidade
3. () Preparação para a vida e a cidadania

32. Em sua opinião, quem hoje tem mais chances de conseguir um emprego?

Ler opções.

1. () Quem não tem estudo
2. () Quem tem só o ensino fundamental
3. () Quem tem o ensino médio (antigo segundo grau)
4. () Quem tem um curso técnico profissionalizante
5. () Quem tem o ensino superior

Para as próximas questões, informe se você não confia, confia pouco, confia ou confia muito.

Mostrar cartão com a escala abaixo.

1. Não confia
2. Confia pouco
3. Confia
4. Confia muito
77. Não respondeu
88. Não sabe

33. Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). ()

34. Educação superior a distância. ()

35. Faculdades ou universidades públicas. ()

36. Faculdades ou universidades particulares. ()

37. Escolas públicas. ()

38. Escolas particulares. ()**39. Hoje no Brasil discute-se o aumento de recursos para a área de educação. De onde você acha que deveriam sair mais recursos para a educação pública?**

Mostrar cartão. Marcar até duas opções.

1. () A educação pública não precisa de mais recursos
2. () De outras áreas sociais, como saúde, assistência, previdência ou habitação
3. () De mais impostos sobre toda a população
4. () De mais impostos apenas sobre os mais ricos
5. () Dos recursos hoje destinados a pagamentos de juros da dívida pública
6. () Dos recursos destinados aos subsídios e às isenções de impostos de instituições privadas de ensino
7. () Da riqueza produzida pelo petróleo do pré-sal

TEMA 3
Percepção sobre a Pobreza
Caracterização Socioeconômica e Demográfica

1. Sexo:

1. () Masculino
2. () Feminino

2. Qual é a sua idade (em anos completos)? _____

3. Escolaridade: qual é o seu nível de escolaridade?

1. () Não escolarizado(a)
2. () Ensino fundamental incompleto
3. () Ensino fundamental completo
4. () Ensino médio incompleto
5. () Ensino médio completo
6. () Ensino superior incompleto
7. () Ensino superior completo ou pós-graduação

4. Etnia: qual é a sua cor ou raça?

1. () Branca
2. () Preta
3. () Amarela (origem japonesa, chinesa, coreana etc.)
4. () Parda
5. () Indígena

5. Situação conjugal: qual é o seu estado civil?

1. () Casado(a)
2. () Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente
3. () Divorciado(a)
4. () Viúvo(a)
5. () Solteiro(a)

6. Trabalho – na semana passada, você:

Marcar apenas uma opção. Se a resposta na questão 5 for diferente de 1 ou 2, ir para a questão 8.

1. () Tinha um trabalho remunerado
2. () Tinha um trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado por algum motivo (férias, licença, greve, doença etc.)
3. () Exerceu apenas tarefas de cultivo, pesca ou criação de animais destinadas à própria alimentação e das pessoas moradoras no domicílio
4. () Exerceu apenas tarefas de construção destinadas ao próprio uso e das pessoas moradoras do domicílio
5. () Exerceu outro tipo de atividade não remunerada
6. () Exerceu apenas tarefas domésticas no próprio domicílio
7. () Não trabalhou e não procurou trabalho remunerado (inativo)
8. () Não trabalhou, mas procurou trabalho remunerado (desempregado)

7. Trabalho – no trabalho único ou principal da semana passada, você era:

Marcar apenas uma opção.

1. () Empregado com carteira assinada
2. () Empregado sem carteira assinada
3. () Servidor público civil ou militar
4. () Trabalhador doméstico com carteira assinada
5. () Trabalhador doméstico sem carteira assinada
6. () Trabalhador por conta própria ou autônomo
7. () Empregador
99. () Não se aplica

8. Agora, vamos falar de como você se sente em relação à sua vida. Vou ler algumas opções e gostaria que você indicasse em qual delas melhor se aplica.

1. () Minha vida é muito próxima daquilo que considero ideal
2. () Minha vida é razoavelmente próxima daquilo que considero ideal
3. () Minha vida não é muito próxima do que considero ideal
4. () Minha vida não é nem um pouco próxima do que considero ideal
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

9. Percepção de mobilidade social: nos últimos três anos, você percebe que a renda da sua família (considerar todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as fontes de rendimento):

1. () Melhorou muito
2. () Melhorou pouco
3. () Permaneceu igual
4. () Piorou pouco
5. () Piorou muito

10. Você conhece alguém que é beneficiário do programa Bolsa Família?

1. () Não
2. () Sim, eu mesmo
3. () Sim, alguém da minha família que vive em minha casa
4. () Sim, alguém da minha família, mas que não vive em minha casa
5. () Sim, alguém que não é da minha família

11. Renda: considerando-se todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as suas fontes de renda, qual foi a renda total obtida no último mês?

Considerar o rendimento líquido total da família e indicar o número de integrantes. Rendimento familiar per capita. Devem ser somadas todas as fontes de renda – salário, aposentadoria, pensão, programas sociais, aluguel, remuneração financeira etc.

ASSISTÊNCIA E POBREZA**12. Em sua opinião, qual é o maior problema do Brasil atualmente?**

Resposta espontânea e única.

1. () Saúde
2. () Violência ou insegurança
3. () Desemprego
4. () Corrupção
5. () Educação
6. () Pobreza
7. () Fome
8. () Desigualdade social
9. () Drogas
10. () Outro
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

13. Em sua opinião, nos últimos cinco anos, a pobreza no Brasil aumentou, diminuiu ou ficou igual?

1. () Aumentou
2. () Diminuiu
3. () Ficou igual
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

14. Em sua opinião, de qual renda mensal uma família de quatro pessoas necessita para não ser pobre (em reais)?

R\$ _____

77. () Não respondeu.
88. () Não sabe.

15. Em sua opinião, qual é a principal causa da pobreza no Brasil?

Resposta espontânea e única.

1. () Desemprego
2. () Educação sem qualidade ou falta de ensino
3. () Corrupção
4. () Má distribuição de renda ou desigualdade social
5. () Drogas
6. () Má gestão dos governos
7. () Preguiça ou comodismo
8. () Baixos salários
9. () Falta de oportunidades
10. () Outra
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

Para as questões 16 a 23, utilizar a escala abaixo.

Existem muitas ideias e opiniões diferentes sobre a pobreza e suas causas no Brasil. Vou ler algumas frases para que você diga se concorda ou discorda de cada uma delas.

Mostrar cartão com a escala abaixo.

1. Discorda totalmente
2. Discorda em parte
3. Não concorda nem discorda
4. Concorda em parte
5. Concorda totalmente
77. Não respondeu (*manifestação espontânea*)
88. Não sabe (*manifestação espontânea*)

16. No Brasil, só é pobre quem não se esforça. ()

17. As pessoas são pobres porque não querem trabalhar. ()

18. As pessoas são pobres porque não quiseram estudar. ()

19. As pessoas são pobres porque não tiveram oportunidade de estudar. ()

20. As pessoas são pobres porque não encontram emprego. ()

21. Mesmo trabalhando muito, uma pessoa pode continuar sendo pobre, se o seu salário é pequeno. ()

22. No Brasil, quem nasce pobre morre pobre. ()

23. No Brasil, as pessoas são pobres porque têm muitos filhos. ()

24. Em sua opinião, o que é mais importante para as pessoas saírem da pobreza?

Resposta espontânea e única.

1. () Mais empregos
2. () Educação de qualidade
3. () Maior esforço individual (trabalhar mais ou estudar mais)
4. () Ter salários maiores
5. () Aumentar o valor do salário mínimo
6. () Oferecer ou melhorar a formação profissional
7. () Acabar com a corrupção
8. () Receber dinheiro do governo
9. () Melhorar as políticas públicas
10. () Planejamento familiar
11. () Outro
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

Para as questões 25 a 31, utilizar a escala abaixo.

Existem muitas ideias e opiniões diferentes sobre como resolver o problema da pobreza no Brasil. Vou ler algumas frases para que você diga se concorda ou discorda de cada uma delas

Mostrar cartão com a escala abaixo.

1. Discorda totalmente
2. Discorda em parte
3. Não concorda nem discorda
4. Concorda em parte
5. Concorda totalmente
77. Não respondeu (*manifestação espontânea*)
88. Não sabe (*manifestação espontânea*)

25. Para acabar com a pobreza é preciso que o país cresça e gere mais oportunidades de trabalho. ()

26. Para acabar com a pobreza é preciso dar dinheiro para as famílias muito pobres. ()

27. Para acabar com a pobreza é preciso que os pobres tenham menos filhos. ()

28. Para acabar com a pobreza é preciso dar educação para os filhos dos pobres. ()

29. Para acabar com a pobreza é preciso garantir que todos os adultos saibam ler e escrever. ()

30. Para acabar com a pobreza é preciso garantir que o filho do pobre e o filho do rico tenham as mesmas oportunidades. ()

31. O Brasil nunca vai acabar com a pobreza. ()

32. Considerando as seguintes ações que o governo poderia tomar buscando a redução da pobreza, aponte três que você acha mais importantes

Mostrar cartão com as opções.

1. () Apoiar pequenos agricultores (financiamento e empréstimos, compras públicas, apoio técnico)
2. () Promover cursos profissionalizantes rápidos (exemplos: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC – e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai)
3. () Aumentar o valor do salário mínimo
4. () Dar bolsas de estudo para estudantes universitários pobres
5. () Estimular empresas a contratar a população pobre
6. () Aumentar o valor do Programa Bolsa Família
7. () Apoiar pequenos negócios (financiamento e empréstimos, compras públicas, apoio técnico)
8. () Aumentar o número de vagas em cursos técnicos do ensino médio
9. () Aumentar o número de beneficiários do Programa Bolsa Família
10. () Garantir moradia adequada à população pobre
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

TEMA 4
Mídia e Comunicação
Caracterização Socioeconômica e Demográfica

1. Sexo:

1. () Masculino
2. () Feminino

2. Qual é a sua idade (em anos completos)? _____

3. Escolaridade: qual é o seu nível de escolaridade?

1. () Não escolarizado(a)
2. () Ensino fundamental incompleto
3. () Ensino fundamental completo
4. () Ensino médio incompleto
5. () Ensino médio completo
6. () Ensino superior incompleto
7. () Ensino superior completo ou pós-graduação

4. Etnia: qual é a sua cor ou raça?

1. () Branca
2. () Preta
3. () Amarela (origem japonesa, chinesa, coreana etc.)
4. () Parda
5. () Indígena

5. Situação conjugal: qual é o seu estado civil?

1. () Casado(a)
2. () Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente
3. () Divorciado(a)
4. () Viúvo(a)
5. () Solteiro(a)

6. Trabalho – na semana passada, você:

Marcar apenas uma opção. Se a resposta na questão 5 for diferente de 1 ou 2, ir para a questão 8.

1. () Tinha um trabalho remunerado
2. () Tinha um trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado por algum motivo (férias, licença, greve, doença etc.)
3. () Exerceu apenas tarefas de cultivo, pesca ou criação de animais destinadas à própria alimentação e das pessoas moradoras no domicílio
4. () Exerceu apenas tarefas de construção destinadas ao próprio uso e das pessoas moradoras do domicílio
5. () Exerceu outro tipo de atividade não remunerada
6. () Exerceu apenas tarefas domésticas no próprio domicílio
7. () Não trabalhou e não procurou trabalho remunerado (inativo)
8. () Não trabalhou, mas procurou trabalho remunerado (desempregado)

7. Trabalho – no trabalho único ou principal da semana passada, você era:

Marcar apenas uma opção.

1. () Empregado com carteira assinada
2. () Empregado sem carteira assinada
3. () Servidor público civil ou militar
4. () Trabalhador doméstico com carteira assinada
5. () Trabalhador doméstico sem carteira assinada
6. () Trabalhador por conta própria ou autônomo
7. () Empregador
99. () Não se aplica

8. Agora, vamos falar de como você se sente em relação à sua vida. Vou ler algumas opções e gostaria que você indicasse em qual delas melhor se aplica.

1. () Minha vida é muito próxima daquilo que considero ideal
2. () Minha vida é razoavelmente próxima daquilo que considero ideal
3. () Minha vida não é muito próxima do que considero ideal
4. () Minha vida não é nem um pouco próxima do que considero ideal
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

9. Percepção de mobilidade social – nos últimos três anos, você percebe que a renda da sua família

Considerar todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as fontes de rendimento:

1. () Melhorou muito
2. () Melhorou pouco
3. () Permaneceu igual
4. () Piorou pouco
5. () Piorou muito

10. Você conhece alguém que é beneficiário do Programa Bolsa Família?

1. () Não
2. () Sim, eu mesmo
3. () Sim, alguém da minha família que vive em minha casa
4. () Sim, alguém da minha família, mas que não vive em minha casa
5. () Sim, alguém que não é da minha família

11. Renda: considerando-se todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as suas fontes de renda, qual foi a renda total obtida no último mês?

Considerar o rendimento líquido total da família e indicar o número de integrantes. Rendimento familiar per capita. Devem ser somadas todas as fontes de renda – salário, aposentadoria, pensão, programas sociais, aluguel, remuneração financeira etc.

MÍDIA E COMUNICAÇÃO**12. Em sua casa, você tem acesso a que modalidades de TV?**

1. () Não tenho TV em casa
2. () TV aberta
3. () TV fechada (TV a cabo, por assinatura ou via satélite)
4. () TV aberta e TV fechada
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

13. Em sua casa, você tem acesso a que modalidades de internet?

Pode-se marcar mais de uma opção.

1. () Não tenho internet em casa
2. () Internet fixa por linha discada
3. () Internet fixa de banda larga via TV a cabo
4. () Internet fixa de banda larga via telefone
5. () Internet móvel pelo celular
6. () Internet móvel via *modem*
7. () Internet via rádio
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

14. Para ter acesso a notícias, qual meio de comunicação você mais utiliza?

1. () Jornal
2. () Revista
3. () TV
4. () Rádio
5. () Internet
6. () Outro
7. () Não acessa notícias ou não tem interesse em notícias
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

15. Na semana passada, quantos dias você leu jornais ou revistas impressos (mídia em papel)?

1. () Nenhum
2. () Um dia
2. () Dois dias
3. () Três dias
4. () Quatro dias
5. () Cinco dias
6. () Seis dias
7. () Sete dias
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

16. Aproximadamente, quanto tempo por dia você ouve o rádio?

1. () Não ouve rádio (*ir para a questão 22*)
2. () Até 30 minutos
3. () De 31 a 60 minutos
4. () De 61 minutos até 3 horas
5. () Mais de 3 horas
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

17. Qual o tipo de programação que você mais ouve no rádio?

1. () Não ouve rádio
2. () Notícias
3. () Músicas
4. () Programas religiosos
5. () Esportes
6. () Variedades e programas diversos
7. () Outros
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

18. Habitualmente, quantos dias na semana você ouve *A voz do Brasil*?

- 1. () Nenhum
- 2. () Um dia
- 3. () Dois dias
- 4. () Três dias
- 5. () Quatro dias
- 6. () Cinco dias
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

19. Você é a favor ou contra a transmissão de *A voz do Brasil* diariamente em cadeia de rádio?

- 1. () A favor
- 2. () Contra
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

20. Como você avalia a programação das rádios no Brasil?

Mostrar cartão com escala de 1 a 7, em que 1 corresponde à avaliação "péssima" e 7, à avaliação "ótima".

1	2	3	4	5	6	7
Péssima			Ótima			

77	88
Não respondeu	Não sabe

21. Como você avalia a programação das rádios públicas ou educativas no Brasil (exemplos: rádios universitárias, rádios Cultura, Rádio Senado, Rádio Assembleia, Rádio Verde Oliva, entre outras). Não inclui rádio comunitária.

Mostrar cartão com escala de 1 a 7, em que 1 corresponde à avaliação "péssima" e 7, à avaliação "ótima".

1	2	3	4	5	6	7
Péssima			Ótima			

77	88
Não respondeu	Não sabe

22. Aproximadamente, quanto tempo por dia você assiste à TV (aberta ou fechada)?

- 1. () Não assiste à TV (*passar para a questão 33*)
- 2. () Até 30 minutos
- 3. () De 31 a 60 minutos
- 4. () De 61 minutos até 3 horas
- 5. () Mais de 3 horas
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

23. A qual o tipo de programação você mais assiste na TV aberta no Brasil?*Mostrar cartão com as opções.*

1. () Não assiste à TV
2. () Notícias
3. () Novelas
4. () Programas de auditórios ou variedades
5. () Programas religiosos
6. () Esportes
7. () Filmes
8. () Programas infantis
9. () Músicas e videoclipes
10. () Outros
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

24. Como você avalia a programação da TV aberta no Brasil?*Mostrar cartão com escala de 1 a 7, em que 1 corresponde à avaliação "péssima" e 7, à avaliação "ótima".*

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

Péssima

Ótima

0	77	88
---	----	----

Não assiste à TV Não respondeu Não sabe

25. Em sua opinião, a confiabilidade do noticiário na TV aberta é?*Mostrar cartão com escala de 1 a 7, em que 1 corresponde à avaliação "péssima" e 7, à avaliação "ótima".*

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

Péssima

Ótima

77	88
----	----

Não respondeu Não sabe

26. Quanto ao caráter educativo da programação infantil na TV aberta você considera que ela é:*Mostrar cartão com escala de 1 a 7, em que 1 corresponde à avaliação "péssima" e 7, à avaliação "ótima".*

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

Péssima

Ótima

77	88
----	----

Não respondeu Não sabe

27. Você procura evitar que filhos ou dependentes assistam a conteúdos inadequados para suas faixas etárias ou deixa que eles assistam à TV livremente?

- 1. () Não tem filhos ou dependentes
- 2. () Os filhos ou dependentes são recém-nascidos ou muito pequenos e não assistem à TV
- 3. () Os filhos ou dependentes já são maiores de idade
- 4. () Não, deixa que assistam livremente
- 5. () Sim, procura evitar que assistam
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

28. Em sua opinião, a variedade da programação na TV aberta brasileira é:

Não considerar programação infantil. Mostrar cartão com escala de 1 a 7, em que 1 corresponde à avaliação "péssima" e 7, à avaliação "ótima".

1	2	3	4	5	6	7
Péssima			Ótima			

77	88
Não respondeu	Não sabe

29. Em sua opinião, em relação às cenas de nudez ou sexo, o conteúdo veiculado na TV aberta é:

Mostrar cartão com escala de 1 a 7, em que 1 corresponde à avaliação "totalmente inadequada" e 7, à avaliação "totalmente adequada".

1	2	3	4	5	6	7
Totalmente inadequada			Totalmente adequada			

77	88
Não respondeu	Não sabe

30. Em relação a cenas de violência, em sua opinião o conteúdo veiculado na TV aberta é:

Mostrar cartão com escala de 1 a 7, em que 1 corresponde à avaliação "totalmente inadequada" e 7, à avaliação "totalmente adequada".

1	2	3	4	5	6	7
Totalmente inadequada			Totalmente adequada			

77	88
Não respondeu	Não sabe

31. Qual é a sua avaliação da programação das TVs públicas ou educativas brasileiras (exemplos: TVE, TV Cultura, TV Brasil, TV Senado, TV Câmara)?

Mostrar cartão com escala de 1 a 7, em que 1 corresponde à avaliação "péssima" e 7, à avaliação "ótima".

1	2	3	4	5	6	7
Péssima			Ótima			

77	88
Não respondeu	Não sabe

32. Em sua opinião, as propagandas da TV aberta têm conteúdo que pode ser visto por pessoas de todas as idades?

Mostrar cartão com escala de 1 a 7, em que 1 corresponde à avaliação "totalmente inadequada" e 7, à avaliação "totalmente adequada".

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

Totalmente
inadequada

Totalmente
adequada

77	88
----	----

Não respondeu Não sabe

33. Qual é a influência da propaganda transmitida no rádio e na TV nas suas decisões de compras?

1. () Muito grande
2. () Grande
3. () Nem grande nem pequena
4. () Pequena
5. () Muito pequena
6. () Não assiste à TV ou não ouve rádio
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

34. Em relação ao horário gratuito partidário ou eleitoral:

1. () Assisto a eles e levo-os em consideração nas minhas decisões político-eleitorais
2. () Assisto a eles, mas não os considero nas minhas decisões político-eleitorais
3. () Não assisto, porque não me interesso por política
4. () Não assisto, porque não acredito nos políticos
5. () Não assisto, porque a programação é mal elaborada
6. () Não assisto TV e não ouço rádio
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

35. Quem você considera que mais influencia na formação de suas opiniões?

Mostrar cartão.

1. () Rádio
2. () TV
3. () Jornais
4. () Revistas
5. () Internet (portais, sites etc.)
6. () Redes sociais (Twitter, Facebook, Orkut etc.)
7. () Amigos ou colegas do trabalho
8. () Familiares
9. () Autoridades públicas
10. () Artistas e desportistas
11. () Outros
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

36. Para você, qual dos veículos de comunicação abaixo transmite informações de modo mais confiável?

1. () Jornal
2. () Revista
3. () TV
4. () Rádio
5. () Internet
6. () Outros
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

37. Em sua opinião, a principal função da TV é:

1. () Divertir
2. () Educar
3. () Informar
4. () Educar religiosamente ou evangelizar
5. () Outra
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

38. Algumas pessoas são a favor do controle sobre a programação de TV e rádio para evitar que sejam exibidos conteúdos inapropriados. Outras acham que isso é um tipo de censura. Em sua opinião, a TV e o rádio:

1. () Devem ser totalmente livres, sem regras
2. () Devem ter regras feitas pelos próprios meios de comunicação
3. () Devem ter regras feitas por um grupo formado por governo, sociedade e meios de comunicação
4. () Devem ter regras feitas só pelo governo
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

39. O governo determina que as emissoras de TV apresentem, antes da exibição dos programas, a classificação indicativa para as diversas faixas etárias de crianças e adolescentes. O senhor considera que esta informação é mostrada de forma adequada, com destaque, visibilidade e tempo suficiente?

1. () Sim
2. () Não
3. () Mais ou menos
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

40. Qual a influência da classificação indicativa referida no item anterior em sua decisão sobre o que as crianças devem ou não assistir?

1. () Não leva em consideração, por não concordar
 2. () Não leva em consideração, apesar de concordar
 3. () Às vezes leva em consideração
 4. () Sempre leva em consideração
 77. () Não respondeu
 88. () Não sabe

41. A forma como novelas, séries, filmes e propagandas que passam na TV aberta retratam os personagens negros é racista? Dê sua opinião na escala abaixo.

Mostrar cartão com escala de 1 a 7, em que 1 corresponde à avaliação "nada racista" e 7, "totalmente racista"

1	2	3	4	5	6	7	77	88
Nada racista						Totalmente racista	Não respondeu	Não sabe

42. A forma como novelas, séries, filmes e propagandas que passam na TV aberta retratam a relação entre homens e mulheres é machista? Dê sua opinião na escala abaixo.

Mostrar cartão com escala de 1 a 7, em que 1 corresponde à avaliação "nada machista" e 7, "totalmente machista".

1	2	3	4	5	6	7	77	88
Nada machista						Totalmente machista	Não respondeu	Não sabe

TEMA 5
Democracia, Valores e Estrutura Social
Caracterização Socioeconômica e Demográfica

1. Sexo:

1. () Masculino
2. () Feminino

2. Qual é a sua idade (em anos completos)? _____

3. Etnia: qual é a sua cor ou raça?

1. () Branca
2. () Preta
3. () Amarela (origem japonesa, chinesa, coreana etc.)
4. () Parda
5. () Indígena
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

4. Situação conjugal: qual é o seu estado civil?

1. () Casado(a)
2. () Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente
3. () Divorciado(a)
4. () Viúvo(a)
5. () Solteiro(a)
6. () Amigado(a) (casado na prática, mas não no papel)
7. () União estável
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

Para as questões 5 a 7, sobre escolaridade, utilizar o quadro a seguir.

1	Analfabeto ou sem instrução
2	Primeiro ano do primário
3	Segundo ano do primário
4	Terceiro ano do primário
5	Quarto ano do primário incompleto
6	Quarto ano do primário (primário completo)
7	Quinta série (primeiro ano do ginásio)
8	Sexta série (segundo ano do ginásio)
9	Sétima série (terceiro ano do ginásio)
10	Oitava série incompleta
11	Oitava série (quarto ano do ginásio – primeiro grau completo)
12	Primeiro ano do segundo grau
13	Segundo ano do segundo grau
14	Terceiro ano do segundo grau incompleto
15	Terceiro ano do segundo grau (segundo grau completo)
16	Iniciou a faculdade ou universidade mas não se formou
17	Graduação (faculdade)
18	Especialização (pós-graduação <i>lato sensu</i>)
19	Mestrado
20	Doutorado
21	Não conheceu (<i>questões 5 e 6</i>)
77	Não respondeu (<i>questões 5 e 6</i>)
88	Não sabe (<i>questões 5 e 6</i>)

5. Qual foi a última série escolar que você concluiu com aprovação? ()

6. Até que série o seu pai estudou? ()

7. Até que série a sua mãe estudou? ()

Para as questões 8, 9 e 10, usar o quadro de profissões a seguir.

1	Profissional liberal, intelectual e cientista (advogados, professores universitários, médicos, arquitetos, engenheiros etc.)
2	Diretor (gerente, chefe de departamento, supervisor)
3	Técnico ou profissional de nível médio (técnicos em computação, professor do primário ou secundário, artistas, desportistas etc.)
4	Trabalhador especializado (operadores de máquinas, mecânico, carpinteiros, eletricitistas etc.)
5	Funcionários do governo (membros de órgãos do Legislativo, do Executivo e do Judiciário e diretores da administração pública)
6	Pessoal de apoio (secretárias, operadoras de máquinas de escritório, caixas, recepcionistas, serviço de atendimento a clientes etc.)
7	Comerciante (vendedores ambulantes, proprietários de estabelecimentos comerciais ou bancas no mercado etc.)
8	Vendedor em armazéns ou mercados
9.	Empregados no setor de serviços (trabalhadores em hotéis, restaurantes, taxistas etc.)
10.	Agricultor ou produtor agropecuário e pescueiro (proprietário de terra)
11.	Empregado agrícola (trabalhador na terra dos outros)
12.	Artesão
13.	Serviço doméstico
14.	Operário
15.	Membro das Forças Armadas ou pessoa de serviço de proteção e segurança (polícia, bombeiros, vigilantes etc.)
16.	Do lar
17.	Aposentado
18.	Desempregado
77.	Não respondeu
88	Não sabe

8. Qual é ou era a ocupação ou profissão de seu pai? Em que consiste seu trabalho.

Não ler as alternativas. Marcar a profissão que o pai exerceu por mais tempo. ()

9. Qual é ou era a ocupação ou profissão da sua mãe? Em que consiste seu trabalho.

Não ler as alternativas. Marcar a profissão que a mãe exerceu por mais tempo. ()

10. Qual é ou era a sua ocupação ou profissão atual? Em que consiste seu trabalho.

Não ler as alternativas. Se a resposta for entre 16 e 18, passar para a questão 12. ()

11. Trabalho – o seu trabalho é ou era feito:

Marcar apenas uma opção.

1. () Com carteira assinada
2. () Sem carteira assinada
3. () No serviço público civil ou militar
4. () Por conta própria ou como autônomo
5. () Como empregador
77. () Não respondeu
88. () Não sabe
99. () Não se aplica

12. Renda: considerando-se todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as suas fontes de renda, qual foi a renda total obtida no último mês?

Considerar o rendimento líquido total da família e indicar o número de integrantes. Rendimento familiar per capita. Devem ser somadas todas as fontes de renda (salário, aposentadoria, pensão, programas sociais, aluguel, remuneração financeira etc.).

13. Qual é a sua religião?

Nunca pergunte diretamente a religião. Resposta estimulada e única. Mostrar cartão.

1. () Mórmon, adventista, testemunha de Jeová
2. () Evangélica pentecostal
3. () Evangélica não pentecostal
4. () Candomblé
5. () Umbanda
6. () Quimbanda
7. () Espírita kardecista, espiritualista
8. () Seicho-No-Iê, messiânica, Perfeita Liberdade (Perfect Liberty)
9. () Católica
10. () Judaica
11. () Budista
12. () Islâmica
13. () Santo Daime/União do Vegetal
14. () Outra religião
15. () Não tem religião, mas acredita em Deus
16. () É ateu, não acredita em Deus
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

14. Em uma escala de 1 a 5, em que 1 significa “nada religioso” e 5 significa “muito religioso”, gostaria que me dissesse em que número da escala você se posiciona.

Mostrar ao entrevistado um cartão com a escala abaixo.

1	2	3	4	5
Nada religioso				Muito religioso

15. Nos últimos anos, você percebe que a renda da sua família:

Considerar todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as fontes de rendimento.

1. () Melhorou muito
2. () Melhorou um pouco
3. () Permaneceu igual
4. () Piorou um pouco
5. () Piorou muito

16. No Brasil, há grupos e classes que estão no topo da escala social e grupos que estão na base. Abaixo há uma escala que vai da base ao topo, em que o ponto 1 corresponde à classe social mais baixa e o ponto 10, no topo, corresponde à classe social mais alta. Onde o senhor acha que está na escala?

Mostrar ao entrevistado um cartão com a escala.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Classe social mais baixa								Classe social mais alta	

17. Vamos falar de lazer, agora. Na lista a seguir, diga quais as duas atividades que tem ou teria maior prazer em fazer durante o final de semana, em ordem de preferência:

Mostrar cartão.

1. () Ir ao cinema
2. () Assistir a filmes em casa
3. () Ir a um *show* musical
4. () Ir a um concerto
5. () Ir ao teatro
6. () Ir ao museu
7. () Ir à galeria de arte
8. () Ir a um jogo de futebol ou outros espetáculos esportivos
9. () Ler livros
10. () Ir ao *shopping*
11. () Ficar em casa
12. () Outro
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

18. Entre os estilos de música listados abaixo, diga quais as duas preferidas.

1. () Sertanejo
2. () Forró
3. () *Reggae*
4. () *Funk*
5. () Música clássica
6. () *Dance music*
7. () Pagode
8. () *Rap*
9. () *Jazz*
10. () MPB
11. () *Rock*
12. () *Gospel*
13. () Axé
14. () *Country*
15. () Bossa nova
16. () *New age*
17. () Brega
18. () Outra
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

VALORES

Objetivo: identificar a estrutura de valores da sociedade brasileira em sentido amplo, a partir de questões orientadas para diferentes esferas de ação dos indivíduos.

Ética, em geral: eu vou falar várias coisas e gostaria que você dissesse para cada uma delas o quanto acha que é certo ou errado, em uma escala de 1 a 5, em que 1 significa “totalmente errado” e 5 significa “totalmente certo”.

Resposta estimulada e única. Mostrar ao entrevistado um cartão com a escala de 1 a 5.

1	2	3	4	5
Totalmente errado				Totalmente certo

19. Pegar comida escondido em um supermercado para matar a fome. ()

20. Usar um cargo no governo para enriquecer. ()

21. A polícia bater em suspeitos de um crime para forçá-los a confessar. ()

22. Andar armado. ()

23. Estacionar o carro por alguns minutos em vagas reservadas para idosos e deficientes. ()

24. Mobilidade social – vou falar algumas coisas que ajudam as pessoas a melhorar de vida. Gostaria que você dissesse, em sua opinião, quais as duas mais importantes:

Resposta estimulada.

1. () Pertencer a uma família que já tenha algum dinheiro
2. () Ter pais que estudaram
3. () Ter estudado
4. () Ter perseverança, não desistir nunca
5. () Trabalhar duro
6. () Conhecer pessoas bem colocadas na vida
7. () Ter contatos políticos
8. () Outro fator
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

25. Raça – estudos mostram que, no Brasil, a população negra vive em condições piores que a população branca. Em sua opinião, qual das alternativas abaixo é a mais importante para explicar por que isso acontece:

1. () Há muito preconceito e discriminação contra os negros
2. () Os negros não aproveitam as oportunidades que têm para melhorar de vida
3. () Faltam políticas do governo que ajudem os negros a melhorar de vida
4. () O problema é que a maioria dos negros é pobre, a cor da pele não tem tanta importância
5. () Outra explicação
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

26. Democracia, igualdade e ativismo cívico: os cidadãos têm o direito de protestar contra o governo?

1. () Sempre
2. () Apenas se isso não causar tumulto, como no caso de greves, bloqueio de estradas e ocupações de prédios públicos
3. () Nunca
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

27. Vou mencionar algumas formas pelas quais os cidadãos podem influenciar o governo. Gostaria que você dissesse, na sua opinião, quais as duas mais importantes. Aceitar até duas respostas espontâneas em ordem de importância.

1. () Votando
2. () Apresentando pessoalmente demandas ou propostas a políticos ou funcionários que dirigem ou trabalham em órgãos do governo
3. () Indo pessoalmente às reuniões de fóruns participativos (orçamentos participativos, conselhos, audiências públicas), ou procurando pessoas que participam deles para que apresentem demandas e propostas ao governo
4. () Procurando ou participando de associações ou sindicatos para apresentar demandas ou propostas ao governo
5. () Fazendo reclamações ou denúncias em setores ou órgãos específicos (como ouvidorias, corregedorias etc.)
6. () Participando de protestos, abaixo-assinados, manifestações relacionadas a uma causa

28. Numa escala de 0 a 10, em que 0 significa "nada" e 10 significa "muito", quanto você acha que um cidadão como você pode influenciar as decisões do governo?

Mostrar ao entrevistado um cartão com a escala.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Nada										Muito

Quanto o senhor concorda ou discorda das seguintes frases (*questões 29 e 30*)?

Mostrar cartão com a escala abaixo.

1. Concorda bastante
2. Concorda
3. Não concorda nem discorda
4. Discorda
5. Discorda bastante

29. Confiança interpessoal: "Se você não tomar cuidado, outras pessoas tirarão vantagem de você". ()

30. Voto e classe: "Nas eleições, as pessoas mais pobres escolhem candidatos piores que as pessoas mais ricas". ()

31. Desigualdade: apesar de algumas melhorias recentes, o Brasil ainda é um país com muita desigualdade social. Para você, o que seria mais importante para modificar esta situação?

1. () Os mais pobres devem se esforçar mais ou aproveitar melhor as oportunidades que têm
2. () O governo deve atuar com mais firmeza, aumentando impostos para os mais ricos e ajudando os mais pobres
3. () A desigualdade é natural, pois algumas pessoas têm mais capacidade que outras

Diversidade – Vou citar algumas situações e gostaria de saber se você acha que elas são negativas ou positivas para a sociedade, numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “muito negativo” e 5 significa “muito positivo”.

Mostrar ao entrevistado um cartão com a escala.

1	2	3	4	5
Muito negativo				Muito positivo

32. A existência de costumes, valores, tradições culturais, religiões e opiniões políticas diferentes. ()

33. Grupos como homossexuais, índios, negros, mulheres e membros de religiões como candomblé e umbanda lutando por seus direitos. ()

Gênero – Vou ler algumas frases e gostaria que você indicasse seu grau de concordância ou discordância em relação a elas, com base em uma escala que vai de 0 a 10, na qual 0 indica que você “discorda completamente” da afirmação e 10 indica que “concorda totalmente”.

Mostrar ao entrevistado um cartão com a escala de 0 a 10.

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Discordo completamente										Concordo completamente

34. Nas decisões importantes de um casal, o homem deve ter a última palavra. ()

35. Ainda que as mulheres sejam competentes no trabalho, não são tão boas quanto os homens para mandar. ()

36. Em algumas situações, a mulher deve tolerar a violência de seu companheiro, em nome da união da família. ()

37. A mulher deve ter o direito de decidir se interrompe ou não uma gravidez. ()

38. Em alguns casos de estupro a mulher também tem culpa, porque veste roupa provocante. ()

Meio ambiente – Gostaria que você indicasse, para cada uma das frases abaixo, qual o seu nível de concordância ou discordância.

Mostrar cartão com a escala abaixo.

1. Concorda bastante.
2. Concorda.
3. Não concorda nem discorda.
4. Discorda.
5. Discorda bastante.

39. A mídia e os políticos dão valor demais ao tema do meio ambiente. ()

40. Não é importante separar o lixo que pode ser reciclado do que não pode, porque, em geral, os dois vão para o mesmo destino. ()

41. Se custa a mesma coisa ir para o trabalho de carro ou de transporte público (ônibus, metrô etc.), então é melhor ir de carro. ()

Raça – Numa escala de 1 a 5, em que 1 significa “nada incomodado” e 5 significa “muito incomodado”, gostaria de saber como você se sentiria diante das situações a seguir.

Mostrar ao entrevistado um cartão com a escala de 1 a 5.

1	2	3	4	5
Nada incomodado				Muito incomodado

42. Se tivesse um chefe negro. ()

43. Se a sua filha(o) se casasse com um(a) negro(a). ()

TEMA 6
Mobilidade Urbana
Caracterização Socioeconômica e Demográfica

1. Sexo

1. () Masculino
2. () Feminino

2. Qual é a sua idade (em anos completos)? _____

3. Escolaridade: qual é o seu nível de escolaridade?

1. () Não escolarizado(a)
2. () Ensino fundamental incompleto
3. () Ensino fundamental completo
4. () Ensino médio incompleto
5. () Ensino médio completo
6. () Ensino superior incompleto
7. () Ensino superior completo ou pós-graduação

4. Etnia: qual é a sua cor ou raça?

1. () Branca
2. () Preta
3. () Amarela (origem japonesa, chinesa, coreana etc.)
4. () Parda
5. () Indígena

5. Situação conjugal: qual é o seu estado civil?

1. () Casado(a)
2. () Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente
3. () Divorciado(a)
4. () Viúvo(a)
5. () Solteiro(a)

6. Trabalho – na semana passada, você:

Marcar apenas uma opção. Se a resposta na questão 5 for diferente de 1 ou 2, ir para a questão 8.

1. () Tinha um trabalho remunerado
2. () Tinha um trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado por algum motivo (férias, licença, greve, doença etc.)
3. () Exerceu apenas tarefas de cultivo, pesca ou criação de animais destinadas à própria alimentação e das pessoas moradoras no domicílio
4. () Exerceu apenas tarefas de construção destinadas ao próprio uso e das pessoas moradoras do domicílio
5. () Exerceu outro tipo de atividade não remunerada
6. () Exerceu apenas tarefas domésticas no próprio domicílio
7. () Não trabalhou e não procurou trabalho remunerado (inativo)
8. () Não trabalhou, mas procurou trabalho remunerado (desempregado)

7. Trabalho – no trabalho único ou principal da semana passada, você era:

Marcar apenas uma opção.

1. () Empregado com carteira assinada
2. () Empregado sem carteira assinada
3. () Servidor público civil ou militar
4. () Trabalhador doméstico com carteira assinada
5. () Trabalhador doméstico sem carteira assinada
6. () Trabalhador por conta própria ou autônomo
7. () Empregador
99. () Não se aplica

8. Agora, vamos falar de como você se sente em relação à sua vida. Vou ler algumas opções e gostaria que você indicasse em qual delas melhor se aplica.

1. () Minha vida é muito próxima daquilo que considero ideal
2. () Minha vida é razoavelmente próxima daquilo que considero ideal
3. () Minha vida não é muito próxima do que considero ideal
4. () Minha vida não é nem um pouco próxima do que considero ideal
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

9. Percepção de mobilidade social – Considerar todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as fontes de rendimento. Nos últimos três anos, você percebe que a renda da sua família:

1. () Melhorou muito
2. () Melhorou pouco
3. () Permaneceu igual
4. () Piorou pouco
5. () Piorou muito

10. Você conhece alguém que é beneficiário do Programa Bolsa Família?

1. () Não
2. () Sim, eu mesmo
3. () Sim, alguém da minha família que vive em minha casa
4. () Sim, alguém da minha família, mas que não vive em minha casa
5. () Sim, alguém que não é da minha família

11. Renda: considerando-se todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as suas fontes de renda, qual foi a renda total obtida no último mês?

Considerar o rendimento líquido total da família e indicar o número de integrantes. Rendimento familiar per capita. Devem ser somadas todas as fontes de renda – salário, aposentadoria, pensão, programas sociais, aluguel, remuneração financeira etc.

MOBILIDADE URBANA**12. Como você avalia o transporte público em sua cidade: muito bom, bom, ruim ou muito ruim?**

Resposta única. Só aceitar o valor intermediário se informado espontaneamente pelo entrevistado.

1. () Muito bom
2. () Bom
3. () Regular
4. () Ruim
5. () Muito ruim
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

13. Como você avalia a quantidade de informações divulgadas nos meios de comunicação – televisão, rádio, jornais, revistas – sobre o transporte público em sua cidade: muito boa, boa, ruim ou muito ruim?

Resposta única. Só aceitar o valor intermediário se informado espontaneamente pelo entrevistado.

1. () Muito boa
2. () Boa
3. () Regular
4. () Ruim
5. () Muito ruim
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

14. Avalie a seguinte afirmação: “Nos serviços públicos de transporte urbano, a população consegue ser atendida sempre que precisar”. Você discorda totalmente, discorda, concorda ou concorda totalmente?

Resposta única. Só aceitar o valor intermediário se informado espontaneamente pelo entrevistado.

- 1. () Discordo totalmente
- 2. () Discordo
- 3. () Não concordo nem discordo
- 4. () Concordo
- 5. () Concordo totalmente
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

15. Avalie a seguinte afirmação: “O transporte público de sua cidade permite que as pessoas se desloquem com facilidade por toda a cidade”. Você discorda totalmente, discorda, concorda ou concorda totalmente?

Resposta única. Só aceitar o valor intermediário se informado espontaneamente pelo entrevistado.

- 1. () Discordo totalmente
- 2. () Discordo
- 3. () Não concordo nem discordo
- 4. () Concordo
- 5. () Concordo totalmente
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

16. Muitas pessoas deixam de procurar um serviço por não se sentirem à vontade ou em condições adequadas para utilizá-lo. Em relação aos serviços de transporte público urbano, você diria que isso acontece sempre, quase sempre, quase nunca ou nunca?

Resposta única. Só aceitar o valor intermediário se informado espontaneamente pelo entrevistado.

- 1. () Sempre
- 2. () Quase sempre
- 3. () Às vezes
- 4. () Quase nunca
- 5. () Nunca
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

17. Avalie a seguinte afirmação: “O tratamento dado pelo transporte público urbano ao público é igual para todos independente de renda, cor da pele, idade, deficiência ou gênero”. Você discorda totalmente, discorda, concorda ou concorda totalmente?

Resposta única. Só aceitar o valor intermediário se informado espontaneamente pelo entrevistado.

- 1. () Discordo totalmente
- 2. () Discordo
- 3. () Não concordo nem discordo
- 4. () Concordo
- 5. () Concordo totalmente
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

18. Em sua opinião, encaminhar uma reclamação ou denúncia com relação aos serviços prestados pelo transporte público urbano seria: muito fácil, fácil, difícil, muito difícil?

Resposta única. Só aceitar o valor intermediário se informado espontaneamente pelo entrevistado.

- 1. () Muito fácil
- 2. () Fácil
- 3. () De dificuldade razoável
- 4. () Difícil
- 5. () Muito difícil
- 6. () Desconheço uma forma ou meio de se fazer reclamações ou denúncias
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

19. Agora, gostaria que você pensasse sobre o ponto, parada, terminal ou estação de transporte público urbano (ônibus, trem, metrô etc.) mais próximo da sua casa. Em relação à sua casa, este local está muito perto, perto, longe, muito longe?

Resposta única. Só aceitar o valor intermediário se informado espontaneamente pelo entrevistado.

- 1. () Muito perto
- 2. () Perto
- 3. () A uma distância ou tempo razoável
- 4. () Longe
- 5. () Muito longe
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

20. Qual o meio de transporte que você mais usou para se locomover em sua cidade nos últimos doze meses?

Resposta espontânea e múltipla, mas não informar como múltipla.

1. () Ônibus
2. () Metrô
3. () Trem
4. () Van
5. () Barco ou balsa
6. () Táxi
7. () Mototáxi
8. () A pé
9. () Bicicleta
10. () Carro
11. () Moto
12. () Animal (cavalo, charrete ou carroça)
13. () Carona (de carro)
14. () Carona (de moto)
15. () Outros
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

21. Nos últimos doze meses, quais foram os principais motivos que levaram você a escolher o meio de transporte que mais usa? Escolha dois meios de transporte em ordem de importância.

Aceitar duas respostas espontâneas em ordem de importância.

1. () É o único de que tenho conhecimento
2. () É mais rápido
3. () Sai no horário adequado à minha necessidade
4. () Chega no horário desejado a meu destino
5. () É saudável
6. () Polui pouco
7. () É mais barato
8. () É mais confortável
9. () Tem menor risco de assalto
10. () Tem menor risco de acidente
11. () É fácil de usar
12. () Cobre uma grande área
13. () Por comodidade
14. () Outro motivo
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

22. Antes de usar mais esse meio de transporte que informou, você usava outro? Qual?

Resposta espontânea e múltipla, mas não informar como múltipla.

1. () Ônibus
2. () Metrô
3. () Trem
4. () Van
5. () Barco ou balsa
6. () Táxi
7. () Mototáxi
8. () A pé
9. () Bicicleta
10. () Carro
11. () Moto
12. () Animal (cavalo, charrete ou carroça)
13. () Carona (de carro)
14. () Carona (de moto)
15. () Outros
16. () Nenhum. Sempre usei esse mesmo meio de transporte
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

23. Nos últimos doze meses, qual outro meio de transporte você usou em segundo lugar no seu deslocamento diário?

Resposta espontânea e múltipla, mas não informar como múltipla.

1. () Ônibus
2. () Metrô
3. () Trem
4. () Van
5. () Barco ou balsa
6. () Táxi
7. () Mototáxi
8. () A pé
9. () Bicicleta
10. () Carro
11. () Moto
12. () Animal (cavalo, charrete ou carroça)
13. () Carona (de carro)
14. () Carona (de moto)
15. () Outros
16. () Nenhum. Usei somente o mesmo meio de transporte já informado
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

24. Nos últimos doze meses, você avalia que o meio de transporte que mais usa:

Resposta única. Só aceitar o valor intermediário se informado espontaneamente pelo entrevistado.

1. () Melhorou muito
2. () Melhorou
3. () Permaneceu igual
4. () Piorou
5. () Piorou muito
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

Aplicar apenas a quem respondeu com as opções 1, 2, 3, 4 ou 5 na questão 20 ou na questão 23.

25. Nos últimos doze meses, no seu trajeto diário mais frequente, você realizou integração ou precisou trocar de veículo para chegar onde precisava? Caso positivo, qual era a troca necessária: mudava de ônibus, pegava ônibus e metrô, ônibus e trem ou trem e metrô?

Resposta única.

1. () Não existe em minha cidade
2. () Não usei, apesar de existir em minha cidade
3. () Ônibus-ônibus
4. () Ônibus-metrô
5. () Ônibus-trem
6. () Trem-metrô
7. () Outro tipo
77. () Não respondeu
88. () Não sabe
99. () Não se aplica

Aplicar apenas a quem respondeu com as opções 1, 2, 3, 4 ou 5 na questão 20 ou na questão 23.

26. Nos últimos doze meses, o serviço de transporte público que você utilizou foi pontual sempre, na maioria das vezes, raramente ou nunca?

Resposta única. Só aceitar o valor intermediário se informado espontaneamente pelo entrevistado.

1. () Sim, sempre
2. () Quase sempre
3. () Às vezes
4. () Não, nunca
77. () Não respondeu
88. () Não sabe
99. () Não se aplica

27. Nos últimos doze meses, você já deixou de ir a algum lugar ou teve que usar outro meio de transporte por algum desses motivos?

Mostrar cartão. Resposta única.

1. () Não
2. () Sim, por falta de dinheiro
3. () Sim, por ausência de transporte público
4. () Sim, por falta de linha no horário necessário
5. () Sim, por mais de um deles
77. () Não respondeu
88. () Não sabe
99. () Não se aplica

Não aplicar a quem respondeu as opções 8 ou 9 na questão 20 e ao mesmo tempo marcou as opções 8, 9, 15, 16, 77 ou 88 na questão 23.

28. Nos último doze meses você enfrentou engarrafamentos?

Resposta única.

1. () Pelo menos uma vez por dia
2. () Pelo menos uma vez por semana
3. () Pelo menos uma vez a cada quinze dias
4. () Pelo menos uma vez por mês
5. () Nunca
77. () Não respondeu
88. () Não sabe
99. () Não se aplica

Não aplicar a quem respondeu com as opções 1, 2 ou 3 na questão 20.

29. O que seria necessário para que você passasse a usar ou usasse mais o transporte público? Cite duas condições em ordem de importância.

Aceitar duas respostas espontâneas em ordem de importância.

1. () Se estivesse disponível na minha cidade
2. () Se estivesse disponível perto de onde moro
3. () Se estivesse disponível no horário que preciso
4. () Se fosse mais rápido
5. () Se fosse mais saudável
6. () Se fosse mais barato
7. () Se fosse mais confortável
8. () Se fosse mais seguro (menor risco de assalto)
9. () Outra condição não enquadrada nas anteriores
10. () Nada me faria usar o transporte público
77. () Não respondeu
88. () Não sabe
99. () Não se aplica

30. Nos últimos doze meses, você sentiu que sua condição e seu espaço de pedestre foi respeitado em sua cidade sempre, quase sempre, quase nunca ou nunca?

Resposta única. Só aceitar o valor intermediário se informado espontaneamente pelo entrevistado.

1. () Sim, sempre
2. () Quase sempre
3. () Às vezes
4. () Quase nunca
5. () Não, nunca
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

Aplicar apenas a quem respondeu com a opção 9 na questão 20 ou na questão 23.

31. Nos últimos doze meses, você sentiu que sua condição e seu espaço de ciclista foram respeitados em sua cidade sempre, quase sempre, quase nunca ou nunca?

Resposta única. Só aceitar o valor intermediário se informado espontaneamente pelo entrevistado.

1. () Sim, sempre
2. () Quase sempre
3. () Às vezes
4. () Quase nunca
5. () Não, nunca
77. () Não respondeu
88. () Não sabe
99. () Não se aplica

32. Nos últimos doze meses, qual foi o motivo da maioria dos seus deslocamentos dentro da cidade?

Resposta única e espontânea.

1. () Trabalho
2. () Educação
3. () Saúde
4. () Lazer
5. () Outro
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

33. Quais as características que você considera mais importantes para um bom transporte? Cite duas em ordem de importância.

Aceitar duas respostas espontâneas em ordem de importância.

1. () Ter disponível mais de uma forma de se deslocar
2. () Ser rápido
3. () Sair num horário adequado à minha necessidade
4. () Chegar no horário desejado a meu destino
5. () Ser saudável
6. () Poluir pouco
7. () Ser barato
8. () Ser confortável
9. () Ter menor risco de assalto
10. () Ter menor risco de acidente
11. () Ser fácil de usar
12. () Cobrir uma área maior
13. () Ser cômodo
14. () Outra característica
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

Para as questões 34 a 36, utilizar a escala de 0 a 10, em que 0 significa “péssimo” e 10 significa “ótimo”.

Mostrar cartão. Resposta única.

34. Nos últimos doze meses, considerando as duas características indicadas no item anterior, como você avalia o meio de transporte que você mais usa? ()

35. Nos últimos doze meses, como você avalia a qualidade do trânsito em sua cidade? ()

36. Nos últimos doze meses, como você avalia a qualidade das calçadas em sua cidade? ()

37. Nos últimos doze meses, quanto tempo você costumou gastar em média no seu deslocamento diário de ida e volta para casa?

Resposta única.

1. () Até 30 minutos
2. () Até 1 hora
3. () Até 2 horas
4. () Até 3 horas
5. () Mais de 3 horas
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

38. Como você avalia o tempo médio gasto em seu deslocamento diário? Considere que 0 significa "péssimo: gasta muito tempo" e que 10 significa "ótimo: gasta pouco tempo".

Mostrar cartão. Resposta única. ()

39. Nos últimos doze meses, você teve dificuldade financeira para pagar o meio de transporte que você mais usa sempre, quase sempre, quase nunca ou nunca?

Resposta única. Só aceitar o valor intermediário se informado espontaneamente pelo entrevistado.

1. () Sim, sempre
2. () Quase sempre
3. () Às vezes
4. () Quase nunca
5. () Não, nunca
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

40. Nos últimos doze meses, usando o meio de transporte mais frequente, você se sentiu seguro(a) sempre, quase sempre, quase nunca ou nunca?

Resposta única. Só aceitar o valor intermediário se informado espontaneamente pelo entrevistado.

1. () Sempre
2. () Quase sempre
3. () Às vezes
4. () Quase nunca
5. () Nunca
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

41. Nos últimos doze meses, você já sofreu (ou conhece alguém que sofreu) algum acidente utilizando o meio de transporte habitual?

Resposta única e espontânea.

1. () Sim, já sofri acidente
2. () Sim, conheço quem já sofreu acidente
3. () Sim, já sofri e conheço quem já sofreu
4. () Não, nunca sofri acidente, nem conheço quem já sofreu
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

42. Nos últimos doze meses, você já foi assaltado (ou conhece alguém que foi) usando o meio de transporte habitual?

Resposta única e espontânea.

1. () Sim, já fui assaltado
2. () Sim, conheço quem já foi assaltado
3. () Sim, já fui assaltado e conheço quem já foi
4. () Não, nunca fui assaltado, nem conheço quem já foi
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

43. Nos últimos doze meses, você já deixou de andar ou usar o transporte público por não ser adaptado à sua capacidade de locomoção?

Resposta única.

1. () Sim
2. () Não
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

TEMA 7
Segurança Pública
Caracterização Socioeconômica e Demográfica

1. Sexo:

1. () Masculino
2. () Feminino

2. Qual é a sua idade (em anos completos)? _____

3. Escolaridade: qual é o seu nível de escolaridade?

1. () Não escolarizado(a)
2. () Ensino fundamental incompleto
3. () Ensino fundamental completo
4. () Ensino médio incompleto
5. () Ensino médio completo
6. () Ensino superior incompleto
7. () Ensino superior completo ou pós-graduação

4. Etnia: qual é a sua cor ou raça?

1. () Branca
2. () Preta
3. () Amarela (origem japonesa, chinesa, coreana etc.)
4. () Parda
5. () Indígena

5. Situação conjugal: qual é o seu estado civil?

1. () Casado(a).
2. () Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente.
3. () Divorciado(a).
4. () Viúvo(a).
5. () Solteiro(a).

6. Trabalho – na semana passada, você:

Marcar apenas uma opção. Se a resposta na questão 5 for diferente de 1 ou 2, ir para a questão 7.

1. () Tinha um trabalho remunerado
2. () Tinha um trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado por algum motivo (férias, licença, greve, doença etc.)
3. () Exerceu apenas tarefas de cultivo, pesca ou criação de animais destinadas à própria alimentação e das pessoas moradoras no domicílio
4. () Exerceu apenas tarefas de construção destinadas ao próprio uso e das pessoas moradoras do domicílio
5. () Exerceu outro tipo de atividade não remunerada
6. () Exerceu apenas tarefas domésticas no próprio domicílio
7. () Não trabalhou e não procurou trabalho remunerado (inativo)
8. () Não trabalhou, mas procurou trabalho remunerado (desempregado)

7. Trabalho – no trabalho único ou principal da semana passada, você era:

Marcar apenas uma opção.

1. () Empregado com carteira assinada
2. () Empregado sem carteira assinada
3. () Servidor público civil ou militar
4. () Trabalhador doméstico com carteira assinada
5. () Trabalhador doméstico sem carteira assinada
6. () Trabalhador por conta própria ou autônomo
7. () Empregador
99. () Não se aplica

8. Agora, vamos falar de como você se sente em relação à sua vida. Vou ler algumas opções e gostaria que você indicasse em qual delas melhor se aplica.

1. () Minha vida é muito próxima daquilo que considero ideal
2. () Minha vida é razoavelmente próxima daquilo que considero ideal
3. () Minha vida não é muito próxima do que considero ideal
4. () Minha vida não é nem um pouco próxima do que considero ideal
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

9. Percepção de mobilidade social – Considerar todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as fontes de rendimento. Nos últimos três anos, você percebe que a renda da sua família:

1. () Melhorou muito
2. () Melhorou pouco
3. () Permaneceu igual
4. () Piorou pouco
5. () Piorou muito

10. Você conhece alguém que é beneficiário do Programa Bolsa Família?

1. () Não
2. () Sim, eu mesmo
3. () Sim, alguém da minha família que vive em minha casa
4. () Sim, alguém da minha família, mas que não vive em minha casa
5. () Sim, alguém que não é da minha família

11. Renda: considerando-se todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as suas fontes de renda, qual foi a renda total obtida no último mês?

Considerar o rendimento líquido total da família e indicar o número de integrantes. Rendimento familiar per capita. Devem ser somadas todas as fontes de renda – salário, aposentadoria, pensão, programas sociais, aluguel, remuneração financeira etc.

SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA**12. Gostaria de saber se você tem muito medo, um pouco de medo ou nenhum medo de que um assalto à mão armada aconteça com você.**

1. () Muito medo
2. () Um pouco de medo
3. () Nenhum medo
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

13. Gostaria de saber se você tem muito medo, um pouco de medo ou nenhum medo de ser vítima de assassinato.

1. () Muito medo
2. () Um pouco de medo
3. () Nenhum medo
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

14. Gostaria de saber se você tem muito medo, um pouco de medo ou nenhum medo de que aconteça um arrombamento e roubo em sua casa.

1. () Muito medo
2. () Um pouco de medo
3. () Nenhum medo
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

15. Gostaria de saber se você tem muito medo, um pouco de medo ou nenhum medo de que alguém venha a agredir ou tentar agredir você na rua.

- 1. () Muito medo
- 2. () Um pouco de medo
- 3. () Nenhum medo
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

PERCEPÇÃO E AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Para as questões 16 a 19, se os entrevistados ficarem em dúvida e falarem frases como “Confiança em relação a quê? De que eles vão nos proteger, de que não vão nos roubar, de não serem corruptos?”, informar ao entrevistado que é de uma forma geral, ou seja, se eles confiam nos policiais, se acham que eles fazem um bom trabalho, de forma dedicada e sem corrupção.

16. Você confia na Polícia Militar?

- 1. () Confia muito
- 2. () Confia
- 3. () Confia pouco
- 4. () Não confia
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

17. Você confia na Polícia Civil?

- 1. () Confia muito
- 2. () Confia
- 3. () Confia pouco
- 4. () Não confia
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

18. Você confia na Polícia Federal?

- 1. () Confia muito
- 2. () Confia
- 3. () Confia pouco
- 4. () Não confia
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

19. Você confia na Polícia Rodoviária Federal?

- 1. () Confia muito
- 2. () Confia
- 3. () Confia pouco
- 4. () Não confia
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

20. Em que medida você concorda, ou não, com a seguinte afirmação: "A Polícia Militar atende a emergências (via telefone 190) de forma rápida e eficiente"?

- 1. () Concorda plenamente
- 2. () Concorda
- 3. () Discorda
- 4. () Discorda totalmente
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

21. Em que medida você concorda, ou não, com a seguinte afirmação: "A Polícia Militar aborda as pessoas de forma respeitosa na rua"?

- 1. () Concorda plenamente
- 2. () Concorda
- 3. () Discorda
- 4. () Discorda totalmente
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

22. Em que medida você concorda, ou não, com a seguinte afirmação: "A Polícia Civil registra as queixas e denúncias feitas pelas pessoas de forma atenciosa e eficiente"?

- 1. () Concorda plenamente
- 2. () Concorda
- 3. () Discorda
- 4. () Discorda totalmente
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

23. Em que medida você concorda, ou não, com a seguinte afirmação: "A Polícia Civil realiza investigações sobre crimes de forma rápida e eficiente"?

- 1. () Concorda plenamente
- 2. () Concorda
- 3. () Discorda
- 4. () Discorda totalmente
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

24. Em que medida você concorda, ou não, com a seguinte afirmação: "A Polícia Federal realiza o seu trabalho com competência e eficiência"?

- 1. () Concorda plenamente
- 2. () Concorda
- 3. () Discorda
- 4. () Discorda totalmente
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

25. Em que medida você concorda, ou não, com a seguinte afirmação: "A Polícia Rodoviária Federal realiza o seu trabalho com competência e eficiência"?

- 1. () Concorda plenamente
- 2. () Concorda
- 3. () Discorda
- 4. () Discorda plenamente
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

26. De uma forma geral, em que medida você concorda que os policiais no Brasil respeitam os direitos dos cidadãos?

- 1. () Concorda plenamente
- 2. () Concorda
- 3. () Discorda
- 4. () Discorda totalmente
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

27. De uma forma geral, em que medida você concorda que os policiais no Brasil tratam as pessoas com preconceito, ou seja, tratam as pessoas de forma diferenciada dependendo da cor da pele, da posição social, da idade, da orientação sexual etc.?

- 1. () Concorda plenamente
- 2. () Concorda
- 3. () Discorda
- 4. () Discorda totalmente
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

28. Em sua opinião, qual é a principal causa da criminalidade no Brasil?*Mostrar cartão.*

1. () A pobreza
2. () A desigualdade social
3. () Falta de investimento em educação
4. () Falta de investimento nas polícias
5. () A corrupção dentro das polícias
6. () A corrupção dos políticos
7. () Aumento do tráfico de drogas
8. () Outra causa
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

29. Na sua percepção, qual a principal dificuldade que as polícias enfrentam para realizar o seu trabalho?*Mostrar cartão.*

1. () A violência dos criminosos
2. () Aumento do tráfico de drogas
3. () O aumento da criminalidade
4. () A falta de preparo dos policiais
5. () As falhas da Justiça
6. () A falta de programas para prevenir a criminalidade
7. () Baixos salários pagos aos policiais
8. () O grau de corrupção dentro das polícias
9. () A falta de investimento nas polícias
10. () Falta de apoio por parte da população
11. () Falta de apoio por parte dos políticos
12. () Outra dificuldade
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

30. Quando os jovens vão decidir sobre o tipo de carreira que querem seguir, pensam em várias opções. Em sua opinião, em que medida ser policial é uma boa opção de trabalho para os jovens?

1. () É uma ótima opção
2. () É uma opção muito boa
3. () É uma opção razoável
4. () É uma péssima opção

31. De uma forma geral, em que medida você concorda que os policiais no Brasil recebem uma boa formação e que são bem preparados para cumprir as suas funções?

- 1. () Concorda plenamente
- 2. () Concorda
- 3. () Discorda
- 4. () Discorda totalmente
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

EXPERIÊNCIA ANTERIOR COM INSTITUIÇÕES POLICIAIS

32. Gostaria que você informasse quais são, das situações abaixo, aquelas pelas quais você já passou na sua vida.

O entrevistado pode optar por mais de um item.

- 1. () Já foi a uma delegacia da Polícia Civil para prestar uma queixa
- 2. () Já telefonou para o 190 para chamar a Polícia Militar
- 3. () Já parou um policial na rua para te ajudar em uma situação de emergência
- 77. () Não respondeu (*vá para a questão 35*)
- 88. () Não sabe (*vá para a questão 35*)

33. Em alguma dessas situações em que você procurou a polícia, alguma dessas coisas já aconteceu com você?

O entrevistado pode optar por mais de um item.

- 1. () Foi ameaçado por policiais
- 2. () Foi extorquido por policiais
- 3. () Foi ofendido verbalmente por policiais
- 4. () Foi agredido fisicamente por policiais
- 5. () Nenhuma das situações
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

34. Considerando apenas a última vez que você procurou a polícia, gostaria que você informasse se:

O entrevistado pode optar por mais de um item.

- 1. () Os policiais foram educados
- 2. () Os policiais tentaram ajudá-lo a resolver o seu problema
- 3. () Nenhuma das situações
- 77. () Não respondeu
- 88. () Não sabe

35. Gostaria de saber se você:

O entrevistado pode optar por mais de um item.

1. () Já teve a experiência de ser parado em uma *blitz* da polícia, independentemente de ser ou não o condutor do veículo.
 2. () Ao estar na rua, você já teve a experiência de ser abordado pela polícia e passar por uma revista.
 3. () Nenhuma das situações (*vá para a questão 38*).
77. () Não respondeu.
88. () Não sabe.

36. Em alguma dessas situações em que você foi abordado pela polícia, você:

O entrevistado pode optar por mais de um item.

1. () Foi ameaçado por policiais
 2. () Foi extorquido por policiais
 3. () Foi ofendido verbalmente por policiais
 4. () Foi agredido fisicamente por policiais
 3. () Nenhuma das situações
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

37. Considerando apenas a última vez que você foi abordado pela polícia na rua ou passou por uma *blitz*, gostaria que você me dissesse se:

O entrevistado pode optar por mais de um item.

1. () Os policiais foram educados
 2. () Os policiais tiveram uma conduta honesta
 3. () Nenhuma das situações
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

EXPERIÊNCIA RECENTE DE VITIMIZAÇÃO**38. Você foi vítima de crime nos últimos dez anos (por favor, considere de janeiro de 2002 até dezembro de 2011)?**

1. () Sim
 2. () Não (*encerrar a entrevista*)
77. () Não respondeu (*encerrar a entrevista*)
88. () Não sei (*encerrar a entrevista*)

39. Você procurou a polícia devido ao último crime do qual foi vítima?

1. () Sim
 2. () Não (*vá para a questão 41*)
77. () Não respondeu (*vá para a questão 41*)
88. () Não se lembra (*vá para a questão 41*)

40. Qual o principal motivo pelo qual você procurou a polícia?

Mostrar cartão. Marcar apenas uma opção. Encerrar a entrevista.

1. () Acreditava que a polícia poderia resolver o problema
2. () Precisava do boletim de ocorrência policial
3. () O que aconteceu era grave demais, e por isso tinha que procurar a polícia
4. () Acreditava que era seu dever informar à polícia sobre o crime ocorrido
5. () Outro motivo
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

41. Qual o principal motivo pelo qual você não procurou a polícia devido ao último crime do qual foi vítima?

Mostrar cartão. Marcar apenas uma opção.

1. () Não tinha provas do que aconteceu
2. () O que aconteceu não era muito importante
3. () Não acreditava que a polícia poderia resolver o problema
4. () Não queria envolver a polícia com medo dos próprios policiais
5. () Não queria envolver a polícia com medo de sofrer ameaças por parte de outras pessoas
6. () Podia resolver o problema por conta própria
7. () Outro motivo
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

TEMA 8
Defesa Nacional
Caracterização Socioeconômica e Demográfica

1. Sexo:

1. () Masculino
2. () Feminino

2. Qual é a sua idade (em anos completos)? _____

3. Escolaridade: qual é o seu nível de escolaridade?

1. () Não escolarizado(a)
2. () Ensino fundamental incompleto
3. () Ensino fundamental completo
4. () Ensino médio incompleto
5. () Ensino médio completo
6. () Ensino superior incompleto
7. () Ensino superior completo ou pós-graduação

4. Etnia: qual é a sua cor ou raça?

1. () Branca
2. () Preta
3. () Amarela (origem japonesa, chinesa, coreana etc.)
4. () Parda
5. () Indígena

5. Situação conjugal: qual é o seu estado civil?

1. () Casado(a)
2. () Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente
3. () Divorciado(a)
4. () Viúvo(a)
5. () Solteiro(a)

6. Trabalho – na semana passada, você:

Marcar apenas uma opção. Se a resposta na questão 5 for diferente de 1 ou 2, ir para a questão 8.

1. () Tinha um trabalho remunerado
2. () Tinha um trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado por algum motivo (férias, licença, greve, doença etc.)
3. () Exerceu apenas tarefas de cultivo, pesca ou criação de animais destinadas à própria alimentação e das pessoas moradoras no domicílio
4. () Exerceu apenas tarefas de construção destinadas ao próprio uso e das pessoas moradoras do domicílio
5. () Exerceu outro tipo de atividade não remunerada
6. () Exerceu apenas tarefas domésticas no próprio domicílio
7. () Não trabalhou e não procurou trabalho remunerado (inativo)
8. () Não trabalhou, mas procurou trabalho remunerado (desempregado)

7. Trabalho – no trabalho único ou principal da semana passada, você era:

Marcar apenas uma opção.

1. () Empregado com carteira assinada
2. () Empregado sem carteira assinada
3. () Servidor público civil ou militar
4. () Trabalhador doméstico com carteira assinada
5. () Trabalhador doméstico sem carteira assinada
6. () Trabalhador por conta própria ou autônomo
7. () Empregador
99. () Não se aplica

8. Agora, vamos falar de como você se sente em relação à sua vida. Vou ler algumas opções e gostaria que você indicasse em qual delas melhor se aplica.

1. () Minha vida é muito próxima daquilo que considero ideal
2. () Minha vida é razoavelmente próxima daquilo que considero ideal
3. () Minha vida não é muito próxima do que considero ideal
4. () Minha vida não é nem um pouco próxima do que considero ideal
77. () Não respondeu
88. () Não sabe

9. Percepção de mobilidade social – Considerar todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as fontes de rendimento. Nos últimos três anos, você percebe que a renda da sua família

1. () Melhorou muito
2. () Melhorou pouco
3. () Permaneceu igual
4. () Piorou pouco
5. () Piorou muito

10. Você conhece alguém que é beneficiário do Programa Bolsa Família?

1. () Não
2. () Sim, eu mesmo
3. () Sim, alguém da minha família que vive em minha casa
4. () Sim, alguém da minha família, mas que não vive em minha casa
5. () Sim, alguém que não é da minha família

11. Renda: considerando-se todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as suas fontes de renda, qual foi a renda total obtida no último mês?

Considerar o rendimento líquido total da família e indicar o número de integrantes. Rendimento familiar per capita. Devem ser somadas todas as fontes de renda – salário, aposentadoria, pensão, programas sociais, aluguel, remuneração financeira etc.

INTRODUÇÃO

Ler para o entrevistado antes de começar a sessão de perguntas:

“Atualmente, discute-se no Brasil como devem ser organizadas e quais devem ser as funções das Forças Armadas do país, ou seja, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Com o objetivo de auxiliar o governo brasileiro a tomar algumas decisões sobre este assunto, gostaria de saber algumas opiniões suas, lembrando que as questões se aplicam apenas ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica. Assim, as questões não se aplicam a outras instituições, como, por exemplo, Força Nacional de Segurança, Polícia Federal, polícias militares, polícias civis, Polícia Rodoviária Federal, guardas municipais etc.”

PERCEPÇÃO SOBRE A DEFESA E AS FORÇAS ARMADAS**12. Você está servindo ou já serviu às Forças Armadas (prestando serviço militar obrigatório ou atuando como profissional no Exército, na Marinha ou na Aeronáutica) ou, então, tem um parente próximo ou uma pessoa próxima que está servindo ou já serviu às Forças Armadas?**

Marcar apenas uma resposta.

1. () Está servindo ou já serviu
2. () Tem um parente próximo ou pessoa próxima que está servindo ou já serviu
3. () Ambas as situações
4. () Não se aplica

13. O quão orgulhoso você se sente em ser brasileiro?

Marcar apenas uma resposta.

1. () Extremamente orgulhoso
2. () Muito orgulhoso
3. () Razoavelmente orgulhoso
4. () Pouco orgulhoso
5. () Nada orgulhoso

14. Como você avalia o trabalho realizado pelas Forças Armadas do Brasil, ou seja, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica: muito bom, bom, ruim ou muito ruim?

Marcar apenas uma resposta.

1. () Muito bom
2. () Bom
3. () Regular (*não dar esta opção ao respondente, marcar apenas se declarado explicitamente por ele, indicando posicionamento ao centro*)
4. () Ruim
5. () Muito ruim

15. Como você avalia a quantidade de informações divulgadas nos meios de comunicação – televisão, rádio, jornais, revistas – sobre as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica): muito boa, boa, ruim ou muito ruim ?

Marcar apenas uma resposta.

1. () Muito boa
2. () Boa
3. () Regular (*resposta espontânea; não dar esta opção ao respondente*)
4. () Ruim
5. () Muito ruim

16. Como você avalia a seguinte afirmação: “O tratamento dado pelas Forças Armadas e por seus integrantes (os militares) no relacionamento com os cidadãos civis (as pessoas que estão fora das Forças Armadas) é igual para todos, independentemente de renda, cor da pele, idade, deficiência ou gênero”?

Mostrar cartão com uma escala de 1 a 5, na qual 1 significa “discorda totalmente” e 5 significa “concorda totalmente”. Marcar apenas uma resposta.

1. () Discordo totalmente
2. () Discordo
3. () Não concordo nem discordo
4. () Concordo
5. () Concordo totalmente

17. Em sua opinião, encaminhar uma reclamação ou denúncia contra as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) ou contra algum de seus integrantes seria: muito fácil, fácil, difícil ou muito difícil?

Mostrar o cartão.

Marcar apenas uma resposta.

1. () Muito fácil
2. () Fácil
3. () De dificuldade razoável (*resposta espontânea, não dar esta opção*)
4. () Difícil
5. () Muito difícil

18. O quanto você se considera informado sobre as Forças Armadas do Brasil (Exército, Marinha e Aeronáutica) e suas atividades: totalmente, muito, razoavelmente, pouco ou nada?

Marcar apenas uma resposta.

1. () Totalmente informado
2. () Muito informado
3. () Razoavelmente informado
4. () Pouco informado
5. () Nada informado

19. Parte da população brasileira acredita que as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) são importantes para o país, enquanto outra parte acredita que eles não são importantes. Em relação à importância das Forças Armadas para o Brasil, com qual das seguintes frases você concorda mais?

Mostrar o cartão para o entrevistado. Marcar apenas uma resposta.

1. () Elas são importantes apenas no caso de uma guerra
2. () Elas são importantes tanto no caso de uma guerra como na ausência de guerras (ou seja, na paz)
3. () Elas não são importantes em nenhuma situação

20. O quanto você confia nas Forças Armadas?

Marcar apenas uma resposta. Se o entrevistado ficar em dúvida e falar, por exemplo:

“Confiança em relação a quê? Que eles vão proteger a gente, que não vão roubar nem ser corruptos?”, informar ao entrevistado que se trata da confiança de uma forma geral, ou seja, se ele confia nos militares, se acha que eles fazem um bom trabalho, de forma dedicada e sem corrupção.

1. () Confio totalmente
2. () Confio muito
3. () Confio razoavelmente
4. () Confio pouco
5. () Não confio nada

21. Nos últimos anos, tem-se debatido o porquê de o Brasil ter Forças Armadas e, também, quais os tipos de trabalho que elas devem fazer. Em sua opinião, quais devem ser as funções das Forças Armadas?

Mostrar o cartão para o entrevistado. O entrevistado pode escolher quantos itens desejar.

1. () Defender o país em caso de guerra
2. () Combater o terrorismo
3. () Combater a criminalidade em conjunto com as polícias
4. () Ajudar a população com serviços médicos e sociais e em casos de desastres naturais (exemplos: enchentes, deslizamentos de terra, incêndios etc.)
5. () Construir estradas, ferrovias, portos etc
6. () Participar de missões de paz em outros países (exemplos: Haiti, países da África)
7. () Ensinar aos jovens uma profissão
8. () Passar para os jovens valores como responsabilidade e disciplina
9. () Nenhuma das funções anteriores

22. Felizmente, o Brasil, hoje em dia, vive em paz com os demais países do mundo. Contudo, se houvesse uma guerra da qual o Brasil participasse, as pessoas poderiam contribuir de várias formas, ou mesmo não contribuir. Caso realmente houvesse uma guerra, gostaria de saber se você estaria disposto(a) a contribuir e de que maneira.

Mostrar o cartão. Marcar apenas uma resposta.

1. () Participaria como militar, inclusive em ações de combate
2. () Participaria como militar, mas sem participar de ações de combate (exemplos: apoio administrativo, serviços de saúde, manutenção de equipamentos)
3. () Não participaria como militar, mas contribuiria como civil – exemplos: prestando apoio a famílias de militares, trabalhando em organizações não governamentais (ONGs) de apoio a feridos
4. () Não estaria disposto a contribuir de nenhuma forma

PERCEPÇÃO DE AMEAÇAS

23. Cada pessoa tem uma percepção própria daquilo que pode ser uma ameaça para ela, para sua família, para sua cidade e para seu país, ou seja, cada pessoa possui certos medos. Assim sendo, de quais das seguintes ameaças você tem medo?

Mostrar o cartão para o entrevistado. O entrevistado pode escolher quantos itens desejar.

1. () Guerra com um país vizinho
2. () Guerra com uma potência estrangeira (isto é, um país mais forte que o Brasil)
3. () Crime organizado
4. () Desastres ambientais e climáticos (exemplos: acidente em usina nuclear, vazamento de petróleo no mar, enchentes, secas, incêndios, deslizamentos de terra)
5. () Terrorismo
6. () Epidemias (gripe suína, dengue etc.)
7. () Outros
8. () Nenhuma das anteriores

24. A Amazônia brasileira possui muitos recursos naturais, como os minérios, a água e as próprias florestas. Você acredita que o Brasil, nos próximos vinte anos, pode sofrer uma invasão militar estrangeira com o objetivo de controlar os recursos naturais da Amazônia?

Marcar apenas uma resposta.

1. () Acredito totalmente nisso (tenho certeza)
2. () Acredito muito nisso
3. () Acredito razoavelmente nisso
4. () Acredito pouco nisso
5. () Não acredito nisso

25. Há alguns anos, foi anunciada a descoberta de grandes reservas de petróleo e gás natural a alguns quilômetros do litoral do Brasil, chamadas de reservas do pré-sal. Você acredita que o Brasil, nos próximos vinte anos, pode sofrer uma invasão militar estrangeira com o objetivo de controlar estas reservas?

Marcar apenas uma resposta.

1. () Acredito totalmente nisso (tenho certeza)
2. () Acredito muito nisso
3. () Acredito razoavelmente nisso
4. () Acredito pouco nisso
5. () Não acredito nisso

26. Como já foi mencionado, o Brasil, atualmente, vive em paz com os outros países do mundo. Mas quanto ao futuro, você acha que alguns dos países listados a seguir poderão, nos próximos vinte anos, ser uma ameaça militar para o Brasil?

Mostrar o cartão para o entrevistado. O entrevistado pode escolher quantos itens desejar.

1. () Argentina
2. () Bolívia
3. () China
4. () Colômbia
5. () Estados Unidos
6. () Índia
7. () Países da Europa
8. () Paraguai
9. () Rússia
10. () Venezuela
11. () Outros países
12. () Nenhum país representará ameaça para o Brasil nos próximos vinte anos

27. Atualmente, existem algumas ONGs trabalhando na Amazônia brasileira. Algumas pessoas afirmam que a presença delas é importante para a proteção do meio ambiente e para a melhoria de vida das populações locais. Contudo, outras pessoas dizem que as ações das ONGs podem ser prejudiciais aos interesses do Brasil. Em sua opinião, a influência das ONGs na Amazônia brasileira é:

Marcar apenas uma resposta.

1. () Muito positiva
2. () Positiva
3. () Nem positiva nem negativa (não influenciam nem de uma forma nem de outra)
4. () Negativa
5. () Muito negativa

PODER MILITAR DO BRASIL E INSERÇÃO INTERNACIONAL

28. Em alguns países vizinhos ocorrem conflitos violentos. São os casos das guerrilhas na Colômbia, no Paraguai e no Peru; dos conflitos sociais na Bolívia; e das disputas políticas entre Colômbia, Venezuela e Equador. Você acha que estes conflitos podem afetar o Brasil?

Marcar apenas uma resposta. Se o entrevistado perguntar algo como "Afetar em que sentido? Econômico, Defesa nacional, etc.?", dizer para ele que pode ser de qualquer uma dessas formas, ou seja, se afetam na política, na economia, na Defesa etc.

1. () Sim
2. () Não

29. Se for preciso defender o país de uma ameaça estrangeira, as Forças Armadas do Brasil precisam ter certos equipamentos militares, como aviões, navios e tanques de guerra. Em sua opinião, os equipamentos militares que as Forças Armadas possuem atualmente são:

Marcar apenas uma resposta.

1. () Muito bons
2. () Bons
3. () Regulares
4. () Ruins
5. () Muito ruins

30. Em sua opinião, os gastos do governo brasileiro com as Forças Armadas para a aquisição de equipamentos militares devem:

Marcar apenas uma resposta.

1. () Aumentar muito
2. () Aumentar razoavelmente
3. () Permanecer como estão
4. () Diminuir razoavelmente
5. () Diminuir muito

31. O governo brasileiro, nos últimos anos, tem buscado ampliar a indústria militar do país, ou seja, as empresas que produzam equipamentos como aviões, navios e tanques de guerra. Para algumas pessoas é importante que o Brasil tenha uma indústria como esta, enquanto para outras isto não tem importância. Como você avalia a importância de haver no Brasil empresas que produzam equipamentos militares?

Mostrar o cartão para o entrevistado, marcar apenas uma resposta.

1. () É importante, mas somente se as empresas forem brasileiras.
2. () É importante, e as empresas podem ser tanto brasileiras como estrangeiras.
3. () Isto não é importante.

32. Desde 2004, há uma missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti, um país do Caribe, e o Brasil é o país que mais tem enviado militares para lá. Em sua opinião, as Forças Armadas do Brasil devem participar de missões de paz como estas?

Marcar apenas uma resposta.

1. () Sim.
2. () Não.

33. Você acha que alguns dos países listados a seguir serão, nos próximos vinte anos, importantes aliados do Brasil? Ou seja, serão países amigos ou parceiros do Brasil?

Mostrar o cartão para o entrevistado. O entrevistado pode escolher quantos itens desejar. Se o entrevistado perguntar algo como: "Aliados, em que sentido? Econômico, político, militar etc.?", dizer para ele que pode ser de qualquer uma dessas formas.

1. () Argentina
2. () Bolívia
3. () China
4. () Colômbia
5. () Estados Unidos
6. () Índia
7. () Países da Europa
8. () Paraguai
9. () Rússia
10. () Venezuela
11. () Outros países
12. () Nenhum país será um importante aliado do Brasil nos próximos vinte anos

FORÇAS ARMADAS E SOCIEDADE

34. Discute-se no Brasil se as Forças Armadas devem combater a criminalidade, ou se esta é uma função que cabe apenas às polícias. Sobre este assunto, com qual das seguintes frases você concorda mais?

Mostrar o cartão para o entrevistado. Marcar apenas uma resposta.

1. () As Forças Armadas devem sempre combater a criminalidade
2. () As Forças Armadas devem combater a criminalidade apenas em algumas situações
3. () Apenas as polícias devem combater a criminalidade

35. Quando os jovens vão decidir que tipo de trabalho querem ter no futuro, pensam em várias opções. Na sua opinião, o quanto a carreira militar, atualmente, é atraente para os jovens: extremamente, muito, razoavelmente, pouco ou nada?

Marcar apenas uma resposta.

1. () Extremamente atraente
2. () Muito atraente
3. () Razoavelmente atraente
4. () Pouco atraente
5. () Nada atraente

36. Atualmente, o serviço militar no Brasil é obrigatório. Algumas pessoas no Brasil discutem a possibilidade de ser criado um serviço civil para aqueles que não quiserem fazer o serviço militar. No serviço civil, os jovens fariam atividades como prestação de serviços comunitários, apoio a populações carentes etc. Qual a sua opinião sobre isso?

Mostrar o cartão para o entrevistado. Marcar apenas uma resposta.

1. () Deve haver somente o serviço militar obrigatório, como é hoje em dia
2. () Deve haver o serviço militar e o serviço civil. O jovem deve obrigatoriamente escolher um dos dois (ou seja, o jovem é obrigado a servir, mas escolhe se fará o serviço militar ou o serviço civil)
3. () Deve haver o serviço militar e o serviço civil, mas nenhum dos dois deve ser obrigatório (ou seja, seriam apenas voluntários)
4. () Não deve haver nem o serviço militar nem o serviço civil, mesmo que sejam voluntários

37. Em muitos países, inclusive no Brasil, algumas pessoas discutem se as mulheres devem ter o direito de fazer parte das Forças Armadas como militares. Alguns são favoráveis, outros são contrários. Você concorda que as mulheres possam ser militares nas Forças Armadas do Brasil (Exército, Marinha, Aeronáutica)?

Marcar apenas uma resposta.

1. () Concordo, inclusive participando de combates militares
2. () Concordo, mas sem participar de combates militares, atuando apenas em outras funções (exemplos: apoio administrativo, serviços relacionados à saúde, manutenção de equipamentos)
3. () Não concordo

38. Você concorda com a presença de militares homossexuais (*gays*, *lésbicas* etc.) nas Forças Armadas do Brasil (Exército, Marinha e Aeronáutica)? Sim ou não?

Marcar apenas uma resposta.

1. () Sim
2. () Não

39. Em sua opinião, o quanto os militares das Forças Armadas do Brasil respeitam a democracia?

Marcar apenas uma resposta.

1. () Totalmente
2. () Muito
3. () Razoavelmente
4. () Pouco
5. () Nada, eles não respeitam a democracia

40. Durante o regime militar no Brasil, que durou de 1964 a 1985 foram cometidos crimes por agentes da repressão (como policiais e militares) e por pessoas e grupos de oposição. Estes crimes foram perdoados por uma lei de 1979, a Lei da Anistia. Você já tinha ouvido falar sobre esse assunto?

Marcar apenas uma resposta.

1. () Nunca tinha ouvido falar(*encerrar a entrevista*)
2. () Já tinha ouvido falar, mas não sei o que é (*encerrar a entrevista*)
3. () Já tinha ouvido falar e sei o que é

41. Atualmente, algumas pessoas têm defendido que a Lei da Anistia deve ser revista para que possa haver a investigação e a punição de crimes cometidos durante o regime militar no Brasil. Em sua opinião, estes crimes deveriam ser investigados e/ou punidos?

Mostrar o cartão para o entrevistado. Marcar apenas uma resposta.

1. () Não deve haver nenhuma investigação
2. () Sim, deve haver investigação, mas não deve haver punição para ninguém.
3. () Sim, deve haver investigação e punição apenas para os agentes da repressão (como policiais e militares, por exemplo)
4. () Sim, deve haver investigação e punição apenas para aqueles que participaram de grupos armados de oposição (guerrilheiros, por exemplo)
5. () Sim, deve haver investigação e punição para todos

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editorial

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo
Cristina Celia Alcantara Possidente
Edylene Daniel Severiano (estagiária)
Elaine Oliveira Couto
Elisabete de Carvalho Soares
Lucia Duarte Moreira
Luciana Bastos Dias
Luciana Nogueira Duarte
Míriam Nunes da Fonseca

Editoração

Roberto das Chagas Campos
Aeromilson Mesquita
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Carlos Henrique Santos Vianna
Nathália de Andrade Dias Gonçalves (estagiária)

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
Térreo – 70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond Pro 12/14,5 (texto)
Frutiger 67 Bold Condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m²
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Rio de Janeiro-RJ

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) representa uma nova fonte de dados primários, metodologias e ferramentas capaz de fornecer ao Ipea e a outros institutos de pesquisa quantificação de perspectivas subjetivas da população, complementar aos dados objetivos hoje disponíveis. Apresenta também ao Estado brasileiro informações e análises que podem subsidiar a elaboração, a implementação e a avaliação de impactos das políticas públicas. Informa ainda a sociedade sobre a percepção das pessoas quanto às ações do Estado, propiciando novo conhecimento acerca das demandas efetivas da população brasileira.

ISBN 978-85-7811-194-6



9 788578 111946

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de
Assuntos Estratégicos

